

1962. *Winnif*
Combater pela Liberdade!
Colaba

Itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara

dados das Colónias Potu-

VIVA O E.P.L.A!

BUREAU AFRICAN AFFAIRS
10, Ave. N. 24
WINNEBA - GHANA

Presidente	-AGOSTINHO NETO
Vice-Presidente	-MATEUS NEQUETS
Relações Exteriores	-REV. DOMINGOS DA SILVA
Segurança	-MARIO DE ANDRADE
Org. e Quadros	-HENRIQUE CARREIRA
Guerra	-LUCIO LARA
Sociais	-MANUEL LIMA
Informação	-DOLYNDIA DE ALMEIDA
Economia e Finanças	-DESIDERIO DA GRACA

CORPO VOLUNTARIO ANGOLANO DE ASSISTENCIA AOS REFUGIADOS

C. V. A. A. R.

11, 5 de Dezembro de 1962
COMITE DIRECTOR

Movimento Popular de Libertação
DE ANGOLA
M. P. L. A.

CAJASBLANCA-LE CAIRE-DELTA
de 25 de 1962 de 1962

um amplo movimento...

UNIAO GERAL DOS ESTUDANTES DA AFRICA
SOB DOMINACAO COLONIAL PORTUGUESA

vol. II
(1961-1962)

U. G. E. A. N.

Casa, 14. 4. 1964

Caro Lara,

Atenciosamente
Lúcio Lara

um amplo movimento...

Itinerário do MPLA
através de documentos
de
Lúcio Lara

FICHA TÉCNICA

Título:

Um amplo movimento...
Itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara
(vol. II – 1961-1962)

© *Copyright*: Lúcio Lara

Edição:

Lúcio Lara

Execução Gráfica:

Lito Tipo

Tiragem:

1.^a edição: Dezembro de 2006

2000 exemplares

Depósito Legal n.º 4052/2006

Luanda - República de Angola

Vol. II

(1961-1962)

Índice

AO LEITOR (SOBRE OS VOLUMES II E III)	1
INTRODUÇÃO DE MARIA DA CONCEIÇÃO NETO	3
DOCUMENTOS DE 1961-1962	15
Mensagem do CD do MPLA à Conf. ^a de Casablanca (rascunho) (Conakry, 02.01.61)	17
Declaração sobre a situação no Congo (Casablanca, 03-07.01.61)	18
Mensagem do MPLA saudando o Congresso do MCF (Conakry, 14.01.61)	19
Carta da FRAIN à Assembleia Nacional da RAU (Conakry, 19.01.61)	19
Projecto de Resolução sobre as Colónias Portuguesas (Cairo, 21-22.01.61)	21
Carta de Lúcio Lara a António Nogueira Santos (Conakry, 25.01.61)	22
Projecto de Programa de Acção Político-Militar do MPLA (? , Sem data)	23
Carta de Ruth Lara a Deolinda Rodrigues (Conakry, 01.02.61)	27
Relato sobre a viagem à Checoslováquia (? , Fev. 61)	28
Notícias sobre os Processos Políticos (Conakry, 07.02.61)	30
Carta da UNTA a Viriato da Cruz (Bernau, 08.02.61)	32
Carta de Deolinda Rodrigues a Ruth Lara (Bloomington, 10.02.61)	33
Declaração sobre o assassinato de Patrice Lumumba (Cairo, 13.02.61)	35
Carta de Viriato da Cruz a B. Dombele e P. Luvualu (Conakry, 22.02.61)	37
Carta-Convite do MPLA para Reunião da CONCP (Conakry, 25.02.61)	38
Convite do MPLA para Reunião em Casablanca (Conakry, 25.02.61)	38
Telegrama da ALIAZO ao MPLA sobre CONCP (Léopoldville, 21.03.61)	39
Telegrama da ALIAZO a Viriato da Cruz sobre CONCP (Léopoldville, 08.04.61)	39
Carta da UNTA à Organização das Nações Unidas (Bernau, 02.03.61)	40
Carta da UNTA ao MPLA (Bernau, 04.03.61)	42
Declaração do MPLA sobre Reunião do Conselho de Segurança (Conakry, 05.03.61)	43
Carta de Holden Roberto ao MPLA (Léopoldville, 08.03.61)	44

Cópia de dois telegramas do MPLA (Conakry, 27.03.61).....	45	Resolução do Comité Soviético de Solidariedade Afro-Asiática sobre Angola (Moscovo?, 18.05.61)	96
Reflexões sobre Questões Político-Militares (?, Sem data)	46	Carta de Bernardo Dombele ao MPLA (Casablanca, 31.05.61).....	97
Resolução sobre Angola da 3ª Conferência Panafricana (Cairo, 25-31.03.61).....	47	Memorando do MPLA a Sékou Touré (Conakry, 05.06.61)	98
Moção do MPLA sobre Angola (Cairo, 25-31.03.61).....	48	Notícia sobre abaixo-assinado de protestantes e católicos nos EUA (Nova York, 05.06.61)	99
Declaração da AIJD (Conakry, Março 61)	48	Declaração do MPLA à Agência France-Presse (Conakry, 05.06.61).....	102
Plano de Trabalho “Organização do MPLA...” (?, Sem data).....	50	Memorando do MPLA ao Comité de Fundos de Solidariedade Afro-Asiático (Conakry, 05.06.61)	103
Carta da UGEAN ao MPLA (B’Dorf, 05.04.61)	52	Carta de Pascoal Luvualu a Viriato da Cruz (Moscovo, 08.06.61)	104
Comunicado do MPLA sobre o Council for Freedom (Conakry, 07.04.61)	53	Apelo do MPLA à Solidariedade Internacional (Conakry, 09.06.61)	106
Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara (Casablanca, 14.04.61)	54	Carta de M. Andrade e V. Cruz a Deolinda Rodrigues (Conakry, 09.06.61).....	107
Comunicado do MPLA com Exposições de A. Neto ao Ministro do Ultramar (Conakry, Sem data)	55	Lista dos Membros do Comité Director (Conakry, 09.06.61).....	108
Carta de Peter Benenson a Lúcio Lara (Londres, 18.04.61).....	62	Carta de Deolinda Rodrigues (EUA, 10.06.61)	109
<u>Conferência constitutiva da CONCP</u>		Carta de Marcelino dos Santos a Lúcio Lara (Rabat, 14.06.61)	110
Telegrama da CONCP aos Estados Afro-Asiáticos na ONU (Casablanca, 19.04.61)	63	Carta Circular do Comité de Acção de Brazzaville (Brazzaville, 21.06.61)	112
Lista dos Delegados à Conferência (Casablanca, 18.04.61).....	63	Carta do MPLA à UPA (Conakry, 23.06.61)	113
Discurso de Abertura de Mário de Andrade na CONCP (Casablanca, 18.04.61)	65	Declaração do Presidente do MPLA à Rádio Guiné (Conakry, 28.06.61)	113
Telegrama de Amílcar Cabral à Conferência (Casablanca, 18.04.61)	69	Comunicado do Comando Geral do MPLA (Conakry, Junho 61).....	115
Telegrama da AOECA à Conferência (Casablanca, 18.04.61).....	69	Declaração do Rev. McVeigh, sobre a situação em Angola (Nova York, 07.07.61).....	119
Telegrama da ALIAZO à Conferência (Casablanca, 18.04.61).....	69	Comunicado do MPLA sobre presos políticos (Conakry, 07.07.61)	126
Telegrama do MLEC à Conferência (Casablanca, 18.04.61).....	70	Mensagem da CONCP e do MPLA (rascunho) (Conakry, 11.07.61).....	127
Declaração da CONCP (Casablanca, 20.04.61)	70	Carta da UNTA ao MPLA (Bernau, 14.07.61).....	128
Discurso de Pascoal Luvualu, Sec. Geral da UNTA (Casablanca, 20.04.61).....	71	Carta de Aníbal de Melo a Viriato da Cruz (Léopoldville, 18.07.61)	129
Resolução sobre a Oposição Portuguesa (Casablanca, 20.04.61)	72	Mensagem à Conferência das Mulheres da África Ocidental (Conakry, 21-26.07.61).....	130
Resolução sobre a ONU (Casablanca, 20.04.61)	73	Carta de Ho Chi Minh a Mário de Andrade (Hanói, 02.08.61)	134
Resolução sobre Angola (Casablanca, 20.04.61)	73	Contactos com Missionários Baptistas em Londres (Léopoldville, 04.08.61)	136
Mensagem aos Chefes de Estado dos Países de África e da Ásia (Casablanca, 20.04.61).....	75	Carta de A. Mampossi a Mário de Andrade (Léopoldville, 08.08.61)	137
Declaração Geral à Conferência (Casablanca, 20.04.61).....	75	Carta de Mário de Andrade a A. Mampossi (Conakry, 23.08.61)	138
Telegrama ao Presidente da Assembleia-Geral da ONU (Casablanca, 19.04.61)	79	Carta do Comité de Acção do MPLA em Léopoldville (Léopoldville, 14.08.61)	138
Mensagem a Sua Majestade Hassan II (Casablanca, 20.04.61).....	80	Estatutos do CVAAR (Léopoldville, 21.08.61)	140
Discurso de Encerramento por Mário de Andrade (Casablanca, 20.04.61)	81	Memorando e Ordens de Serviço do MPLA (Conakry, 24.08.61)	142
Relatório de Tomás Ferreira (?, Abril? 61)	82	Memorando de Viriato da Cruz sobre estudantes (Conakry, 29.08.61).....	144
Projecto de Acordo para uma Frente Comum (?, Abril 61)	84	Relatório de viagem de Gentil Viana (extractos) (?, 25.08-01.09.61).....	146
Projecto de Programa Comum da FLA (?, Abril 61)	85	Memorando do MPLA à Conferência dos Não-Alinhados (Belgrado, 01.09.61)	158
Projecto de Estatutos da FLA (extractos) (?, Abril 61).....	86	Documento do MPLA “O Nacionalismo Angolano” (?, Sem data).....	160
Carta de A. Melo a M. Andrade sobre encontro MPLA–UPA em Monróvia (Léopoldville, 09.05.61).....	88	Carta de V. Cruz a L. Almeida, C. Rocha e E. Rocha (?, 03.09.61).....	171
Comunicado de Imprensa do MPLA (Conakry, 24.05.61)	89	Credencial do MPLA para Tomás Ferreira (Léopoldville, 19.09.61)	173
Carta de Mário de Andrade a Aníbal de Melo (Conakry, 24.05.61).....	89	Carta Confidencial de “Michel” a “Caros Amigos” (?, 13.09.61)	174
Carta de Rosário Neto ao MPLA (Léopoldville, 25.05.61)	90	Carta de Kasule a Matias Miguéis (Congo-Léo, 28.09.61).....	175
Carta de Castro Soromenho a Lúcio Lara (EUA, Maio? 61)	91	Carta de Tomás Ferreira (?, Outubro? 61).....	175
Carta de Deolinda Rodrigues a Lúcio Lara (Nova York?, 13.05.61).....	93	Carta de Mário de Andrade a Khatib (Conakry, 01.10.61)	176
Panfleto sobre discussão com Edward Kennedy (Cambridge, Maio 61).....	95	Carta da FUA à CONCP (?, 15.10.61)	177

Carta do MPLA ao Embaixador Checo no Ghana (Conakry, 20.10.61)	178
Saudação do MPLA ao 22º Congresso do PCUS (Léopoldville, 21.10.61)	178
Carta de Joaquim P. de Andrade a Mário de Andrade (Negrelos, 26.10.61)	179
Declaração à Imprensa de Mário de Andrade (Léopoldville, 30.10.61)	181
Carta de um Guerrilheiro no Fuesse a “Meu irmãozinho” (Fuesse, Sem data)	186
Resumo dos debates na 4ª Comissão da ONU (? , 01.11.61)	187
Comunicado do MPLA sobre eleições em Portugal (Léopoldville, 03.11.61)	190
Comunicado do MPLA sobre prisão de A. Neto (Léopoldville, 05.11.61)	191
Nota do MPLA à UPA (Léopoldville, 10.11.61)	192
Apelo da CONCP para a Libertação de A. Neto (Rabat, 15.11.61)	193
Carta de Makabi ao Presidente do MPLA (Léopoldville, 20?.11.61)	194
Carta Circular da União Nacional de Cabinda (Léopoldville, 21.11.61)	195
Ordem de Serviço do MPLA nomeando G. Tavares e V. Lopes (Léopoldville, 21.11.61)	196
Ordem de Serviço do MPLA criando o Conselho Político Nacional (Léopoldville, 21.11.61)	198
Relatório de Domingos Adão (Lukunga, 21.11.61)	199
Credencial para Inocêncio da Câmara Pires (Léopoldville, 22.11.61)	200
Comunicado do MPLA sobre a morte de T. Ferreira e outros (Léopoldville, 23.11.61)	201
Comunicado da UPA (Léopoldville, Novembro? 61)	202
Carta de M. Andrade ao Min. do Interior Checoslovaco (Conakry, 28.10.61)	204
Memorando do MPLA (Accra?, Sem data)	205
Relatório sobre a Situação em Angola (Conakry, 28.11.61)	206
Carta de José Mendes de Carvalho (Winneba, 01.12.61)	210
Carta Circular do RDJA (Léopoldville, 05.12.61)	211
Relatório de Aristides Mateus Cadete (Léopoldville, 06.12.61)	212
Aditamento ao Relatório sobre o Massacre de Fuesse (? , 09.12.61)	218
Relatório sobre o Estágio Militar de Rabat (Rabat, 09.12.61)	219
Declaração da CONCP à Imprensa (Rabat, 11.12.61)	224
Certificado para o estabelecimento do MPLA no Congo-Léo (Léopoldville, 15.12.61)	226
Carta de José Mendes de Carvalho a Lúcio Lara (Winneba, 16.12.61)	227
Comunicado do MPLA sobre Libertação de Goa (Léopoldville, 21.12.61)	228
Relatório de um Representante da Cruz Vermelha (Songololo, 28.12.61)	228
Mensagem de Deolinda Rodrigues à Conf. Afro-Asiática da Mulher (Cairo, Sem data)	229
Bilhete de Viriato da Cruz a Mário de Andrade (? , Sem data)	230
Comunicado da FGTK contra entrega de angolanos aos portugueses em Matadi (Léopoldville, Sem data)	231
Lei de Disciplina do EPLA (? , Sem data)	231
Tópicos sobre a Situação da Mulher Angolana (? , Sem data)	234
Programa (Interior) – documento do MPLA (Conakry?, Sem data)	235
Manifesto (rascunho) (Conakry?, Sem data)	237

Lista dos Cartões de Membro do MPLA (Conakry, Sem data)	239
Relatório da Reunião de Estudantes Africanos nos EUA (Pensilvânia, 8-10.12.61 e Jan. 62)	242
Declaração da CONCP sobre o 4 de Fevereiro (Rabat, 28.01.62)	246
Carta de Militantes do MPLA na Suíça à Direcção (Lausanne, 31.01.62)	248
Carta de J. Araújo e G. Viana aos militantes do MPLA na Suíça (Conakry, 14.02.61)	251
Carta de J. Araújo e G. Viana para Y. Hirano (Conakry, 24.02.61)	256
Telegrama de Matias Miguéis a Viriato da Cruz (Brazzaville, 28.02.62)	256
“O MPLA na ONU” (? , Fevereiro 62)	257
Conferência de Imprensa do Chefe do Estado-Maior do ELNA (Léopoldville, 03.03.62)	264
Apelo do Comité Director do MPLA (Léopoldville, 10.03.62)	269
Conferência de Imprensa de Bernard Dombele, da UNTA (Léopoldville, 12.03.62)	270
Carta de Pedro Sobrinho a Luís de Almeida (Montpellier, 16.03.62)	273
Carta de Viriato da Cruz a Matias Miguéis (? , Sem data)	276
Carta de Militantes do MPLA na Suíça à Direcção (Lausanne, 20.03.62)	277
Carta de Iko Carreira (Rabat, 22.03.62)	279
Carta do Min. da Justiça da Guiné à Associação dos Juristas de Angola (Conakry, Março 62)	280
Comunicado do Comité Director do MPLA (Léopoldville, 26.03.62)	281
Relatório e Contas do CVAAR (Léopoldville, Março 62)	284
Carta de Manuel [?] a M. Andrade, E. Santos e V. Cruz (? , 03.04.62)	296
Declaração de E. Santos pelo CD do MPLA (Léopoldville, 05.04.62)	298
Comunicado de Aníbal de Melo sobre a UPA (Léopoldville, 06.04.62)	301
Circular da CONCP, assinada por Marcelino dos Santos (Rabat, 08.04.62)	303
Conferência de Imprensa de Bernard Dombele, da UNTA (Léopoldville, 14.04.62)	304
Memorando do MPLA aos Governos Africanos sobre o GRAE (Léopoldville, 15.04.62)	307
Carta de Militantes do MPLA na Suíça à Direcção (Lausanne, 17.04.62)	324
Carta do Governo da Guiné à AJA (Conakry, 23.04.62)	327
Carta de Leopold S. Senghor a Mário de Andrade (Dakar, 25.04.62)	327
Relatório “A vida no Ghana” (Ghana?, Sem data)	328
Carta do Governo da Nigéria a Mário de Andrade (Lagos, 04.05.62)	332
Carta do Governo da Guiné à AJA (Conakry, 04.05.62)	333
Carta do MDLPC a Mário de Andrade (Caracas, 07.05.62)	334
Carta de Lúcio Lara a Álvaro Cunhal (Conakry, 07.05.62)	335
Projecto de Constituição da FUNA (Léopoldville, 10.05.62)	336
Carta Circular da CONCP (Rabat, 10.05.62)	338
Acta de Reunião do CD do MPLA (Léopoldville, 13.05.62)	339
Proposta de nova Estrutura da Direcção do MPLA (Léopoldville, 13.05.62)	348
Carta de Mário de Andrade ao Governo da Nigéria (Léopoldville, 15.05.62)	350

Relatório de Actividades Militares do MPLA (Léopoldville, 19.05.62)	351	Memorando do MPLA ao Comité de Fundos de Solidariedade Afro-Asiática (Conakry, 25.09.62)	458
Carta de Jonas Savimbi a Luís de Almeida (Lausanne, 21.05.62)	361	Notas sobre as Relações do MPLA com a RAU (Conakry, 27.09.62)	459
Actas de Reuniões do CD do MPLA (Léopoldville, 21-23.05.62)	362	Carta de Joaquim Domingos a Lúcio Lara (Kasba-Tadla, 28.09.62)	461
Relatório de Mário Moutinho de Pádua (extractos) (Léopoldville, 26.05.62)	380	Mensagem do MPLA ao Concílio Ecuménico Vaticano II (Léopoldville, 02.10.62)	461
Relatório do MPLA ao Comité Especial da ONU (Léopoldville, 24.05.62)	392	Reuniões da Comissão Preparatória para a Conf. Nacional do MPLA (Léopoldville, Sem data)	462
Comunicado do MPLA sobre o novo Comité Director (Léopoldville, 25.05.62).....	399	Acta do Comité Preparatório da Conf. Nacional do MPLA (Léopoldville, 04.10.62)	463
Intervenção de Angola na Conf. de Juristas Afro-Asiáticos (Conakry, 25-28.05.62)	400	Carta Circular da FUA (Paris, 12.10.62)	465
Declaração Final da Conf. de Juristas Afro-Asiáticos (Conakry, 28.05.62)	401	Carta da FUA ao Secretariado da CONCP (Paris, 15.10.62)	467
Proposta de Comunicado do MPLA (Léopoldville, Sem data)	402	Resolução sobre Angola na 2ª Conf. dos Juristas Afro-Asiáticos (Conakry, 20.10.62)	467
Proposta de Nkrumah para o Comando Unificado (Accra?, assinado: 06.06.62)	404	Relatório à 2ª Conf. de Juristas Afro-Asiáticos (Conakry, 15-22.10.62)	469
Projecto de Aliança Militar (?, Junho? 62)	405	Plano de Acção “Ideia Força” do MPLA (Léopoldville, 24.10.62)	474
Carta de Graça Tavares a Lúcio Lara (Léopoldville, 04.06.62)	407	Carta de Viriato da Cruz ao MPLA (Léopoldville, 30.10.62)	477
Carta de Eduardo dos Santos a Lúcio Lara (Léopoldville, 04.06.62).....	407	Carta de Edmundo Rocha ao MPLA (Léopoldville, 31.10.62)	482
Carta de Álvaro Cunhal a Lúcio Lara (?, 07.06.62)	409	Comunicado do MPLA sobre Reunião do Conselho Ultramarino (Léopoldville, 03.11.62)	483
Carta de Matias Miguéis a D. Livromentos, R. Neto e A. Matumona (Léopoldville, 08.06.62)	411	Carta de Agostinho Neto a Lúcio Lara (Léopoldville, 03.11.62)	485
Carta de David Livromentos ao MPLA (Léopoldville, 09.06.62)	412	Mensagem de Ben Bella aos Combatentes Angolanos (Argel, 05.11.62)	485
Carta de David Livromentos ao MPLA (Léopoldville, 11.06.62)	412	Carta de Iko Carreira a Matias Miguéis (Ponta Negra, 10.11.62)	486
Carta do Min. Provincial da Saúde ao CVAAR (Léopoldville, Junho 62)	413	Artigo sobre Morte de D. Livromentos (Léopoldville, 01-15.11.62)	490
Carta de Matias Miguéis a David Livromentos (Léopoldville, 16.06.62)	414	Carta de V. Cruz aos Militantes do MPLA e do EPLA (Léopoldville, 15.11.62)	491
Carta do MPLA a Kwame Nkrumah (Léopoldville, 19.06.62)	415	Mensagem do MPLA ao Povo Goês (Léopoldville, 26.11.62)	493
Declaração da CONCP ao Comité Especial da ONU (Rabat?, Junho 62)	416	Documento Programático do MPLA (?, Sem data)	493
“Angolanos, Holden está a enganar o povo!” (Léopoldville, Sem data)	422	Carta de demissão de Matias Miguéis (Léopoldville, 27.11.62)	501
Carta do Governo da Guiné a G. Viana e a J. Araújo (Conakry, 11.07.62)	424	Comunicado do CD do MPLA sobre carta de V. Cruz aos militantes do MPLA e do EPLA (Léopoldville, 28.11.62)	502
Comunicado da CONCP sobre fuga de A. Neto de Portugal (Rabat, 21.07.62)	425	Carta Circular de Graça Tavares (Léopoldville, 28.11.62)	503
Carta do MPLA à FNLA (Léopoldville, 31.07.62)	426	Informação do Comité Director do MPLA (Léopoldville, 30.11.62)	504
Carta de Agostinho Neto a Lúcio Lara (Léopoldville, 01.08.62)	426	<u>Conferência Nacional do MPLA</u> Convite para a Conferência Nacional (Léopoldville, 30.11.62)	505
Carta de Agostinho Neto a Lúcio Lara (Léopoldville, 03.08.62)	428	Cartão de Participante à 1ª Conf. Nacional (Léopoldville, 01-03.12.62)	505
Carta de Eurico Wilson (Lausanne, 04.08.62)	429	Ordem de Trabalhos da 1ª Conf. Nacional (Léopoldville, 01-03.12.62)	506
Carta de Noémia Távira (Helsínquia, 07.08.62)	430	Lista dos Delegados à Conferência Nacional (Léopoldville, 01-03.12.62)	506
Carta de Agostinho Neto a Holden Roberto (Léopoldville, 08.08.62)	431	Mesa da Presidência da Conferência Nacional (Léopoldville, 01-03.12.62)	508
Carta de Holden Roberto a Agostinho Neto (Léopoldville, 09.08.62)	433	Programa da Conferência Nacional (Léopoldville, 01-03.12.62)	509
Conferência de Imprensa do Presidente de Honra do MPLA (Léopoldville, 10.08.62)	434	Alocução de Abertura por Agostinho Neto (Léopoldville, 01-03.12.62)	510
Carta do MPLA à Assembleia Nacional da Guiné (Conakry, 11.08.62)	439	Discurso de Abertura por Mário de Andrade (Léopoldville, 01-03.12.62)	512
Carta do MPLA ao Comité Soviético de Solidariedade Afro-Asiática (Conakry, 13.08.62)	440	Programa de Acção Imediata (Léopoldville, 01-03.12.62)	515
Carta do PDA a Agostinho Neto (Léopoldville, 13.08.62)	441	Comunicado do MPLA sobre composição do CD (Léopoldville, 05.12.62)	521
Carta do MPLA à FNLA (Léopoldville, 14.08.62)	443	Comunicado do MPLA sobre Conferência Nacional (Léopoldville, 05.12.62)	522
Comunicado do MPLA sobre Unidade (Léopoldville, 18.08.62)	443		
Carta de Filipe Amado (Lausanne, 20.08.62)	444		
Primeiro Número de “Vitória ou Morte” (Léopoldville, 25.08.62)	446		
Plano do Centro de Instrução de Guerrilheiros-Comandos do EPLA (Léopoldville, 09.09.62)	451		

Carta de Matias Miguéis ao MPLA (Léopoldville, 12.12.62).....	526
Comunicado do CD do MPLA aos Militantes (Léopoldville, 16.12.62).....	526
Circular aos Militantes do MPLA (Léopoldville, 17.12.62)	532
Circular aos Representantes do MPLA no Exterior (Léopoldville, 18.12.62)	532
Organograma do Dept. das Relações Exteriores do MPLA (Léopoldville, Sem data 62).....	534
Indicações de Viriato da Cruz a Matias Miguéis (?, Sem data)	535
Apelo da OMA às Mulheres Angolanas (Léopoldville, 21.12.62).....	536
Bilhete de Lúcio Lara a Matias Miguéis (Léopoldville, 25.12.62)	537
Carta do Rev. Silva a Matias Miguéis (Léopoldville, 27.12.62)	537
Mensagem do MPLA ao 6º Congresso do PDG (Conakry, 27.12.62).....	538
Recomendação do MPLA à Conferência do PAFMECSA (Léopoldville, 27-30.12.62).....	539
5ª Conferência do PAFMECSA (Léopoldville, 16.01.63).....	539
Panfleto do EPLA ao “Soldado Africano do Exército Português” (?, Sem data)	542
ÍNDICE DAS FOTOGRAFIAS.....	543
CORRESPONDÊNCIA DE NOMES DE CIDADES E PAÍSES	559
ÍNDICE REMISSIVO	561

Índice das Fotografias

Primeira bandeira e insígnias do MPLA	17
Amílcar Cabral e Viriato da Cruz	20
Pascal Luvualu.....	32
Deolinda Rodrigues.....	34
Pascal Luvualu e Lúcio Lara recebidos em Pequim (Maio 1961).....	42
Agostinho Neto.....	58
Eduardo dos Santos.....	113
Msr. Manuel Mendes das Neves	126
Sede do CVAAR em Léopoldville.....	141
Luiz de Azevedo Júnior.....	175
Rev. Joaquim P. Andrade	179
Sede do MPLA em Léopoldville	185
José Mendes de Carvalho (Henda).....	210

José R. Ferreira; Instrutor argelino e Africano Neto no Marrocos.....	220
Guerrilheiros do EPLA.....	232
Conf. de Imprensa de Marcos Kassanga e André Kassinda (1961)	266
Conf. de Imprensa de Marcos Kassanga e André Kassinda (1961)	266
Iko Carreira.....	280
Grupo do CVAAR.....	286
J. Vieira Lopes, H. Menezes, E. Santos e Azevedo Jr. numa Conf. de Imprensa	298
Aníbal de Melo.....	302
Matias Miguéis.....	411
Juramento de bandeira dos soldados no campo de Kasba-Tadla (Jul. 1962).	457
Joaquim Domingos	461
A. Neto e M. Miguéis na abertura da 1ª Conf. Nacional do MPLA.....	510
1ª Conferência Nacional do MPLA.....	511
1ª Conferência Nacional do MPLA.....	514
1ª Conferência Nacional do MPLA.....	520
Comité Director saído da 1ª Conf. Nacional do MPLA	525
Rev. D. da Silva, A. Neto, D. Costa, D. Rodrigues, L. Lara e Iko Carreira.....	525
Cartão de Estrangeiro de Lúcio Lara na Guiné	545
Passaporte Marroquino em nome de Ahmed Lara.	546
Título de viagem do Congo Léopoldville para Lúcio Lara.....	547
Cartão de Membro do MPLA de Lúcio Lara (Conakry, 1961)	548
Matias Miguéis, Lúcio Lara e Hugo de Menezes em Conakry (1961)	548
Ruth e Paulo Lara, Hugo, Salette e Awa de Menezes em Conakry (1961).....	549
Famílias Lara, da Cruz, Boavida e Menezes em Conakry (1961).....	549
V. Cruz, C. Veiga Pereira, M. Halpern e E. Santos em Paris (Maio 1961)	550
Lúcio Lara e Pascal Luvualu na China (Maio 1961).....	550
Benedito e “Sihanuk” (Anos 60).....	551
Marrakech - L. Lara, A. Bragança, D. Graça, A. Cabral, D. Chipenda (1962)	551
Lúcio Lara e Benedito em Conakry (1961).....	551
Paulo Júnior, “Ferro e Aço”, Cadete, o mais velho Lengue, o Soba Miguel.....	552
Soba Miguel e o Ministro da Informação e da Cultura da Rep. do Congo-Léo	552
Aníbal de Melo, Eduardo dos Santos, Luiz de Azevedo Júnior	553
Lúcio Lara e Daniel Chipenda, na sede do MPLA em Léopoldville (1962).....	553
Conf. de Imprensa de A. Neto em Léopoldville, após a sua fuga (1962)	554
Juramento de bandeira de soldados angolanos (Jul. 1962)	554
Ben Bella e Mário de Andrade nas ruas de Argel (Fev. 1962)	555
Ben Bella discursando em Argel (Fev. 1962)	555
M. Andrade, provavelmente na 16ª Sessão da ONU (Dez. 1961).....	556
Inocêncio da Câmara Pires	556
Conferência Panafricana da Juventude em Conakry (Abr. 1962)	557
Grupo de militantes em casa dos médicos em Kinshasa (1962).....	557
Lúcio Lara (1961)	558

Ao leitor **(sobre os Volumes II e III)**

Em 1997 foi publicado por Ruth e Lúcio Lara, meus pais, o primeiro volume de “Um Amplo Movimento... Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara – (até Fev. 1961)”. Ruth passou anos a arrumar e a classificar os documentos que o marido foi acumulando e empenhou-se para que esses documentos pudessem ser publicados, pensando sobretudo nas gerações que não viveram a luta pela independência. Para esse 1º volume, Lúcio Lara fez um enquadramento da época com alguns comentários. O livro teve duas edições em Angola e uma edição em Portugal.

A ideia dos meus Pais era continuar a publicar progressivamente os documentos em vários volumes, abarcando assim toda a época da luta de libertação nacional. Assim iniciaram a classificação e selecção dos documentos que seriam publicados num 2º volume, abarcando os anos de 1961 a 1965. Infelizmente, a minha mãe deixou-nos demasiado cedo e o trabalho ficou suspenso... A saúde do meu pai foi-se degradando e a sua memória – instrumento imprescindível para este trabalho – já não nos pode ajudar.

Cada vez mais pressionados por leitores do 1º Volume, sentimos a responsabilidade de continuar essa tarefa. Foi assim que, apesar de nunca me ter interessado muito por História, decidi deixar o meu emprego por dois anos e envolver-me neste projecto de continuar o trabalho deles para a publicação desse 2º volume. Paralelamente, iríamos criando condições para se realizar um desejo dos meus Pais – criar um centro de documentação que permitisse que livros e documentos, relacionados com a luta de libertação nacional, convenientemente conservados e inventariados, estivessem disponíveis para quem os quisesse consultar.

Juntámos um grupo de algumas pessoas para saber até que ponto esse projecto seria possível e todos asseguraram a confiança e o apoio necessários, com maior ou menor expectativa em relação ao resultado final. Foi assim, com esse apoio, que me aventurei nesta tarefa que nunca pensei fosse tão longa e trabalhosa. Mais de três anos depois, creio que valeu a pena.

Optámos pela publicação de dois volumes devido à quantidade de documentos, e pela mesma razão, em vez de abarcar cinco anos, apenas abarca quatro (1961-1964). É um tempo curto mas muito rico em acontecimentos relevantes para a história da nossa luta de libertação. Foi muitas vezes difícil excluir documentos porque todos nos pareciam importantes. Como regra geral (mas com excepções) deixámos de lado os que foram publicados em boletins e jornais, assim como aqueles cujo conteúdo se repetia.

Tal como foi feito no 1º volume, preparámos uma lista dos documentos não publicados (a maioria). Mas em vez de ser publicada em anexo (o que acrescentaria provavelmente umas trinta páginas a cada volume) estará à disposição dos interessados que nos contactarem.

As fotografias e os facsímiles de documentos incluídos no livro são do Lúcio Lara. Algumas fotografias estão em mau estado (desfocadas ou manchadas) e por essa razão as cópias do livro também não são boas, mas achámos que seria importante publicá-las apesar do seu mau estado de conservação.

Pedimos a uma historiadora, Maria da Conceição Neto, que fizesse um enquadramento histórico da época e desse a sua opinião sobre os documentos que iriam ser escolhidos para publicar. O Paulo, meu irmão, pesquisou o arquivo de fotografias da família e ajudou a resolver as múltiplas questões que podem dificultar um trabalho destes. Ambos foram indispensáveis para me ajudarem a situar os documentos, a fazer a cronologia da época e a explicar-me muita coisa sobre esse tempo.

Como neste volume não foi possível contar com o contributo das anotações de Lúcio Lara, decidimos publicar os documentos por ordem cronológica, com algumas excepções que o leitor entenderá. Como alguns documentos não têm datas, procurámos inseri-los no lugar mais provável, de acordo com o seu conteúdo.

Os documentos originais em francês ou inglês são traduzidos para facilitar a leitura, mas cópias dos documentos originais estarão ao dispor de quem necessitar consultá-los.

Algumas vezes, mesmo existindo uma versão traduzida, ela não é fidedigna, e nesses casos preferimos traduzir a partir do original (em francês ou inglês).

A grafia foi actualizada e foram corrigidos os erros ortográficos “mais chocantes” que aparecem nos documentos originais.

Manteve-se a apresentação geral do volume anterior, mas com pequenas alterações estéticas.

O Índice Remissivo, por razões práticas, inclui apenas nomes próprios, siglas e “acontecimentos” como Conferências, Seminários ou Assembleias. Quando não há a certeza de quem se trata no texto, não aparece a indicação no índice remissivo, para se evitar cometer algum erro.

Agradecemos a todos os que nos apoiaram neste trabalho e em particular aos Grupos África da Suécia e ao Instituto Nórdico de Estudos Africanos (NAI) pelo apoio financeiro sem o qual este trabalho teria levado muito mais tempo. Também não podemos deixar de agradecer ao Fernando Campos da LitoTipo que esteve sempre disponível para nos ajudar com a impressão do livro, e ao Rui Sérgio que pacientemente me iniciou no programa de paginação e me ajudou a “construir” o livro...

Uma lembrança muito especial vai para Jorge Pires (Piricas) que fazia parte do grupo de amigos engajados neste trabalho, e que nos deixou sem o ver concluído. A muitos outros deveríamos agradecer, mas eles sabem-no e não os vou citar aqui senão a lista seria interminável.

O espírito desta publicação continua a ser o mesmo do primeiro volume e queremos com isso incentivar mais iniciativas do género.

Retomando as palavras de Lúcio Lara, “...esta obra a que nos propomos, [é a] nossa homenagem aos mortos e aos vivos que lutaram pelos nossos objectivos, para que disso saibam a juventude e os estudiosos.”

Luanda, Setembro 2006

Wanda Lara

Introdução

de Maria da Conceição Neto

Esta será uma “Introdução” muito diferente da que aqui deveria estar. Como foi dito nas páginas anteriores, no formato inicialmente previsto para o livro seriam os comentários e reflexões de Lúcio Lara que ajudariam a esclarecer o leitor sobre o cenário e os protagonistas, os acontecimentos e o seu impacto na época. Os documentos aqui reunidos, a despeito do impressionante volume e do seu inquestionável valor, só de forma fragmentada e parcelar podem revelar-nos isso. As explicações pessoais de Lúcio Lara são insubstituíveis. O seu testemunho, sujeito como qualquer outro às lacunas e armadilhas da memória, filtrado pelas convicções do narrador e influenciado pelas circunstâncias do presente, não poderia ainda assim deixar de ser muitíssimo valioso. Seria o contributo de um político e combatente nacionalista que todos, camaradas e adversários, reconhecem como um dos grandes lutadores pela independência de Angola.

Na ausência dessa voz, a opção por um historiador para comentar documentação tão diversa e assimétrica implica alguns riscos. Se desconhece o assunto, o mais provável é que se perca no labirinto de informações que os papéis lhe trazem e não possa, afinal, ser muito útil. Se, pelo contrário, conhece bem o tema, é grande a tentação de pôr os documentos ao serviço das suas próprias teses e interpretações. Em qualquer dos casos, entusiasmado com “fontes” que lhe vêm ter às mãos sem as ter procurado, talvez comece a fazer demonstrações de “crítica externa” e de “crítica interna” e outras artes do seu ofício, correndo o risco de escrever outro livro. O olhar do historiador é diferente do de quem “viveu os acontecimentos” e do leitor comum. Questiona, compara, duvida... Analisa o que se afirma, o que se nega e o que fica silenciado. A confiança que podemos ter nos resultados da investigação depende da seriedade desse trabalho de crítica e interpretação das fontes. Ainda assim, sendo os próprios historiadores a estabelecer os objectivos, critérios e balizas da sua investigação, as suas conclusões não podem escapar a contestação e controvérsias.

Porém, este livro não é um trabalho de tese nem um ensaio histórico ou político. O seu extraordinário conjunto de relatórios, cartas, declarações, resoluções, comunicados, actas, projectos, programas, memorandos, fotografias, cobrindo um período curto mas de intensa actividade, não coloca nas mãos do leitor os frutos duma investigação. Ao permitir o acesso a documentos já organizados, transcritos e traduzidos, ele e outros do seu género vêm antes colocar-se na raiz de futuras investigações. Neste caso, não compete à introdução “fazer a história” dos anos 1961-1962, mas sim ajudar a situar melhor os documentos publicados e pôr em relevo aspectos porventura menos visíveis.

Se há vantagem em recorrer a um historiador, será a de se poder contar com um certo distanciamento e maior frieza na análise das circunstâncias em que foram redigidos os

documentos. É que por mais simples e claros que estes se apresentem (e muitas vezes não é o caso...) não “se bastam a si próprios” e alguns não fazem mesmo muito sentido para o leitor actual. Passaram-se mais de quarenta anos, de profundas mudanças em Angola e no mundo. Perante um relatório, um desabafo pessoal ou uma peça de propaganda, temos de fazer algum esforço para entender o que condicionou a sua “produção”. O ambiente social e político local, a situação internacional no início dos anos 60, as assumidas ou presumidas ideias políticas e filosóficas dos autores e dos destinatários, os conflitos de personalidade, os preconceitos e as paixões, tudo isso conta: pode ser a chave para percebermos o que ali se disse, o modo como foi dito e o efeito que teve na altura.

Consciente dos seus limites, esta introdução tenta aplanar a entrada nas mais de 500 páginas de documentos transcritos, de leitura por vezes árdua. Será uma espécie de “roteiro temático” muito livre, com direito a desvios e inúmeras omissões: o absurdo seria pretender, em poucas páginas, inventariar todas as questões que a documentação permite levantar. Os comentários, informações e umas quantas referências adicionais apenas abrem caminho à exploração desta e outras vias de informação sobre os temas focados.

Dos textos apresentados, alguns (muito poucos) foram publicados em obras recentes e importantes para entender os acontecimentos: o ensaio de história política do professor Jean-Michel Tali e o depoimento, apoiado em investigação documental, do médico Edmundo Rocha.¹ Também há casos (raros) de documentos já inseridos em livros mais antigos ou de pouca circulação. Reinseridos agora num conjunto de textos contemporâneos e correlacionados, esses poderão ser lidos sob uma nova luz. Todos os outros ou são totalmente inéditos, ou foram reproduzidos e divulgados naqueles anos mas lêem-se hoje como se fossem revelados pela primeira vez, de tal modo ficaram esquecidos, até por quem viveu parte desse passado.

O mesmo sombrio esquecimento atinge os jornais e boletins partidários, sindicais, religiosos e outros, produzidos no estrangeiro, onde era possível a expressão pública das opiniões. *A Voz da Revolução Angolana* (Léopoldville), órgão da UPA, surge em Setembro de 1960, enquanto o MPLA faz sair um *Boletim de Informação* (Conakry) em Novembro desse ano, lança o *Unidade Angolana* (Léopoldville) em Dezembro de 1961 e o *Vitória ou Morte* (Léopoldville) em Agosto de 1962. Esquecidos andam também os jornais e revistas estrangeiros onde os Angolanos veicularam informações e denúncias do regime colonial, debateram ideias ou trocaram acusações – *Courrier d’Afrique* e *L’Homme Nouveau* em Léopoldville/Kinshasa, *Révolution Africaine* em Argel e outros. Torná-los acessíveis aos interessados não será difícil com as actuais técnicas de digitalização, independentemente do local onde se encontrem.

O acesso aos arquivos da polícia política de Salazar trouxe nos últimos anos um importante complemento documental à publicação de memórias e depoimentos de

diversos protagonistas, mas não no âmbito deste livro.² No entanto, a rede da PIDE em Léopoldville parece ter sido bastante activa, resultando certamente numa boa “colheita” de informações e de documentos das organizações angolanas.³

Indicação segura de que não é a escassez de documentos que nos impede de conhecer melhor essa fase histórica, mas a falta de recursos financeiros e humanos para a investigação, são estas centenas de páginas que apenas abrangem 1961 e 1962,⁴ uma parcela da vasta documentação sobre a luta anticolonial dispersa em arquivos oficiais e privados por esse mundo fora – Portugal, EUA, Congo-Brazzaville, Congo-Kinshasa, Bélgica, Inglaterra, Rússia, Zâmbia, França, Tanzânia, Marrocos, Argélia... Sem contar com documentos na posse de organizações ou pessoas que tomaram contacto com essa luta – activistas e jornalistas de diversos quadrantes, organizações de trabalhadores, de juristas, de mulheres, de jovens... A lista é grande e vários são referidos neste livro, como o Movement for Colonial Freedom, que coordenava em Londres a actividade de diversas organizações a favor da libertação política e económica das colónias.⁵

O carácter “politicamente parcial” da documentação aqui incluída ou o facto de sobre certos aspectos suscitar a nossa curiosidade sem conseguir satisfazê-la, em nada diminui a sua importância. Ela foi reunida por alguém cuja vida não é possível dissociar da história do MPLA e que foi por largos anos um dos seus dirigentes, mas que não esteve sempre no centro (ou a par) dos acontecimentos. Sendo extraída da documentação que acompanha o percurso pessoal e político de Lúcio Lara, reflecte esse percurso e o dos camaradas mais próximos, sem nos permitir observar todos os ângulos e facetas do “amplo movimento”... E muito menos do universo das organizações angolanas nos países vizinhos de Angola.

De facto, entre 1960 e 1962, para além da principal e mais conhecida UPA e do MPLA recém-chegado a Léopoldville, existiam organizações sindicais como a UNTA e organizações de solidariedade de base etno-regional como a ALIAZO e ASSOMIZO dos Bazombo (na origem do PDA e do MDIA), ou a “Associação dos Mussorongos” (donde sai um obscuro MNA), ou a AOECA, AREC (depois MLEC) e CAUNC (este apelando à integração no Congo-Léopoldville) dos originários de Cabinda, ou até quem reivindicasse o ressurgimento do antigo reino do Kongo (NGWIZAKO). Algumas tinham uma base social significativa, outras não passavam de grupos minúsculos.

² À excepção de alguns fac-símiles no livro de Deolinda Rodrigues organizado por Roberto de Almeida, *Cartas de Langidila e outros documentos*, Luanda, Nzila, 2004.

³ Cf. Dalila C. Mateus, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial 1961-1974*, Lisboa, Terramar, 2004 e Marcelo Bittencourt “*Estamos juntos*”. *O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*, Luanda, Kilombelombe, 2006 (no prelo). Ambos usaram extensamente o Arquivo da PIDE (Lisboa, Torre do Tombo), expondo o seu valor para este período e, simultaneamente, os problemas da sua utilização.

⁴ O 1º volume de *Um amplo Movimento...* cobre acontecimentos até Fevereiro de 1961. Este 2º volume começa em Janeiro de 1961, complementando e não repetindo a documentação publicada no anterior.

⁵ Documentação do MCF encontra-se na Biblioteca da School of Oriental and African Studies (Londres) onde também está a do escritor e activista Basil Davidson. Ali actuavam ainda o CAO (Committee of African Organizations) e o Council for Freedom in Portugal and Colonies. Comitês de apoio existiam também noutros países europeus e no Brasil. Nos EUA o “American Committee on Africa” (ACOA), de George Houser (mais próximo da UPA), era desde o final dos anos 50 a principal organização antiapartheid e anticolonial e apoiava estudantes africanos nos EUA.

¹ Jean-Michel Mabeko Tali, *Dissidências e Poder de Estado. O MPLA perante si próprio (1962-1977) – ensaio de História Política*, Luanda, Editorial Nzila, 2001, vol. I (1962-1974). Edmundo Rocha, *Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período 1950-1964) – testemunho e estudo documental*, Luanda, Ed. Kilombelombe, 2003, 2 vols. Fundamental é John Marcum, *The Angolan Revolution*, Massachusetts, The MIT Press, 1969, vol. I (1950-1962).

Menos conhecidas ainda são as associações de originários de Angola no leste do Congo-Léopoldville, nomeadamente no Katanga (como a ATCAR).

A maioria dessas organizações aparece na documentação reunida por Lúcio Lara, o que não causa surpresa, pois a história do MPLA resultou também da colaboração, rivalidade ou confronto aberto com elas. O caso de consequências mais graves para a luta pela independência de Angola foi, como se sabe, a persistente rivalidade e a falta de entendimento entre o MPLA e a UPA/FNLA.⁶ Outro caso especial mas de sinal oposto foi o da UNTA, cuja sólida aliança com o MPLA a levou a transformar-se na central sindical deste, em vésperas da Independência, para depois se confundir com as “organizações de massas” partidárias, quase apagando a história anterior.

Se a cronologia desta obra cobre um período curto, já os locais referidos desenham uma “geografia” que se estende por vários continentes, indicativa da rede de relações internacionais em que o MPLA procurava apoiar-se, a partir de contactos formais ou pessoais. Nessa geografia essencialmente africana, destacam-se em 1961 o Marrocos (Casablanca e Rabat) e a Guiné-Conakry. Em 1962, como seria de esperar, acompanhando a mudança de Lúcio Lara de Conakry para Léopoldville, a documentação emitida nesta cidade ultrapassa as outras. Mas os locais de origem ou de destino são também Accra, Brazzaville, Argel, Lagos, Cairo, Dakar... ou Lausanne, Paris, Londres e outras cidades da Europa, da América e da Ásia.

Considerando a bipolarização da política mundial na época da “coexistência pacífica” (precária, como se viu na “crise dos mísseis” em Cuba em Outubro de 1962) e tudo o que se sabe sobre as alianças internacionais do MPLA e da UPA/FNLA, forçoso é reparar que os “alinhamentos” não parecem muito definidos nesta fase: nem um nem outra deixam de procurar ajuda onde quer que se ofereça a oportunidade. Apesar de politicamente distintos, ambos afirmam publicamente que a hora é de usar todas as armas contra o colonialismo português e não de escolhas ideologicamente determinadas. A oficialização em Setembro de 1961 do Movimento dos Países Não-Alinhados, visto como uma força internacional equidistante e de equilíbrio no conflito Leste-Oeste,⁷ abre novas portas aos movimentos independentistas. Duas delegações angolanas estão na Conferência inaugural de Belgrado: Holden Roberto viaja com o Primeiro-Ministro do Congo-Léopoldville, Cyrille Adoula, e apresenta um memorando sobre Angola; o MPLA, com apoio marroquino, envia Mário de Andrade e Gentil Viana e distribui às delegações presentes vários documentos.

As mensagens a líderes comunistas e as visitas ao leste europeu e à China significam que o MPLA procurava neles apoio, não deixando contudo de cultivar relações no campo politicamente oposto. A tomada de posse de John F. Kennedy como presidente dos EUA em Janeiro de 1961 criou a expectativa de mudança da política americana, pois alguns membros da Administração e o próprio Kennedy se manifestavam anticolonialistas e viam, estrategicamente, o auxílio aos Africanos como parte da luta

⁶ Em Março de 1962 a UPA (União da Populações de Angola) e o PDA (Partido Democrático Angolano) juntaram-se na FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola).

⁷ Aos organizadores – Nasser (Egipto), Nehru (Índia) e Tito (Jugoslávia) – juntaram-se outros líderes asiáticos e africanos, de Chipre e Cuba.

contra a influência da URSS e da China. Expectativa frustrada, porém: depois de em Março e Abril votarem na ONU a favor da autodeterminação e da descolonização de Angola, essa atitude foi rapidamente corrigida quando Salazar “ameaçou” não renovar os acordos sobre a base dos Açores. Os Estados Unidos não iriam pressionar “demasiado” o seu parceiro na OTAN, embora continuassem a dar alguma ajuda aos refugiados no Congo-Léopoldville, a estudantes angolanos nos EUA e (mais discretamente) à UPA.

Missionários protestantes tiveram um activo papel na denúncia da violência colonial portuguesa e no esclarecimento e mobilização de grupos de pressão na Inglaterra e nos EUA. Malcom McVeigh, J. Clifford Parsons e David Grenfell são nomes citados, devendo acrescentar-se o do bispo Ralph Dodge.⁸ Em Angola, na onda de repressão de 1961 muitos pastores e diáconos angolanos tinham sido assassinados ou presos e várias missões arrasadas. Missionários estrangeiros foram expulsos ou impedidos de regressar. A solidariedade com os colonizados não excluía certas preferências: os Baptistas trabalhavam dos dois lados da fronteira com o Congo, conheciam mal os angolanos de outras zonas de Angola e, em geral, desconfiavam do MPLA; entre os Metodistas, as opiniões dividiam-se e o conhecimento pessoal de muitos elementos do MPLA justificava a confiança nestes. As relações entre as igrejas e os estudantes no exterior tiveram alguns reflexos na história política angolana.

As conferências internacionais eram ocasião para os Angolanos denunciarem a violenta repressão colonial perante públicos pouco habituados a ouvir mencionar as colónias portuguesas. Disso podia depender a obtenção de bolsas de estudo, passaportes ou salvo-condutos, dinheiro, medicamentos ou armamento... Sem o reconhecimento internacional do direito à luta armada, seria muito mais difícil obter o treino, armas e equipamento militar que a situação exigia. Colocando Angola na agenda política do grupo de países afro-asiáticos e outros, influenciavam-se também as decisões na ONU. Instrumento precioso nessa estratégia terá sido o estabelecimento em Rabat da CONCP (Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas). A Conferência inaugural em Casablanca (18-20 de Abril de 1961) criou uma frente de organizações nacionalistas (dissolvendo a efémera FRAIN) que tinha mais espaço de manobra do que cada uma delas isoladamente. Através da CONCP e da hospitalidade marroquina (que vinha desde Mohamed V, um dos promotores do “grupo de Casablanca”), outras actividades foram possíveis, como a proclamação da União Geral dos Estudantes da África Negra sob o domínio colonial português (UGEAN) em Setembro de 1961. Era um passo importante, sobretudo depois da fuga massiva de estudantes de Portugal.⁹

Em 1961 a Guiné de Sékou Touré e o Ghana de Kwame Nkrumah eram, a par do Marrocos, os principais pontos de apoio do MPLA em África, como a documentação confirma. A Argélia, com uma guerra de libertação até Março de 1962, só em Julho

⁸ Todos eles escreveram e falaram para diversos públicos. Grenfell enviou regularmente a jornalistas e outras pessoas influentes as suas “Notas” baseadas no que via e ouvia dos milhares de refugiados chegados aos campos estabelecidos no Congo. O apoio do bispo Dodge foi essencial na fuga de alguns jovens estudantes de Angola.

⁹ Ocorrida em Julho de 1961, envolvendo uma organização ecuménica de ajuda a refugiados, com apoio dos governos da França e dos EUA. Cf. E. Rocha *ob. cit.*, I: 215-227 e Iko Carreira, *Memórias*, Luanda, Nzila, 2005, pp. 41-5.

desse ano ficou independente – e a Frente de Libertação Nacional da Argélia tinha boas relações com o MPLA mas igualmente com a UPA (ambos tendo beneficiado de treino militar com argelinos). O país decisivo para a luta em Angola era, porém, o Congo-Léopoldville onde a implantação da UPA e o seu relacionamento com as altas esferas do governo significavam, desde logo, previsíveis dificuldades para o MPLA. O Congo vivia uma situação política explosiva e confusa nos finais de 1960, com a destituição de Patrice Lumumba, primeiro-ministro eleito cujos discursos revolucionários lhe granjearam numerosos inimigos. As tropas que solicitara à ONU para pôr fim à secessão de Tshombé no Katanga (apoiada pelos Belgas e as companhias mineiras) mostravam-se inoperantes. Em Janeiro de 1961 Lumumba foi assassinado.

Não se pode dizer que o MPLA só tenha chegado ao Congo em Setembro de 1961, quando a direcção passou de Conakry para Léopoldville. Essa transferência foi paulatina e não se deu no vazio – apoiou-se em simpatizantes e activistas entre os refugiados e imigrados nos dois Congos. Em Dezembro de 1960, por exemplo, o Comité Director contactara militantes residentes para sondar as possibilidades da vinda para Léopoldville. O momento foi considerado propício para o “reconhecimento oficial” e “asilo político”, se o MPLA manifestasse a intenção de formar uma “Frente Comum” com a UPA. Pormenor importante: começavam a chegar, fugidos de Angola, jovens escolarizados e politicamente motivados que o MPLA não devia perder.¹⁰

O início da guerra em Angola tornou mais urgente a partida de Conakry e a instalação da direcção perto dos acontecimentos, mas era preciso vencer a desconfiança das autoridades congoleas. Enquanto se esperava autorização para uma representação política, foi estruturado o CVAAR (Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados) que iria minorar as dramáticas condições de vida dos refugiados e canalizar auxílio humanitário do estrangeiro, facilitando ao mesmo tempo a acção do MPLA próximo da fronteira. O CVAAR começou no Congo-Brazzaville e em Outubro passou para Léopoldville. Aos médicos vindos de Conakry (Américo Boavida, o director, Eduardo dos Santos e Hugo de Menezes) juntaram-se enfermeiros recrutados entre os refugiados e mais médicos e estudantes de Medicina (que finalizaram os cursos na universidade congolea) fugidos de Portugal.¹¹

O ano de 1961 ficou marcado na história de Angola por sucessivas explosões de revolta: os levantamentos e protestos na Baixa de Kasanje a partir de Janeiro, os ataques às prisões e postos da polícia em Luanda em Fevereiro e a grande insurreição que varreu o noroeste angolano em Março e nos meses seguintes. Se a repressão militar dos camponeses de Malanje (concluída no início de Março), pôde passar quase despercebida fora da região, já o “4 de Fevereiro” feriu o domínio colonial na capital da colónia, atacando alvos politicamente definidos e iniciando uma nova etapa da luta nacionalista. No entanto, foi o que chamamos “15 de Março” que fez

eclodir a guerra anunciada.¹² À violência extrema dos primeiros ataques a fazendas e povoações, respondeu a violência não menos brutal e indiscriminada dos colonos e a revolta alastrou ainda mais. A intervenção massiva do exército e da força aérea controlou lentamente a situação e em Agosto (reocupação da vila de Nambuangongo) restavam aos revoltosos as zonas de mais difícil acesso. A propaganda portuguesa dava o caso por “praticamente terminado” quando, de facto, começara uma longa guerra colonial.¹³ As acções militares confinavam-se ao norte, mas por todo o país as prisões abarrotavam de presumíveis “terroristas” (que facilmente “desapareciam”) e as “medidas administrativas” dispensavam julgamentos e iam enchendo os campos prisionais.¹⁴ Ao Congo chegavam as notícias através de refugiados – que a ONU calculava em cerca de duzentos mil no final do ano – comerciantes, missionários e até portugueses desertores do exército colonial.¹⁵

Não cabe aqui a polémica sobre mentores, organizadores e actores dos acontecimentos, mas pode dizer-se que documentos e testemunhos (em livros, jornais, rádio ou televisão) revelam um quadro mais complexo do que as paixões partidárias deixam ver. Muitos nacionalistas actuaram em várias organizações e a clandestinidade obrigava a que não se soubesse tudo. O antagonismo irreduzível MPLA-FNLA parece mais fruto das circunstâncias que rodearam a guerra de libertação do que da realidade política de Angola até 1961. Também nas regiões dos Dembos e Nambuangongo a “fronteira” entre adeptos da UPA e do MPLA não se manteve fixa. A hegemonia da UPA entre os insurrectos e refugiados nas matas cedo deu lugar a manifestações de violento sectarismo (regional, racial, cultural ou ideológico) que lhe fizeram perder adeptos. Mas a obediência à UPA era condição para o livre-trânsito que permitia chegar até ao Congo... Comunicações difíceis e a manipulação de informações, por conveniência, tornam difícil saber desde quando um certo grupo ou líder “pertenceu” à UPA ou ao MPLA, sobretudo em zonas distantes da fronteira. No Congo era diferente, pois as adesões (ou mudanças de filiação) eram do domínio público.

A confirmada existência de combatentes com ligações ao MPLA participando no “15 de Março” não retira à UPA a autoria e organização da rebelião.¹⁶ Por um lado, as razões da revolta eram partilhadas por quase todos os angolanos e, uma vez iniciada, ela espalhou-se rapidamente, com ou sem apoio da direcção em Léopoldville. Por outro lado, a reacção dos colonos, as perseguições e assassinatos, transformaram em fugitivos e depois em revoltosos muitos dos que inicialmente não tinham recebido (ou aceite) as

¹² Em declarações públicas dos líderes nacionalistas, a quem a recusa de Salazar a discutir a questão não deixava muitas saídas, mas também anunciada pelo acumular de tensões políticas, sociais e raciais.

¹³ Há já uma importante produção historiográfica portuguesa sobre a guerra colonial. Para esta fase, cf. Aniceto Afonso e Carlos M. Gomes, *Guerra Colonial. Angola - Guiné - Moçambique*, Lisboa, Diário de Notícias, 2000. E importantes entrevistas em José Freire Antunes, *A guerra de África 1961-1974*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, 2 vols.

¹⁴ Cf. M^a do Carmo Medina, *Angola: Processos políticos na luta pela Independência*, Luanda, Faculdade de Direito da UAN, 2003

¹⁵ Alguns fizeram depoimentos perante instâncias da ONU. Cf. Mário Pádua, pp. 380-91.

¹⁶ É interessante que Holden Roberto, nos EUA, inicialmente negou ter ordenado o ataque, embora admitindo que membros da UPA estavam envolvidos (declarações ao The New York Times 20-03-1961).

¹⁰ Relatório de Luiz de Azevedo Jr. in *Um amplo movimento...*, I: 399-403. Alguns desses jovens serão treinados na Checoslováquia e Marrocos. Cf. Paulo Júnior, *Lembranças da vida*, Luanda, INALD, 1998.

¹¹ Ver documentos do CVAAR neste volume e também E. Rocha, *ob. cit.*, II: 78-84.

instruções da UPA. Assim se pode entender a existência da “1ª Região Político-Militar” do MPLA, que não foi criada a partir do exterior (ao contrário da Frente de Cabinda e da Frente Leste) e teve de defrontar a própria UPA.

Porém, são notoriamente irrealistas certas declarações da direcção do MPLA, sobre o que se passava em Angola, chegando ao extremo de omitir a UPA e reivindicar para as “milícias” do MPLA todas as acções de relevo, a morte de centenas de militares portugueses e o controlo de Nambuangongo por vários meses – uma surpresa para quem pense que o MPLA sempre se demarcou da insurreição de Março de 1961. O próprio Mário de Andrade, criticando com razão os que afirmavam que apenas a UPA liderava em Angola a luta anticolonial, não se coíbe de alardear forças combatentes e sucessos militares fantasistas. A propaganda exagerada (os opositores também a usaram) parece fazer parte do folclore das guerras...¹⁷

Mas no terreno revelavam-se sobretudo os limites da insurreição e a falta dum enquadramento político e militar que transformasse em guerrilha organizada a mobilização popular contra o poder colonial. À excepção de um ou outro desertor do exército colonial, não havia experiência militar. Para o MPLA, a situação agravava-se com o bloqueio da UPA, levado ao auge em Outubro de 1961 quando um grupo comandado por Tomás Ferreira, rumo a Nambuangongo, foi na quase totalidade massacrado na área de Fuesse. A UPA começou por negar o facto e atribuiu-lo à tropa portuguesa mas confirmou-o mais tarde. Em Novembro de 1961, o MPLA enviou um grupo de bolseiros para a Checoslováquia e outro grupo para treino militar no Ghana. Em meados de 1962 elementos desses grupos e alguns mais juntaram-se no Marrocos para concluir a formação militar.¹⁸ Um grupo menor treinou com a FLN argelina. Esse núcleo do EPLA, o Exército Popular de Libertação de Angola entretanto criado, jurou bandeira em Agosto. Mas só no final do ano eles e as armas chegaram ao Congo. Em Angola, entretanto, a luta estagnava, pelos efeitos conjugados da repressão, da carência de armamento eficaz e da falta de unidade das forças angolanas.¹⁹

Do lado colonial, reformas tardias traziam algum benefício à maioria da população (a abolição das culturas obrigatórias e do Estatuto dos Indígenas no fim de 1961, a promulgação do Código do Trabalho Rural em 1962)²⁰ mas o ímpeto reformista do Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, embateu no conservadorismo do regime e dos interesses que o sustentavam e o ministro perdeu o cargo antes do final de 1962.

¹⁷ Cf. “Comunicado...” pp. 115-16 e Conferência de imprensa (Léopoldville 30-10-61) pp. 181-5.

¹⁸ Precedidos em Outubro de 1961 por Manuel Lima, Africano Neto e José Ferreira: pp. 219 e segs. comandado por Manuel Lima, ex-oficial e desertor do exército português.

¹⁹ A UPA tinha o Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA) e em Agosto de 1962 abriu a base de treino de Kinkuzu (os primeiros quadros treinaram com a FLN argelina na Tunísia). Em Março de 1962, o Chefe do Estado-Maior, Marcos Kassanga, fizera graves acusações à direcção (pp. 264 e segs). O novo CEM, José Kalundungo, afastar-se-á igualmente em 1964.

²⁰ Para uma rápida abordagem da situação colonial anterior, cf. M^a da Conceição Neto “Breve introdução histórica” in M. C. Medina, *ob. cit.*, pp. 15-30. Para um estudo mais profundo, Christine Messiant, *1961: L’Angola Colonial, Histoire et Société. Les Prémisses du Mouvement Nationaliste*, Tese de Doutoramento na EHESS, Paris, 1983 (a sair em 2006) e René Pélissier *La colonie du Minotaure. Nationalismes et révoltes en Angola (1926-1961)*, Orgeval, Pélissier, 1978.

A economia da colónia saía lentamente do estado de choque. O exército envolveu-se na assistência médica e na construção de aldeamentos e escolas, tentando reanimar, sob reforçado controlo, a economia rural. Portugal era criticado nas organizações internacionais, mas ainda detinha alguns trunfos na região, nomeadamente o Caminho-de-Ferro de Benguela e a possibilidade de apoiar (como fez) os separatistas do Katanga, a zona economicamente mais importante do Congo.

Sobre a unidade, ou melhor, sobre a incapacidade de realizá-la, não há conclusões fáceis. Terá havido tentativas sinceras de convergência para fazer avançar a luta, outras terão respondido apenas a pressões exteriores. Explicações que recorrem à “guerra-fria”, ao “racismo”, “tribalismo”, “elitismo” ou “ambições pessoais” só parcialmente satisfazem. Nem a UPA/FNLA nem o MPLA eram monolíticos, como testemunham os seus problemas internos. E ao longo dos treze anos de guerra mudaram as circunstâncias e alguns protagonistas e parceiros do jogo político.

Em 1961 e 1962, vê-se neste livro que se esteve muito perto de conseguir cooperar, apesar das desconfianças e receio de subalternização. De Fevereiro a Abril de 1961, preparando a CONCP, há contactos e nenhuma recusa frontal, mas finalmente só a UNTA e o MPLA comparecem. Em Maio, em Léopoldville, uma “Frente de Libertação de Angola” (FLA) parece possível... Mário de Andrade e Holden Roberto encontram-se em Monróvia para um “acordo de princípio” que será desfeito por Holden. A partir de Março de 1962, face à FNLA e ao GRAE²¹, o MPLA acusa a associação UPA-PDA de não ser uma frente “nacional” e o GRAE de não ter bases sociais nem legitimidade para ser “governo angolano”. A FNLA contrapõe que os outros devem solicitar a entrada na “frente” já existente. Em Maio, o ministro congolês do Interior, Kamitatu, reunindo todas as organizações angolanas em Léopoldville tenta sem sucesso que formem uma “Frente única”. Em Junho, Kwame Nkrumah consegue em Accra um acordo entre Mário de Andrade (MPLA) David Livromentos (PDA) e Rosário Neto (UPA), logo rejeitado pela FNLA. Em Agosto, as cartas entre Agostinho Neto e Holden Roberto, com graves acusações mútuas, selam a hostilidade entre as duas organizações.

É difícil duvidar do interesse do MPLA em estabelecer plataformas de unidade com a ALIAZO/PDA e a UPA, não porque lhe agradasse o carácter destas mas porque disso dependia o fácil acesso ao norte de Angola e a possibilidade de mobilização e recrutamento. E em parte também a credibilidade internacional e o auxílio político e militar. Na UPA/FNLA, Holden Roberto aparece como o grande responsável pela anulação dos esforços feitos, mas é difícil entender bem as motivações de tal atitude (e o papel de outras influências) sem o acesso a fontes diferentes destas. O PDA, cuja opção pela UPA foi determinante em 1962 (sem ele não haveria FNLA, nem GRAE...) também merece ser melhor analisado.

O valor desta documentação para a história interna do MPLA não precisa de ser realçado. Acompanhamos as mudanças na direcção desde Junho de 1961 (em Conakry)

²¹ A FNLA anunciou um “Governo da República de Angola no Exílio” (depois “Governo Revolucionário de Angola no Exílio”) presidido por Holden Roberto. O Ministro dos Negócios Estrangeiros era Jonas Savimbi, que se juntara à UPA após contactos com o MPLA (cf. *Um amplo Movimento...* vol. 1).

quando há a proposta de incorporar ao Comité Director²² membros residentes no Congo e outros, passando pela criação (em Novembro, em Léopoldville) de um Conselho Político Nacional e o alargamento do Secretariado, até às discussões que levaram à remodelação polémica de Maio de 1962 e, finalmente, ao Comité Director eleito em Dezembro de 1962 na Conferência Nacional. Justificam-se alguns comentários.

No primeiro caso, a proposta visaria o “aproveitamento da inteligência e da capacidade de acção dos angolanos” e “facilitar a unidade de todas as forças patrióticas”²³, ou seja, reflectir na cúpula a diversidade dos membros do MPLA (os que afluíam do interior, os residentes no Congo, os estudantes da Europa e dos EUA recém-chegados ou a caminho, os que vinham da UPA etc.) e assegurar rapidamente condições para a implantação no Congo. Mas se essa proposta vigorou, terá sido por pouco tempo, como a documentação prova. Viriato continuou a ser Secretário-geral e o CD continuou com os “antigos”, sendo os outros englobados no Conselho Político. Em Maio de 1962, a dificuldade de acesso ao interior de Angola e o ambiente político e social do Congo parecem impor-se: a UPA/FNLA nega a colaboração ou a simples passagem de combatentes do MPLA, e a cor mais clara de alguns dirigentes é pretexto para desacreditar a organização. Refugiados angolanos, agitados pela UPA e traumatizados pela violência racial no norte de Angola, protagonizam episódios de rejeição aos próprios médicos. O CD, após longas discussões, aprova um tático recuo de alguns “mestiços”. Mário de Andrade mantém a Presidência, Matias Miguéis é Vice-Presidente, o cargo de Secretário-geral desaparece e Viriato da Cruz sai da direcção.²⁴

A mudança de Dezembro de 1962 tem outras implicações. Em Julho de 1962 Agostinho Neto escapou de Portugal, onde a PIDE o colocara em residência vigiada, após prisão em Luanda e deportação para Cabo Verde. A arriscada fuga para Marrocos fez-se com o apoio do aparelho clandestino do Partido Comunista Português cuja ajuda o MPLA solicitara. Até essa data, o Presidente de Honra do MPLA era um ilustre ausente e, quando chega a Léopoldville, não pode deixar de ser um “estranho” naquele meio: reservado por natureza, mais habituado à política nas condições de clandestinidade que em espaço público, menos fluente em francês do que muitos dos companheiros e adversários. Mas o poeta e médico, o político que podia ao mesmo tempo invocar as suas origens metodistas e a sua trajectória de camarada de luta de comunistas, chega também carregado de prestígio e com a aura de herói do preso que escapa aos carcereiros.²⁵

Vários documentos ilustram facetas menos conhecidas das reacções mútuas de Viriato da Cruz e Agostinho Neto, embora ainda sem a virulência que se seguirá à Conferência Nacional. A situação é complexa: Viriato retirara-se da direcção mas continuava na prática a ser “o” dirigente e um dos arquitectos da política do MPLA, respeitado e admirado pelos seus camaradas. Neto reúne com o Comité Director, não com Viriato. As relações pessoais são difíceis, os dois mal se conhecem. Seguro de que Mário de Andrade, “o intelectual emprestado à política”, lhe abre o caminho para a presidência de facto, Neto comporta-se como o líder e não apenas “honorário”. A julgar por opiniões de contemporâneos, por mais cordiais que tivessem sido as relações pessoais entre Neto e Viriato – e não terá sido o caso – muito dificilmente um deles se subordinaria ao outro na direcção.

Agostinho Neto e Viriato da Cruz, de origens e temperamentos diferentes, tinham em comum serem políticos e intelectuais reconhecidos e pertencerem ao restrito número dos marxistas convictos, no panorama eclético do nacionalismo angolano. O que os separava não seriam os objectivos – a independência completa e a revolução social – mas as alianças e vias para alcançá-los. Na verdade, o que em 1962 parecia ser um “conflito de personalidades” virá a revelar-se muito mais do que isso nos anos seguintes.²⁶ A realização da 1ª Conferência Nacional não evitará a contestação e a cisão consumada de um grupo importante de militantes. O novo Comité Director não sobreviverá intacto à turbulência do ano de 1963. Mas esta é matéria para o próximo volume de *Um amplo Movimento...*

²² Formado em Conakry (Julho 1960): Mário de Andrade (Pres.), Viriato da Cruz (Sec.-geral), Lúcio Lara, Hugo de Menezes, Matias Miguéis, Eduardo dos Santos, Luiz de Azevedo Jr. Cf. *Um amplo Movimento...* I: 362-65.

²³ Mário de Andrade em carta a Deolinda Rodrigues, pp. 107.

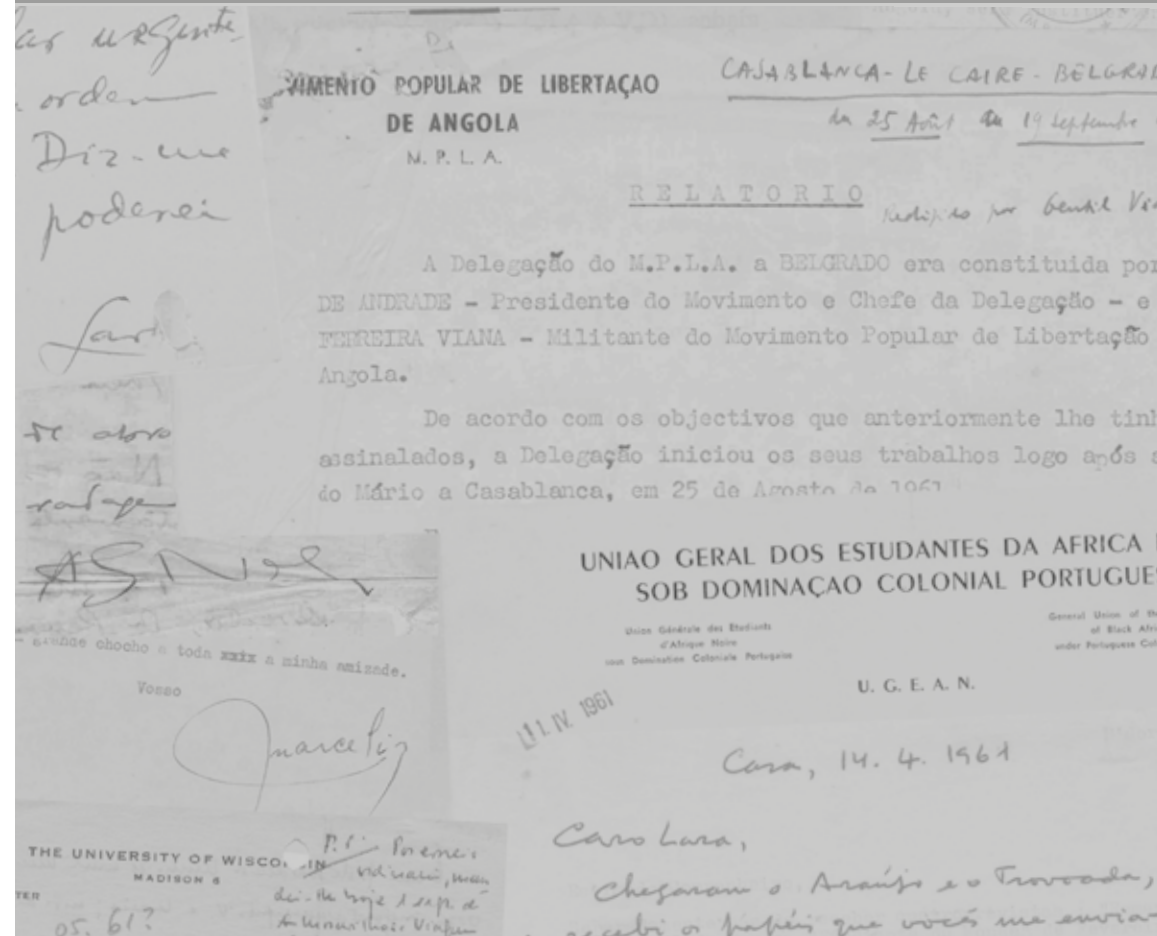
²⁴ Ficam no CD: Mário de Andrade, Matias Miguéis, Hugo de Menezes, Luís de Azevedo Jr., Graça S. Tavares (1º Sec.), João V. Lopes (2º Sec.), Desidério da Graça (3º Sec.), Rev. Domingos da Silva, Deolinda R. de Almeida, José B. Domingos, Georges M. Freitas, João G. Benedito e José Miguel. Cf. pp. 339 e segs., 362 e segs.

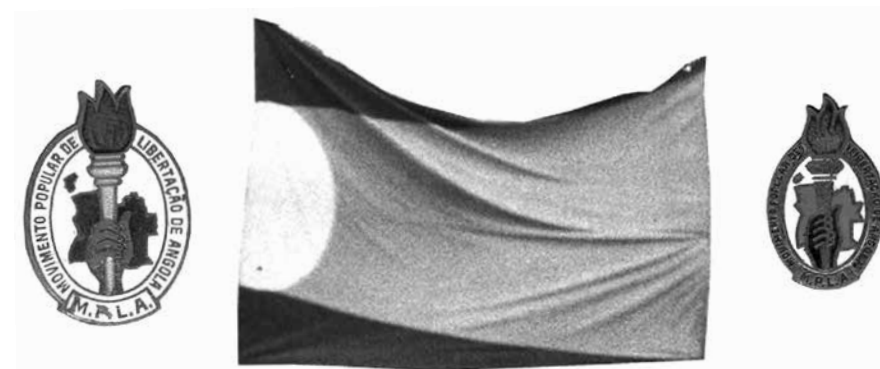
²⁵ Sobre Agostinho Neto, além de poemas e discursos seus, há alguns livros com artigos ou memórias de familiares e companheiros, pequenos ensaios biográficos parcelares, mas não uma boa biografia.

²⁶ Além de obras já citadas, cf. Michel Laban (coord.), *Viriato da Cruz: Cartas de Pequim*, Luanda, Chá de Caxinde, 2004.

DOCUMENTOS

1961 - 1962





Primeira bandeira e insígnias do MPLA

Mensagem do CD do MPLA à Conf.^a de Casablanca (rascunho)

[dactilografada, em francês – 2ª via]

CONFERÊNCIA AFRICANA DE CASABLANCA MENSAGEM:

Regoziamo-nos com a realização da conferência africana de Casablanca e desejamos ardentemente que seja encontrado um acordo para todas as questões inscritas na ordem de trabalhos.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) está certo de interpretar as aspirações do povo angolano ao pedir que a vossa conferência declare solenemente o seu apoio indefectível à luta levada a cabo pelo nosso povo, num clima de terror policial, contra o colonialismo português.

Formulamos os nossos melhores votos de sucesso para os vossos trabalhos, para que se reforcem ainda mais os laços de solidariedade que unem os povos africanos na sua luta contra as intenções imperialistas, pela conquista e a consolidação da independência política e a libertação económica.

Pelo Comité Director do MPLA

Mário de Andrade, Presidente.

Conakry, 2 de Janeiro de 1960 [*Está corrigido a lápis: 1961*]

Declaração sobre a situação no Congo

– Conferência de Casablanca –

[dactilografada, em francês]

A Conferência de Casablanca, reunida por Sua Majestade Mohammed V, Rei do Marrocos, é constituída pelos seguintes Chefes de Estado:

S. M. Mohammed V, Rei do Marrocos; S. Exa. Gamal Abdel Nasser, presidente da República Árabe Unida; S. Exa. Kwame N'KRUMAH, presidente da República do Ghana; S. Exa. Sékou TOURÉ, presidente da República da GUINÉ; S. Exa. Modibo Keita, presidente da República do Mali; S. Exa. Ferhat Abbas, primeiro-ministro do Governo provisório da República Argelina, representando o Governo provisório argelino; S. Exa. Abdelkader El Allam, ministro dos Negócios estrangeiros, representando S. M. o rei Idriss I do Reino da Líbia, e S. Exa. Alwin B. Perera, Embaixador extraordinário e plenipotenciário, representando o Primeiro-ministro do Ceilão.

Tendo considerado a situação no Congo:

- Declara a intenção e a determinação dos governos respectivamente representados de retirarem as suas tropas e outro pessoal militar colocado sob o comando operacional das Nações Unidas no Congo;
- Reafirma o reconhecimento do Parlamento eleito e do Governo legalmente constituído da República do Congo que foi proclamada a 30 de Junho de 1960;
- Convencida de que a única justificação da presença das tropas das Nações Unidas no Congo é:
 - 1 – Responder aos apelos do Governo legítimo da República do Congo, a pedido do qual as Nações Unidas decidiram criar o seu comando operacional;
 - 2 – Executar as decisões do Conselho de Segurança relativas à situação no Congo;
 - 3 – Salvaguardar a unidade e a independência da República no Congo e preservar a sua integridade territorial;
 - 4 – Pedir insistentemente às Nações Unidas para agirem com vista a:
 - a) Desarmar e dissolver os bandos ilegais de Mobutu;
 - b) Retirar da prisão e libertar todos os membros do Parlamento e do Governo legítimo da República do Congo;
 - c) Reunir o Parlamento da República do Congo;
 - d) Eliminar do Congo todo o pessoal militar e paramilitar belga ou qualquer outro pessoal estrangeiro (não pertencente ao comando operacional das Nações Unidas);
 - e) Devolver ao Governo legítimo da República do Congo todos os aeródromos civis e militares, as estações de radiodifusão e outros estabelecimentos, hoje ilegalmente retirados a esse governo;
 - f) Impedir os Belgas de utilizarem o território do Ruanda-Urundi sob tutela das Nações Unidas como base de agressão, directa ou indirecta, contra a República do Congo;
- Decide que, caso os objectivos e os princípios que justificaram a presença do comando operacional das Nações Unidas na República do Congo não sejam atingidos e respeitados, os Estados aqui representados reservam-se o direito de desencadear qualquer acção apropriada.

Mensagem do MPLA saudando o Congresso do MCF

[dactilografada, em francês – 2ª via]

SR. FENNER BROCKWAY
MOVEMENT FOR COLONIAL FREEDOM
MENSAGEM

O Comité Director do MPLA tem a honra de saudar muito calorosamente o vosso congresso.

Estais reunidos num momento em que a emergência das Nações Africanas, na cena internacional, constitui um factor de novos equilíbrios no mundo.

Que nos seja permitido aproveitar esta ocasião para render homenagem aos esforços que o vosso movimento, inspirando-se nas mais nobres tradições do povo inglês, desenvolveu a favor do direito dos povos coloniais a disporem de si próprios.

O MPLA está feliz por contar, entre os seus aliados, com o MOVEMENT FOR COLONIAL FREEDOM na luta contra o colonialismo português e deseja que os trabalhos do presente congresso sejam coroados de êxito.

Conakry, 14.1.1961

Pelo Comité Director do MPLA
[assinatura de Mário de Andrade]
Presidente

Carta da FRAIN à Assembleia Nacional da RAU

[dactilografada, em francês, em papel timbrado da FRAIN – 2ª via]

Sr. FOUAD GALAL
Assembleia Nacional
CAIRO
RAU¹

Caro Senhor

Fazemos questão de pô-lo ao corrente do fracasso da nossa tentativa de o contactar.

1 – Em Julho de 1960, o nosso camarada Sr. Lara foi a Accra com o objectivo de obter, dos vossos representantes, facilidades para poder entrar em contacto directo consigo.

2 – As diligências em Accra, decorreram com dificuldade. Por essa altura, recebemos notícias suas e por isso o nosso camarada insistiu, junto do Sr. Kamal M. Aboul-Kheir, no interesse de uma tal viagem.

¹ República Árabe Unida do Egipto.

3 – O nosso camarada Lara só conseguiu ser recebido por Sua Excelência El Sayed Nabih Abdel Hamid, ao fim de cinco semanas. Sua Excelência declarou ao nosso camarada que ignorava essas diligências empreendidas há já mais de um mês junto do Sr. Kamal Aboul-Kheir.

4 – Lamentando os adiamentos sucessivos de uma solução concreta desse assunto, Sua Excelência deu a entender ao nosso camarada que a questão da viagem se resolveria definitivamente dois dias depois.

5 – No entanto, no dia fixado, tendo que contactar Sua Excelência por telefone, o Sr. Lara foi informado pelo Sr. Kamal Aboul-Kheir que seria melhor esperar em Conakry a solução do problema.

6 – Dado que o nosso camarada partira para Accra apenas com o objectivo de resolver esse assunto, regressou no dia seguinte a Conakry, sem ter conseguido contactar de novo Sua Excelência El Sayed Nabih Hamid.

7 – Constatámos mais tarde que o assunto dos nossos encontros, de que respeitámos estritamente o segredo, foi levado ao conhecimento de terceiros, estranhos às partes interessadas nesta questão.

8 – Esperámos a melhor ocasião para levar ao seu conhecimento esta questão e para reafirmar o nosso desejo de conservar e reforçar as relações amigáveis já empreendidas.

Aceite, caro Senhor Galal, as nossas saudações fraternas.

Conakry, 19 de Janeiro de 1961

Amílcar Cabral
Secretário Geral
do Partido Africano para a
Independência da Guiné
dita portuguesa

Viriato Cruz
Secretário Geral
do Movimento Popular de
Libertação de Angola



Amílcar Cabral e Viriato da Cruz

Projecto de Resolução sobre as Colónias Portuguesas

[policopiado, em francês]

[Sem data – A Conf.^a foi a 21-22/01/61]

RESOLUÇÃO SOBRE AS COLÓNIAS PORTUGUESAS¹

Considerando o carácter particularmente retrógrado do colonialismo português, já várias vezes desmascarado perante a opinião pública internacional;

Considerando que, apesar da repressão económica, policial e militar, os povos da Guiné Portuguesa, de Angola e de Moçambique levam a cabo uma luta corajosa pela conquista da sua independência nacional;

Considerando que, em vez de respeitar o direito desses povos à autodeterminação e à independência, o Governo português se prepara febrilmente para desencadear novas guerras coloniais, particularmente em Angola e na Guiné Portuguesa;

Considerando que os povos de África e da Ásia não serão livres enquanto houver algum povo africano ou asiático submetido à dominação estrangeira:

O Conselho de Solidariedade Afro-asiático

Proclama, sem equívoco, o direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência e a conquistarem a sua liberdade e liquidarem totalmente o colonialismo português por todos os meios a que possam recorrer.

Condena energicamente o colonialismo fascista de Portugal do qual denuncia, uma vez mais, os crimes cometidos contra os povos de África e da Ásia.

Reafirma o seu total apoio à luta de libertação dos povos da Guiné Portuguesa, de Angola e de Moçambique, e exige a libertação imediata de centenas de patriotas presos ou deportados nessas colónias, entre os quais o médico e poeta Agostinho NETO, o padre Pinto de ANDRADE e Ilídio MACHADO.

Apela aos Governos dos países independentes de África e da Ásia a concederem uma ajuda eficaz à luta de libertação dos povos das colónias portuguesas e a tomarem, sem demora, medidas de represália contra o Governo colonial português, nos planos económico e diplomático.

Projecto de resolução apresentado pelo Delegado do PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA da Guiné Portuguesa.

¹ Esta Resolução foi tomada na “Sessão Extraordinária do Comité de Solidariedade dos povos afro-asiáticos” onde Amílcar Cabral interveio como Secretário-Geral do PAIGC. [Nota de Ruth Lara?]

Carta de Lúcio Lara a António Nogueira Santos

[cópia dactilografada – 2ª via]

Conakry, 25 de Janeiro de 1960 [é de 1961]

Meu caro Toni

Obrigado pela tua carta de 8 do corrente.

O motivo que te levou a escrevê-la foi por nós devidamente considerado.

Escrevemos ao senhor dando-lhe o nosso acordo de princípio e pedindo-lhe que entre em contacto connosco directamente. A única restrição a um presumível acordo será a de ser de nossa conveniência que a viagem se efectue a partir de Conakry. Mas isso não constituirá obstáculo... As condições expostas são bastante aceitáveis. Agradecemos-te o teres tido o cuidado de nos transmitires esta questão.

Quanto à possibilidade de um encontro com a oposição portuguesa no Brasil, logo que haja algo de concreto quanto à presumível viagem de um delegado nosso, estudaremos a questão. Naturalmente que um encontro desse género pode ser de grandes vantagens para ambas as partes, sobretudo porque a oposição portuguesa no Brasil não tem uma posição definida quanto aos nossos problemas: cada sector os encara de sua maneira...

Gostei que contactasses aí com os nossos camaradas do MPLA.

A amizade que os portugueses de Londres lhes dedicaram é a prova cabal de que, noutras condições, a luta dos povos das colónias portuguesas poderia ser apoiada pelos portugueses honestos de uma forma mais activa.

Aguardemos o futuro, que não será longo, para que os problemas comuns a Portugal e ao que são hoje as colónias portuguesas possam ser tratados numa base de confiança e serenidade.

Será que tencionas ir a Portugal por estes tempos?

Que faz a Anita que nunca mais deu acordo de si?

Nós aqui estamos cheios de trabalho. A par das actividades políticas alguns de nós exercem profissão aqui na República. Eu estou como professor de Matemática. A Ruth trabalha para uma Agência noticiosa da República Democrática Alemã. E assim o exílio deixa de ser um problema, pois temos sempre com que nos ocupar.

Até já armamos em capitalistas e compramos um VW em não sei quantésima mão, mas que nos faz o favor de nos rebocar para onde é preciso e quando é preciso. Foi baratucho, mas mesmo assim ainda não o pagamos todo. De resto ainda estamos alojados muito incomodamente, pois ainda não chegou a minha vez de receber uma casa do estado, que é devida a todos os professores. Claro que vivemos razoavelmente e não fossem os imensos problemas da nossa luta, poderíamos dizer que a vida decorre normalmente. A Ruth é corajosa e aceita tudo isto com desportivismo. O Paulchen dá-se perfeitamente. No fundo ele é a única pessoa que talvez venha a ressentir toda esta vida. A verdade é que não temos condições para o educarmos como sonháramos: umas vezes andamos enervados, outras vezes falta-nos o tempo e a paciência para lhe dedicarmos uns momentos, mas apesar de tudo ele vai-se criando e em condições que não podemos sinceramente lamentar, pois nesta terra onde ele não tem nenhuma raízes, consegue ter uns companheiros com quem se diverte o dia inteiro.

Esta vai longa, meu caro. A Ruth não pode escrever desta vez, mas envia-vos muitas saudades. Como vai o vosso Pedrinho? Aguardamos ansiosos a carta da Anita com a descrição da vossa aventura na compra da casa. Já temos saudades das suas cartas...

Bem caríssimos. Carinhos nossos para o Pedro e um abraço para cada um de vós.

Agradeço-te que te encarregues de endereçar a carta para o Carlos Thiré. O assunto parece ser sério.

+ 1 abraço do teu

Projecto de Programa de Acção Político-Militar do MPLA

[dactilografado, com emendas de L. Lara – em itálico no texto]

[Sem data – Janeiro de 1961]

Considerações preliminares ao

PROJECTO DE PROGRAMA EM 5 PONTOS DO Bureau de defesa e propaganda [segurança] (MPLA)

Dada a minha incipiente preparação político-militar, filha das condições especiais em que a nossa luta se tem desenvolvido, senti uma absoluta necessidade de recorrer a determinadas experiências históricas para elaborar este projecto de programa. Os conhecimentos adquiridos com o exemplo da Revolução chinesa, da luta do povo argelino e de outras lutas revolucionárias de libertação foram a fonte principal a que recorri, com relevo absoluto para as experiências colhidas das obras de Mao Tse Toung. Todos esses conhecimentos foram repensados em função do aspecto particular da luta do povo angolano e da posição actual do MPLA no contexto da luta que o povo de Angola desencadeou contra o colonialismo português.

Este Projecto de Programa pode parecer à primeira vista mais um programa de acção política do que um programa de acção militar. Deve porém ter-se em conta que “sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário” (Lénine) e que a eficácia de uma guerra revolucionária depende profunda e essencialmente da preparação política dos combatentes, desde a base aos dirigentes.

Por outro lado, na étape actual que o MPLA atravessa, caracterizada por uma limitação incómoda do contacto com as suas massas mas ao mesmo tempo por sólidas perspectivas de um bom trabalho de mobilização do povo em luta e da opinião internacional, mais do que nunca se impõe a elevação do nível político-militar dos membros do MPLA.

Mesmo que tudo não indicasse que a única saída para o triunfo absoluto das forças patrióticas angolanas é o recurso à guerra revolucionária, a verdade é que – a experiência o demonstra – só um partido revolucionário, em cuja estrutura o problema das milícias tenha sido seriamente resolvido, pode realizar eficazmente o amplo programa estabelecido pelo MPLA. O problema militar é pois *de* primordial importância para atingirmos os fins a que nos propomos.

Como diz Mao Tse Toung “Todos os problemas que provocam o choque de dois exércitos encontram a sua solução no campo da batalha... Daí, portanto, o serem tarefas absolutamente urgentes para nós o estudo da teoria militar, o estudo da estratégia e da táctica, o estudo do trabalho político no exército... Para responder às necessidades do Partido inteiro e de todo o país, a popularização dos conhecimentos militares é um problema urgente. Considero indispensável chamar todos os membros do partido a prestar uma atenção séria ao estudo dos problemas da guerra, elevando o interesse pelo estudo das teorias militares.” (Oeuvres Choisies, T. 2, Cap. IX “A guerra e a estratégia”).

A verdade porém é que é difícil a um povo trabalhador, vitimado durante séculos por uma violenta opressão, compreender a importância que as armas podem ter para a sua libertação. Compreendê-lo-á facilmente mercê de uma persistente e adequada preparação política que lhe abra com realismo as perspectivas radiosas oferecidas a um movimento de libertação revolucionário. [À margem: “Não é original, justamente”]

Este projecto de programa não pretende ser exaustivo. Não é momento de o ser. Ele propõe um plano de acção que tem por limite o estabelecimento do MPLA numa ou em todas as regiões limítrofes de Angola. Logo que tal aconteça e em função das experiências locais este programa tem de ser substituído ou pelo menos adaptado às novas condições. O “programa de estudos” não se pormenorizou. Ele deixa larga margem a ser completado. Por ex. o problema das “Bases de apoio de Guerra” (que não é o das “Bases de apoio de luta”), está contido na “Estratégia da Guerra de emboscada” e é sempre ocasião de sugerir “pontos” mais urgentes...

PROJECTO DE PROGRAMA EM 5 PONTOS

do Bureau de Defesa e Segurança, para ser aplicado durante a étape que preceder o estabelecimento do MPLA em regiões limítrofes de Angola.

- I – ELEVACÃO DO NÍVEL POLÍTICO-MILITAR DOS DIRIGENTES E DE TODOS OS MILITANTES DO MPLA através de
- Análise da actual situação política, militar, social, económica e cultural de Angola; *Estudo comparativo das forças em presença.*
 - Estudo das características actuais da luta do povo angolano, para determinação da étape em que se encontra.
 - Determinação das leis fundamentais da nossa “Revolução”. *As formas que ela pode reverter. O problema de Angola, individualizado no conjunto das diversas guerras de libertação.*
 - Estabelecimento de métodos e de estilos de trabalho eficazes e de uma disciplina sólida à escala de todo o Movimento.
 - Preparação ideológica e militar dos dirigentes não só pela elaboração sistemática de teses relativas ao desenvolvimento da situação político-militar, definindo com precisão as tarefas imediatas, as competências, fazendo um balanço crítico das tarefas executadas e prevendo o desenrolar das operações, mas também pela transmissão recíproca de experiências adquiridas.

- Sempre que conveniente, essas teses devem ser divulgadas pelos militantes. Elas tomarão em consideração as opiniões expendidas pela base, à qual retornarão depois de analisadas, criticadas e sintetizadas, para estudo e execução. Para já, e porque parecem importantes para a formação ideológica e militar dos dirigentes, sugerem-se os temas seguintes:
 - Estudo aturado do marxismo-leninismo com vista à investigação e à resolução dos problemas prementes da luta do povo angolano.
 - A eliminação das concepções erróneas num partido revolucionário.
 - O combate contra o liberalismo nas fileiras de um partido.
 - A necessidade das milícias num partido revolucionário.
 - A necessidade de encarar as guerras coloniais como tipo de guerra longa.
 - O papel do partido revolucionário numa guerra colonial.
 - A guerra revolucionária como estratégia fundamental numa guerra colonial.
 - A estratégia da guerra de emboscada.
 - Métodos de direcção e problemas de organização.
 - Determinação das classes existentes em Angola (o problema das forças motrizes do movimento de libertação e das forças contra-revolucionárias).
 - As contradições internas e externas em Angola.
 - Será evitável o recurso à guerra para libertar Angola?
 - Estudo de uma adequada divisão de Angola em “zonas de revolução” cada uma das quais submetida à direcção de um chefe.
- f) Desenvolvimento da crítica e da auto-crítica no seio do MPLA.

II – ESTABELECIMENTO DE UMA LINHA DE ACÇÃO MILITAR QUE SERÁ FUNÇÃO DA LINHA POLÍTICA ADOPTADA PARA O MPLA NA PRESENTE ÉTAPE.

III – CONTRIBUIÇÃO TOTAL À LUTA PELA CONSTITUIÇÃO URGENTE DE UMA FRENTE UNIDA PARA A LIBERTAÇÃO DE ANGOLA.
A Frente impedirá que nos lancemos sós num combate desigual e ao mesmo tempo permitirá actuar sobre vastas camadas populares e conquistá-las prudentemente para o MPLA.

IV – COMBATE AO IMOBILISMO POR UMA AMPLA MOBILIZAÇÃO DE TODAS AS FORÇAS NACIONAIS E DAS FORÇAS PROGRESSIVAS INTERNACIONAIS;

- Retomando contactos imediatos com os meios oficiais congolezes e com angolanos residentes no Congo (principalmente os chegados recentemente de Angola), com vista por uma lado à instalação de bases seguras de acção e por outro ao desenvolvimento de novas etapas de luta.
- Política sólida de mobilização de massas através de acções do tipo:
 - Publicação sistemática de documentos – onde se quebrem os mitos que tendem a exaltar a superioridade do inimigo; onde se combata um presumível

complexo de inferioridade com exemplos dinâmicos da luta de outros povos coloniais que se libertaram; onde se combata o sectarismo, o aventurismo, o regionalismo, o praticismo, e onde se aponte a necessidade de preparação para a guerra revolucionária; onde se apresente o MPLA como o único movimento que incarna as justas aspirações do povo angolano e capaz de levar a bom termo uma verdadeira luta de libertação; onde se lancem palavras de ordem do tipo NAÇÃO ANGOLANA; INDEPENDÊNCIA TOTAL E IMEDIATA; INDEPENDÊNCIA NACIONAL; REPÚBLICA DEMOCRÁTICA; SOBERANIA DO POVO; A TERRA AOS QUE A LAVRAM; LIQUIDAÇÃO COMPLETA DO COLONIALISMO PORTUGUÊS; VIVA A FRENTE (UNIDA) DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA; ABAIXO O IMPERIALISMO ESTRANGEIRO; AVANTE PELO PROGRAMA DO MPLA, ETC.; *onde os problemas que [?] sejam pronta e convenientemente comentados e difundidos.*

Os documentos devem ser larga e prontamente difundidos nas regiões limítrofes de Angola (aos angolanos) e deve controlar-se a aceitação e o cumprimento das palavras de ordem. Com tais documentos deve ainda tentar-se criar condições psicológicas para o desencadeamento em Angola de manifestações de massas que permitam avaliar o nível de luta das massas e medir as forças do inimigo.

– Estabelecimento do Hino do MPLA e de hinos revolucionários, da Divisa do MPLA, da Bandeira e do Emblema.

- c) Lançar as bases de um Conselho Revolucionário que sob o controle do “Comité Director”, estabeleça os seus próprios serviços de economia, propaganda e outros que sejam necessários.
- d) Lançar as bases para a criação dos Serviços de Segurança e dos Serviços de espionagem e contra-espionagem.
Desde já, utilizar todos os meios possíveis para obter informações sobre o inimigo, as suas forças, os seus movimentos, etc.
- e) Estreitamento de laços com os movimentos nacionais de todos os países sob dominação colonial portuguesa, nomeadamente os de África, com vista a uma possível cooperação e coordenação de esforços.
- f) Desenvolvimento e coordenação de um amplo movimento de opinião internacional contra o colonialismo português.

V – POLÍTICA URGENTE DE FORMAÇÃO DE QUADROS POLÍTICO-MILITARES E ESTABELECIMENTO DE MEIOS DE LIGAÇÃO EFICAZES COM O INTERIOR.

Os militantes candidatos a quadros deverão ser cuidadosamente escolhidos, atendendo às provas que tenham dado de abnegação, competência e espírito de luta.

Meios práticos – 6 [sic]

Carta de Ruth Lara a Deolinda Rodrigues

[dactilografada – 2ª via]

Conakry, 1 de Fevereiro de 1961

Querida Deolinda,

Há já imenso tempo que não te escrevo, mas sempre vou sabendo que estás bem e ainda ontem vi uma foto tua. Tem piada que não te fazia nada assim, mas gostei imenso de ti na foto (estou certa que não será só na foto!). É assim o traço em Angola? É bem bonito e muito diferente do da Guiné, aqui.

Escrevo-te hoje para te fazer um pedido. É o seguinte: O MPLA quer entrar em contacto com as organizações internacionais femininas, para ver se nas próximas conferências internacionais haverá uma representação, quer pessoal, quer só por mensagem, das mulheres de Angola. As militantes do MPLA em Conakry ofereceram-se para procurar saber as moradas dessas organizações, com as quais o Comité Director se porá em contacto, para lhes pedir material, informações, etc.

Pensámos que tu, aí na América, terias possibilidade de consultar ficheiros com moradas de organizações internacionais femininas, quem sabe se de saber a data de possíveis conferências em 1961... Uma camarada nossa escreve no mesmo sentido à Ruth Neto. Deves poder saber isso, não? Nós por nosso lado, estamos a informar-nos cá.

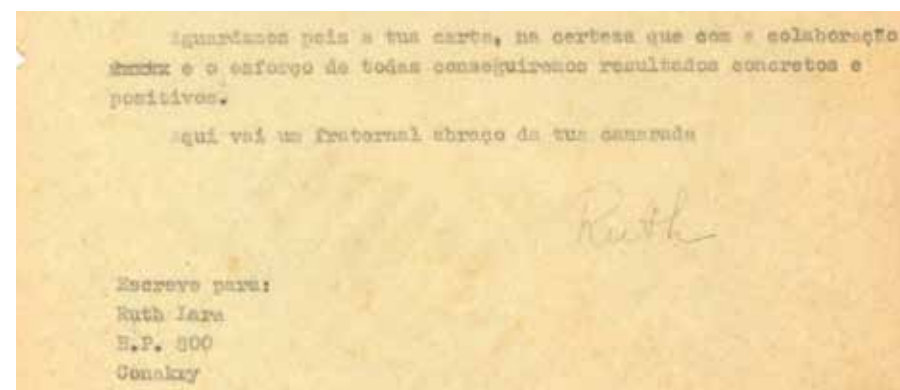
Estamos certas que será possível fazer um trabalho positivo nesse sentido e estamos convencidas que a tua colaboração será utilíssima, visto seres quem tem maior conhecimento dos problemas e mais experiência da luta.

Aguardamos pois a tua carta, na certeza que com a colaboração e o esforço de todas conseguiremos resultados concretos e positivos.

Aqui vai um fraternal abraço da tua camarada.

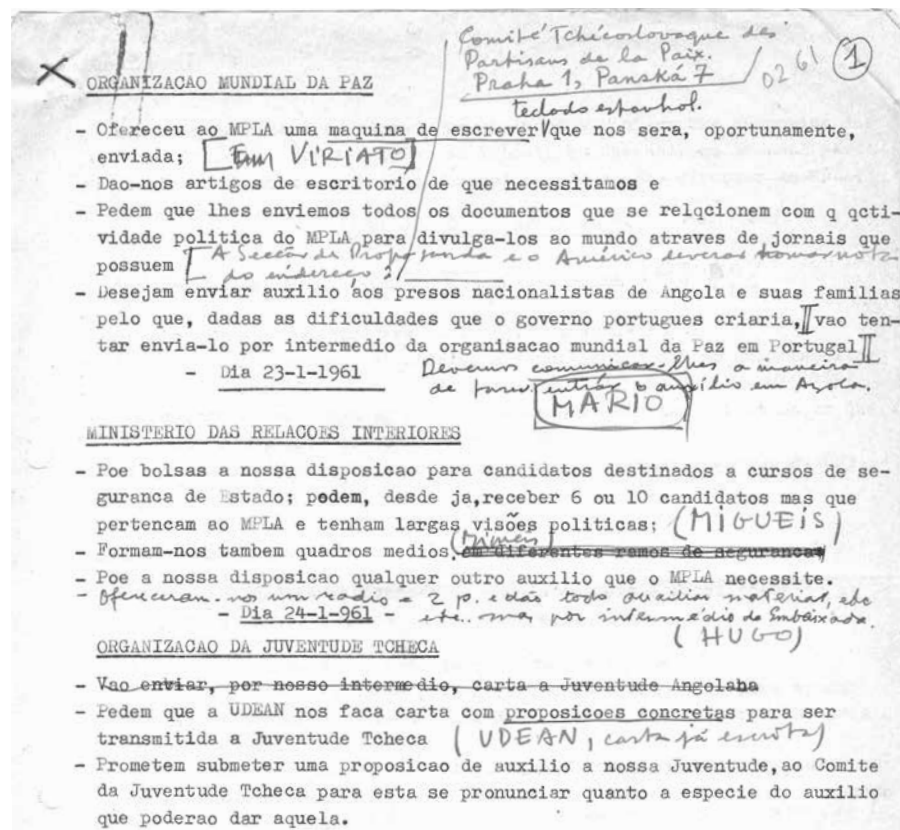
[assinatura de Ruth Lara]

Escreve para: Ruth Lara, B.P. 800, Conakry



Relato sobre a viagem à Checoslováquia

[dactilografado, com emendas manuscritas de V. Cruz, em itálico no texto]



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PAZ

- Ofereceu ao MPLA uma máquina de escrever *teclado espanhol* que nos será, oportunamente, enviada; [VIRIATO]
- Dão-nos artigos de escritório de que necessitamos e
- Pedem que lhes enviemos todos os documentos que se relacionem com a actividade politica do MPLA para divulgá-los ao mundo através de jornais que possuem [A Secção de Propaganda e o Américo deverão tomar nota do endereço Comité Tchecoslovaque des Partisans de la Paix - Praha 1, Panská 7]
- Desejam enviar auxílio aos presos nacionalistas de Angola e suas famílias pelo que, dadas as dificuldades que o governo português criaria, vão tentar enviá-lo por intermédio da organização mundial da paz em Portugal *Deveremos comunicar-lhes a maneira de fazer entrar o auxilio em Angola - (MÁRIO)*
- Dia 23-1-1961

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES INTERIORES

- Põe bolsas à nossa disposição para candidatos destinados a cursos de segurança de Estado; podem, desde já, receber 6 ou 10 candidatos mas que pertençam ao MPLA e tenham largas visões políticas; (MIGUEIS)
- Formam-nos também quadros médios. (Miguelis)
- Põe à nossa disposição qualquer outro auxílio que o MPLA necessite.
- Ofereceram-nos um rádio e 2 p. e dão todo auxiliar material, etc. etc. mas por intermédio da Embaixada. (HUGO)
- Dia 24-1-1961

ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE TCHECA

- Vão enviar, por nosso intermédio, carta à Juventude Angolana [riscado no original]
- Pedem que a UDEAN nos faça carta com proposições concretas para ser transmitida à Juventude Tcheca (UDEAN, carta já escrita)
- Prometem submeter uma proposição de auxílio à nossa Juventude, ao Comité da Juventude Tcheca para esta se pronunciar quanto à espécie do auxílio que poderão dar àquela.

PRESIDENTE DAS COOPERATIVAS

- A partir de 28/6/61 e de 12 Julho vão pôr a funcionar dois seminários (para Ásia e África) destinado à formação de indivíduos no ramo cooperativo. Pedem-nos que os avisemos na hipótese de desejarmos enviar angolanos para receberem tal formação. Os cursos têm duração de 15 dias (28.6) e 3 meses (12. Julho) e são ministrados em Francês e Inglês. O curso com duração de 15 dias destina-se a funcionários *que já trabalham no sector cooperativo.* (LARA e Boavida)
- 28-1-61
- Perguntam-nos se o n/ delegado participará à conferência económica dos Povos Africanos que tem lugar em Addis Abeba. Respondemos que tal participação está condicionada à resolução do comité directos do MPLA [Última frase rasurada].

- REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ

FEDERAÇÃO SINDICATOS Livres REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ (FDGB)

- Tem interesse contactar os trabalhadores de Angola;
- Pedem o envio das leis sindicais de Angola, sobretudo no que respeita a admissão dos Africanos a tais sindicatos; (LARA, TROVOADA)
- Só se interessam a ajudar sindicatos revolucionários, sobretudo, os que estejam em estreita colaboração com o MPLA
- Pedem-nos que lhes informemos no caso duma evolução negativa da UNTA.

INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE PARA COM OS POVOS AFRICANOS

- Pedem para que os estudantes de Angola em Leipzig façam trabalho no sentido de criar a unidade entre todos os estudantes ali.

- Ajudam a criação dum jornal em português e língua nativa;
- Nos vão enviar revistas e outras publicações sindicais para ajudar facilitar o conhecimento da experiência dos trabalhadores de todo o mundo
- Pedem para que lhes enviemos todas publicações nossas e artigos de tudo quanto se passe em Angola ou outras colónias portuguesas no campo sindical e político (*secção Propaganda e Relações Exteriores*)
- Aceitam-nos impressão de brochuras, tracts etc etc com excepção de jornais;
- Em princípio aceitam bolsiros para curso superior sindical mas que saibam francês ou Inglês;
- Põe desde já à nossa disposição duas bolsas para indivíduos que saibam francês ou inglês e que tenham já certa experiência sindical. Mantém os estudantes no tocante à alimentação, estudo, alojamento, somente aos próprios interessados e não às suas famílias. (*Miguéis e LARA*)
- Estão interessados que uma delegação *de Angola* participe na conferência sobre: os problemas do Neocolonialismo;
- Problemas dos Dois Estados Alemães face do Movimento de Libertação de Angola que terá lugar em Leipzig entre os dias 21 a 24 de Março de 1961;
- Aceitam revistas, jornais, relatórios de empresas de Portugal e colónias, estatísticas em língua portuguesa.

COMITÉ DE UNIFICAÇÃO ALEMÃ – Dia 1-2-1961

- Pedem-nos que procuremos saber o nome do representante da Alemanha federal em Angola (*LARA*)
- RÁDIO PRAGA

OFERTAS:

- *Dois máquinas de fotos; duas pastas; 1 máquina de escrever; 1 aparelho de rádio; 2 p.; 2 casacos; 2 pares de sapatos; 2 ceroulas.*
(*Algumas coisas para o Miguéis*)

Notícias sobre os Processos Políticos

[*policopiado, em francês*]

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

MPLA

Bureau de Conakry

C.P. 800¹

Estamos lembrados que a Administração colonial e a PIDE (Gestapo portuguesa conhecida sob este nome: Polícia Internacional [e] de Defesa do Estado) acusaram recentemente, em três

¹ Como este endereço se repete, vai ser doravante assinalado como “Endereço do MPLA em Conakry”.

processos, cinquenta e sete pessoas (cinquenta Angolanos e sete Europeus progressistas) de “atentado contra a segurança exterior do Estado e a unidade da Nação”.

A instauração desses processos iniciou em finais de 1959, mas a data do julgamento foi adiada várias vezes. (*)

Em Agosto de 1960, com o objectivo de lançar a confusão sobre a verdadeira direcção da luta nacional levada a cabo em Angola, a PIDE deu ordem aos tribunais para julgarem os sete Portugueses, sob a acusação de terem distribuído panfletos clandestinos apelando à independência da colónia. Foram condenados a penas de detenção de três meses a três anos e à privação de direitos políticos por quinze anos. O Supremo Tribunal de Justiça em Lisboa, depois de rever o processo, acaba de agravar essas penas para um mínimo de cinco anos.

A 5 de Dezembro do mesmo ano, o Tribunal Militar de Luanda realizou a fantochada de um julgamento de vinte nacionalistas angolanos que reclamam ser do MPLA e de outras formações políticas. No decorrer desse julgamento, foram cometidas irregularidades de toda a espécie: os advogados não foram autorizados a consultar os processos nem a visitar os seus clientes, nem mesmo a ouvir as testemunhas de defesa. Os acusados, conscientes das suas responsabilidades como combatentes nacionalistas, negaram a um tribunal estrangeiro o direito de os julgar. Aproveitando esta atitude como pretexto, a grande maioria dos advogados portugueses abandonou a defesa desses nacionalistas por... patriotismo. Apenas os Dr. Almeida Valadas e Dra. Maria do Carmo Medina continuaram corajosamente a assegurar a defesa. A PIDE fez instaurar imediatamente um processo contra os dois advogados.

A 21 de Dezembro, o Tribunal condenou os 20 patriotas angolanos, cujos nomes se seguem, a penas de detenção de três a dez anos, com privação de direitos políticos por quinze anos:

António Pedro Bengue; Fernando Pascoal da Costa; André Rodrigues Mingas Jr.; Pascoal Gomes de Carvalho Jr.; Joaquim Figueiredo (funcionários); Sebastião Gaspar Domingos (empregado de comércio); Agostinho André Mendes de Carvalho; Garcia Lourenço Contreiras; Belarmino Sabugosa Van-Dúnen; Manuel Bernardo de Sousa; José Diogo Ventura; Adão Domingos Martins (enfermeiros); Nobre Ferreira Pereira Dias (professor primário); Armando Ferreira Conceição Jr. (funcionário do Consulado português em Léopoldville); Noé da Silva Saúde (estudante); João Lopes Teixeira; João Manuel Lisboa (mecânicos); Manuel Baptista de Sousa (tipógrafo).

O Comité Director do MPLA

Conakry, 7 de Fevereiro de 1961

(*) – Cf. A nossa brochura “Le Procès des Cinquante” – 89 rue Hoignée, Cheratte. Bélgica.

Carta da UNTA a Viriato da Cruz

[dactilografada, em francês, em papel timbrado da UNTA]

[Nota manuscrita por V. Cruz: Responder que aceitamos 1 ou 2 MPLA e 1 ou 2 Guiné]

N/Ref: 134/DB/61

Bernau, 8 de Fevereiro de 1961

Camarada VIRIATO DA CRUZ
Secretário-Geral do MOVIMENTO POPULAR
DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA “MPLA”
C.P. 800
CONAKRY
(Guiné)

Caro irmão,

Na sequência dos nossos encontros do 4 de Fevereiro de 1961, aquando da sua passagem por Bernau (República Democrática Alemã), contamos com a presença desses três camaradas que nos acompanharão à China Popular por um período de um mês (em Maio).



Pascal Luvualu

Solicitamos-lhe que nos envie com urgência depois de exame de consciência, os nomes e apelidos dos camaradas para que possamos elaborar a lista.

Estão a ocorrer acontecimentos sangrentos em Angola. Seria possível informar-nos, de fonte segura?

Quando tencionam encontrar os Democratas portugueses e quais serão as vossas sugestões?

Na expectativa de resposta em breve, Caro irmão de luta, apresentamos-lhe as nossas fraternais saudações.

Pelo Comité da UNTA
no estrangeiro

Bernard DOMBELE [segue assinatura]

Pascal LUVUALU [segue assinatura]

cc.: François DOMBE, Presidente da UNTA, em Léopoldville.

Carta de Deolinda Rodrigues a Ruth Lara

[dactilografada]

Bloomington, 10 de Fevereiro de 1961

Querida RUTH,

Muito obrigada pela tua carta que chegou ontem. Eis o que apurei sobre organizações femininas internacionais:

- 1) International Heroines of Jericho
4245 Meade St., N.E.
Washington, D.C.
Foi fundada em 1922, tem cerca de 15.000 membros, coopera com a Associação Real de Maçonaria e faz parte da Organização Nacional de Mulheres Negras.
- 2) International Order of the Rainbow for Girls
Box 768, McAlester, Oklahoma
Fundada em 1922, tem 300.000.
- 3) International Catholic Auxiliaries
1734 Asbury Ave., Evanston, Illinois
Fundada em 1937, tem 250 membros.
- 4) Altrusa International
332 s. Michigan Ave., Chicago 4, Illinois.
Fundada em 1917, tem 15.000 membros e 7 oficiais. É um clube feminino para ajudar a resolver problemas locais e mundiais e para promover compreensão internacional.
Publicação mensal: “International Altrusan.”
- 5) Pilot Club International
520 Persons Building, Macon, Georgia.
Fundada em 1921, tem 11.000 membros; é uma organização internacional cívica para mulheres de negócios, profissionais e executivas (o que quer dizer este último termo?)
- 6) Quota Club International
1145 19th St., N.W. Washington 6, D.C.
Fundado em 1919, tem 10.000 membros e 7 oficiais. É um clube cívico de mulheres com cargos profissionais e de negócios. Seis vezes por ano publica “The Quotaria”
- 7) International Toastmistress Clubs
6829 Rita Ave., Huntington Park, California.
Fundado em 1938, tem 13.000 sócios e 3 oficiais. É para mulheres de mais de 21 anos de idade interessadas em melhorar a oratória, vocabulário e em treino para liderar. Publica bimensalmente: “Toastmistress”
- 8) International Federation of Business and Professional Women
52 E. 44th St., New York 17, N.Y.

Federação de organizações nacionais de profissionais e de negócios. Senhoras de 25 países.

9) Zonta International

59 E. Van Buren St., Chicago 5, Illinois.

Fundado em 1919, tem 14.000 sócias e 11 oficiais. É uma organização classificada e cívica de mulheres líderes em negócios e profissionais. Publica 7 vezes por ano: "Zontian."

10) Youth of all Nations

16 Saint Luke's Place, New York 14, N.Y.

Fundado em 1943.

11) Women's International League for peace and freedom

2006 Walnut St., Philadelphia 3, Penn.

Fundada em 1915, tem 16 oficiais. É para mulheres (e alguns homens) que se interessam pelo estabelecimento de relações pacíficas entre as nações, raças e classes nos Est. Unidos e em toda a parte. Foi fundada com o propósito de juntar mulheres de diferentes convicções políticas e filosóficas unidas pela determinação de estudarem, publicarem e ajudarem a eliminar as causas da guerra, quer sejam políticas, económicas ou filosóficas; de remover restrições quanto à liberdade que ofendem a dignidade humana, de trabalhar por métodos pacifistas pela justiça, liberdade e paz. Dez vezes por ano, publica "Four Sights".

Não sei até onde estas organizações nos serão úteis, mas vale a pena entrar em contacto com elas. Diz-me se interessa saber a data de possíveis conferências em 1961 de todas essas organizações ou só das que parecem valer alguma coisa. Desculpa. o meu pessimismo, RUTH.

Há quase cerca de um ano e tal, o LÚCIO queria fotos que mostrassem aspectos da nossa gente. Tenho algumas relativas a isso, mas só nestas férias de dois dias consegui tirá-las da barafunda do meu baú (que abro uma ou duas vezes por ano). Portanto, aqui vão estas (não sei o que dizer pela demora fantástica) e ele poderá dizer se ainda interessam, comentar o tamanho, etc., [*acrescentado à mão*: "pois tenho outras"].



Deolinda Rodrigues

Algumas representam diversos aspectos dos nossos "mlela" (trajo Angolano); vê se dá uma espiadela nestas fotos, RUTH. Gostaria tanto de ter uma foto em que estejas com o teu marido e filho; "vivos" uma vez em Luanda (foto do casamento do ANTÓNIO), mas já não me lembro bem de vós.

Dispõe de mim sempre que necessário e quiseres. Felicidades para todos. Muito cordialmente,

[assinatura de Deolinda]

Declaração sobre o assassinato de Patrice Lumumba

[policopiada, em francês]

DECLARAÇÃO DOS MOVIMENTOS AFRICANOS DE LIBERTAÇÃO REPRESENTADOS NO CAIRO, SOBRE ASSASSINATO DO PRIMEIRO-MINISTRO PATRICE LUMUMBA

O assassinato premeditado e a sangue-frio do Primeiro-Ministro congolês, o Sr. Patrice Lumumba, foi agora confirmado. Nós, membros dos movimentos africanos de libertação representados no Cairo, somos de opinião que o Primeiro-Ministro congolês foi brutalmente e selvaticamente morto devido à sua atitude em relação à luta congolês que procura recuperar e salvaguardar a independência total e a unidade nacional do Congo.

As potências imperialistas, sob a liderança dos Estados Unidos, não podiam permanecer inactivas uma vez que o malgrado Primeiro-Ministro Lumumba não servia os seus interesses e estava decidido a lutar pelo seu povo e a mostrar o caminho a todos os que ainda estavam sob o jugo da dominação imperial-colonialista.

Todos sabemos que o Congo é rico em recursos minerais e as potências imperialistas, sob a liderança dos Estados Unidos, não podiam tolerar que estes recursos fossem utilizados para o bem-estar do povo congolês; o seu interesse exigia a usurpação e a exploração destes recursos, e a utilização do Congo como simples base militar. Ora, era-lhes impossível executar os seus desígnios enquanto o país fosse dirigido pelo Primeiro-Ministro Lumumba que gozava da maior popularidade e que se opunha às suas manobras. Foi por isso que os imperialistas, com o impulso dos Estados Unidos, o liquidaram recorrendo aos colonialistas belgas e aos seus agentes Kasavubu e Tshombé.

Acusamos os colonialistas belgas, os Estados Unidos, enquanto promotores da conspiração imperialista, os seus agentes Kasavubu e Tshombé e o secretário-geral da ONU, o Sr. Dag Hammarskjöld, que utilizou a sua autoridade contra os interesses do povo congolês, de ter tornado possível tal crime. Se os povos africanos e todos os povos do mundo, amantes da paz e da liberdade, desejam saber porque acusamos os Estados Unidos de terem sido os instigadores deste crime abominável, diremos que, sem o apoio ilimitado dos Estados Unidos, jamais os Belgas, os seus agentes, os seus mercenários ou a ONU teriam ousado perpetrar este crime hediondo.

Convidamos todos os povos afro-asiáticos e os da América Latina, assim como todos os povos do mundo, amantes da paz e da liberdade, a apoiar a luta legítima do povo congolês visando recuperar e salvaguardar a sua liberdade e a sua independência. No entanto, antes de sugerir as medidas necessárias para esse efeito, gostaríamos de começar por sublinhar o seguinte. Se há pessoas que imaginam que o novo presidente dos Estados Unidos segue uma nova política, a essas diremos: Eis os resultados dessa nova política. Se temos de nos submeter às leis internacionais ou outras e respeitá-las, leis que foram elaboradas pelos próprios imperialistas, esses mesmos imperialistas que hoje são os primeiros a ignorá-las, pensamos então que é nosso direito adoptar as seguintes medidas, sublinhando no entanto que ao longo dos últimos meses, um grande número de crimes

políticos foram cometidos contra os nacionalistas argelinos, os militantes camaroneses, tais como o Dr. Felix Roland Moumié e o Primeiro-Ministro congolês.

Assim convidamos todos os povos da Ásia, da África e da América Latina, bem como todos os povos amantes da paz no mundo, a adotarem sem demora as seguintes medidas:

- a) Organizar encontros públicos e congressos populares, mobilizar todos os meios de propaganda para denunciar as atrocidades imperialistas e para convidar os povos a apoiarem a nobre luta dos combatentes congolezes.
- b) Fornecer ao governo legítimo do Congo, presidido pelo Sr. Gizenga, uma assistência militar, voluntários, armas e munições.
- c) Desencadear campanhas de recolha de roupa e víveres e enviar os donativos para Stanleyville.
- d) Organizar manifestações diante das Missões Diplomáticas belgas, americanas, francesas e inglesas e diante dos centros da ONU;
- e) Pedir a demissão imediata do Sr. Hammarskjöld e a reorganização do secretariado da ONU numa base democrática.
- f) Convidamos todos os governos afro-asiáticos, sul-americanos, assim como todos os governos anti-imperialistas a estabelecerem relações diplomáticas com o governo legítimo do Congo presidido pelo Sr. Gizenga.

Consideramos que essas medidas constituem o único meio susceptível de apoiar eficazmente a luta anti-imperialista dos combatentes congolezes. Sabemos que certos Estados imperialistas utilizam a ameaça de uma guerra mundial na intenção de aterrorizar os povos e retirar-lhes a vontade de lutar pela sua libertação. Estamos convencidos que a determinação, a vigilância e a unidade dos povos, a par da solidariedade actuante das forças anti-imperialistas são mais poderosas do que todas as armas imperialistas, como o prova a revolução cubana.

Unamo-nos, então, e desencadeemos o nosso assalto decisivo contra o regime odiado e moribundo do neocolonialismo e do imperialismo. A Vitória é Nossa.

Cairo, 13/2/61

Assinaturas:

União das Populações dos Camarões; Kenya African National Union; Partido Nacionalista do Zanzibar; Congresso Nacional do Uganda; União Nacional do Ruanda-Urundi; Partido Nacional Democrático da Rodésia do Sul; Partido Independente Unido da Rodésia do Norte; Frente Unida da África do Sul.

Carta de Viriato da Cruz a B. Dombele e P. Luvualu

[dactilografada, em francês – 2ª via]

CONAKRY, 22 de Fevereiro de 1961

C.P. 800 – CONAKRY – GUINÉ

Nº 201/6

CAMARADAS
BERNARD DOMBELE e PASCAL LUVUALU
Vice-Presidente e Secretário-Geral da UNTA
BERNAU (RDA)

Caros irmãos,

Recebemos a vossa carta de dia 8 do corrente.

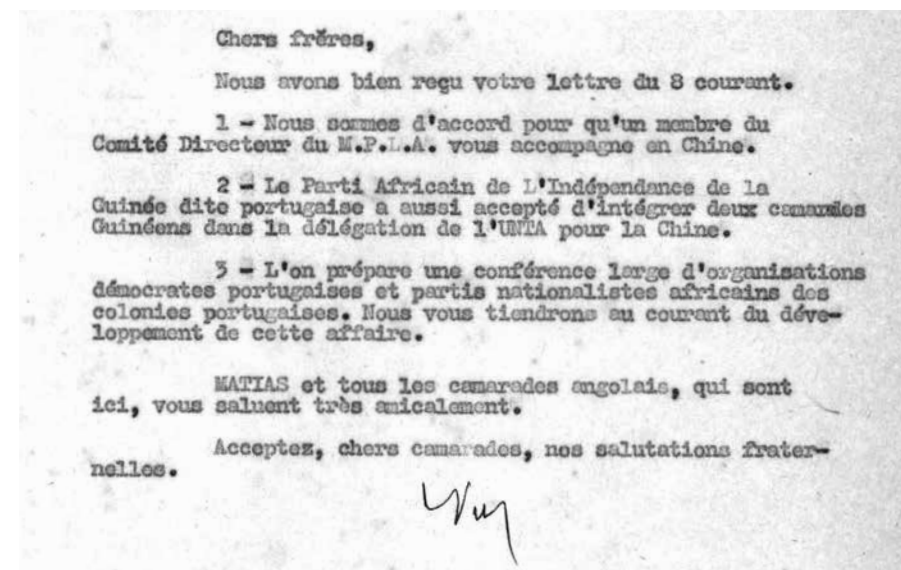
1 – Estamos de acordo que um membro do Comité Director do MPLA vos acompanhe à China.

2 – O Partido Africano para a Independência da Guiné dita portuguesa também aceitou integrar dois camaradas guineenses na delegação da UNTA para a China.

3 – Está-se a preparar uma conferência alargada de organizações democratas portuguesas e partidos nacionalistas africanos das colónias portuguesas. Manter-vos-emos ao corrente do desenvolvimento deste assunto.

MATIAS e todos os camaradas angolanos que aqui estão, saúdam-vos calorosamente. Aceitem, caros camaradas, as nossas saudações fraternas.

[rubrica de Viriato da Cruz]



Carta-Convite do MPLA para Reunião da CONCP

[dactilografado, em francês – 2ª via]¹

Ref. 209/6/61

Conakry, 25 de Fevereiro de 1961

Ao Comité Central
da ALIANÇA DOS ORIGINÁRIOS DO ZOMBO (ALIAZO), Léopoldville

Caros Compatriotas,

O Movimento Popular de Libertação de Angola, enquanto organização angolana, foi encarregue pelo Goa League e pelo Partido Africano da Independência (da Guiné dita portuguesa) de vos fazer chegar o convite prévio que juntamos.

Queiram aceitar, Caros Compatriotas, a expressão dos nossos sentimentos fraternais.

Pelo Comité Director do MPLA
Viriato Cruz [segue rubrica de Viriato da Cruz]
Secretário-geral

Convite do MPLA para Reunião em Casablanca

[policopiado]

CONVITE PRÉVIO

A _____

A GOA LEAGUE, o MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA e o PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA projectam realizar no decurso da 1ª quinzena de Março de 1961, uma Conferência de todos os partidos nacionalistas dos países africanos sob dominação portuguesa.

Propõe-se a seguinte Agenda de trabalhos:

- Unidade de todas as organizações nacionalistas das colónias africanas e asiáticas de Portugal, na luta contra o colonialismo português.
- Estabelecimento de meios para coordenar a acção dessas organizações contra o colonialismo português.

Lugar da Conferência: Casablanca (Marrocos).

Despesas de viagem: a cargo das organizações participantes.

¹ São mais 3 cartas idênticas a esta, dirigidas a: “Comité Director da AOECA”, “Presidente da AREC” e “Comité Director da UPA”.

Manutenção dos delegados em Casablanca e despesas com o funcionamento da Conferência: a solução deste problema está dependente das negociações que as três organizações acima citadas vêm encetando com as autoridades do Reino de Marrocos. Estamos esperançados de que estas autoridades tomem a seu cargo aquelas despesas.

Data exacta da Conferência: será fixada, logo que terminem as negociações com as autoridades marroquinas.

Entretanto, a GOA LEAGUE, o MPLA e o PAI ficariam gratos se a Direcção d_____ tivesse a amabilidade de lhes comunicar telegraficamente o seu desejo de participar na referida Conferência.

25 de Fevereiro 1961

Telegrama da ALIAZO ao MPLA sobre CONCP

[em francês]

166 LEOPOLDVILLE 29 20 1145

[carimbo de 21 de Março 1961]

ALIAGO [sic] DÁ ACORDO DE PRINCIPIO STOP PROPÔE LONDRES OU BANGUI LOCAL DA CONFERÊNCIA STOP 2 DELEGADOS DATA WEEKEND PÁScoa.
ALIAGO BP 8085 LEO

Telegrama da ALIAZO a Viriato da Cruz sobre CONCP

[em francês]

609. LEOPOLDVILLE 17 8 0950

[Nota manuscrita: R.10.4.61]

RECEBEMOS ULTIMO TELEGRAMA LAMENTAMOS É IMPOSSÍVEL IR AO MARROCOS SEGUE CARTA.

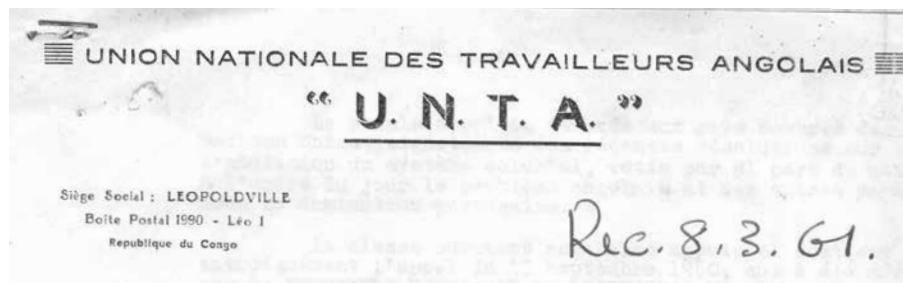
ALIAZO [carimbo de “France Cable & Rádio Conakry – 8 Avr.1961”]

GOA LEAGUE
MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA

Endereços: GOA LEAGUE – 374 Gray’s Inn Road – LONDRES W.C.1
MPLA – Bureau de Conakry – B.P. 800 – CONAKRY
République de Guinée
PAI – Bureau de Conakry – B.P. 298 – CONAKRY

Carta da UNTA à Organização das Nações Unidas

[dactilografada, em francês, papel timbrado da UNTA]



BERNAU, 2 de Março de 1961

[Nota manuscrita: Rec.8.3.61]

Senhor Secretário-Geral da ONU,
Aos Chefes dos Estados membros da ONU

Meus Senhores,

A classe operária angolana denuncia com profunda indignação os massacres contínuos dos patriotas que lutam pela independência de Angola.

Durante os recentes acontecimentos em Luanda, patriotas nacionalistas foram detidos e atirados para prisões onde morrem devido às bárbaras torturas, aos tratamentos desumanos e à fome.

No momento actual, a situação torna-se cada vez mais grave. Em todas as fronteiras de Angola estão estacionadas tropas que cometem actos atrozes, desonestos e disparam indiscriminadamente. Portugal procura camuflar os acontecimentos de Angola considerando-os como sendo um assunto interno, apesar da opinião mundial ter sido alertada para eles. Os acontecimentos de Angola são um assunto internacional porque se trata da independência.

Tais medidas tomadas pelo governo colonial contra as aspirações legítimas do povo angolano só podem ser qualificadas como medidas fascistas e antidemocráticas.

O governo português pisa e espezinha os direitos elementares do homem e dos povos a disporem de si próprios.

O povo angolano pede aos países membros das Nações Unidas, signatários das recentes resoluções sobre a abolição do sistema colonial, votadas por 81 países, que coloquem na ordem do dia o problema angolano e dos outros países sob domínio português.

A classe operária angolana subscreve e apoia energicamente o apelo de 13 de Setembro de 1960, que foi dirigido pelo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO

DE ANGOLA "MPLA" aos países membros da ONU, no qual foi relatada a situação miserável das ditas "Províncias" de Portugal anexadas fraudulentamente.

A guerra que aí era anunciada foi desencadeada. Hoje, Luanda está transformada num campo de batalha.

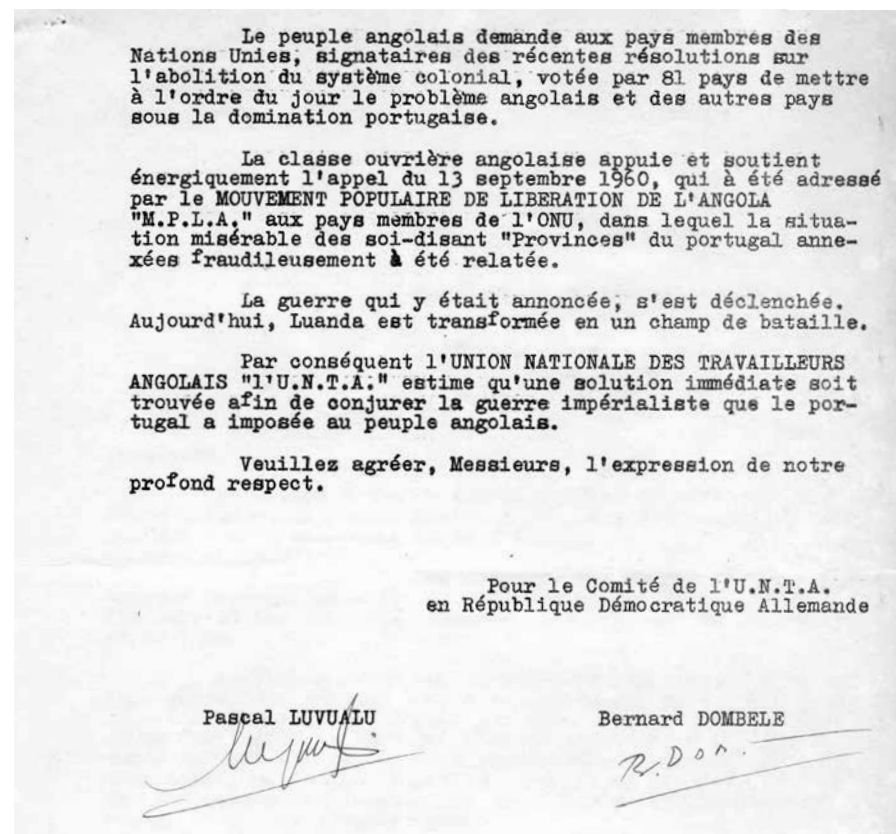
Por conseguinte, a UNIÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES ANGOLANOS "UNTA" deseja que seja encontrada uma solução imediata a fim de conjurar a guerra imperialista que Portugal impôs ao povo angolano.

Queiram aceitar, Meus Senhores, a expressão do nosso profundo respeito.
Pelo Comité da UNTA na República Democrática Alemã

Pascal LUVUALU [segue assinatura]

Bernard DOMBELE [segue assinatura]

UNTA
BERNAU / BERLIM
FRITZ-HECKERTSTR, 1
República Democrática Alemã



Carta da UNTA ao MPLA

[*dactilografada, em francês*]

[*Nota manuscrita: V/Ref: 201/61*]

[*Nota manuscrita: Rec.8.3.61*]

Bernau, 4 Março de 1961

Caros Camaradas,

Acusamos a recepção da vossa carta de 22 de Fevereiro de 1961 que nos chegou mesmo no momento de enviarmos o nosso correio.

Da nossa parte, estamos de acordo que dois camaradas do Partido Africano da Independência da Guiné e um camarada do MPLA nos acompanhem à China.

Visto que a partida será no final do mês de Abril, pedimo-vos que nos façam chegar com urgência os nomes dos camaradas em causa para que possamos pedir os seus bilhetes à China quando vocês passarem.

Quanto à conferência dos Democratas, queríamos que um de nós participasse para representar a UNTA.

Em anexo, a carta endereçada aos Estados membros da ONU.

Saudamos todos os nossos camaradas de luta.

Sinceras saudações.

Pela UNTA no estrangeiro.

Pascal LUVUALU [*segue assinatura*]

Bernard DOMBELE [*segue assinatura*]



Pascal Luvualu e Lúcio Lara recebidos em Pequim (Maio 1961)

Declaração do MPLA sobre Reunião do Conselho de Segurança

[*policopiada, em francês*]

[*Endereço do MPLA em Conakry*]

Tendo tido conhecimento que no dia 6 do mês corrente, o Conselho de Segurança da ONU discutirá as atrocidades e todos os atentados aos Direitos do Homem cometidos pelos colonialistas portugueses contra os patriotas angolanos que, no passado mês de Fevereiro, se levantaram em Luanda, para pôr fim ao espezinhar sistemático da liberdade e da dignidade do povo angolano;

o Comité Director do MPLA declara:

- que qualquer resolução que tente absolver ou reduzir a importância dos crimes dos colonialistas portugueses, não poderá deixar de significar um apoio ao colonialismo e um encorajamento à arbitrariedade fascista que caracteriza a dominação colonial portuguesa;
- que os colonialistas portugueses deverão ser vigorosamente condenados;
- que nenhuma resolução do Conselho de Segurança sobre Angola deverá dar azo a um confronto do povo angolano com uma frente imperialista alargada ou a uma intervenção neocolonialista disfarçada de anti-colonialista.

O Comité Director do MPLA acaba de dar conhecimento da sua posição sobre este assunto ao Conselho de Segurança através do seguinte telegrama:

PRESIDENTE CONSELHO DE SEGURANÇA
NAÇÕES UNIDAS NOVA YORK

MAIS QUATRO MILHÕES AFRICANOS ANGOLA ESPERAM CONSELHO SEGURANÇA CONDENE VIGOROSAMENTE CRIMES COMETIDOS MÊS FEVEIREIRO LUANDA POR BÁRBAROS COLONIALISTAS FASCISTAS PORTUGUESES STOP NO ESPÍRITO DECLARAÇÃO ONU CATORZE DEZEMBRO 1960 DENUNCIAMOS ANTEMÃO QUALQUER RESOLUÇÃO APOIANDO DOMINAÇÃO COLONIAL EM ANGOLA E ATENTANDO DIREITO POVO ANGOLANO INDEPENDÊNCIA STOP

Ass. COMITÉ DIRECTOR MOVIMENTO POPULAR LIBERTAÇÃO ANGOLA

O Comité Director do MPLA

CONAKRY, 5 de Março de 1961

Carta de Holden Roberto ao MPLA

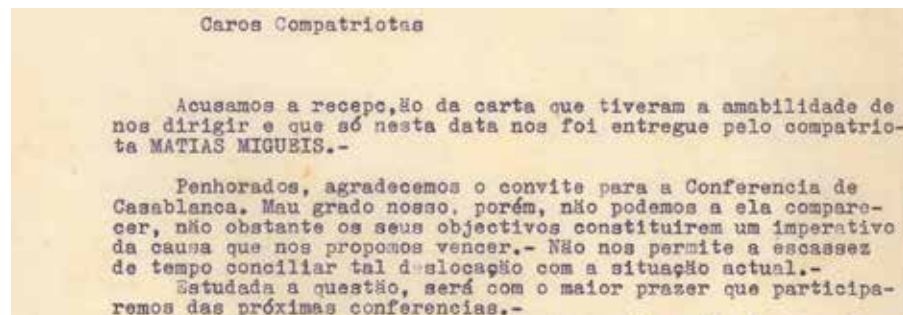
[dactilografada]

CÓPIA DA CARTA RECEBIDA EM 21 de Março de 1961
UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA

B.P. 1320
LEOPOLDVILLE

Léopoldville, 8 de Março de 1961

Ao COMITÉ DIRECTOR DO
MOVIMENTO POPULAR PARA A LIBERTAÇÃO DE ANGOLA – MPLA
CONAKRY



Caros Compatriotas

Acusamos a recepção da carta que tiveram a amabilidade de nos dirigir e que só nesta data nos foi entregue pelo compatriota MATIAS MIGUEIS.

Penhorados, agradecemos o convite para a Conferência de Casablanca. Mau grado nosso, porém, não podemos a ela comparecer, não obstante os seus objectivos constituírem um imperativo da causa que nos propomos vencer. Não nos permite a escassez de tempo conciliar tal deslocação com a situação actual.

Estudada a questão, será com o maior prazer que participaremos das próximas conferências.

Formulamos os melhores votos para o bom êxito do encontro e que os seus frutos redundem em benefício da nossa escravizada Pátria.

Sem mais, de momento, subscrevemo-nos,
muito cordialmente,

Pela UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA,

p.o. a) HOLDEN ROBERTO

R.N. – A carta traz a referência que foi metida no correio a 10/3

Cópia de dois telegramas do MPLA

[policopiada]¹

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA – MPLA –

Levamos ao conhecimento da opinião Angolana as seguintes posições tomadas:

PRESIDENTE ASSEMBLEIA-GERAL
NAÇÕES UNIDAS
NOVA YORK

POVO ANGOLANO ESPERA VIGILANTE QUE ONU POSSA EFECTIVAMENTE OBRIGAR PORTUGAL CUMPRIR DECLARAÇÃO CATORZE DEZEMBRO 1960 PONTO APÓS ACONTECIMENTOS FEVEREIRO LUANDA COLONIALISTAS PORTUGUESES ASSASSINARAM MILHARES AFRICANOS ANGOLANOS PONTO SÓ PLENA JUSTIÇA PELO POVO ANGOLANO DIREITO AUTODETERMINAÇÃO PODERÁ EVITAR DERRAMAMENTO SANGUE

27-3-61

MÁRIO DE ANDRADE

PRESIDENTE DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

PRESIDENTE GRUPO AFRO-ASIÁTICO
NAÇÕES UNIDAS
NOVA YORK

CONFORME CARTA E DECLARAÇÃO ONU CATORZE DEZEMBRO POVO ANGOLANO ESPERA DA ONU MEDIDAS CONCRETAS DESTINADAS A ASSEGURAR EXERCÍCIO SEU DIREITO AUTODETERMINAÇÃO E PÔR FIM POLITICA TERROR SANGRENTO SEGUIDA PELOS COLONIALISTAS PORTUGUESES PONTO DEPOIS FEVEREIRO MILHARES AFRICANOS ANGOLA FORAM IMPIEDOSAMENTE ASSASSINADOS POR COLONIALISTAS PONTO SOMENTE EXERCÍCIO DIREITO AUTODETERMINAÇÃO PODERÁ ESTANCAR DERRAMAMENTO DE SANGUE PONTO FAVOR TRANSMITIR ESTE TELEGRAMA TODAS DELEGAÇÕES AFROASIÁTICAS

27-3-1961

MÁRIO DE ANDRADE

PRESIDENTE MOVIMENTO POPULAR LIBERTAÇÃO ANGOLA

¹ Foram publicados 3 telegramas, mas um está anexado à declaração do MPLA de 5 de Março 1961 (para o Presidente do Conselho de Segurança).

Reflexões sobre Questões Político-Militares

[dactilografado]

[Sem data – provavelmente Fevereiro-Março de 1961]

1– ORGANIZAÇÃO CLANDESTINA POLÍTICO-MILITAR (milícias e grupos)

a) milícias

Nos contactos a ter estudar desde o início quais os indivíduos capazes de formar o embrião das milícias do MPLA e quais os que deverão limitar-se a uma actuação política.

Os candidatos às milícias deverão ser patriotas decididos a todos os sacrifícios, nomeadamente o de entrar eventualmente em Angola e serem capazes de assimilar razoavelmente o programa político-militar do MPLA. Desde logo os candidatos às milícias devem começar a ser preparados com as instruções de carácter militar já existentes. Algum ou alguns desses candidatos às milícias devem encarar a hipótese de estabelecer contacto directo com os grupos armados responsáveis pelos acontecimentos actuais de forma a convencê-los em se deslocarem da cidade e a instalarem-se nas aldeias. Não se deve enviar ninguém à toa para Angola, quer dizer se alguém puder desde já deslocar-se até lá deverá ir com uma missão de execução e controle possível (organização de grupos de acção, sabotagem) aos quais ministrará os ensinamentos político-militares colhidos.

Toda a deslocação para ou a Angola deve ser encarada com o problema do regresso ou da ligação resolvidos.

Para já e a todo o custo se deve fazer chegar a Angola o mot-d'ordre de não atacarem nas cidades e começarem a fortalecer-se nas aldeias onde o inimigo não tenha nenhuma força ou esteja muito fraco. Interessa que desde já se assegure uma orientação do MPLA na condução da luta armada em Angola.

b) grupos

A possibilidade de uma sólida estruturação de grupos deve ser estudada e resolvida. Se necessário (e deve sê-lo), encara-se a hipótese de admitir funcionários para desempenhar missões do MPLA que não possam estar dependentes de ocasião mais propícia para serem realizadas. Esses funcionários serão pagos segundo as suas necessidades e as possibilidades do MPLA.

A imprensa e a Rádio não devem ser descuradas. Se necessário adquirir máquinas de modo a facilitar um trabalho rápido de divulgação das palavras de ordem e das questões que mais preocupam o MPLA.

Se possível contactar indirectamente gente da rádio para inquirir da possibilidade de transmissão de programas e de palavras de ordem (não só em Léo mas também em Brazza – rádio Congo). A hipótese de um posto emissor em PN [Ponta Negra].

Estabelecimento de ligações rápidas com Angola – (Hipóteses a encarar por via legal: Renato (emissora católica), Germano, mulher do Gualdino, Spencer, Filipe (funcion. MPLA empregado de comércio em Ponta Negra); o padre Marcos.

c) Ida a Matadi para estudar in loco a possibilidade de contactos frequentes com Angola. Encarar a necessidade de se investir uma certa quantia na compra por um angolano de um meio de transporte que a coberto de viagens de negócios possa fazer correio e carreiras para a fronteira.

Ainda em Matadi contactar e organizar todos os soldados que estejam dispostos a dedicar-se à luta de libertação da n/ pátria. Ver das possibilidades de fazer sair dois ou três para regressarem e entrarem em Angola.

d) O problema da vinda do Melo e do Ferreira???

QUESTÃO DE ORDEM PURAMENTE MILITAR

Estudar com todos os indícios sérios a melhor localização de uma futura base. Encarar neste aspecto o particular interesse de uma aliança militar com a ALIAZO (com todas as cautelas possíveis) de modo a garantir-nos a possibilidade de actuação no distrito Congo (S. Salvador). Esta região seria aquela onde nos poderíamos instalar no início. Far-se-ia aí um trabalho sobretudo político e daí começaríamos a irradiar para outras zonas (Cuanza Sul, Quando Cubango, Malange, Moxico, etc.) Na zona do Congo evitar-se-ia o desencadeamento de uma acção armada a menos que ela tivesse probabilidades asseguradas de êxito.

Cuidar de obter imediatamente todas as informações de carácter militar sobre o inimigo: número de tropas estacionadas, locais de estacionamento, composição dessas tropas (brancos e africanos), cartas de Angola com o maior detalhe possível, estado de espírito das populações, reacção das populações aos recentes acontecimentos de Angola.

Problema puramente político –

A questão da Conferência das colónias portuguesas e a possibilidade de uma frente para aparecer na Conferência dos povos Africanos.

Resolução sobre Angola da 3ª Conferência Panafricana

[policopiada, em francês]

[Nota manuscrita: Cairo, 25-30/3/61]

A 3ª Conferência dos Povos Africanos, depois de examinar a situação actual em Angola, situação essencialmente caracterizada pelo estado de rebelião popular, por um lado, e pela intensificação da bárbara repressão portuguesa, por outro.

Saúda os patriotas angolanos que, desde os acontecimentos de Fevereiro passado, lutam corajosamente contra o colonialismo português.

A 3ª Conferência dos Povos Africanos, convencida que o povo angolano está pronto a assumir, a qualquer momento, a soberania nacional,

Condena desde já todas as manobras tendentes a permitir uma intervenção imperialista e neocolonialista em Angola, em particular a provocação de divisões no seio do povo, o desmembramento territorial do país ou a instauração de um governo fantoche.

RECOMENDA:

1 – Que os países afro-asiáticos membros da ONU envidem todos os seus esforços para obrigar Portugal a aplicar a resolução da Assembleia-Geral de 14 de Dezembro de 1960 sobre a liquidação do colonialismo.

2 – Que os Estados Africanos Independentes reconsiderem a sua posição no que diz respeito às relações diplomáticas e comerciais com Portugal.

3 – Que os Estados Africanos se mantenham vigilantes face a uma eventual intervenção da ONU em Angola, coibindo-se de tomar posições que os levariam a uma situação onde teriam de sancionar manobras imperialistas.

Moção do MPLA sobre Angola

[policopiada, em francês]

MOÇÃO APRESENTADA PELO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

A 3ª Conferência dos Povos Africanos tendo tomado conhecimento, com indignação, que apenas no dia 5 de Fevereiro de 1961, 3.000 Angolanos foram massacrados em Luanda pelas forças de repressão, decide fazer do 5 de Fevereiro a jornada de Solidariedade com todos os povos e os patriotas em luta contra o bárbaro colonialismo português.

Declaração da AIJD

[policopiada, em francês]

DECLARAÇÃO DO SECRETARIADO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS JURISTAS DEMOCRATAS SOBRE ANGOLA

O Secretariado da Associação Internacional dos Juristas Democratas reunido em sessão plenária em Berlim de 10 a 12 de Fevereiro de 1961, constata que o direito à autodeterminação e à independência proclamado pela carta das Nações Unidas é violado por Portugal no que respeita a Angola e às outras colónias portuguesas.

O Secretariado da Associação Internacional dos Juristas Democratas sublinha a gravidade da situação criada em Angola pela violação deste princípio fundamental do direito internacional.

Factos recentes atestam a intenção das autoridades portuguesas de prosseguir a sua política de opressão colonial. Isso mesmo se verifica ainda na declaração de 30 de Novembro de 1960 do presidente Salazar afirmando que Portugal nunca deixará África e no facto de que Angola foi proclamada província do ultramar e parte integrante de Portugal.

Os direitos elementares (direito de voto, direito de associação, etc.) da população angolana autóctone não existem.

As autoridades portuguesas tentam deter a luta dos Angolanos pela sua libertação por processos políticos, prisões arbitrárias e por uma repressão sangrenta.

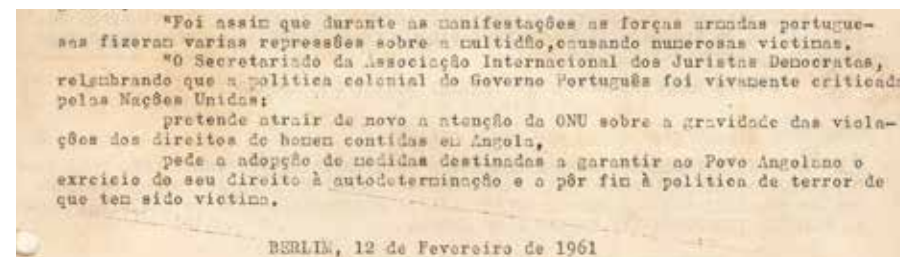
Foi assim que no decorrer de manifestações as forças armadas portuguesas atiraram repetidamente sobre a multidão, causando numerosas vítimas.

O Secretariado da Associação Internacional dos Juristas Democratas, lembrando que a política colonial do Governo Português foi vivamente criticada pelas Nações Unidas:

pretende atrair de novo a atenção da ONU sobre a gravidade das violações dos direitos do homem cometidas em Angola,

exige a adopção de medidas destinadas a garantir ao Povo Angolano o exercício do seu direito à autodeterminação e a pôr fim à política de terror de que tem sido vítima.

BERLIM, 12 de Fevereiro de 1961

**A SITUAÇÃO EM ANGOLA**

O Secretariado da Associação Internacional dos Juristas Democratas recebeu do Sr. M. de Andrade, presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola um telegrama informando os massacres cometidos em Luanda pelas autoridades portuguesas. Estes ocorreram na sequência de tentativas de libertação dos numerosos detidos na prisão de Luanda, entre os quais se encontram Angolanos condenados a 20 de Dezembro de 1960 pela sua actividade política a favor da independência do seu país.

Logo que recebeu esta informação, o Secretariado da Associação Internacional dos Juristas Democratas, que já fez compreender à ONU e à opinião internacional a situação em Angola, dirigiu ao presidente do Conselho de Segurança o seguinte telegrama:

– “18 de Fevereiro de 1961 – Associação Internacional dos Juristas Democratas apela Conselho de Segurança cessação massacres em Angola e respeito livre determinação colónias portuguesas conforme Carta e declaração de 14 Dezembro 1960 – JOE NORDMANN, SECRETÁRIO GERAL.”

Editado pelo Departamento de Propaganda e Cultura do Movimento Popular de Libertação de Angola

Plano de Trabalho “Organização do MPLA...”

[dactilografado]

[Sem data – anterior a Abril de 1961]

PLANO DE TRABALHO

I) – ORGANIZAÇÃO DO MPLA

- a) Trabalho extenso e constante de explicação do n/ Programa junto das massas populares angolanas.
- b) Organizar o MPLA no Congo, clandestino, segundo os princípios estabelecidos no regulamento interno do MPLA.
- c) Criar no Congo funcionários do Movimento que se dedicarão apenas à actividade política e que serão pagos segundo as suas necessidades e as possibilidades do MPLA.
- d) Ir a Matadi contactar os soldados angolanos que se encontram lá. Indagar da disponibilidade de saída de alguns desses soldados para se aperfeiçoarem nas táticas e técnicas de guerra de guerrilhas. Dar imediato apoio material aos soldados que necessitarem. Organizar politicamente todos os soldados disponíveis dentro dos quadros do MPLA e segundo os princípios estabelecidos no regulamento interno do MPLA (clandestino).
- e) Encarar a necessidade de se investir uma certa quantia na compra, por um angolano, de um meio de transporte que, a coberto de viagens de negócios, possa fazer correio e carreiras para a fronteira.
- f) Estudar a possibilidade de se instalar, (ou instalar já se for possível) uma imprensa clandestina no Congo. Os militantes directamente ligados ao aparelho de imprensa devem ser funcionários do Movimento e esconder a sua actividade política. Criar distribuidores clandestinos de imprensa para o interior de Angola. Se possível adquirir máquina duplicadora de modo a facilitar um trabalho rápido de divulgação das palavras de ordem e das questões que mais preocupam o MPLA.
- g) Estudar e resolver o problema da Rádio Congo e a hipótese de um posto emissor clandestino em P.N. [Ponta Negra].
- h) Organizar o MPLA em Angola, fundamentalmente no distrito do Congo por ser essa a região mais acessível e que apresenta neste momento melhores condições para a formação duma secção do MPLA. Encarar, para esse efeito, o particular interesse de uma aliança táctica com a ALIAZO (com todas as cautelas possíveis) de modo a garantir-nos a possibilidade de actuação no distrito do Congo.

Dado que os colonialistas portugueses possuem nessa região grande concentração de efectivos militares, a actividade da referida secção nesse distrito deve ser apenas de agitação e propaganda política e organização das massas. Toda a actividade deve ser rigorosamente clandestina. A organização da secção deve ser inspirada no regulamento interno do MPLA.

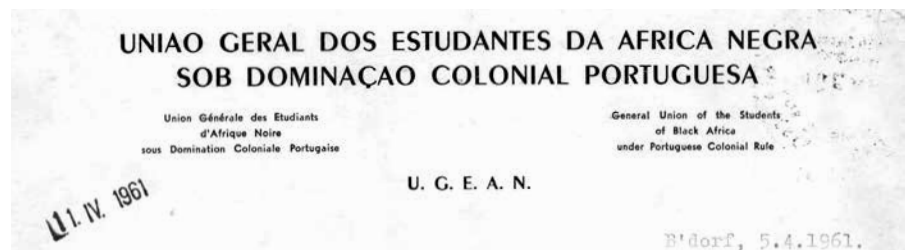
Os militantes e toda a população neste distrito devem abster-se da actividade militar (sabotagem, etc.) até se desenvolverem as condições favoráveis para uma acção desse tipo. Do contrário a repressão policial e militar dos colonialistas portugueses impedirá uma luta organizada das massas populares. Do Congo irradiaremos para outros distritos (Cuanza-Norte, Cuanza-Sul, Malanje, etc.).

- i) Tentar contactar angolanos que militem em Angola de forma a preparar uma entrevista com o Comité Director ou com um delegado designado pelo referido Comité Director. Toda a deslocação para Angola deve ser encarada com a solução do problema do regresso ou da ligação.
- j) Para já, e a todo o custo, deve fazer-se chegar a Angola o “mot d’ordre” de não atacar nas cidades e começarem a organizar-se e a fortalecer-se nas aldeias, onde o inimigo não tenha nenhuma força ou esteja muito fraco. Interessa que desde já se assegure uma orientação do MPLA na condução da luta armada em Angola.
- l) Ministrir conhecimentos da guerra de explosivos a todos os angolanos disponíveis e seguros e que sejam membros do MPLA. A acção militar não deverá ser desencadeada sem ordem do comando.
- m) Organizar dentro do MPLA todos os angolanos que desejem dedicar-se com abnegação à luta pela independência de Angola. O aproveitamento desses angolanos deve ser feito dentro das tarefas expressas neste plano.
- n) Estudar Melo, Ferreira e Belo e informar-nos da possibilidade e interesse da vinda deles.
- o) Conseguir toda a espécie de mapas de Angola, mas com o maior detalhe possível.
- p) Cuidar de obter imediatamente todas informações de carácter militar sobre o inimigo: número de tropas estacionadas, locais de estacionamento, composição dessas tropas (brancos e africanos), estado de espírito das populações, reacção das populações aos recentes acontecimentos de Angola, etc...
- q) Questão da Conferência das colónias portuguesas.
- r) Possibilidades de uma Frente com Aliazo e Arec para aparecer na próxima Conferência dos Povos Africanos (Maio 1961)
- s) Começar a resolver o problema do stock dos seguintes produtos:
 - a) Ácido sulfúrico, cloreto de potássio, borraça virgem, álcool, algodão, garrafas vazias, ampolas vazias (de cálcio, por exemplo), salitre.
- t) Assinaturas do Boletim Oficial e jornais.
- u) Combinar pseudónimo (cada pessoa 2 ou 3 nomes) com militantes com postos ou missões especiais. Estabelecer código para as comunicações importantes. Se necessário, ensinar métodos de escrita invisível.
- v) Estudar a possibilidade de comunicarmos por telégrafo com Angola.
- x) Custo do material no Congo (Brazza: Programa e Estatutos 50 frs. Regulamento – 15 frs. Em Angola: Estatuto – 4\$00; Programa – 7\$50; Regulamento – 7\$50)
- z) Dar toda a atenção ao desenvolvimento material (dinheiro) do MPLA no Congo. Controle rigoroso dos fundos. Escolher bem as pessoas encarregadas dos Fundos.

- 1 – Análise da UPA. O desenvolvimento no seio da UPA.
- 2 – Os actuais dirigentes do Congo e os partidos políticos angolanos e aos angolanos em geral.
- 3 – Informações gerais sobre o Congo. Enviar fotos de Angola.
- 4 – Pseudónimos Conakry e Congo; Chaves do Código; Frases para comunicação pelo telégrafo; Endereços para contactar com Conakry indirectamente – Credencial. Falar Azevedo questão Neto.
- 5 – Arranjar uma Caixa postal em Brazza e em Léopoldville (em nome de outras pessoas seguras).
- 6 – Os n/ estudantes devem sair de Leo. A sede da UGEAN no Congo.
- 7 – Mário António para sair.
- 8 – Colher informações sobre a União Mulheres de Angola.

Carta da UGEAN ao MPLA

[dactilografada, em papel timbrado da "UGEAN"]



11.IV.1961 [carimbado]

B'dorf, 5.4.1961.

Estimado Companheiro

Separadamente há-de receber quatro revistas: “Remarques Congolaises” de 31 de Março, “Etudiants du Monde” de Fevereiro, “L’Avant-Garde” de Março e o primeiro número do nosso boletim “Estudante Africano”. Todas estas revistas se destinam aos arquivos do MPLA.

O número de Fevereiro de “Etudiants du Monde” publica nas últimas páginas um artigo nosso. Na última parte desse artigo tentámos fazer uma análise histórica do nosso movimento estudantil (§§ intitulados “La Maison des Etudiants de l’Empire”, “Le Cercle d’Etudes”, “Luttes Politiques” e “L’UGEAN”).

Em relação com esse esboço, temos um pedido a fazer-te, assim como ao companheiro Hugo Menezes. Desejaríamos receber todas as críticas e sugestões que vocês tenham a fazer. Fazemos tenção de publicar em breve um estudo mais completo sobre esse assunto:

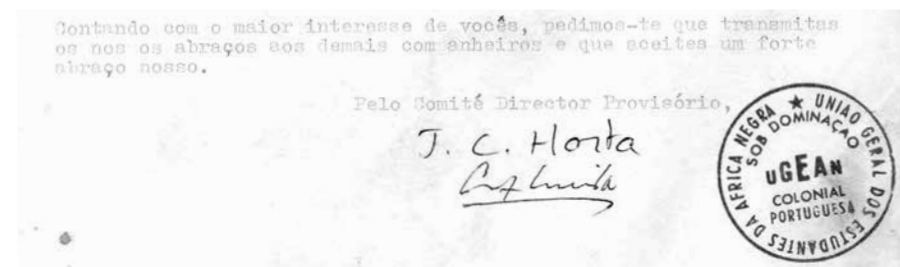
a ajuda dos companheiros que estiveram ligados ao nosso movimento estudantil é-nos portanto indispensável e utilíssima. Interessa-nos conhecer a fundo as diferentes etapas do nosso movimento estudantil, as lutas de ideias que se travaram, todas as vicissitudes por que passou. A finalidade deste estudo é tirar o máximo de lições do passado, para contribuir para a nossa luta de hoje e com o fim de promover a expansão do nosso movimento estudantil. Trata-se em segundo lugar de nos afirmarmos no plano internacional, desvanecendo qualquer complexo de inferioridade dos nossos estudantes.

Ficariamos gratos ao companheiro Miguel Trovoadá pela contribuição que ele pudesse dar a este estudo.

Contando com o maior interesse de vocês, pedimos-te que transmitas os nossos abraços aos demais companheiros e que aceites um forte abraço nosso.

Pelo Comité Director Provisório,
[assinatura de J. C. Horta; Luis de Almeida]

[carimbo da UGEAN]



Comunicado do MPLA sobre o Council for Freedom

[policopiado, em francês]

COMUNICADO À OPINIÃO PÚBLICA ANGOLANA

De acordo com o seu programa, o Movimento Popular de Libertação de Angola não se poupou a esforços para conquistar a simpatia e o apoio de TODOS os povos do mundo para a causa da liberdade e da independência do povo angolano.

O Departamento de Propaganda e Cultura do MPLA informa que, como resultado das acções empreendidas pelo nosso Movimento nesse sentido, acaba de ser criado, na Grã-Bretanha, o CONSELHO PARA A LIBERDADE EM PORTUGAL E NAS COLÓNIAS (Council for Freedom in Portugal and Colonies), cujos objectivos são:

– Congregar, na Grã-Bretanha, os amigos da liberdade em Portugal e nas colónias portuguesas, para: trabalhar com todos os que, em Portugal e nas colónias portuguesas,

lutam pela liberdade, pela independência e pelos direitos humanos; criar um serviço de informações livre e independente, e trabalhar para que todos os Partidos no Parlamento e a opinião pública inglesa exerçam influência sobre a política do governo britânico para que este apoie – nas Nações Unidas, no seio da NATO, e nas Organizações Internacionais, os objectivos do Council for Freedom in Portugal and Colonies.

O Council for Freedom in Portugal and Colonies tem à cabeça as seguintes individualidades inglesas:

Presidente: Sir Leslie Plummer, Membro do Parlamento.

Vice-Presidentes: Sr. Donald Wade, Membro do Parlamento.
Sr. Anthony Wedgwood Benn.

O Comité de Apoio do Council for Freedom in Portugal and Colonies é constituído por 66 (sessenta e seis) personalidades importantes da vida pública inglesa, entre as quais citamos as seguintes:

- Sir Richard Acland; Kingsley Amis; Lord Archibald; Professor A. J. Ayer; Percy Belcher; Professor Nordman Bentwich; Professor J. D. Bernal; Lord Beveridge; Sir Maurice Bowra, Fenner Brockway, Membro do Parlamento, James Callaghan, Membro do Parlamento; Sra. Barbara Castle, Membro do Parlamento; Basil Davidson (autor do livro “L’Eveil de l’Afrique” – Edições Présence Africaine, Paris, que denunciou o trabalho forçado em Angola); Hugh Delargy, Membro do Parlamento; Sra. Judith Hart, Membro do Parlamento; Sir Julian Huxley; F. Elwin Jones, Conselheiro da Coroa; Gerald Gardiner, Conselheiro da Coroa; Rev. B. E. Peake, Doutor em Teologia; Professor Michael Polanyi; Rev. Dr. Donald O. Seper; Bispo de Southwark; Professor Bruce Williams; Jennie Lee.

7 de Abril de 1961

Carta de Viriato da Cruz a Lúcio Lara

[manuscrita]

[Nota manuscrita: R: 17/4/61]

Casa[blanca], 14.4.1961

Caro Lara,

Chegaram o Araújo e o Trovoada, e recebi os papéis que vocês me enviaram.

1 – A Boite Postale 21 é minha e do Eduardo. Ela é privada. Agradeço, pois, dizeres à Mariazinha que tire da caixa postal tudo o que se destine ao Eduardo, mas que deixe, dentro da caixa, tudo o que não se destine ao seu marido.

Lamento que o Eduardo tenha confiado a chave da caixa postal à mulher sem nada lhe dizer a respeito.

Agradeço que avises disso a Mariazinha, mas não lhe dê este bilhete.

2 – Com muito trabalho, os preparativos da conferência vão andando.

A Amicale de Cabinda quer mandar um delegado. Pediu-nos salvo-conduto de Marselha a Casablanca. Já tratámos do assunto e já lhe demos uma resposta favorável à vinda do seu delegado.

3 – Agradeço que não descureis da massa que o Amílcar já tenha, talvez, enviado ao Almeida.

Saudades a todos

[rubrica de Viriato da Cruz]

A Amicale de Cabinda quer mandar um delegado. Pediu-nos salvo-conduto de Marselha a Casablanca. Já tratámos do assunto e já lhe demos uma resposta favorável à vinda do seu delegado.

3 – Agradeço que não descureis da massa que o Amílcar já tenha, talvez, enviado ao Almeida.

Saudades a todos. VJ

Comunicado do MPLA com Exposições de A. Neto ao Ministro do Ultramar

[policopiado]

[Sem data – depois de 15 de Abril de 1961]

Aos militantes do MPLA e aos patriotas angolanos, comunica-se o texto, abaixo transcrito, que é uma exposição dirigida ao Ministro do Ultramar português pelo líder do MPLA, Dr. AGOSTINHO NETO.

O Comité Director do MPLA chama a atenção de todos os militantes para as principais posições tomadas, nessas exposições, pelo nosso companheiro de luta.

O Dr. AGOSTINHO NETO:

- a) Denuncia o comportamento arbitrário e revoltante da PIDE, sob a cumplicidade das autoridades portuguesas;
- b) Exalta as suas honrosas responsabilidades de combatente pela causa da libertação do seu povo;

- c) Desmascara as manobras que o governo português utilizou para tentar fazê-lo perder a confiança do povo angolano e tentar servir à propaganda caluniosa e hipócrita do colonialismo português;
- d) Denuncia ter sido obrigado, contra a sua vontade, a aceitar o posto de Delegado de Saúde;
- e) Informa as forças nacionalistas angolanas que o povo de Cabo Verde continua a simpatizar com a luta do povo de Angola e a apoiá-la;
- f) Reafirma, corajosamente, na face dos colonialistas, que nem a repressão nem a deportação, serão capazes de parar a luta do povo angolano por uma Angola livre, independente e democrática;
- g) Manifesta um exemplar moral de combate e prossegue a luta em todas as condições, de acordo com a corajosa determinação do indomável povo angolano.

O Comité Director do MPLA renova a sua solidariedade activa para com o Dr. AGOSTINHO NETO e lembra a todos os militantes que a melhor forma de todos contribuímos para a libertação do nosso compatriota consiste em levar para frente a luta popular pela independência imediata e completa de Angola e contra o colonialismo português.

* * * * *

Ponta do Sol, 30 de Novembro de 1960
Ex.^{mo} Senhor MINISTRO DO ULTRAMAR
LISBOA

Excelência:

ANTÓNIO AGOSTINHO NETO, médico, casado, natural de Icolo e Bengo, Angola, preso em Luanda pela PIDE, no dia 8 de Junho do ano corrente, sob a acusação de “actividades subversivas contra a segurança exterior do Estado” e transferido para a cadeia do Aljube de Lisboa, onde deu entrada em 8 de Agosto do mesmo ano e depois deportado para a Ilha de Santo Antão, aonde chegou em 19 de Outubro do mesmo ano, acompanhado de sua esposa e de seu filho de tenra idade.

“Por inadiável urgência de serviço público”, foi nomeado médico de segunda classe, interino, do Quadro de Saúde de Cabo Verde, colocado como Delegado de Saúde da Villa de Maria Pia, com um vencimento mensal de 5.400\$00 Escudos Caboverdianos, mais uma gratificação de 600\$00 Escudos caboverdianos pela Direcção da Leprosaria da Sinagoga nesta ilha, além da casa de habitação na Delegacia de Saúde, em parte mobilada.

Contra a sua vontade, o signatário teve de aceitar o cargo para que foi nomeado, a fim de poder garantir o mínimo indispensável à manutenção de sua família, uma vez que é impossível subsistir aqui apenas com o rendimento da clínica livre, porque a população é paupérrima.

No entanto, depois de cinco meses de inactividade e sem proventos, obrigado a fechar o seu consultório em Luanda, por motivo da sua prisão, foi obrigado a dispensar a quantia de DOIS MIL E CINCO ESCUDOS, durante a deslocação para a Ilha de Santo Antão e enquanto não assumia funções remuneradas.

Assim:	No Hotel do Atlântico, na Ilha do Sal.....	571\$50
	Na pensão Chave d'Ouro, em S. Vicente.....	178\$00
	Na Pousada Municipal desta Vila.....	2034\$00
	Pelo transporte de bagagens, etc.	111\$50

		2885\$00

(Junto recibos comprovativos)

Porque atingida esta situação, o signatário não considera o seu problema resolvido, vem novamente perante a V. Excelência solicitar que urgentemente seja dada uma solução satisfatória, libertando-o das peias policiais que o fixam nesta ilha.

Nesse sentido telegrafou a V. Excelência em 22 de Outubro findo e o seu advogado requereu em inícios do mês corrente, solicitando a transferência para Angola ou a concessão de um passaporte para sair, com a sua família, para o estrangeiro.

V. Excelência respondeu ao signatário por intermédio do Administrador do Concelho local, que verbalmente lhe deu a conhecer determinações policiais proibindo-o de mudar de residência, a obrigatoriedade de se apresentar ao referido Administrador no dia 1 de cada mês, a proibição de participar em manifestações ou movimentos de carácter político, etc. Deu-lhe ainda a conhecer o referido funcionário a recomendação de V. Excelência para que o signatário se abstivesse de se manifestar no que respeita a sua situação pois, na opinião de V. Excelência, foi tratado com muita “condescendência”...

Porém, não existe um despacho publicado no Diário do Governo fixando-lhe a residência nesta ilha e limitando o tempo durante o qual esta pena tem de ser cumprida, como seria normal, e para evitar que o signatário ficasse como está, sujeito completamente ao arbítrio da PIDE.

Outrossim, não existe uma garantia de emprego por longo tempo, uma vez que o interinato assegura o lugar apenas por um ano.

O desejo de voltar a reunir-se à sua família e a gozar de completa liberdade, para exercer livremente a sua profissão fora dos quadros de saúde dos Serviços de Saúde cuja organização e cujos lugares não o aliciam, por motivos que não interessa expor, são razões que se somam à apreensão com que vê a maneira como o seu caso foi encarado.

Por outro lado, o signatário considera que em nada contribui para o esclarecimento político do problema de Angola, o afastamento da sua terra, nem a sistemática repressão violenta contra aqueles que dum maneira ou doutra se manifestam pela resolução dos problemas que cada vez mais agudamente se levantam entre a população angolana, com reflexo em todo o mundo.

O carinho e a simpatia com que o signatário e sua esposa têm sido recebidos aqui, em todas as camadas da população, a ajuda material e moral que têm recebido, são provas inofismáveis de que seu problema não é só sentido em Angola e na Metrópole e noutras partes do mundo, mas ele toca o coração de todas as pessoas sensíveis.

É de ressaltar o contraste com a brutalidade com que foram tratados no aeroporto de Lisboa pelos agentes da PIDE que não só pretenderam impedir que se despedissem dos seus familiares e conhecidos, como ainda procederam contra estes.

Entre palavras e atitudes grosseiras dos agentes da PIDE, a manifestação afectuosa dos Africanos no aeroporto, foi para o signatário e para a sua família, uma deliciosa consolação pela sua coragem, pela sua humanidade.

A liberdade completa é a aspiração actual do signatário e de sua esposa, que desejam viver uma vida digna e sem sujeição aos conhecidos arbítrios da organização policial, como acontece na pseudo-liberdade a que estão remetidos.

Por isso, pedindo a V. Excelência a melhor atenção, vem solicitar que se permita o imediato regresso a Angola, ou a sua saída para o estrangeiro.

Respeitosamente,

As). AGOSTINHO NETO

* * * * *

SEGUNDA EXPOSIÇÃO

Ponta do Sol, 18 de Janeiro de 1961

SENHOR MINISTRO DO ULTRAMAR
EXCELÊNCIA:

Após cerca de três meses de desterro nesta ilha, na companhia de minha esposa e de um filho menor, continua a verificar-se uma situação anómala embora as grades da cadeia tenham sido substituídas pelas águas do mar que nos cercam.

Por esta razão, acrescida do facto de não ter recebido a resposta à minha carta do mês passado dirigida a V. Excelência, novamente endereço esta petição, pensando que terão cessado as causas da minha deportação; mas se o objectivo do Governo é afastar-me dos meus parentes, dos meus amigos e dos meus conterrâneos, em Angola e na

Metrópole, não se oporá a que eu e a minha família nos exilemos no estrangeiro, para ali viver com dignidade e liberdade.

De facto, sem uma determinação legal publicamente conhecida, que me fixasse residência nesta ilha, sem um limite de tempo para o castigo que me está a ser infligido, não descortino o objectivo de tal pena. O Governo resolveu libertar-me, após ter-me mantido na cadeia de 8 de Junho a 15 de Outubro de 1960, sem me fazer condenar pelos Tribunais de Angola, às pesadas penas a que foram sujeitos outros angolanos acusados de actividades semelhantes àquelas pelas quais eu fui preso (3 a 10 anos de prisão maior e medidas de segurança), penas de que não há memória nos tribunais plenários portugueses. Resolveu o Governo conceder-me o lugar de Delegado de Saúde desta ilha, com o vencimento de 6.000\$00 mensais. Estes factos contêm uma aparente benevolência.



Agostinho Neto

Mas também resolveu impedir o regresso à minha terra, Angola, ou a saída para o estrangeiro onde poderia viver sem a vigilância policial, sempre antipática, sejam quais forem os seus agentes, discreta ou descarada, em cadeia fechada ou em ilha aberta.

Resolveu ainda manter-me sob controlo, com todas as consequências que daí derivam: cartas e jornais que nunca nos chegam às mãos, proibições, obrigações vexatórias, etc.

Não julgará com certeza o Governo que, ao sujeitar-me a certas pressões, físicas, morais e económicas, possa eu vir a modificar a minha maneira de pensar. Esta maneira de pensar tem por base os problemas em que se debate o povo da minha terra, povo que eu desejo ver feliz, e não pode modificar-se sob as pressões contra mim exercidas.

Nada pode fazer que eu deixe de pensar que existe um problema de Angola, problema que exige uma solução e acerca do qual eu próprio daria uma opinião, se o Governo a quisesse e ela contribuisse para alguma coisa e desde que me encontrasse em plena liberdade.

Tal problema de Angola, sentido pelo povo da minha terra, sentido largamente nas reuniões da Assembleia-Geral da ONU e em outras reuniões internacionais, conhecido em todo o mundo, não pode pôr-se tão esquematicamente como tem sido feito pelos organismos portugueses que têm permissão para emitir opiniões, embora seja de fundamento simples.

É em virtude desse problema que fui deportado, assim como o Reverendo Joaquim Pinto de Andrade, para a Ilha do Príncipe; é porque ele existe que centenas de angolanos se encontram nas cadeias de Angola.

Perante estas tristes realidades, quando um dos meus irmãos, Dionísio da Silva Neto, é preso pela PIDE, em 5 de Dezembro de 1960, em Luanda, quando a repressão toca os meus parentes, amigos e conterrâneos, além de a mim próprio e ouço, como ao Subdirector da PIDE de Luanda, dizer rancorosamente que “se houver uma independência, será uma independência de brancos, como aconteceu no Brasil!” (sic), não posso deixar de continuar a pensar no melhoramento das condições de vida do meu povo – condições da qual a política é a essencial.

Quando o Subdirector da PIDE me chama “seu preto!” e em seguida pronuncia as palavras que acima registo, não posso deixar de pensar nas razões que consentem tais disparates em dias tão magníficos como os que hoje vive o mundo no capítulo das relações humanas.

Pensando ter esclarecido este ponto, desejo concluir que, por desacordo com os princípios que o informam, não virei nunca a ser afecto ao Estado Novo Português.

Por isso, uma vez que me foram abertas as portas da cadeia, ousou pedir uma revisão do meu caso, no sentido de ser reintegrado no seio da minha família, dos meus amigos e dos meus conterrâneos.

Se a minha presença ali o Governo continua a considerá-la “altamente perigosa” pela amizade que poderá ser-me demonstrada, pelo carinho que os meus me dispensariam, pela solidariedade que os meus conterrâneos me ofereceriam – se o meu regresso a Angola não pode ser encarado pelas dificuldades internacionais e internas que hoje decorrem, peço a V. Excelência que me seja concedido um passaporte, para um país estrangeiro – a Argentina, por exemplo, onde com liberdade e dignidade, possa exercer a minha profissão, ganhando o suficiente para sustentar todas as pessoas da minha família.

Em virtude da minha situação, minha Mãe, alguns dos meus irmãos e a minha sogra, respectivamente em Luanda e em Lisboa, vivem em condições precárias, sofrem sobretudo a angústia do afastamento dos seus filhos. A prisão do meu irmão Dionísio, representa mais um golpe cruel no coração da minha mãe (quantas mães angolanas não têm sofrido nos últimos tempos golpes idênticos).

Por outro lado o lugar de Delegado de Saúde nesta ilha não me alicia e apenas o exerço por absoluta necessidade. As condições de vida que me foram outorgadas – baixo vencimento, impossibilidade de clínica particular, altíssimo custo de vida – não me garantem o mínimo indispensável à minha existência e das pessoas de minha família. Por isso a minha esposa, a minha sogra e o meu filho seguirão para Luanda a fim de se reunirem à minha Mãe.

Peço a V. Excelência a boa atenção para os seguintes pedidos que formulo com esperança:

1.º Que seja permitido o meu regresso a Angola;

2.º Ou que me seja concedido um passaporte para o estrangeiro, para a Argentina, por exemplo;

3.º Ou que seja concedida passagem para a minha Sogra, Sra. Dona Maria Amélia da Silva Salgueiro, residente na Rua de S. João da Praça nº. 1–2º. Lisboa, para se deslocar à Ponta do Sol;

4.º e, neste caso, que posteriormente à minha esposa e à minha Sogra, sejam concedidas passagens para Luanda, onde irão viver com a minha Mãe.

Espera deferimento

Muito respeitosamente

As). ANTÓNIO AGOSTINHO NETO

* * * * *

TERCEIRA EXPOSIÇÃO

Ponta do Sol, 15 de Abril de 1961

SENHOR MINISTRO DO ULTRAMAR
LISBOA

EXCELÊNCIA:

Embora V. Excelência não tenha ainda considerado necessário responder a nenhuma das cartas e um requerimento por mim remetidos, focando a minha situação de deportado político, pedindo a concessão de passaporte para a Argentina ou, ao menos as condições para o exercício de clínica livre, novamente me dirijo a V. Excelência numa altura em que para mim e para minha família, a vida nesta vila se vai tornando insuportável.

Compreendo que o constante agravamento da situação em Angola, cujo problema não cessou ainda de piorar desde a minha prisão, ao contrário dos vaticínios da PIDE, faça temer na minha ida para a Argentina uma actividade e influência políticas que não tenho. Os factos têm demonstrado que o meu afastamento de junto do povo

angolano não impediu, como era de prever, que ali se iniciassem os choques armados em proporção inesperada. Dos próprios factos há que concluir portanto, que o meu martírio, assim como o de milhares de outros angolanos, alguns mortos, outros sem ar nem luz nas cadeias da PIDE, o nosso martírio dizia, não salva Angola dos seus problemas políticos; pelo contrário, pode de certo modo agravá-los, pela inquietação e desespero suscitados em todos os sectores da vida da minha terra.

A fixação de residência na Ponta do Sol (sem despacho publicado no Diário do Governo) tem sido revestida de um manto de benevolência que de facto não possui. O lugar de Delegado de Saúde que exerço, é de facto a única maneira de praticar a minha profissão, e não se lhe pode apontar uma alternativa. Nenhum só dos meus passos, das minhas palavras, dos meus actos, deixam de ser devidamente pesados, interpretados e comunicados. As muitas ordens secretas que têm chegado a meu respeito, são do conhecimento quase geral e até do meu.

Mas o cínico da situação consiste na tentativa de nos isolar a mim e à minha família, por meios de pressões, de ameaças, de sanções políticas às pessoas cujo convívio nos seria possível. Alguns mais timoratos, têm medo de serem vistos em nossa companhia ou de virem à nossa residência. Assustam-se quando se verifica uma inevitabilidade de encontro. Os meus carcereiros desta prisão, têm tido o cuidado de directa ou indirectamente apavorar as pessoas que gostariam de conviver connosco, contando-lhes não sei que histórias acerca do meu tenebroso passado político, de ordens “rigorosíssimas” “vindas de cima”, e do perigo de serem assimilados à minha maneira de pensar, num ambiente em que todos devem apenas cumprir e não pensar.

Assim a “benevolente” situação que nos foi criada a mim e à minha família, consiste em encarcerar-nos numa Delegacia de Saúde, onde estou SEMPRE de serviço por um vencimento ridículo, sem possibilidades de clínica particular e por ordens secretas limitar-nos o convívio social, fazendo ameaças veladas àqueles que por uma ou outra razão encontrem motivos para procurar o nosso convívio. A fictícia liberdade “magnanimemente” outorgada, consiste em rodear-nos de espias, desde os criados, até os doentes. Desumana situação esta, em que o não estar na cadeia é considerado como grande benevolência!

Estes factos acontecem, quando certos jornais da situação, como por exemplo o “ARAUTO” da Guiné, proclamam à boca cheia tal magnanimidade.

Todo o ambiente criado à minha volta pelos zelosos carcereiros, determina que volte perante V. Excelência a fim de respeitosamente solicitar que, enquanto aguardo a possibilidade de regresso para Angola, e uma vez que a situação política portuguesa tende cada vez mais para o caos, me seja concedido passaporte para a Argentina.

Para além dos efeitos políticos, julgo que esta solução estaria de acordo com a consciência de V. Excelência, pois seria uma maneira de cessar a opressão a UMA família que deseja viver a sua vida.

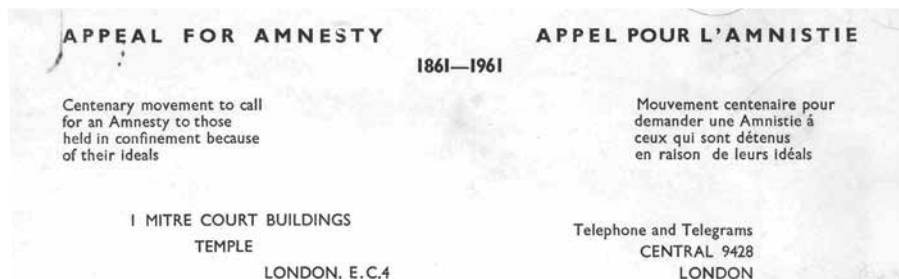
Espero se digne dispensar-me a valiosa atenção de V. Excelência.

Ansiosamente

AGOSTINHO NETO

Carta de Peter Benenson a Lúcio Lara

[dactilografada, em inglês, em papel timbrado de Appeal for Amnesty]



18 de Abril de 1961

Dr. Lúcio Lara, C.P. 800, Conakry

Caro Dr. Lara,

Tomo a liberdade de escrever para si por sugestão do nosso amigo comum, o Sr. José Cabral. Junto a esta carta encontrará o rascunho de um capítulo sobre Agostinho Neto. Destina-se a ser incluído num livro que se vai intitular “*Eu sou o vosso campo de batalha*” [I am your battlefield], que está a ser publicado e [será] largamente distribuído por Penguin Books em parceria com este *Amnesty Appeal*.

Como o material sobre o Dr. Neto é muito reduzido, receio que este capítulo esteja pouco exacto e inadequado. Por essa razão, agradecer-lhe-ia muito qualquer informação adicional que me possa prestar, assim como receber da sua parte as correcções deste rascunho. Oficialmente o manuscrito deverá estar nas mãos dos editores no dia 26 de Abril, e deverei entregar o rascunho tal como está nessa data. Mas espero poder corrigi-lo e emendá-lo, com a autorização dos editores, assim que receber a sua resposta. Tenho por isso a certeza que poderá entender a urgência do meu pedido.

Expressando o meu apreço pela sua ajuda e a simpatia que tenho pela sua posição e dos companheiros de exílio, envio-lhe os meus melhores cumprimentos

Sinceramente,

Peter Benenson [com assinatura]

good wishes,

Yours sincerely,

Peter Benenson

Peter Benenson.

AND THE TRUTH WILL SET YOU FREE

ET LA VERITE VOUS LIBERA

1ª CONFERÊNCIA DA CONCP – CASABLANCA
18–20 DE ABRIL DE 1961

Telegrama da CONCP aos Estados Afro-Asiáticos na ONU

[policopiado, em francês]

TELEGRAMA

CONFERÊNCIA ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS COLÓNIAS PORTUGUESAS ESPERA TODOS ESTADOS AFROASIÁTICOS MEMBROS ONU CONDENEM VIGOROSAMENTE GUERRA COLONIAL CONDUZIDA PORTUGAL CONTRA POVO ANGOLANO E PROPÕEM UNANIMEMENTE ASSEMBLEIA ONU MEDIDAS CONCRETAS E EFICAZES TENDENTES OBRIGAR PORTUGAL APLICAÇÃO DECLARAÇÃO ONU 14 DEZEMBRO 1960 STOP CONFERÊNCIA ROGA ESTADOS AFROASIÁTICOS NÃO SANCIONAREM RESOLUÇÕES ONU SUSCEPTÍVEIS AFECTAR PLENO GOZO POVO ANGOLANO DIREITOS AUTODETERMINAÇÃO E INDEPENDÊNCIA VÍRGULA UNIDADE POVO VÍRGULA INTEGRIDADE TERRITORIAL E EXERCÍCIO DEMOCRACIA NUMA ANGOLA LIVRE E INDEPENDENTE STOP

MÁRIO ANDRADE

PRESIDENTE CONFERÊNCIA ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS COLÓNIAS PORTUGUESAS

Casablanca – 19 de Abril de 1961

Lista dos Delegados à Conferência

[policopiada, em francês]

<u>NOMES dos DELEGADOS</u>	<u>PAÍS</u>	<u>ORGANIZAÇÕES</u>
1 – Mário DE ANDRADE	Angola	– Presidente do “MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA” – MPLA
2 – Viriato DA CRUZ	”	– Secretário-Geral do “MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA” – MPLA

3 – Pascal LUVUALU	Angola	– Secretário Nacional da “UNIÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES ANGOLANOS” – UNTA
4 – Pundlik GAITONDE	Goa	– Presidente do “NATIONAL CONGRESS” (GOA)
5 – Caetano LOBO	"	– Secretário-Geral do “GOAN LIBERATION COUNCIL”
6 – George VAZ	"	– Membro do Secretariado do “GOAN PEOPLES’ PARTY”
7 – Aquino BRAGANÇA	"	– Membro do “GOAN PEOPLES’ PARTY”
8 – João CABRAL	"	– Secretário-Geral do “GOA LEAGUE”
9 – Adelino GWAMBE	Moçambique	– Presidente da “UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE” – UDENAMO
10 – Marcelino DOS SANTOS	"	– Membro da “UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE” – UDENAMO
11 – Miguel TROVOADA	S. Tomé e Príncipe	– Presidente do “COMITÉ DE LIBERTAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE” – CLSTP
12 – Alfred BANGOURA [Aristides Pereira]	Guiné	– Membro do Bureau Político do “PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE” – PAIGC
13 – Malan N’DIAYE	Guiné	– Membro do Comité Director do “MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DA GUINÉ E CABO VERDE” – MLGC
14 – Adriano ARAÚJO	Cabo Verde	– Membro do Bureau Político do “MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DA GUINÉ E CABO VERDE” – MLGC

Discurso de Abertura de Mário de Andrade na CONCP

[policopiado, em francês]

Por Sr. MÁRIO DE ANDRADE, Presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola

Senhor Presidente do Conselho Municipal de Casablanca,
Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Caros Irmãos de Luta,

Este dia do aniversário da Conferência de Bandung vai se inscrever para sempre nos anais da História dos nossos povos em luta contra o colonialismo português.

Reunidos em Casablanca, lugar cimeiro de uma nova fase do combate anti-imperialista, nesta cidade que acolheu a Conferência Histórica dos Chefes de Estado Africanos, que nos seja permitido agradecer antes de mais a SUA MAJESTADE HASSAN II, ao seu Governo e a todo o Povo Marroquino os vibrantes testemunhos de solidariedade actuante com os patriotas e os povos das colónias portuguesas.

Inclinamo-nos respeitosamente perante a memória daquele que foi um dos primeiros Chefes de Estado a saudar a ideia da nossa Conferência, SUA MAJESTADE MOHAMED V, Símbolo Imortal do combate pela libertação africana.

Naturalmente outros encontros entre nacionalistas das colónias portuguesas já tiveram lugar, nomeadamente na Europa e deram origem a organizações tais como o Movimento Anti-Colonialista, e em seguida a Frente Revolucionária Africana pela Independência Nacional.

Mas esta assembleia reveste-se de uma importância muito diferente pelo carácter de representatividade indiscutível dos seus delegados e pelo contexto em que ela se situa.

É assim que líderes vindos das Ilhas de Cabo Verde, da Guiné, de São Tomé e Príncipe, de Angola, de Moçambique e de Goa, representando mais de 12 milhões de pessoas, se reúnem hoje para decidir o destino final do colonialismo português.

Os objectivos que nos animam a todos não poderiam ser mais claros: queremos aprofundar a especificidade da nossa situação de colonizados, consolidar a personalidade dos nossos movimentos nacionalistas para ter mais sucesso na luta contra o inimigo comum.

Não se trata de nos isolarmos do conjunto do grupo Africano ou Afro-Asiático mas, pelo contrário, de enriquecer as suas experiências.

Mas será necessário justificar este encontro? Será necessário explicá-lo num momento em que o povo Angolano se engajou resolutamente, de armas na mão, na liquidação do colonialismo português?

Aliás, a luta do povo de Angola não é um acto isolado no conjunto dos territórios dominados por Portugal.

Somos, uns e outros, vítimas de demasiadas injustiças, de demasiadas acções bárbaras que estão na própria natureza do colonialismo português desde há cinco séculos, para não tomarmos à nossa conta lutas heróicas de resistência contra o opressor. Não é necessário recordar aqui os episódios marcantes da resistência na História dos nossos povos.

Ao longo dos anos do último pós-guerra, fomos testemunhas de grandes mudanças em África e na Ásia. Sob a pressão da vontade irreversível dos povos, os governos imperialistas tiveram de se adaptar ao levantamento da consciência nacional dos povos colonizados. É evidente que isso significava, da parte do imperialismo, uma mudança da exploração colonial clássica para a elaboração de novas formas de opressão a que nós chamamos neocolonialismo. Mas a marcha do progresso universal permitiu felizmente a emergência de nações independentes em África e na Ásia, o aparecimento de dirigentes que estão decididos a conduzir os povos pelo caminho da libertação completa de todas as sequelas do imperialismo.

Parece que nada disto diz respeito ao governo colonialista de Portugal. Este governo, cego por uma pretensa missão histórica, amarrado a uma secular ideologia colonial, recusou sempre marchar no sentido da história.

O que o caracteriza é a manutenção de todas as formas de exploração colonial clássica desde o trabalho forçado, a submissão das populações a estatutos particulares, como o estatuto de indígena, o obscurantismo, a imposição de ciclos de fome e de todas as formas de miséria e de aniquilamento das populações.

E como se fosse pouco, a cada gesto reivindicativo, a cada manifestação pacífica esboçada pelas populações, o governo português só reage numa forma: a repressão sangrenta.

Em Goa, onde desde 1946 os nacionalistas dirigiram a luta por métodos não violentos inspirados nos princípios de GANDHI, os colonialistas portugueses deram livre curso aos seus métodos bárbaros através do emprego de torturas, da deportação dos nacionalistas para Angola e de prisões em massa.

Os massacres de São Tomé em Fevereiro de 1953, orquestrados por um vil Capitão do Exército Português e que fizeram mais de mil mortos numa população de 60.000 habitantes, os massacres de Pijiguiti na Guiné dita Portuguesa, desencadeados por uma simples reivindicação de salários, constituem outros tantos exemplos do carácter desumano do colonialismo português em pleno século vinte. São outras tantas expressões do anacronismo dos métodos empregues pelo Governo de Salazar para manter a exploração das riquezas dos nossos países. Os delegados aqui presentes intervirão em breve para detalhar o desenvolvimento da situação particular em cada país, e vós tereis a ocasião de compreender a justeza e a legitimidade da luta que empreendemos hoje contra o colonialismo português.

De uma maneira geral, os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas nasceram no quadro do regime fascista instalado em Portugal há mais de trinta anos. Quer dizer que apenas a clandestinidade constituiu para nós o meio de afirmação política. Imaginem todas as provas que os patriotas das colónias portuguesas tiveram de suportar na clandestinidade para escapar à vigilância policial, na sua vontade de levar às massas a bandeira do despertar nacional. A opressão que caracteriza qualquer situação colonial associou-se, nos nossos países, o facto do isolamento de Portugal fascista. Foi assim que vivemos todos no contexto de uma dupla opressão e de um duplo isolamento.

No entanto, os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, mesmo sendo vítimas da violência desenfreada do colonialismo português, do terror policial, tiveram o bom senso de propor uma solução pacífica da questão colonial. Demos sempre prova de lucidez em relação a esse assunto, convencidos que na nossa época o caminho racional para a solução do conflito que opõe os nossos povos à administração colonial portuguesa reside num diálogo e na negociação.

Esforço inglório!

O governo de Salazar que obtém o seu equilíbrio financeiro da exploração das riquezas dos nossos países, esse governo cuja sobrevivência está absolutamente ligada à existência das colónias, foi categórico nesse ponto.

Durante a nossa Conferência realizada em Londres, na Câmara dos Comuns, a 6 de Dezembro de 1960, tínhamos reafirmado a nossa vontade de perspectivar, com o governo português, uma solução pacífica do problema colonial. Tínhamos previsto que a obstinação do governo português levava cada vez mais as massas populares a exigirem-nos meios eficazes para passar à acção directa.

Esta acção directa, da qual Angola é hoje o teatro, acaba de instalar, por um retorno dialéctico das coisas, uma crise no governo de Salazar. Assim fizemos entrar o governo colonialista de Portugal na sua agonia. Cabe-nos então o papel histórico de lhe infligir o golpe final. Naturalmente, o governo português empreende uma guerra colonial em Angola cuja responsabilidade é inteiramente sua e dispõe-se a estender a outros países o foco de guerra que se acendeu nesta colónia. Tal é o contexto, Senhoras e Senhores, no qual vai decorrer a primeira Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas.

Temos de analisar ao longo desta Conferência, a unidade de acção das nossas organizações respectivas assim como o estabelecimento dos meios para coordenar a acção de luta contra o colonialismo português.

Não nos faltam razões profundas para chegar a um total acordo sobre estes dois pontos precisos, já que pretendemos exprimir as aspirações dos nossos povos em se libertarem completamente do domínio colonial português e de qualquer outra forma de opressão estrangeira.

É com base nas nossas experiências comuns e na solidariedade que nos une, que pretendemos juntar os nossos esforços para liquidar sem mais demora esse colonialismo bárbaro e vergonhoso.

A história quis colocar sob a mesma divisa povos originários do Golfo da Guiné, das margens do Congo e do Oceano Índico. Tudo isso justifica largamente o nosso encontro em Casablanca e abre novas perspectivas para o desenvolvimento dos movimentos nacionalistas nas colónias portuguesas. Ao mesmo tempo que as nossas respectivas organizações se reúnem para coordenar esforços na luta sem tréguas contra o inimigo comum, pretendemos cerrar as fileiras da Frente Nacional em cada um dos nossos países. Assim, a Conferência de Casablanca terá como objectivo empreender o combate contra o colonialismo português quer no plano nacional quer nos planos africano e afro-asiático.

Enfim, o isolamento de Portugal no plano internacional não precisa de ser demonstrado aqui. A resolução de 14 de Dezembro de 1960 adoptada na Assembleia-Geral das Nações Unidas é a confirmação da vitória da causa anti-colonialista num mundo de coexistência pacífica onde todas as diferenças entre os povos e os governos encontram um terreno de entendimento ou pelo menos de discussão através do diálogo.

É de facto inconcebível que se possa tolerar ainda o anacronismo da posição portuguesa em matéria colonial numa época em que o mundo se vira para a solução dos problemas maiores do bem-estar e do desenvolvimento dos povos.

Sentimo-nos encorajados pelos testemunhos de solidariedade para com a causa defendida pelos nossos povos e pelas organizações que os representam. O mundo está comovido com os acontecimentos que se desenrolam neste momento em Angola onde um ditador moribundo faz avançar todos os dias tropas para afogar em sangue a insurreiçãõ popular.

É verdade que somos sensíveis às mensagens de solidariedade que nos chegam de todos os cantos do mundo e em particular da África e da Ásia, mas não nos devemos esquecer que o governo português conduz impunemente uma guerra colonial, uma guerra de extermínio físico das nossas populações.

O povo angolano e o Movimento Popular de Libertação de Angola assim como todas as outras organizações políticas pretendem intensificar e aumentar o nível da luta de resistência contra as forças repressivas de Portugal.

Fazemos portanto apelo à consciência universal, a todos os homens amantes da paz e da liberdade, para que se levantem contra a continuação desta guerra que põe em perigo a paz e a segurança internacionais.

Reclamamos vigilância perante as manobras do imperialismo, dos defensores do neocolonialismo que manifestam um interesse duvidoso pelas riquezas dos nossos países.

Pois seria um erro acreditar que o imperialismo depôs as armas, como bem o sublinhou o Presidente Gamal Abdel Nasser no discurso de abertura da terceira Conferência dos Povos Africanos, realizada recentemente no Cairo.

“A luta contra o imperialismo, diz ele, torna-se uma luta pela defesa das terras africanas, pela salvaguarda das minas africanas, porque a revolução nacional é o suporte da bandeira nacional e a independência africana não pode permitir que levantemos a bandeira e que deixemos as terras e as minas nas mãos dos imperialistas.”

É sob o estandarte da luta decisiva por todos os meios, com vista à liquidação imediata de todas as formas de opressão que pesam sobre os nossos países ou das ameaças de qualquer domínio estrangeiro que declaro solenemente aberta a Primeira Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas.

ABAIXO O COLONIALISMO PORTUGUÊS!

VIVA A SOLIDARIEDADE DA LUTA DOS POVOS AMANTES DA PAZ E DA LIBERDADE!

MÁRIO DE ANDRADE
PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA

Telegrama de Amílcar Cabral à Conferência

[impresso, em francês]

MENSAGEM DE AMÍLCAR CABRAL,
SECRETÁRIO-GERAL DO PARTIDO AFRICANO PARA A INDEPENDÊNCIA
DA GUINÉ E DE CABO VERDE (PAIGC)

Retido por problemas urgentes luta comum Stop. Saúda conferência certo que ela traçará via segura para colaboração eficaz dos nossos povos libertação imediata total do colonialismo português e oposição concreta imperialismo neocolonialismo.

AMÍLCAR CABRAL

Telegrama da AOECA à Conferência

[impresso, em francês]

MENSAGEM DA ASSOCIAÇÃO DOS ORIGINÁRIOS DO ENCLAVE DE
CABINDA (AOECA)

Causa acontecimentos sangrentos enclave Cabinda onde homens, mulheres, crianças e velhos indefesos são massacrados sem piedade e aldeias incendiadas por forças repressivas portuguesas fomos obrigados utilizar fundos destinados passagem nosso delegado para socorrer numerosos refugiados chegados estado lamentável Stop. Endereçamos saudação fraterna povo Cabinda e asseguramos nossa total colaboração na luta contra imperialismo português pela libertação Cabinda e Angola Stop. Desejamos muito sucesso vossa conferência e esperamos envio relatório trabalhos.

AOECA

Telegrama da ALIAZO à Conferência

[impresso, em francês]

MENSAGEM DA ALIANÇA DOS ORIGINÁRIOS DO ZOMBO
(ALIAZO)

Lamentamos nossa ausência conferência Stop. Desejamos no entanto proveitosos trabalhos Stop. Pensamos essa conferência preliminar a uma outra na qual outros partidos ausentes participarão activamente Stop.

ALIAZO (C.P. 8085), Léopoldville.

Telegrama do MLEC à Conferência

[impresso, em francês]

MENSAGEM DO MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DO ENCLAVE DE CABINDA (MLEC)

Devido impossibilidade negociações com Portugal MLEC propõe organização plebiscito Nações Unidas para ascensão independência imediata incondicional colónias portuguesas com assistência técnica internacional Stop. Pleno sucesso.

FRANQUE, Presidente (C.P. 7193), Léopoldville.

Declaração da CONCP

[impressa, em francês]

Com vista a traduzir, em realizações concretas os princípios e as resoluções adoptados pela Conferência e enunciados na Declaração Geral, as organizações seguintes, participantes nesta Conferência:

*Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA);
União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA);
Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC);
Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGC);
Partido do Povo de Goa;
Congresso Nacional de Goa;
Conselho de Libertação de Goa;
Liga de Goa;
União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO);
Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP),*
proclamam a criação de uma organização intitulada:

“CONFERÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS
DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS” (CONCP)

Os estatutos desta organização já foram aprovados. A organização tem três órgãos constitutivos:

A Conferência;

O Conselho Consultivo, composto por um Presidente e dois representantes de cada país.

O Secretariado Permanente, composto por:
um Secretário-Geral;
um Secretário para as Finanças;
Um Secretário Administrativo.

A CONCP, que terá sede em Rabat, entrará imediatamente em funções.

COMPOSIÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS (CONCP)

CONSELHO CONSULTIVO

Presidente: MÁRIO DE ANDRADE.

SECRETARIADO PERMANENTE

Secretário-Geral: MARCELINO DOS SANTOS

Secretário das Finanças: ARISTIDES PEREIRA (ALFRED BANGOURA).

Secretário Administrativo: JOÃO CABRAL

Discurso de Pascal Luvualu, Sec. Geral da UNTA

[impresso, em francês]

DISCURSO DO SR. PASCAL LUVUALU,
SECRETÁRIO-GERAL DA UNIÃO NACIONAL
DOS TRABALHADORES ANGOLANOS

Senhor Presidente, Excelências,
Minhas Senhoras, Meus Senhores, Caros Irmãos de Luta,

A Conferência Histórica das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas que daqui a alguns instantes vai terminar os seus trabalhos, teve um grande sucesso e contribuiu para o reforço do nosso espírito de combatividade contra o colonialismo português.

É para nós uma grande alegria e reconforto ver os países outrora considerados os mais passivos do mundo reunirem-se para discutir o problema candente que se coloca nesses países e encontrar medidas sérias para aniquilar, a curto prazo, o colonialismo português.

Este encontro inscreve-se nos anais da história e Casablanca é o seu símbolo. Estamos certos que os nossos esforços, a nossa firme vontade de conseguir a independência dos nossos países, serão brevemente coroados de êxito.

Depois de ter reunido as forças patrióticas numa frente de acção, dirigimo-nos agora aos irmãos e amigos, à opinião mundial e particularmente ao povo Marroquino para lhes pedir que marchem ao nosso lado, que manifestem a sua vontade num espírito de solidariedade.

Para terminar, em nome da UNTA que eu aqui represento, lanço um apelo premente às organizações sindicais, à classe operária internacional e aos movimentos juvenis para que se solidarizem concretamente com o povo Angolano e a sua classe operária para levar a sua justa luta até à independência total, imediata e completa.

Viva Angola independente!
 Viva a África livre e unida!
 Viva a amizade dos povos!
 Viva a classe operária internacional!
 Viva o Marrocos!

Resolução sobre a Oposição Portuguesa

[policopiada, em francês]

A CONFERÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS reunida em Casablanca de 18 a 20 de Abril de 1961

RECONHECENDO que o povo português se encontra sob a opressão de um Governo fascista;

RECONHECENDO que tal situação não é de natureza a permitir a livre informação sobre os problemas das colónias portuguesas;

GARANTE ao povo português o seu apoio total na luta que leva a cabo para se libertar do regime fascista e instaurar o regime democrático em Portugal;

ENCORAJA o movimento democrático português a reforçar a sua unidade com vista à vitória rápida da causa da democracia;

DECLARA que a luta dos povos ainda sob domínio português não é dirigida contra o povo português mas tem por objectivo a liquidação total do sistema colonial;

DECLARA que as Organizações participantes à Conferência estão abertas a um diálogo construtivo e dispostas a uma cooperação eficaz com os representantes autênticos do movimento democrático português na base do reconhecimento solene do direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação e à independência nacional.

Resolução sobre a ONU

[policopiada, em francês]

A CONFERÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS,

CONSTATANDO que a recusa sistemática do Governo Português em executar as resoluções das Nações Unidas sobre as Colónias Portuguesas afecta o prestígio dessa Organização e não tem nenhuma justificação plausível;

CONVENCIDA de que esse escândalo persistente no seio da ONU se deve ao apoio de outros Estados ao colonialismo Português, bem como a uma sistemática inconstância na aplicação das resoluções da ONU sobre o colonialismo português;

PEDE insistentemente às Nações Unidas que tomem medidas imediatas e concretas para obrigar Portugal a aplicar a declaração da outorga da independência aos povos coloniais de 14 de Dezembro de 1960.

EXPRESSA a viva indignação dos povos das Colónias Portuguesas face ao comportamento dos Estados membros da ONU que ainda não deram provas efectivas do seu desejo de aplicar imediatamente essa declaração no que diz respeito ao caso das colónias portuguesas.

EXIGE que a Subcomissão, prevista para investigar a situação de Angola de acordo com a proposta dos países Afro-Asiáticos, seja criada e investida de plenos poderes que lhe permitam recolher livremente as provas das acções bárbaras perpetradas pela Administração colonial portuguesa.

Resolução sobre Angola

[policopiada, em francês]

A CONFERÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS, após ter analisado os últimos desenvolvimentos da situação em Angola;

CONSIDERANDO que o Governo português, pela sua política bem conhecida de supressão total das liberdades fundamentais, não permitiu ao povo angolano uma livre expressão das suas justas aspirações à independência;

CONSIDERANDO que o Governo português se recusou a considerar as propostas contidas na Declaração do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de 13 de Junho de 1960, para uma solução pacífica do problema colonial em Angola;

CONSIDERANDO que altas personalidades do Governo português fizeram em Portugal e em Angola, desde 1959, declarações públicas de guerra ao nacionalismo angolano, e que o colonialismo português acompanhou essas declarações com um reforço do aparelho militar, com uma propaganda tendente a agravar a tensão e a hostilidade da população portuguesa de Angola em relação ao povo angolano, com um recrudescimento do terror dirigido contra o povo angolano, com perseguições, envenenamentos, julgamentos e deportações arbitrarias contra os patriotas angolanos e alguns estrangeiros simpatizantes da causa da libertação de Angola, enfim, com massacres de populações pacíficas e desarmadas.

SAÚDA a insurreição geral desencadeada pelo valente povo de Angola, após os acontecimentos de Luanda de Fevereiro último.

APELA a todos os partidos e movimentos políticos assim como a todas as organizações populares de Angola para que dêem rapidamente prova de unidade de acção na luta comum contra o colonialismo português e para que, desde já, garantam a unidade do povo angolano através de uma política de frente unida e sólida.

RECOMENDA ao povo e a todos os patriotas angolanos a maior vigilância face às manobras neocolonialistas tendentes a desviar a luta do povo angolano do objectivo da verdadeira independência, a provocar divisões no seio do povo e a desmembrar o país ou a instaurar governos fantoches.

APELA a todos os soldados das colónias portuguesas de África e da Ásia, alistados no exército colonialista, a juntarem-se com as suas armas, aos seus irmãos angolanos, que lhes reservarão, sem restrição, um acolhimento fraternal.

[APELA] a todos os originários das colónias portuguesas de África e da Ásia, que vivem ou trabalham em Angola, a apoiarem a justa luta do povo, ou pelo menos, a observarem uma posição de neutralidade favorável a essa luta.

APELA a todas as organizações e personalidades anti-colonialistas para que suscitem um movimento de opinião mundial a fim de exigir a libertação de todos os prisioneiros políticos de Angola, nomeadamente os líderes do Movimento Popular de Libertação de Angola, Dr. AGOSTINHO NETO e ILÍDIO MACHADO.

INDIGNA-SE com os ultrajes de que é vítima, por parte da polícia portuguesa, o clero angolano, com a detenção recente de Monsenhor DAS NEVES, ex-Vigário Geral do Arcebispado de Luanda, e com a deportação sem julgamento, para a Ilha do Príncipe, do ex-Chanceler Rev. P. PINTO DE ANDRADE.

APOIA plenamente a resolução sobre Angola, aprovada pela 3ª Conferência dos povos Africanos, realizada no Cairo de 25 a 31 de Março de 1961, e confirmada pela 4ª sessão do Conselho Afro-Asiático realizado em Bandung, de 10 a 14 de Abril de 1961.

APELA INSISTENTEMENTE aos povos das nações limítrofes para que apoiem activamente a luta do povo angolano, e para que paralizem a tempo nos seus países respectivos, todas as manobras que possam ser feitas para prejudicar a luta do povo angolano.

APOIA as diligências dos Estados membros da ONU, em particular as intervenções dos países do grupo afro-asiático, que exigem da organização internacional medidas imediatas e eficazes para que Portugal aplique em Angola a “Declaração sobre a outorga da independência aos países coloniais” e que se ponha imediatamente fim ao genocídio que o colonialismo português está a levar a cabo em Angola.

PEDE INSISTENTEMENTE aos Estados Afro-Asiáticos que se mantenham vigilantes para o caso de uma eventual intervenção da ONU em Angola, abstendo-se de tomar posições que os conduziram a uma situação tal que seriam obrigados a sancionar manobras imperialistas e prejudicar a unidade do povo, a integridade do território e o exercício da democracia pela qual luta o povo angolano, no quadro da independência autêntica.

RECOMENDA aos órgãos executivos da organização saída desta Conferência, que mobilizem a opinião mundial a favor da libertação de Angola e suscitem em todos os povos do mundo uma solidariedade activa para com o povo angolano.

Mensagem aos Chefes de Estado dos Países de África e da Ásia

[policopiada, em francês]

A Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas lança um vibrante apelo a todos os Chefes de Estado dos países de África e da Ásia para que contribuam sem tardar no espírito de solidariedade Afro-Asiática, com o máximo interesse e com todas as forças que tenham ao seu alcance, para a cessação imediata da guerra empreendida impunemente em Angola pelo Colonialismo português.

A Conferência chama insistentemente a atenção dos Chefes de Estado de África e da Ásia para os preparativos do Governo Português tendentes a acender outros focos de guerra nas outras colónias portuguesas.

Declaração Geral à Conferência

[policopiada, em francês]

UNIDADE, SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO

UNIDADE:

A CONFERÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS, reunida em Casablanca de 18 a 20 de Abril de 1961, tendo agrupado representantes dos Movimentos de Libertação Nacional de Cabo Verde, da Guiné, de São Tomé e Príncipe, de Angola, de Moçambique e de Goa, procedeu a uma análise

aprofundada da situação que prevalece nos países ainda submetidos à dominação colonial de Portugal.

A Conferência constatou a semelhança das formas de opressão política, económica, social e cultural que esses países sofrem.

CONSIDERANDO que a política do Governo Português se caracteriza pela supressão das liberdades fundamentais nas colónias,

CONSIDERANDO que o Governo português recusa reconhecer o princípio da primazia dos interesses dos habitantes desses países e, contrariamente ao direito dos povos a disporem de si próprios, obstina-se a manter o mito das “províncias do ultramar”;

CONSIDERANDO que o Governo Português, em vez de encarar uma solução pacífica para o conflito opondo os povos desses países à Administração Colonial, intensifica os métodos fascistas de repressão contra os nacionalistas com o envio de reforços militares, com a prática do genocídio, com a criação de focos de guerra,

CONSIDERANDO que essa atitude anacrónica, contrária à marcha da história e ao bom senso, levou as massas populares a pensarem nos meios eficazes para a sua auto-defesa activa,

CONSIDERANDO que os povos das colónias portuguesas aspiram ardentemente à autodeterminação e à independência,

SAÚDA todos os patriotas que combatem pelo triunfo da causa da independência, da justiça e da liberdade em Cabo Verde, na Guiné, em São Tomé e Príncipe, em Angola, em Moçambique, em Goa e em todos os outros territórios submetidos à dominação colonial portuguesa.

CONVENCIDA da necessidade urgente de libertar os povos colonizados por Portugal,

PROCLAMA A UNIDADE DE ACCÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS NA LUTA, POR TODOS OS MEIOS, COM VISTA À LIQUIDAÇÃO IMEDIATA DO COLONIALISMO PORTUGUÊS E À LIBERTAÇÃO DE QUALQUER FORMA DE OPRESSÃO.

EXORTA todos os patriotas das colónias portuguesas a mobilizarem-se nas suas organizações nacionais e a acelerarem o processo de liquidação do colonialismo português.

CONVIDA os diversos movimentos nacionalistas a conjugarem as suas forças nas Frentes de luta unida em torno de um objectivo imediato – a liquidação do colonialismo português.

A CONFERÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS,

CONSTATANDO que apenas a independência nacional pode favorecer a consolidação da paz e da cooperação internacional entre os povos,

CONSTATANDO que a sobrevivência do colonialismo português é um factor permanente de conflitos,

MANIFESTA a sua adesão à declaração universal dos Direitos do Homem e aos princípios de coexistência proclamados pela Conferência de Bandung,

CONFIRMA as declarações e resoluções adoptadas pelas Conferências dos Povos Africanos e da Solidariedade Afro-Asiática,

DECLARA a sua solidariedade actuante com todas as forças anti-colonialistas do mundo,

APELA a todos os Estados independentes da África e da Ásia, assim como a todos os países amantes da paz e da liberdade, para que interditem os portos e aeroportos, aos navios e aviões portugueses, e para que reconsiderem as suas relações diplomáticas e económicas com Portugal.

APELA aos povos do mundo inteiro para que boicotem as mercadorias portuguesas.

APELA aos trabalhadores de África, da Ásia e do mundo inteiro para que se recusem a descarregar os navios com destino ou com origem em Portugal.

TOMANDO EM CONSIDERAÇÃO a declaração de 14 de Dezembro de 1960 adoptada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas,

CONVIDA todos os países e todos os homens amantes da paz e da liberdade a apoiarem a justa causa dos povos ainda submetidos à dominação colonial portuguesa e a oporem-se energicamente à continuação dos métodos de repressão fascista nesses países.

A CONFERÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS registou, com satisfação, as declarações da Conferência dos Chefes de Estado Africanos, realizada em Casablanca de 4 a 7 de Janeiro de 1961, que proclamou na sua Carta a “vontade de libertar os territórios africanos ainda sob dominação estrangeira, de lhes prestar ajuda e assistência, de liquidar o colonialismo e o neocolonialismo sob todas as suas formas, de não encorajar o estabelecimento de tropas e de bases estrangeiras que ponha em perigo a libertação de África e de se dedicar igualmente a livrar o continente africano das intervenções políticas e das pressões económicas”.

SOLIDARIEDADE

A CONFERÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS,

CONSTATANDO que o combate contra o colonialismo entra hoje na sua fase derradeira e decisiva, que as potências colonialistas, num último esforço, criaram uma verdadeira frente para manter o essencial do seu poder económico e militar em África e na Ásia,

CONSTATANDO que essas mesmas potências recorrem muitas vezes a meios tão traiçoeiros como o assassinato de dirigentes, como foi o caso de Patrice Lumumba, herói de África.

REAFIRMA A SUA SOLIDARIEDADE COM OS POVOS QUE LEVAM A CABO O COMBATE CONTRA TODAS AS FORMAS DE COLONIALISMO E DE IMPERIALISMO

MANIFESTA, no que diz respeito a África, a sua total aprovação à resolução sobre a libertação dos povos dependentes, decidida na 3ª Conferência dos Povos Africanos, realizada no Cairo de 25 a 31 de Março de 1961.

SAÚDA a luta heróica do povo argelino pela sua libertação nacional.

RECONHECE os direitos legítimos do Marrocos sobre IFNI, CEUTA e MELILLA.

APROVA a resolução sobre a Mauritânia adoptada pela Conferência Africana de Casablanca.

CONDENA a ocupação colonial do Sahara Africano.

CONDENA as manobras imperialistas no Congo.

CONDENA a política de apartheid que assola a África do Sul.

CONDENA a política Sul-Africana no Sudoeste Africano.

EXIGE a outorga da independência aos territórios da África Central, da Niassalândia, da Rodésia do Norte e da Rodésia do Sul.

COOPERAÇÃO

A CONFERÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS, depois de analisar as actuais necessidades da luta contra o colonialismo português e na firme determinação de coordenar eficazmente as actividades dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, adopta as seguintes medidas, com vista a uma execução imediata:

- 1) Obtenção de fundos junto das organizações que manifestam a sua simpatia pela causa dos povos das Colónias Portuguesas, através de apelos públicos;
- 2) Ajuda mútua às organizações nacionalistas das colónias portuguesas para um rápido desenvolvimento dos seus métodos de trabalho e dos seus meios de acção;
- 3) Consolidação da unidade das organizações nacionalistas de cada colónia;
- 4) Apelo às organizações nacionalistas das colónias portuguesas, que não participaram nesta conferência, para aderirem imediatamente aos seus princípios;
- 5) Obtenção dos meios para a auto-defesa activa, com vista à manutenção da resistência dos povos das colónias portuguesas;
- 6) Obtenção de assistência médica e de meios de subsistência necessários às vítimas da agressão colonial portuguesa;
- 7) Acção com vista a elucidar o povo português sobre a justeza da luta dos povos coloniais;
- 8) Apoio concreto ao movimento democrático português e estabelecimento de relações úteis com as organizações democráticas portuguesas;
- 9) Publicidade permanente, por todos os meios, a fim de mobilizar a opinião pública mundial para a causa dos povos das colónias portuguesas;
- 10) Cooperação com os movimentos anti-colonialistas e democráticos de todos os países;

11) Diligências junto de todos os países para campanhas e manifestações públicas de protesto contra a violação dos direitos do Homem e contra as atrocidades perpetradas pela administração colonial portuguesa, assim como pela libertação imediata de todos os presos políticos;

12) Execução de todas as medidas relacionadas com o boicote económico e diplomático de Portugal no plano internacional.

II- Démarches auprès de tous les pays pour des campagnes et des manifestations publiques de protestation contre la violation des droits de l'homme et contre les atrocités perpétrées par l'administration coloniale portugaise, ainsi que pour la libération immédiate de tous les prisonniers politiques ;
12- Exécution de toutes les mesures concernant le boycott économique et diplomatique du Portugal sur le plan international.

Telegrama ao Presidente da Assembleia-Geral da ONU

[policopiado, em francês]

PRESIDENTE ASSEMBLEIA GERAL
UNITED NATIONS
NEW YORK

CONFERÊNCIA ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS COLÓNIAS PORTUGUESAS REUNIDA NESTE MOMENTO CASABLANCA PEDE ONU CONDENE VIGOROSAMENTE GUERRA COLONIAL CONDUZIDA PORTUGAL CONTRA POVO ANGOLANO E TOME MEDIDAS CONCRETAS EFICAZES TENDENTES OBRIGAR PORTUGAL APLICAR SEM DEMORA DECLARAÇÃO ONU 14 DEZEMBRO 1960 STOP CONFERÊNCIA APROVA DILIGÊNCIAS DOS ESTADOS AFROASIÁTICOS E ESTADOS AMANTES LIBERDADE TENDENTES PERMITIR AO POVO ANGOLANO GOZO PLENO DIREITO AUTODETERMINAÇÃO E INDEPENDÊNCIA E TENDENTES PARAR IMEDIATAMENTE ACCÕES BÁRBARAS QUE COLONIALISMO PORTUGUÊS ESTÁ COMETER EM ANGOLA STOP

MÁRIO ANDRADE

PRESIDENTE CONFERÊNCIA
ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS
COLÓNIAS PORTUGUESAS

Casablanca – 19 de Abril de 1961

Mensagem a Sua Majestade Hassan II

[policopiada, em francês]

MAJESTADE:

Eis-nos chegados ao fim dos nossos trabalhos.

A Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, tendo tido o privilégio de se reunir em Casablanca, rende-vos uma profunda homenagem de respeito e da mais alta consideração e agradece-vos os testemunhos de solidariedade que vós próprios, o vosso Governo e todo o povo Marroquino quiseram manifestar desse modo para com a causa dos Povos e dos Patriotas das Colónias Portuguesas em luta pelo triunfo dos nobres ideais da independência, da libertação nacional, da justiça e do progresso.

Retivemos na nossa memória a lembrança do vosso augusto pai, SUA MAJESTADE MOHAMMED V, artífice da histórica Conferência Africana de Casablanca que marcou uma viragem no combate engajado contra o imperialismo, o colonialismo e o neocolonialismo.

MAJESTADE!

No momento em que nos dispomos a executar as decisões tomadas pela nossa Conferência, sentimos o coração apertado por causa dos últimos desenvolvimentos da situação em Angola onde o Governo fascista do Sr. SALAZAR, num último sobressalto, prossegue impunemente uma guerra bárbara contra o povo Angolano.

Que nos seja permitido pedir-vos encarecidamente que façais tudo o que estiver ao vosso alcance para apoiar eficazmente o apelo premente que acabamos de endereçar a todos os Chefes de Estado de África e da Ásia, com vista a mobilizar a opinião mundial para a cessação imediata da guerra colonial em Angola e dos preparativos de abertura de outras focos de guerra nos países ainda submetidos à opressão de Portugal.

A Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas saúda o valente povo Marroquino pela luta que o colocou na via do progresso e da felicidade.

Que também nos seja permitido, MAJESTADE, endereçar-vos as profundas homenagens das Delegações aqui presentes em nome dos povos da África e da Ásia decididamente empenhados na liquidação imediata do colonialismo Português e na libertação de qualquer forma de opressão.

ASSINA:

Mário DE ANDRADE

Presidente da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

Discurso de Encerramento por Mário de Andrade

[impresso, em francês]

DISCURSO DE ENCERRAMENTO
PRONUNCIADO PELO SR. MÁRIO DE ANDRADE,
PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA

Excelências, Minhas Senhoras e Meus Senhores, Caros Irmãos de Luta,

A nossa Conferência chega ao fim.

Trabalhámos com afincio para examinar a situação nos nossos países respectivos e, juntos, construir novas bases de cooperação na luta contra o inimigo comum.

As nossas resoluções testemunham essa vontade de que sempre demos provas, de exprimir as aspirações dos nossos povos à independência.

Todo o mundo poderá aperceber-se do espírito no qual quisemos conduzir os trabalhos através das resoluções que adoptamos por unanimidade.

Se, por um lado, a nossa Conferência especificou para cada país as reivindicações particulares, por outro lado, ela soube considerar o problema da liquidação do colonialismo português nas suas implicações africanas, afro-asiáticas e internacionais.

Foi por isso que decidimos elevar a própria *Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas* ao nível de uma organização permanente que se encarregará de executar as resoluções adoptadas aqui, em Casablanca, e de mobilizar a opinião mundial a favor da justa causa dos povos ainda submetidos à opressão portuguesa.

Que me seja permitido, em nome dos delegados à Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, agradecer calorosamente a ajuda fraterna que nos foi concedida pelos dirigentes, as organizações, as personalidades e o povo do Marrocos.

Os nossos agradecimentos estendem-se igualmente a Suas Excelências os Diplomatas que quiseram honrar, com a sua presença, as nossas sessões de abertura e de encerramento, à imprensa e a todos os que manifestaram a sua solidariedade com a nossa Conferência.

Esperamos, por fim, que esta conferência não se mantenha nos limites e nos objectivos que nos estabelecemos em Casablanca, e formulamos portanto o voto de que possamos brevemente considerar outras formas de cooperação entre os países que sofreram a dominação portuguesa, no quadro da independência e da libertação nacional.

Seja como for, a cidade de Casablanca ficará na história dos nossos povos como um símbolo do processo de liquidação imediata do colonialismo português.

Declaro solenemente encerrada a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas.

Relatório de Tomás Ferreira

[cópia dactilografada]

[Sem data – provavelmente finais de Abril de 1961]

RELATÓRIO DO COMANDO MILITAR DO MPLA

No dia 3 de Abril de 1961, parto de Matadi com destino a Ambrizete acompanhado por 24 homens decididos. No Soio, ainda em território Congolês, próximo da fronteira com Angola, divido os 24 homens em dois grupos iguais. Um depois de receber ordens e instruções seguiu para o Lufico, ficando combinado encontrar-se com o segundo grupo no Bodo. Quanto ao segundo grupo, directamente por mim chefiado, dirigiu-se em marcha forçada para o Bodo, com passagem por Ngombe, Vumputo, Singila, Maninga, Quissonge, Lue Grande e Facunde. Neste último povoado encontrámo-nos com centenas de refugiados que nos aconselharam a não irmos para o Bodo, visto os sobas abrirem fogo cerrado contra todo e qualquer grupo de “terroristas” e guerrilheiros. Reunimo-nos todos em conselho e resolvemos mudar de rumo. Desta forma tomámos o caminho de para [sic] o Tomboco mandando um homem ao encontro do outro grupo para avisá-los da nova posição.

No Tomboco fiz eu próprio um reconhecimento do terreno e das forças ali acantonadas. Na madrugada do dia 7 atacámos o inimigo de surpresa simplesmente com cocktails que com a pólvora negra e catanas constituíam o nosso material de guerra. Nesta povoação só encontrámos um branco sua mulher e seis filhos a quem poupámos a vida.

Na Missão Católica só um padre africano ali se encontrava visto os outros já se terem dispersado com a restante população havia dias. Quanto aos 15 militares que formavam a força de Tomboco, fugiram deixando armas e munições de que nos apropriámos.

Depois de deitarmos fogo à Serração fomos obrigados a embrenharmo-nos na mata pelo povo que a mando dos sobas descarregou sobre nós várias cargas de chumbo. Depois de nos reunirmos pusemo-nos em marcha, verificando mais tarde que estávamos caminhando em sentido oposto ao núcleo de resistência mais próximo. Prosseguindo o caminho, fomos parar à estrada de Bessa Monteiro onde encontrámos um grupo de 140 homens que ia a caminho do Úcua e que se nos juntou. Perto do Úcua aliaram-se a nós mais seiscentos homens (600) que combatiam em grupos isolados e completamente independentes uns dos outros. Nesta povoação juntaram-se a nós mais quarenta (40) homens decididos como os demais a morrer pela causa angolana.

Depois de um estudo da região e na noite de 11 para 12, atacámos sem que da nossa parte tivéssemos qualquer baixa, aniquilando na totalidade a população portuguesa que ali se encontrava. Também deitámos fogo a duas roças de café.

No dia 16 chegaram a esta povoação 80 militares portugueses que nos atacaram fazendo-nos 6 baixas (mortos) e 15 feridos, tendo contudo todos eles ficado no campo da batalha.

No dia 18 atacámos uma coluna militar composta de perto de 150 portugueses. Desbaratámos de novo o inimigo que nos causou mais 4 baixas e 90 feridos. Apropriámo-nos de todo o material e equipamento de guerra do inimigo.

Após mais três dias nesta região deixei ficar aqui 180 homens devidamente armados; mandei duzentos homens para o Tomboco e os restantes partiram comigo para a base de resistência (Mananga). Pelo caminho rebentámos com a ponte do Lucunga. Nesta região deparei com o quadro desolador (matas incendiadas pelas bombas napalm lançadas pela força aérea portuguesa, e povoados completamente abandonados).

De Mananga enviei 80 homens para o Quinzau a fim de actuarem nesta região. Depois disto resolvi ir a Matadi com um grupo de 40 homens para reabastecer (alimentação) a nossa base de resistência. Pelo caminho adoeceram 4 indivíduos.

Ao atravessarmos o rio Lue (pequeno) fui picado por uma cobra. A minha temperatura começou a oscilar entre os 37 e os 41 graus. Em Matadi faço démarches no sentido de arranjar víveres. Depois de consegui-los partiram para Mananga 31 homens que os levaram. Fui obrigado a ficar em Matadi e depois vir para Léo por não poder sequer pôr-me de pé. A população da linha Maquela do Zombo-Uíge tem dado todo o seu apoio aos nacionalistas, apoio este que consiste na criação de inúmeros obstáculos (corte de estradas, derrubamento de árvores) e todo o seu apoio material. O combate começou totalmente desorganizado, mas hoje com o contacto permanente com o inimigo, muito embora ainda continue a luta em grupos isolados, verifica-se uma melhoria de táticas.

A UPA mandou para S. Salvador um grupo de 15 homens, devidamente armados sem qualquer dirigente habilitado.

Uma coluna militar portuguesa que ia em socorro da população da Damba levou 18 dias para fazer um percurso de 45 km aproximadamente, dado os inúmeros obstáculos da estrada. Note-se que foram de carro.

O grande número de refugiados no Congo é justificado pelo metralhamento constante das povoações pelas forças portuguesas.

No exército português estão enquadrados oficiais portugueses que estiveram na Algéria [sic] ao serviço da França.

Os nacionalistas dado aos factores de terreno, as chuvas e o clima quando armados têm tido vitórias ao inimigo.

O exército português tem uma fragata em Ambriz e outra no Ambrizete.

Quanto à aviação, já não está sendo utilizada, em virtude das baixas consideráveis que tiveram dos paraquedistas. Foram abatidos 2 aviões em Nambuanguongo e um no norte.

As tropas portuguesas só andam pela estrada, o que dá a impressão de que evitam combater na mata, pelo que se torna necessário lançar-lhes a isca.

Tive conhecimento em Matadi aquando da minha ida acompanhado pelo jornalista Sven Ost de que por efeitos de falta de alimentação e dada a minha demorada estadia em Léo, os homens que comigo combateram se tinham separado em vários grupos um dos quais se encontra em Matadi.

Ass. Tomás Francisco Ferreira

Projecto de Acordo para uma Frente Comum

[dactilografado]

ACORDO SOBRE A CONSTITUIÇÃO DA FLA¹

O MPLA, a ALIAZO, a AREC animados do desejo de contribuir, com todas as suas forças, para a conquista da independência da sua pátria comum – Angola –, e firmemente convencidos de que só é vantajoso que este objectivo seja atingido na mais ampla união de todas as forças patrióticas angolanas, a fim de que a independência de Angola venha a alicerçar-se na unidade do povo, na colaboração fraterna entre todas as etnias de Angola, na ordem democrática e na integridade territorial do país, decidiram, livremente, assinar o presente acordo.

ARTIGO PRIMEIRO

O MPLA, a ALIAZO, a AREC resolvem fundar a FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, cujos Estatutos, que aprovaram integralmente e sem reservas e que constituem um instrumento inseparável do presente Acordo, estabelecem os princípios essenciais das relações entre todas as organizações membros da FLA.

ARTIGO SEGUNDO

O MPLA, a ALIAZO, a AREC..... esforçar-se-ão por consolidar e alargar a FLA em todo o território angolano, por obter o mais amplo e livre apoio das massas populares angolanas à FLA, por trazer para a FLA todas as organizações patrióticas angolanas, por ganhar para a causa do povo angolano a simpatia e a solidariedade activa dos povos *amantes*² da liberdade de todo o mundo.

ARTIGO TERCEIRO

O MPLA, a ALIAZO, a AREC aprovam sem reservas, o “programa” *comum*, anexo, da FLA o qual visa a unir todo o povo angolano na sua luta pela independência, pela unidade nacional e pela integridade territorial de Angola.

ARTIGO QUARTO

O presente Acordo entrará em vigor depois de notas entre o MPLA, a ALIAZO, a AREC comunicando que o Acordo em questão foi ratificado pelos órgãos dirigentes competentes das citadas organizações.

ARTIGO QUINTO

O presente Acordo foi feito em, em..... de Abril de 1961, em dois textos, em língua portuguesa e francesa, cada um dos quais faz integralmente fé.

¹ Para além desta, há uma versão em francês que começa com “O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Aliança dos Originários do Zombo (Alliazo) e o Movimento de Libertação [do Enclave] de Cabinda (ML[E]C), a União das Populações de Angola (UPA) animados.....” e também inclui a UPA nos artigos. Numa tradução, estão riscados os outros partidos e ficam apenas o MPLA e a UPA.

² O que está em itálico foi corrigido ou acrescentado à mão.

Projecto de Programa Comum da FLA

[dactilografado]

PROGRAMA COMUM DA FLA

RAZÕES DETERMINANTES DO PROGRAMA DA FLA

O programa comum da FLA repousa nas seguintes razões determinantes:

- Necessidade de instituir, publicamente e desde já, o princípio que deverá fazer história na vida política de Angola, de colocar o interesse nacional acima de todas as considerações ou ambições estreitas de partidos ou de pessoas.
- Necessidade de criar condições concretas para que todos os problemas de Angola, desde os mais fáceis aos mais difíceis e controversos, venham a ser resolvidos unicamente por angolanos, através da negociação.
- Necessidade de unir a acção do povo inteiro na sua luta pela independência nacional, pela integridade territorial, pela democracia e pelo progresso social.
- Necessidade de unir, numa só corrente patriótica, os elementos comuns da vontade e da acção de todas as organizações políticas e populares de Angola na luta contra o inimigo comum – o colonialismo português.
- Necessidade de paralisar todas as manobras imperialistas tendentes a dividir o povo angolano e a impedir a formação de uma Angola livre, independente, unida e democrática.
- Necessidade de tirar, com lucidez e espírito de decisão, todo o proveito possível da experiência da luta anti-imperialista dos povos africanos.
- Necessidade de prevenir conflitos fratricidas no seio do povo angolano, por meio do maior entendimento possível entre as diferentes organizações que dirigem a luta popular pela independência de Angola.

PROGRAMA COMUM

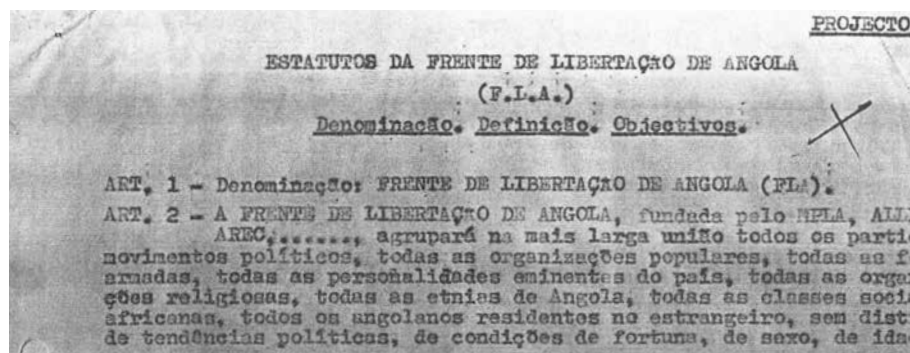
O Programa comum da FLA compreende os dois pontos seguintes:

- Lutar, por todos os meios, para a independência de Angola através da liquidação do colonialismo português e de todos os vestígios de relações colonialistas e imperialistas em Angola.
- Conquistar, preservar e reforçar todas as condições indispensáveis para que o povo angolano realize plenamente o seu direito à autodeterminação: que ele determine, livremente, o seu estatuto político e o sentido do seu desenvolvimento económico, social e cultural.

(ABRIL, 1961)

Projecto de Estatutos da FLA (extractos)

[dactilografado]



ESTATUTOS DA FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (FLA)

Denominação. Definição. Objectivos.

ART. 1 – Denominação: FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (FLA)

ART. 2 – A FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, fundada pelo MPLA, ALIAZO, AREC,....., agrupará na mais larga união todos os partidos e movimentos políticos, todas as organizações populares, todas as forças armadas, todas as personalidades eminentes do país, todas as organizações religiosas, todas as etnias de Angola, todas as classes sociais africanas, todos os angolanos residentes no estrangeiro, sem distinção de tendências políticas, de condições de fortuna, de sexo, de idade.

ART. 3 – Os objectivos de FLA são:

- Conquistar por todos os meios, a independência imediata e completa de Angola.
- Defender e assegurar, por todos os meios, a soberania total e inalienável do povo angolano, a unidade nacional, a integridade territorial da Angola e o exercício da democracia na vida política do país.

DA ADESÃO À FRENTE

ART. 4 – Serão admitidos na FRENTE todas as personalidades colectivas e individuais referidas no ART. 2 e que se comprometam a cumprir os Estatutos, o Programa e a linha política da FRENTE.

[...]

DA ORGANIZAÇÃO DA FRENTE

ART. 6 – As organizações de base da FRENTE são os partidos e movimentos políticos, os sindicatos, as organizações de camponeses, de jovens, de estudantes, de mulheres e de soldados.

- a) As organizações de base da FRENTE são obrigadas a executar as resoluções da FRENTE.

- b) O Comité Executivo da FRENTE é eleito pela Conferência nacional da FRENTE.
- c) O Comité Executivo da FRENTE estabelecerá os diferentes escalões da estrutura da FRENTE. A actividade diária em cada escalão será dirigida por um Comité da FRENTE, formado por um presidente e vários comissários com funções devidamente especificadas.
Até à próxima Conferência nacional, o Comité Executivo tem competência para fixar a duração dos mandatos dos Comités dos diferentes escalões, bem assim como para estabelecer o plano das actividades ordinárias desses Comités.
- d) A Conferência nacional é o órgão supremo da FRENTE. É constituída pelos delegados (em número de três) das respectivas organizações de base, funcionando anualmente ou por convocação em qualquer momento pelo Comité Executivo da Frente ou por uma maioria simples das respectivas organizações de base. A Conferência nacional define a linha política da FRENTE, elege e demite o Comité Executivo da FRENTE.

[...]

DO MÉTODO DE TRABALHO

ART. 10 – As organizações dos membros da FRENTE trabalham de acordo com os seguintes princípios:

- a) Respeito à independência das organizações membros: A FRENTE não intervirá nos assuntos interiores das organizações membros.
- b) Trabalho e responsabilidade colectivos: Deliberação em comum, por meio da negociação, sobre todos os problemas importantes de Angola e do povo angolano.
- c) Espírito democrático: Liberdade de expressão de ideias, de opiniões e de iniciativas.
- d) Espírito de disciplina: Cumprimento das resoluções tomadas em todos os órgãos da organização da FRENTE.
- e) Unidade de acção: Todos os partidos e movimentos políticos todas as organizações e todos os membros individuais da FRENTE deverão mobilizar as massas populares, uni-las, organizá-las e levá-las a agir em comum para a realização imediata das resoluções da FRENTE.
- f) União, fraternidade e espírito de progresso: A FRENTE deverá constituir em exemplo vivo da união e da fraternidade do povo angolano – garantias da sobrevivência e do reforçamento da independência de Angola pela qual o povo luta valentemente. Um largo e permanente espírito de entente e de ajuda mútua deverá presidir às relações entre membros da FRENTE.
A crítica e autocrítica não estão em contradição com a união e a fraternidade desejadas e são indispensáveis ao progresso da FRENTE e de cada uma das organizações membros.

(ABRIL, 1961)

Carta de A. Melo a M. Andrade sobre encontro MPLA–UPA em Monróvia

[cópia policopiada]

Léopoldville, 9 de Maio de 1961

ANÍBAL MELO
C.P. 1320 – Léopoldville

Caro compatriota Mário de ANDRADE,

Recebi o seu telegrama e dei-lhe imediatamente seguimento. Está certo, fomos todos de opinião que, sendo impossível a deslocação, na data afixada, de qualquer um dos membros presentes, visto não termos obtido os passaportes que há muito tempo estamos a tratar, só nos restava uma solução:

Delegar a nossa representação em Holden Roberto, que se encontra em Monróvia para assistir à Conferência dos Chefes de Estado.

Para isso, mandamos-lhe um telegrama nesses termos:

MPLA FIXOU ENCONTRO COM UPA 20 MAIO EM MONRÓVIA STOP
INDICÁMOS APENAS SEU NOME PARA REPRESENTAR NOSSO PARTIDO
VISTO FALTA PASSAPORTE INSISTINDO NECESSIDADE URGENTE ESTA
REUNIÃO STOP

e para si, o seguinte:

EM VIRTUDE NÃO TER AINDA PASSAPORTES PEDIMOS LHE CONTACTE
HOLDEN PRESENTE CONFERÊNCIA MONRÓVIA A QUEM JÁ COMUNI-
CÁMOS STOP

Agimos assim para não adiar a data do encontro, visto sermos de opinião, segundo o texto do telegrama enviado a Holden, que a união dos nossos esforços se apresenta como uma necessidade urgente.

Assim, perdi uma ocasião de o conhecer (para ser incluído na delegação) assim como a outros compatriotas do MPLA, mas não fico por isso menos satisfeito porque sei que os interesses da Pátria foram colocados acima dos interesses pessoais que podem ser protelados.

Por isso, formulo votos para que a nossa reunião satisfaça toda a família angolana.

Queira apresentar as minhas saudações a Viriato Cruz, Eduardo Santos, Hugo Menezes e Américo Boavida e faça-lhes saber que lhes desejo, assim como a todos os outros, boa sorte no nosso trabalho comum.

Com um abraço, desejo-lhe também boa sorte.

ASS/ ANÍBAL MELO

Comunicado de Imprensa do MPLA

[dactilografado, em francês, em papel timbrado do MPLA]

Na sequência de uma informação errada, difundida pelas agências noticiosas, respeitante à criação da “Frente de Libertação Angolana”, venho precisar que, em conformidade com a minha declaração feita em Monróvia a 12 de Maio último, aquando de um encontro com o Sr. Gilmore [H. Roberto], o MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA e a UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA estabeleceram o princípio de uma cooperação estreita. Contudo, as modalidades da constituição da Frente ainda estão por determinar num próximo encontro que terá lugar entre os responsáveis das duas organizações nacionalistas.

Por outro lado, o MPLA acaba de dirigir um telegrama ao Presidente Nkrumah saudando a sua feliz iniciativa ao propor uma reunião dos Chefes de Estado Africanos para tratar do problema angolano.

Numa altura em que o governo de Salazar intensifica impunemente a prática do genocídio em Angola, continuamos a lançar um apelo premente aos países Afro-Asiáticos para que concedam todo o seu apoio, e por todos os meios, à luta do povo angolano pela sua independência.

Uma medida imediata se impõe – o boicote económico e diplomático de Portugal.

Conakry, aos 24 de Maio de 1961

MÁRIO DE ANDRADE
PRESIDENTE DO MOVIMENTO POPULAR
DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
[carimbo do Comité Director do MPLA]

Carta de Mário de Andrade a Aníbal de Melo

[dactilografada, em francês]

CÓPIA

Conakry, 24 de Maio de 1961

Movimento Popular de
Libertação de Angola

MÁRIO DE ANDRADE,
Presidente do MPLA

ao

MPLA
Ref. 275/3/961

Senhor Aníbal de Melo
C.P. 1320 – UPA
LEOPOLDVILLE

Caro compatriota e amigo,

Respondo à sua amável carta de 9 de Maio, que me chegou às mãos hoje.

Penso que já está ao corrente do nosso encontro em Monróvia com o Holden Roberto.

Como sabe, esse encontro foi um primeiro contacto e consistiu essencialmente em estabelecer um princípio de colaboração estreita entre os nossos dois movimentos.

É agora dever da Direcção da UPA, segundo as propostas de Roberto Holden, responder às nossas propostas concretas sobre a constituição da Frente de Libertação de Angola. É com ansiedade que aguardo a sua carta que, por razões de segurança deve ser-nos endereçada por intermédio do nosso representante em Londres. Certamente não ignora o quanto me preocupa a situação actual em Angola e a necessidade de uma conjugação dos nossos esforços comuns a favor da libertação de Angola.

Queira transmitir a Roberto Holden os meus cumprimentos assim como a todos os membros do Comité Director da UPA.

Os nossos amigos saúdam-no fraternalmente.

Muito calorosamente, o seu amigo e compatriota,

Mário de Andrade

Carta de Rosário Neto ao MPLA

[cópia dactilografada, em francês]

UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA
C.P. 1320
LEOPOLDVILLE

Léopoldville, 25 de Maio de 1961

Ao COMITÉ DIRECTOR DO MPLA
CONAKRY

Caros compatriotas,

Por não ter ficado com nenhum exemplar em português do processo referente à possível formação da FLA, solicitamos-lhes que nos enviem, com a urgência possível, o projecto de Estatutos, Acordo sobre a sua constituição e o Programa Comum.

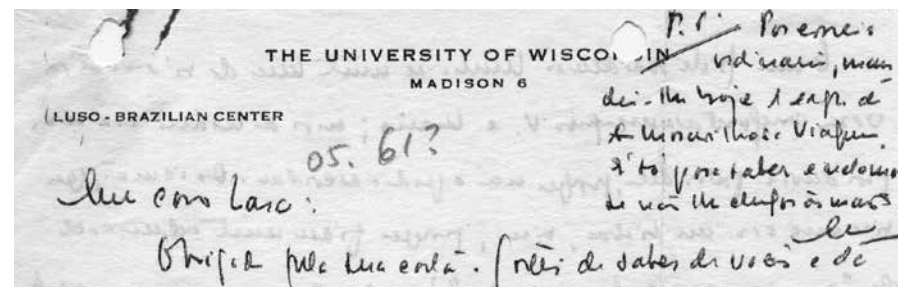
Queiram aceitar, caros compatriotas, a nossa simpatia por todos os vossos esforços.

Em nome da União das Populações de Angola (UPA)

Rosário Neto

Carta de Castro Soromenho a Lúcio Lara

[manuscrita, papel timbrado do Luso-Brazilian Center da Univ. de Wisconsin]



[Sem data – provavelmente meados de 1961]

Meu caro Lara:

Obrigado pela sua carta. Gostei de saber de vocês e da boa disposição que o anima. Também lhe agradeço os “papéis”, que recebo sempre em tão pouca quantidade, 1 ou 2 exemplares, que não dão para distribuir. É pena, porque há aqui gente mtº interessada no problema colonial – e só conhecia a existência da UPA. Americanos e espanhóis naturalizados americanos, professores na Universidade, antigos emigrados, gente da guerra de Espanha.

Admirável a intervenção do Mário na Conferência dos Povos Africanos, e óptima a sua nomeação.

O Luiz [de Almeida] mandou-me o Boletim dos Estudantes e uma plaquete com poemas do Neto e a gravura de um belo desenho. A expressão está admirável. Dos versos não se fala, porque ele é Poeta.

Recebi ontem uma carta, muito estranha e muito significativa de um velho amigo de Angola, casado com uma mestiça, de quem tem filhos, alguns nossos amigos. Deixa-me bastante triste e preocupado. Como é possível tanta cegueira! A carta termina assim: “Ou são dominados, ou MORREM TODOS”. Aos negros, refere-se.

Junto mais um recorte. Chamo a sua atenção para o artigo. Esse Robert é o Gilmore? Penso que sim.

O meu filho Waldemar lembra-se muito bem de si e várias vezes perguntava-me por [?] V[ocê]. e Mário; mas do Mário era mais por ouvir falar dele, porque não o podia recordar. Do irmão, que viu uma vez em Lisboa, sim, porque ficou muito admirado de “o pai ser amigo de um padre”. Mandei-lhe os seus parabéns. Obgº [Obrigado].

O que se está a passar em Angola, levou-me a rectificar muitos dos meus pontos de vista em relação aos brancos de lá; todavia, gostaria de saber o que pensam os do Sul e como se comportam. Vamos ter ali algo de semelhante à Argélia, no que diz respeito a relações. Salazar não só liquidou Portugal, não resolvendo os seus problemas económicos fundamentais, como liquida Angola, que estou certo não dominará, por muitos anos. Todavia, estou em crer que a sua queda não está longe, embora sejam os “moderados” e o exército que tomem conta do país. Isso será o termo do colonialismo, mas não creio

que do fascismo, embora pincelado de liberalismo católico... para estrangeiro ver. Esses moderados serão os homens da mesa redonda, que não concordam, com as naturais restrições iniciais à independência imediata, para acabarem por concordar com tudo. Mas até lá, muita gente morrerá na boa terra de Angola, nesta guerra absurda por inútil e profundamente injusta.

Li o artigo do Miguel Rodrigues sobre vocês e recebi, como recorte, notícias do Brasil. Se outra fosse a pena podia produzir efeito, mas esse tipo está desacreditado entre brasileiros e portugueses. O assunto teria de ser mexido de outra maneira e levar o jornal a tomar posição. Assim, ficou só uma colaboração.

Recomendações da Mercedes para si e Ruth, e m/ também, com beijos ao Paulo.

Um grande abraço do seu

[assinatura de Castro Soromenho]

P.S. Por correio ordinário, mandei-lhe hoje 1 exemplar de A Maravilhosa Viagem. É só para saber e reclamar se não lhe chegar às mãos.

[rubrica de C. Soromenho]

(Lúcio, um pouco de respeito a salazar, Salazar não é o judeu
 Patifal, não resolva o seu problema e sim os seus
 mentais, com o juízo. Amfela, que acha certo não dominar,
 no âmbito certo. Todavia, acho que não seja a sua função
 isto é, não seja, embora sejam os "moderados" e o salazar que têm
 cautela do país. Mas não o leu de culturalismo, mas não é
 (juízo de freixos, embora pincelado de liberalismo católico... po-
 ra estrangeiro ver. Esses moderados são os homens da mesa
 redonda, que não concordam, com as naturais restrições iniciais
 à independência imediata, para acabarem por concordar com tudo.
 Mas até lá, muita gente morrerá na boa terra de Angola, nesta
 guerra absurda por inútil e profundamente injusta.)
 Li o artigo de Miguel Rodrigues sobre vocês e recebi, como re-
 corte, notícias do Brasil. Se outra fosse a pena podia produzir
 efeito, mas esse tipo está desacreditado entre brasileiros e portu-
 gueses. O assunto teria de ser mexido de outra maneira e levar o
 jornal a tomar posição. Assim, ficou só uma colaboração.
 Recomendações de Mercedes para si e Ruth, e m/ também, com beijos
 ao Paulo. Um grande abraço do seu

Carta de Deolinda Rodrigues a Lúcio Lara

[dactilografada]

13/5/61

Prezado Irmão,

Tua pandula kialua pelo material da reunião em Casablanca. Trabalho excelente! Bom princípio e estão todos de PARABÉNS. O panfleto sobre o Dr. NETO é ótimo e posso usá-lo algumas reuniões. Se for possível, envia-me mais dois exemplares.

Desculpa-me por só agora me referir às tuas duas últimas cartas. O Holder trabalha num barco que faz carreira entre portos americanos e vai estar em casa em fins de Agosto. Em N.Y., encontrei-me com o outro elemento de "Le Procès..." Continua fixe, mas é espiado tanto pela pida lá como pelos próprios ianques. As cartas para ele são censuradas e extraviadas. Não fui à reunião do Mr. Tucker por ter estado lá na semana anterior para o encontro com o bispo e as informações serem quase as mesmas. A Associação de Estudantes resolveu destacar um dia só para Angola, em vez de fazer tudo em 14 de Abril. Vai ser uma palestra de responsabilidade para um auditório composto de estudantes africanos, americanos, estrangeiros (dentre os quais alguns portugueses salazaristas), professores universitários e público interessado. Por isso o M[ário]. faz muita falta aqui. O material de Casablanca chegou a propósito.

Que dizes da cooperação com a UPA em N.Y. em vez de ir para Londres? Temos de estreitar as relações com ela principalmente, para reorganizar e fortificar o exército dela. O combate em Angola nos é um tanto favorável por causa do terreno, capim e matas, mas ultimamente os "rebeldes" não estão bem armados nem organizados o que ajuda os portugueses a liquidar tanto os militantes como as populações indefesas, como se vê por esta última carta de Léo: "Alguns dos nossos refugiados encontram-se no SOLO NACIONAL, onde foram para luta. Desde que saíram têm estado a treinar-se no sertão, mas não achei o plano seguro porque não levam automáticas; além disso o número é muito reduzido, agora que o português está armado até aos dentes. Os líderes do MPLA aqui também acham que os indivíduos devem regressar para que se organize uma coisa mais sólida. Porque uma vez que se faz uma batida a qualquer vila onde estejam os europeus, a força de ordem mal tenha conhecimento, tenta procurar os terroristas e não encontrando estes, massacra os inocentes que forem encontrados nas sanzalas. Geralmente, os terroristas não são mortos porque eles atacam e dispersam-se pelas matas. Há duas semanas chegaram a Matadi muitos refugiados e entre eles um dos propagandistas do MPLA que tem transportado o correio para Angola. Este voltou porque não conseguiu chegar a Luanda, em virtude dos acontecimentos que se têm verificado. O pai dele, João Manico, foi preso no Ambriz e exercia a profissão de cabo-de-mar naquela mesma localidade. Foram mesmo os patrícios que denunciaram o Velho, alegando também que o filho fazia ligação entre Congo e Luanda. Graças a Deus, o indivíduo conseguiu escapar, embora tenha perdido alguns jornais e cartas na travessia do rio Lucunga. Tudo aqueceu quando menos se esperava e agora mais do que nunca, está rigorosíssimo o trânsito de Ambrizete a Luanda, em virtude de ter parado

a carreira. Cá alguns soldados e membros da sûreté deixam-se comprar pelo consulado português. Os missionários já começaram a dar o fora. Estive a falar com umas missionárias que fugiram do Bembe; ao passarem por Luanda, disseram elas, viram que os portugueses têm massacrado a nossa gente de verdade. Mas os patrícios quando atacam também não brincam.”

Uma carta de L[Lisboa], a primeira em 16 meses, diz: “Continuamos a respirar ainda, mas a situação é terrível. Estamos vivos, mas é salve-se quem puder. Os soldados portugueses estão loucos: incendiam as nossas sanzalas e massacram-nos; vão acabar connosco. A luta é óptima para a nossa Causa, mas é duro perdermos tantas vidas. Nos primeiros levantes em L. [Luanda] eles massacraram 900 Pretos. Os carros do lixo despejavam os cadáveres num buraco grande, regavam com gasolina e depois incendiavam-nos. A um repórter estrangeiro que fotografou o buraco receberam a máquina e expulsaram. Não posso contar-te tudo porque se a pides apanhar esta carta é morte para mim. Não podemos voltar para Angola nem sair para o estrangeiro. Por enquanto, estamos fora de prisão, mas em situação muito delicada. Quando o nosso Dr. partiu, fomos ao aeroporto e aplaudimos quando ele apareceu. A pida prendeu 17 dentre nós (o resto fugiu), fechou-nos no aeroporto e apontou os nossos nomes, sempre ofendendo-nos. Dois dias depois, fomos chamados à sede deles, um a um, e perguntaram-nos se queríamos ou não ser portugueses, sempre ofendendo-nos e prometendo-nos surra e prisão. Eles protestaram em frente à embaixada americana e, para isso, juntaram pretos bêbados e funcionários apenas interessados em gorjetas, puseram-nos em frente do grupo para fingirem que os Angolanos estão do lado deles. NÓS CONCORDAMOS COM ELES APENAS SE ESTIVERMOS MORTOS. Para passar nos exames tens de estar do lado deles e espiar os outros. Há perigo por todos os lados. Nunca escrevas porque todas as cartas são censuradas. A pida vem a nossa casa todos os meses com mentiras e desculpas para nos espiar. Até à vista.”

Por favor, acusa logo a recepção desta carta para me assegurar de que não foi extraviada. (A morte do autor da segunda carta transcrita seria minha morte também). Devo sair daqui em 3 ou 4 de Junho e ainda não sei o novo endereço; entretanto, vou escrever sempre. Quero ouvir mais daí, logo que vos aparecer tempo. Muitas saudades para todos. Lalapo ciwa.

[rubrica de Deolinda]

portugueses, sempre ofendendo-nos e prometendo-nos surra e prisão. Eles protestaram em frente à embaixada americana e, para isso, juntaram pretos bêbados e funcionários apenas interessados em gorjetas, puseram-nos em frente do grupo para fingirem que os Angolanos estão do lado deles. NÓS CONCORDAMOS COM ELES APENAS SE ESTIVERMOS MORTOS. Para passar nos exames tens de estar do lado deles e espiar os outros. Há perigo por todos os lados. Nunca escrevas porque todas as cartas são censuradas. A pida vem a nossa casa todos os meses com mentiras e desculpas para nos espiar. Até à vista.

Por favor, acusa logo a recepção desta carta para me assegurar de que não foi extraviada. (A morte do autor da segunda carta transcrita seria minha morte também) Devo sair daqui em 3 ou 4 de Junho e ainda não sei o novo endereço; entretanto, vou escrever sempre. Quero ouvir mais daí, logo que vos aparecer tempo. Muitas saudades para todos. Lalapo ciwa.

Panfleto sobre discussão com Edward Kennedy

[impresso em inglês]

Portugal e a África continental

A projectada independência da África portuguesa

Virá promover o pensamento e instituições ocidentais de liberdade?

ou

Servirá a projectada independência para colocar essas áreas no campo comunista?

Qual é, de facto, a grave situação de Angola e Moçambique portugueses?

PORTUGAL AND CONTINENTAL AFRICA

WILL THE PROPOSED INDEPENDENCE OF PORTUGUESE AFRICA PROMOTE WESTERN THOUGHT AND INSTITUTIONS OF FREEDOM?

OR

WILL THE PROPOSED INDEPENDENCE SERVE TO PUT THESE AREAS IN THE COMMUNIST CAMP?

WHAT, IN FACT, IS THE PLIGHT OF PORTUGUESE ANGOLA AND MOZAMBIQUE?



COME AND HEAR
THE HON.
EDWARD M. KENNEDY

DISCUSS AFRICA AND ITS PRESENT-DAY PROBLEMS

SPEAKER: HONORABLE EDWARD M. KENNEDY

SUBJECT: AFRICA

MR. KENNEDY RECENTLY RETURNED FROM A TRIP TO AFRICA WHERE HE SERVED AS OBSERVER FOR THE SENATE FOREIGN RELATIONS COMMITTEE.

PLACE: ELIOT HALL, PORTER SQUARE, CAMBRIDGE

TIME: SUNDAY, MAY 14, 1961 at 3:30 P. M.

DOORS OPEN AT 3:30 P. M.

PROGRAM COMMENCES 4:00 P. M. SHARP

ADMISSION FREE

Venha ouvir o Digníssimo Edward M. Kennedy analisar África e os seus problemas actuais.

Palestrante: Digníssimo Edward M. Kennedy

Assunto: África. O Sr. Kennedy regressou recentemente de uma viagem a África, onde foi como observador do Comité do Senado [dos EUA] para as Relações Exteriores.

Local: Eliot Hall, Porter Square, Cambridge

Data: Domingo, 14 de Maio de 1961, às 15.30
As portas abrem às 15.30.
O Programa começa às 16.00 em ponto.
A entrada é livre.

Resolução do Comité Soviético de Solidariedade Afro-Asiática sobre Angola

[policopiada, em francês]

RESOLUÇÃO

Sobre Angola, do Presídio do Comité soviético de solidariedade afro-asiático,

18 de Maio de 1961

O povo angolano amante da liberdade, animado pelo exemplo dos povos irmãos da Ásia e da África que tinham sacudido o jugo vergonhoso do colonialismo, ergueu-se para prosseguir uma luta armada decisiva contra o exército regular de muitos milhares de soldados e a polícia dos colonialistas portugueses, uma luta pela liberdade e a independência da sua pátria.

O governo português fascista do ditador Salazar, violando brutalmente os seus compromissos relacionados com os Estatutos das Nações Unidas, assim como com a resolução da Assembleia-Geral da ONU, pratica em Angola uma política de genocídio e de terror massivo contra a pacífica população africana e não se detém perante nenhum crime. As aldeias africanas são incendiadas com napalm, as fontes de água envenenadas, as crianças, as mulheres e os velhos indefesos impiedosamente fuzilados e os patriotas que caem nas mãos dos destacamentos punitivos de Salazar, são submetidos a torturas desumanas e exterminados sem julgamento nem inquérito. As tropas e a polícia dos colonialistas exterminaram, num curto espaço de tempo, dezenas de milhares de habitantes de Angola, completamente inocentes.

Milhares de desafortunados, mulheres, crianças e velhos, deixam o país para procurar abrigo nas regiões vizinhas do Congo.

O envio permanente de novas tropas portuguesas para Angola é prova de que o governo desse país tem a intenção de continuar com as repressões bárbaras de que é vítima o povo angolano.

A actividade criminosa, sanguinária dos colonialistas portugueses goza do apoio dos Estados imperialistas membros da OTAN. Portugal oferece o seu território para a instalação de bases militares das forças agressivas deste bloco. Por seu lado, a OTAN fornece a Portugal armas e munições para que possa reprimir o movimento de libertação nacional nas suas colónias.

A intenção do governo português de afogar em sangue, através da brutal força militar, o movimento de libertação nacional do povo angolano, cria uma séria ameaça à paz e à segurança não só em África, mas também em todo o mundo.

Em nome do povo da URSS com 220 milhões de pessoas, o Presídio do Comité soviético de solidariedade afro-asiática:

– saúda os corajosos patriotas de Angola que se levantaram, de armas na mão, para a luta sagrada pela liberdade e a felicidade do seu povo e declara-se totalmente solidário com este povo,

– condena energeticamente as acções criminosas dos colonialistas portugueses em Angola e exige o fim imediato das repressões efectuadas contra o povo angolano, assim como a libertação de todos os presos políticos; exige igualmente a aplicação, por Portugal, da Declaração histórica da outorga da independência aos países e aos povos coloniais, a outorga imediata da independência a Angola, a Moçambique e às outras colónias portuguesas e a retirada de todas as tropas do território das colónias,

– apela a todos os homens de boas vontades do mundo inteiro a oferecerem todo o tipo de ajuda na medida das suas forças e todo o seu apoio ao povo em luta de Angola.

Abaixo o colonialismo!

Liberdade para os povos de Angola e das outras colónias!

Viva a solidariedade fraternal dos povos da Ásia e da África!

Carta de Bernard Dombele ao MPLA

[dactilografada, em francês]

MPLA – C.P. 800 – CONAKRY

Casablanca, 31 de Maio de 1961
[Nota manuscrita: R.2.6.61]

Caros camaradas,

Levo ao vosso conhecimento que acabamos de concluir os trabalhos do primeiro Congresso Sindical Panafricano.

A Conferência desenrolou-se bem e foi decidida a criação da Federação Sindical Panafricana, independente de qualquer outra Internacional Sindical, mas colaborando com todas, no respeito da Independência mútua e segundo os princípios da solidariedade dos trabalhadores do mundo inteiro.

Envio-vos documentos relacionados com os trabalhos da Conferência, ser-vos-ão entregues pelos nossos amigos da Guiné (dita portuguesa).

No que me diz pessoalmente respeito, tenho antes de mais de me desculpar por não vos ter escrito desde que cheguei.

Não posso deslocar-me imediatamente a Conakry. Com efeito, tenho de voltar a Berlim para resolver um certo número de problemas deixados em suspenso. São problemas relacionados com os meios que permitam à minha mulher e aos meus filhos deixar Léopoldville. O seu itinerário será provavelmente o seguinte: Léopoldville–Dakar, directo e por avião. Em seguida, será necessário fazê-los chegar a Conakry, mas isso já não representa problema.

Indo para a Alemanha (Berlim), vou justamente obter os bilhetes para permitir que a minha família se junte a mim.

Depois de Berlim descerei então directamente para Conakry.

Não tenho notícias do Pascal já há algum tempo.

Eis o meu endereço em Berlim:

Bernard DOMBELE
BERNAU/BERLIM
FRITZ-HECKERTSTR, 1
República Democrática Alemã

Os nossos amigos da Guiné dita portuguesa também vos vão entregar umas coisas que vos peço queiram fazer o favor de guardar.

O vosso *[assinatura de Bernard Dombele]*

Memorando do MPLA a Sékou Touré

[dactilografado, em francês]

MEMORANDO À ATENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA SÉKOU TOURÉ, PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA GUINÉ

Em nome do Comité Director do MPLA, permito-me trazer ao seu conhecimento o presente memorando que resume as formas de apoio exigidas pelo desenvolvimento actual da luta do povo angolano.

Parece-nos que este apoio pode ser concretizado no plano político com incidência sobre as perspectivas abertas aos movimentos nacionalistas angolanos, o plano internacional e o plano do MPLA.

1 – Estimamos ser necessário que os Chefes de Estado Africanos caucionem a política de Frente de luta unida que o MPLA não cessa de preconizar. Em termos claros, propusemos à UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA e a todas as outras formações políticas angolanas, a constituição de uma Frente de Libertação Angolana tendo um programa mínimo preciso – a luta comum pela conquista da independência nacional.

2 – Pensamos que o Conselho de Segurança, sob orientação política dos delegados africanos, deveria adoptar uma resolução permitindo a aplicação imediata da declaração de 14 de Dezembro de 1960 sobre a outorga da independência aos países e povos coloniais. Além disso, o Conselho deveria fazer aplicar contra Portugal as sanções previstas pelos artigos 41 e 45 da Carta das Nações Unidas.

3 – O Comité Director do MPLA estima que uma declaração do governo Guineense sobre a situação em Angola constituiria um grande contributo para o triunfo da luta do nosso povo.

– Por último, a direcção do nosso Movimento pede-me que solicite a vossa alta benevolência para a obtenção de dois passaportes diplomáticos destinados ao Presidente e ao Secretário-Geral do MPLA assim como 3 passaportes normais.

Conakry, 5 de Junho de 1961.

MÁRIO DE ANDRADE
PRESIDENTE DO MPLA

EM ANEXO:

- 1 – Cópia do memorando entregue ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Guiné com vista à Conferência dos Estados neutralistas.
- 2 – Nota sobre a situação militar em Angola.
- 3 – Relatório sobre a situação geral em Angola.
- 4 – Estatutos e Programa do MPLA.

Notícia sobre abaixo-assinado de protestantes e católicos nos EUA

[policopiada]

53 DFM 6/2/61

5 de Junho de 1961

Nova-York, N.Y., 4 de Junho – Mais de 80 padres e leigos protestantes e católicos romanos proeminentes dos Estados Unidos e Canadá apelaram para Portugal pôr cobro à efusão de sangue em Angola, África Ocidental.

Numa carta aberta ao “Presidente e ao Povo de Portugal”, exprimiram hoje a opinião de que a situação no território português “ameaça explodir numa guerra de extermínio entre portugueses e africanos”.

Os signatários solicitaram ao Presidente (Almirante) Américo Tomaz para realizar uma conferência entre representantes do seu governo e leaders angolanos “para procurar uma solução razoável” a fim de terminar com os assassinatos indiscriminados.

Relatórios recentes para o Comité de África do Conselho Nacional das Igrejas indicam que pelo menos 1.000 brancos e 8.000 angolanos foram mortos até a data.

Alguns cálculos de perdas de africanos elevam-se a 20.000, declarou o Rev. Dr. Theodor L. Tucker, secretário do Comité, numa carta confidencial aos chefes protestantes pedindo as suas assinaturas.

Entre os signatários norte-americanos ao apelo, além do Dr. Tucker, estão o Dr. Thomas P. Melady, Presidente, Comité de África, Associação Católica para a Paz Internacional; Dr. Robert G. Goheen, Presidente da Universidade de Princeton; Padre John LaFarge, editor emeritus de *América*; primeiro Sen. Joseph C. O'Mahoney; e A. Philip Randolph, presidente internacional, Confraria dos Carregadores dos Waggon-lit.

Nomes incluídos de canadianos proeminentes: Rev. R. M. Bennett, secretário, Departamento das Missões Ultramarinas, Conselho Canadano das Igrejas; Rev. T. E. Floyd Honey, secretário, Junta das Missões, Igreja Unida do Canadá; e Mrs. Hugh D. Taylor, Sociedade Missionária das Mulheres, Igreja Unida do Canadá. (ESTÁ ANEXA UMA LISTA ALFABÉTICA DOS SIGNATÁRIOS).

Declarando que é da obrigação de qualquer estado dominar motins e manifestações armadas, lamentaram a reacção violenta em Angola “a qual tem levado o extermínio a uma duração excessiva”. Milhares de angolanos têm sido dados como mortos em represálias indiscriminadas, disseram, e avisaram que o restabelecimento dos comandos pelo governo será “uma vitória vaga” sem reparação das injustiças.

A mensagem também citou a recente carta pastoral dos bispos católicos romanos em Angola na qual condenavam os assassinatos praticados pelos rebeldes mas apoiavam as suas “legítimas e justas aspirações” pela justiça e melhoramento social.

Os porta-vozes norte-americanos e canadianos exprimiram as suas esperanças em que o recém nomeado Ministro Português do Ultramar, Dr. Adriano Moreira, tomará medidas imediatas para restaurar a harmonia racial.

“Saudamos a sua proclamação”, disseram, “que medidas administrativas e legislativas serão postas em vigor imediatamente para eliminar as injustiças sociais”.

Declarando que estes esforços só podem ter êxito através de conversações com representantes do povo africano, a mensagem concluiu: “Nós apelamos para si, Sr. Presidente, para o povo de Portugal, para que iniciem este processo de discussão”.

Chamando à situação “uma oportunidade para o povo Português ascender à magnanimidade”, a carta apelou para uma solução efectiva e justa para todos os interessados.

O fundo da crise actual foi fornecido pelo Sr. Tucker. Angola, disse, é cerca de duas vezes maior que o Texas, uma típica situação colonial com o domínio do colono branco. A onda de nacionalismo espalhando-se sobre África, uma economia declinante para o angolano, e medidas restritivas do governo criaram muito ressentimento entre o povo. Há duas organizações nacionalistas africanas – a União das Populações de Angola e o MPLA, Movimento Popular de Libertação de Angola.

O Dr. Tucker relatará a situação em Angola, particularmente no que ela afecta as igrejas protestantes, no meeting de 8 a 9 de Junho, da Junta Geral do Conselho Nacional em Chicago, Illinois.

Dr. Frank W. Price, Director
Missionary Research Library
New York, N.Y.

The Rev. Richard C. Raines
Bishop, The Methodist Church
Indianapolis, Ind.

Dr. Darrel Randall
Dept. of International Affairs
National Council of Churches

A. Philip Randolph
International President
Brotherhood of Sleeping Car
Porters

Dr. John A. Reuling
Africa Secretary
American Board for Foreign
Missions

Dr. Emory Ross
New York, N.Y.

Prof. John Julian Ryan
Professor of English
St. Anselm's College
Manchester, N.H.

Dr. Howard L. Shomer, President
Chicago Theological Seminary

Dr. Roland W. Scott
Division of World Missions
The Methodist Church
New York, N.Y.

Dr. Paul E. Sigmund Jr.
Dept. of Government
Harvard University
Cambridge, Mass.

Edward S. Skillin, Editor
COMMONWEAL[TH]
New York, N.Y.

Dr. Virgil A. Sly
United Christian Missionary Society
Indianapolis, Ind.

Dr. Eugene Smith
General Secretary
Division of World Missions
The Methodist Church

Dr. Paul G. Steinbicker, Director
Dept. of Political Science
St. Louis University
St. Louis, Mo.

Bishop Anson Phelps Stokes, Jr.
Bishop, Protestant Episcopal
Diocese of Massachusetts

Mrs. Hugh D. Taylor
Woman's Missionary Society
United Church of Canada
Toronto

Norman Thomas
New York, N.Y.

The Rev. Theodore L. Tucker
Executive Secretary
Africa Committee
National Council of Churches

Dr. Henry Pitney Van Dunsen
President
Union Theological Seminary
New York, N.Y.

Dr. James E. Wagner, Co-President
United Church of Christ

Mr. Rawson L. Wood, Chairman
Africa Service Institute
New York, N.Y.

The Rev. Victor R. Yanitelli, S.J.
Vice President, Fordham University
New York, N.Y.

Mr. Wilson Woodside, Director
U.N. Association of Canada
Toronto

Dr. Claude Bissel
President, University of Toronto

Declaração do MPLA à Agência France-Presse

[dactilografada, em francês]

O Senhor M. DE ANDRADE, presidente do MPLA declarou aos correspondentes da agência France Presse em Conakry:

No momento em que se reúne o Conselho de Segurança para discutir a situação de Angola, o MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA considera necessário de novo chamar a atenção da opinião internacional sobre o carácter bárbaro da guerra de extermínio empreendida pelo governo português em Angola.

De facto, foi pelo massacre das populações civis, ou seja pelo genocídio, que o governo português reagiu à insurreição popular desencadeada pelos nacionalistas angolanos. As nossas vítimas elevam-se já a 50.000.

Nestas circunstâncias, o MPLA espera que o Conselho de Segurança adopte uma resolução de acordo com o espírito da Declaração sobre a outorga da independência aos países e povos coloniais de 14 de Dezembro de 1960.

Em todo o caso, o nosso Movimento pede aos Estados amantes da paz e da liberdade, em particular aos Estados Afro-Asiáticos que façam aplicar imediatamente contra Portugal, seja através Conselho de Segurança, seja por sua própria iniciativa, as sanções previstas pelos artigos 41 e 45 da Carta das Nações Unidas.

As recentes medidas tomadas pelo governo do Ghana contra Portugal já constituem um enorme contributo ao isolamento definitivo do regime de Salazar. Constatamos com satisfação que o nosso apelo foi ouvido.

[Nota manuscrita: Conakry, 5 de Junho de 1961]

Memorando do MPLA ao Comité de Fundos de Solidariedade Afro-Asiático

[dactilografado, em francês, em papel timbrado]

[Acréscitado por L. Lara na transcrição: “O pedido não teve qualquer resposta ou acusação de recepção”]

Do Comité Director do MPLA ao
Comité de Fundos de Solidariedade Afro-asiático

MEMORANDO

O espírito de combatividade do povo angolano tem vindo a afirmar-se durante estes últimos meses, após o desencadear da resistência armada contra os colonialistas portugueses.

O MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, como partido responsável por uma parte desta luta, partido cujas tomadas de posição claras contra o imperialismo e contra o neocolonialismo são bem conhecidas dos povos irmãos da África e da Ásia, chama a atenção do Comité de Fundos de Solidariedade Afro-Asiático para os problemas a seguir expostos:

O estado actual da luta do povo angolano impõe ao nosso partido a execução imediata de um vasto plano militar e político que comporta nomeadamente os pontos seguintes:

- 1) NO CAMPO MILITAR: a melhoria das condições de combate por meio de:
 - a) Aquisição e transporte clandestino de equipamento militar e de material especial;
 - b) Treino, organização militar e manutenção dos “partisans” no local;
 - c) Desenvolvimento do sistema de comunicações à escala nacional, a fim de as tornar mais numerosas, mais seguras e mais rápidas (o que, entre outras coisas, impõe a aquisição de postos de emissão e recepção e a passagem frequente das fronteiras).
- 2) NO CAMPO POLÍTICO: O aumento dos meios de propaganda e de acção através de:
 - a) Emissões radiofónicas;
 - b) Uma distribuição massiva de jornais, panfletos e objectos diversos;
 - c) Uma reforma adequada das redes de propaganda;
 - d) Recrutamento, formação, manutenção e transporte dos militantes ou dos agentes encarregados de tarefas especiais;
 - e) Deslocações mais frequentes dos dirigentes para onde quer que seja necessário;
 - f) Alargamento de rede de representações do MPLA.

Tudo isto exige, por um lado, a aquisição de material de imprensa, de máquinas de escrever e de policopiar, papel e, por outro lado, disponibilidade financeira.

Diante dum inimigo que, escudado no apoio da OTAN e beneficiando da extrema miséria em que lançou o nosso povo, não poupa esforços para levar a cabo a guerra de extermínio que preconiza, apenas nos resta recorrer à solidariedade e à cooperação dos povos irmãos de África e Ásia, por intermédio do Comité de Fundos de Solidariedade Afro-Asiático, pedindo-lhe uma ajuda material que estimamos poder traduzir-se, nesta primeira fase, nos donativos seguintes:

Em material

2 postos emissores-receptores portáteis; 1 posto receptor portátil potente; 2 máquinas de escrever; 1 máquina de policopiar; Papel de stencil; Papel de policopiar.

Em dinheiro

50.000 dólares

Material militar

Apesar das enormes necessidades neste campo, nomeadamente de armas, munições e explosivos, aguardamos o momento propício para formular um pedido concreto, visto as diligências para a sua introdução através do Congo (Léo) ou do Congo (Brazza) ainda não terem sido conclusivas.

Estamos certos que o Comité de Fundos de Solidariedade Afro-Asiático, tendo em conta todos os perigos que o colonialismo português e o imperialismo internacional impõem à luta do nosso povo, não tardará a conceder-nos um apoio concreto sem reservas, na medida das suas possibilidades.

Conakry, 5 de Junho de 1961

O COMITÉ DIRECTOR DO MPLA

Carta de Pascal Luvualu a Viriato da Cruz

[manuscrita, em francês]

[Nota manuscrita: R. 14.6.61]

Moscovo, 8-6-1961.

Caro Viriato,

Esta manhã, tenho contacto com o comité afro-asiático que me pediu, de Pequim, por intermédio do seu embaixador, para passar por Moscovo para uma visita.

O problema é que eles querem ajudar o povo angolano em luta pela sua independência, mas como?

Eles deram-me o exemplo de Israel que vendeu armas à Alemanha Federal e que esta última as enviou a SALAZAR, a Inglaterra que quer enviar 4.000 soldados a SALAZAR... etc.

Eles propõem-nos a seguinte ajuda:

- 1.º dinheiro,
- 2.º medicamentos,
- 3.º alimentação
- 4.º armas.

E eu não podia responder a isso. Confirmei que isso é da competência dos partidos políticos ou então da frente unida que será formada. E que é preciso estudar sobretudo os meios de introduzir essas armas em Angola – primeiro no Congo. Eles disseram-me que isso poderia ser feito por intermédio do Ghana, Mali ou Marrocos que dispõem de tropas no Congo. Essas tropas darão essas armas aos patriotas angolanos de Léo. – Está certo?

Se vocês acharem certo, escreverão ao Comité Soviético de Solidariedade afro-asiático em Moscovo. Ou então entrem em contacto com o seu representante mesmo em Conakry. Mas é preferível escrever directamente para Moscovo.

Chegam todos os dias ao Comité trabalhadores soviéticos para darem a sua contribuição para o povo de Angola.

Fui encarregado de vos comunicar isso.

“Eles pedem-me que passe dez dias em Moscovo.”

Bom dia a todos

[assinatura de Pascal Luvualu]

Se possível, enviem um telegrama c/ urgência. Ainda estou aqui.

arrivent et chaque jour au comité
donner leur contribution pour
le peuple de l'Angola. -
Je suis chargé de
vous le communiquer.
"Ils me demandent de
faire dix jours à Moscou"
Bon jour à tous.
Pascal
Si possible envoyez un télégramme
d'urgence. Je suis encore
ici.

Apelo do MPLA à Solidariedade Internacional

[policopiado]

[Endereço do MPLA em Conakry]

A 4 de Fevereiro deste ano, grupos de patriotas angolanos, a maior parte deles militantes do MPLA, atacaram prisões militares e civis de Luanda, onde estão presos os “leaders” do nosso Movimento e de outros partidos nacionalistas.

Depois desta data, a luta armada intensificou-se dia a dia, em particular no norte do país, que foi transformado num mar de sangue.

O governo português respondeu à insurreição popular com o extermínio massiço [sic] da população, procedendo a destruições e a bombardeamentos com napalm.

Esta guerra colonial, que fez já 50.000 vítimas, entre a população civil, em menos de quatro meses, não tem paralelo na história, crescendo ainda que as autoridades portuguesas manifestam publicamente a sua intenção de massacrar 100.000 nacionalistas angolanos até 15 de Agosto próximo.

Nestas circunstâncias, nós vemo-nos na necessidade de apelar para a solidariedade internacional e para a consciência universal, a fim de que se termine com este genocídio.

O MPLA saúda a decisão do Secretariado da Organização da Solidariedade Afro-Asiática que acaba de instituir uma “SEMANA DE ANGOLA”, de 23 a 30 de Junho corrente.

Lançamos um premente apelo a todas as organizações anticolonialistas do mundo para que dêem a sua adesão à realização desta semana e testemunhem assim a sua solidariedade para com a luta justa do povo angolano pela sua autodeterminação e independência nacional.

O MPLA convida essas organizações e todos os amigos de Angola combatente a:

- * Promoverem nos seus países meetings de informação sobre o carácter de guerra de extermínio levada a efeito pelos colonialistas portugueses;

- * Concederem o seu apoio material e moral às famílias das vítimas da guerra, aos refugiados e prisioneiros políticos;

- * Constituírem delegações de protesto junto das embaixadas e representações portuguesas;

- * Enviarem cartas e telegramas de protesto aos Chefes de Estado dos seus países exigindo o fim desta guerra de extermínio;

- * Suscitarem a formação de COMITÉS DE SOLIDARIEDADE PARA COM O POVO ANGOLANO.

O MPLA declara desde já, o seu reconhecimento por todas as formas de apoio que os diversos sectores da opinião internacional julguem por bem dar à nossa organização.

Conakry, 9 de Junho de 1961

O COMITÉ DIRECTOR DO MOVIMENTO POPULAR DE
LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

Carta de M. Andrade e V. Cruz a Deolinda Rodrigues

[dactilografada – 2ª via]

Ref. 303/13/61

Conakry, 9 de Junho de 1961

Deolinda RODRIGUES

Bloomington, USA

Estimada Compatriota,

Em vista de um maior aproveitamento da inteligência e da capacidade de acção dos angolanos, e a fim de solucionar alguns problemas importantes e criar condições que melhor facilitem a unidade de todas as forças patrióticas de Angola, decidiu-se remodelar os órgãos directivos do MPLA.

Junto te enviamos um projecto da remodelação proposta pela reunião dos actuais dirigentes e quadros em Conakry.

A remodelação definitiva dependerá das decisões, que aguardamos, de outras Secções do nosso Movimento.

Como verás no projecto anexo, foi-te atribuído um posto no Comité Director do MPLA. Além disso, na qualidade de membro do Departamento de Assuntos Interiores, tu dirigirias, juntamente com as nossas compatriotas Ruth NETO e Maria Luiza GASPAR, uma Secção Feminina do MPLA. Esta Secção estaria, evidentemente, destinada a desenvolver-se, em breve, numa organização independente de Mulheres angolanas.

Agradecemos nos informes urgentemente se aceitas os cargos que te foram atribuídos dentro da remodelação geral de que te damos conhecimento. Se puderes, comunicas, por favor, a tua decisão por telegrama, cujo texto poderá ser: “ACEITO” ou “RECUSO”.

O nosso endereço telegráfico é: MOPULANGO – CONAKRY.

Até nova comunicação nossa, agradecemos muito considerares esta carta e os documentos anexos como confidenciais, isto é, para teu exclusivo conhecimento.

Aceita, estimada Compatriota, as nossas saudações fraternais.

Mário de ANDRADE

V. CRUZ [com rubrica de V. Cruz]

Lista dos Membros do Comité Director

COMITÉ DIRECTOR DO MPLA¹

- 1 - Dr. Agostinho NETO – Presidente honorário do MPLA
- 2 - Mário DE ANDRADE – Presidente em exercício do MPLA
- 3 - José BERNARDO DOMINGOS – Vice-Presidente do MPLA
- 4 - Matias MIGUÉIS – 1.º Secretário
- 5 - Luís DE AZEVEDO Jr. (Kasule DEMBO) – Secretário adjunto
- 6 - GRAÇA TAVARES – Secretário adjunto
- 7 - TOMAZ FERREIRA
- 8 - Deolinda RODRIGUES
- 9 - Sílvio D'ALMEIDA

CANDIDATOS A MEMBROS DO COMITÉ DIRECTOR

Dr. A. BOAVIDA
Samuel ABRIGADA
Eduardo WEBER

* * * * *

NOTA: O Secretário-geral será substituído por um Secretariado composto por um 1.º Secretário e dois secretários adjuntos.

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS INTERIORES

AZEVEDO, DEOLINDA RODRIGUES e GRAÇA TAVARES
(Direcção colectiva do Departamento)

Ruth NETO
Maria Luísa GASPAR
Viriato CRUZ

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS EXTERIORES

Mário DE ANDRADE (Director-geral)	FREITAS (Léo)
Dr. Hugo DE MENEZES	S. ABRIGADA (Londres)
Dr. A. BOAVIDA	E. WEBBER (Áustria)
Jacinto FORTUNATO (Brasil)	L. ALMEIDA
Paulo MATOSO NETO (Brasil)	Carlos ROCHA
J. GONÇALVES (Brasil)	Viriato CRUZ.

¹ Esta lista vem apenas à carta anterior.

DEPARTAMENTO DE DEFESA E SEGURANÇA

TOMAZ FERREIRA, M. MIGUÉIS e L. AZEVEDO
(Direcção colectiva do Departamento)
António M. MONTEIRO (Léo)
Lúcio LARA
Dr. Eduardo SANTOS

DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS SOCIAIS E ECONÓMICOS

Matias MIGUÉIS (Director-geral e Tesoureiro-geral)
Sílvio D'ALMEIDA
Lúcio LARA
Dr. Eduardo SANTOS
Dr. Edmundo ROCHA

DEPARTAMENTO DE PROPAGANDA E CULTURA

J. BERNARDO DOMINGOS (Director-geral)
Francisco DE SOUSA E SANTOS (Brasil)
Octávio BELO (Léo)
Dr. A. BOAVIDA
Jordão AGUIAR (Léo)

NOTA: Deolinda RODRIGUES, Ruth NETO e Maria L. GASPAR dirigirão colectivamente a Secção Feminina do MPLA

Carta de Deolinda Rodrigues

[*dactilografada*]

[*Nota manuscrita:* R 14/6/61]
Eng^oiami,

10-6-61

Como vão todos? Gradualmente, os correios aqui inspiram menos confiança (principalmente depois da intervenção em Cuba, na Argélia e na Alabama), mas oxalá que todas as cartas vos estejam alcançando. Daqui a dois dias vou receber o correio que vem ao cuidado de Fayette, Missouri, e espero ter algumas linhas daí. Para qualquer contacto urgente necessário, eis onde me apanhar:

18-24 de Junho, C/O – Methodist Campus, Frontenac, Minnesota, EUA
25/6-1/7, " – Camp Frontenac, Red Wing, Minnesota, EUA

3-8/7, " – Okoboji Methodist Camp, Spirit Lake, Iowa, EUA
 8/7-12/8, " – Michigamme Methodist Institute, Michigamme, Michigan, EUA

Depois vou mandar as outras duas direcções para o resto de Agosto. Já recebi o programa para os lugares mencionados acima e todos querem que use meu tempo lá falando sobre a situação do nosso País; portanto, vos suplico que me seja enviado qualquer material mais actualizado, à medida que for surgindo.

Gostaria de saber qual a percentagem aproximada de estudantes angolanos que frequenta escola primária, liceu e universidade, respectivamente. Quantos indivíduos formados temos? (Eis o meu palpite (13) que deve estar muito incompleto, pois não aparece nem só um elemento feminino:

1 advogado – D. Boavida
 1 agrónomo – L. Lara
 1 sociólogo – M. Andrade
 5 médicos – I. Lóio, A. Neto, E. Santos, A. Boavida, H. Menezes
 5 clérigos – J. Andrade, M. Nascimento, Pe Neves, Emílio de Carvalho e J. Chipenda)

Vamos ver se as declarações do Garin concernentes à Upa (ver recorte incluso de Chicago Daily Tribune: Thursday, June 8, 1961) acordem a Upa e seus padrinhos. Como era de esperar, só saiu ninharia do conselho de segurança da onu. E com o período das secas, a nossa luta deve entrar na fase mais cortante... Como militante, qual é a minha cota mensal para o MPLA?

Muita CORAGEM e saúde. Aqui estão minhas saudações fraternais para todos aí. Estamos sempre juntos em tudo. Até breve.

[rubrica de Deolinda]

Carta de Marcelino dos Santos a Lúcio Lara

[dactilografada]

Marcelino DOS SANTOS
 Hôtel Capitól, 8, Av. Allal Ben Abdallah
 R A B A T – (MAROC)

[Nota manuscrita: R 19.6.61]

Rabat, 14 de Junho de 1961

Caro Lúcio,

Uma vez mais obrigado pelos cadeaux que vocês nos enviaram.

Creio que muito proximamente nos encontraremos, e se o nosso tesoureiro – o BANGOURA – não for muito “sévère” também vos farei umas prendas. Infelizmente a sorte não é muita, e os 50 dollars de que os nossos amigos guineenses foram aliviados não apareceram. A única coisa que fiz foi agradecer ao Inspector o esforço dispendido em vão na procura da massa.

No que respeita ao Passaporte, é um problema que está a ser resolvido. Pensei que a solução chegasse mais cedo, mas um certo número de vicissitudes impede que as coisas aqui andem tão depressa como seria agradável.

Digo-te mais que este problema está a ser resolvido não somente relativamente ao teu caso mas também ao de outros.

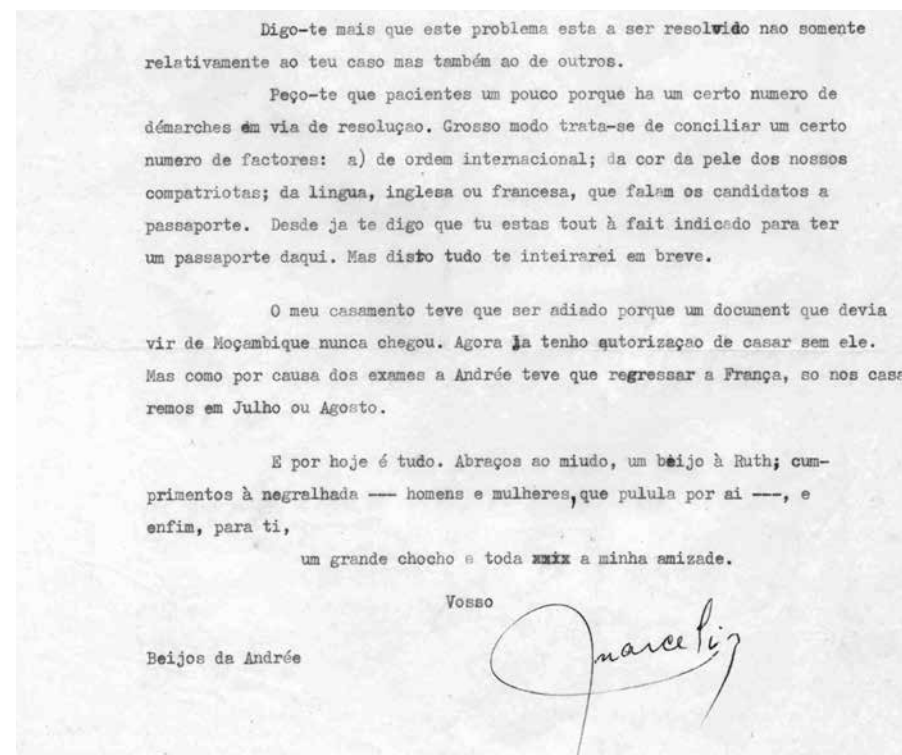
Peço-te que pacientes um pouco porque há um certo número de démarches em via de resolução. Grosso modo trata-se de conciliar um certo número de factores: a) de ordem internacional; da cor da pele dos nossos compatriotas; da língua, inglesa ou francesa, que falam os candidatos a passaporte. Desde já te digo que tu estás tout à fait indicado para ter um passaporte daqui. Mas disto tudo te inteirarei [sic] em breve.

O meu casamento teve que ser adiado porque um documento que devia vir de Moçambique nunca chegou. Agora já tenho autorização de casar sem ele. Mas como por causa dos exames a Andréé teve que regressar a França, só nos casaremos em Julho ou Agosto.

E por hoje é tudo. Abraços ao miúdo, um beijo à Ruth; cumprimentos à negralhada – homens e mulheres, que pulula por aí –, e enfim, para ti, um grande chocho e toda a minha amizade.

Vosso [assinatura de Marcelino dos Santos]

Beijos da Andréé



Carta Circular do Comité de Acção de Brazzaville

[policopiada, em francês]

BRAZZAVILLE, 21 DE JUNHO DE 1961

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
COMITÉ DE ACÇÃO DE BRAZZAVILLE
Caixa postal 2353

Senhor

Temos a honra de trazer ao conhecimento de Vossa Excelência que, na sequência dos acontecimentos ocorridos em Angola, vai ser instituído em África e na Ásia, pelo Secretariado da Conferência de Solidariedade dos povos Africanos e Asiáticos, UMA SEMANA POR ANGOLA, a partir de 23 de Junho corrente.

Um Apelo foi lançado a todos os Povos de África e da Ásia, e apenas cumprimos o dever de remeter a V. Excelência um exemplar do mesmo Apelo, conscientes e sensibilizados pelo vosso espírito compreensivo e solidário para com o povo Angolano.

Queira aceitar, Excelência, as nossas mais respeitosas saudações.

PELO COMITÉ DIRECTOR DO MPLA E PELO COMITÉ DE ACÇÃO,
JOSÉ BERNARDO DOMINGOS – VICE-PRESIDENTE

[segue assinatura]

GEORGES MANTEYA FREITAS – SECRETÁRIO DOS NEGÓCIOS EST.

[segue assinatura]

LUIZ DE AZEVEDO JÚNIOR – 1º SECRETÁRIO ADJUNTO

[segue assinatura]

POUR LE COMITE DIRECTEUR DU MPLA ET POUR
LE COMITE D'ACTION,

JOSE BERNARDO DOMINGOS - VICE PRESIDENT

GEORGES MANTEYA FREITAS - SECRETAIRES AUX AFFAIRES EXT.

LUIZ DE AZEVEDO JUNIOR - 1º. SECRETAIRE ADJOINT.

Carta do MPLA à UPA

[dactilografada]¹

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA Conakry, 23 de Junho de 1961

Ref. 332/6/61

Ao Sr. ROSÁRIO NETO
COMITÉ DIRECTOR DA UPA
LEOPOLDVILLE



Eduardo dos Santos

Caros Compatriotas

Conforme desejo por vós expresso, em carta de 23 de Maio último, junto enviamos os documentos relacionados com a formação da Frente de Libertação de Angola (FLA).

Acrescentamos que essa documentação não é mais de que um projecto que pode servir de base inicial de trabalho, portanto susceptível de emendas por proposta de qualquer das organizações interessadas em conversações realizadas por delegados mandatados das mesmas organizações.

Queiram aceitar as minhas saudações fraternais e de todos os restantes membros do Comité Director do MPLA.

Pelo Comité Director do MPLA
Eduardo Santos

Declaração do Presidente do MPLA à Rádio Guiné

[dactilografada, em francês]

UMA DECLARAÇÃO EXCLUSIVA DO PRESIDENTE DO MPLA À RÁDIO-GUINÉ, A PROPÓSITO DA SEMANA DE ANGOLA

Esta semana de Angola, decidida pelo Secretariado da Organização da Solidariedade Afro-Asiática chega na hora certa.

Era necessário alertar todos os Comités nacionais que em África e na Ásia lutam pela defesa dos direitos dos povos a disporem de si próprios, no momento em que as populações angolanas pegaram em armas para levar a cabo o combate justo contra o colonialismo português.

¹ Existe uma versão dactilografada em português e uma policopiada em francês. Esta última é dirigida a Rosário Neto (da UPA) e não tem data.

Sabe-se em que circunstâncias os nossos patriotas desencadearam as operações militares.

O efeito de surpresa provocado por essa insurreição popular resulta da ignorância na qual a opinião mundial era mantida em relação às miseráveis condições de vida no nosso país.

Eis que Angola, ontem “zona de silêncio”, entra hoje definitivamente na cena internacional. É esse o preço muito elevado pago pelo nosso povo.

Se a insurreição popular visa a abertura da melhor solução política, é evidente que haverá em breve uma alteração fundamental nas relações estabelecidas até aqui entre o Governo de Salazar e as populações de Angola.

A importância dos lucros obidos pelos monopólios portugueses no nosso país e uma ideologia colonial secular explicam o carácter de guerra de extermínio levada a cabo por Portugal contra o povo angolano.

Essa guerra colonial já fez, entre as populações civis, 50.000 vítimas em menos de 4 meses. Ela não encontra qualquer paralelo na história, tanto mais que as autoridades portuguesas declaram publicamente a sua vontade de acabar com a insurreição massacrando 100.000 nacionalistas angolanos daqui até 15 de Agosto próximo.

Os diversos meios anti-colonialistas do mundo começam a ficar sensibilizados com esta situação.

Numerosos refugiados, cerca de 60.000, chegaram ao Congo-Léopoldville, depois de terem abandonado os seus lares, metralhados e arrasados pelas hordas colonialistas.

Dos quatro cantos do mundo, vozes autorizadas se levantam para condenar a bárbara repressão colonialista que se abateu sobre o povo de Angola em luta pelo direito à autodeterminação e à independência.

Mas como o Governo português se declarou nitidamente inimigo confesso dos povos africanos, autor do genocídio das populações negras, cabe aos países africanos o papel histórico de se colocarem na vanguarda da luta para acabar com a guerra colonial em Angola.

Pedimos aos governos dos países irmãos para concertarem a sua acção e passarem em revista as medidas comuns a tomar contra Portugal.

Essas medidas comuns devem incluir necessariamente a ruptura das relações diplomáticas com Portugal, o boicote económico e uma pressão sobre os aliados da OTAN do ditador moribundo.

O MPLA espera ardentemente que as organizações de massas nos países da África e da Ásia esclareçam a opinião internacional sobre a justa causa do povo angolano, denunciem a guerra de extermínio levada a cabo pelo colonialismo português e manifestem o seu apoio por todos os meios com vista ao triunfo da nossa causa de libertação nacional.

O povo da Guiné, estamos certos disso, não deixará, como no passado, de jogar o seu papel de companheiro de armas do povo angolano.

Viva Angola independente!

Conakry, 28 de Junho de 1961

MÁRIO DE ANDRADE

Comunicado do Comando Geral do MPLA

[policopiado, em inglês]¹

A 6 de Dezembro de 1960, o MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) declarava que a acção directa era a única via pela qual o povo angolano poderia atingir a independência.

Esta declaração reflectia a inquietação do nosso povo face à crescente violência e às provocações dos colonialistas portugueses. Alguns meses antes (Julho de 1960) tivera lugar um massacre em Icolo e Bengo, aldeia natal do Presidente de Honra do MPLA, Dr. Agostinho Neto que foi preso pelas autoridades portuguesas ao mesmo tempo que o grande nacionalista o Rev. Pinto de Andrade. A polícia e o exército abriram fogo sobre um ajuntamento de cerca de mil homens, mulheres e crianças que protestavam pacificamente contra a prisão do Dr. Neto. Este massacre provocou 30 mortos e mais de 200 feridos.

Na mesma altura, o nosso povo inquietava-se com o destino de centenas de prisioneiros políticos, entre os quais os líderes do MPLA Ilídio Machado, Vieira Dias e Gabriel Leitão, presos desde Março de 1959 com um grupo de cinquenta outros patriotas.

Foi por isso que a decisão do MPLA de passar à acção directa encontrou eco e foi tão entusiasticamente recebida no nosso país.

Imediatamente comandos do MPLA atacaram a prisão de Luanda, numa tentativa de libertar alguns dos nossos líderes e outros patriotas.

Não obstante as pesadas baixas, estes ataques alertaram a opinião internacional.

As forças colonialistas portuguesas desencadearam uma repressão violenta cujo balanço se cifra em 3000 mortos.

A 4 de Março último, na fazenda “Primavera”, perto da fronteira congoleza, quando “trabalhadores” forçados pediam um aumento dos seus vencimentos e uma redução das horas de trabalho, o proprietário da fazenda só encontrou um meio de lhes responder: bateu-lhes. Os trabalhadores revoltaram-se e mataram o seu patrão. Os donos das fazendas vizinhas decidiram vingar o seu amigo e começaram a matar qualquer africano que agarrassem ou estivesse ao seu alcance. O povo ripostou e recorreu à violência. Foi assim que a insurreição armada se ampliou.

Desde o início dos combates que as milícias do MPLA, então em período de organização, se colocaram ao lado do povo em armas. Tomaram diversas posições estratégicas, numa vasta área de cerca de 23.400 quilómetros quadrados e colocaram-se na primeira fila dos combates, fosse dirigindo operações, fosse colaborando com diversos grupos combatentes, tendo sobretudo por objectivo coordenar a acção de todos os patriotas combatentes a fim de poupar o maior número possível de vidas e elevar o nível dos combates.

As acções mais importantes das nossas milícias estão resumidas na tabela anexa, que apenas relata as actividades de alguns grupos que regressaram para fazer o relatório ao Comando geral.

¹ Existem várias versões dactilografadas em francês, ligeiramente diferentes na forma. Optámos pela versão policopiada, em inglês por ser a que foi distribuída.

Uma parte muito importante destas acções foi executada por uma coluna de 800 homens, tendo à cabeça o nosso camarada TOMÁS FERREIRA, Comandante Geral das Milícias do MPLA. No início, esta coluna era composta por 24 homens. Foi engrossando depois de várias adesões de patriotas dispersos. Partiu de uma das nossas bases, percorreu durante trinta dias uma distância de mais de 990 quilómetros, efectuou numerosos ataques, operações, sabotagens e emboscadas, matando 230 militares portugueses e prendendo uma dezena que mais tarde foram soltos.

As perdas da nossa parte cifram-se em 10 mortos e 90 feridos durante o período indicado.

Uma patrulha portuguesa que se dirigia para a Damba percorreu 64 quilómetros em 18 dias, como resultado das ameaças e ataques que enfrentou no caminho.

Como os soldados portugueses só viajam pelas estradas, evitando as picadas (guerrilheiros e coisas do género) foi preciso atraí-los para numerosas emboscadas.

As nossas milícias, ajudadas por civis, puderam colocar importantes obstáculos em estradas, nomeadamente nas de Quicabo–Quibaxe, Caxito–Úcua, Úcua–Pango–Aluquém, Pango–Aluquém–Quibaxe, Úcua–Quibaxe, Úcua–Quitexe e Quinzau–Ambrizete, assim como num troço do caminho-de-ferro nos arredores de Úcua.

Muitos sucessos obtidos pelas milícias do MPLA podem ser comprovados, por um lado, pelos enormes danos infligidos aos colonialistas – aproximadamente 1 milhão de libras, perdidas nas plantações de café da região de Úcua; nas fazendas de colonos incendiadas; nos camiões incendiados; nas pontes destruídas com dinamite; nas armas e munições recuperadas; nos cabos telefónicos e eléctricos cortados, etc. – e por outro lado, pela impressionante mobilização das populações que sempre ajudaram com entusiasmo as nossas forças.

A reacção dos colonialistas foi das mais bárbaras. Não podendo atingir as milícias armadas, recorrem a atrocidades sobre as populações inocentes. Aldeias inteiras foram massacradas, sobretudo nas regiões de Tomboco, Úcua, Damba, Uíge, Ganda [*sic*], etc. Sem qualquer respeito pelas convenções internacionais, eles não só fazem prisioneiros que matam, como, pior ainda, perseguem as populações que procuram refúgio no Congo, não hesitando em atravessar as fronteiras, numa profundidade por vezes superior a 12 km para ameaçar os refugiados.

Para além disso, submetem milhares de prisioneiros às piores atrocidades e uma grande percentagem desses presos é dada como desaparecida.

Diante da obstinação dos colonialistas nas suas operações de genocídio, as milícias do Movimento Popular de Libertação de Angola e o seu Comando militar decidiram intensificar o combate em todas as frentes, até à vitória final e decisiva.

[Junho de 1961]

ANEXO

- 15/3 – Loango – importantes confrontos
- 19/3 – Quitexe – ataques a plantações na região
Nambuanguongo – ataques a plantações na região
- 28/3 – Pango-Aluquém – região ocupada, estrada cortada
- 7/4 – Tomboco – incêndio duma serração; confrontos com recuperação de armas; uma família com 6 crianças deixada em liberdade
Quitexe – ataque a uma patrulha na região.
- 10/4 – Aldeia Viçosa – ataque a uma plantação
Quitexe – incêndio de uma plantação de café na região
- 11/4 – Nambuanguongo – avião atacado
Úcua – primeiro grande ataque à vila, muitas perdas por parte dos portugueses
Quitexe – incêndio de plantações de café na região
- 12/4 – Úcua – flagelamento
Quitexe – ataque à vila
- 13/4 – Pango-Aluquém – ataque à vila
Quibaxe – ataque à vila
Aldeia Viçosa – confrontos
Lucunga – ataque à vila
- 14/4 – Lucala – ataque à vila
Quitexe – confrontos na região
Vale do Loje – incêndio de plantações de café
Estrada Quibaxe–Aldeia Viçosa – ataque a uma patrulha
- 15/4 – Caxito – importante ataque à vila
- 16/4 – Pango-Aluquém – confrontos
- 17/4 – Uíge – operação de reconhecimento na região
Úcua – confrontos
Caxito – confrontos
- 18/4 – Lucunga – emboscada; ataque à vila
Caxito – confrontos na região
- 20/4 – Lucala – confrontos na vila
Tabi – ataque a uma plantação nos arredores
Quimbumbé – ataque à vila
Quitexe – ataque a uma plantação

- 21/4 – Estrada Úcua–Quibaxe – ataque a uma patrulha
 Rio Lucunga – ponte destruída
 Rio Tenge – ponte destruída
Lucala – confrontos
- 22/4 – Quinzau – emboscadas
Luanda – coluna de viaturas destruída na região
Úcua – ataque na estrada para Quitexe
Ambrizete – emboscada
- 23/4 – Bessa Monteiro – flagelamento
- 24/4 – Vila Nova de Seles – ataque à vila, importantes prejuízos p/ os colonialistas
- 26/4 – Fazenda Tentativa – ataque às plantações
Tomboco (oeste) – confronto
- 27/4 – Funda – confronto
Úcua – flagelamentos
- 28/4 – Úcua – flagelamentos e ataque importante
Quinzau – emboscada a uma patrulha
Lucala – sabotagem de estradas
- 5/5 – Caxito – confronto na estrada Caxito–Quicabo
- 6/5 – Rio Dange – ponte sabotada
Quitexe – emboscada a uma patrulha
- 8/5 – Úcua – flagelamentos
- 12/5 – Lucala – confrontos
- 25/5 – Porto Rico – confrontos
- 26/5 – Santo António do Zaire – duas patrulhas colonialistas caem em emboscadas
- 31/5 – Porto Rico – ataque à vila
- 2/6 – Ambriz – ataque a plantações
- 8/6 – Rio Loje – rebentamento de uma ponte importante
- 12/6 – Quitexe – confrontos
- 16/6 – Úcua – emboscada.

Declaração do Rev. McVeigh, sobre a situação em Angola

[policopiada, em inglês]

Leonard M. Perryman
 George M. Daniels
 Junta das Missões da Igreja Metodista
 475 Riverside Drive, New York 27, N.Y.

A situação actual em Angola

(Declaração prestada pelo Rev. Malcom McVeigh de Stanhope, N.J., missionário da Igreja Metodista para Angola, África, 1958–1961, regressado aos Estados Unidos no dia 1 de Julho.)

Tenho de confessar logo de início que me sinto de certa maneira inadequado para a tarefa que tenho diante de mim. Eu não sou um repórter, nem um membro de um comité de investigação, nem polícia, nem advogado. Sou simplesmente um missionário da Igreja Metodista, que regressou recentemente de um período de serviço em Angola. Durante a minha estadia vi algumas coisas e ouvi outras, especialmente coisas que aconteceram recentemente, que penso que deveriam merecer a atenção do mundo. Não pretendo falar como representante oficial da Igreja Cristã em Angola ou da Junta das Missões em Nova Iorque. Eu falo como indivíduo e assumo toda a responsabilidade pelo que digo. Não estou a tentar arranjar argumentos a favor ou provar alguma coisa (ainda que assim possa parecer). O meu objectivo é tentar dar informação sobre o que se está a passar. Se parece ser unilateral, não é por ignorar o facto de que há dois lados sobre a questão de Angola. Apenas sinto que só um dos lados, nomeadamente o ponto de vista dos Portugueses, tem sido transmitido ao mundo. O mundo não conhece o lado dos Africanos.

I. Os pressupostos dos Portugueses

Para se avaliar o que se está a passar em Angola hoje, é necessário entender alguns pressupostos básicos subjacentes ao domínio português onde quer que se encontre. Tais pressupostos não seriam certamente aceites como válidos em todo o mundo, talvez em nenhuma parte excepto em Portugal, mas eles determinam todas as políticas e ajudam-nos a entender a atitude e reacção dos Portugueses aos acontecimentos que recentemente tiveram lugar em Angola.

Os Portugueses acreditam que Angola é Portugal. Eles não reconhecem Angola como uma colónia mas como parte integrante de Portugal.

Os Portugueses acreditam que a grande maioria (eles costumam dizer todos) dos Africanos se consideram portugueses, que estão satisfeitos por estarem sob domínio português e são leais ao Governo. Do seu ponto de vista, os Africanos não querem a independência e toda a actividade política é considerada como uma expressão de influência externa, estrangeira, comunista.

Os Portugueses acreditam ser os únicos que sabem colonizar de forma apropriada. Isto tornou-se para eles uma espécie de cruzada religiosa. Acreditam que com uma lenta evolução (poderá levar alguns séculos), os Africanos se tornarão completamente “assimilados” pela cultura portuguesa.

Também acreditam que tendo um controle rígido sobre as notícias internas e externas, manifestações de força da sua parte poderão manter o presente sistema indefinidamente e garantir uma evolução “pacífica”. A força é considerada um mal necessário, usado para o bem da maioria.

II. Causas subjacentes à presente situação

Entendendo estes pressupostos, estamos mais capazes de apreciar a situação prática que evoluiu ao longo dos anos, causando a trágica situação presente.

Em primeiro lugar, há uma completa falta de participação política das pessoas, tanto brancos como negros. Os africanos assimilados (cerca de 30.000) têm permissão de votar somente uma vez em cada sete anos, e somente para [elegerem] um homem, o presidente da República (uma posição puramente honorífica, sem qualquer poder) numa eleição cujo resultado é bem conhecido antes que quem quer que seja vá votar. Nenhum funcionário do Governo em Angola é eleito. Eles são todos nomeados a partir de Lisboa, e a maioria deles vê Angola pela primeira vez após a sua nomeação. Portugal, para todos os efeitos práticos, é governado por um homem, António de Oliveira Salazar que apesar de nunca ter entrado numa eleição nacional, vem dirigindo Portugal há 33 anos. O seu poder pôde ver-se ainda recentemente, quando conseguiu substituir todo o seu governo, homens que tinham recomendado reformas urgentes, sendo ele o único que permaneceu. Como Angola é uma província de Portugal, também é governada por Salazar, mesmo que ele nunca lá tenha estado. Verdadeiros partidos políticos estão proibidos em Angola e qualquer pessoa que se envolva ou seja suspeita de estar envolvida numa actividade política é considerada inimiga do Estado e conseqüentemente um criminoso. Ao nacionalismo africano, cuja influência não é menos real em Angola do que em outras partes de África, não é dado qualquer canal para exprimir-se e portanto tornou-se um movimento clandestino.

Para controlar a actividade política, todas as publicações são rigidamente censuradas. A liberdade de imprensa só é permitida durante um mês em cada sete anos, antes das eleições nacionais. Desde os grandes diários de Luanda até aos simples folhetos religiosos, tudo tem de passar pela censura. A mais pequena crítica à ordem existente resultará numa proibição certa e possíveis represálias.

Sem nenhum canal para exprimir insatisfação sobre o estado das coisas, as práticas sociais e económicas abusivas são comuns no dia a dia. O trabalho forçado não só é comum como também é defendido pelos Portugueses como a única maneira de ensinar pessoas preguiçosas a trabalhar. Todo aquele que não tenha o Modelo J (um papel afirmando que é agricultor por conta própria – que, como muitas outras coisas, é muito difícil de obter) tem de procurar um patrão. Se não o fizer, é-lhe atribuído um. Apenas alguns altos funcionários negam a existência deste sistema. A corrupção local e o recurso ao suborno são apenas alguns dos resultados mais óbvios do sistema de trabalho

forçado. O desejo de obter mão-de-obra barata para apoiar as plantações europeias tem sido também uma das causas do aumento dos padrões exigidos aos Africanos para se tornarem assimilados. Mulheres e crianças continuam a ser os relutantes instrumentos usados para reparar as estradas secundárias e foram sempre consideradas uma parte vital da colheita do café e do programa do algodão. O programa do algodão é um dos mais mal afamados programas de cultivo obrigatório adoptados pelo governo e tem sido sempre uma fonte de descontentamento entre as populações. Em muitas áreas, especialmente nos últimos anos, tem sido cada vez mais difícil para os Africanos receberem dinheiro pelos seus produtos. Isto era visível na área do Libolo onde passei duas semanas no ano passado. Os comerciantes pagavam as colheitas locais apenas com produtos manufacturados, sendo quase impossível aos Africanos pagarem os seus impostos, muito menos mandarem os filhos para a escola, apoiarem as suas igrejas ou satisfazerem outros desejos que requeiram dinheiro. A única luz neste quadro sombrio é a ausência quase completa de uma barreira legal com base na cor da pele. Existe evidentemente uma discriminação cultural. Por exemplo, todas as mulheres com roupas nativas têm de viajar na terceira classe do comboio, mas os Africanos que se vestirem e agirem como portugueses podem viajar nos comboios e entrar nos hotéis e restaurantes. Os Africanos que mostrem os seus documentos de assimilação podem entrar nos cinemas.

O desenvolvimento educacional tem sido notoriamente lento. Há muito poucas escolas do Estado e mesmo essas não são gratuitas. O ensino é sobretudo privado, geralmente ligado às Missões Protestantes ou Católicas. As Missões Católicas são subsidiadas pelo Governo. Por menores que sejam as propinas exigidas, são um grande obstáculo para os Africanos afectados pela pobreza, e perpetua-se o círculo vicioso de analfabetismo, ignorância e superstição. O sistema educativo e os manuais escolares são exactamente os mesmos usados na metrópole portuguesa. O sistema não está adaptado à educação em massa nem às verdadeiras necessidades tanto dos brancos como dos negros de Angola. O seu objectivo é treinar uma pequena elite. A população de Portugal metropolitano ainda tem cerca de 50% de analfabetos.

Apesar da liberdade religiosa estar proclamada na constituição, são utilizados todo o tipo de meios para “favorecer” os Católicos. Frequentemente, o resultado é uma clara perseguição aos Protestantes.

III. Os acontecimentos em Angola a partir de Janeiro

Movimentos políticos para a independência de Angola têm estado a trabalhar dentro e fora de Angola desde a guerra da Coreia. Actualmente, os dois principais grupos são o MPLA liderado por Mário Andrade e a UPA liderada por Holden Roberto. É um erro considerá-los movimentos estrangeiros ou comunistas. Se hoje há sinais nos movimentos de libertação angolanos de tendências para o Leste, elas são provavelmente causadas pela falta de esperança de que o Ocidente esteja interessado na liberdade dos Africanos. Estes movimentos são expressões do mesmo fenómeno nacionalista que levou à criação de países independentes em toda a África nos últimos anos.

É interessante que o impulso para a primeira acção com projecção externa deste movimento tenha tido de usar como ponto de partida o desejo dos brancos portugueses

de terem um governo mais liberal. Refiro-me, obviamente, ao incidente de Santa Maria que era um sinal para levantar a oposição portuguesa contra o regime de Salazar. Logo a seguir, os nacionalistas africanos atacaram as prisões de Luanda procurando libertar os suspeitos de agitação política, que tinham sido condenados a pesadas penas de prisão antes mesmo de terem sido julgados em tribunal. Sucederam-se represálias brutais nos bairros africanos de Luanda, onde inúmeros africanos inocentes foram mortos por tropas e funcionários portugueses furiosos. Este acto foi livremente relatado nas notícias internacionais porque vários correspondentes estrangeiros tinham sido autorizados a entrar em Angola na expectativa da chegada do Santa Maria. Quando os correspondentes estrangeiros começaram a enviar relatórios não favoráveis a Portugal, foram mandados embora e confiscaram-lhes os rolos fotográficos. A partir dessa altura até agora tem havido uma censura total sobre notícias imparciais em relação ao que se tem passado em Angola. É interessante notar que os primeiros ataques feitos por Africanos em Luanda não eram especificamente anti-brancos. Eram essencialmente protestos contra a ordem existente que não reconhece ao povo quaisquer direitos políticos. É uma enorme tragédia que os primeiros ataques tenham desencadeado represálias tão violentas e irresponsáveis, em vez de haver um sincero reconhecimento do erro e da necessidade de reformas, como já muitos altos funcionários do governo, entretanto demitidos, defendiam. Digo que foi um desastre porque reforçou a visão, que os Africanos já há muito têm, de que era impossível uma reforma pacífica em Angola.

Um dos acontecimentos mais significativos na sequência directa do que sucedeu em Luanda nunca foi mencionado pelos jornais portugueses. Foi a revolta na Baixa de Cassange no início de Fevereiro. A revolta na Baixa de Cassange também não foi tanto um ataque contra os brancos como foi, sobretudo, um ataque dirigido contra as práticas abusivas do programa [de cultivo] do algodão, patrocinado pelo governo e dirigido pela companhia Cotonang. De facto, os Africanos quebraram janelas e escaqueiraram lojas de comerciantes brancos; atacaram uma Missão Católica e as casas de funcionários locais do governo; mas não saquearam as lojas e poucos ou nenhuns brancos foram mortos. Foi uma demonstração espontânea contra as práticas abusivas da companhia Cotonang, e a maior parte dos brancos que fugiram da região concordaram em que os Africanos tinham boas razões para reclamar. Um general foi encarregue de esmagar a rebelião. O que se sabe sobre o sucedido é sobretudo por fontes africanas, já que nenhuma notícia saiu em qualquer jornal português, e nós fomos proibidos de entrar na área. Até hoje, nenhum missionário foi autorizado a visitar aquela região. Os relatos sobre o número de Africanos mortos variam entre as muitas centenas e os dez mil. É impossível saber exactamente quantos foram mortos. Muitos Africanos fugiram para o Congo. Aldeias foram bombardeadas e os soldados “limparam” outras áreas não atingidas pelas bombas. Visto que Malange foi o ponto de partida, estamos em posição de confirmar que centenas de militares foram mandados para essa área, e que muitos aviões foram vistos a dirigirem-se para lá durante esse período. Um pastor que esteve preso disse que o cheiro dos cadáveres era tão forte que eles quase não conseguiam aguentar. Naquela altura era governador do distrito de Malange um caboverdiano, Joaquim Monteiro. Ele foi até lá investigar a situação, e concluiu que havia justas razões de queixa do lado africano. Enviou um

relatório completo ao governador-geral sobre as práticas abusivas da companhia Cotonang, e panfletos escritos em Kimbundu foram lançados na Baixa de Cassange anunciando que os Africanos nunca mais seriam obrigados a cultivar algodão contra a sua vontade. Isto nunca antes tinha acontecido. A Cotonang, infelizmente, também mandou representantes seus a Luanda e em menos de duas semanas Monteiro foi chamado a Lisboa, supostamente para receber um cargo mais alto na delegação portuguesa na ONU. Tanto quanto sabemos, ele ainda continua em Lisboa. A brutal repressão da revolta na Baixa de Cassange fez cair um manto de tristeza e desânimo sobre a população Africana em todo o distrito de Malange, mas nem uma palavra foi publicada, em relação ao sucedido, nos jornais portugueses. Continuaram a dizer ao seu povo que tudo estava bem e que os Africanos estavam absolutamente satisfeitos. Desta forma, eles contribuíram directamente para a morte de quase mil dos seus compatriotas brancos em fazendas isoladas no norte de Angola, cerca de um mês depois.

Desde meados de Fevereiro até meados de Março, apesar de os Africanos continuarem a ser presos como agitadores políticos em Luanda e noutras áreas, nomeadamente no norte, a situação era relativamente calma. A 15 de Março desencadearam-se ataques africanos que levaram à morte violenta e brutal de centenas de portugueses brancos, incluindo mulheres e crianças. Os resultados desses ataques foram amplamente registados na imprensa portuguesa e mundial. A parte da história que não foi contada foi a reacção dos Portugueses a esses primeiros ataques. Foi uma reacção rápida e violenta, seguindo a filosofia de responder à brutalidade com a brutalidade. Eu estava a orientar reuniões evangélicas perto do Úcuá quando os ataques começaram. Estive lá até ao dia 18 de Março e posso dizer honestamente que os Africanos dessa área não sabiam o que tinha acontecido. Sabiam tão pouco como eu. A 18 de Março o Chefe de Posto local apareceu e pediu-me para ir embora imediatamente porque, segundo ele, iam “bombardear aquelas aldeias”. Bombardearam aldeias por todo o lado nos distritos do Congo e dos Dembos. A maioria das pessoas que escaparam aos bombardeamentos e que não fugiram foi presa ou morta. Estas represálias não ficaram confinadas apenas à área do ataque rebelde. Milícias brancas foram rapidamente formadas e armadas por toda a região e foi-lhes dada liberdade total para usarem as suas armas como quisessem. Por várias razões, os Protestantes pareciam atrair o maior impacto da ira dos brancos. Nas áreas de Golungo Alto, Ambaca, Dondo, Cacuso e Libolo, áreas que nunca tiveram qualquer actividade rebelde de facto, os nossos pastores e membros das igrejas foram levados e muitos foram mortos. Começou um reinado de terror. As milícias brancas, na sua tentativa de vingar os Portugueses mortos no norte de Angola, iam muito além da intenção do funcionário que as armava. Presumo isso a partir de declarações do Ministro do Ultramar, Senhor Adriano Moreira, que mais tarde alertou os brancos para não “fazerem os inocentes pagar pelos crimes dos culpados”. Apesar disso, o reinado de terror continua. Quando me vim embora, mais Africanos estavam a ser detidos, todos os dias. Nos últimos três meses, desapareceram milhares de pessoas, levadas pelas milícias locais, por funcionários do governo ou pelas tropas. Ouvimos falar de muito poucas novas prisões sendo construídas e ninguém ouviu falar de um campo de concentração. As prisões estão constantemente a ser cheias e esvaziadas, e muito poucas pessoas voltam para as suas famílias. Uma

das grandes questões é: Para onde estão a ir? O que consta em Malange (ouvi-o dos brancos, mulatos e africanos) é que estão a ser mortos e enterrados em valas comuns, por bulldozers. Nunca o vi e não o posso provar mas, para afastar o boato, os Portugueses deveriam esclarecer onde estão essas pessoas e permitir que as suas famílias as vejam. De todos os nossos pastores que se acredita estarem nas cadeias, apenas um foi de facto visto por um familiar. Das prisões vêm tais relatos sobre as péssimas condições, sem camas, sem cobertores, a comida impossível de comer, a pancada, que somos levados a questionar se algum deles sobreviverá a tal tratamento. No dia em que deixei Angola, realizou-se o funeral de um prisioneiro, Joaquim Figueiredo, um dos primeiros a ser preso. Ficou mais de dois anos na prisão sem julgamento e foi um dos poucos que de facto foi condenado por um tribunal. Morreu a 27 de Junho, de trombose, e o seu corpo foi entregue à família. Este é o único caso que eu conheço em que o corpo foi entregue à viúva. É impossível saber quantos Africanos foram mortos. De certa forma, a pior parte da presente situação é a incerteza. Enquanto isso, os Portugueses estão a fazer chegar [a Angola] milhares de soldados e a rebelião continua.

IV. A posição da Igreja Metodista nos acontecimentos

A Igreja Metodista tem tido missões em Angola desde 1885. Implementou igrejas em três áreas afectadas pela recente revolta: a Baixa de Cassanje, Luanda e os Dembos. Em algumas outras áreas, nomeadamente Libolo, Ambaca, Golungo Alto, Dondo, Cacuso e outras, embora não houvesse actividade rebelde, pastores e membros da igreja foram levados e foram mortos ou presos. De acordo com os melhores cálculos que podemos fazer, dos 167 pastores e professores da região de Luanda, 26 supõe-se que ainda estejam na prisão, 21 foram mortos (um cálculo moderado), 34 ainda estão em liberdade, e de 76 ainda não se conhece o paradeiro. Dos 34 que ainda estão em liberdade, apenas 11 estão nos seus postos. Apenas dois destes são fora de Luanda. Se incluíssemos os leigos, o número seria evidentemente muito mais elevado. Visto superficialmente, estes acontecimentos poderiam parecer surpreendentes. Os Metodistas, e os Protestantes em geral, foram pioneiros na educação, na assistência médica e nos serviços sociais. Foi dada ênfase à perspectiva de estabelecimento de um governo democrático na Igreja com o desenvolvimento de uma liderança africana. Ensinámos mais Portugueses e trouxemos mais Africanos para o estatuto de assimilação do que o governo. Na realidade, no entanto, esses resultados tornaram a Igreja suspeita. Quando nenhuma Missão protestante foi atacada nem nenhum missionário foi ferido no norte de Angola, muitos brancos concluíram que as Missões protestantes estavam a cooperar com a actividade rebelde. Até fomos acusados, pela imprensa portuguesa, de “estar a armar” terroristas. A nossa Missão em Luanda foi atacada por brancos portugueses, e partiram a maior parte das janelas da igreja, da área administrativa e das casas individuais. O nosso centro social na parte africana da cidade foi completamente destruído.

V. Observações relativas à situação actual

Existem várias coisas importantes a assinalar sobre a situação actual. Em primeiro lugar o governo está a encorajar e a estimular o tribalismo. Através da sua constante

reafirmação que os Bailundos (e outros povos do sul de Angola) são leais, esperam dividir os Africanos em dois campos. Eles reconhecem que a arma mais valiosa dos Africanos é a unidade. Em segundo lugar, estão a tentar estimular o ódio religioso e esperam assim promover a divisão dos Africanos em Protestantes e Católicos. No entanto, é evidente que isto não é, de maneira nenhuma, um movimento religioso ou tribal, como tal. É um movimento nacionalista do povo que não está confinado a nenhuma religião ou grupo tribal em particular. Em terceiro lugar, a ira dos Portugueses foi especialmente dirigida contra aqueles de que mais se orgulhavam antes, nomeadamente os Africanos assimilados (Portugueses negros, se quiserem). As piores represálias foram levadas a cabo contra pastores, professores, enfermeiros e funcionários, as classes mais escolarizadas e melhor formadas. Em quarto lugar, o presente governo não mostra nenhum sinal de reformas. Como prova, menciono os seguintes factos: 1) o novo Governador Geral Venâncio Deslandes, foi enviado para fazer “exactamente o contrário” do que foi pedido pela ONU (como citava o diário luandense *O Comércio*); 2) continuam a prender pessoas em Luanda e noutras regiões; houve mais pessoas capturadas em Luanda na última semana em que ali estive do que durante todo o mês anterior; 3) continuam a recusar dar informações aos Africanos sobre o paradeiro dos seus familiares que foram detidos; 4) não houve qualquer tentativa de levar os presos a tribunal; 5) o trabalho forçado continua; estão a juntar milhares de Africanos para a difícil colheita do café; 6) espalharam-se rumores de que os Portugueses destruirão completamente Angola se forem forçados a ir embora.

VI. Em relação ao futuro

É fácil ser pessimista e difícil ser optimista. Salazar, do ponto de vista da economia, de levantar o moral e do seu próprio prestígio, está decidido a acabar rapidamente com a rebelião. Está a enviar milhares de soldados. Por outro lado, os rebeldes parecem igualmente decididos a continuar a actividade de guerrilha. Têm a seu favor a natureza do território e há relatos indicando que milhares deles estão a ser treinados no Congo. Os Portugueses deixaram claro que é impossível renderem-se, e que isso nem seria aceitável mesmo que fosse possível. O resultado destas duas forças em confronto parece ser uma perpetuação da trágica situação existente, com cada vez mais derramamento de sangue. É impossível pensar que a África pode, seja onde for, permanecer por muito tempo sob total dominação branca. A única esperança real parece ser um repensar radical da situação por parte do governo de Lisboa, e um movimento de reformas que leve à garantia de direitos básicos para todos. Houve um tempo em que uma sociedade multirracial teria sido facilmente possível em Angola. Tenho esperança de que isso ainda seja possível. A verdadeira tragédia é que tantos brancos, no seu medo e raiva e desejo de vingança, tenham tentado queimar essa última ponte de esperança para o seu futuro em África.

Continuam por responder quatro grandes questões:

- 1) Porque é que os Portugueses não relataram os acontecimentos da Baixa de Cassange?
- 2) Para onde foram levados todos os Africanos que desapareceram?

- 3) Porque não darão informações sobre os que foram feitos prisioneiros?
 4) Porque é que os Portugueses não autorizarão correspondentes estrangeiros a relatarem livremente os acontecimentos?

(7 de Julho de 1961)

Comunicado do MPLA sobre presos políticos

[*dactilografado, em francês, em papel timbrado do MPLA*]

COMUNICADO

Encontramo-nos numa altura em que a opinião internacional começa por fim a insurgir-se contra as atrocidades cometidas, em Angola, pelo Governo fascista de Portugal.

Está claro que a insurreição do povo angolano em luta pela conquista do seu direito à autodeterminação e à independência provocará, tarde ou cedo, a queda do governo de Salazar.



Msr. Manuel Mendes das Neves

É por isso que a polícia portuguesa maltrata ferozmente os prisioneiros políticos angolanos e toma medidas de retaliação contra as personalidades eminentes do nosso país.

É assim que a vida do Dr. AGOSTINHO NETO, Presidente de honra do MPLA, deportado desde Setembro de 1960 para as Ilhas de Cabo Verde, está em perigo. Presentemente, quatro padres africanos, entre os quais Monsenhor DAS NEVES, ex-Vigário Geral do Arcebispado de Luanda, estão detidos em Lisboa.

Também o Rev. Pe. PINTO DE ANDRADE, que tinha sido deportado para a Ilha do Príncipe, tvoltou a ser levado recentemente para Lisboa. Sofre de problemas pulmonares em consequência dos maus-tratos a que foi submetido nas masmorras portuguesas.

Apelamos aos meios anti-colonialistas do mundo inteiro e em particular aos meios cristãos, para que denunciem sem tardar estas medidas ignóbeis que põem em perigo a vida dos patriotas angolanos.

Conakry, 7 de Julho de 1961

O COMITÉ DIRECTOR DO MPLA

Mensagem da CONCP e do MPLA (rascunho)

[*dactilografada, em francês, em papel timbrado do MPLA*]

MENSAGEM À CONFERÊNCIA DOS PARTIDOS NACIONALISTAS DA GUINÉ DITA PORTUGUESA E DE CABO VERDE

Caros camaradas e irmãos de luta,

Os diferentes encargos que me são impostos pelo agravamento da situação em Angola obrigam-me a renunciar, com pesar, a assistir pessoalmente à vossa Conferência. Saibam no entanto que acompanharei em pensamento o desenrolar dos vossos trabalhos e estejam certos da minha indefectível simpatia para com cada um de vós, militantes esclarecidos na luta contra o colonialismo português.

Três meses depois da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, vocês reúnem-se para coordenar a acção com vista à liquidação rápida da dominação colonial na Guiné dita portuguesa e em Cabo Verde.

Aí está um facto concreto que enche de alegria o coração de todos os patriotas africanos e particularmente o dos patriotas angolanos.

Somos solidários contra as formas de exploração e de opressão particulares aos vossos países, quer se trate da fome em Cabo Verde ou das torturas nas prisões de Bissau.

Dominados pelo mesmo colonialismo, somos naturalmente chamados a organizar a mais estreita cooperação.

Permitam-me saudar os vossos esforços a favor da unidade de acção, da criação imediata de uma Frente de luta unida em volta de um objectivo preciso: a liquidação do colonialismo português e qualquer outra forma de exploração na vossa pátria. A consolidação desta unidade constitui o garante da conquista da independência real e da integridade territorial.

Não deixarão, com certeza, de ter presente, durante as vossas discussões, o exemplo da luta do povo angolano engajado na acção directa, erguido contra o colonialismo mais bárbaro do nosso tempo.

Sabemos que vós próprios estais resolvidos a aceitar o sacrifício supremo para a conquista dos direitos dos vossos povos à autodeterminação e à independência.

Estejam certos de que a vossa determinação é um grande conforto moral para o povo angolano em armas.

Nenhuma luta de libertação nacional se poderia desenvolver sem contacto com o exterior. Cada gesto reivindicativo vindo dos povos da Guiné e de Cabo Verde suscita a simpatia e a solidariedade dos povos das outras colónias portuguesas.

Somos irmãos na opressão e na luta de libertação.

Mas para o sucesso da nossa luta, necessitamos a ajuda e a assistência dos países africanos independentes. Penso que vão reiterar os apelos que as organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas já lançaram aos Chefes de Estado de África e da Ásia para que eles prossigam sem descanso os seus esforços a favor do *triumfo*¹ da nossa causa e *não deixem de tomar* medidas comuns contra Portugal.

¹ O que está em itálico neste texto foi acrescentado à mão por L. Lara.

A palavra de ordem da Conferência de Casablanca lançada para os que nos precederam na luta de libertação nacional e que são hoje os primeiros responsáveis dos destinos dos seus países, continua a ser a acção concertada e o boicote total do governo fascista de Salazar.

O processo da nossa vitória está em curso. O dia da independência nacional deve chegar em breve. Então, *os nossos países* poderão jogar o seu papel no concerto das nações e contribuir positivamente para a unidade africana e para a consolidação da paz mundial.

Continuo convencido que, guiados pelos mais altos interesses dos vossos povos, trabalharão com todo o ardor nacionalista reclamado pelas massas da Guiné dita portuguesa e de Cabo Verde.

A Conferência de Dakar ficará inscrita nos anais da vossa história como a Conferência da frente de luta unida.

Recebam, caros Camaradas e irmãos de luta, em nome da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, do Movimento Popular de Libertação de Angola e em meu nome pessoal, a saudação cordial dos companheiros da *nossa* libertação *comum*.

Conakry, 11-VII-61

MÁRIO DE ANDRADE

Presidente da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas e do Movimento Popular de Libertação de Angola

Carta da UNTA ao MPLA

[*dactilografada, em francês, em papel timbrado da UNTA*]

[*Nota manuscrita: R 24/7/61*]

Ref: 137/BP/61

Bernau, 14 de Julho de 1961

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO
DE ANGOLA "MPLA"
C.P. 800
C O N A K R Y (Guiné)

Aos Camaradas,

Levamos ao vosso conhecimento que nos encontramos actualmente os dois em Bernau (RDA).

Resolvemos alguns problemas pendentes com a FDGB [Federação Sindical da RDA]. Informem-nos por favor se receberam os documentos sobre a Conferência Sindical Panafricana e o jornal: l'Avant Garde.

Queremos saber os resultados das conversações sobre a unidade com os outros partidos e sobretudo com Roberto Holden.

Para além disso, queiram informar-nos sobre a situação em Angola e sobre novas actividades.

Se houver cartas para nós, enviem-nas o mais depressa possível. Os documentos e outras coisas guardem-nos.

Saudações fraternais a todos.

Pascal LUVUALU [*segue assinatura*]

Bernard DOMBELE [*segue assinatura*]

Carta de Aníbal de Melo a Viriato da Cruz

[*dactilografada*]

Aníbal Melo

Léopoldville

Léopoldville, 18 de Julho, 1961

Caro Compatriota Viriato Cruz,

Oportunamente, recebi a sua carta. Entregou-ma o nosso Matias Miguéis, com quem não tenho, infelizmente, podido encontrar-me, porque se ausentou para Ponta Negra.

Não esqueci a amável oferta da sua ajuda e só a não utilizei ainda porque tenho remetido os meus projectos pessoais para mais tarde, se as circunstâncias o permitirem. Por agora, parece-me que não devo afastar a minha ajuda ao interesse da luta que todos nós sustentamos, mesmo sem perder a noção da extrema modéstia dessa ajuda. Pode ser, no entanto, quando menos o espere, que as circunstâncias me permitam certa liberdade.

Passando ao assunto que a si me traz, põe-se-me uma questão de consciência que pretendo esclarecer, para tomar a atitude que se me afigure justa.

Reina em Léopoldville uma atmosfera de viciosa agitação, que nem sempre facilita um julgamento honesto dos factos e que receio venha a trazer complicações para o futuro do nosso País. Neste ambiente surgiu agora um elemento novo de perturbação. Afirma-se que o meu Caro Compatriota se demitiu do cargo de Secretário que vinha desempenhando no seu Partido por um motivo que sinceramente me alarma: por uma questão racial e na qual a UPA teria grande quinhão de responsabilidade. Será possível?

Compreenda; ultimamente tem-se enredado a UPA numa teia de acusações sem fundamento, mas esta, que lhe diz respeito, é de natureza bastante mais grave e é bom que se faça luz sobre ela. Na incerteza, não posso adiantar outra atitude que não seja esta de procurar conhecer a verdade junto de si, se não vê nisso inconveniente. Querá o meu Amigo favorecer-me com uma resposta a tal respeito?

O Belo, antes de partir, anunciou-me a sua próxima vinda. Será certo?

Na esperança de uma resposta breve, crêa-me ao seu dispor,

Anibal Melo

Compreenda; ultimamente tem-se enredado a UPA numa teia de acusações sem fundamento, mas esta, que lhe diz respeito, é de natureza bastante mais grave e é bom que se faça luz sobre ela. Na incerteza, não posso adiantar outra atitude que não seja esta de procurar conhecer a verdade junto de si, se não vê nisso inconveniente. Quererá o meu Amigo favorecer-me com uma resposta a tal respeito?

O Belo, antes de partir, anunciou-me a sua próxima vinda. Será certo?

Na esperança de uma resposta breve, creia-me ao seu dispor,

Aníbal Melo *[com assinatura]*

Mensagem à Conferência das Mulheres da África Ocidental

[policopiada, em francês]

MENSAGEM DA DELEGAÇÃO DO MPLA À CONFERÊNCIA DAS MULHERES DA ÁFRICA OCIDENTAL

Camarada Presidente,

Caras irmãs,

É a primeira vez que a mulher angolana tem a oportunidade de se dirigir às suas irmãs de África e é com profunda emoção que, em nome de Angola combatente, saudamos esta Conferência.

Não se deve ver na nossa ausência aos diversos Congressos Internacionais uma falta de consciência dos problemas relacionados com a mulher africana. Sabemos como a opressão colonialista portuguesa manteve o nosso país numa “zona de silêncio”.

Mas a mulher africana sempre combateu o colonizador desde a penetração europeia em Angola. Se os primeiros contactos dos Portugueses com o nosso país datam de 1484, é preciso notar que as guerras ditas de “ocupação” e de “pacificação” se prolongaram até 1922. Isso prova que o povo angolano, longe de se submeter à dominação estrangeira, sempre combateu para salvaguardar o seu direito à liberdade.

O papel desempenhado pela mulher ao longo dessas lutas teve uma importância particular, tendo em conta o lugar que ela ocupava na sociedade tribal e a sua participação directa nas guerras. O caso da rainha Jinga é disso o exemplo mais conhecido. Esta extraordinária figura da história de Angola, ciosa da liberdade do seu povo, lutou contra os portugueses, ao longo do século XVII, durante mais de 40 anos. Vejamos o testemunho de um historiador português: “Nenhum chefe foi tão audacioso e tão obstinado, tão hábil e tão resolutivo como ela. Nenhum foi para nós tão nocivo e independente. Na história de uma nação em projecção, numa evolução lenta mas segura, esta excepção merece um lugar de relevo; esse lugar é já em si uma homenagem significativa à soberana, à raça negra e ao seu esforço defensivo”.

Já empobrecido por quatro séculos de guerras constantes e por um comércio intenso de escravos que lhe fez perder mais de quinze milhões dos seus melhores filhos, o povo

de Angola viu, ao longo destes últimos trinta anos, o seu sofrimento aumentar com a instauração do regime de ditadura fascista em Portugal.

Antes da ocupação administrativa portuguesa em Angola, a mulher africana jogava na sociedade angolana um papel primordial, tanto pelas suas atribuições na vida familiar como pelos direitos e pela protecção de que gozava.

O sistema colonial português, com o fim de melhor explorar as massas angolanas, dividiu o povo em duas categorias: os “indígenas” de um lado, e os “assimilados” ou “civilizados” do outro.

Os “indígenas”, que constituem 99,3% da população, não gozam de nenhum direito, nem mesmo os mais elementares.

Não têm direito de associação; os seus interesses são supostamente “defendidos” pela Curadoria dos Negócios Indígenas. É essa Curadoria, tendo um Administrador branco como responsável em cada distrito, que substitui o advogado em caso de julgamentos, que emite os salvo-condutos indispensáveis para qualquer deslocação, etc.

O ensino que lhes é dispensado e que tem o nome de “rudimentar” é, desde 1940, monopólio das missões católicas. Os professores devem ensinar apenas rudimentos da religião, da língua portuguesa e da história de Portugal. O emprego de línguas nacionais é formalmente proibido.

Um Código de Trabalho especial para os “indígenas” obriga-os ao trabalho forçado, forma moderna de escravatura. Os trabalhadores são alugados pela autoridade administrativa a empresas agrícolas ou mineiras onde eles trabalham nas piores condições, com um salário médio de 1.000 FG [Francos Guineenses] por mês.

Após quatro séculos “de acção civilizadora”, os Portugueses podem gabar-se de ter ‘civilizado’ 0,2% das mulheres africanas...

Podem então perceber, caras irmãs, nestas circunstâncias, toda a amplitude da dominação que pesa sobre o povo angolano.

Para a mulher dita indígena, toda a estrutura familiar está destruída por causa, por um lado, da prática corrente do trabalho forçado, e por outro, da emigração clandestina dos homens para os países vizinhos onde os salários são mais elevados. A administração colonialista obriga os homens a afastarem-se dos seus lares, em princípio por seis meses, mas na realidade esse afastamento é muito mais longo quando não é eterno; constata-se mais de 30% de falecimentos entre os trabalhadores forçados (contratados). A própria mulher é obrigada ao trabalho forçado, sobretudo para a escolha do café e para a apanha do algodão porque o seu salário, assim como o das crianças, é ainda inferior ao dos homens (que é aproximadamente de 750 FG por mês para os trabalhos agrícolas e para 12 horas de trabalho diário)... Como diz o capitão Galvão “só os mortos estão verdadeiramente isentos do trabalho forçado”.

Mas ainda há pior: a administração colonial portuguesa não poupa nenhuma mulher no trabalho de reparação das estradas e das fazendas da Administração; mesmo as mulheres grávidas são obrigadas a fazer esse género de trabalho e não recebem nenhum salário. Não se lhes dá nem alimentação, nem utensílios.

A camponesa africana deve por isso geralmente encarregar-se sozinha da cultura dos campos para prover às necessidades da sua família. As culturas são portanto muito fracas, a produtividade é reduzida e a subalimentação é regra entre a população angolana.

Quando a mulher dita indígena mora na cidade, o seu trabalho é sobretudo o de lavadeira, vendedora de produtos agrícolas, auxiliar na construção civil, etc., mas na maior parte destas ocupações ela sofre a concorrência dos brancos, provocada pela forte imigração portuguesa. Muitas delas caem na prostituição.

Em Angola, a assistência social nos campos praticamente não existe, porque os médicos se concentram sobretudo nas cidades. A assistência dada à mulher e à criança ditas indígenas é nula, como prova a taxa de mortalidade infantil que atinge 60%. Para cada 28.000 mulheres de 14 a 50 anos, existe em Angola uma parteira.

30% dos alunos “indígenas” que frequentam as 1.008 missões católicas existentes são do sexo feminino. 99,8% das mulheres angolanas são analfabetas.

As cerca de 14.000 mulheres africanas ditas civilizadas gozam teoricamente de direitos de cidadania iguais aos da mulher portuguesa – e essa já tem muito poucos. Nos três sindicatos “oficiais” que existem em Angola, a mulher africana não tem nenhuma participação. Os partidos políticos assim como todas as organizações femininas são proibidos.

A discriminação racial faz-se sentir tanto mais quanto a concorrência económica se torna mais aguda. Com a grande afluência de emigrantes portugueses para Angola, consequência da política de colonização massiva, a mulher africana dita civilizada é vítima de uma evidente discriminação de salários e encontra enormes dificuldades para obter um emprego e mesmo para estudar.

Assim, em 1955, para cada 97 estudantes brancas nos liceus de Angola havia uma negra. No ensino primário apenas estavam inscritas 1.459 meninas africanas. Em contrapartida, entre as mulheres portuguesas em Angola consideradas “civilizadas” pelo nascimento, 57,5% não tinham o nível primário de ensino...

A comunidade racial tão gabada pelos portugueses, baseada num número elevado de mestiços, não significa de maneira nenhuma a ausência de discriminação. Bem pelo contrário: os mestiços, geralmente filhos de um branco e de uma negra, são na sua quase totalidade filhos ilegítimos e são geralmente abandonados pelos seus pais.

Tais são as condições opressivas nas quais vive a mulher em Angola.

Longe de se deixar enfraquecer, o povo de Angola organizou-se em movimentos clandestinos.

Os jovens Angolanos manifestaram-se inicialmente no plano cultural. A mulher jogou o seu papel participando por exemplo no grupo africano Ngola Ritmo, que se dedicava a renovar o folclore angolano.

Por causa da política de assimilação do governo português que se dedicava a destruir a cultura africana e por causa da falta de assistência social, as mulheres “indígenas” das cidades criaram desde há muito associações de ajuda mútua, que destacam um aspecto importante da cultura tradicional africana: a solidariedade da comunidade. Essas organizações têm, entre outros objectivos, o da assistência às viúvas e nestes últimos tempos, às famílias dos presos políticos.

Desde a fundação das primeiras organizações políticas clandestinas, e nomeadamente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em 1956, as mulheres tomaram parte nessa forma de luta. O MPLA tem uma grande actividade nas cidades e no campo distribuindo panfletos, criando bibliotecas e escolas clandestinas, nomeadamente em Luanda onde as mulheres também ajudaram a despertar a consciência nacional.

O recrudescimento da repressão portuguesa desde 1957 também se abateu sobre as mulheres nacionalistas que foram lançadas na prisão. No processo dos 50 encontrarão, entre os acusados, uma jovem angolana acusada de atentar contra a segurança exterior do Estado. Ela conseguiu exilar-se na América.

Como sabem, a 4 de Fevereiro de 1961, os militantes do MPLA atacaram as cadeias civis e militares de Luanda, onde estavam presos líderes nacionalistas. Esses ataques foram seguidos de outras acções militares a partir do mês de Março, no Norte de Angola.

Mais uma vez a mulher angolana está presente e luta pelo direito do povo angolano à independência.

Como devem saber, essa guerra reveste-se de um aspecto particularmente bárbaro por causa da política de genocídio levada a cabo pelos Portugueses que já fez em quatro meses mais de 50.000 mortos.

Cerca de 124.000 refugiados encontram-se no Congo, entre os quais numerosas mulheres que tomam parte activa nas organizações nacionalistas que se formaram no exterior do país.

É por isso que as mulheres angolanas não puderam, no interior do país, organizar-se em associações do tipo das que se encontram na maior parte dos países africanos. De acordo com a aspiração das suas irmãs que vivem no interior de Angola, as mulheres angolanas refugiadas no exterior perspectivam a criação de uma ampla união de mulheres angolanas.

É um facto que a mulher angolana luta pela sua emancipação total. Mas a realização dessa emancipação passa pela vitória do combate político engajado hoje por todo o povo angolano.

O Movimento ao qual pertencemos, o MPLA, inscreveu no seu programa: “Igualdade total de direitos, sem distinção de sexo – em todos os planos – político, económico, social e cultural – As mulheres terão rigorosamente os mesmos direitos que os homens”.

A solidariedade internacional das mulheres é-nos igualmente necessária para concretizar os nossos projectos.

Fazemos por isso apelo às nossas irmãs de África, e sobretudo às associações de mulheres dos países independentes de África, para que ajudem a desenvolver a organização das mulheres angolanas dando-nos uma assistência política, moral e material; fazendo eco das reivindicações das mulheres angolanas nos seus respectivos países; pedindo aos seus governos para fazerem pressão sobre os aliados de Portugal – os EUA, a Inglaterra e a Alemanha Federal – que são cúmplices de Portugal nesta guerra de extermínio.

Chamamos a vossa atenção para as condições particularmente miseráveis nas quais estão mergulhadas as mulheres e as crianças vítimas da guerra colonial e pedimos às organizações de mulheres aqui presentes que manifestem a sua solidariedade à favor das nossas irmãs refugiadas no Congo, por todos os meios de que elas possam dispor, lançando um apelo a todas as mulheres de África para que organizem recolhas de medicamentos, roupa, etc.

Reclamamos mesmo que seja instituída uma Jornada da Mulher Angolana durante a qual as mulheres do mundo inteiro se pronunciarão contra a guerra colonial em Angola e manifestarão positivamente a sua solidariedade actuante.

Juntas triunfaremos sobre a servidão, a miséria e a condição colonial.

Viva a solidariedade das mulheres do mundo inteiro!
Vivam as mulheres de África!

Obrigada.

Conakry, 21-28 de Julho de 1961

Carta de Ho Chi Minh a Mário de Andrade

[original em papel timbrado, tradução dactilografada, em francês]

Hanoi, 2 de Agosto de 1961

HO CHI MINH, Presidente da República Democrática do
Vietname

Ao Sr. MÁRIO DE ANDRADE, Presidente do Congresso das
Organizações populares das colónias portuguesas
CONAKRY

Senhor,

Tenho a honra de lhe agradecer o facto de ter sido informado, através da sua carta de 11 de Maio de 1961, do Congresso das Organizações populares das colónias portuguesas realizado em Casablanca.

O povo vietnamita seguiu sempre com interesse e apoia calorosamente a luta do povo de Angola contra o imperialismo português, pela libertação do seu país.

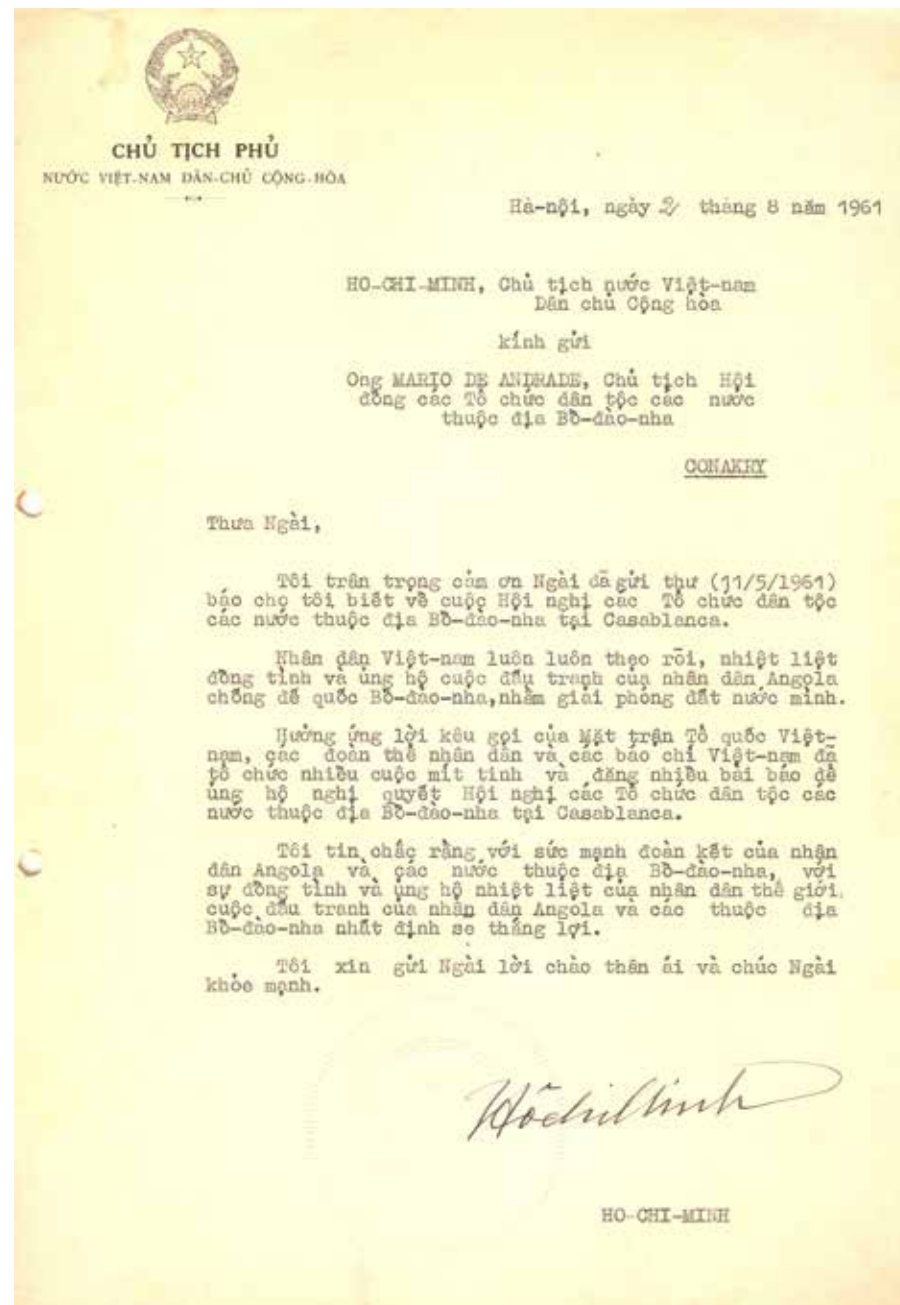
Respondendo ao apelo da Frente Patriótica do Vietname, as associações populares e os jornais do Vietname organizaram numerosos encontros e publicaram numerosos artigos para apoiar as resoluções tomadas pelo Congresso das Organizações populares das colónias portuguesas realizado em Casablanca.

Estou convencido que com a força da união dos povos de Angola e das outras colónias portuguesas, com o consentimento e o apoio caloroso dos povos do mundo, a luta dos povos de Angola e das outras colónias portuguesas será certamente vitoriosa.

Queira aceitar, Senhor, as minhas cordiais saudações e os melhores votos de boa saúde.

[com assinatura na carta original]

HO CHI MINH



Contactos com Missionários Baptistas em Londres

[dactilografado, em francês]

4.8.1961

Contactos com a Baptist Missionary Society, em Londres

As nossas relações com esta Missão devem ser muito bem cuidadas. Seria bom que o nosso representante ali se pusesse em contacto com o Reverendo John Clifford Parsons, se ainda não o fez.

O Pastor Grenfell, que partiu neste dia para Londres, vai fazer importantes declarações. Demos-lhe a morada do nosso irmão de lá.

O nosso amigo G.¹ passará alguns dias na capital britânica, vindo de Nova Iorque. Os missionários irão contactá-lo lá, acerca de vários assuntos, e sobretudo para o dissuadir de abrir uma representação em Londres, a qual seria supérflua existindo a nossa, representada pelo camarada Cabral.

Seria bom que o nosso representante seguisse de perto esses contactos porque há futuro para o nosso apoio na Inglaterra. Porque de nenhuma forma podemos ter aí duas representações angolanas, sob pena de dividir ou aniquilar o apoio que nos concede o povo inglês.

As missões protestantes – que conhecem muito bem o interior de Angola – insistirão na necessidade da união de todos os partidos.

Morada da Baptist Missionary Society,
4, Southampton Row,
London.

Pessoa a contactar: o Reverendo John Clifford Parsons.

[Não assinado mas atribuído a Georges Manteya Freitas]

¹ Provavelmente “Gilmore” (Holden Roberto).

Carta de A. Mamposi a Mário de Andrade

[dactilografada, em francês, em papel timbrado da UCLA]

[Nota manuscrita: R. 22.8.61]

Rua de Baraka nº 114
N/ Ref. AM/0070/61

Léopoldville, 8 de Agosto de 1961

Senhor Mário DE ANDRADE¹
Comité Director do Movimento Popular de
Libertação de Angola
em CONAKRY – Guiné

Senhor Director,

É com grande prazer que lhe endereço estas breves linhas informando-o que nós congolezes do território ex-Belga, criámos um partido político denominado “UNIÃO CONGOLESA PARA A LIBERTAÇÃO DE ANGOLA”, cuja sede se encontra em Léopoldville.

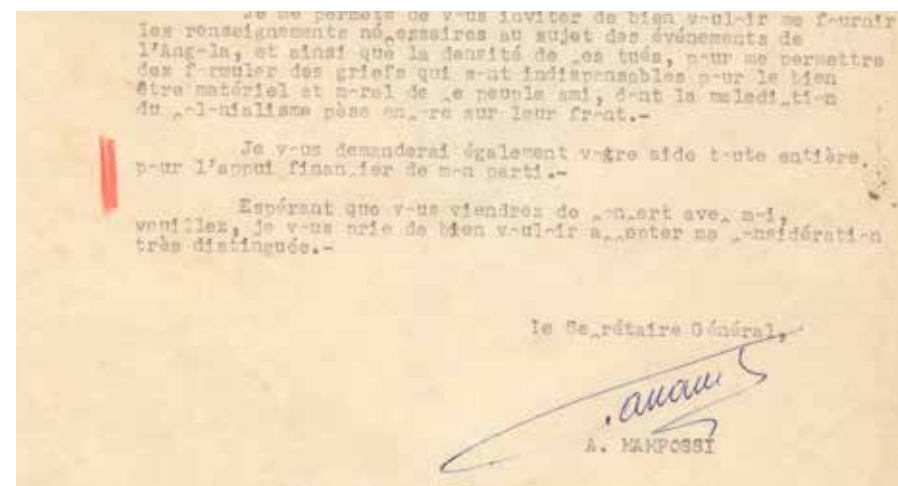
Permito-me convidá-lo a fornecer-me as informações necessárias sobre os acontecimentos de Angola, assim como a densidade [*sic*] desses mortos, para me permitir formular as queixas [*sic*] que são indispensáveis para o bem-estar material e moral deste povo amigo, sobre cuja cabeça ainda pesa a maldição do colonialismo.

Pedir-lhe-ia também a sua total ajuda para o apoio financeiro do meu partido.

Esperando que esteja em consonância comigo, queira aceitar os protestos da minha mais alta consideração.

Secretário-Geral,

A. MAMPOSSI [*com assinatura*]



¹ Existe uma carta idêntica dirigida a Abel Djassi (Amílcar Cabral).

Carta de Mário de Andrade a A. Mampossi

[cópia dactilografada, em francês]

Conakry, 23 de Agosto de 1961

Ref. 402/6/61
GT.

Mário de Andrade
Presidente do MPLA
ao
Senhor Secretário-Geral da União Congoleza para
a Libertação de Angola
LÉOPOLDVILLE

Senhor Secretário-Geral,

Recebi a sua carta de 8 do corrente (V/Ref.AM/007/61) na qual teve a gentileza de informar o Comité Director do MPLA sobre a criação da União Congoleza para a Libertação de Angola.

Transmitimos de imediato o seu endereço aos membros da Direcção do nosso Movimento estabelecidos no Congo que lhe fornecerão todas as informações úteis referentes à situação actual em Angola.

Permita-me no entanto informá-lo, em resposta ao seu pedido, que o MPLA não está em condições de vos conceder uma ajuda financeira. Naturalmente não deixaremos de apoiar moralmente e por outros meios, toda a actividade da UCLA a favor do triunfo da causa pela qual combatemos – a libertação total de Angola do colonialismo português e de qualquer outra forma de exploração estrangeira.

Desejando os melhores sucessos na vossa acção, peço-lhe que aceite, Senhor Secretário-Geral, os meus respeitosos cumprimentos.

MÁRIO DE ANDRADE
Presidente do MPLA

Carta do Comité de Acção do MPLA em Léopoldville

[dactilografada]

COMITÉ DE ACCÇÃO
Léopoldville

Ref. C/A/B/ 42

Léopoldville, 14 de Agosto de 1961

O tempo passa célere e, na actual conjuntura, uma semana que passe tomba como mês na balança da eternidade. Por isso no ânimo de reduzir os eternos espaços aproveitamos esta ocasião para vos informar de diversos acontecimentos.

1 – Com data de 8 do corrente recebemos um convite do ALIASO [sic] para uma reunião de todos os partidos angolanos, no dia nove, o que supomos ser para o estabelecimento do Front.

Com efeito do domingo anterior, dia seis, e na 4ª feira da mesma semana – tivemos nós e outros partidos a ocasião de contactar personalidades britânicas e canadianas que se interessam pela nossa causa e prometem auxílio material e moral. A recomendação era sempre como epílogo da conversação um convite à união dos partidos para uma luta de conjunto. Entretanto estão todos de acordo que temos de preparar em conjunto o que se vai referir à Comissão de Inquérito da ONU para Angola.

2 – O nosso irmão Luiz de Almeida informou-nos na sua carta de JULHO que tem amigos que desejam fazer reportagens fotográficas sobre a luta em virtude de certos nguetas desvirtuarem através de filmes e projecções a questão angolana, fazendo dela um caso de barbarismo. Aguardamos responder-lhe acerca da possibilidade de entrada desses amigos em Angola, após o exame de controlo da luta lá dentro.

3 – Os amigos jornalistas suecos Anders Ehmark e Bertil Stilling recomendados pelo Cabral escreveram de Estocolmo, agradecendo a nossa cooperação na sua viagem à fronteira, coroada de êxito. Estiveram mesmo em Angola, nas matas da que estava mais indicado, nessa altura.

4 – Com data de dois de Agosto recebemos a título informativo, da União Congoleza para Libertação de Angola “UCLA”, uma cópia em que pede ao Embaixador, um delegado a fim de discutir com ela, a situação actual de Angola e evitar os mal-entendidos entre os portugueses e congolezes, e também anunciando àqueles uma próxima expulsão em virtude de não poderem continuar a viver no Congo como querubins e serafins.

5 – O nosso “excelente amigo” Fullbert Kimina Makumbu redactor de “La Semaine Africaine” respondeu em 30 de Junho em termos mais ou menos ambíguos a uma carta do Jorge Freitas, dizendo que as suas objecções e comentários acerca da nossa Conferência de Imprensa, eram a partir dos comentários da rádio Moscovo, Conakry, Cairo, Belgrado, e não teve intenção alguma de nos taxar de comunistas, etc.

6 – Alguns dos nossos militantes, como José Chiambo e Francisco Fodido, dada a crise que atravessamos, depuseram as armas do MPLA para passarem à UPA. Lamentamos essa defecção.

7 – Seguem alguns relatórios em anexo:

a) Uma informação respeitante ao pessoal e propriedades das Missões Metodistas em Angola por áreas administrativas, fornecida por um missionário vindo de Angola. (Vai em Inglês)

b) Uma informação de Carlos Manuel Carnoth das áreas dos Dembos, chegado a 25/7/61

c) A situação em Luanda por Joaquim Luiz Casimiro – (Saído de Luanda a 21 de Junho de 61)

d) De vários sobre a situação em geral Leste de Angola

- e) Diversos relatórios de Jorge Freitas
- f) Um relatório de Oviti acerca sua ida Morbeke

[Nota manuscrita: Com as nossas saudações
António Monteiro]

Estatutos do CVAAR

[impresso, em francês]

CORPO VOLUNTÁRIO ANGOLANO DE ASSISTÊNCIA AOS REFUGIADOS CVAAR

Art. 1º – Denominação:

Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR)

Art. 2º – Sede:

ANGOLA.

Art. 3º – Definição:

O CVAAR é uma organização filantrópica, apolítica, fundada por africanos originários de Angola e que aceita a colaboração de todos os indivíduos sem discriminação de raça, sexo, lugar de nascimento, ideias políticas ou crenças religiosas.

Art. 4º – Objectivos:

O CVAAR propõe-se [alcançar] os seguintes objectivos:

- 1) Assistência aos refugiados pelos seguintes meios:
 - a) Instituir medidas de profilaxia e de higiene, combate às doenças, protecção materno-infantil, distribuição gratuita de medicamentos, de alimentos e de vestuário.
- 2) Combate contra o analfabetismo entre os refugiados.
- 3) Instituição de medidas para a obtenção e o aumento de meios de assistência para os refugiados nas zonas onde se encontram.

Art. 5º – Serviços:

A assistência técnica dos membros do CVAAR aos refugiados angolanos é inteiramente gratuita.

Art. 6º – Finanças:

Os recursos do CVAAR provêm essencialmente dos donativos e contribuições das personalidades colectivas ou individuais que estão dispostas a ajudar incondicionalmente os refugiados angolanos.

Art. 7º – Adesão:

Podem exercer actividade no CVAAR todas as pessoas – sem qualquer discriminação – que preencham os requisitos para a boa realização prática dos objectivos do CVAAR e que, a seu pedido, tenham sido admitidas no CVAAR pelo seu Comité de Administração.

Art. 8º – Organização:

A Assembleia é o órgão supremo do CVAAR. O CVAAR é gerido por um Comité de Administração de sete membros (Presidente, Secretário-Geral, Tesoureiro e quatro membros) eleitos segundo os princípios do regulamento interno do CVAAR.

Art. 9º – Assembleia:

A Assembleia é constituída pelo pessoal do CVAAR. A Assembleia reúne-se uma vez por ano para eleger o Comité de Administração do CVAAR e apreciar os relatórios de actividades desse Comité.

Art. 10º – Regulamento Interno:

O regulamento interno do CVAAR é redigido pelo seu Comité de Administração e aprovado pela Assembleia do CVAAR.

Art. 11º – Omissões:

Todas as questões não previstas pelos presentes Estatutos são resolvidas pelo regulamento interno e pelo Comité de Administração do CVAAR.

Estatutos aprovados a 21 de Agosto de 1961

O Comité de Administração

Caixa Postal 856 – Léopoldville – Rep. do Congo



Sede do CVAAR em Léopoldville

Memorando e Ordens de Serviço do MPLA

[dactilografado]

[rubrica de Viriato da Cruz]

MEMORANDUM E ORDENS DE SERVIÇO

- 1 – O Graça deve ser imediatamente integrado no Comité de Acção para o Congo.
- 2 – A contabilidade das finanças deve-lhe ser confiada, bem assim como o controlo sistemático das despesas.
O Graça deverá exercer esse controlo com o fim de: impedir a prodigalidade e o desperdício; imprimir um permanente senso de economia nas despesas do Movimento; circunscrever as despesas ao indispensável, nos limites da decência; introduzir, nas questões de finanças do Movimento, o hábito da previdência; manter um princípio de equidade racional na distribuição dos bens e dos valores materiais que o Movimento fizer aos seus “militantes profissionais”; fixar, definitivamente, dentro do Movimento o hábito de todos os militantes, a quem foram confiados valores, prestarem contas.
- 3 – É desejável, tanto quanto possível, um estilo de vida de messe. Combater o individualismo, mas impedir também que se caía na promiscuidade.
- 4 – Combater o liberalismo que se manifestar dentro da organização.
- 5 – Estar vigilante à formação de complots e de grupinhos dentro do Movimento. Denunciar e combater, a tempo, todos os complots e grupinhos – germes da divisão dentro do Movimento.
- 6 – Juntamente com os outros compatriotas responsáveis, o Graça fará os possíveis por dar ordem aos trabalhos de secretaria e de arquivo.

A numeração e a classificação da correspondência e o arquivo imediato da correspondência. Os arquivos do Movimento não podem ter um carácter comercial ou burocrático. É necessário dar toda a atenção ao facto de que somos uma organização política. A correspondência secreta e confidencial terá um arquivo especial que estará sob a guarda de um membro do Comité Director.

Os arquivos gerais não podem ser devassados por qualquer militante. O MPLA não é um clube de futebol.

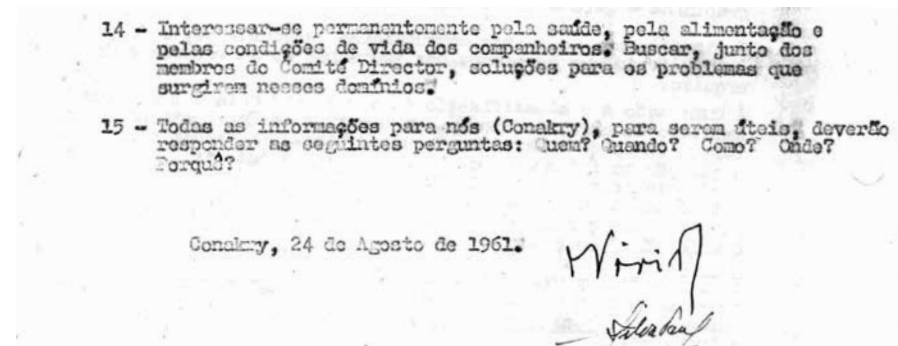
Em suma: Na questão de correspondência e arquivo é absolutamente indispensável prever e pôr em prática medidas de segurança que salvaguardem as nossas conveniências políticas e que nos possam defender, em qualquer momento, dos golpes dos nossos adversários e inimigos.

- 7 – As chaves do Bureau não podem ser confiadas a toda a gente.
- 8 – Defender os interesses do Movimento, utilizando métodos corteses e não rudes.

- 9 – Ajudar a numerar os cartões de membros com numerador automático. Tanto quanto possível, os recrutadores de membros deverão assentar, numa lista (caderno) os números dos cartões expedidos e os nomes dos titulares.
Este trabalho tem em vista facilitar um trabalho de estatística.
- 10 – O Graça fará todos os possíveis por enviar periodicamente ao bureau de Conakry material para a propaganda (fotos da luta no interior de Angola; fotos de aldeias destruídas, de massacres; fotos de refugiados e das condições de existência deles; fotos de manifestações públicas de todos os partidos angolanos etc.)
As fotos devem vir acompanhadas de legendas explicativas.
- 11 – Cuidar da conservação de todo o material do MPLA (máquinas de escrever, máquinas fotográficas, aparelhos de rádio, malas, mobiliário, material de escritório, etc.) Impedir que os valores e os objectos do MPLA entrem no circuito da vida privada dos militantes. O Movimento é uma empresa com personalidade própria impessoal, não se confunde com a pessoa de nenhum militante.
- 12 – Ordenar e disciplinar o trabalho não tem nada a ver com o burocratismo, com as papeladas e os formulários excessivos e inúteis. Combater o burocratismo e introduzir normas de trabalho prático e rápido.
- 13 – Fazer o impossível para salvaguardar a unidade de sentimentos, de ideias e de acção dentro do Movimento. Analisar tudo e fazer analisar tudo com espírito objectivo e tacto.
- 14 – Interessar-se permanentemente pela saúde, pela alimentação e pelas condições de vida dos companheiros. Buscar, junto dos membros do Comité Director, soluções para os problemas que surgirem nesses domínios.
- 15 – Todas as informações para nós (Conakry), para serem úteis, deverão responder às seguintes perguntas: Quem? Quando? Como? Onde? Porquê?

Conakry, 24 de Agosto de 1961.

[seguem assinaturas de V. da Cruz e de Silva Tavares]



Memorando de Viriato da Cruz sobre estudantes

[dactilografado – 2ª via]

MEMORADUM¹

- 1) Pedir ao Vieira Lopes um relatório *escrito* detalhado, concreto e conciso sobre:
 - a) Démarches e plano feitos pelo MPLA, em Portugal, para a saída dos estudantes (traçar itinerário geográfico);
 - b) Enumeração das dificuldades que encontraram para que o MPLA pudesse sozinho realizar o plano;
 - c) Como e por quem chegou o plano ao conhecimento das Missões?
 - d) Nomes, categorias e nacionalidades das pessoas que, da parte das Missões, entraram em contacto com o MPLA em Portugal?
Nomes dos militantes do MPLA que estavam em contacto permanente com os emissários das Missões?
 - e) Discriminação das formas por que as Missões participaram da saída até Paris.
 - f) Tipos de pressões utilizadas pela CIMADE² para reter em suas mãos os estudantes?
Até que ponto teve a CIMADE êxito nos seus objectivos?
 - g) Nomes dos estudantes que, na altura da saída de Paris, mais colaboravam com a CIMADE.
 - h) Que destino reserva a CIMADE aos estudantes que ficaram em França e na Suíça?
 - i) Que influência no affaire dos estudantes teve a presença do Gilmore na Suíça?
 - j) Lista de todos os estudantes que estão em Accra (idades, naturalidades e ramos de estudo. Que pretende cada estudante no presente?)
 - l) *Quais são os planos do Ghana? Como reagem os estudantes a esses planos?*
- 2) Pagar passagens de barco ao Videira e ao Boal para seguirem para Pointe Noire, a fim de se integrarem nas actividades do CVAAR. (2 pessoas).
Condições de trabalho no CVAAR: os trabalhadores do CVAAR são *voluntários*; os angolanos que trabalham no CVAAR obedecem à disciplina e às condições de mobilização militar em tempo de guerra. O CVAAR mantém materialmente os seus trabalhadores, nos limites do mínimo vital decente.
O Videira e o Boal estão nomeados para, juntamente com o Santos, Boavida e Menezes, formarem o Comité que dirige e administra o CVAAR. O Santos, Boavida e Menezes estão a par dessa nomeação.

¹ Numa fotocópia, está acrescentado por L. Lara: “29/8/61 - Missão a Accra (estudantes)”.

Os itálicos referem-se a palavras acrescentadas à mão por Viriato da Cruz..

² Cimade - Serviço Ecuménico de Entre-Ajuda, com sede em França.

- 3) Pagar passagens, de barco, para Pointe Noire, para os seguintes militantes: Antonete, Ramon, Rui de Carvalho, Vieira Lopes e Carreira (5 pessoas).
- 4) Pagar passagens, de barco, para Conakry, para o Araújo e o Clington (2 pessoas).
- 5) O dinheiro para essas passagens é tirado dos três mil dollars (US\$3.000.00) que o Lara leva.
Feitas todas as despesas que se impuserem o restante dos três mil dollars será depositado em nome de Lúcio Rodrigo Barreto de LARA num bom Banco de Accra. Antes do depósito, certificar-se bem:
 - a) Se, no futuro, nós poderemos fazer facilmente transferências de Accra para países da Europa ocidental, para países africanos e para países do continente americano.
 - b) Se essas transferências não nos obrigam a uma série de démarches prévias e difíceis;
 - c) Se a ordem de transferência, em qualquer altura, poderá ser dada por simples carta assinada pelo LARA.
 - d) Se possível, comprar um livro de cheques em nome do LARA.
(Informar-se sobre a maneira de preencher os cheques).
 Será conveniente que o LARA abra, no Banco, uma conta depósito em dollars, o que permitirá, ao que nos parece, fazer transferências em qualquer moeda estrangeira.
- 6) Mandar fazer fotocópias de alguns recortes de jornais americanos com entrevistas do H.[olden] e com referências ao MPLA.
- 7) João Gabriel: Ver, com ele, se não é mais vantajoso que ele venha a Conakry para seguir um curso militar. (No caso de ele estar de acordo, pagar passagem de barco).
- 8) No caso de haver despesas que serão feitas dias depois do regresso do Lara de Accra, será conveniente que essas despesas se façam com o dinheiro que temos em Paris. Para este efeito, o Lara poderá escrever mesmo de Accra ao Câmara Pires (58, rue Michel Ange – Paris 16ème), para que transfira a quantia necessária para Accra em nome do estudante que ficar encarregado de fazer tais despesas. (*Ver senha junta*).
O Câmara Pires tem 2.000 dollars. Será conveniente que a transferência a pedir ao Câmara Pires não vá além dos mil dollars.
- 9) Estudar o problema do nosso bureau em Accra. Escolher 3 estudantes, como candidatos a ficar no nosso bureau de Accra. A escolha definitiva de um dos três será feita pelo Comité Director.
Ver, no entanto, se é mais conveniente que seja o Mário a tratar do bureau na sua próxima ida a Accra.
- 10) Sublinhar aos nossos compatriotas estudantes as dificuldades materiais do Movimento, a necessidade de todos nós consentirmos os sacrifícios de uma economia de guerra, a necessidade da unidade de todos os patriotas.

11) Pseudónimos para telegramas e cartas:

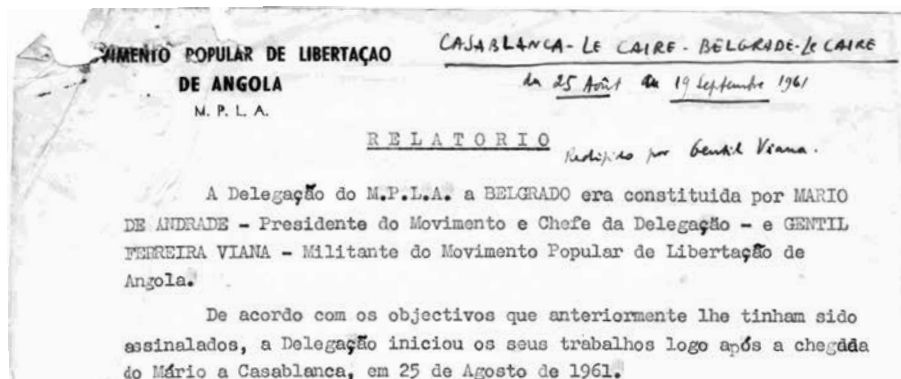
V. Lopes: Kinguri ou Puena
 Antonete: Ponde ou Mangue
 Ramon: Mitolo ou Lelesu
 R. de Carvalho: Handu ou Hoka
 Carreira: Kanela ou Kasoso
 Araújo: Ngoji ou Ngimba
 Clington: Nganda ou Tumbu.
 Pointe Noire: Norte
 Conakry: Sul

12) Endereço do Edmundo Rocha: 6, rue Paul Tirard – RABAT.

CONAKRY, 29 de Agosto de 1961

Relatório de viagem de Gentil Viana (extractos)

[dactilografado, em papel timbrado do MPLA]



Casablanca – Cairo – Belgrade – Cairo, de 25 de Agosto ao 19 de Setembro 1961¹

RELATÓRIO

redigido por Gentil Viana

A Delegação do MPLA a BELGRADO era constituída por MÁRIO DE ANDRADE – Presidente do Movimento e Chefe da Delegação – e GENTIL FERREIRA VIANA – Militante do Movimento Popular de Libertação de Angola.

De acordo com os objectivos que anteriormente lhe tinham sido assinalados, a Delegação iniciou os seus trabalhos logo após a chegada do Mário a Casablanca, em 25 de Agosto de 1961.

¹ O que está em itálico foi acrescentado à mão por L. Lara.

Em Casablanca, beneficiando da chegada a Marrocos do Presidente da República do Mali, foram iniciados os primeiros contactos com os elementos malienses e marroquinos, julgados úteis para facilitar o nosso trabalho. Assim, não obstante as dificuldades encontradas para a realização desses contactos, conseguiu-se a apresentação da Delegação ao Rei, ao embaixador de Marrocos em Paris, ao Presidente KEITA e membros das respectivas comitivas. Isto assegurou, pelo menos, a possibilidade de futuros contactos, quer no Cairo, quer em Belgrado.

[...]

Contactaram-se as embaixadas da China e da Yougoslavia, onde além dos visas, se recolheu a documentação existente relativa à Conferência.

O problema dos bilhetes de avião para Cairo e Belgrado (ida e volta) tinha já sido resolvido pelo Secretário-Geral da CONCP junto do Ministro Marroquino para as Questões Africanas – Dr. KHATIB.

No dia seguinte, 26 de Agosto, continuaram-se os trabalhos de preparação dos documentos para a Conferência, tendo também sido concedidas entrevistas a um jornalista polaco e à MAP (*Maghreb Arab Press*).

[...]

No dia 26 ainda, foi contactado o Ministro Marroquino, Dr. Kathib, junto de quem se definiu a situação da luta em Angola, a posição actual do Movimento e suas perspectivas para o futuro.

No que se refere à Assistência, foram abordados os seguintes pontos: – Auxílio à CVAAR (segundo uma lista de necessidades trazida de Conakry); – Possibilidade de estágios clínicos para os médicos que se destinam à CVAAR; – Possibilidade de preparação de quadros militares em Marrocos; – Transporte desses quadros militares; Possibilidades de estudo nas escolas médias e superiores marroquinas; – Bolsas para os estudantes destinados àquelas escolas; – Auxílio aos nossos estudantes no que respeita ao Congresso da UGEAN e criação da UNEA (União Nacional dos Estudantes Angolanos).

A tudo isto o Ministro (Dr. Kathib) respondeu positivamente, dizendo que o auxílio à CVAAR necessariamente seria concedido; que os estágios médicos e militares poderiam também fazer-se; que quanto à preparação militar, actualmente o Marrocos disponha de boas escolas de gendarmes onde poderiam ser preparados bons sabotadores e que, inclusivamente, também se poderiam utilizar os campos do FLN no Marrocos; que o problema do transporte quer dos materiais do CVAAR quer dos instruídos também não era insolúvel; que sobre os estudantes havia 70 bolsas à disposição dos estudantes estrangeiros; que, enfim, em matéria de escolas, tinham tão bom ensino como em França; e que sobre o Congresso já estava tudo resolvido, só faltando agora o esforço dos estudantes angolanos para que o êxito fosse completo. Contudo, os pormenores concretos sobre todas as alíneas enunciadas, só poderia ser definitivamente resolvido, mais tarde, em reunião mais prolongada.

Antes que se terminasse a audiência, pediu-se ao Ministro que procurasse estabelecer-nos os contactos necessários para que o Rei pudesse receber-nos. De seguida, o Mário

encarregou o Edmundo Rocha (que também estava presente) de ultimar as negociações com o ministro Dr. Kathib quanto à CVAAR e questão dos Estudantes.

No dia 27 seguiu-se viagem de Rabat ao Cairo passando por Casablanca; Paris; Frankfurt; Roma.

[...]

No dia 30 seguiu-se viagem para Belgrado onde fomos recebidos por dois yougoslavos, membros qualificados do Partido. Foi-nos oferecido a companhia permanente dum intérprete – Basic, inválido da resistência e membro do Partido.

No dia seguinte (31 de Agosto) fomos à Aliança Socialista – Instituição que conta hoje cerca de 7.000.000 de filiados e que exerce profunda influência na vida política yougoslava. Ali contactámos o Chefe do Gabinete para as relações exteriores, a quem foi exposta a situação actual da luta em Angola; a posição do Movimento; as perspectivas futuras e os objectivos da nossa missão em Belgrado. Neste último aspecto, fizemos-lhe um pedido de cooperação de modo a satisfazermos as necessidades imediatas da nossa Delegação e as necessidades actuais do Movimento no que respeita a luta em geral, em Angola.

Em resposta ficou combinado o seguinte:

- 1 – Que nos emprestariam uma máquina de escrever; cederiam papel e químicos.
- 2 – Que uma vez batido à máquina o original do memorandum à Conferência, o mesmo seria considerado como documento circular da Conferência e por conseguinte, passado em quatro línguas e posto à disposição de quem quisesse obtê-lo, no secretariado daquela mesma Conferência de Belgrado.
- 3 – Que seria passado a copiógrafo, depois de traduzido para francês e inglês, o original do trabalho sobre a génese do Movimento.
- 4 – Que seria traduzido em francês e inglês e em seguida copiografado um original do programa imediato do Movimento.
- 5 – Que todos esses documentos constituiriam um dossier que Aliança enviaria a cada um dos chefes das Delegações dos Estados presentes à Conferência – O memorandum seria o documento base; o trabalho sobre génese constituiria anexo nº 1; e o programa faria de anexo nº 2.
- 6 – Como lhes tivéssemos pedido também ajuda para compra de roupas, dispuseram-se logo a comprar o que nos fosse necessário.
- 7 – Sobre necessidades do Movimento em fundos, armas, munições, CVAAR, estudantes etc, responderam-nos que seria vantajosa a apresentação dum memorandum à Aliança, onde tudo isso fosse exposto de molde a ser possível um estudo por parte da Yougoslândia sobre os termos em que seria possível a assistência.

Marcou-se para dali a cinco, seis dias um rendez-vous para a apresentação do referido documento.

[...]

No dia seguinte (1 de Setembro) assistiu-se à abertura solene da Conferência.

Almoçou-se com o embaixador yougoslavo na Guiné – TOPALOVSKY – o qual nos comunicou o facto de ter estado na Yougoslavia, duas ou três semanas atrás, o presidente da UPA. Sobre a actividade desenvolvida pelo Gilmore pouco ou nada nos soube dizer. Comprometeu-se no entanto a recolher mais e melhores informações sobre o assunto. Chamou no entanto a nossa atenção para o prejuízo que poderia resultar para o Movimento a actividade desenvolvida pelo Holden dada a má informação que as autoridades yougoslavas tinham da evolução dos acontecimentos em Angola e acção dos diversos movimentos nacionalistas. Todavia, sempre nos foi dizendo que o Gilmore se apresentara como único dirigente da luta armada em Angola e único esforçado na realização da unidade entre todos os angolanos.

O embaixador aconselhou-nos a contactar o mais possível com as altas esferas yougoslavas no sentido de contrabalançar a acção de propaganda do Holden. Aconselhou-nos também a entrar no combate em massa, a fim de realizarmos uma verdadeira união com as nossas populações. Disse mesmo que só encontraríamos verdadeiro apoio nos diferentes países quando apresentássemos resultados positivos ganhos em combate.

Disse-nos que era esperada uma Delegação da UPA à Conferência.

Assistiu-se depois à sessão da tarde e continuou-se a coligir a documentação sobre a Conferência.

Dum modo geral, a partir do dia primeiro de Setembro, a actividade da nossa Delegação ficou um tanto limitada, quer porque se tornava necessário assistir a todas as sessões da Conferência – Sessões da tarde e da manhã – quer porque na qualidade de convidados da Yougoslândia não podíamos deixar de satisfazer os programas diários que nos eram oferecidos. Assim, no dia dois de Setembro além de assistirmos às sessões, foram dadas entrevistas a alguns jornais estrangeiros (eram 800 jornalistas presentes à Conferência) e contactados quase todos os Movimentos de libertação nacional aceites como observadores não oficiais em Belgrado.

Para o início de alguns desses contactos, aproveitou-se uma recepção que a Aliança Socialista ofereceu no dia 2 de Setembro aos membros das Delegações representativas desses Movimentos. Além dos movimentos considerados observadores não oficiais, contactámos também elementos de partidos e movimentos que na altura se encontravam na Yougoslândia. Assim por exemplo, contactámos o Secretário-Geral do Partido Comunista Indonésio a quem se pediu uma acção no sentido de fazer mais objectiva e rápida a atitude da Indonésia na defesa das nossas posições.

Com a Partido Socialista Unificado de França (PSU), chegámos a fazer uma reunião, juntamente com o PAI e UDENAMO.

A reunião foi pedida pelo PSU que, em nome dos movimentos progressistas portugueses e espanhóis requeria a nossa iniciativa (MPLA; UDENAMO; PAI e quaisquer outros Movimentos Nacionalistas das Colónias Portuguesas) no sentido de cooperarmos num ataque conjunto a Salazar e Franco.

Falando pelo MPLA, o Mário disse que a posição do Movimento era em princípio de cooperação em toda a luta anticolonial. Todavia, a iniciativa num ataque a Franco e Salazar, não podia partir do nosso Movimento visto que esse problema nos aparecia como

uma questão que interessava mais directamente à oposição portuguesa e espanhola. Os respectivos povos que tomassem a iniciativa desse ataque e só então [o MPLA] poderia encarar o estudo duma cooperação. Nós angolanos estamos seguros de que cumprimos a nossa missão quando iniciámos e sustentamos a guerra em Angola. No entanto o Mário comprometeu-se a apresentar a questão ao órgão da Direcção do MPLA.

Os dirigentes dos outros movimentos africanos presentes já tinham aliás expressado a mesma opinião.

A reunião encerrou-se ficando nós de trocar com o PSU documentação relativa aos nossos movimentos. No dia seguinte (3 de Setembro) fomos às sessões e mantivemos os contactos. De todos estes contactos (Imprensa, Movimentos nacionalistas, membros de Delegações) a impressão com que íamos ficando era de que o problema angolano seria sublinhado muito embora sem grande intensidade, na resolução final da Conferência.

No que respeitava a dados sobre a UPA, fomos ficando com a ideia de que a UPA estava conseguindo, dum modo apreciável, lançar uma grande campanha de mentiras perturbadoras, quanto à constituição da Frente Unida, Comando das Forças Nacionalistas e defesa dos interesses das Populações de Angola.

Foram concedidas diversas entrevistas, nas quais se procurava sublinhar o mesmo, isto é: Génese do MPLA; evolução dos acontecimentos a partir de 4 de Fevereiro; situação actual; perspectivas de futuro; a questão dos dois movimentos – UPA e MPLA; Missão em Belgrado.

À noite, houve recepção oferecida pelo Presidente Tito aos Chefes de Delegação e respectivas comitivas, tendo também sido convidados os representantes dos Movimentos observadores não oficiais a Conferência.

Nessa noite já apareceu à recepção o Gilmore e o João Eduardo Pinok.

Verificámos que, pelo menos na aparência, o Gilmore mantinha relações especiais de amizade e camaradagem com alguns membros do FLN como sejam: OUSSEDIK.

No dia quatro de Setembro, além da presença às sessões, foram dadas entrevistas a jornais franceses, americanos, chineses etc., enquanto que eram mantidos contactos diários já habituais.

Ainda que brevemente, contactaram-se os presidentes Bourguiba; Ben Kheda; N'Krumah. Qualquer deles se declarou pela libertação de Angola. Bourguiba afirmou que estava disposto a oferecer-nos ajuda e achou interessante a ideia de fazermos deslocar uma delegação do MPLA a Tunis. Ben Kheda afirmou que iria estudar com cuidado a questão angolana e as possibilidades de cooperação na nossa luta pela independência. N'Krumah disse que se oferecia como mediano numa reunião entre o Gilmore e o Mário.

Entretanto as tentativas para o encontro com o rei de Marrocos iam-se fazendo e, nessa conformidade, conseguiu-se contactar – SAADANI – responsável pela Secção para as Questões Africanas junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Marrocos. Por ele foi confirmado que o rei estava interessado no auxílio directo ao MPLA para uma mais rápida vitória do nosso povo. Soube-se também que o rei estava disposto a receber a nossa Delegação, mas infelizmente, só em Marrocos, dada a falta de tempo disponível por parte daquele soberano.

Por fim fomos convidados a almoçar com o SAADANI. Ao almoço compareceram os representantes dos movimentos Africanos presentes à Conferência excepto a UPA.

Fomos contactados pelo encarregado de negócios da URSS na Yougoslavia.

No dia 5 de Setembro assistimos à sessão solene de encerramento da Conferência.

Entretanto, e como a sessão de encerramento só teve lugar às 2,30 horas da madrugada do dia 6 de Setembro, tentámos um contacto prévio com Thomas Kanza – representante do Congo (Lumumba) na ONU – a fim de preparar a recepção por parte [de] Gizenga e Adoula.

O contacto foi impossível naquele dia.

Almoçámos com o embaixador yougoslavo TOPALOVSKY o qual voltou a insistir nos mesmos conselhos e advertências que já fizera anteriormente. Chegou mesmo a dizer que ele pessoalmente e outros como ele, não estavam persuadidos de que o MPLA já fizera tudo para conseguir a frente unida. Disse que em sua opinião a Frente Unida deveria ser agora a nossa mais urgente preocupação. Alertou-nos para o facto de que uma pressão americana no sentido de substituir o governo de Salazar por um governo liberal neocolonialista, podia verificar-se de um momento para o outro, o que viria colocar-nos numa posição difícil pois, nessa altura, seria o Holden o mais indicado para negociar com tal governo. A frente unida e imediata, ainda que seja só formalmente, tem o efeito útil de impedir que o Holden seja considerado único interlocutor para uma discussão a mesa redonda, com Portugal. Depois de nos ter perguntado pela ajuda que a Argélia [*sic*] nos oferecia, declarou existir forte tendência pelo Holden em alguns meios Argelinos. Disse-nos mesmo que tinha sido o FLN quem conseguira toda a sorte de facilidades para a viagem do Holden à Yougoslavia. Inclusive fôra o FLN, quem tratara da questão da entrada do Holden na Yougoslavia sem que o visa lhe fosse estampado no passaporte...

Terminado o almoço, concederam-se mais algumas entrevistas e fizeram-se os contactos rotineiros, enquanto se esperava pela leitura das resoluções da Conferência.

Foram vistos na sala de espera para jornalistas (sala onde se encontravam os aparelhos de televisão e através dos quais os jornalistas seguiam o desenrolar da Conferência) mais dois elementos da UPA – WEBBER e SAVIMBI.

Não houve desde a chegada da UPA qualquer espécie de contactos políticos entre as duas delegações angolanas. Apenas contactos pessoais – Gilmore, John Eduardo P.

Assistimos ao encerramento solene da Conferência.

No dia 6 de Setembro fomos recebidos pelo Secretário da Aliança Socialista Federal, o qual é também membro do Comité Executivo da Liga dos Comunistas – VELKO VLAHOVIC.

A visita destinava-se à apresentação do memorando donde constavam as necessidades actuais do movimento. Pedia-se o seguinte:

- 1 – Auxílio urgente à CVAAR. Pedeu-se também que sobre este ponto toda a correspondência se fizesse através do encarregado de negócios yougoslavo, no Senegal.
- 2 – Pedido de fundos.

- 3 – Armas, munições e meios de encaminhamento. Sobre este ponto esclareceu-se que só nos interessava por agora a aceitação do princípio da ajuda. A concretização seria pedida em cada momento.
- 4 – Difusão de toda a propaganda feita e a fazer pelo MPLA, através da Yougoslândia (Rádio, Televisão, Imprensa etc.)
- 5 – Pedido de publicações yougoslavas sobre a luta que travaram em 1941.
- 6 – Pedido de facilidades para os nossos estudantes.

Em face de todos estes pontos o yougoslavo esclareceu que o seu povo estava pronto a ajudar mas que jamais esqueceriam um princípio: não compromisso nem com um nem com outro dos dois movimentos nacionalistas, pois não queriam interferir nos nossos negócios internos...

Disse que a Yougoslândia estava pronta a difundir o maior número possível de conhecimentos sobre Angola e a sua luta libertadora. Aceitou a ideia dum aproveitamento da experiência yougoslava, mas aconselhou-nos a só tirar dela aquilo que fosse adaptável às nossas realidades. Sobre os estudantes esclareceu que podiam estudar na Yougoslândia não importando mesmo que não possuíssem os seus certificados portugueses de habilitações. Chamou a atenção para a necessidade que temos de trabalhar no sentido da orientação profissional dos jovens, a fim de termos um equilíbrio entre a mão-de-obra especializada, média, e não qualificada. Diz que a Yougoslândia aceitava imediatamente a tarefa de formar técnicos em cursos médios. Disse que sobre este ponto era preciso andar depressa pois as aulas começam na Yougoslândia dentro de 3 semanas.

Sobre a CVAAR diz que as coisas podem resolver-se com a cooperação da Cruz Vermelha Yougoslava. Posteriormente, através da embaixada na Guiné, dariam uma resposta concreta sobre todos os pontos focados.

Terminada a audiência, o Mário escreveu uma carta endereçada ao Dr. Khathib e que seguiu com o Marcelino dos Santos (mão própria) para Rabat. Isto porque se achou impossível ir de novo a Marrocos.

Dali seguimos para a Liga dos Antigos Combatentes onde fomos recebidos por uma senhora – NEDA BOZINOVIC, secretária da Federação das Organizações de Combatentes.

A visita constituía um dos pontos do programa organizado pelos yougoslavos a fim de que pudéssemos contactar com os velhos combatentes, os quais se prontificaram a enviar-nos tudo o que tivessem como publicações sobre a guerra de resistência yougoslava.

Contactou-se o Secretário-Geral do PAI que nos afirmou ter falado com o PINOK e SAVIMBI e ter sabido que entre eles lavra um certo descontentamento contra o Gilmore pelo facto de ainda não ter chegado à Frente Unida.

Contactou-se, à noite, o Presidente Dorticos de Cuba o qual fez perguntas várias sobre a evolução da nossa luta, natureza dos nossos inimigos, relações entre os dois movimentos e nossas perspectivas futuras. De seguida, e depois de esclarecido, disse que Cuba está inteiramente com a luta do povo Angolano e que nós MPLA, se estivermos dispostos podemos enviar até Cuba gente que estude os resultados da experiência

revolucionária que eles já realizaram. Estão dispostos a ajudar-nos em todos os campos. Logo que regresse a Cuba vai tomar as medidas adequadas a fim de que seja possível uma nossa deslocação para estudo.

No dia seguinte (7 de Setembro) foram dadas mais entrevistas e contactou-se o delegado permanente do Congo na ONU (Tomas Kanza) e o Chefe da missão diplomática do Congo no Cairo – MULELE. Estavam presentes mais dois congolezes. Depois de esclarecidos sobre a evolução da luta em Angola, pediu-se ao KANZA que nos introduzisse junto do ADOULA e GIZENGA. A resposta foi positiva e a conversa derivou para as relações entre a UPA e o MPLA, tendo o KANZA afirmado o seguinte:

- Que o Holden é o líder angolano mais conhecido no Congo, principalmente em Léo.
- Que esse facto se deve aos conhecimentos pessoais que o Holden tinha anteriormente em Léo e ainda a circunstância de ser o chefe do único Movimento com bureau em Léo, o que lhe permite um bom aproveitamento da rádio e imprensa que hoje em dia só falam nele.
- Por outro lado há muita gente que pensa que a Frente Unida já existe e que o Holden é o presidente e o Mário o Secretário.
- Que esta ideia falsa já atingiu mesmo as esferas governamentais pró-Adoula.
- Que fora de Léo não há simpatias pelo Gilmore dado que o pensam implicado nos acontecimentos do Congo. É aliás a ideia corrente em Stanleyville.
- Que oficialmente, o[s] E.U. não dão dinheiro ao Holden pois agora já não sabem qual é o verdadeiro jogo que ele pretende fazer. Que o dinheiro vem de um industrial talvez ligado à Alemanha Ocidental (?).
- Que o Gilmore interessou o Mattei (industrial dos petróleos com grandes poderes económicos no Norte de África...) no petróleo angolano. Possivelmente esse MATTEI pedira já um relatório político sobre Angola e um relatório sobre a riqueza petrolífera em Angola.
- Que o próprio Kasavubu começa a desinteressar-se do Holden dada a resistência que oferece aos seus planos monárquicos para o norte de Angola.
- Que no entanto a carta monárquica do norte de Angola pode ser jogada a todo o tempo pelo Holden junto de Kasavubu. Os dois têm poucos escrúpulos para que deixem de jogar oportunamente.
- Por tudo isto considera como melhor política a abertura urgente dum bureau em Stanley[ville], a partir do qual poderíamos ganhar a população do Kasai e assim a fronteira com Angola.
- Só esta política poderá restabelecer o equilíbrio entre os dois Movimentos, equilíbrio necessário para a negociação da Frente Unida.
- Que deveríamos falar aos líderes congolezes o mais rápido possível.
- Que em Brazza não temos muita defesa inclusivé do ponto de vista físico.

À noite, numa recepção oferecida a ADOULA pelo encarregado de negócios congolês (de Stanley) fomos apresentados a Adoula que nos disse estar disposto a ajudar-nos desde que fizéssemos primeiramente a união com a UPA. Que no entanto voltássemos a contactá-lo no dia seguinte. Deu a entender que queria ser mediano na reunião com o Gilmore.

Contactou-se também GIZENGA o qual nos prometeu toda a ajuda e confirmou as declarações de KANZA quanto à posição estratégica de Stanley. Gizenga disse ainda que achava conveniente uma ida do Mário a Stanley. Afirmou que a fronteira de Angola com Kasai é mais aproveitável do que a de Léo. Acrescentou que era necessária também uma operação diplomática em Léo com vista à abertura de um bureau.

Encerrada esta segunda audiência com Gizenga – a primeira fora muito rápida, durante a recepção, enquanto que esta foi mais longa e já em casa do líder congolês – regressámos ao Hotel em companhia de KANZA, o qual ficara encarregado de telefonar no dia seguinte a fim de ser marcada a hora para o rendez-vous com ADOULA.

No dia 8 de Setembro o Mário deslocou-se a casa do Adoula, o qual nada mais adiantou sobre o que já dissera na noite anterior. Em casa do Adoula encontrava-se também o Gilmore.

Enquanto isso, o Viana cumpria mais um programa yougoslavo, fazendo visitas pelas fábricas e cooperativas agrícolas e túmulo do soldado desconhecido. [...]

No dia 10, domingo, pouco ou nada se fez do ponto de vista de trabalho oficial. Iniciou-se no entanto a redacção do presente relatório e juntou-se com um membro do Comité Central do Partido Comunista Italiano e Director do Jornal UNITÁ de Milão. Depois de esclarecido sobre Angola, UPA, MPLA e suas perspectivas futuras, ofereceu-se para cooperar na campanha de auxílio à CVAAR que o Movimento vai lançar através da Imprensa Italiana.

[...]

No dia 12 partimos para o Cairo.

No dia 13 contactámos os camaradas do UPC, Ruanda-Urundi, Afro-Asiático e Congo.

Almoçámos com os congolezes KANZA e MULELE, os quais disseram o seguinte:

- O MPLA devia instalar-se em Stanley e Léo.
- A operação deveria ser feita sem muito conhecimento por parte do exterior.
- Deixar-se-ia o Holden fazer toda a campanha que quisesse no exterior.
- Nós só lamentaríamos publicamente o facto de as forças angolanas serem frágeis, por si sós para vencerem os portugueses. Lamentaríamos os massacres da população civil e faríamos recair todas as culpas sobre o Holden.

À noite falámos ao FAYEK, Director do bureau para as questões africanas junto da Presidência da República da RAU. Exposta a situação actual em Angola e a posição do MPLA, foi pedida assistência no sentido de:

- 1 – Abertura dum Bureau do MPLA no Cairo
- 2 – Fundos
- 3 – Armas e munições
- 4 – CVAAR
- 5 – Estudantes.

FAYEK foi claro quanto ao problema do Bureau. Disse-nos que era impossível enquanto não fizéssemos a Frente Unida com a UPA. Esclareceu que qualquer ajuda unilateral naquele sentido pode constituir um entrave à unidade.

Sobre os outros pontos reservou-se para contacto posterior com o elemento que cá ficava – Viana.

Comunicou-nos também que o Manuel Lima – Angolano – actualmente prestando serviço militar em Lisboa e com ordem de partida para Goa, via Damasco, tinha contactado a embaixada da RAU em Lisboa solicitando asilo em Damasco na altura em que o avião em que seguisse fizesse escala naquela cidade. Dada a gravidade do problema, perguntou-nos se o Lima era indivíduo a quem se devesse fazer confiança. Tanto o Viana como o Mário fizeram fé no compatriota LIMA, ficando o FAYEK comprometido a conceder o asilo pedido, para o que expediu os telegramas necessários ainda na nossa presença.

Ficou também assente que a RAU pagaria ao LIMA passagens de avião para o Congo, via Conakry. O avião pousaria em Damasco no dia 16 de Setembro. Pedimos também que a RAU pagasse as nossas despesas de estadia no hotel GUEZIREH PALACE no Cairo. Foi aceite o pedido.

Tentou-se contactar o GPRA, mas foi impossível o contacto naquele dia.

Contactou-se o representante dos Camarões UPC – OSENDE – o qual depois de conhecer os resultados das nossas démarches sobre o bureau propôs a seguinte alternativa:

- a) Ou envio para o Cairo de um militante que funcionasse aparentemente como empregado do Comité Afro-Asiático
- b) Ou envio dum militante que no Comité representasse a juventude angolana.
- c) O o envio duma militante que no Comité representasse a mulher angolana.

Segundo OSENDE, esse militante, em qualquer dos casos faria as ve[zes] de bureau que não podíamos abrir. Um dia, à força de presença, o bureau abria-se naturalmente. As despesas de alojamento e subsistência do militante seriam suportadas pelo Comité.

No dia 14 tentaram-se contactos no Afro-Asiático a fim de conseguirmos o pagamento de uma dívida de cerca de 600 dollars que o Movimento ali possuía. Tentaram-se outros contactos de somenos eficácia.

No dia 15 contactou-se o Director da Secção para questões africanas e Asiáticas do Ministério dos Negócios Estrangeiros do GPRA (LAKHDA). Conversou-se sobre a luta em Angola e perspectivas do MPLA. Segundo ele, ficámos sabendo que a ajuda do FLN seria efectiva no caso de conseguirmos a unidade com a UPA ou pelo menos uma acção verdadeira no campo militar. A táctica seguida foi colocar-se na posição

de um país hipotético e defender a UPA para justificar uma possível recusa de ajuda ao MPLA. Assim, dizia que a UPA estava já na fronteira de Angola e nós não; que a UPA tinha provado que comandava as operações militares pois tinha anunciado com antecedência tudo o que iria passar-se em Angola, o que mais tarde se veio a confirmar. Dizia ele que a UPA avisava sobre os combates. No entanto sempre foi dizendo que nós tínhamos sobre a UPA a vantagem da teorização da luta e apresentação dum programa progressista. [...]

Às 11 horas [do dia 18] telefonou-se ao FAYEK como fora previsto, a fim de pedir-se a marcação dum rendez-vous para se assentarem os últimos pormenores sobre os assuntos que já antes debatêramos.

Mesmo pelo telefone, foi dito pelo FAYEK que o rendez-vous era de todo em todo impossível, pois naquela altura e nos dias que se seguiriam, só tinha tempo para preparar os seus dossiers para a Assembleia-Geral da ONU. Disse mesmo que embarcaria dentro de um ou dois dias. Todavia não queria deixar de fornecer mais alguns esclarecimentos pelo que:

- Disse que o problema da abertura de um bureau no Cairo se lhe afigurava impossível pelo menos nos tempos mais próximos, dada a existência de dois movimentos (Nós e a UPA).
- Que o bureau seria aberto imediatamente desde que se conseguisse a união numa frente de movimentos citados. Mais, que nessa hipótese as autoridades da RAU estavam mesmo dispostas a abrir um bureau devidamente apetrechado para Angola.
- Que no entretanto, repisava, o problema do bureau estava posto e, naturalmente, dentro de certo tempo tudo seria resolvido. (Não disse mais nada sobre o assunto.).
- Que sobre o problema dos estudantes ele tinha conseguido a muito custo cinco bolsas para nós, não obstante os prazos para pedidos de bolsas já estarem caducos. Não fosse o esgotamento dos prazos, ele FAYEK teria conseguido muito mais e melhor.
- Que sobre as indicações de pormenor sobre as habilitações dos nossos estudantes (beneficiários das bolsas) tudo seria tratado por nós em Conakry, junto da embaixada da RAU na Guiné.
- Que sobre a questão dos medicamentos para a CVAAR, havia possibilidade de auxílio mas que ainda não podia fornecer dados concretos sobre isso. No entanto, eu que desse o nosso endereço ao BAGHAT a fim de que posteriormente nos fosse feita uma comunicação.
- Que sobre as outras modalidades de ajuda também não podia dar respostas concretas, muito embora tudo fosse possível. O BAGHAT depois me explicaria melhor.
- Que eu fosse falar ao BAGHAT às 13 horas.

- Que até aquela altura nenhuma informação além das que já nos dera, lhe tinha chegado quer de Lisboa, quer de Damasco, a respeito do nosso compatriota Lima.
- Terminou o contacto telefónico.

Depois disto foi-se ao Afro-Asiático a fim de receber-se o dinheiro que ali nos deviam.

Ali o Osende que fez a apresentação ao CHARRAT fez a entrega das cartas e esperou-se pelo MURS. Como o MURS não estava, combinámos que às 14 horas voltaríamos lá ao Afro-Asiático.

Voltou-se depois ao Afro-asiático e o CHARRAT esclareceu que toda a questão de dívida tinha sido já regulada com o Mário e que as coisas estavam no seguinte pé:

- Que no momento as 185 libras não existiam nos cofres do Afro-Asiático.
- Que logo que as tivessem, enviariam todo esse dinheiro para Conakry.
- Que estava surpreendido pois o MURS já explicara tudo ao Mário.

Em resposta eu esclareci que ao Movimento não importava que essa quantia fosse enviada para Conakry, mas sim que ficasse depositada no Cairo para ser levantada dentro de algum tempo por um camarada nosso que iria fazer escala no Cairo. Ficou tudo assim combinado.

Mas antes deste contacto no Afro-Asiático, encontrou-se por sorte o BAGHAT que não fez mais do que repetir todas as explicações que o FAYEK já dera pelo telefone.

Entregou-se no entanto o endereço de Brazzaville a fim de que nos fossem feitas para ali as comunicações respeitantes à CVAAR.

Perguntou-se pelo pagamento da despesa do hotel e ele respondeu que tudo seria resolvido ainda naquele mesmo dia.

À tarde e à noite contactaram-se os representantes dos Movimentos em Zamaleck e os camaradas do Congo.

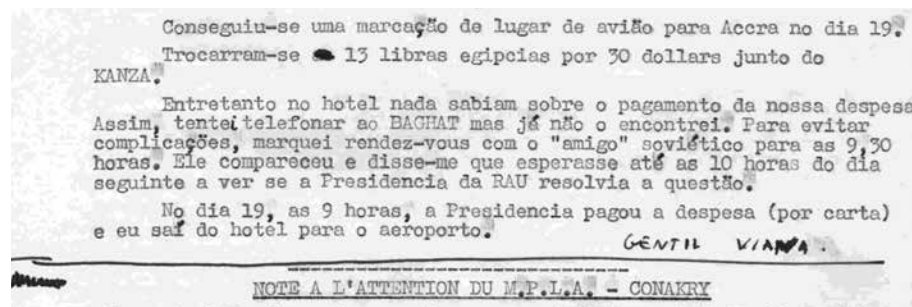
Conseguiu-se uma marcação de lugar de avião para Accra no dia 19.

Trocaram-se 13 libras egípcias por 30 dollars junto do KANZA.

Entretanto no hotel nada sabiam sobre o pagamento da nossa despesa. Assim, tentei telefonar ao BAGHAT mas já não o encontrei. Para evitar complicações, marquei rendez-vous com o "amigo" soviético para as 9,30 horas. Ele compareceu e disse-me que esperasse até às 10 horas do dia seguinte a ver se a Presidência da RAU resolvia a questão.

No dia 19, às 9 horas, a Presidência pagou a despesa (por carta) e eu saí do hotel para o aeroporto.

ass.) GENTIL VIANA



NOTA À ATENÇÃO DO MPLA – CONAKRY¹

As autoridades francesas estão evidentemente ao corrente do desaparecimento de 45 estudantes de Angola, elas até sabem por cartas enviadas de Accra por alguns estudantes de Angola a amigos que ficaram em França, que eles estão actualmente no GHANA, depois de terem transitado pela Alemanha Ocidental.

Mas elas ignoram como se pôde realizar esta partida massiva clandestinamente.

De qualquer forma, o caso provocou agitação nas mais altas esferas. O próprio General De Gaulle teria ficado chocado por ver a sua polícia tão ridicularizada e que uma manobra de longo alcance, de que ele teria aprovado o princípio, foi reduzida a nada em Paris, sem que ninguém pudesse saber como.

Uma grande confusão reina actualmente na Cimade, e as instruções de maior vigilância vindas do Quai d'Orsay parecem ficar letra morta por enquanto.

A atitude da Cimade em relação ao Maître Vergès, encarregado de se ocupar da pequena Ângela Maria Viana e das bagagens, foi aliás perfeitamente cortês.

Memorando do MPLA à Conferência dos Não-Alinhados

[policopiado, em francês, em papel timbrado da Conferência]

1 de Setembro de 1961

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA) À CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO NÃO-ALINHADOS DE BELGRADO

Após vários séculos de resistência das massas populares contra a opressão colonial e face à recusa sistemática de Portugal em reconhecer o direito do povo angolano à autodeterminação, a acção directa apresentou-se como a única via conseqüente para a liquidação do colonialismo português.

É um facto inegável que a partir dos acontecimentos de 4 de Fevereiro de 1961, todo o povo angolano se levantou numa luta de libertação nacional.

¹ Esta última parte do documento está escrita em francês.

São conhecidas as reacções portuguesas.

O governo de Salazar montou um aparelho de guerra de extermínio que já fez mais de 50.000 vítimas entre as populações civis. Trata-se de uma guerra colonial cuja violência e barbárie não têm paralelo na história. Uma guerra sem prisioneiros. A cada acção, a cada ataque realizado pelos nacionalistas numa aldeia ou contra uma plantação de colonos, a cada acto de sabotagem, as tropas coloniais portuguesas respondem com a crueldade que se conhece: rusgas, bombardeamentos de napalm...

Mas para prosseguir essa guerra de extermínio, Portugal recebe apoio político e material, nomeadamente em armas, dos seus poderosos aliados da OTAN (Grã-Bretanha, Estados Unidos da América, Alemanha Ocidental, em particular).

A resistência nacional e o espírito combativo das nossas milícias populares crescem.

Nesta etapa da luta de libertação do povo angolano, o MPLA considera como necessidade primordial, intensificar e elevar a luta nos planos político e militar.

Mas esta acção deve ser levada a cabo numa frente de libertação angolana, cujas modalidades é necessário determinar com as outras formações nacionalistas. O MPLA, pelo seu lado, não cessa de apelar a todos os quadros responsáveis dos movimentos nacionalistas angolanos para a realização a curto prazo de uma conferência da unidade.

Pensamos que a independência de Angola, se for obtida nas condições actuais da luta armada e com base na Frente de luta unida, terá melhores hipóteses de libertação de toda a dominação estrangeira e de qualquer forma de exploração.

Por essa razão nos permitimos submeter à vossa apreciação as propostas seguintes:

- 1 – A reafirmação do direito à autodeterminação e à independência do povo angolano na unidade e integridade do território.
- 2 – O apoio político, material, concertado e directo aos movimentos nacionalistas angolanos que lutam pela independência imediata e completa de Angola.
- 3 – A afirmação de princípio, seguida de factos concretos do boicote diplomático e económico de Portugal.
- 4 – Uma pressão sobre os aliados de Portugal (OTAN), para que retirem o seu apoio político e material ao governo de Salazar.
- 5 – Que a Conferência envie esforços com vista a levar o problema de Angola à próxima sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas e que a posição definida ao longo dos debates seja baseada na cessação da guerra colonial, prelúdio à negociação entre o governo português e os movimentos nacionalistas angolanos.

Desde já estamos certos que esta conferência constituirá, pelas suas tomadas de posição, um importante contributo para a liquidação do colonialismo e o enfraquecimento do imperialismo.

Desejamos ardentemente que a defesa da paz e a coexistência pacífica saiam reforçadas.

Pelo Comité Director do Movimento Popular de Libertação de Angola,

MÁRIO DE ANDRADE, Presidente

Documento do MPLA “O Nacionalismo Angolano”

(*policopiado, em inglês*)¹

[*Sem data*]

Os povos do “Terceiro Mundo” (países não-alinhados) estão hoje a fazer História. Eles criaram um novo equilíbrio nas relações internacionais e as suas acções ecoam a nível mundial. Os acontecimentos neste Terceiro Mundo interessam e dizem respeito a todos os povos do planeta.

Angola, que era ontem um país que poucos sabiam localizar num mapa e desconhecido da opinião pública mundial, entrou definitivamente no grande palco da História com o início da sua luta armada pela independência.

Não é nossa intenção analisar os programas dos partidos políticos nem as tácticas de curto prazo que acompanham o combate armado. Antes pretendemos situar este vasto movimento de libertação nacional no seu contexto geral, tentar indicar os marcos históricos e os acontecimentos específicos que fizeram eclodir a luta que actualmente tem lugar em Angola.

Devido ao contexto colonial, a luta de libertação nacional em África tem características especiais. Portanto, não se pode analisar validamente nenhuma das lutas pela independência africana e pela dignidade humana sem ter em consideração o sistema específico do respectivo país colonizador.

Em relação à evolução do movimento nacionalista numa colónia portuguesa, é importante destacar dois factores essenciais que retardaram seriamente o seu progresso. Em primeiro lugar, o isolamento imposto pelo sistema colonial, assim como o carácter da constituição em vigor no próprio Portugal nos últimos 35 anos, colocaram Angola na zona do mais profundo silêncio em África. Em segundo lugar, devido ao facto de a administração colonial ter tornado impossível às massas qualquer oposição política aberta e legal, a clandestinidade tornou-se um factor permanente da organização política.

Em termos gerais, pode dizer-se que a precedência dos acontecimentos que tiveram lugar noutras partes do continente africano sob domínio colonial francês, belga e britânico, impediram sucessivamente a atenção mundial de se voltar para as colónias portuguesas. Ao mesmo tempo, o regime de Salazar aperfeiçoou uma máquina de propaganda destinada a tornar plausível a tese da “integração territorial” e da “assimilação espiritual”.

As colónias portuguesas foram, até recentemente, as únicas regiões da África onde a moderna luta política nunca tomou formas legais. Desde os anos 30, por exemplo, não houve em Angola qualquer contestação pública popular com um partido ou uma liderança política. De facto, o aparecimento de uma liderança organizada (um chefe) na revolta é um fenómeno que emerge nas recentes fases do nacionalismo angolano.

¹ Este documento, produzido para ou após a Conferência de Belgrado, inclui outro, “Génese do movimento nacionalista angolano” (assinado por Mário de Andrade), mas com mais informações, um testemunho pessoal e uma conclusão.

Evidentemente, houve alguns discursos violentos durante campanhas eleitorais para a presidência da República Portuguesa, feitos por tribunos angolanos que quiseram aproveitar essa oportunidade para denunciar publicamente as miseráveis condições de vida do povo. Foi o caso da campanha eleitoral de 1948 que, porém, foi um mero episódio e não uma manifestação de actividade política permanente e estável, baseada num partido político, desafiando a administração colonial. Por esta razão as autoridades portuguesas têm sido as únicas a falar ao mundo sobre as suas políticas coloniais.

Paralelamente¹, Angolanos considerados como “assimilados” e residentes nos meios urbanos organizavam um outro tipo de luta. Esses núcleos de assimilados, na sua maioria funcionários, empregados de comércio, pequenos proprietários de terras, artesãos e trabalhadores, usaram a imprensa e as associações regionais para denunciar o roubo e pilhagem do sistema colonial. A luta era particularmente difícil nessa época. Vários publicistas africanos acabaram por ser condenados à perda dos direitos políticos e civis, quando não à deportação.

A chegada de Salazar ao poder iria infligir um golpe mortal a toda a agitação política em Angola. É preciso dizer, no entanto, que certas associações africanas foram fundadas em 1929, nomeadamente a Liga Nacional Africana (LNA) e o Grémio Africano chamado mais tarde Associação Regional dos Naturais de Angola (Anangola) cujo objectivo era a conquista de melhores condições económicas e sociais, através de pressões legais.

Com o aumento progressivo do número de colonos e o controlo crescente dos Portugueses em todos os domínios da vida angolana, a maior parte dos membros dessas associações davam-se conta da impossibilidade de travar com sucesso um combate aberto contra a administração colonial, pela via reformista. Essas associações foram palco de divisões e contradições na geração dos nossos pais, enredados numa situação histórica que exigia uma mudança radical dos métodos de luta empregues até então.

Os partidários das reformas legais, uma minoria entre os Angolanos activos, procuraram apoio da administração colonial que, por sua vez, aproveitou esses candidatos à traição para aprofundar a divisão entre os Angolanos. Outros, no entanto, preconizaram uma actividade política consequente ligada à massa dita indígena. Propunham dois meios para o conseguir: que essas organizações admitiessem como membros os Angolanos que não gozavam de direitos políticos e civis, e que elas estendessem o seu campo de acção política, social e cultural às massas populares.

Uma crise instalou-se na direcção, em particular no seio da LNA. A minoria oposta a qualquer ligação com as massas desistiu da luta. Tirando proveito da crise, as autoridades portuguesas souberam, pela corrupção, suborno e pressões morais, infiltrar agentes da polícia política nessas associações e conseguiram substituir as direcções eleitas por comissões administrativas nomeadas pelo Governador-Geral da Colónia. Com o passar do tempo, a velha geração perdeu a esperança no sucesso da luta contra a administração colonial portuguesa.

¹ “Génese do movimento...” começa com uma breve referência à extensão da administração colonial a partir dos anos 20 e aos “últimos sobressaltos” da resistência ao avanço militar. Entre [] assinalam-se as diferenças principais.

Uma nova etapa do movimento nacionalista angolano viria a abrir-se a partir do fim da segunda guerra mundial. Cerca de 1948, a juventude angolana em Luanda, tendo repensado as experiências políticas precedentes à luz do novo contexto histórico, fez uma entrada turbulenta na cena pública. Os jovens começaram por utilizar as associações legais para aí desenvolver actividades destinadas às massas africanas e tentar preencher o fosso entre os Angolanos ditos “civilizados” e os “indígenas”.

Uma campanha contra o analfabetismo foi organizada e foram feitos esforços para dar sentido nacionalista às obras culturais. A juventude angolana, no diapasão das novas ideias que circulavam no mundo, trazia nas suas obras literárias uma nova mensagem que cristalizava o sentimento nacional. Revistas e jornais culturais forjavam a tomada de consciência política. A administração colonial não tardou a pôr termo a essa agitação dos jovens angolanos que estavam na vanguarda da luta legal. Uma única via se oferecia então ao combate pelo despertar nacional das massas – a organização da clandestinidade política.

Os movimentos políticos angolanos vão, a partir daí, nascer e desenvolver-se num clima de terror policial. A fim de fazer avançar a ideia da necessidade urgente da criação de organizações nacionalistas clandestinas, estudos sérios foram feitos em Angola, sobre a situação internacional e sobre a natureza do fascismo. Esses estudos foram divulgados no país inteiro por um grupo de jovens urbanos.

O Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) foi criado em 1953 [em breve foi criado]. E em 1956 os dirigentes do PLUA e de outras organizações lançaram um manifesto apelando à formação de um vasto agrupamento e fundaram assim o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Após uma breve análise do processo de dominação [capitalista e] imperialista dos povos africanos, o Manifesto passava em revista os aspectos essenciais da dominação colonial portuguesa em Angola, nos planos político, económico, social e cultural.

“Somos humilhados como indivíduos e como povo”, observava o Manifesto, denunciando a nova orientação da política colonial portuguesa, baseada nas tentativas de genocídio do povo angolano, a submissão das massas ao trabalho forçado, a destribilização, a falta de assistência sanitária e a assustadora taxa de mortalidade infantil. Nestes últimos tempos, acrescenta o Manifesto, a opressão colonial portuguesa agrava-se pela penetração em Angola (pela mão dos colonialistas portugueses) do capital estrangeiro, dos monopólios e dos trusts internacionais [europeus e norte-americanos].

Face a uma tal situação, ele convidava o povo angolano a organizar-se e a lutar em todas as frentes e em todas as condições “para o aniquilamento do colonialismo português, para tornar Angola um Estado independente, para a instauração de um governo democrático [e popular], um governo de coalizão de todas as forças que tenham lutado [implacável e intransigentemente, até ao fim] contra o colonialismo português. Porém, o colonialismo português não cairá sem uma luta desesperada. Assim, existe apenas um caminho para a libertação do povo angolano: o da revolução. Mas esta luta só poderá atingir o seu objectivo através de uma frente única de todas as forças anti-coloniais [anti-imperialistas] de Angola, independentemente das opiniões políticas, situação social dos indivíduos, crenças religiosas ou tendências filosóficas. Apenas através da

formação do mais amplo movimento popular de libertação de Angola. Esse movimento não será no entanto o resultado da pertença de todos os patriotas angolanos a uma única organização ou associação. Esse movimento será a soma das actividades das organizações angolanas.” [“Génese...” inclui mais algumas afirmações do Manifesto]. Foram estas as ideias que se difundiram entre os habitantes de todo o país. Camponeses, operários, funcionários, intelectuais e líderes religiosos aderiram ao programa do MPLA. Entre outras organizações também criadas, estava o Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA), fundado em 1958, que se fundiu mais tarde com o MPLA.

Tendências nacionalistas angolanas manifestaram-se também nos meios de emigrantes no Congo, em particular o movimento messiânico de Simão Toco. Nascido em Angola em 1917, este líder religioso emigrara para o Congo-Léopoldville, onde criou e desenvolveu a organização conhecida pelo seu nome. O movimento, cujos objectivos essenciais se traduziam pela prática da desobediência civil e pacífica às leis da administração colonial, tinha muitos seguidores no interior de Angola. Expulso do Congo, Simão Toco voltou para a sua terra natal, onde as autoridades portuguesas tomaram medidas contra ele e seus adeptos, até ao ponto de os deportar para o campo de concentração da Baía dos Tigres. Actualmente está empregado como ajudante do faroleiro em Porto Alexandre.

Outros agrupamentos, baseados umas vezes em afinidades étnicas e culturais, outras vezes regionais, deram lugar no Congo (Léopoldville e Brazzaville) a associações de ajuda mútua, numa primeira fase, e depois a verdadeiros movimentos nacionalistas angolanos, seguindo a evolução dos acontecimentos políticos nessas regiões. Citemos a União das Populações do Norte de Angola [fundada em 1954] que se tornou em 1958 a União das Populações de Angola (UPA), a Aliança dos Originários do Enclave de Cabinda (AREC), hoje Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC) e a Aliança dos Originários do Zombo (ALIAZO).

Retomando o curso dos acontecimentos no interior, é importante assinalar factos essenciais que marcaram, desde 1956, a vida dos movimentos nacionalistas em Angola. Decididos a fazer face a uma situação política em mudança, onde se notavam sinais de agitação nacionalista, os Portugueses instalaram na colónia a sua polícia política, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), no início de 1957. A perseguição aos nacionalistas angolanos tomou novo carácter e organizou-se metodicamente. O primeiro Secretário-Geral do MPLA, Viriato Cruz, teve de fugir e procurou refúgio na Europa.

O ano de 1958 foi particularmente marcado pela actividade política. Através de panfletos, programas de acção, proclamações de luta anti-colonialista e organização de escolas clandestinas, a agitação das massas angolanas não parava de crescer e de preocupar os Portugueses. A população de Luanda evocará por muito tempo aquele domingo de Páscoa de 1959 como uma data trágica nos anais do nacionalismo angolano. O dia 29 de Março desse ano marcou a primeira operação espectacular de terror desencadeada pela PIDE sobre as massas africanas da capital. Nacionalistas bem conhecidos e outros suspeitos de participação nos movimentos políticos foram presos, com violências perpetradas contra a população pacífica.

A 26 de Abril de 1959, no quadro da defesa das “províncias ultramarinas”, o Sub-secretário português da Aeronáutica presidiu à instalação da Força Aérea em Angola, numa cerimónia que demonstrava o poder destrutivo das suas armas. A imprensa de Luanda delirou. O “Comércio de Angola”, por exemplo, dedicando quase a edição inteira a essas manifestações, começa por chamar aos voos militares “o primeiro festival da Força Aérea Angolana”. E prossegue: “Foi com emoção e entusiasmo que uma gigantesca massa popular de mais de 100.000 pessoas assistiu à demonstração da Força Aérea”.

A exibição de pára-quedistas no aeroporto também recebeu grande ovação... Exemplos de ataques com bombas de napalm bem como tiro intensivo de metralhadoras tiveram efeitos impressionantes... O certo é que as operações tiveram um estilo bélico, com as autoridades a indicarem claramente que não hesitariam em usar aquela forma de combate para subjugar uma eventual revolta anti-colonial ou mesmo para prevenir a sua ocorrência.

Para começar, o lançamento de pára-quedistas (note-se que o primeiro pára-quedista a chegar ao solo era o capelão católico que acompanhara a Força Aérea desde Lisboa). A seguir, bombas de napalm (45 kgs) e fogo de metralhadoras. “Alerta, em atlético passo de ganso, os soldados surpreenderam a população europeia”, e a entusiástica imprensa colonial prossegue: “muitos observadores pareciam ter um único desejo: que toda esta demonstração de força não seja apenas um exercício.”

Outras manifestações do género tiveram lugar em regiões do sul de Angola: Nova Lisboa, Sá da Bandeira, Lobito, Benguela. Na Assembleia Nacional portuguesa, o deputado colonial por Moçambique, colónia da costa oriental, pediu o estabelecimento de forças militares.

O Governador-Geral, saudando os voos de guerra do “Primeiro Festival da Força Aérea” numa colónia portuguesa, declarava: “Nos nossos dias, a paz só é possível quando os Estados dispõem de forças suficientes para fazer face às ameaças dos agitadores e causadores de distúrbios, geralmente inspirados pelo Comunismo sob as formas mais veladas. Um país só pode ser defendido com uma armadura militar e cada parcela do território português deve estar provida de tropas de terra, mar e ar, sempre presentes e vigilantes, a fim de impedir a cedência à cobiça ou a falsas ideias”. E ainda: “É preciso que as tropas sejam moralmente fortes para resistir a qualquer tipo de propaganda que pretenda miná-las, pois sabe-se que o exército é o principal obstáculo à difusão da propaganda. Estamos na época dos panfletos nos quais a força militar é considerada um inimigo incómodo. Tal como esperávamos, o panfleto também já surgiu em Angola...”

Um novo alerta foi dado. Só na cidade de Luanda, mais de 150 pessoas foram detidas no decorrer de Julho de 1959. Em Lisboa, foi preso o intelectual e líder nacionalista do MPLA Ilídio Machado, que ali se encontrava de férias. Após essas numerosas prisões, a PIDE organizou os processos de 57 pessoas (50 Angolanos e 7 Europeus [progressistas]). Este “processo dos 50” foi apresentado pela polícia política portuguesa como uma grande conspiração organizada no interior de Angola. Havia três diferentes processos: o primeiro envolvia 15 Angolanos (um deles em Ponta Negra), um Guineense, um Americano negro e um Cubano negro; o segundo dizia respeito a 7 Portugueses e o terceiro a 32 nacionalistas angolanos, 20 dos quais estavam presos em Luanda, vivendo os outros 12 no Congo, na Europa, no Brasil ou algures.

Os acusados pertenciam aos mais diversos círculos sociais: funcionários, empregados comerciais, enfermeiros, operários, intelectuais e estudantes. O “Processo dos 50” revelou em que medida a luta pela independência de Angola se tinha desenvolvido e demonstrou as capacidades organizativas dos diversos movimentos nacionalistas.

A leitura dos documentos do julgamento fez-nos compreender que o movimento nacionalista angolano tinha chegado a um ponto de viragem que o levaria, por um lado, à organização da clandestinidade e, por outro lado, à constituição duma frente unida de libertação. Se a PIDE não tivesse decidido lançar a sua rede naquela altura, o curso político dos acontecimentos em Angola apresentaria hoje um aspecto mais positivo, uma vez que os nacionalistas teriam tentado realizar a unidade e associação de todas as forças nacionalistas.

Os trâmites legais começaram nos finais de 1959, mas a data do julgamento, fixada inicialmente para 7 de Março de 1960, foi adiada várias vezes. Em Agosto de 1960, a fim de lançar a confusão sobre o que realmente estava em causa na luta nacionalista angolana, a PIDE exigiu o julgamento dos 7 Portugueses acusados de distribuírem panfletos clandestinos apelando à independência da colónia. Eles foram depois sentenciados a prisões de 3 meses a 3 anos e à perda dos seus direitos políticos por 15 anos. O Supremo Tribunal de Justiça de Lisboa, após recurso, elevou as sentenças para um mínimo de 5 anos.

A 5 de Dezembro do mesmo ano, o tribunal militar de Luanda realizou um pseudo julgamento de 20 angolanos nacionalistas, membros do MPLA e de outros grupos políticos. Durante o julgamento, cometeram-se irregularidades de todo o tipo: isolamento dos advogados de defesa impedidos de consultar os processos, de visitar os seus clientes e até de ouvirem as testemunhas de defesa. Conscientes das suas responsabilidades de combatentes nacionalistas, os acusados recusaram reconhecer a um tribunal estrangeiro o direito de os julgar, atitude que deu à maioria dos advogados portugueses motivo para abandonar a defesa. Apenas dois advogados, Almeida Valadas e Maria do Carmo Medina corajosamente continuaram a defesa, acto que lhes valeu imediatas represálias da PIDE.

A 21 de Dezembro os 20 patriotas angolanos foram condenados a prisões de 3 a 10 anos, com perda de direitos políticos por 15 anos. O “Processo dos 50” foi o primeiro reconhecimento oficial da existência do movimento nacionalista angolano com ramificações por todo o país, e o seguinte testemunho de uma jovem angolana¹ descreve bem o desenvolvimento da consciência nacional angolana entre 1956 e 1959.

“A nossa vida pública e privada em Luanda tinha-se tornado cada vez mais insuportável: éramos vigiados na igreja, não estávamos seguros em casa e éramos ridicularizados na escola. Por todo o lado a nossa sobrevivência dependia da boa vontade dos Portugueses e os abusos eram o “pão nosso de cada dia”. Eu era obrigada a trazer sempre o bilhete de identidade para evitar ser detida na rua e mandada para onde havia falta de serventes. Vi muitas vezes funcionários brancos chicotearem o meu povo, sob o sol escaldante de Março, quando não trabalhassem suficientemente rápido. Nós, mulheres nativas, éramos muitas vezes atacadas por homens brancos, embora num grau inferior ao que se passa hoje com os soldados portugueses. Sempre vi, onde

¹ Não incluído em “Génese...”. Os dados pessoais revelam que se trata de Deolinda Rodrigues.

quer que os nativos estivessem a ser maltratados, algumas mulheres negras ergueram a voz desafiando o seu opressor. Eu sentia-me estimulada pela coragem das minhas irmãs analfabetas, mas ao mesmo tempo sentia-me envergonhada pela minha cobardia e passividade silenciosa perante toda aquela crueldade e injustiça.

“No início de 1956, tive uma experiência decisiva: com cerca de 50 escravos (“contratados”), percorri mais de 1.000 quilómetros. Toda a minha vida eu tinha visto e ouvido “contratados” à minha volta, mas desta vez as vítimas tão próximas eram um testemunho do que eu procurava. Na estrada, os meus irmãos cantavam uma triste melodia em Kimbundu (a nossa língua), lamentando o sofrimento do trabalho forçado, perguntando-se se voltariam a casa e porque não tinham eles morrido antes. O seu refrão dizia que as condições mudariam, elas tinham de mudar algum dia. Eu vi alguns deles a chorar enquanto cantavam. Parámos, então, na aldeia de um destes homens para o deixar despedir-se da infeliz esposa, do seu inocente filho, da pobre mãe e dos amigos. O momento em que o filho de 5 anos de idade perguntou ao pai quando voltaria foi o mais impressionante. Sorrindo corajosamente, o pai tomou o filho nos braços, dizendo simplesmente “eu não sei”. Esta cena comovente fez cair sobre nós um profundo silêncio, quebrado apenas pelo grito do motorista branco: “Vamos embora, rapaz!”. Trocaram-se as últimas palavras e as últimas lágrimas e o camião partiu, escondendo a aldeia e o seu povo numa nuvem de poeira e de insegurança.

“As coisas que realmente influenciaram a minha vida foram: os meus pais e a nossa vida familiar cheia de significado, os primeiros sete anos da minha vida passados no interior onde vi e vivi muitas situações difíceis, os meus dois professores primários e, mais tarde, os meus contactos com outros estudantes, e particularmente com um agrónomo e um padre Católico Romano. Tive de trabalhar durante um ano antes de completar o 7º ano do Liceu. A caminho do trabalho, tinha de passar pelo populoso musseque Sambizanga, onde a vida dos nativos era muito mais miserável e difícil do que eu alguma vez tinha imaginado. As terríveis condições de vida do meu pobre povo do Sambizanga fizeram-me reflectir seriamente na possibilidade de o ajudar a recuperar a dignidade humana, de mudar a nossa situação nacional e de me juntar às centenas de compatriotas do movimento nacionalista clandestino que lutava pela libertação do nosso país.

“A PIDE, a polícia de segurança portuguesa, tornava-se cada vez mais omnipresente e onisciente e os nacionalistas tinham de ser muito cautelosos nos seus contactos. Contudo, tentei encontrar-me com alguns dos activistas do movimento clandestino mas, sendo uma adolescente, não o consegui de imediato. Portanto, decidi organizar os meus próprios amigos e comecei por convidar um de cada vez para o chá, lá em casa, e aí perguntava-lhes o que pensavam sobre a nossa situação nacional. Todos concordávamos que os Portugueses já tinham ido longe demais, que tinham de ser travados, para que ao menos pudéssemos respirar livremente na nossa própria terra. Alguns desses jovens eram já membros do movimento nacionalista e outros eram encorajados a segui-los. Alguns dos meus amigos devem ter falado com membros do movimento clandestino sobre os meus convites para o chá, pois um membro do movimento nacionalista confiou-me uma tarefa de responsabilidade. Julgo que esse meu primeiro serviço agradou aos meus compatriotas pois começaram cada vez mais a pedir a minha colaboração. Dei graças

por naquela altura estar a trabalhar em vez de estar a estudar, porque isso me permitiu ajudar mais. Um dia fui apresentada à maioria dos líderes e alguns deles não gostaram que uma adolescente se metesse em assuntos tão sérios. De início fiquei um tanto desencorajada por essa desconfiança, mas pouco a pouco ganhei a confiança deles e finalmente deixaram-me ser membro da organização. Nessa altura, eu pude recomeçar os meus estudos interrompidos. Portanto, as actividades nacionalistas não constituem um obstáculo para alguém avançar na sua própria educação.

“Entretanto, os nacionalistas activos deram conta que estavam a ser seguidos pela PIDE. Fiquei perturbada pela presença dum agente branco da PIDE na esquina da nossa casa, que me insultou muitas vezes. Também nunca esquecerei aquele fim de tarde em que um carro da polícia parou ao meu lado, quando regressava a casa levando debaixo do braço algum material nacionalista. Eu mal conseguia respirar, mas o carro prosseguiu quase imediatamente. Quando cheguei a casa, o mesmo carro já estava parado à nossa porta. Apressei-me a entrar em casa por outra entrada para esconder os documentos o melhor que pude, pensando que chegara a minha vez, mas nada aconteceu. Naquela mesma noite, com grande desgosto, queimei as fotografias do nosso grupo nacionalista. Porém, guardei alguns rolos fotográficos “perigosos”, não revelados, que eu não queria destruir. Sem perder tempo a jantar, nem dizer uma palavra aos meus pais, saí em busca de um lugar para esconder o meu tesouro. Agora a PIDE podia voltar, não encontraria nada. No dia seguinte, quando ouvia um noticiário de Rádio Brazzaville, um amigo do grupo nacionalista chegou e perguntou-me: “Quem era aquele branco à escuta do lado de fora da tua janela? Foi embora assim que eu cheguei.” Senti-me aliviada por saber que tinha queimado ou escondido todos os documentos “perigosos”.

“Apesar de tudo, continuávamos o nosso trabalho, discutindo com os nossos irmãos e irmãs o modo de defender os nossos direitos e como combater abusos e injustiças. Forçada a tranquilizar-me a mim própria a maior parte do tempo, temia pelos meus amigos e nunca lhes contei, nem aos meus pais, as minhas experiências com a PIDE. Queria evitar aumentar a ansiedade deles.

“Foi-me então concedida uma bolsa de estudo para prosseguir os estudos no estrangeiro. Era má altura para abandonar o meu indefeso povo à mercê dos Portugueses, e ainda pior altura para deixar os meus companheiros do movimento nacionalista. Fizeram-me uma festa de despedida, na qual um agente da PIDE se apresentou sob disfarce de ir à procura de um amigo, mas nenhum de nós se deixou enganar.

“De coração pesado, deixei Luanda em Fevereiro de 1959 e um mês depois a maior parte dos meus companheiros foi presa. Ainda hoje estão entre a vida e a morte, numa prisão portuguesa. Uma coisa nunca hei-de entender: como e porquê a PIDE me deixou partir de Angola depois de ter vigiado os meus movimentos durante tanto tempo.” [fim do testemunho]

Abalado nos seus fundamentos o mito da adesão total dos nativos de Angola à nação portuguesa, tornou-se mais fácil para os movimentos políticos impor no plano internacional a realidade do nacionalismo angolano. Além disso, desde 1957 nacionalistas de diferentes colónias portuguesas de África procuravam a melhor forma de apoiar a luta no interior dos seus respectivos países.

Eles pretendiam, antes de mais, unir os movimentos de libertação de todas as colónias portuguesas. A primeira frente, o Movimento Anti-Colonialista (MAC) foi criada na Europa por militantes do MPLA, do Partido Africano para a Independência da Guiné (PAI), e por nacionalistas de Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Em Janeiro de 1960, por ocasião da 2ª Conferência dos Povos Africanos, o MPLA e o PAI constituíram a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN) e o MAC foi dissolvido. A FRAIN foi por sua vez dissolvida pela Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas em Abril de 1961. Foi no “Ano de África” que os movimentos nacionalistas angolanos encontraram o apoio necessário para a instalação definitiva de escritórios no exterior, junto de governos africanos independentes.

São bem conhecidas as reacções portuguesas à aproximação da proclamação da independência do Congo-Léopoldville: acção militar preventiva, multiplicando as patrulhas e a acção da força aérea para proteger as fronteiras de Angola. Indo muito além das sevícias e medidas repressivas contra a população, a polícia prendeu líderes políticos e personalidades angolanas como o Dr. Agostinho Neto e o Reverendo Padre Joaquim Pinto de Andrade em finais de Junho de 1960.

Numa declaração de 13 de Junho de 1960, o MPLA afirmava que consideraria como sinal de rejeição do uso da força por parte do Governo português o seguinte: “o reconhecimento imediato do princípio da auto-determinação para o povo angolano, o estabelecimento das liberdades políticas, e a convocação antes do fim de 1960 duma mesa redonda com representantes de todos os partidos políticos angolanos, para discutirem com representantes do Governo português uma solução pacífica do problema colonial em Angola”.

O MPLA e as outras organizações nacionalistas deixaram clara a sua posição, quando tudo indicava que o governo de Salazar se preparava para afogar em sangue qualquer levantamento nacionalista, provocando-o até, se necessário. Em vez de aceitar discutir as questões que nos opõem à administração colonial, o Governo português respondeu com o reforço do aparelho repressivo no nosso país e massacres do nosso povo. Em Novembro de 1960 vinte e nove presos políticos, na sua maioria de Cabinda, foram sumariamente executados no pátio duma prisão local.

Apelos urgentes chegavam-nos do interior de Angola: as massas reclamavam com insistência planos organizados para uma autodefesa activa. Face à amplitude da repressão e à pressão das massas angolanas, o MPLA definiu mais uma vez a sua atitude perante a obstinação portuguesa. Numa conferência de imprensa em Londres, na Câmara dos Comuns, a 6 de Dezembro de 1960, o MPLA e outras organizações das colónias portuguesas (nomeadamente o Partido Africano para a Independência da Guiné e a Convenção Política de Goa) reafirmaram que o Governo português, em vez de considerar as propostas duma solução pacífica da questão colonial, intensificava os preparativos para a guerra. Declarámos que o governo de Salazar só deixava uma alternativa aos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas: o recurso à acção directa.

Os Portugueses não hesitaram em demonstrar, por declarações e por medidas concretas, que pretendiam prosseguir os seus métodos clássicos de exploração e a sua luta para serem os únicos donos dos nossos países.

Já há muito que a população de Luanda tinha decidido libertar os líderes do MPLA e outros nacionalistas ali detidos. Apenas o clima de terror que reina no país e a consciência nacional do nosso povo podem explicar a audácia dos nossos militantes no ataque às prisões militares e civis de Luanda em Fevereiro de 1961.

Tal como tínhamos previsto, o Governo português, obstinado em manter o seu domínio e o seu sistema de opressão, iria impelir as massas angolanas à acção directa, pela própria força das circunstâncias.

As circunstâncias que precederam o ataque às prisões demonstraram o nível de consciência revolucionária dos patriotas angolanos. Foi a sua maturidade política que os levou a aproveitar a presença de numerosos jornalistas em Angola, esperando a chegada do “Santa Maria”, para melhor alertarem a opinião internacional.

Não é verdade que as pistolas usadas no ataque de 4 de Fevereiro proviessem da República Socialista da Checoslováquia. Elas tinham sido retiradas a polícias portuguesas, durante um prévio assalto de militantes do MPLA [nacionalistas angolanos] a jipes da polícia que patrulham os bairros negros de Luanda. Apesar do seu carácter aparentemente suicida, esses ataques levaram a tomar consciência da situação de Angola, a nível nacional e internacional.

É desnecessário demonstrar a importância dos ataques às prisões militares e civis da capital de Angola, pois foi a partir dessa acção corajosa que o vasto campo da insurreição popular se estendeu por todo o país, e que a insegurança se instalou no corpo e na alma dos colonizadores portugueses.

As forças de repressão reagiram a esses acontecimentos com os meios ao seu dispor. A 5 de Fevereiro, na sequência de provocações durante o funeral de soldados portugueses mortos pelos nossos militantes, as forças repressivas massacraram 3.000 patriotas angolanos. Este mês de Fevereiro testemunhou ainda outros acontecimentos desconhecidos do público internacional.

Vários nacionalistas que tinham participado nos ataques acima relatados, conseguiram escapar à repressão portuguesa e fugir para regiões mais a leste. Na Baixa de Cassange, distrito de Malange, organizaram os trabalhadores das plantações que se revoltaram contra as práticas abusivas duma companhia agrícola, a COTONANG. Os ataques foram dirigidos contra estabelecimentos europeus, residências oficiais do Governo na região e contra uma Missão católica. No entanto, poucos brancos foram mortos. Mais uma vez, a reacção das forças portuguesas foi brutal: aldeias foram bombardeadas e, segundo algumas fontes, 10.000 Angolanos foram mortos.

O Governador do distrito de Malange, Sr. Monteiro, um Caboverdiano, depois de um inquérito pessoal, enviou um relatório ao Governador-Geral sobre os métodos coercivos usados pela companhia COTONANG. Também enviou panfletos redigidos em Kimbundu, onde se expunha a recusa dos Angolanos em cultivar algodão contra a sua vontade. Naturalmente, a companhia colonial obteve o que queria e o Sr. Monteiro foi retirado do cargo.

[O documento “Génese...” conclui: “Foi esse o percurso do movimento nacionalista angolano até aos acontecimentos de 14 de Março último. Desde então, as organizações políticas e a opinião pública internacional confirmaram que o povo de

Angola está firmemente determinado a sair vitorioso da situação actual. E quanto mais a insurreição armada alastrar, mais o povo angolano terá a oportunidade de exigir amanhã a um Governo português negociações sobre a base do reconhecimento da independência imediata e completa.”]

CONCLUSÃO

Acompanharam o itinerário do movimento nacionalista em Angola, as suas exigências e as reacções da administração colonial.

Tentámos traçar os passos essenciais na formação duma consciência nacional em Angola, mantendo-nos ao mesmo tempo acima das actuais lutas de facções. É por isso que não analisámos acontecimentos posteriores ao 15 de Março, que representam um novo capítulo na história do nacionalismo angolano.

A luta pela libertação começou por mostrar o aspecto imediato duma resistência à ocupação militar dos Portugueses e à anexação de terras. Até à chegada de Salazar ao poder, os nacionalistas puderam usar formas legais de luta, mas as suas exigências encontraram cada vez menos eco a nível internacional. Os últimos 30 anos, durante os quais o nacionalismo angolano enfrentou o mais feroz regime de exploração colonial que a África conheceu, representam o grande período da luta clandestina. Durante este período, o povo angolano ganhou energia, coragem e aliados externos. Tudo isto tornou possível a luta armada.

Várias conclusões podem tirar-se, nesta fase da pesquisa, quanto às características do nacionalismo Angolano:

1. É um nacionalismo sufocado, que se desenvolveu num clima de peculiar secretismo. De início, achando impossível organizar as massas rurais, os nacionalistas abordaram sobretudo as massas urbanas e uma certa elite, que foram assim os primeiros a ser tocados pela propaganda dos partidos nacionalistas. Além disso, a administração colonial mantinha divisões sociais e criou um fosso entre os Angolanos “civilizados” e “não civilizados”. A maioria das organizações clandestinas adoptou o grupo como base da sua estrutura e esses grupos representam genuínas células de defesa dos interesses comuns dos Africanos.

2. Enquanto o movimento messiânico de Simão Toco não tem ido para além duma desobediência às leis civis, pode dizer-se que o movimento nacionalista angolano mostrou desde o começo um aspecto revolucionário nas suas exigências, na medida em que os partidos, nos seus panfletos, exigiam o derrube do próprio regime colonial, mais do que um melhoramento das condições dos colonizados. Compreende-se facilmente esta atitude se tomarmos em conta a obstinação e falta de realismo da política colonial portuguesa. Por outras palavras, a reacção da administração portuguesa e a permanência das velhas chagas coloniais – trabalho forçado, analfabetismo, miséria social e económica e discriminação racial – impeliram os nacionalistas angolanos a radicalizar as suas posições. A população nativa não se sentiu tocada pelas poucas medidas de promoção social que o poder colonial introduziu de tempos a tempos no país, como a nomeação em 1953 de dois representantes dos “interesses dos nativos”

para o Conselho Legislativo da colónia. De facto, os ditos “representantes dos nativos” viram-se incapazes de fornecer soluções aos problemas da população africana.

3. As organizações surgidas entre os nativos sempre mantiveram completa independência em relação aos partidos da “metrópole”. Nem de longe foram seus subsidiários.

4. Duas importantes tendências se tornaram evidentes no seio do nacionalismo angolano: uma tendência do interior, representada pelo MPLA, outra que se pode considerar “na continuação da fronteira” (incluindo o Congo Léopoldville e Brazzaville). Em termos gerais, até muito recentemente, houve uma coordenação de todas essas tendências, interrompida pelas prisões de 1959. Hoje, a aceleração da formação [sic] da independência de Angola depende duma nova aliança dessas duas tendências.

Estas são algumas das características do nacionalismo angolano. Por fim, é justo mencionar o papel desempenhado pelo nacionalismo angolano no despertar e na formação da consciência nacional das outras colónias portuguesas. A Conferência de Casablanca, em 18 de Abril de 1961, assinalou a materialização dos esforços envidados pelos nacionalistas de Angola para reunir todas as forças opostas ao colonialismo português em África. A acção directa, como um meio efectivo de derrubar o sistema colonial, tornou-se o principal factor de todas as organizações nacionalistas das colónias portuguesas, sob inspiração dos nacionalistas angolanos.

Carta de V. Cruz a L. Almeida, C. Rocha e E. Rocha

[dactilografada – 2ª via]

CÓPIA

PARTICULAR

3 de Setembro de 1961

Estimado Amigo,

Saúde!

Nas vésperas do Congresso da UGEAN, quero permitir-me discutir contigo, a título estritamente particular, sobre um problema nevrálgico da questão geral de Angola.

É meu parecer que devereis dar uma atenção muito reflectida, inteligente e plena de tacto à escolha dos estudantes que comporão a delegação de Angola ao Congresso da UGEAN.

Não faço uma ideia exacta do grau de importância que a juventude responsável de Angola vem dando ao aprofundamento, cada vez mais nítido, de fronteiras raciais no seio do povo angolano. Eu considero muito seriamente esse fenómeno e dou-lhe toda a grande atenção que ele merece.

As causas dos aspectos inquietantes, que esse problema está a tomar, são várias, como seguramente sabeis:

a) A velha táctica imperialista de dividir um povo para melhor dominá-lo. Uma das forças estrangeiras que têm, muito habilmente ajudado a realizar essa táctica, são as missões protestantes, e particularmente alguns missionários americanos e ingleses

que viveram muitos anos em Angola e que gozam de comprovada audiência junto de determinadas camadas activas angolanas.

b) A ambição de alguns leaders negros angolanos. Estes, para afastar toda a possível competição com naturais de Angola de outras raças, vêm desenvolvendo silenciosamente, e de maneira sistemática e não raro inescrupulosa, uma propaganda contra a presença de elementos não negros em organizações nacionalistas angolanas.

c) A infelizmente falsa compreensão das massas negras sobre a natureza do colonialismo. É certo que a vulgar identificação, que as massas fazem, do colonialismo com o facto “raça não-negra”, constitui terreno fértil para todas as manobras de divisão do povo.

d) O idealismo leviano de muitos angolanos de todas as raças que, em vez de fazerem um esforço para encararem as realidades angolanas com rigorosa objectividade e para participarem corajosamente na solução realista e justa dos problemas angolanos – têm ajudado a difundir lirismo[s] que iludem os problemas reais de Angola. Quero referir-me aos negros que negam a existência de um contencioso racial em Angola; aos mestiços que, contra a evidência biológica, querem incluir, à força, a comunidade mestiça na comunidade negra – uma inclusão que, pelos vistos, se faria mesmo sem o consentimento expresso desta última comunidade; e aos brancos que, por impaciência, querem já, nesta hora de guerra quente nas colónias, andar de braço dado com os africanos de todas as raças.

e) A frequente manifestação de ignorância de como evoluem realmente as gentes a partir de concepções falsas para concepções verdadeiras. A existência de todas as comunidades raciais de uma colónia processa-se den[tro] de um velho contexto de opressão, de exploração e de incitamento consciente e poderoso de ódio e de desprezos. Ora, é a existência dos homens que determina a consciência destes. Por conseguinte, é puro idealismo admitir que – de um dia para outro, sem a liquidação das condições coloniais, sem a implantação de condições novas e propícias, sem uma transformação concreta e longa da consciência das gentes – todos os homens ou a maioria dos homens de uma colónia possam viver na melhor harmonia e compreensão mútua.

O MPLA tem sido acusado, às escondidas e por vezes abertamente, de ser uma organização em que dominam os não-negros e os intelectuais (subentenda-se, ainda neste caso, “mestiços e brancos”, dado que a comunidade negra é, incontestavelmente, a maior vítima da política obscurantista do colonialismo). Evidentemente que isso é falso. Mas as falsidades também produzem os seus efeitos, e efeitos muito nocivos. Nós temos sido vítimas de falsidades.

Em face do exposto, gostaria de chamar – como homem, e não como angolano e muito menos como mestiço – a atenção dos não-negros angolanos para a necessidade de um novo comportamento, cuja adopção será talvez útil.

A meu ver, é indispensável, que os não-negros, que estejam sinceramente opostos ao colonialismo e à exploração do homem pelo homem, mostrem uma maior abnegação desinteressada (sublinho “desinteressada”) pela libertação de Angola. Seria vantajoso que os não-negros continuassem engajados na luta com toda a alma, mas também com um espírito de desinteresse em relação à hierarquia das organizações políticas e outras,

em relação às questões de representatividade (viagens, delegações, etc.), ao problema dos postos do Estado angolano independente de amanhã, etc.

Nas nossas condições actuais de luta, só são eficazes as formas de acção rápidas e de choque. Por conseguinte, os não-negros deveriam, a meu ver, dar mais predominância às formas de agitação pelo exemplo dos problemas e situações raciais. O exemplo ostensivo, claro, chocante de abnegação desinteressada por toda a actividade em favor da libertação de Angola – eis como, a meu ver, os não-negros deveriam passar a agir. Tais exemplos não poderiam deixar de actuar, no seio da comunidade negra, como elementos estimuladores e educadores, e até como modelos de boa conduta. Só assim, a meu ver, se poderão desarmar, honestamente, as desconfianças legítimas e ilegítimas que grassam na sociedade negra a respeito dos não-negros.

No caso concreto do próximo Congresso da UGEAN, é meu parecer que a Delegação de estudantes angolanos deveria ser constituída tanto quanto possível por negros. Considero decisivo – para o consolidamento da autoridade, para afirmação universal da representatividade e para o alargamento da audiência da futura união de estudantes de Angola – que a delegação angolana ao Congresso constitutivo dessa união seja formada por negros, parte dos quais deve ser de Confissão protestante. Permito-me descer aos detalhes: proponho mesmo que o Desidério e a Serafina de Assis (que já está em Rabat) façam parte da delegação.

Meditai no que vos digo, mas agi como achardes melhor.
Saudações amigas,

Carta enviada a: – C. ROCHA – E. ROCHA – L. D’ALMEIDA

Credencial do MPLA para Tomás Ferreira

[dactilografada – 2ª via]

Para os devidos efeitos fazemos saber a quem o conhecimento desta competir que o portador desta Sr. TOMAZ FRANCISCO FERREIRA, é o COMANDANTE DAS MILÍCIAS DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, que se faz acompanhar de um grupo de patriotas nacionalistas angolanos, que, com grande sacrifício lutarão juntamente com o povo heróico de Angola para a libertação da sua terra usurpada pelos colonialistas portugueses e outros imperialistas.

Ao Povo heróico de Angola, pedimos que lhes sejam concedidas todas as facilidades, apoio moral para o bom êxito do exercício da sua missão.

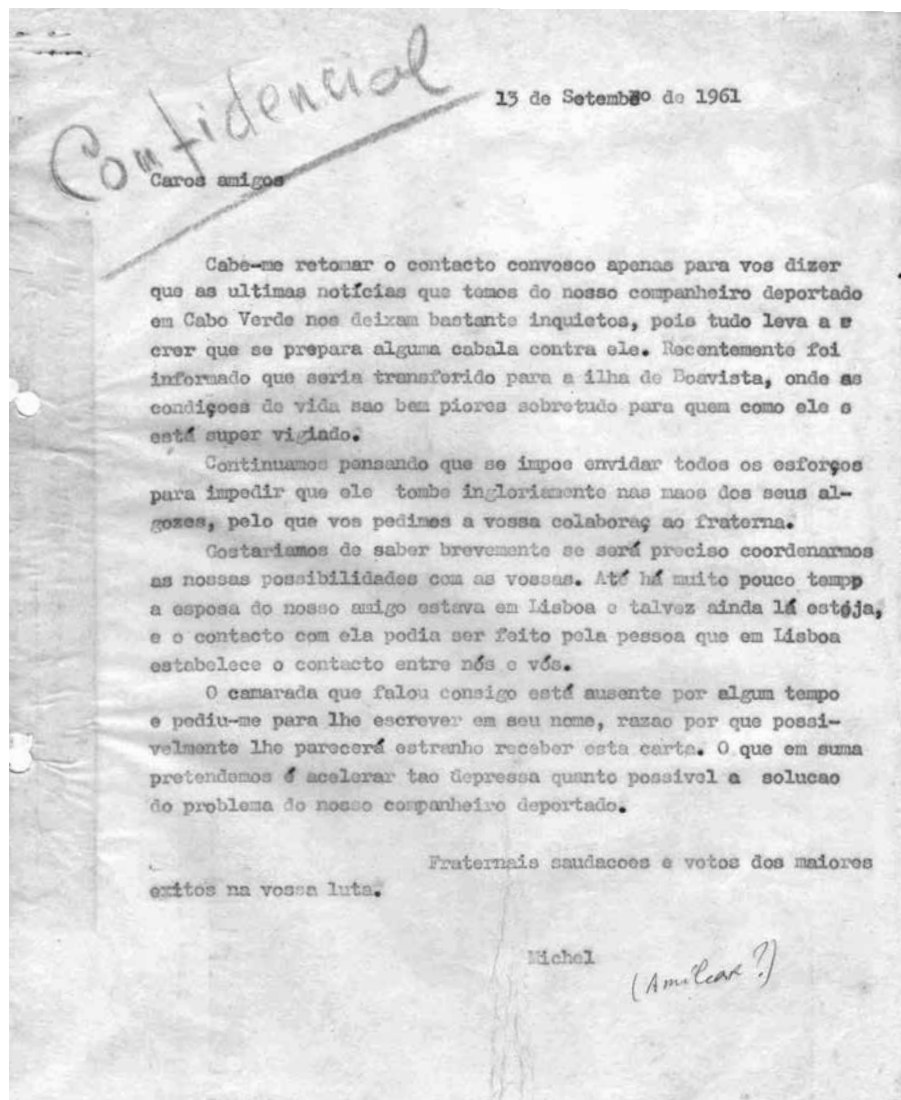
Léopoldville, 19 de Setembro de 1961

Pelo Departamento de Defesa e pelo Comité Director,
(Luiz Azevedo Júnior)

MEMBRO DO COMITÉ DIRECTOR

Carta Confidencial de “Michel” a “Caros Amigos”

[dactilografada – 2ª via]



Nota: “o nosso companheiro deportado em Cabo Verde” refere-se a Agostinho Neto

Carta de Kasule a Matias Miguéis

[manuscrita]

Meu caro Miguéis

Boa disposição e coragem.

Ceguei ontem ao fim da tarde, a fim de ver a vossa situação, munido de uma carta da Sureté de Léopoldville. Contactei imediatamente com o Administrador. Discutido o assunto, este disse-me nada poder fazer em nosso benefício, em virtude de ter já transferido o vosso processo para as autoridades superiores do distrito, das quais aguarda resposta há mais de dois dias.

Todavia, informou-me, nada acontecerá de grave, pois, casos como o nosso são múltiplos. Hoje tentarei novas démarches e caso não dêem resultado regressarei amanhã, a fim de começarmos tratar as coisas de cima.

Mande-me dizer do que precisam.

Diga-me qual a pessoa a quem devo entregar dinheiro para a vossa manutenção e outras coisas.

Estamos hospedados em casa do Administrador, a quem trazia além da carta, uma recomendação do Matuba. Este põe toda dificuldade em eu visitar-vos.

Junto dois mil francos, pª alguma coisa que precisarem. Mande-me dizer se é preciso mais.

Coragem a todos e o meu melhor abraço.

28/9/61 [assinado: Kasule] [Luiz de Azevedo Júnior]



Luiz de Azevedo Júnior

Carta de Tomás Ferreira

[manuscrita]¹

[Sem data]

17-6-5-19-1

Até aqui tudo tem corrido bem.

1ª Missão completamente cumprida.

O portador dar-vos-á pormenores sobre a base. O melhor que pode haver a 3 dias de viagem.

Outro assunto:

– O Domingos da Silva era portador de 40.000\$00 que o povo dos Dembos (Posto Dange) enviou para o MPLA. É bom saber se ele já vos entregou essa pasta.

¹ Vem acompanhada de uma mensagem cifrada.

Escutem o portador com muita atenção. O Local de trabalho é cá dentro. A CVAR que se prepare.

Até fim deste mês

[assinado: Karique]

[Nota manuscritas por L. Lara: Karique – Tomaz Ferreira
Última mensagem do “Esquadrão Ferreira” – Massacrado no Fuesse]

saber se ele já vos entregou esse
pasta.
Escutem o portador com
muita atenção. O Local de
trabalho é cá dentro. A CVAR
que se prepare.
Até fim deste mês.
Karique

Carta de Mário de Andrade a Khatib

[dactilografada, em francês]

Conakry, 1 de Outubro de 1961

CONFIDENCIAL

[Acrescentado à mão:
Ref: Sp/[?]/61]

Dr. KHATIB
Ministro dos Assuntos Africanos
do Reino do Marrocos
RABAT

Caro Amigo,

Permita-me que lhe escreva de novo para testemunhar o reconhecimento do nosso movimento pelos esforços que tem vindo a desenvolver com vista ao sucesso da conferência dos nossos estudantes.

No quadro das nossas anteriores conversas, chamo a sua atenção para a presença, em Rabat, do jovem angolano AFRICANO NETO que deseja seguir um curso de treino militar. Ele vai entrar directamente em contacto consigo para resolver as questões de pormenor. Também gostaríamos que ajudasse, se possível, o nosso compatriota ALADINO VAN DÚNEM que trabalha actualmente no Secretariado da CONCP com o SANTOS.

Conto ir na próxima semana ao Congo onde espero permanecer algum tempo. Foram-me colocados problemas materiais de extrema urgência, pelo Comité Director do nosso Movimento. Talvez lhe fosse possível informar-nos, por via diplomática em Conakry, sobre a decisão de Sua Majestade em relação ao vosso memorando em particular sobre a concessão de uma ajuda financeira imediata.

Dei instruções ao Sr. LÚCIO LARA, membro do Comité Director do MPLA e encarregado das questões de defesa para se deslocar imediatamente a Rabat assim que o chamar.

Voltei a ver, em Paris, a Senhora Véron que vinha conversar com o seu amigo do GPRA.

Aguardando o prazer de o rever, peço-lhe que acredite, caro Amigo, na expressão dos meus sentimentos muito fraternais.

MÁRIO DE ANDRADE

Carta da FUA à CONCP

[dactilografada]

COPY

FRENTE DE UNIDADE ANGOLANA (FUA)

Ao
SECRETARIADO PERMANENTE DA CONFERÊNCIA
DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS DAS COLÓNIAS
PORTUGUESAS (CONCP)
RABAT
MARROCOS

Caros Companheiros:

Junto enviamos cópia da circular que nesta data enviámos aos movimentos nacionalistas e organizações de classe angolanos, sobre a constituição da “Frente Nacional de Libertação”. Junto à circular seguiu um exemplar do nosso Programa. Aproveitamos esta oportunidade para vos enviar também um exemplar do nosso Programa.

Comunicamo-vos que da circular aqui referida vamos fazer cópias para serem enviadas a todos os Governos Africanos, considerando que o problema angolano é também um problema africano.

Calorosas e fraternais saudações

PELA SOLIDARIEDADE ANTI-COLONIALISTA

Aos 15/10/62

Sócrates Mendonça de Oliveira Dáskalos
PRESIDENTE

Carta do MPLA ao Embaixador Checo no Ghana

[dactilografada, em francês – 2ª via]

Conakry, 20 de Outubro de 1961

Ref. Sp/6/61

A Sua Excelência
Senhor Embaixador da
República Socialista da Checoslováquia
ACCRA

Excelência

Temos a honra de confirmar a Vossa Excelência que *Mlle.* Tereza PEDRO GOMES e os Srs. Francisco RODRIGUES, Antonette JOSÉ CARLOS, Luiz ALVES MONTEIRO e Fernando CHAVES RODRIGUES são de entre nossos militantes os que escolheram a Checoslováquia para prosseguir os seus estudos. Solicitamos portanto a Vossa Excelência que lhes assegure todas as facilidades possíveis.

Creia, Excelência, na expressão da nossa profunda amizade e gratidão.

Em nome do Comité Director
L. LARA [com assinatura]

Saudação do MPLA ao 22º Congresso do PCUS

[dactilografada – 2ª via]

A NIKITA SERGUEIEVITCH KRUTCHEV
Secretário-Geral do Partido Comunista
da União Soviética
MOSCOU

SAUDAÇÃO AO 22º CONGRESSO DO PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA

Certo de que cada Congresso do Partido Comunista da União Soviética tem tido o significado prático de um grande impulso na história da humanidade e de um apontar seguro de caminhos que levarão o Homem a uma maior libertação da miséria, da exploração, da opressão e da guerra, o Movimento Popular de Libertação de Angola saúda, com todo o entusiasmo e a maior esperança, o 22º Congresso do PC da U.S. [União Soviética]

O glorioso partido de Lenine tem-se situado sempre na vanguarda da luta contra a exploração e a opressão dos povos coloniais. Na história destes povos, ficará como um marco do combate pela igualdade e pela liberdade de todos os povos, a declaração

de outorga da independência aos povos coloniais, apresentada na XVI Sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, por Nikita Krutchev.

E os povos coloniais sabem já que o Partido de Lenine e o Governo soviético, sempre na vanguarda, exigem, presentemente, com a sua poderosa voz, que as Nações Unidas tomem medidas práticas para a concretização imediata da declaração de outorga da independência aos povos coloniais.

O povo combatente de Angola sabe que o Partido de Lenine e o Governo soviético apoiam incondicionalmente a sua luta pela libertação do jugo colonial português e do neocolonialismo.

O Movimento Popular de Libertação de Angola apoia vivamente a política exterior da URSS que visa a liquidação do colonialismo, do imperialismo e da guerra, e que contribui, concretamente, para a construção de um mundo de paz, de amizade e de progresso para todos os povos.

O Movimento Popular de Libertação de Angola faz os mais ardentes votos pelo êxito do 22º Congresso do PC da U.S.

VIVA O GRANDE PARTIDO DE LENINE!
QUE SE REFORCE A AMIZADE ENTRE O POVO DE ANGOLA E OS
POVOS DA URSS

Léopoldville, 21 de Outubro de 1961

Viriato CRUZ
– Secretário-Geral do MPLA –

Carta de Joaquim P. de Andrade a Mário de Andrade

[cópia dactilografada]

26/X/61



Rev. Joaquim P. Andrade

Meu caro mano

É com a maior saudade que te traço estas breves linhas, aproveitando os bons préstimos de um amigo que levará esta carta.

Como sabes, estive preso já duas vezes. A 1ª de 25 de Junho a 8 de Novembro de 1960, uma semana em Luanda e o resto do tempo no Aljube em Lisboa, para onde fui levado de avião militar. Posto em liberdade condicionada, foime fixada residência na ilha do Príncipe, onde permaneci até 25 de Abril 1961. Na madrugada de 25 de Abril, às 3h., fui acordado por um agente da PIDE com a ordem de o seguir. Não me foi dada qualquer explicação. Seguimos

logo de avioneta para S. Tomé onde tomámos um avião militar para Lisboa. De novo atirado para Aljube, ali permaneci até 19 de Agosto p.p., tendo-me sido então fixada residência no Mosteiro Beneditino de Singeverga, a uns 60 km do Porto, após ter passado ainda uma noite na cadeia desta cidade. Do Mosteiro não posso sair, e estou proibido de pregar e ouvir confissões. Contudo lecciono Exegese bíblica aos monges do curso de Teologia e dou aulas de Francês ao 3º, 4º e 5º anos no Seminário Menor anexo ao Mosteiro.

Motivo das prisões. Primeira prisão: a) uma carta que te escrevi, na qual te dava conta das prisões dos nossos amigos, te anunciava as pressões feitas no sentido da minha prisão também, e te comunicava os motivos do processo que te era instaurado para seres julgado à revelia, o que aliás não se chegou a fazer (n.b. A carta foi apreendida nas mãos de um moço que a devia levar ao Congo, mas que infelizmente foi preso antes de atravessar a fronteira). – b) Uma reunião tida com o Agostinho Neto e mais 3 moços, na qual se discutiu a situação dos presos políticos e o auxílio a prestar-lhes e às suas famílias. – Segunda prisão: Não me foi feita nenhuma acusação precisa, nem me foi dada qualquer explicação. Só aqui no Mosteiro (por conseguinte 5 meses depois) é que vim a saber, por carta confidencial de quem estava seguramente informado na fonte, qual o motivo desta 2ª. prisão. Ei-lo: Depois de começados os acontecimentos de Angola, surgiram duas vezes barcos estrangeiros de pesca perto das costas da ilha do Príncipe, bem como um avião que sobrevoou a ilha e regressou à costa africana. Tanto bastou para que os roceiros da ilha temessem que de algum desses barcos pudesse desembarcar um punhado de homens que, a ordens tuas (sic), viessem vingar a minha prisão e libertar-me. Por isso insistiram junto do Governador de S. Tomé e junto do Governo Central de Lisboa, para que eu fosse dali transferido. Mas, não se contentando com uma transferência, acharam mais seguro meterem-me de novo na cadeia do Aljube, sem qualquer explicação.

Nem em Luanda, nem em Lisboa, nunca me foi permitido contactar com os meus advogados, não obstante estarem legalmente constituídos e terem eles desenvolvido todos os esforços para poderem falar comigo. – Estive sempre em cela isolada. O Agostinho Neto (que foi meu vizinho de cela da primeira vez) foi mandado com residência fixa para Cabo Verde, mas consta-me agora que foi de novo preso. Não sei onde se encontra neste momento. – Entre outros amigos e parentes, também estiveram presos a Arminda Faria e o marido da nossa irmã Chiquita (este por duas vezes), o Mário António, etc. Já estão em liberdade assim como Diógenes Boavida. Dos do processo dos 50 foram julgados e condenados dois grupos, como já deves saber. Os restantes (entre os quais o Ilídio Machado) aguardam julgamento, sempre presos, há mais de 2 anos.

Dos outros padres nativos que estiveram presos, quatro (entre os quais Monsenhor Manuel das Neves) estão também com residência fixa em diversas casas religiosas do norte de Portugal. Um, o Padre Domingos Gaspar, pároco de N. Srª. da Muxima, continua no Aljube.

Dos acontecimentos de Angola a partir de Fevereiro de 1961, nada te conto, pois deves estar mais bem informado do que eu. Aqui só conseguimos saber o que se

filtra através da censura. – Eu passo bem de saúde e a disposição moral é excelente. Confiamos no futuro da nossa terra, através de todas as dores e lutas. As nações, como os indivíduos – dizia José Martí – nascem no sangue e nas lágrimas. Tenho seguido, na medida do possível, o vosso trabalho, no qual confiamos. – A nossa família está toda boa. – Um abraço de saudades ao Viriato, Lúcio, Amílcar, Américo, Eduardo Santos e demais amigos. Para ti vai, no mais afectuoso abraço, toda a saudade e amizade do teu

Joaquim

Os Padres Nascimento, Vicente e Franklin não chegaram a ser presos mas estão com residência fixa em Lisboa.

Segue cópia do meu depoimento prestado no fim dos interrogatórios em Luanda. Escreve algo, mas com prudência.

Meu endereço: Mosteiro de Singeverga – Negrelos – Portugal – Vai uma foto para ti. As barbas são uma recordação da cadeia e só as cortarei quando raiar a liberdade. Um “Kandandu” do teu

Joaquim

Declaração à Imprensa de Mário de Andrade

[policopiada, em francês]

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

MPLA

51, Avenue Tombeur de Tabora

LÉOPOLDVILLE¹

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO SR. MÁRIO DE ANDRADE,

Presidente do MPLA

Desde o desencadear da luta armada em Angola, é a primeira vez que, a partir de Léopoldville, me dirijo à opinião pública internacional. Estou pois muito feliz, senhores representantes da imprensa, por saudar a vossa presença aqui.

Como sabem, o Comité Director do MPLA acaba de se instalar oficialmente nesta cidade, graças à solidariedade actuante manifestada para connosco pelas autoridades do governo central congolês. Fazemos questão em renovar-lhes a expressão dos nossos sinceros agradecimentos pela ajuda concreta que nos é assim concedida e formular o voto ardente de que a República do Congo possa desempenhar plenamente o seu papel no concerto das nações soberanas de África.

O aspecto essencial da nossa política interna continua a ser a procura constante da unidade de acção entre as diversas organizações nacionalistas da Angola combatente.

¹ Como este endereço se repete várias vezes, vai ser doravante assinalado por: “Endereço do MPLA em Léopoldville”.

É hoje um facto assente que o MPLA nunca poupou esforços para a criação de uma Frente comum das formações políticas.

Em cada etapa importante do desenvolvimento da nossa luta de libertação nacional lançámos apelos com vista à realização da unidade dos nossos movimentos.

Animados sempre pelas mesmas preocupações, fomos um dos promotores da Conferência de Casablanca que reuniu em Abril último as organizações nacionalistas das colónias portuguesas de Angola, Cabo Verde, Goa, Guiné, Moçambique, S. Tomé e Príncipe.

No campo da política exterior, guiámo-nos pelos princípios do neutralismo positivo e empenhamo-nos activamente para suscitar a simpatia e a solidariedade de todas as forças mundiais para com o nosso povo em luta pela sua independência.

É evidente que no primeiro plano dos nossos aliados naturais figuram todos os países africanos, porque o sucesso ou o fracasso dos nossos esforços se confundem com o sucesso ou o fracasso de toda a África.

Isso leva-nos a abordar o problema da luta armada.

O povo angolano é o motor principal da insurreição.

Mas, em certos meios da imprensa internacional, alimenta-se a curiosa ideia de que a condução e a responsabilidade pelas operações militares em Angola dependem de um único movimento político.

Vejamos!

Antes do mais, a 4 de Fevereiro de 1961, os ataques às prisões militares e civis de Luanda foram dirigidos por militantes do MPLA que tinham por missão precisa libertar dirigentes nacionalistas presos desde o mês de Março de 1959. Em seguida, alguns dos nossos quadros, tendo escapado aos massacres desses trágicos dias de Fevereiro, organizaram os trabalhadores empregados nas plantações de algodão da Baixa do Cassange, no distrito de Malange.

Esta foi a fâsca que incendiou a mata.

E por fim, as populações do norte do país, encorajadas por esses exemplos, também se engajaram na luta armada, com o apoio concreto das formações políticas angolanas.

Eis um breve resumo da nossa acção nesse campo.

As regiões mais importantes das nossas guerrilhas situam-se nos distritos de:

CUANZA-NORTE – Uíge, Quitexe, Lucala, Quibaxe, Nova Caipemba.

LUANDA – Luanda, Nambuangongo, Caxito, Catete, Funda, Úcua, Pango-Aluquem, Cambamba.

CONGO – Ambrizete, 31 de Janeiro, Tomboco.

MALANGE – Baixa de Cassange.

As tácticas utilizadas tiveram uma fase ofensiva e uma fase defensiva.

No início das operações militares, as nossas milícias utilizaram uma táctica que visava paralisar a economia colonial, liquidar o aparelho administrativo e de resistência militar do inimigo. O objectivo foi atingido em quase todas as regiões onde as nossas milícias operaram; em certas localidades houve uma ocupação total e efectiva do território. Citemos, entre outras:

NAMBUANGONGO – Ocupação total por um período de cinco meses (Março a Julho)

UÍGE – Paralisação da economia dos colonos que foram forçados a abandonar os locais e a refugiar-se em Luanda. É de notar que o Uíge foi a única cidade de Angola atacada pelas nossas milícias desde o início das operações militares.

QUITEXE, ÚCUA, TOMBOCO – Ocupação total durante cinco meses.

A resposta do inimigo organizou-se com o envio de vários contingentes militares, cerca de 40.000 homens equipados com um armamento clássico, dos mais modernos.

Diante do aparelho de destruição das forças portuguesas, as nossas milícias tomaram a decisão de evacuar as regiões ocupadas e de levar as populações civis para as matas, protegidas por elementos das nossas milícias.

Estabeleceram-se bases de resistência em locais pouco acessíveis ao inimigo.

As forças de repressão portuguesas, menosprezando as mais elementares leis da guerra, utilizam todos os meios, na sua tentativa de exterminar as populações da Angola combatente: cães polícias, bombardeamentos com napalm, envenenamento das águas dos rios e do gado, torturas físicas.

Apesar de tudo isso, as nossas colunas continuam a realizar raids de curta duração às posições inimigas, enquanto esperam por melhores condições para ataques de grande envergadura.

A estrutura da nossa organização militar é a seguinte:

COMITÉ REVOLUCIONÁRIO – Responsável pela condução de toda a luta armada, sob todos os seus aspectos.

ESTADO-MAIOR.

COMANDANTE EM CHEFE.

O teatro da luta está dividido em zonas militares e em cada uma delas operam colunas constituídas por aproximadamente 100 homens. As colunas enquadram pelotões de 33 homens e estes, unidades militares móveis compostas por 10 a 11 homens.

– MILÍCIAS EM COMBATE –

Nos distritos de	CUANZA NORTE	–	5 colunas
	LUANDA	–	3 colunas
	CONGO	–	2 colunas
	MALANGE	–	4 colunas

O COMITÉ REVOLUCIONÁRIO está em vias de se instalar em Angola.

O povo colabora com as milícias do MPLA. A acção do povo traduz-se por sabotagens (pontes, estradas, etc.), liquidação dos agentes do inimigo, transporte de víveres e munições para as unidades em combate, actividades de reconhecimento das posições do inimigo, destruição das plantações dos colonos, assistência sanitária.

Entre os comandantes das milícias do MPLA assinalemos a actividade de Ferraz Bomboco e de Benedito que dirigiram as colunas aquando da ocupação de Nambuangongo e dos Dembos, os feitos de Maneca Paca e de José Andrade, mortos na batalha do Dange.

Queremos render homenagem a todos os comandantes, filiados ou não em partidos políticos, que depois de terem oposto, em condições por vezes dramáticas, a mais viva resistência aos ataques das forças portuguesas, tombaram na frente.

No campo da assistência aos refugiados, num total de 160.000 vítimas da repressão portuguesa, o MPLA criou uma organização filantrópica – o CVAAR – que já engloba 8 médicos, 30 enfermeiros e professores primários.

O campo de acção do CVAAR é muito vasto: instituição de medidas de profilaxia e higiene, distribuição gratuita de medicamentos, víveres e roupa, combate ao analfabetismo.

Assim vai a luta do povo angolano.

Uma luta heróica, é certo, mas que ainda comporta insuficiências. Tínhamos previsto, nos nossos apelos de Maio e Novembro de 1960, que o sucesso do combate pela nossa libertação nacional deveria assentar necessariamente na unidade de acção das nossas organizações políticas.

O povo angolano é a primeira vítima desta falta de coordenação dos nossos esforços e o governo fascista de Salazar é o primeiro a regozijar-se com isso.

Proclamamos hoje que a independência de Angola, se for obtida nas condições da continuação de uma luta armada e coordenada na base de uma ampla frente nacional, terá as melhores probabilidades de libertação de qualquer dominação estrangeira, de reforço da união nacional, da integridade territorial e da reconstrução democrática e pacífica do nosso país.

Repetidas vezes reclamámos uma acção concertada por parte dos países africanos independentes a favor de uma ajuda concreta em todos os domínios, para assegurar o triunfo das aspirações do nosso povo à independência.

É tempo de reconhecer que nos cabe a nós, dirigentes dos movimentos nacionalistas, a tarefa primordial de concertarmos primeiro a nossa acção, para facilitar a contribuição dos nossos irmãos mais velhos.

Eis a razão pela qual o Comité Director do MPLA deseja afirmar que fará todas as concessões necessárias com vista à constituição imediata da Frente de Libertação Angolana.

Seja como for, esta batalha desencadeada pelas nossas populações irá desembocar inevitavelmente na Independência.

De nada servem as últimas manobras com carácter reformista do governo português, que tendem a apagar teoricamente, nos textos, a discriminação ainda existente entre os cidadãos de Portugal e os das colónias. Estas manobras, decididas em reacção aos acontecimentos de Angola, visam reforçar a campanha contra o nosso legítimo combate de libertação nacional, assim como a “tranquilizar” a clientela eleitoral e a “satisfazer” a ONU.

A ideia do soldado-colono a quem o governo português promete as nossas melhores terras, faz parte da loucura fascista. Tudo isto é vão.

Está fora de questão envolvermo-nos em negociações com o governo português enquanto durar o regime fascista de Salazar, inimigo da expressão das liberdades fundamentais e do direito dos povos a disporem de si próprios.

A nossa luta já arrasta o governo de Salazar para o seu lugar natural – o túmulo. Angola encontra-se numa viragem da sua história.

Da nossa unidade de acção política e militar dependerão agora as condições em que o povo angolano acederá à sua independência.

E eis que os esforços dos partidários da unidade começam a ser coroados de sucesso. A juventude angolana, independentemente da sua filiação política, acaba de aprovar o princípio da criação de um amplo Agrupamento.

Chegou pois a hora de os dirigentes de todos os movimentos nacionalistas angolanos se reunirem para elaborarem uma plataforma política que acelere o processo de reconquista do nosso património nacional e da nossa dignidade de homens livres.

LÉOPOLDVILLE, 30 de Outubro de 1961

[carimbo do CD do MPLA]



Sede do MPLA em Léopoldville, na Rua Tombeur de Tabora

Carta de um Guerrilheiro no Fuesse a “Meu irmãozinho”

[manuscrita]

[Sem data – provavelmente finais de Outubro de 1961]

Meu irmãozinho
Inácio Manuel

Para já, quero te desejar saúde.
Notícia triste:

Informo-te que o teu irmão Isac José Silva, com seus três companheiros, que vinham de Nambungongo para a fronteira do Congo encontram-se presos no Fuesse e se não morre para já, diremos graças a Deus.

Desde que lhe puseram preso o Isac, teu irmão, não lhe dão de comer, pois a refeição de cada dia é porrada de dia e de noite e como agora não matam sem ordem do presidente Holden, mandaram comunicar a Léo, se o matam ou não.

Vais apressadamente ao Sr. presidente da UPA, e faça lhe ouvir, se a luta armada em Angola, é contra os Portugueses ou é contra os Angolanos de diversos sítios de Angola, que procuram chegar ao Congo.

Para terminar, digo ao primo Inácio que faça o que poder enquanto é cedo pois que o Isac corre grande risco de perder a vida com os seus companheiros, quando chegar a autorização do presidente da UPA em Léo.

Se puderes, tire a cópia desta carta e leve este meu bilhete imediatamente para a direcção da UPA E para boas informações fale com o portador desta carta, pois ele é testemunha ocular do sofrimento, e do risco de morte que o Isac corre. É à pressa que te escrevo.

Teu primo
[assinado: D. Ant^o. T. no Fuesse]
(Angola)

Volto breve

deixar desta carta, pois ele é tes-
temunha ocular do sofrimento,
e do risco de morte que o Isac
corre. É à pressa que te escrevo
Teu primo
D. Ant^o. T. no Fuesse.
(Angola.)
Volto breve.

Resumo dos debates na 4ª Comissão da ONU

[manuscrito]

RESUMO DOS DEBATES NA QUARTA COMISSÃO, A PROPÓSITO DA
"NÃO OBSERVAÇÃO PELO GOVERNO PORTUGUÊS DO CAP. XI DA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS E
DA RESOLUÇÃO 1542 (XV) DA ASSEMBLEIA GERAL."
626
Dia 1/Nov/1961 – QUARTA COMISSÃO
O primeiro ponto a discutir-se foi o da possibilidade de exposição, por parte da Guiné, de fotografias sobre a repressão em Angola.
As intervenções foram no sentido de que a falta de informações por parte de Portugal a respeito dos territórios sob sua dominação justificavam o recurso a outras fontes de informação, tais como fotografias tiradas nos territórios em referência.

RESUMO DOS DEBATES NA QUARTA COMISSÃO, A PROPÓSITO DA “NÃO OBSERVAÇÃO PELO GOVERNO PORTUGUÊS DO CAP. XI DA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS E DA RESOLUÇÃO 1542 (XV) DA ASSEMBLEIA GERAL.”

Dia 1/Nov/1961 – QUARTA COMISSÃO

O primeiro ponto a discutir-se foi o da possibilidade de exposição, por parte da Guiné, de fotografias sobre a repressão em Angola.

As intervenções foram no sentido de que a falta de informações por parte de Portugal a respeito dos territórios sob sua dominação justificavam o recurso a outras fontes de informação, tais como fotografias tiradas nos territórios em referência.

Portugal argumentou com o facto de o assunto específico de Angola fazer parte da agenda de trabalhos para a Assembleia-Geral reunida em pleno. Por outro lado argumentava com o facto das fotografias já terem sido mostradas aos membros do Conselho [de] Segurança os quais parece não lhes terem atribuído importância extrema.

Portugal propôs-se também fazer exposição de fotografias documentadoras da acção terrorista em Angola.

Aos votos, ficou estabelecido que a exposição de fotografias era de admitir: 70 pró; nenhum contra e 4 abstenções entre os quais Portugal.

Seguiu-se uma fase de justificação de votos em que a corrente preponderante se traduziu em entender a apresentação de fotografias por parte de Portugal, como um “passo dado no caminho da colaboração com as Nações Unidas”. Todavia, o delegado do Sudão (EL SANOUSI) afirmou que “... a apresentação das fotografias significa que Portugal, sob pressão da opinião pública mundial, é obrigado a prestar informações sobre os territórios não autónomos que administra, o que desfaz o mito segundo o qual esses territórios são províncias ultramarinas de Portugal.”¹

¹ Em francês no original.

O delegado do Dahomey (Pessou) aproveitou o momento de justificação de votos para anunciar que o seu país pusera termo ao colonialismo português representado pelo forte de S. João Baptista d'Ajudá, pelo que pedia que o mesmo forte fosse apagado da lista das possessões coloniais portuguesas apresentada à Comissão.

Passada a fase da justificação de votos, iniciou-se a fase de apreciação da recusa de informações por parte de Portugal.

A argumentação portuguesa consistiu sistematicamente num repisar da velha tese jurídica segundo a qual os territórios em questão são parte integrante da Nação portuguesa como estabelece a constituição política portuguesa de 1933, pelo que as resoluções da ONU têm sido contra os preceitos da Carta (art 2º nº 7) e assim insusceptíveis de cumprimento por parte do Governo português. Por outro lado, os acontecimentos ocorridos em Angola eram além de assuntos internos, acontecimentos ocasionais, montados de fora e que, no momento actual a ordem estava sendo normalmente estabelecida. Portugal acusou os Estados membros de impedirem através da ONU, a formação das comunidades multirraciais resultado do sentido tradicional da colonização portuguesa. Portugal afirmou também ser dos países membros que mais colaboração oferecia à ONU, quer através de informações prestadas sob os mais diversos títulos, quer através da participação em comités e órgãos especializados das Nações Unidas. Portugal afirmou também que as informações como as fotografias, que desejava expor não representavam cumprimento do artigo 73 e).

Sobre o problema específico dos refugiados no Congo, Portugal afirmou que tinham sido criados já centros de recepção de refugiados nas zonas fronteiriças de Angola e que os refugiados só tinham saído daquele território como meio de fuga contra a acção terrorista em Angola.

Vide sobretudo compte rendu datado de: 3/Nov/1961 pag. 10-16 sobre a sessão de 1/Nov/1961.

Dum modo geral, a argumentação contra Portugal deduzia-se segundo o seguinte esquema:

a) Ataque à ideia de que as colónias são províncias ultramarinas – o ataque dirigia-se primeiro ao facto de que a constituição política portuguesa era um acto jurídico unilateral e imposto pela força aos povos africanos sob dominação portuguesa. Segundo, o ataque dirigia-se a demonstrar como o tratamento jurídico (leis ordinárias e decretos) e prático dos indivíduos pertencentes às ditas províncias era completamente diverso do tratamento reservado aos cidadãos portugueses. Terceiro que a posição das ditas províncias ultramarinas, face às províncias portuguesas e ao conjunto português era de verdadeira discriminação e exploração política, económica e jurídica, como se provava pelos documentos e estatísticas portuguesas e pela opinião pública e imprensa dos Estados aliados de Portugal (foram referidos documentos, estatísticas, escritos de missionários americanos, associações religiosas francesas e americanas, organizações americanas e ainda jornais franceses, ingleses e norte americanos).

b) Ataque à argumentação jurídica portuguesa sobre a incompetência das Nações Unidas para apreciar as relações entre Portugal e as colónias – o ataque dirigia-se a mostrar como as colónias portuguesas estão compreendidas no conceito jurídico de “territórios

não autónomos” uma vez que os resultados a que chegara o Comité encarregado de interpretar correctamente o art. 73 e 74 tinham obtido a sanção da Assembleia-Geral, órgão máximo de interpretação e integração dos preceitos consignados na Carta. Segundo, que a resolução interpretativa da Assembleia valia nos mesmos termos em que valiam todas as resoluções, isto é, validade e obrigatoriedade por maioria e não por unanimidade de votos como pretende Portugal.

c) Ataque à argumentação portuguesa segundo a qual o problema das colónias portuguesas é uma questão interna que não pode interessar à generalidade das nações – o ataque dirigia-se a mostrar (com base na evolução dos acontecimentos em Angola) como o colonialismo português em África era um problema de vida de mais de 12 milhões de seres humanos. Segundo, que a acção colonial portuguesa causara uma verdadeira guerra em Angola o que constituía um perigo para a paz. A delegada de Cuba afirmou mesmo que “... apoiará qualquer projecto de resolução... evitando a anarquia das decisões unilaterais, fontes de fricções... que ameaçam a paz e a segurança internacionais”¹ pg. 3, compte rendu 8/Nov/1961.

d) Ataque à posição portuguesa segundo a qual os acontecimentos em Angola estão em via de normalização completa – o ataque dirigia-se a mostrar como Portugal erra ao pensar que o desejo de liberdade se extinguiu através da política de terror e intimidação. Segundo, que as pretendidas reformas legislativas não alteram a situação de exploração e que a ninguém consta que na prática, Portugal já tenha começado a agir em termos compatíveis com a marcha deste século. Terceiro, que a ONU não pode deixar-se iludir pelas pretendidas reformas portuguesas.

e) Ataque geral à conspiração colonialista e imperialista traduzida no apoio diplomático, político e material que os países da NATO dispensam a Portugal – o ataque dirigia-se a mostrar como a repressão em Angola não podia ser suportada somente por Portugal (foram referidas as medidas tomadas pelos Estados Unidos, França, Inglaterra e Alemanha Ocidental no que respeita a envio de armas e a tácticas que permitiram a Portugal desviar tropas para Angola). Segundo, que a exploração colonial portuguesa interessava directamente os países ocidentais (referiram-se os documentos provando que o produto da exploração revertia para os grandes monopólios ocidentais). Terceiro, que o interesse do Ocidente capitalista estava mais no apoio aos países de África do que no apoio a um pequeno país como Portugal. Quarto, que era necessária uma acção concreta dos Estados da NATO no sentido de isolarem Portugal. Chegou-se mesmo a exigir uma declaração anticolonialista pelos Estados referidos.

Depois de focados todos estes pontos, as intervenções dirigiam-se à responsabilização da ONU pela aplicação da resolução sobre a descolonização imediata e pela adopção de medidas condenatórias da repressão colonial portuguesa.

Dum modo geral todos os Estados, à excepção da França, Inglaterra, Estados Unidos, Espanha, África do Sul, Venezuela, dispuseram-se a apoiar medidas imediatas contra Portugal, fundamentando-se em que a situação dos territórios subjugados por Portugal era excepcional e urgente.

¹ Em francês no original.

Os países do ocidente defenderam, no geral, a tese de que era preciso não tomar medidas de maneira a radicalizar a posição portuguesa. Fizeram todos reserva quanto ao apelo contra o envio de material de guerra a Portugal.

A excepção dos países ocidentais, as delegações, dum modo geral admitiram a aplicação de sanções económicas e diplomáticas contra Portugal.

A hipótese de expulsão de Portugal, posta pelo Mali, não encontrou eco por ter sido esclarecido pela Libéria que isso deixaria as mãos livres ao aumento da repressão colonialista.

De todas as intervenções a da R.S.S. [República Socialista Soviética] da UCRÂNIA foi a mais concreta quanto a medidas a adoptar:

- Fim à guerra colonial em Angola
- Fim à repressão
- Evacuação das tropas portuguesas
- Respeito dos direitos e liberdades democráticas
- Organização de eleições legislativas nas colónias portuguesas.

Na última fase dos debates, as delegações acusaram, a meu ver, uma certa consideração pela argumentação dos países ocidentais (talvez a razão não seja essa, isto é, talvez fosse uma simples tática para obter forte maioria de votos...) pelo que elaboraram um projecto de resolução tendente a criar um comité dos sete países para estudar a situação colonial nos territórios sob administração portuguesa, a fim de preparar a aplicação da resolução de 14 de Dez/960. Esse comité teria prerrogativas para ouvir peticionários. Fez-se também, no projecto, um apelo aos países membros para contribuírem na solução do problema colonial português.

A argumentação portuguesa deduzida por Fr[anço] Nogueira, Miranda e Frago, que nas suas linhas gerais é a que aponte no resumo, consta do compte rendu com data de: 4/Nov pg. 12 e 13; 10/Nov pg. 5 a 13; 13/Nov pg. 5 a 6; 15/Nov pg. 21 a 23.

Comunicado do MPLA sobre eleições em Portugal

[policopiado]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

Por ocasião da campanha eleitoral que se desenrola em Portugal com vista às eleições legislativas anunciadas para 12 de Novembro corrente, o Comité Director do MPLA declara, mais uma vez, o seu pleno apoio ao movimento da oposição democrática portuguesa ao regime ultra-colonialista e fascista de Salazar.

Apesar da diversidade dos programas das várias correntes do movimento da oposição democrática portuguesa, o Comité Director do MPLA constata um denominador comum em todos esses programas: um espírito realista e democrático que, se animasse o poder político português, possibilitaria a solução dos problemas coloniais sem a necessidade da violência armada, das confrontações sangrentas de que são já vítimas há dez meses o povo de Angola e o povo português.

Enquanto perdurar, o regime de Salazar continuará a praticar arbitrariedades e violências e só deixará ao povo de Angola a luta armada como única possibilidade de sair das intoleráveis condições de opressão e de exploração em que esse regime tenta mantê-lo.

É, pois, evidente que, enquanto perdurar o regime ultra-colonialista e fascista de Salazar, o movimento da resistência armada do povo angolano prosseguirá, com os seus fluxos e refluxos, até [à] vitória final.

Certo de que a sua luta activa e plena de sacrifícios vem contribuindo concretamente para levar à morte o regime de Salazar, o povo de Angola tem o direito de esperar que o povo português preencha as jornadas da presente campanha eleitoral com acções decisivas para o derrubamento do regime fascista.

O COMITÉ DIRECTOR DO MPLA

[carimbo do CD do MPLA]

Léopoldville, 3 de Novembro de 1961

Comunicado do MPLA sobre prisão de A. Neto

[policopiado, em francês]¹

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

A 26 de Setembro último, o Governador de Cabo Verde mandou prender, na ilha de São Tiago, o Dr. AGOSTINHO NETO, presidente de honra do MPLA, que tinha sido deportado para essa colónia desde Setembro de 1960.

O Dr. NETO foi imediatamente levado para Lisboa e encarcerado na prisão de Aljube.

Segundo a polícia colonial, o nosso líder teria mostrado aos seus amigos uma foto representando a cabeça de um nacionalista angolano espetada na ponta de uma lança.

Naturalmente, o pretexto invocado não passa de provocação. Mas as imagens autênticas dos crimes cometidos pelo exército português acabam de ser afixadas na sala da Comissão de Tutela da ONU, a pedido do Sr. Marof Achkar, delegado da República da Guiné na Organização internacional.

A população da ilha de São Tiago, onde o Dr. AGOSTINHO NETO exercia a sua profissão de médico, já reclamou a sua libertação num documento com mil assinaturas.

Lançamos um apelo premente a todos os movimentos anti-colonialistas do mundo para que exijam sem tardar que o Dr. AGOSTINHO NETO, cuja vida está em perigo, seja libertado imediatamente e possa escolher ele próprio o local de sua residência.

Pedimos a todos os amigos da Angola combatente que dirijam cartas e telegramas a:
SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE PORTUGAL; LISBOA

O COMITÉ DIRECTOR do MPLA

[carimbo do CD do MPLA]

Léopoldville, 5 de Novembro de 1961

¹ Foi publicado no “*Remarques Congolaises*”, intitulado “Apelo aos corações e às consciências”, com o retrato de Neto feito por António Domingues.

Nota do MPLA à UPA*[policopiada]**[Endereço do MPLA em Léopoldville]*Aos
NACIONALISTAS ANGOLANOS

Transcreve-se a Nota Nº A/M/F enviada em 10.XI.961, ao Comité Executivo da UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA:

“Como V. Exas. sabem, em nove de Setembro¹ de 1961, uma esquadra *[sic]* da nossa organização militar, que se dirigia a Nambuanguongo em missão de socorro às populações cercadas pelas tropas portuguesas, foi, pela traição, cercada e feita prisioneira por grupos armados da União das Populações de Angola que actuam no corredor de entrada e saída dos patriotas angolanos.

“Desde aquela data até hoje, mantendo-se embora vigilante e tendo conhecimento, não sem revolta, dos maus-tratos que foram infligidos por militantes da UPA aos nossos compatriotas, o Comité Director do MPLA esperou ver qual seria o comportamento dos órgãos dirigentes da UPA diante desse crime de lesa-pátria e que enodoa *[sic]* o digno movimento patriótico do povo angolano.

“O Comité Director do MPLA faz o mais enérgico protesto contra esse acto anti-patriótico, que visa a enfraquecer a resistência armada do povo angolano e que introduz, por iniciativa da UPA, a luta fratricida nos campos de batalha de Angola.

“Sob pena desse “affaire” ser levado imediatamente ao conhecimento da opinião pública e dos organismos internacionais, o Comité Director do MPLA

– exige a imediata libertação de todos os nossos compatriotas;

– exige a entrega de todas as armas, munições e demais bagagens que foram retiradas aos guerrilheiros daquela nossa esquadra; e

– responsabiliza, desde já, a União das Populações de Angola pela vida desses nossos valorosos compatriotas.

“Na expectativa, subscrevemo-nos

Atenciosamente

[carimbo do CD do MPLA]

(ass.) Mário de Andrade; Viriato da Cruz; Matias Miguéis;
Eduardo Santos; Hugo de Menezes

¹ Esta data foi corrigida para nove de Outubro, no comunicado de 23 de Novembro de 1961.

Apelo da CONCP para a Libertação de A. Neto*[policopiado, em francês]*

CONFERÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS
DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS
(CONCP)

6, Rue Paul Tirard – RABAT (Marrocos)¹**APELO****AGOSTINHO NETO, POETA E COMBATENTE**

A 26 de Setembro último, o Governador de Cabo Verde mandou prender, na ilha de SANTIAGO o Dr. AGOSTINHO NETO, presidente de honra do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que tinha sido deportado para essa colónia desde Setembro de 1960.

O Dr. NETO foi imediatamente levado pela PIDE – a GESTAPO portuguesa – para Lisboa e encarcerado na prisão de Aljube.

Segundo a polícia colonial, o Dr. Agostinho NETO teria mostrado aos seus amigos uma foto representando soldados portugueses à volta da cabeça de um nacionalista angolano espetada na ponta de uma lança.

Naturalmente, o pretexto invocado não passa de provocação. Porque essas imagens autênticas dos crimes perpetrados pelo exército português acabam de ser afixadas na sala da Comissão de Tutela da ONU. Por outro lado, a foto em questão foi publicada pela imprensa, em particular pelo jornal belga “LA GAUCHE”, pelo jornal tunisino “AFRIQUE ACTION”, pelo jornal marroquino “AT-TAHLIA”, etc...

Na verdade, prendendo mais uma vez o Dr. NETO, o que o poder colonial-fascista de Salazar quer aniquilar é toda uma vida de coragem patriótica e de abnegação pela causa da Independência de Angola.

De facto, o Dr. AGOSTINHO NETO está entre os primeiros intelectuais angolanos que em Lisboa, no coração da capital portuguesa, empreendem a tarefa de aprofundar a sua consciência nacional através da crítica da situação colonial, participando no movimento progressista mundial.

Foi preso pela PIDE uma primeira vez em 1952 mas libertado pouco tempo depois.

Acusado de actividades subversivas contra o poder colonial-fascista de Salazar, foi preso outra vez em 1955. Escritores e artistas universalmente conhecidos, entre os quais os franceses François MAURIAC, Louis ARAGON, Georges DUHAMEL, Jean-Paul SARTRE, Edouard PIGNON, Simone de BEAUVOIR, o poeta cubano Nicolás GUILLEN, o pintor mexicano Diego de RIVERA, o grego André KEDROS, ergueram então os seus protestos e exigiram a sua libertação.

Julgado e condenado à privação dos direitos políticos durante cinco anos e a seis meses de prisão (cobertos pela sua prisão preventiva), NETO sai enfim da prisão em Junho de 1957.

¹ Este endereço aparece noutros documentos. Será assinalado como “Endereço da CONCP em Rabat”.

Pôde então terminar os seus estudos de medicina.

De volta a Angola em Dezembro de 1959, o Dr. Agostinho NETO prossegue a acção política e distingue-se como líder do MPLA. Mas a sua acção nacionalista leva-o a ser preso uma vez mais a 9 de Junho de 1960, pelo Director da PIDE em pessoa, no seu consultório em Luanda. É de imediato levado para uma prisão política em Lisboa.

Em Setembro de 1960, na sequência de numerosos protestos de organizações democráticas do mundo inteiro, Agostinho NETO, acompanhado da mulher e dos filhos, é deportado para as ilhas de Cabo Verde, onde é colocado sob residência vigiada.

Esses são os factos.

Hoje, AGOSTINHO NETO, poeta e combatente da liberdade, está de novo encarcerado na prisão de Aljube em Lisboa. Todos os que conhecem a dura realidade das prisões portuguesas sabem quão séria é a ameaça de morte que pesa sobre este valente patriota.

É preciso impedir o assassinato de NETO, é preciso arrancá-lo da prisão!

O SECRETARIADO PERMANENTE da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas lança um apelo premente a todos os Governos amantes da paz, da liberdade e da justiça, a todos os povos e às suas organizações políticas, culturais, etc., para que intervenham sem tardar, a fim de exigir que o Dr. NETO, líder do povo angolano, seja imediatamente libertado e possa escolher o seu local de residência.

É preciso arrancar o Dr. NETO das prisões do poder colonial-fascista de Salazar!

Rabat, 15 de Novembro de 1961

SECRETARIADO PERMANENTE
da CONCP

Carta de Makabi ao Presidente do MPLA

[dactilografada, em francês]

ADMINISTRATION
DE LA SURETÉ NATIONALE
PROSUR – LEO
B.P. 8057 – Leo I

Nº 0535/AE/482

[Acrescentado por Ruth Lara: 20.11.61]

Assunto:
Dossier MPLA.

Ao Senhor Presidente Geral
do Movimento Popular Nacionalista
pela Libertação de Angola
Avenida Tombeur de Tabora
LÉOPOLDVILLE ESTE

Senhor Presidente Geral,

Tenho a honra de lhe pedir que me facilite os documentos abaixo citados para completar o nosso dossier sobre o vosso movimento:

- 1º Dois exemplares do Estatuto ou programa de acção.
- 2º Uma cópia da Autorização que vos foi concedida pelas Autoridades Congolesas.
- 3º Duas listas dos membros do Comité Central.
- 4º Duas cópias das listas dos membros de cada comité, das secções do dito movimento, abertas em Léopoldville e no Interior da República.

As listas devem mencionar as informações abaixo citadas:

Nomes e apelidos de cada membro, Nº S.D., Profissão e Empregador, morada e função ocupada no comité.

Agradeço que me forneça informações sobre a sua sede e todas as secções existentes na República do Congo.

Queira aceitar, Senhor Presidente, os meus respeitosos cumprimentos.

O Subdirector da Prosur-Leo

[carimbo da Sureté]

– MAKABI, Fr. – *[segue assinatura]*

Carta Circular da União Nacional de Cabinda

[dactilografada, em francês]

[Nota manuscrita: R. 23/11/61]

UNIÃO NACIONAL DE CABINDA “UNC”
C.P. 7801
LÉOPOLDVILLE

Léopoldville, 21 de Novembro de 1961

CIRC.1/61

Senhor Alphonse CAPITA
LÉOPOLDVILLE

Caro Compatriota,

Como todos os povos do continente africano se agitam, reclamam a sua libertação e exigem a liquidação definitiva e incondicional do colonialismo sob todas as suas formas e sob todas as suas manifestações, não vemos porque é que nós, povo de Cabinda, devemos permanecer inactivos na luta anti-colonialista e não fazemos o mundo livre ouvir a nossa voz quando nos sentimos capazes de formar a nossa unidade nacional.

Quando falamos de colonialismo, falamos naturalmente do lado do território de Cabinda que ainda é governado pela Administração colonial portuguesa. Sabemos muito bem que apenas existe uma única Cabinda. Se hoje existem duas, são as potências estrangeiras ocidentais que nos dividiram para melhor estabelecer a sua dominação.

Até agora, certamente não ignoram que existe em Léopoldville um movimento político para a libertação do Enclave de Cabinda, movimento que trabalha sob o domínio ou a influência de outros partidos políticos angolanos, quando normalmente, os cabindenses, que formam todo um povo que é parte da grande família congoleza, devem também ter o seu próprio partido político sólido para defender a sua causa.

Não afastamos aqui a ideia de trabalhar em conjunto com outros partidos políticos angolanos quando se trata de formar uma frente comum de luta para a libertação dos territórios ainda sob dominação portuguesa.

Por essa razão, permitimo-nos apresentar-lhe o nosso convite para assistir ao encontro preliminar dos compatriotas cabindenses, que terá lugar sábado dia 25 do corrente, na residência nº 48, rua de Lokelenge (comuna de Ngiri-Ngiri, em casa do Senhor Jean M'BUEMBO) às 16 horas exactas.

Esse encontro não se reveste de um carácter exclusivo dos cabindenses do Enclave Português porque estamos a falar da formação de uma união nacional do povo cabindense sem ter em consideração os limites fronteiriços criados pelos colonialistas belgas e portugueses, divisão que facilitou o seu reinado.

Ousamos esperar que não hesite em responder favoravelmente ao presente apelo fraterno e patriótico para prestar a sua inteira colaboração ao ponto de vista acima exposto, o qual, para nós cabindenses em particular, constitui um sólido elemento de base para a nossa união e em geral, consolida a solidariedade africana actuante.

Contamos com a sua presença.

Obrigado.
Pelo Comité,
Louis Ph. WILSON [com assinatura]
Secretário

Ordem de Serviço do MPLA nomeando G. Tavares e V. Lopes

[dactilografada – 2ª via]

[rubrica de Viriato da Cruz]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

LÉO, 21 de Novembro de 1961

ORDEM DE SERVIÇO N.º 1

O Comité Director do MPLA, por decisão tomada na sessão de 20 de Novembro de 1961, nomeia, nos termos da alínea g) do Art.º 13º do Regulamento Geral Interno os militantes GRAÇA DA SILVA TAVARES e JOÃO VIEIRA LOPES, respectivamente secretário-administrativo e secretário-político do MPLA.

Em linhas gerais, as funções do secretário-administrativo consistem no seguinte:

“1) Contabilização das despesas e das receitas da Permanence [sic] situada em 51, Avenida Tombeur de Tabora;

“2) Arrumação e guarda dos arquivos da dita Permanence;

“3) Guarda de todos os objectos e bens do MPLA em depósito na dita Permanence;

“4) Inventário de todos os objectos e bens do MPLA;

“5) Administração das despesas correntes da Permanence com os fundos provenientes das quotizações dos membros, da compra de cartões de membros e da literatura do Movimento, e do Departamento de Assuntos Sociais e Económicos do MPLA;

“6) Inscrição de membros e passagem de cartões de membros;

“7) Levantamento e depósito *nos correios [à mão]* da correspondência do Movimento.”

Em linhas gerais, as funções do secretário-político são as seguintes:

“1) Organizar e trazer em dia arquivos, ficheiros e mapas que mostrem a organização geral do MPLA;

“2) Contactar as delegações que venham do interior de Angola e redigir processos-verbais das entrevistas com essas delegações;

“3) Responder à correspondência do interior de Angola e dos comités da rede da organização no Congo;

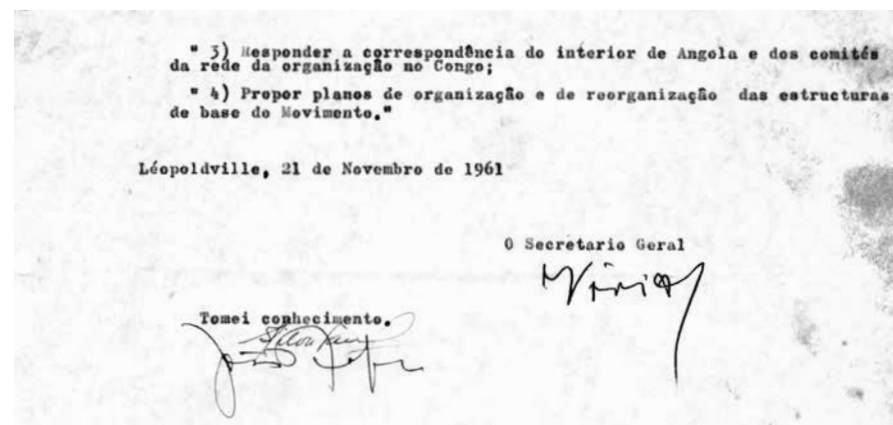
“4) Propor planos de organização e de reorganização das estruturas de base do Movimento.”

Léopoldville, 21 de Novembro de 1961

O Secretário Geral [segue assinatura de Viriato da Cruz]

Tomei conhecimento.

[seguem assinaturas de Graça da Silva Tavares e de Vieira Lopes]



Ordem de Serviço do MPLA criando o Conselho Político Nacional

[policopiada]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

LÉO, 21 de Novembro de 1961

ORDEM DE SERVIÇO Nº 2/61

Nos termos da alínea h) do artº 13 do Regulamento Geral Interno do MPLA o Comité Director decide criar o CONSELHO POLÍTICO NACIONAL, o qual tem a seguinte competência:

O Conselho Político Nacional tem uma função consultativa [sic].

O Conselho Político Nacional é formado por todos os membros titulares do Comité Director e por outros membros designados por este Comité.

O Conselho Político Nacional reúne a pedido de mais de metade dos membros do Conselho que não pertençam ao Comité Director ou a pedido do Comité Director.

O Conselho Político Nacional tem a missão de debater e esclarecer os grandes problemas do Movimento e de Angola, tais como, por exemplo, os problemas da Frente, da cooperação e da unidade das populações de Angola, da assistência material e moral das populações angolanas, do combate político e militar no interior de Angola, das relações com o povo e os poderes constituídos da República do Congo, da instauração de novas formas de poder nas zonas libertadas de Angola, o problema dos refugiados.

Na sessão de 20 de Novembro de 1961, o Comité Director decidiu designar como membros do Conselho Político Nacional os seguintes militantes do MPLA:

- 1 – Georges Freitas
- 2 – António Josias
- 3 – Jordão Aguiar
- 4 – José Bernardo Domingos
- 5 – João Gonçalves Benedito
- 6 – Deolinda Rodrigues de Almeida
- 7 – Dr. Américo Boavida
- 8 – Roque Ntchiendo
- 9 – Dr. João Vieira Lopes
- 10 – Mandjila Jorge
- 11 – Francisco de Assis Machado
- 12 – Rev. Domingos Francisco da Silva
- 13 – Graça da Silva Tavares
- 14 – Manuel Lima
- 15 – Dr. Gentil Ferreira Viana

- 16 – Dr. José Araújo
- 17 – Maria Eugénia Nunes
- 18 – Gamela Freitas
- 19 – Kukia André

Léopoldville, 21 de Novembro de 1961

O Presidente

a) Mário de Andrade

O Secretário Geral

a) Viriato da Cruz

Relatório de Domingos Adão

[dactilografado – 2ª via]

Relatório apresentado por DOMINGOS ADÃO ANTÓNIO DA COSTA NATURAL DE CATETE E RESIDENTE NA ÁREA ADMINISTRATIVA DE LUKUNGA no dia 21 de Novembro de 1961.

Domingos Adão, trabalhou em Lukunga durante um ano como Agente Sanitário da Saúde.

Vindo de Lukunga chegou na fronteira congoleza em 24 de Outubro.

Informa: – na senzala de Lukunga as tropas da UPA haviam morto em 12 de Abril do corrente ano, um angolano de nome Pedro Moniz, natural do povo de Tema, área administrativa do Bembe, que embora sem provas culpavam-no de traidor.

Em Lukunga, a população de Quipaco, depois da grave situação desta área, por ter sido tomada pelos portugueses em 19 de Maio, refugiou-se para a área de Macoco.

Na área do Norte de Angola todo o angolano que fala português é imediatamente morto pela tropa da UPA, alegando-a tratar-se de traidor e defender a causa dos portugueses.

Em 13 de Agosto, depois de completa invasão das áreas de Lukunga pelas tropas portuguesas, toda a população abandonou totalmente as suas casas, indo viver para as matas onde se encontra actualmente.

Domingos Adão, resolveu refugiar-se para o Congo com a sua família, aproveitando contactar com os Movimentos Nacionalistas a fim de se informar das suas actividades. – Pelo caminho encontrou-se com um angolano de nome Afonso Lopes, que diz ser cunhado do Holden Roberto, presidente da UPA. – Afonso Lopes, impede a qualquer refugiado angolano que não seja natural de São Salvador com receio de que posto no Congo informe ao MPLA das atrocidades que cometem.

Informou ao Sr. Domingos Adão e seus companheiros que faziam parte da delegação composta de 15 pessoas, de que o Afonso Lopes lhes dissera terem morto um grupo de rapazes angolanos enviados pelo MPLA que levava material de guerra, uma bandeira grande do Movimento e emblemas. Esta informação foi-lhes prestada na área

do Gando, pertencente ao Concelho Administrativo de São Salvador. – Informou mais o Afonso Lopes de que tal grupo fora feito prisioneiro na área de Caluka e transferido dias depois para o FOICE [Fuisse], onde foram mortos. Ignora o Domingos Adão o número de pessoas mortas.

Depois de terem passado na área do Gando, encontraram-se com um rapaz de Malange, militante da UPA que se encontrava num quartel, avisando-os que tivessem muito cuidado ao falarem do MPLA, pois, havia dias que tinham liquidado um grupo de rapazes enviados pelo MPLA, em cumprimento às ordens vindas da Direcção da UPA em Léopoldville.

Quando chegaram no Foice foram ameaçados pelo Afonso Lopes a não continuarem viagem, sem prévia vistoria das bagagens que traziam, tendo o Presidente Geral do Foice, ANDRÉ CASIMIRO, recebido toda a correspondência que traziam de Angola. Apesar da rigorosa vistoria a que foram submetido tiveram que aguardar a chegada do Sr. JOSÉ MANUEL PETERSON, Secretário-Geral da UPA em Léopoldville que se encontrava ausente, a fim de lhes autorizar continuar ou não a viagem.

Ainda no Foice e em casa onde foram hospedados, encontraram alguns emblemas e uma bandeira grande do MPLA.

O objectivo da sua viagem é de informar da evolução política dos Movimentos como enviado do seu povo.

NECESSIDADES: – ASSISTÊNCIA MÉDICA, MEDICAMENTOSA, ETC. E EM PRIMEIRO PLANO MILITAR.

Credencial para Inocêncio da Câmara Pires

[dactilografada, em francês, papel timbrado do MPLA]

CREDECIAL

Certificamos pela presente que o Sr. INOCÊNCIO DA CÂMARA PIRES, militante do MPLA e membro do departamento de assuntos exteriores está habilitado a representar oficialmente a nossa organização junto das autoridades ou instituições susceptíveis de ajudar a luta do povo angolano nos seguintes países:

- FRANÇA, BÉLGICA, SUÍÇA, ITÁLIA, INGLATERRA.

Feito em Léopoldville, 22 de Novembro de 1961.

[carimbo do Comité Director do MPLA]

O Presidente *[com assinatura]*
– Mário de Andrade –

O Secretário Geral *[com assinatura]*
– Viriato Cruz –

Comunicado do MPLA sobre a morte de T. Ferreira e outros

[policopiado]¹

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

À intenção do Povo Angolano [!]

É com profundo pesar e com extrema indignação que o Comité Director do MPLA cumpre o doloroso dever de informar à opinião pública angolana da [a] morte, em Angola, dos seguintes combatentes da nossa organização militar:

Tomás Francisco Ferreira; Daniel Gomes de Castro; Manuel Belo [de] Guimarães; João Gomes; Rui Victor Pinheiro de Melo (PANCHITO); Domingos Francisco; Sebastião Hungo Gomes; João Domingos; Joaquim dos Santos Francisco; Jacinto Mahumba; Almeida da Silva Miguel; Augusto Maringo; António Quimana; António Bastos; José [João] Dumba Gomes; Mendes Valada; Domingos Miguel; Sebastião Gueia Dungo; João Simão; Miguel; João Mateus.

Formando um dos esquadrões da nossa organização militar, esses filhos gloriosos da pátria angolana tinham a missão de juntar-se aos “maquis” do MPLA da [na] região dos Dembos e de levar socorros de urgência pedidos ao MPLA pelas populações da região de Nambuangongo que estavam cercadas e ameaçadas de morte pelas tropas portuguesas.

O esquadrão era portador de armas, munições, medicamentos, roupas², calçado, material de propaganda política, etc. tudo com um valor superior a meio milhão de francos congolezes.

Por meio de ciladas capciosas, explorando a confiança fraternal que os nossos guerrilheiros depositam nos combatentes de outras organizações políticas angolanas, e usando da traição, grupos armados da União das Populações de Angola (UPA) cercaram e prenderam o nosso esquadrão na região de Caluca, em território angolano, em nove de Outubro de 1961 (e não em 9 de Setembro como, por lapso, escrevemos na nossa nota ref. A/M/F, endereçada à UPA em 10 do corrente).

Depois de obrigados a fazer várias deslocações, e depois de submetidos a espancamentos, à fome e a humilhações, os guerrilheiros dos referidos esquadrões [do referido esquadrão] foram massacrados por militantes da organização militar da União das Populações de Angola (UPA), que se apoderaram das armas, munições e restantes bagagens do mesmo esquadrão.

Fontes seguras do interior de Angola informaram-nos que, entre a data da prisão do nosso esquadrão à [e a] data do massacre dos nossos amados irmãos, responsáveis dos escalões superiores da UPA consultaram-se entre si sobre o destino a dar ao nosso esquadrão.

O Comité Director do MPLA chama, por conseguinte, a atenção da opinião pública angolana, para o carácter consciente e premeditado da decisão do massacre ordenado pelos responsáveis da União das Populações de Angola (UPA).

¹ Este comunicado existe em duas versões, uma dactilografada e esta policopiada. Entre parênteses rectos encontram-se as diferenças entre os dois textos.

² “roupas” não consta da outra versão.

Angolanos que se dizem lutar pela independência de Angola e para a dignidade do Povo Angolano tomaram já, por actos, a gravíssima decisão de introduzir a luta fratricida nos campos de batalha de Angola, perseguindo e liquidando fisicamente os nacionalistas e os guerrilheiros filiados a outras organizações patrióticas angolanas.

O Povo Angolano deve saber que decisões e actos dessa natureza comprometem seriamente o prestígio internacional da luta do Povo Angolano, e fazem correr o risco de as forças mundiais – que se solidarizam com a causa do Povo de Angola e a apoiam – suspenderem todo o apoio aos patriotas angolanos a fim de, justamente, não contribuírem para a luta fratricida inaugurada pela UPA.

Uma nódoa inextinguível mancha de vergonha o combate justo, heróico e glorioso do Povo Angolano. O Comité Director do MPLA está, porém, totalmente confiante em que o grande Povo de Angola saberá tomar as medidas adequadas para que actos como esse jamais se cometam sobre o sagrado solo pátrio.

Povo Angolano, prossegue o teu combate, com a justiça que te assiste e com [a] elevação de sentimento[s] que te caracterizam!

Inclinando-se diante da memória imortal dos citados filhos do Povo Angolano, o Comité Director do MPLA transmite profundas condolências às famílias e aos amigos dos patriotas massacrados.

Confiamos na justiça de Deus e do Povo soberano.

Glória eterna aos valorosos filhos do Povo Angolano, assassinados no campo da honra!

Ignomínia eterna aos carrascos dos seus irmãos!

Léopoldville, 23 de Novembro de 1961

O COMITÉ DIRECTOR DO MPLA

Comunicado da UPA

[policopiado]

[Sem data – mas posterior ao comunicado de 23 de Nov.61]

UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA

– UPA –

Cx. Postal, 1320 10, Av. Paul Osterrieth, 10 Telefone, 2026
LÉOPOLDVILLE/ES

O Comité-Director do MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA – MPLA acaba de tornar público um Comunicado em que formula as mais graves acusações contra a Direcção político-militar da nossa Organização – acusações que, aliás, porque destituídas de fundamento e de lógica, ao mesmo tempo que absurdas, de sua natureza, não merecerão o crédito de pessoa alguma.

Contudo, o Bureau Executivo da UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA – UPA – e o Estado-Maior do Exército de Libertação Nacional de Angola – ELNA – vêem-se na obrigação de refutar tão sórdidas acusações e marcar, uma vez mais, a sua posição.

O Comité Director do MPLA acusa, abertamente, alguns dos nossos dirigentes civis e militares que se encontram no interior de Angola de “terem massacrado um esquadrão da sua Organização militar, encabeçado pelo Snr. TOMÁS FRANCISCO FERREIRA, na região de Caluka.

No mesmo Comunicado o Comité-Director do MPLA acusa a UPA de “introduzir a luta fratricida nos campos de batalha de Angola, perseguindo e liquidando, fisicamente, os nacionalistas e os guerrilheiros filiados a outras organizações patrióticas”.

A UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA – UPA – e o EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE ANGOLA – ELNA – repudiam, energicamente, as acusações contra si formuladas pelo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA.

A primeira coisa a desmentir é a existência real de uma “organização militar” do MPLA. Se tal organização existe, é, apenas, em teoria e não na prática, pois, como o temos afirmado e confirmam vários representantes da imprensa internacional que verificaram, in loco, as operações dos nossos efectivos militares, é o nosso Exército a única força militar revolucionária que combate, de armas na mão, o aparato militar que o colonialismo português mantém no solo sagrado da nossa Pátria.

Se um grupo de membros do MPLA foi massacrado no interior de Angola, aos portugueses e somente aos portugueses cabe a responsabilidade do massacre – acto que somos dos primeiros a lamentar, profundamente.

Se o MPLA – que tanto fala em “coordenar esforços, para a conquista da independência da nossa Pátria” – sem uma experiência militar e sem uma base operacional na zona de guerra que é a região extremo-setentrional do nosso território, enviou militantes seus, sem, antes, se ter posto de acordo connosco que somos os melhores conhecedores da região, cometeu grande erro, pelo que pagaram o alto preço de perderem a vida mais de vinte dos seus membros, mortos pelas forças inimigas.

No comunicado em questão vêm relacionados os nomes dos componentes do suposto “esquadrão” e entre eles figuram os compatriotas DOMINGOS MIGUEL e SEBASTIÃO GUEIA NDUNGO.

Com respeito a estes compatriotas devemos dizer que, a 21 do corrente mês, o Snr. FRANCISCO CADRIEMBE, militante nosso, recebeu uma carta do Snr. JOSÉ FERNANDES CANHANGA, procedente do Lukala, nesta República do Congo.

Na referida carta, o Snr. FERNANDES diz ter tido notícias segundo as quais o compatriota MIGUEL, acompanhado dos compatriotas, ANTÓNIO SIMÃO e NDUNGO haviam sido mortos, pelas tropas portuguesas, entre a fronteira Congo-Angola e Caluka. Na mesma carta assinala, textualmente o Snr. Fernandes que “o caminho está cheio de soldados portugueses” visto terem descoberto que o mesmo era utilizado pelos Angolanos que fogem ou vêm da República do Congo.

Na carta a que aludimos o Snr. FERNANDES acrescenta “o que vem para cá fica morto e o que sai daqui para lá fica também morto pelos portugueses”.

Encontra-se a mesma na Secretaria da UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA, para quem a quiser consultar e o Snr. FRANCISCO CANDRIEMBE também se encontra nos nossos Escritórios à disposição de quem desejar verificar a autenticidade do documento.

O MPLA que não dispõe de um serviço de informação capaz de o trazer ao corrente dos movimentos do inimigo português e das condições gerais da zona de operações militares, a atravessar, cometeu grave erro, ao enviar os seus homens por uma área minada de tropas portuguesas.

A UPA e o EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE ANGOLA – ELNA –, ao mesmo tempo que condenam o grave erro cometido pela direcção do MPLA que conduziu à trágica morte do compatriota FERREIRA, e os seus companheiros, rendem as suas homenagens à memória do grupo mártir que perdeu a vida, assassinado pelas hordas ferozes e sanguinárias de Portugal e fazem chegar aos familiares dos mesmos os seus mais sentidos pésames.

Juram que, quando Angola for independente e soberana, aqueles irmãos sacrificados pela Pátria ocuparão o lugar de honra que merecem na galeria dos mortos ilustres na nossa já gloriosa epopeia.

Glória eterna aos mártires de Caluka, mortos pelos colonialistas portugueses, pela independência da nossa Pátria.

“Pela libertação Nacional e Social de Angola”

UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA

– UPA –

Pel’ O Comité Executivo,

Rosário [com ass.]

Vice-Presidente da UPA

Comandante, MARCOS CASSANGA [com ass.]

Chefe do ESTADO MAIOR DO ELNA

Carta de M. Andrade ao Min. do Interior Checoslovaco

[dactilografada, em francês – 2ª via]

MÁRIO DE ANDRADE,

Presidente do MPLA

ao Sr. LUBOMIR STROUGAL

Ministro do Interior da

República Socialista da Checoslováquia

PRAGA

Senhor Ministro

Tivemos o prazer de passar em revista com os nossos amigos, os Srs. Adamek e Fiala, as formas concretas de ajuda que a República Socialista da Checoslováquia não cessa de conceder ao MPLA.

No decorrer da nossa conversa levantámos a questão das armas.

Nas circunstâncias actuais da luta levada a cabo pelo povo angolano, pareceu-nos oportuno sugerir ao seu governo o encaminhamento, através do porto de Conakry, de caixas de medicamentos que poderiam conter armas.

Naturalmente, pediremos o acordo das autoridades do governo da República da Guiné.

O Sr. Adamek, que vos fornecerá os detalhes deste pedido, também é portador de um memorando sobre a situação em Angola.

Renovando os nossos sinceros agradecimentos pelo apoio da República Socialista da Checoslováquia, queira aceitar, Senhor Ministro, a expressão da minha mais alta consideração.

Mário de Andrade
Presidente do MPLA.

Conakry, 28 de Novembro de 1961

Memorando do MPLA

[dactilografado, em francês]

[Sem data, mas agrafado ao relatório que vem a seguir, por isso provavelmente de Novembro ou Dezembro de 1961]

Memorando

Apoio material

a) O MPLA acaba de confiar ao *Bureau* dos Assuntos Africanos do Ghana 15 jovens destinados ao campo de treino militar de Tamale.

Contamos enviar mais uma vintena.

b) O problema das armas

A nossa última estadia em Accra foi demasiado curta para nos permitir ter uma conversa séria com o Presidente Nkrumah sobre o encaminhamento das armas.

Depois de estudar a questão, concluímos que o encaminhamento só pode fazer-se através dos representantes do Ghana no Congo, nomeadamente pelas tropas.

Pensamos que seria mais eficaz que o Embaixador da URSS no Ghana interviesse junto do Presidente Nkrumah.

O Embaixador poderia também preparar o terreno para a conversa entre o Presidente Nkrumah e o Presidente do MPLA.

Aliás, consideramos ser necessário encarar a ajuda directa (reabastecimento em armas) do MPLA.

Possibilidades de encaminhamento directo.

Envio de armas nas caixas de medicamentos pelo [para o] CVAAR.

Desembarque do material na costa de Angola.

É evidente que depende da nossa organização assegurar o controlo das regiões perto da costa.

O Presidente Nkrumah insiste particularmente uma visita de Holden Roberto a Accra, manifestando assim a sua preocupação com a unidade dos partidos políticos angolanos.

Mas se o Presidente da UPA aceitasse a ajuda do Ghana em armas, é evidente que ele reforçaria as suas posições militares contra nós.

Relatório sobre a Situação em Angola

[dactilografado, em francês]

RELATÓRIO SOBRE A SITUAÇÃO EM ANGOLA

Na noite de 14 de Março de 1961, a UPA (União das Populações de Angola) lançou as palavras de ordem de ataque às plantações dos colonos. Esta acção está na base do desencadear da luta armada em Angola. Os factores que contribuíram para a presença da UPA na luta armada são:

a) O facto da UPA ter sido organizada no Congo ex-belga por originários angolanos nascidos no distrito do Congo (em Angola).

b) As facilidades concedidas pelas autoridades congoleas para a sua circulação no país, o que lhe permitiu contactar as populações do distrito do Congo, onde a UPA pôde desenvolver uma campanha de propaganda e agitação política.

c) O apoio directo da República da Tunísia em armas e munições; informações de certos meios da FLN permitem-nos tirar a seguinte conclusão: a República da Tunísia forneceu à UPA cerca de 1.500 armas (espingardas, metralhadoras e pistolas e as respectivas munições).

d) Condições psicológicas favoráveis por parte das massas angolanas para passar à luta armada, por causa do tipo escravagista do colonialismo português, da actividade política do MPLA que tinha desenvolvido a propaganda e a agitação política no interior e no exterior, dos ataques às cadeias civis de Luanda desencadeados por militantes do MPLA e finalmente da influência do movimento de libertação do continente africano.

e) O apoio diplomático e material dos Estados Unidos da América que utilizam missionários protestantes como instrumentos de influência junto dos dirigentes da UPA. (A maior parte dos dirigentes da UPA foi educada por missionários protestantes americanos que actuaram em Angola e no Congo ex-belga).

DESENVOLVIMENTO DA LUTA

O desenvolvimento da luta permitiu o estabelecimento de duas zonas de influência militar em Angola.

a) Distrito do Congo (Superfície: 92.570km²; População total: 400.153 hab.; População negra: 398.037 hab.).

A iniciativa das operações militares nesta zona pertence à UPA. Desde o início da acção armada, os seus grupos de guerrilha puderam utilizar armamento clássico eficaz, o que lhes permitiu atacar com êxito várias aldeias do distrito do Congo, infligindo perdas consideráveis ao inimigo do ponto de vista militar e económico.

O aspecto negativo da luta armada da UPA foi a eliminação física de angolanos pertencentes a outras tribos e a outros partidos políticos, assim como de mestiços.

b) Distritos de Luanda, Cuanza-Norte e Malange (Superfície total: 180.670 Km²; População total: 959.907 hab.; População negra – 918.165.)

A iniciativa das operações militares nesta zona pertence ao MPLA. Os militantes que nesta zona se ocupavam da propaganda e da agitação política puderam organizar, desde o início da luta armada (15 de Março de 1961), vários pelotões de guerrilheiros totalizando, para os três distritos, cerca de 5000 homens assim distribuídos: Distrito do Cuanza-Norte – cerca de 2.000 homens; Distrito de Luanda – cerca de 2.000 homens; Distrito de Malange – cerca de 700; Distrito do Congo – cerca de 300 homens.

Os nossos grupos de guerrilha iniciaram os combates com armas rudimentares (catanas, enxadas, facas, paus e armas de fogo nativas) e só a partir dos primeiros combates puderam obter algum armamento recuperado às unidades militares portuguesas.

Apesar da carência em armamento, os nossos grupos de guerrilha tiveram um êxito considerável nos combates contra os portugueses.

A sua actividade militar pode resumir-se da seguinte forma:

Distrito de Luanda: ataques a NAMBUANGONGO, CAXITO, ÚCUA, FUNDA, CAMBAMBE. Balanço – ocupação total de Nambuanguongo e do Úcuá pelos grupos de guerrilha por um período de 5 meses e a sua transformação em bases de resistência; nos outros locais citados, as nossas forças infligiram ao inimigo pesadas perdas militares e económicas e forçaram as populações civis portuguesas a abandonar as suas propriedades e a procurar refúgio em Luanda (capital).

Distrito do Cuanza-Norte: ataques a QUITEXE, QUIBAXE, LUCALA, NOVA-CAIPEMBA e CAMABATELA. Balanço – ocupação de Quibaxe por um período de 5 meses e estabelecimento de uma base de resistência; nos outros locais foram infligidas também pesadas perdas ao inimigo, tanto militares como económicas, com o consequente abandono das propriedades pela população portuguesa.

Distrito de Malange: os nossos grupos de guerrilha, partindo das bases de resistência instaladas na floresta, atacaram várias plantações de café e de algodão situadas na Baixa de Cassange e obtiveram grandes sucessos.

É preciso salientar que os nossos grupos de guerrilha puderam instalar bases de resistência em Tomboco e em 31 de Janeiro, no Distrito do Congo.

As massas populares colaboraram activamente com os guerrilheiros, quer seja em actividades de sabotagem, liquidando soldados inimigos, ou abastecendo e informando os guerrilheiros.

Depois do mês de Agosto de 1961, a luta em Angola toma aspectos diferentes. Os portugueses desencadearam então uma grande ofensiva contra os patriotas angolanos.

Utilizaram, nessas operações, cerca de 40.000 soldados, equipados com armas modernas e bem protegidos pela aviação. Depois de violentos combates durante dois meses, onde o inimigo teve sempre uma grande superioridade em armas, os patriotas perderam todas as posições ocupadas e foram obrigados a refugiar-se nas matas onde ainda se encontram cercados pelas tropas portuguesas. A população civil africana também se refugiou nas matas, com a excepção da população do distrito do Congo que se refugiou na sua maior parte na República do Congo (ex-belga).

No final do mês de Setembro, o Departamento de Defesa do MPLA reuniu-se em Brazzaville e em Léopoldville com dois dos seus comandantes (Comandante Ferreira e Comandante Benedito) que tinham saído do teatro das operações para informar os quadros dirigentes do MPLA sobre a situação militar em Angola.

Decidiu-se que o Comandante Ferreira deveria voltar a Angola com algumas armas e munições compradas em Brazzaville, com panfletos de propaganda política e um plano estratégico para fazer face à situação militar actual. Estava acompanhado de 21 guerrilheiros que constituíam um pelotão. A alguns dias do objectivo, ainda no distrito do Congo, grupos de guerrilha da UPA atraíram sobre o nosso pelotão para uma emboscada e conseguiram aprisionar os nossos guerrilheiros.

Sabemos hoje que o comandante Ferreira e o seu pelotão foram assassinados pelos partidários da UPA depois de terem sido submetidos a bárbaras sevícias.

A nossa Representação de Léopoldville é muito frequentada por inúmeras delegações que chegam todos os dias de Angola, enviadas pelos nossos comandantes, que exigem um envio imediato de armas e de munições para poderem resistir aos ataques persistentes das patrulhas portuguesas que visam a liquidação total da resistência.

Os nossos comandantes insistem na urgência do envio de armas e de munições porque se o reabastecimento não se faz com urgência serão obrigados a render-se às tropas portuguesas.

Sabemos que os grupos de guerrilha da UPA estão na mesma situação.

Portanto a situação é muito grave porque pode conduzir à liquidação total da nossa resistência armada.

Também é preciso constatar que a situação actual desencadeou uma verdadeira “corrida ao armamento” da parte dos dois partidos porque a condição psicológica dos grupos de guerrilha e das massas populares é favorável à recepção do material de qualquer uma das duas organizações. Pensamos que se a UPA obtiver armas e munições antes de nós, pode alargar a sua influência nas zonas dominadas pelo MPLA e colocarse numa posição dominante na luta armada.

A situação concreta é portanto a seguinte:

1 – Paralisação da luta armada nas zonas de guerrilha angolanas por falta de armas e munições.

2 – Possibilidade da UPA monopolizar a condução da luta armada, não hesitando mesmo em recorrer à luta fratricida para atingir os seus objectivos.

3 – “Corrida ao armamento” praticada pelas duas organizações.

Somos de opinião que os nossos aliados naturais devem permitir ao MPLA uma superioridade militar total em relação à UPA, na medida em que actualmente a

influência do MPLA é maioritária nos aspectos políticos e militares abaixo da fronteira sul do distrito do Congo e na medida em que existem possibilidades para o MPLA de alargar a sua influência militar e política no distrito do Congo.

Conakry, 28 de Novembro de 1961

CONTINUAÇÃO DO RELATÓRIO¹

I – Organização.

O MPLA prossegue o seu trabalho político de formação de Comités de Acção tanto no interior de Angola como na República do Congo. O povo angolano está a reagir favoravelmente.

Actualmente, o número de militantes do MPLA está na ordem dos 35.000.

Foi criado em Léopoldville, pelo Comité Director do MPLA e ratificado por uma assembleia de militantes, o Conselho Político Nacional, formado por 25 membros. O Conselho Político Nacional tem por missão debater os problemas relacionados com a política interna e externa do Movimento. O Conselho é uma espécie de Assembleia Consultiva.

A partir do início de Dezembro, o MPLA lança o seu órgão de combate: A UNIDADE ANGOLANA. Este jornal é editado em 4 línguas: Kimbundu, Kicongo, Português e Francês. Encaramos a possibilidade de o editar também em Umbundu e “Fiote” (língua vernacular do Enclave de Cabinda).

Além disso, o movimento prepara a publicação de um boletim interno, órgão de formação política e ideológica dos nossos militantes.

São organizadas conferências durante as quais dirigentes e militantes do MPLA fazem exposições sobre os problemas da construção da independência, o sentido do movimento revolucionário nos países recentemente libertados do colonialismo, as implicações e as consequências da atitude desses países no plano nacional e internacional, exposições sobre o princípio do marxismo-leninismo.

No domínio da assistência aos refugiados angolanos, o MPLA criou o CVAAR (Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados).

As actividades do CVAAR já iniciaram em Léopoldville. Esta organização dispõe de um edifício composto de 3 salas e um salão anexo que funciona como Dispensário-Hospital. Os médicos dispõem de material indispensável para a observação dos doentes e de instrumentos para as intervenções de pequena cirurgia e assistência em ginecologia e obstetria.

O MPLA está a encarar agora a possibilidade de construir um dispensário na região do Baixo-Congo, perto da fronteira de Angola, onde se encontram cerca de 160.000 refugiados angolanos.

Pensamos que para o cumprimento das numerosas tarefas do CVAAR, a Cruz Vermelha da URSS poderia enviar para o porto de MATADI medicamentos, material médico, escolar e agrícola.

¹ Vem em anexo mas sem numeração de páginas.

Carta de José Mendes de Carvalho

[manuscrita]

[Acréscitado por L. Lara: “01.Dez.61 – Carta de José Mendes de Carvalho¹, chefe do primeiro grupo de combatentes angolanos fugidos de Angola via Congo Brazzaville e que vieram fazer o 1º treino do Ghana”]

[R: 4.1.62]

A nossa chegada ao Instituto Dr. Kwamne Krumah [sic] no dia 23 de Novembro foi acolhida com grande alegria da parte dos nossos camaradas de vários pontos de África sobretudo da Guiné de “Djassi” [Amílcar Cabral].

Ficou-nos bem assente o espírito patriótico, o africanismo que tem sido animada a convivência destes nossos irmãos; viu-se brotar a ansiedade de outros africanos quererem ver os filhos da tão martirizada Angola numa plataforma em que poderão quebrar eternamente as garras coloniais, em que poderão construir mais um pilar donde içar a liberdade africana.

Igualmente numa entrevista com um dos membros do corpo principal do Instituto após uma exposição sobre a situação angolana, a posição do MPLA face à organização de uma frente político-militar, exprimimos os nossos agradecimentos à ajuda sincera do povo ganeano e aos laços familiares que parecem solidificar-se, relativamente aos nossos dirigentes, à nossa Organização.

Tivemos ocasião de assistir a um baile de despedida a um grupo de estagiários ganeanos em Administração política.



José Mendes de Carvalho

Enquanto esperávamos que nos fizessem chegar ao destino, aprendemos várias canções patrióticas da Guiné em honra a Abel Djassi e à luta africana bem assim como composições ganeanas consagradas ao imortal Patrice Lumumba, à vitória africana e a Osagyefo. Por nosso lado apresentámos também entre outras uma evocando o sofrimento angolano e outra que encerra o ardor à luta angolana com um coro de “Viva, Viva Mário de Andrade.”

Alguns dos nossos camaradas da Guiné num encontro com o nosso comité composto de 4 membros, Mendes, Casimiro, Custódio e Menezes com o conselheiro tiveram ocasião de ouvir e ao mesmo tempo corresponderem a um traço de união das nossas amizades e esforços hoje e num amanhã dos nossos territórios.

Excepto algumas doenças sem gravidade que nos chegam, o comportamento da malta embora não seja óptimo é bom. Sempre que tiver oportunidade oferecer-lhe-ei informações nesse sentido.

Por hoje é tudo quanto posso incluir neste relatório semanal.

Winneba, 1 de Dezembro de 1961

[assinatura de José Mendes de Carvalho]

¹ Mais tarde conhecido por “Hoji Ya Henda”.

Carta Circular do RDJA

[dactilografada, em francês]

RASSEMBLEMENT DEMOCRATIQUE DE LA JEUNESSE ANGOLAISE
Caixa Postal n° 2634
LÉOPOLDVILLE
République du Congo

Léopoldville, 5 de Dezembro de 1961

Senhores e caros Camaradas,

É com prazer que vos anunciamos a realização em Léopoldville, pelos jovens angolanos militantes no seio dos Partidos e Movimentos políticos abaixo citados:

- a) Aliança Angolana dos Originários do Zombo, abreviadamente “ALIAZO”
- b) Movimento Popular de Libertação de Angola, abreviadamente “MPLA”
- c) União das Populações de Angola, abreviadamente “UPA”

de um agrupamento da juventude angolana com a denominação de:

“RASSEMBLEMENT DEMOCRATIQUE DE LA JEUNESSE ANGOLAISE”,
abreviadamente “RDJA”

Para além do apoio total que concede aos seus irmãos angolanos que lutam pela nossa independência territorial, o *Rassemblement* pretende perseguir os seguintes objectivos principais:

- Congregar a juventude angolana, sem qualquer discriminação de ordem racial, ideológica, social ou religiosa;
- Ser o instrumento de união dos partidos, movimentos e organizações nacionalistas de Angola, com vista a assegurar uma vitória mais rápida sobre os colonialistas portugueses.

O Comité, eleito a título provisório, é composto pelos Srs.:

- NGADIMPOVI Pedro, Presidente
- FREITAS Manteya Georges, Vice-Presidente
- (Dr.) J. Vieira Lopes, Secretário
- BONGO Sébastien, Secretário adjunto
- MAKONDA Simon, Tesoureiro
- KOUKIA André, Tesoureiro Adjunto.

Os nossos estatutos provisórios estão em vias de elaboração. Ser-vos-ão comunicados logo que possível.

Queremos sublinhar que o nosso *Rassemblement* é o único habilitado a engajar, de modo válido, a Juventude Angolana.

Contando com a colaboração e o apoio total das juventudes internacionais, somos, Senhores e caros camaradas

Atenciosamente

RASSEMBLEMENT DEMOCRATIQUE DE LA JEUNESSE ANGOLAISE,
abreviadamente «RDJA»,
Pelo Comité Provisório,

(Dr.) J. Vieira Lopes [segue assinatura]

Ngadimpovi Pedro [segue assinatura]

Relatório de Aristides Mateus Cadete

[manuscrito]

Cadete – Sec. da Upa [1ª página, sem assinatura e com letra diferente da de Cadete]

O Comandante que se encontra em Songololo, escreveu p^a o comandante militar do Kaluka de nome Samuel Delepanta inf. que o grupo que seguia era um grupo do mov. pertencente aos Caluandas e portanto n/ inimigos. Deverá proceder captura dos mesmos e conduzi-los à fronteira do Congo ou comunicar o Comando Geral Sr. João Baptista.

Um velho de nome Manuel Sansala – do Bembe foi de opinião de os prender e receber o material e depois matá-los. O Sub-Comandante do Bembe Manuel Carlos, escreveu uma carta para Kaluka pedindo a captura dos mesmos e conduzi-los até à fronteira, devendo deixar, o material, medicamentos e o dinheiro de que eram portadores. Ao fim de 3 dias um indivíduo chamado Pedro Timóteo – guitarrista, procurou-o e disse-me que o grupo do movimento tinha chegado ao Kaluka bem recebidos e deixados passar para o Bembe. Mas depois apareceu uma carta do sr. José Manuel – “Secretário Geral de Angola” residente no Fossier [Fuisse] pedindo a captura imediata dos homens. Nestas condições o adjunto comandante do Kaluka mandou Jeunesse próximo do rio Kaluka, onde já se encontrava o referido contingente de nacionalistas. Foram presos, amarrados de mãos atrás, recebidos os medicamentos, armamento, uma bandeira e emblemas e em dinheiro 27.000\$00. Foram mandados para o Fossier acompanhados por tropas da Upa e com 2.000\$00 de passagens para Léopoldville.

Passados dias, tive conhecimento que os homens tinham sido mortos no Fossier. Dia 24 de Outubro preparei a viagem para Léopoldville, quando cheguei ao Fossier onde fui informado por dois indivíduos de Malanje, sendo um deles de nome Simão. Este informou da morte dos patriotas, da forma que foram mortos, assim como o carrasco dos mesmos que se supõe chamar-se Vieira – motorista. Residente no Fossier – ordenança do Presidente André Casimiro – Mostrou o emblema do MPLA e disse que em casa onde se encontrava a bandeira de pano.

* * * * *

[Outra folha, assinada por Cadete, mas manuscrita por outra pessoa]

Exemplo do
Decreto-Lei nr. 2/9/61 da
“UPA” assinado por João B. Traves

Ficou determinado:

- Que não se passava nenhuma guia a indivíduos que quisessem refugiar para Congo.
- Que seriam presos quaisquer suspeitos que viajassem sem guia e julgados como espíões.

- Que seriam considerados inimigos da “UPA” todos [os] nacionalistas que criticassem ou desdenhassem as opiniões dos dirigentes da “UPA”
- Que a única Repartição competente que passa guias [de] estrangeiro é a do Comando dos Serviços onde se encontra o legal Representante do Sr. Presidente Geral da “UPA”, João Baptista Traves Pereira.
- Que seria vedada a passagem a indivíduos desconhecidos sem a competente identificação dum documento passado por dirigentes da “UPA”, onde o nacionalista pertencer.

6/12/61

[assinatura de Cadete]

* * * * *

[Nova folha, escrita e assinada por Cadete]

Relatório (extractos)

O signatário foi oficial de diligências do ex-Posto Administrativo do Bembe, membro e cooperador da “UPA” desde o segundo trimestre do ano de 1960. Em treze de Março do corrente ano, depois dos tumultos de Fevereiro em Luanda, a Sede da “UPA” em Léopoldville, enviou ao Norte de Angola uns avisos anónimos para em quinze do referido mês atacar os colonialistas portugueses. Durante o período decorrido entre Maio a treze de Março, respectivamente dos anos 1960 a 1961 recebia-se da “UPA” vários panfletos que falavam da pena da morte de todos os Angolanos suspeitos de traidores à Pátria Angolana, bem como de todos os mestiços. Em face disto efectuou-se vários ataques naquela data – 15-3-61. Bembe não tinha obedecido tal aviso, aguardando melhores esclarecimentos do assalto, visto que não era portador de nenhum material de guerra e temido por o Toto – força militar inimiga distar do Bembe apenas vinte e um (21) quilómetros. Manteve-se calmo até doze de Abril, data da invasão do Posto Lucunga, assalto comandado por um “gunza” de nome Antoine Geral, natural do Posto Lembua. Tendo conhecimento da ocorrência do Lucunga dentro do edifício da Administração do Concelho do Bembe, ainda em exercício das suas funções, perguntou ao aspirante administrativo se sabia do paradeiro do seu tio Sebastião António Cadete ao que lhe respondeu que provavelmente teria sofrido igual sorte à dos brancos [...]

Ainda em Abril, dia dezassete, o Bembe foi atacado sendo o Exército Comandado por senhor Pedro Castelo do Culo que passou depois a ser um dos chefes dos antropófagos. Como Bembe e Lucunga não haviam mais brancos, os militantes da “UPA” e seus dirigentes não ocupavam doutro serviço a não [ser] da matança dos seus legítimos irmãos e sobrinhos mestiços. Numa data que não precisei, foi morto um mestiço de nome José Alexandre, sapateiro, natural de Ambriz e que viveu longos anos no Bembe, acusado de traidor à Pátria Angolana, embora ser membro do referido movimento da dita “União das Populações de Angola”! [...]

O mesmo signatário escapou da morte duas vezes. Desde Abril a Agosto, os estranhos do Bembe viveram na maior opressão do que a dos colonialistas portugueses.

Os dirigentes da “UPA” e seus militantes tinham-se transformado em “dinguango” pois que só queriam matar os outros sem motivos ou razões falsas. Em princípio do mês de Agosto, o signatário recebeu chamada do senhor Comandante e legal Representante do senhor Presidente Geral da “UPA”, João Baptista Traves Pereira, para prestar serviços na secretaria do Comando dos Serviços. Dado que os dirigentes da “UPA” são indivíduos destituídos de consciência e raciocínio e somente dotados de má fé, teve de aceitar embora temporariamente o trabalho de secretaria, e isto também para se livrar da morte.

Depois do ataque do Toto efectuado em quinze de Maio do corrente ano, como se ouvia dizer em certas terras do Norte que os nossos irmãos bailundos se revoltaram contra os nacionalistas, o sr. Comandante João Baptista e seus sequazes determinaram a morte de todos os bailundos mesmo sem ideologias de revolta. Assim foram mortos vários bailundos e bailundas inclusive crianças, mesmo pedindo perdão. O signatário e outros estranhos do Bembe, principalmente indivíduos sem conhecimento da língua, não voaram fugindo às atrocidades que a “UPA” exerce por sermos destituídos de asas. Pois não se sabia quem havia de ficar para gozar tão amarga Independência.

* * * * *

Em meados do mês de Setembro estando ausente o Sr. Comandante militar João Baptista Traves Pereira em missão de serviço, foi informado verbalmente por senhor António Angelino de Quindege, que tinha chegado do Songololo uma carta do Comandante daquela Unidade destinada ao Comandante do Caluca, senhor Samuel Dela-Pante, informando-lhe que tinha atravessado a fronteira um contingente devidamente armado dum dito Movimento de Libertação de Angola (MPLA), com dois mestiços e nossos irmãos de Nambuanguo. Este Movimento é de gente de Kaluanda. São contrários às nossas ideias e no entanto inimigos. Deverá efectuar captura do mesmo ou comunicar senhor Comandante Geral João Baptista. O signatário acompanhado do senhor Angelino teve que se deslocar para o Quartel do Comando dos Serviços, perguntar ao senhor Sub-Comandante Manuel Carlos, do Bonde – campeões da matança, a fim de constatar se tinha recebido alguma carta de Léopoldville ao que respondeu que recebera uma carta vinda do Songololo mas estava escrita em Kicongo. Recebida a mesma verifiquei que o seu conteúdo correspondia com a informação do senhor Angelino.

Perguntei as decisões que tinha dado e respondeu-me que por enquanto nenhuma. Enquanto conversava com Angelino, ouvi do referido sub-Comandante, a ditar uma carta em Kicongo e que era escrivão da mesma um moço de nome Huancana Miguel, visto o mesmo sub-Comandante ser analfabeto. Na carta dizia: Sr. Samuel, o nosso Comandante está ausente mas no entanto efectua-se a captura e recebe-se tudo que trouxeram e seguem presos até Léopoldville. Solução dada por nosso velho Manuel Sansala. Em face destas decisões de gente tão ignoda [*sic*], e como se ouvia quase na boca de todos os militantes por exemplo Huancana Miguel e Neves Nicolau e muitos outros que os “guisacos” têm de ser mortos e recebamos os materiais. Se chegarem aqui será um perigo para nós. Porque eles venham conhecer onde a gente esconde e vão dizer os brancos. Vendo o risco de vida que corria para aquele contingente irmão, e saber que quando a “UPA” fala, fala mesmo, e interrogando dois indivíduos de nomes

Daniel Ernesto Velozo, ex-microscopista do Combate à Doença do Sono, assimilado, natural do Vamba-Bembe, e Paulino Eduardo, do Bonde, ex-dirigente da “UPA”, o que significava a palavra: Libertação; baseando-me no MPLA a resposta foi unânime: São guisacos. E portanto merecem a morte. Estes indivíduos encontravam-se nesse momento em minha casa, ouvir noticiário, numa mata de nome “Quintumbo”. O referido Veloso, assistiu à chegada do tal contingente ao povo Caluca e foi o portador da carta do Songololo para o Quartel do Bembe, segundo o mesmo me havia declarado por ser compadre do finado meu tio Cadete. Que os homens traziam porrada de medicamentos, material, emblemas e bandeira. Para tentar remediar o mal tinha escrito uma carta confidencial e urgente para o senhor Baptista porque talvez fosse o único que me compreendia, pedindo-lhe salvar aquele contingente, visto se tratar de filhos genuínos de Angola e que lutam pela Independência do nosso País. Chamei-lhe ainda atenção de ser o único responsável dos massacres ao contingente do “MPLA” se isso vir acontecer. Carta que ainda se encontra no arquivo do Bembe, isto é se a não trouxe consigo. Dias depois fui visitado por um sujeito de cujo nome Pedro Timóteo, guitarrista, natural do povo Pinda-Caluca acompanhado do seu miúdo Elizeu, natural de Lobito que me informou pessoalmente o que se tinha passado com os homens do “MPLA”. Que traziam material, medicamentos, uma bandeira de pano do seu movimento, emblemas onde se liam “MPLA”, 27.000 em dinheiro de escudos, um aparelho de rádio de consumo de pilhas de lâmpada e um pequeno aparelho que ele Timóteo desconhecia. Perguntei-lhe se se tratava dum Posto de Emissora e disse-me que nunca tinha visto semelhante aparelho. Que foram presos já próximo do Rio Caluca quando receberam uma carta do senhor Secretário-Geral da “UPA”, José Manuel Peterson. Que dos artigos que eram portadores, tinham sido recebidos e apenas lhes tinham sido entregues 2.000 escudos para passagens do Comboio a Léo. Que o aparelho de rádio estava sendo utilizado para ouvirem noticiário. E que os restantes escudos seguiriam à mão dos Jeuneses. Que sabia informar porque na altura prestava serviços de escrita no referido Quartel. Que ele tinha recebido a minha carta para não maltratar o referido Contingente até ordens do Sr. Comandante Baptista. Que foram amarrados de mãos atrás mas não espancados. Que eram obedientes, inteligentes. Perguntei-lhe se quando os deram a voz de prisão não mostraram caras de revolta ao que respondeu que sofreram com resignação.

Passado dias constou-me por alto que os coitados homens tinham sido mortos no Fuesse. Logo que o Sr. Comandante Baptista regressou da viagem, perguntei-lhe se tinha recebido uma minha carta confidencial e que démarches havia dado sobre o assunto. Respondeu-me com a cara de pouco amigo e disse que tinha recebido sua carta e escrevi para o Samuel Dela-Pante. E mais não me disse. Em face dos acontecimentos aborreci viver no meio dos irracionais, que não sabem o que querem e então pedi por escrito ao Sr. Comandante, queixando da pobreza, ter irmão menor no Congo e ter que acompanhar minha família para Léopoldville. Só assim que teve de me demitir e passar guia e partindo no Bembe dia 24 (vinte e quatro de Outubro). O mesmo Baptista era companheiro de viagem do Bembe ao Fuesse. Chegámos ao Pinda-Caluca dia 25. Encontrámos o Comandante Samuel ausente em Léo e o Timóteo ter ido ao Quartel fazer parte dum ataque, pois que os brancos se dirigiam para Quartel da “UPA” em

Caluca. No dia seguinte, o povo Pinda estava cheio de gente fugido da estrada onde os brancos perseguiram os nacionalistas.

Partimos nesse povo no dia 26 chegando ao Gando dia 29, onde encontramos um indivíduo de nome Afonso Lopes, Comandante daquela Região, e que dizia ser cunhado do senhor Presidente Geral Holden Roberto. Embora ter cara de carrasco, mal chegámos simpatizou-se comigo chamando-me para confidenciar com ele. Na nossa conversa perguntei-lhe se por ali tinham passado alguns gajos do movimento do “Pelo” como eles o chamam, ao que me respondeu apressadamente que os gajos ali haviam passado e foram mandados levar correio para o Salazar. Que no Fuesse não havia brincadeira. Quando lá chega um “guisaco” é tratado logo da saúde. O nosso trabalho está prosseguir. Depois perguntou se fosse também comigo, qual seria a minha reacção vendo um inimigo em minha perseguição. Minha resposta foi sem demora – matá-lo. Vi o homem, pobre do espírito, a sorrir.

Não quis dar-nos passagem para Fuesse porque nos dizia que os brancos patrulhavam toda a estrada da Damba-Salvador. Que poderíamos permanecer dois ou três dias até que houvesse passagem. Ainda no mesmo dia descobrimos as suas manhas. Pois os homens do lado do Fuesse passavam à vontade e para nós haviam brancos. Ficámos logo atrapalhados embora semi-calmos, visto o terreno que pisávamos era bastante falso. Nesta tragédia sr. Baptista havia passado, finalmente mandou perguntar ao Sr. Presidente André Casimiro do Fuesse se poderíamos passar. Só no quarto dia fomos autorizados passar.

Chegámos à 1ª Secção do Fuesse-Gigima ali encontramos um indivíduo de Malange de nome Raimundo, ex-soldado do Exército Português fugido do Noquil! Como se tratava de indivíduo da nossa linha de baixo, solicitei-o se sabia alguma coisa dum contingente do “MPLA” que tinha sido preso do Caluca e conduzido ao Fuesse. Respondeu-me que “Tua bitixa ku mu lenge”. Que Fuesse afamado não havia brincadeira que era tratado de saúde sem demora possível qualquer sujeito oposto às ideias da “UPA” e que somente a “UPA” recebia a Independência de Angola.

Continuámos a viagem até ao Fuesse propriamente dito. Encontrámos apenas o Sr. Presidente geral André Casimiro. O qual determinou que fôssemos recebidos todos e quaisquer papéis escritos de que éramos portadores. Depois desta ordem o signatário estava cheio de horror por ter nos bolsos alguns apontamentos de certas ocorrências. Depois fomos chamados ao Bureau e interrogados quanto à viagem e se, conhecíamos outro movimento além da “UPA”. Ao que respondemos que nunca ouvimos em Angola outro movimento senão o da “UPA”. Satisfeitos connosco embora cinicamente, disseram-nos que havíamos de esperar por sua Excelência o Secretário-Geral de Angola, José Manuel Peterson que se encontrava ausente em Léo. Fomos conduzidos até ao Quartel dentro duma mata tremendíssima que mal se via o sol. Ali, encontramos dois sujeitos de Malange um deles de nome Manuel Simão, ex-motorista da Brigada de Pentamidi-nização Móvel nº 4 que me informou da matança que se efectuava no Fuesse por Dirigentes da “UPA”. Preveniu-me que tivesse cuidado em conversar com os homens da “UPA” pois que todos eram espíões. Aproveitando a oportunidade perguntei-lhe do movimento do “MPLA” e do seu contingente que ali tinha vindo preso. Disse-me que logo que aquele contingente aí chegou foi imediatamente condenado à morte. Que ali

não havia brincadeira. Que [por] tudo e por nada só havia justiça da pena da morte. Que o carrasco que os tinha executado era um indivíduo de nome Vieira, que usa “pera”, um tal motorista que não sabia falar português. Indicou-me o caminho que seguia no local onde têm morto os homens opostos à “UPA”. Que antes da morte são submetidos num “Capanga”. Que os primeiros executados tinham sido os mestiços e depois os irmãos de Nambuanguo. Que éramos felizes por não termos encontrado um tal ordenança do Presidente Casimiro de cujo alcunha “Barriga”. O tal Barriga é tão prejudicial como a cobra chamada “Bamba”. Que bastava compreender o seu nome para o temer. Que sendo preso e conduzido ao Fuesse, era o bastante para perder a esperança de viver.

Pois os carrascos da “UPA” matavam os outros como se fossem galinhas. Pedi-lhe se poderia já agora, mostrar qualquer objecto que possa servir de identificação do referido Contingente.

Imediatamente foi buscar um emblema de metal onde se lia “MPLA”. Depois, acrescentou que em casa onde Simão dormia estava lá também uma peça de bandeira do tal movimento. E se precisava de mais esclarecimentos que ele estava disposto a fornecer. Que o tal Raimundo vinha vigiar-nos e que tivéssemos muita cautela, pois que a “UPA” não conhece parentes.

Achando que as informações eram mais que concretas, dei o assunto por terminado.

Isto é tudo quanto aconteceu. Mais o signatário acrescenta que no Bureau da “UPA” estão alguns rapazes do Bembe e o mesmo Baptista que nenhum deles poderia desmentir o seu relatório. Que tudo quanto disse é relatório de carácter bem seguro.

Ressalvo os erros e rasuras.

Léopoldville, 6 de Dezembro de 1961.

Aristides Mateus Cadete.

... uma vigiar-nos e que tivéssemos
muita cautela, pois que a "U.P.A." não conhece
parentes. —
Achando que as informações eram mais que
concretas, dei o assunto por terminado. —
Isto é tudo quanto aconteceu. Mais, o signatário
acrescenta que no Bureau da "U.P.A." estão
alguns rapazes do Bembe e o mesmo
Baptista, que nenhum deles poderia desmentir
o seu relatório. Que tudo quanto disse é rela-
tório de carácter bem seguro. —
Ressalvo os erros e rasuras.
Leopoldville, 6 de Dezembro de 1961.
Aristides Mateus Cadete

Aditamento ao Relatório sobre o massacre de Fuesse

[dactilografado]

ADITAMENTO AO RELATÓRIO REFERENTE AO MASSACRE DO ESQUADRÃO DO MPLA OCORRIDO EM OUTUBRO ÚLTIMO PELOS MILITANTES DA UPA NO FOICE [sic], APRESENTADO PELO JOSÉ ANTÓNIO AGOSTINHO EM 9 DE DEZEMBRO DE 1961.

Por informações teve conhecimento e confirma o massacre do esquadrão do MPLA pelos militares e militantes da UPA em Caluca e no Foice. Afirma ter visto a bagagem que o esquadrão levava: – bandeiras, espingardas, munições, pistolas, emblemas, medicamentos, dinheiro, etc.

Informa que os medicamentos têm sido utilizados e o restante da bagagem encontra-se até à data em depósito no Foice.

Informa que o Baptista, comandante da UPA no Bembe, logo que teve conhecimento da prisão do esquadrão do MPLA, abandonou o quartel, alegando que iria a CALUCA, quando a sua intenção foi a de chegar a Léopoldville, a fim de chamar a atenção dos responsáveis da UPA, ilibando deste modo da responsabilidade da prisão do nosso esquadrão. Ficou indignado com a notícia da prisão do esquadrão do MPLA e mais tarde manifestou a sua repulsa pela morte do mesmo.

Mais informa que tiveram conhecimento do massacre do esquadrão do MPLA:

DOMINGOS ADÃO ANTÓNIO DA COSTA, enfermeiro, natural de Catete;

ARISTIDES MATEUS CADETE, ex-oficial de diligências do Posto Administrativo do Bembe, natural de Catete.

Posto na fronteira do Congo, mais foi informado pelo MANUEL CAPESSE, angolano, natural de Vila Salazar, refugiado no Congo, residente em Lukala do Congo, Rua Ave n.º 18 de que o irmão deste nome de Ambrósio Manuel e mais cinco angolanos, cujas naturalidades e nomes desconhece, foram massacrados há uma semana pelos militantes da UPA, desconhecendo os nomes de tais militantes.

Os seis mortos, faziam parte de um grupo de dez pessoas que se refugiavam para o Congo a fim de contactarem com o MPLA, na sua maioria estudantes, figurando entre estes o massacrado Ambrósio Manuel.

Os quatro sobreviventes refugiaram nas matas e parece encontrar-se já em BUCAXICA-LEO (território congolês).

JOSÉ ANTÓNIO AGOSTINHO, informa ainda que qualquer angolano que tenta fugir-se para o Congo e que não seja militante da UPA ou natural de São Salvador, mesmo que apresente uma guia de trânsito passada pela UPA é feito prisioneiro e morto. Ele mesmo, apesar de fazer-se acompanhar de uma guia de trânsito passada pelo Quartel da UPA no Bembe, esteve preso durante sete dias, tendo sido posto em liberdade por milagre.

Junto uma fotocópia das informações referidas.

Relatório sobre o Estágio Militar de Rabat

[dactilografado]

I

GENERALIDADES

Depois de conversações com os ministros dos *Assuntos Africanos*¹ e Defesa do Governo de Marrocos, foi facultado a elementos do MPLA um estágio militar por tempo ao dispor dos interessados.

Se bem que inicialmente se esperasse maior número de militantes, apenas compareceram:

ANTÓNIO JOSÉ PEREIRA AFRICANO NETO

Nascido no dia – 25 de Novembro de 1936 (25 anos), em – Luanda

Estado civil – solteiro

Posto no Exército Português – Alferes miliciano de Infantaria

Especialidade – Armas Pesadas

Outras graduações militares no E.P. – Curso de Novos Métodos de Instrução;
– Estágio de Natação

Ano de Incorporação no E.P. – 1959 – Curso de Oficiais Milicianos da Escola Prática de Infantaria, em Mafra

Unidades em que serviu no E.P. – Regimento de Infantaria, nº10 – Aveiro

Tempo total de serviço prestado no E.P. – 20 meses

Como saiu do E.P. – Desertando

Ocupação na vida civil – Estudante de Medicina na Universidade de Coimbra

JOSÉ RODRIGUES FERREIRA

Nascido no dia – 23 de Setembro de 1939 (22), em – Cabinda

Estado civil – Casado

Posto no E.P. – 1º Cabo de Artilharia

Especialidade – Escriturário

Outras graduações militares no E.P. – Atirador especial de espingarda Mauser
– Ginasta da classe especial de saltos

Ano de Incorporação no E.P. – 1960 – Curso de Sargentos Milicianos do Regimento de Artilharia Pesada nº2 – Vila Nova de Gaia

Unidades em que serviu no E.P. – Batalhão de Metralhadoras nº3 – Porto

Tempo total de serviço prestado do E.P. – 6 meses

Como saiu do E.P. – Licença registada

Ocupação na vida civil – Estudante do curso industrial

¹ O que está em itálico foi corrigido ou acrescentado à mão por Africano Neto.

MANUEL GUEDES DOS SANTOS LIMA

Nascido no dia – 28 DE JUNHO de 1935 (26), em – Silva Porto

Estado civil – Casado

Posto no E.P. – Alferes Miliciano de Infantaria

Especialidade – Atirador

Outras graduações militares no E.P. – Atirador Especial de Metralhadora Ligeira Dreyse e espingarda Mauser; – Curso de Caçadores Especiais

Ano de Incorporação no E.P. – 1958 – Curso de Oficiais Milicianos da Escola Prática de Infantaria, em Mafra

Unidades em que serviu no E.P. – Batalhão de Caçadores nº 7 – Guarda; – Batalhão de Caçadores nº 6 – Castelo Branco; – Batalhão de Caçadores nº 5 – Lisboa; – Regimento de Infantaria nº 9 – Lamego; – Serviços de Inspeção e Verificação de Contas do Ministério do Exército – Lisboa; – Depósito Geral de Adidos – Lisboa

Tempo total de serviço prestado no E.P. – 24 meses

Como saiu do E.P. – Desertando

Ocupação na vida civil – Estudante de Direito na Universidade de Lisboa

Ocupação extra-académica – poeta

Estes três partidários do MPLA, escolheram como designação – “OS TIGRES”

Africano	–	Tigre	II
Ferreira	–	"	III
Lima	–	"	I (chefe eleito)



José R. Ferreira; Instrutor argelino e Africano Neto no Marrocos

E como divisa: “ATÉ AO FIM”

UNIDADE EM QUE SE EFECTUOU O ESTÁGIO – GLS – CAMP HASSAN II – RABAT

Comandante – Capitão BOULHIMEZ BOUAZZA

Características do Comandante – Simpático e camarada para com os subordinados, duro, combativo, inteligente, politicamente esclarecido; integrado nas forças marroquinas da ONU no Congo ex-belga, comandou o sector de Matadi, em 1960 e durante oito meses. Facilitou a entrada de refugiados angolanos, tendo boicotado as acções repressivas das autoridades portuguesas. Simpatizante activo da nossa luta e mostrando interesse em colaborar nela.

CARACTERÍSTICAS DA UNIDADE – Não é centro de instrução mas essencialmente unidade de choque e segurança interna. Nessa medida, não reúne todos os requisitos característicos das unidades de instrução.

INSTRUTOR – Alferes – com tempo de promoção para tenente – H. Semlali

Características – Simpático, cumpridor, combativo mas pouco enérgico, às vezes impreciso nos seus conhecimentos. É também simpatizante da nossa luta e hipotético voluntário.

II

INSTRUÇÃO

Data de início – 27 de Outubro de 1961

“ ” encerramento – 1 de Dezembro de 1961

PROGRAMA – estabelecido de comum acordo.

1 – EDUCAÇÃO FÍSICA

- a) Ginástica e luta de combate
- b) Marchas diurnas e nocturnas
- c) Cross

2 – ARMAMENTO E TIRO

- a) Pistola semi-automática
Calibre 11,43
Opinião – pesada mas certa.
Pistola metralhadora calibre 11,43
Opinião – muito certa e muito simples, reunindo características ideais e com desvio mínimo no sentido vertical.
Espingarda GARAND, Semi-automática, Calibre 7,62
Opinião – Muito certa, apresentando o único inconveniente de o carregador desprender-se, saltando, quando do último tiro para uma certa distância.
Metralhadora ligeira BAAR – Calibre 7,62

Opinião – É certa e leve

Metralhadora BRAWNING [sic] – Calibre 8

Opinião – complicada e muito susceptível a avarias
(não se fez tiro com esta arma)

NOTA GERAL – Para todas estas armas põem-se o problema do municiamento pela diferença de calibre em relação às armas portuguesas.

Morteiro – 60

BAZOOKA –

Minas – anti-pessoal e anti-carro

NOTA – Somente apresentações e conhecimento teórico com minas de instrução.

EXPLOSIVOS –

NOTA – Explicação pormenorizada, por um oficial especializado, sobre preparação e utilização dos principais tipos de explosivos.

Se bem que não tivesse sido possível fazer arrebatamentos de cargas explosivas fizeram-se, contudo, ensaios práticos com detonadores de guerra.

3 – TOPOGRAFIA

NOTA – Conhecimento e formas de terreno. Prática de orientação diurna e nocturna.

LEITURA E ORIENTAÇÃO DE CARTAS, medição de distâncias

4 – INSTRUÇÃO INDIVIDUAL DO COMBATENTE

revisões gerais

5 – TÁCTICA

– Estudo do terreno para acções de emboscada e golpes de mão. Patrulhas: diferentes tipos e modos de actuação. Princípios fundamentais da guerrilha e contra-guerrilha

6 – TRANSMISSÕES

Rádios

– AN/PRC6

– AN/GRC8

– AN/GRC9

7 – CONDUÇÃO

– Jeep

III

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

- Foi-nos oferecido a título provisório e depois definitivo (a nosso pedido) equipamento e farda individual completos, para combate.
- Foi-nos dado apoio moral alojamento e alimentação.
- A nosso pedido serviram de intermediário na compra de livros militares.
- A disciplina foi um tanto frouxa dado as nossas condições especiais.

IV

CONCLUSÕES

– Considerando:

1º O escasso número de estagiários

2º A falta de contacto entre aqueles e o comité revolucionário do MPLA

3º O ritmo acelerado da instrução

4º As características próprias do GLS

– Pode concluir-se como útil e aceitável o estágio, na medida em que os beneficiários sendo já portadores duma bagagem militar puderam, aperfeiçoar-se na generalidade dos casos além de ganharem conhecimentos noutros sectores.

V

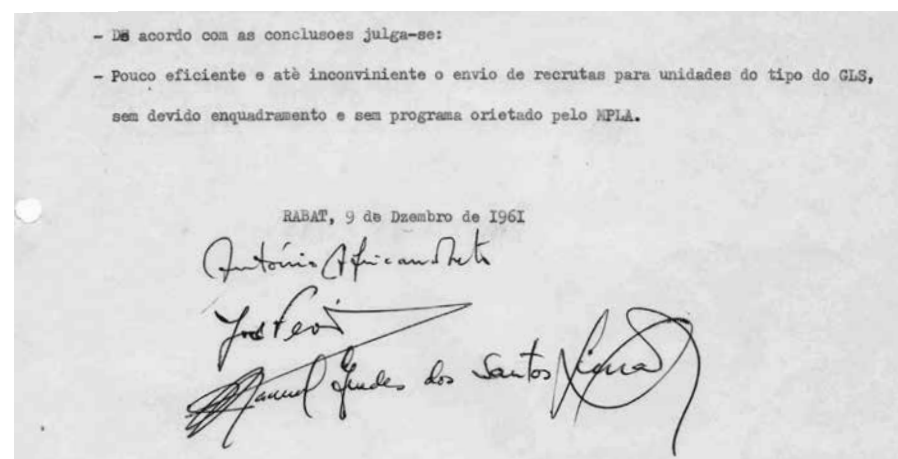
PARECER SOBRE HIPOTÉTICA VINDA DE NOVOS ESTAGIÁRIOS

– De acordo com as conclusões julga-se:

– Pouco eficiente e até inconveniente o envio de recrutas para unidades do tipo do GLS, sem devido enquadramento e sem programa orientado pelo MPLA.

RABAT, 9 de Dezembro de 1961

[assinatura de A. Africano Neto, José Ferreira, Manuel Lima]



Declaração da CONCP à Imprensa

[policopiada, em francês]

[Endereço da CONCP em Rabat]

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO SR. MÁRIO DE ANDRADE PRESIDENTE DO MPLA E DA CONCP

Fora da acção directa, não há salvação possível para os povos em luta contra o colonialismo português. Esse é um postulado que preside ao movimento pela independência dos nossos países.

Expus na minha conferência de imprensa realizada em Léopoldville, a 30 de Outubro último, o desenvolvimento da luta em Angola, nos seus aspectos militares e políticos.

Permito-me hoje voltar a alguns pontos e anunciar novas iniciativas tomadas pelo MPLA.

Repetimos que o combate heróico, levado a cabo pelo povo angolano para a sua libertação nacional, tem insuficiências. Baseando-nos na firme determinação das massas angolanas que reclamam a unidade dos partidos políticos, o Comité Director do MPLA esteve sempre pronto a afastar os obstáculos à constituição de uma Frente de Libertação angolana. Na nossa opinião, a Frente deve surgir de um amplo confronto entre as formações nacionalistas.

Foi por isso que nos opusemos ao ponto de vista expresso recentemente pelo *Bureau* executivo da UPA que preconiza a criação de uma Frente sob sua exclusiva direcção. Da nossa parte não colocaremos qualquer condição prévia à convocação de uma Conferência de unidade que deverá estabelecer, de uma vez por todas, a coordenação político-militar dos nossos esforços, nomeadamente o comando único dos nossos grupos de guerrilha. Se todas essas tentativas falhassem, o campo estaria aberto à luta fratricida em Angola. Não iríamos assumir a responsabilidade de tal situação trágica perante o nosso povo, a África e o mundo.

A questão angolana exige por isso a maior vigilância por parte dos governos dos países africanos independentes.

No momento em que o Sr. Roy Welensky, de conluio com o Sr. Salazar, vai assumir o reabastecimento em armas e munições ao exército português actuando em Angola, é necessário que os governos africanos encarem novas formas mais eficazes de ajuda e assistência à nossa luta de libertação nacional.

Se todo o mundo se dá ao direito de afirmar que já passou o tempo das declarações formais de solidariedade, porque não opor concretamente uma verdadeira Frente africana às manobras dos retrógrados do colonialismo?

Na mesma linha das nossas mensagens anteriores, propomos agora aos governos africanos a convocação de uma Conferência a nível dos peritos ou dos ministros dos Negócios Estrangeiros tendo como objectivo discutir as medidas a tomar contra o Governo português na África central e, mais particularmente, uma acção concertada em Angola.

Esta proposta vai de encontro às sugestões que o Dr. Abdelkrim Khatib tinha feito em Nova Deli, durante o Seminário sobre as colónias portuguesas organizado pelo Conselho Indiano para a África. O Dr. Khatib pronunciou-se a favor de uma nova conferência afro-asiática que fixaria um plano de acção mínimo imediatamente realizável.

O plano deveria incluir um ultimato a Portugal para iniciar o processo de descolonização com uma data precisa. Em caso de recusa, seria necessário criar um corpo de voluntários africanos.

A solução do problema angolano será africana ou não existirá.

O sucesso da nossa luta de libertação nacional inscreve-se no quadro de uma acção concreta da solidariedade africana.

Vamos intensificar a campanha para a libertação dos nossos líderes políticos, em particular do Sr. Ilídio Machado, detido em Luanda, do Rev. Pe. Pinto de Andrade e de Monsenhor Das Neves mantidos arbitrariamente em residência fixa em Portugal, e do Dr. Agostinho Neto encarcerado numa prisão em Lisboa. O Comité Director do MPLA pretende dar à campanha pela libertação do Dr. Neto o mesmo sentido que os nossos irmãos do Quénia deram à libertação de Jomo Kenyatta e que os nossos irmãos argelinos dão à libertação de Ben Bella. O Dr. Agostinho Neto é o nosso Chefe e é o único a poder servir de árbitro amanhã nas eventuais divergências entre os partidos políticos angolanos.

Esta questão também será levada à Comissão dos Direitos do Homem da ONU.

No estrito quadro da sua acção no seio da Organização Internacional, o MPLA pensa ser necessário obrigar o Governo português a cessar imediatamente a guerra de extermínio em Angola, sendo isso necessariamente o prelúdio à abertura de negociações com os movimentos políticos da Angola combatente.

No caso de recusar conformar-se com essa decisão, dever-se-ia aplicar a Portugal as sanções previstas nos artigos 41 e 45 do Cap. VII da Carta, ou recomendar a expulsão de Portugal da ONU.

Mas a atitude real do nosso movimento em relação ao Governo de Salazar traduz-se em termos de uma luta implacável para o seu derrube. Neste sentido, a oposição democrata portuguesa pode tornar-se nossa aliada. Desde que essa oposição se declare pronta a reconhecer o direito à autodeterminação e à independência do povo angolano, já não existiria qualquer obstáculo a uma colaboração frutífera.

No plano da luta geral nas colónias portuguesas, a CONCP cuja sede é em Rabat, já deu a conhecer à imprensa internacional os resultados do seu trabalho coordenador dos movimentos políticos.

Assim o Marrocos, graças à solicitude manifestada em relação a nós, tanto pelo Governo de Sua Majestade Hassan II, como pelas organizações marroquinas, tornou-se a placa giratória dos nacionalistas das colónias portuguesas.

Em resposta à mensagem enviada pelo Presidente da CONCP a todos os chefes de Estado de África e da Ásia, vários desses países tomaram medidas tendentes a realizar o boicote económico e diplomático a Portugal.

O Governo do Ghana proibiu que os barcos e aviões portugueses utilizassem os portos e aeroportos ghanenses.

A República da Indonésia retirou o seu embaixador em Lisboa.

A República do Dahomey eliminou a presença colonial portuguesa constituída pela fortaleza de “S. João Baptista de Ajudá” em Ouhidah.

Por outro lado, a CONCP recebeu, de diferentes estados afro-asiáticos assim como de várias organizações anti-colonialistas do mundo inteiro, testemunhos vibrantes de simpatia e de solidariedade.

Os princípios e as ideias lançadas pela CONCP favoreceram o desenvolvimento das organizações das colónias portuguesas e, em particular, a unidade das formações políticas.

Em Julho último, a Frente Unida de Libertação da Guiné e Cabo Verde (FUL) foi criada em Dakar, na sequência da Conferência presidida pelo Secretário-Geral da CONCP.

Muito recentemente, a 25 de Novembro, diversas formações políticas de Goa – o Goan People’s Party, o Congresso Nacional de Goa, o Goan Liberation Council, o Azad Gomantak Dal e o Goan Club Federation – constituíram-se numa Frente unida de luta.

Todos estes esforços de unidade dos partidos políticos são de molde a acelerar a liquidação do colonialismo português.

Estamos convencidos que o desencadear da luta armada em Angola foi o sinal de alerta e encorajou e que encorajará cada vez mais outros nacionalistas a tomarem iniciativas na mesma direcção.

Rabat, 11 de Dezembro de 1961

Certificado para o estabelecimento do MPLA no Congo-Léo

[dactilografado em papel timbrado, em francês]¹

CERTIFICADO

Eu abaixo-assinado, Ignace KIWEWA, Chefe de Gabinete Adjunto do Ministério do Interior do Governo Central, certifico que o Partido Político “Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA” recebeu do Senhor Ministro do Interior o acordo de princípio em relação à sua organização, proibindo-lhe no entanto qualquer tipo de manifestação popular, esperando o resultado do dossier actualmente em estudo.

Feito em Léopoldville, a 15 de Dezembro de 1961

O CHEFE DE GABINETE ADJUNTO,
I. KIWEWA. [segue assinatura]

¹ Papel timbrado “República do Congo, Governo Central, Ministério do Interior”.

Carta de José Mendes de Carvalho a Lúcio Lara

[manuscrita]

[Nota manuscrita: R.4.1.62]

Winneba, 16 de Dezembro de 1961

Compatriota Lara,

Acontecendo que o nosso primeiro contacto é feito por esta carta quero exprimir-lhe os meus sinceros sentimentos jubilosos pelo laço amistoso e patriótico que nos passa a unir desde já.

Encontro-me num grupo de 23 camaradas angolanos para frequência de um curso militar.

Seguindo instruções do nosso Presidente, devemos enviar-lhe toda a correspondência concernente família ou partido. Como não convém, no momento, falar de Ghana, escrevemos como se estivéssemos em Conacry. Espero saber se devemos continuar procedendo assim e se há confiança no correio.

Seria desnecessário falar-lhe em tal, porque instruções recebi para não permitir qualquer alarme. Faça-o pela exigência dos meus camaradas.

Sinceramente lhe desejo um trabalho fecundo, assim como a todos os camaradas de luta ao seu lado, e felicidades à sua família.

Segue também um relatório da primeira semana passada aqui, segundo pedido do Sr. Mário.

Um forte abraço do compatriota e amigo,

[assinatura de José Mendes de Carvalho]

BUREAU AFRICAN AFFAIRS

P.O.Box M.24

WINNEBA – GHANA

Sinceramente lhe desejo um trabalho fecundo, assim como a todos os camaradas de luta ao seu lado, e felicidades à sua família. Segue também um relatório da primeira semana passada aqui, segundo pedido do Sr. Mário. Um forte abraço do compatriota e amigo.

José Mendes de Carvalho
BUREAU AFRICAN AFFAIRS
P.O. Box M. 24
WINNEBA - GHANA

Comunicado do MPLA sobre Libertação de Goa

[policopiado]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

NACIONALISTAS ANGOLANOS E DE OUTRAS COLÓNIAS
PORTUGUESAS!

MANIFESTEMOS A NOSSA ALEGRIA PELA LIBERTAÇÃO DE GOA!

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) convida todos os nacionalistas angolanos e de outras colónias portuguesas residentes na República do Congo a comparecerem no dia 26 de Dezembro, Terça-feira, às 16 horas, diante do edifício da embaixada da UNIÃO INDIANA – Avenue 8ème Armée, Kalina (parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Congo), a fim de manifestarem a sua solidariedade para com o Governo da União Indiana, bem como o seu entusiasmo pela vitória alcançada pelo povo de Goa sobre o nosso secular inimigo comum – O COLONIALISMO PORTUGUÊS.

Léopoldville, 21 de Dezembro de 1961

[carimbo do CD do MPLA]

O COMITÉ DIRECTOR DO MPLA

Relatório de um Representante da Cruz Vermelha

[manuscrito, em francês]

28-12-61

RELATÓRIO CONFIDENCIAL

Depois de ter organizado a minha Equipa de SOCORRISTAS, como de costume, decidi deixar a Base Central da Cruz Vermelha Internacional no dia 21-12, de manhã, e dirigir-me ao território angolano.

Para visitar alguns lugares diferentes onde poderia ver os refugiados adoentados e especialmente os que estão impossibilitados de chegar à República do Congo. E esses locais são os seguintes: Konga, Noki, Luvu, Madimba e Demba, etc.

1º Região de Demba quase ocupada por vários nacionalistas depois de terem lutado contra um fraco Exército Português.

2º Em Madimba, a Juventude da UPA porta-se como um louco, atacava um grupo de militares do MPLA. Segunda-feira de manhã, apenas dois rapazes do MPLA foram presos, e sexta-feira 2 [?] membros foram mortos apesar da minha intervenção para a

sua libertação mas o Sr. Vital Edouard, comandante dessa Base, correu connosco. Um destes mortos chama-se PEREIRA.

3º O grupo de militares do MPLA presos desde o mês de Novembro em FUESE foi libertado Sábado à noite, a 23-12-61, depois de ter discutido durante 2 horas com o chefe do Exército de FUESE mas voltaram com as mãos vazias.

4º O desejo deles é de se encontrarem com os dirigentes do Comité Central do MPLA Léo,

Peço-lhe que pague, se possível, uma quinzena de uniformes da Cruz Vermelha Inter[nacional].

... Tomarei medidas de segurança formidáveis para a minha próxima partida para Angola que terá lugar no dia 3 de Janeiro 62.

Obrigado

[assinado por M'Bia Vanga Philippe]

Representante da Cruz-Vermelha Int.

Base Central Songololo

Mensagem de Deolinda Rodrigues à Conf. Afro-Asiática da Mulher

[dactilografada – 2ª via]

[Sem data – 1961]

À CONFERÊNCIA AFRO-ASIÁTICA DA MULHER, CAIRO.

Na impossibilidade de participarmos pessoalmente dessa Conferência Magna da Mulher Afro-Asiática, expressamos por este meio os nossos votos sinceros de muito êxito e bom trabalho, para uma compreensão maior e colaboração mútua e alcance de horizontes mais largos e férteis.

Nós, as mulheres Africanas das colónias portuguesas, dizimadas, oprimidas e diplomaticamente conservadas na ignorância, vendados os nossos olhos à realidade espantosa do progresso da Humanidade pelo colonialismo português, ousamos saudar-vos nesta importante ocasião (e não poderíamos deixar de fazê-lo), levantando as nossas vozes da profundidade da mais miserável condição humana.

Não nos falta vontade de participarmos dessa Conferência e nos juntarmos pessoalmente a vós. Porém, toda a espécie de empecilhos (desde a incapacidade financeira ao cerceamento da liberdade de viajar) da parte do colonialismo português nos impede de fazê-lo.

Somos Mães, Esposas e jovens a quem o colonialismo português nega o direito inalienável da Felicidade, o direito de viver, pensar e progredir, em nossos próprios PAÍSES. Somos as mulheres escravizadas, habilidosamente adormecidas e exploradas durante séculos por um colonialismo desumano, insincero e dizimador.

Estamos a exigir o direito de vivermos como seres humanos e trilhar o caminho da Vida livres do jugo colonialista. Necessitamos do vosso exemplo e do vosso ânimo.

A vossa colaboração nas realizações Afro-Asiáticas para um futuro mais próspero das nossas Pátrias e, conseqüentemente, do Mundo inteiro, encontra eco na Mulher das colónias Africanas sob o jugo português. Avante sempre.

Auguramos muita Ventura a todas as participantes, cooperadoras e Dirigentes da Conferência, assim como os Países representados aí.

Bilhete de Viriato da Cruz a Mário de Andrade

[*manuscrito*]

[*Sem data – 1961*]

MÁRIO,

= Favor de procurar amanhã (19) à hora do almoço ou jantar o BARA da delegação da FMJD, no Hotel France, chambre 104. O Presidente está na chambre 202.

Diz-lhes que a organização de Moçambique se chama: Mozambique African National Union (P.O.Box 1044 – Mwembeladu – ZANZIBAR).

O secretário-geral é o Lukas Nchucha.

= Eles prometeram-nos:

- 1) Publicar uma brochura sobre as colónias portuguesas.
- 2) Dar ajuda material para a nossa organização da Jeunesse (Roneotipos, etc.)
- 3) Bolsas de estudo para quadros médios e superiores.
- 4) Jornada de solidariedade para a altura em que reunir a Conferência das colónias portuguesas.

= Nós prometemos-lhe:

- 1) Um artigo para a revista deles (que deveremos entregar até fins de Fevereiro) sobre a nossa Juventude.
- 2) Proposições concretas sobre as nossas necessidades (da Juventude).
- 3) Dizer-lhes como deverão eles fazer chegar aos presos e às famílias dos presos, em Angola, a ajuda que a FMDJ lhes quer dar.

[*assinatura de Viriato da Cruz*]

Comunicado da FGTK contra entrega de angolanos aos portugueses em Matadi

[*dactilografado, em francês*]

FEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO DO KONGO
“FGTK”

67, Av. Charles de Gaulle – C.P. 1.098
Léopoldville

A Federação Geral do Trabalho do Kongo “FGTK” tomou conhecimento, com indignação, pela radiodifusão nacional congoleza, da entrega, pelos dirigentes do Território de Matadi de alguns refugiados angolanos às autoridades portuguesas, sob pretexto de terem perturbado a ordem pública.

Ela condena este acto criminoso e exige, das autoridades congolezas, uma punição severa para os seus autores.

Por outro lado, a Federação Geral do Trabalho do Kongo solicita que sejam dadas informações detalhadas sobre as condições de entrega desses vizinhos aos alcoses de SALAZAR.

Se após 30 dias não tivessem sido prestadas informações, a FGTK levaria a cabo a sua própria investigação cujo relatório seria publicado e enviado a todas as Organizações internacionais.

PELA FEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO DO KONGO

A. R. SIWA [*com assinatura*]
Secretário Federal

Lei de Disciplina do EPLA

[*dactilografada*]

[*Sem data*]

LEI DE DISCIPLINA DO
EXÉRCITO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
(EPLA)

- Art.º 1º O soldado do EPLA combate para a vitória do Povo e dos ideais da Luta.
- Art.º 2º O soldado do EPLA está pronto a sacrificar a vida na defesa do Povo e dos ideais da Luta.
- Art.º 3º Em todas as suas acções, o soldado do EPLA cumpre, sem hesitação, as leis revolucionárias e as ordens dos seus chefes.
- Art.º 4º O soldado do EPLA é filho do Povo: não maltrata, não ofende nem explora as pessoas do Povo.

- Art.º 5º O soldado do EPLA respeita moral e fisicamente os velhos, as mulheres e as crianças.
- Art.º 6º O soldado do EPLA não toma nem destrói o que pertence às pessoas do Povo.
- Art.º 7º O soldado do EPLA defende todos os bens de Angola – hospitais, casas, escolas, lavras, etc., – e só os destrói por necessidades da luta.
- Art.º 8º O soldado do EPLA coopera na melhoria das condições de vida do Povo para encorajá-lo a participar na luta.
- Art.º 9º O soldado do EPLA é disciplinado e não se rende sem combate.
- Art.º 10º O soldado do EPLA pratica a camaradagem e defende o Moral do Exército e do Povo.
- Art.º 11º O soldado do EPLA faz cumprir, sem hesitação, as leis revolucionárias e as ordens dos seus chefes.
- Art.º 12º O soldado do EPLA trata os seus chefes e os seus subordinados com energia e fraternidade.
- Art.º 13º O soldado do EPLA não abandona um camarada de combate.
- Art.º 14º O soldado do EPLA responde pela conservação do material que lhe é distribuído.
- Art.º 15º O soldado do EPLA é bravo no combate e magnânimo na vitória: não mata nem maltrata os inimigos desarmados.



EPLA: Reconhecem-se de pé, a partir da esquerda: Achille (1º), José Condessa (4º), Afonso Bissafi (5º), Mário de Andrade em visita (7º), Silvério Paím (8º) e Manuel Lima (10º). Ajoelhados: Africano Neto (1º), José Ferreira (6º)

- Art.º 16º O soldado do EPLA paga prontamente o que deve.
- Art.º 17º O soldado do EPLA devolve prontamente tudo o que lhe é emprestado.
- Art.º 18º O soldado do EPLA repara prontamente todos os prejuízos que causa.
- Art.º 19º O soldado do EPLA é correcto nas atitudes e na linguagem.
- Art.º 20º O soldado do EPLA tem o direito de exigir, junto dos órgãos militares competentes, que os seus direitos sejam respeitados, de acordo com as leis revolucionárias e os ideais da Luta.
- Art.º 21º O soldado do EPLA tem o direito de exigir tratamento sem discriminação.
- Art.º 22º O soldado do EPLA pode casar desde que obtenha autorização do Comandante da Zona.
- Art.º 23º O soldado do EPLA tem direito a funeral com honras militares.
- Art.º 24º As violações à presente lei de disciplina são punidas com:
- 1 – Repreensão simples;
 - 2 – Repreensão em parada;
 - 3 – Repreensão registada;
 - 4 – Suspensão do direito de combater;
 - 5 – Expulsão;
 - 6 – Fuzilamento.
- Art.º 25º A suspensão do direito de combater implica despromoção.
- Art.º 26º A repreensão simples é aplicada, em cada escalão, pelo respectivo comandante.
- Art.º 27º A repreensão em parada é aplicada, em cada escalão, pelo comandante, depois de ouvir o comissário político respectivo.
- Art.º 28º A repreensão registada e a suspensão do direito de combater são aplicadas, em cada escalão, pelo respectivo Conselho.
- Art.º 29º A pena de expulsão é aplicada pelo Conselho do Estado Maior do EPLA.
- Art.º 30º A pena de fuzilamento pode ser aplicada pelo Conselho do Estado Maior ou pelos conselhos de escalão. O Conselho de escalão só pode aplicar a pena de fuzilamento por crimes cometidos na frente de combate.
- Art.º 31º Nenhuma pena pode ser aplicada sem que se respeite a liberdade de defesa do acusado.
- Art.º 32º Por feitos notáveis, o soldado do EPLA pode ser louvado pelo Conselho do Estado Maior ou por conselho de escalão.
- Art.º 33º Para recompensar aqueles que se tenham distinguido pelo seu heroísmo ou por feitos excepcionais, o Conselho do Estado Maior decidirá da condecoração do soldado do EPLA. O Conselho do Estado-Maior dará publicidade à condecoração.

- Art.º 34º Os conselhos de escalão comunicarão os louvores e as penas ao Conselho do Estado-Maior, o qual decidirá do seu registo e publicação.
- Art.º 35º O Conselho é constituído, no Estado Maior e em cada escalão, pelo comandante, que o preside, pelo comissário político e por três soldados escolhidos por este comissário político.
- Art.º 36º O Comandante deve reunir o Conselho sempre que qualquer dos seus membros o julgar necessário.

Tópicos sobre a Situação da Mulher Angolana

[dactilografado]

[Sem data]

I) CONTEXTURA [sic] POLÍTICO-ECONÓMICA EM QUE VIVE A MULHER ANGOLANA

- a) No campo internacional
- b) Em Angola (no campo nacional)

II) LIMITAÇÕES SOCIAIS:

(Referência a classes ou antes a grupos profissionais da mulher angolana segundo o meio ambiente em que vive):

- a) A mulher que trabalha no campo – suas condições de vida
- b) A mulher operária das cidades
A mulher que trabalha na fábrica
A mulher funcionária
- c) A mulher “parasita” sem qualquer profissão (referência à destribalização, ao analfabetismo, à miséria, à prostituição).

III) SUAS PERSPECTIVAS DE VIDA:

(Referência ao que de bom existe nas instituições ditas “gentílicas” que ainda existam ou em vista de desaparecimento).

- a) Situação da mulher destribalizada em Angola
- b) A mulher angolana perante o problema de colonização
- c) Situação da mulher destribalizada nos novos países africanos independentes.
- d) Novas aspirações e correntes ideológicas da África actual (referência a sistemas capitalistas e socialistas em África – suas formas).

IV) QUAIS OS PROCESSOS DE AFIRMAÇÃO DA MULHER ANGOLANA DE HOJE

- a) Referência ao sindicalismo e às organizações femininas de hoje.
- b) Processos de emancipação da mulher noutros países.

V) POSIÇÃO DA MULHER ANGOLANA NO PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DE ANGOLA E DE ÁFRICA EM GERAL

VI) REAIS POSSIBILIDADES QUE ESSES MESMOS [PROCESSOS] DE EMANCIPAÇÃO AFRICANA DE HOJE APRESENTAM EM ANGOLA

- a) Qual a finalidade objectiva ou oportunidade destas organizações.

VII) RESOLUÇÕES FINAIS

- Processos mediatos e imediatos e sob que formas.

Programa (Interior) – documento do MPLA

[dactilografado – 2ª via]

[Sem data]

PROGRAMA (Interior)

1. Situação internacional. Conclusões para a luta em Angola.
2. Análise da evolução em Angola depois do começo da luta. Avaliação da evolução geral do movimento geral de libertação. Análise da actividade dos diferentes partidos e organizações. A situação actual em Angola (política, militar, económica) e a situação actual dos diferentes partidos e organizações.
3. MPLA – autocrítica. Situação actual do MPLA (sua posição no interior de Angola e no plano internacional). O estado actual da estrutura da organização.
4. Os objectivos do MPLA. Objectivo principal: independência (inimigo principal). Formulação dos objectivos para depois da independência. (Objectivos para TODAS as camadas da população. Objectivos que o povo pode efectivamente atingir por uma luta realista).
5. Determinação da Táctica do MPLA para atingir o objectivo principal.
 - a) Apelo ao governo português para a solução prática do problema de Angola.
 - b) Apelo aos portugueses, em Angola, para que eles apoiem a luta de libertação.
 - c) Apelo para o Front unido de todas as organizações nacionalistas. (Formação do CNRA).
 - d) Estrutura da organização da luta armada. (Primeiras unidades de combate, comandos, zonas livres, etc.).

6. Tarefas imediatas:
- Publicação do “Manifesto da Revolução Angolana”.
 - Formação do CNRA.
 - Reorganização do MPLA. (Conselho de Defesa; Secretariado; Repartição Relações Exteriores).
 - Medidas concretas para a formação do Front unido. Tática para com as outras organizações, personalidades notáveis, sobas, etc.
 - Treino, armamento, organização das primeiras unidades de combate.
 - Criação de uma zona livre em Angola.
 - Formação do Estado-Maior.
 - Tática das relações internacionais do MPLA.
7. “Solução pacífica” pela negociação. Só para mostrar a nossa boa vontade. Não é provável que os portugueses aceitem a oferta de “solução pacífica”. Esta tática é por conseguinte, unicamente para ganhar a opinião pública mundial e os Estados moderados de África (pró-ocidentais).
Apresentar a “solução pacífica” com dignidade.
Estabelecer as nossas reivindicações mínimas para esse fim.
(Ser-nos-á impossível recuar em relação a essas reivindicações mínimas).
Ao estabelecer as reivindicações mínimas deveremos ver, primeiramente:
- Que repercussão terão nas massas essas reivindicações?
 - Como poderão os outros partidos “explorar” o nosso quadro de reivindicações mínimas?
- Exemplo:
- Fim imediato das operações militares e regresso das forças portuguesas para as bases de origem.
 - Amnistia geral e incondicional e libertação de todos os prisioneiros políticos.
 - Garantias para o exercício de direitos democráticos. Permissão imediata para a actividade livre dos partidos, sindicatos e outras organizações democráticas.
 - Eleição de uma Assembleia Nacional até fim de 1962, na base do voto igualitário, directo e secreto para todos os cidadãos a partir de x anos de idade, sem discriminação de raça, sexo, grau de instrução e de fortuna, religião.
 - Imediatamente após a constituição do Parlamento, formação por este de um governo angolano autónomo.
 - Formação de órgãos administrativos locais, em todas as cidades e restantes povoações, por meio de eleições.
 - Fixação de uma data para a independência de Angola. Prazo máximo: fim de 196x.
8. Só a luta armada pode forçar Portugal a negociar. Por conseguinte ACELERAR os preparativos para o desencadeamento urgente da nossa luta armada.

Duas políticas para a luta armada:

Para o povo e para todas as forças combatentes: Afirmar insistentemente que se pode ganhar a luta armada e que devemos lutar com armas até a vitória final. Impedir – por uma propaganda permanente e poderosa – que a combatividade do povo diminua.

9. Estabelecer a nossa política em relação aos Europeus que vivem em Angola, em relação aos soldados do exército inimigo, em relação aos prisioneiros e aos feridos. (Só admitir medidas de retorsão [*sic*]).
Impedir que o medo dos europeus os leve a uma resistência desesperada.

Manifesto (rascunho)

[*dactilografado – 2ª via*]

[*Sem data*]

MANIFESTO (para publicar)

- Idem Programa.
- Independência. Forma do Estado após a libertação. Independência proveitosa a todas as camadas da população.
-
-
- Apelo ao povo de Angola para continuar a luta. Directivas concretas: O papel da direcção na luta armada; formação de comités de acção; formação de unidades de guerrilhas; Ataques às forças portuguesas; sabotagens: etc.
Tratamento justo aos prisioneiros e aos feridos.
A luta deverá ser travada até à vitória final.
- Observações sobre as zonas livres.
Os nossos Objectivos imediatos:
 - Luta armada eficaz e organizada numa base realista, tendo em conta as nossas possibilidades materiais e as condições gerais da nossa luta.
 - Criar uma zona livre no interior, a fim de nela:
 - Estabelecer-se a direcção militar e a direcção política para o interior;
 - Stockar e fabricar material de guerra;
 - Assegurar o reabastecimento;
 - Treinar unidades militares novas;
 - Constituir, mais tarde, o núcleo do exército regular.

[*Acrescentado por L. Lara: Introdução no seio da upa e portugues*]

CRITÉRIOS para a escolha da zona livre:

- Zona sem quase nenhuma importância para os portugueses. Sem estabelecimentos económicos importantes. Sem vias de comunicação. Sem importantes bases militares do inimigo.
- Terreno inacessível (montanhas, floresta virgem, etc.).
- Os sobas e as populações da região onde estiver a zona livre deverão estar preparados e prontos para ajudar activamente as guerrilhas.
- Zona livre (ou base) perto da fronteira com o Congo e fora da região controlada pela UPA.

MEDIDAS IMEDIATAS PARA A FORMAÇÃO DA ZONA LIVRE:

- Contactar sobas. Promessas políticas. Política ousada e sem complexos.
- Agitadores e propagandistas.
- Stockagem no interior por todos os meios seguros.
- Primeiros representantes para os órgãos locais do novo poder.
- Stockagem no Congo.
- Primeiras unidades de guerrilhas. Designar os comandantes de todas as unidades.
- Segredo rigoroso. Maior prudência. Divisão estrita do trabalho. Cada sector do trabalho deverá ser fechado.

TAREFAS URGENTES

- Reunião no Congo do CD.
- Publicação do manifesto.
- Armas.
- Aceleração dos treinos e formação das primeiras unidades.
- Zona livre em Angola. (Exército regular).
- Alargamento da zona livre.

Lista dos Cartões de Membro do MPLA, Conakry

[manuscrita por V. Cruz e outros]

[Sem data – provavelmente início de 1961]

20001	Matias Migueis
20002	Luiz de Azevedo Junior
20003	Mário de Andrade
20004	Lúcio Lara
20005	Vicente Cruz
20006	Hugo de Meneses. ✓ (13.7.61)
20007	Eduardo Santos
20008	Dalhinda Rodrigues
20009	Carlos Rocha.
20010	Ruth Rosenberg Lara
20011	Americo Boavida
20012	Maria Judith Vaz dos Mártires Santos.
20013	Miguel Trovoada
20014	Jose Fret.
20015	Ruth Pflüger Lara.
20016	Jonas Malheiro Savimbi.
20017	Maria Luiza Gaspar.
20018	Ruth Neto.
20019	Luiz de Almeida.
20020	Dandario da Graça
20021	Eduardo Webber.
20022	Maria da Conceição Boavida.
20023	Francisco Raimundo Sousa e Santos (Brasil)
20024	Pascoal Fortunato (Jacinto Ant6nio) (Brasil)
20025	Graca da Silva Tavares.
20026	Jose Manuel Gonçalves (Brasil)
20027	Paulo dos Santos Matoso Neto.
20028	João Gabriel (nascido em Catumbela, 15.8.940)
20029	Edmundo Melo Rocha
20030	Inoc6ncio Matoso Câmara Pires
20031	Alfredo de Jesus Passos. —
20032	Gentil Viana.
20033	Serafina de Assis.
20034	Luís Alves Monteiro
20035	Máximo Constantino Pinta
20036	Belmiso Mendes Senedo

20037	TERESA PEDRO GOMES
20038	MÁRIO ALBERTO DE ASSIS
20039	FERNANDO DIAS VAN DÚNEN
20040	MARIA ILLA TELES CARREIRA JOSÉ DE FIGUEIREDO ARAÚJO
20041	MARIA ILLA TELES CARREIRA (A Preencher)
20042	JORGE DE ANDRADE HURST
20043	MARIA ILLA TELES CARREIRA
20044	FERNANDO CHAVES RODRIGUES
20045	HENRIQUE DE CARVALHO SANTOS
20046	FRANCISCO BELEM RODRIGUES
20047	ANTÔNIO AFRICANO NETO
20048	CARLOS PESTANA HEINEKEN
20049	HENRIQUE TELES CARREIRA
20050	AUGUSTO LOPES TEIXEIRA
20051	ALBERTO DO CARMO BENTO RIBEIRO
20052	CARLOS DOS SANTOS RÚBIO
20053	RUI VOSS FILÓMENO DE SA
20054	ANTONETTE JOSÉ CARLOS
20055	JOÃO VIEIRA LOPES
20056	Antônio Macedo
20057	Francisco Rangel
20058	Eurico Wilson
20059	Silvestre Lopes
20060	Filipe Amado
20062	Antônio dos Santos Pinto
20064	Fernando Octávio
20063	
20064	
20065	→ Manuel Guedes dos Santos Lima
20066	
20067	
20068	- Gentil Monteiro Abel Traça
20069	- Jorge de Castro e Silva de Moraes
20070	
20071	
20072	- Fernando Guilherme da Rocha Van-Dúnen
20073	- Bernardo Nacido.
20074	- Costa Andrade.
20075	

20001	Matias Migueis	20037	Teresa Pedro Gomes
20002	Luiz de Azevedo Júnior	20038	Mário Alberto de Assis
20003	Mário Andrade	20039	Fernando Dias Van Dúnen
20004	Lúcio Lara	20040	José de Figueiredo Araújo
20005	Viriato da Cruz	20041	(A Preencher)
20006	Hugo Menezes (13.7.61)	20042	Jorge de Andrade Hurts
20007	Eduardo dos Santos	20043	Maria Ilda Teles Carreira
20008	Deolinda Rodrigues	20044	Fernando Chaves Rodrigues
20009	Ruth Rosenberg Lara	20045	Henrique de Carvalho Santos
20010	Carlos Rocha	20046	Francisco Belém Rodrigues
20011	Américo Boavida	20047	Antônio Africano Neto
20012	Maria Judith Vaz dos Mártires de Santos	20048	Carlos Pestana Heineken
20013	Miguel Trovoada	20049	Henrique Teles Carreira
20014	José Fret.	20050	Augusto Lopes Teixeira
20015	Ruth Pfluger Lara	20051	Alberto do Carmo Bento Ribeiro
20016	Jonas Malheiro Savimbi	20052	Carlos dos Santos Rúbio
20017	Maria Luísa Gaspar	20053	Rui Voss Filomeno de Sá
20018	Ruth Neto	20054	Antonette José Carlos
20019	Luiz de Almeida	20055	João Viera Lopes
20020	Desidério da Graça	20056	Antônio Macedo
20021	Eduardo Webber.	20057	Francisco Rangel
20022	Maria da Conceição Boavida	20058	Eurico Wilson
20023	Francisco Raimundo Sousa e Santos (Brasil)	20059	Silvestre Lopes
20024	Pascoal Fortunato (Jacinto Antônio) (Brasil)	20060	Filipe Amado
20025	Graça da Silva Tavares	20061	Antônio dos Santos Pinto
20026	José Manuel Gonçalves (Brasil)	20062	Fernando Octávio
20027	Paulo dos Santos Matoso Neto	20063	
20028	João Gabriel (nascido em Catumbela, 15.8.940)	20064	
20029	Edmundo Melo Rocha	20065	
20030	Inocêncio Matoso Câmara Pires	20066	Manuel Guedes dos Santos Lima
20031	Alberto de Jesus Passos.	20067	
20032	Gentil Viana.	20068	Gentil Monteiro Abel Traça
20033	Serafina de Assis.	20069	Jorge de Castro e Silva de Moraes
20034	Luis Alves Monteiro	20070	
20035	Mariano Constantino Prata	20071	
20036	Belmiro Mendes Semedo	20072	Fernando Guilherme da Rocha Van Dúnen
		20073	Bernardo Macedo
		20074	Costa Andrade
		20075	

Relatório da Reunião de Estudantes Africanos nos EUA

[policopiado]

RELATÓRIO da
Reunião dos Estudantes Africanos das Colónias Portuguesas
Camp Green Lane, Pennsylvania 8 – 10 de Dezembro
de 1962 [1961]

A reunião começou dia 9 de Dezembro de 1961, de manhã, com a presença de um estudante de Moçambique, um estudante da Guiné e 15 estudantes de Angola. Como convidados especiais: menina Rose Thomas, Dr. Eduardo Mondlane e Sr. Jonas Savimbi, durante a reunião inteira e a família Brancel e Dr. Thomas Okuma, durante parte da reunião.

Dia 9 de manhã:

Aberta a sessão pelo Dr. Eduardo Mondlane, foram eleitos presidente e Secretário – o Dr. Eduardo Mondlane e Deolinda Almeida, respectivamente – para as sessões desta reunião. Em seguida, o Dr. Eduardo Mondlane expôs a necessidade de os estudantes das colónias portuguesas se organizarem para melhor considerarem os problemas dos seus países. Referindo-se aos estudantes Africanos nos Estados Unidos, o Dr. E. Mondlane salientou o aumento dos últimos anos, a existência do All-African Student Association e de grupos regionais de estudantes africanos incluídas nessa organização. Em seguida, ele focou a colaboração e esforço da menina Rose Thomas, do Sr. José, da USNSA e de um grupo de estudantes em Nova York, para a realização desta reunião. O casal Brancel foi apresentado.

O Sr. F. Brancel dirigiu-se então ao grupo realçando a necessidade de dirigentes dedicados e de coração sábio para levantar Angola e não para esmagá-la com outra exploração. Depois de exaltar a capacidade que o Africano tem de perdoar em lugar de se vingar, o Sr. Brancel falou sobre a prisão dele em Angola e acerca de vários casos da repressão portuguesa. A esperança dum futuro melhor está no facto de que o “povo está pronto, embora os portugueses aleguem que a luta vem do exterior”. Dona Margarida Brancel falou da experiência dela quando da prisão do marido e da necessidade de “chocar o público americano, transmitindo-lhe a realidade Angolana. Os jovens em Angola estão prontos a fazer qualquer coisa e pode-se contar com a gente lá”. Seguiu-se um período de perguntas ao casal Brancel.

O Sr. J. Savimbi referiu-se à prontidão dos países africanos para ajudar a revolução angolana, ao facto de haver nesta motivos de orgulho e de lamentação, como em todas as outras revoluções, ao ânimo que a luta armada deu ao povo e concluiu: “Todos os partidos devem participar activamente na liquidação do colonialismo rapidamente, se possível. O caminho é longo e difícil, mas exige que cada um contribua com o possível, num sentido positivo; apesar das tendências diferentes de cada partido, o inimigo é comum.” No período de perguntas ao Sr. J. Savimbi, analisou-se ligeiramente o carácter

da luta armada conduzida pela UPA e realçou-se a necessidade duma crítica construtiva. No dizer do Sr. Sebastião Ramos Pinto, “a acção já foi começada. O importante agora é continuar e libertar o País” e, no dizer do Sr. Philippe Miguel: “O que nos impede a fazer melhor, se a UPA começou mal a luta armada em Angola?” Acalmados os ânimos partidários e divergências individuais, concluiu-se que publicidade da situação angolana, por todos os meios possíveis, constitui uma das melhores contribuições que os estudantes aqui podem prestar.

Dia 9 de tarde:

O Dr. E. Mondlane abriu a sessão examinando a necessidade e o carácter de uma associação de estudantes das colónias portuguesas neste país. O Sr. Job de Carvalho fez moção de se votar sobre a formação ou não formação duma associação desse teor, moção secundada pelo Sr. Gil Fernandes; a formação da associação foi aprovada pela maioria. Ao comité provisório, responsável pelo estudo da formação da Associação e suas afiliações e constituído por Jorge Valentim, João Nhambiu, José Chipenda, Jerónimo de Almeida e Deolinda Almeida, a recomendação feita é de que a comissão se reunisse antes do Natal.

Seguidamente e porque se esperava a visita de estudantes americanos no dia 10, discutiu-se a maneira como apresentar os problemas das colónias portuguesas, a maneira como o povo americano pode ajudar e finalmente a Deolinda de Almeida foi escolhida para falar em nome do grupo.

O Dr. Thomas Okuma falou sobre a viagem recente dele a Angola e disse que desconfiança, PIDE, bailundos manejados contra kimbundos e kikongos estão a dividir o povo. A divisão partidária cá fora é também muito perigosa para o futuro de Angola. Respondendo às perguntas que lhe foram dirigidas, o Dr. Okuma afirmou que “os intelectuais e o povo em geral têm ideia de independência, sem dúvida. O povo está pronto, mas qual é o caminho? Os bailundos estão sendo forçados a colher café e se não aceitam são presos.” O Sr. J. Valentim realçou o grande carácter guerreiro dos bailundos, através dos tempos.

Depois de várias referências sobre a acção dos partidos UPA e MPLA no interior de Angola, o Sr. J. Savimbi explicou que “a Frente comum dos sete partidos nacionalistas está longe da unidade, mas é um passo. Aliás, existe um contacto frutífero, embora não seja oficial. Nunca houve uma reunião dos responsáveis para um estudo detalhado. Não existem diferenças de ideologia nem de linha política, mas há pequenos ressentimentos e elementos não angolanos a intervir”.

Finalizando a sessão, o Dr. E. Mondlane encorajou os estudantes a expressarem sentimentos, diferenças e pontos de vista de modo construtivo, a formarem a associação para o povo americano contribuir mais e melhor.

Dia 9 à noite:

Aberta a sessão pelo presidente, foi discutida a posição dos Estados Unidos na questão de Angola, tanto dentro como fora da Organização das Nações Unidas e a falta de contacto com estudantes negros americanos. A menina Rose Thomas sugeriu que os estudantes africanos como os negros americanos devem se esforçar para que haja

uma mais íntima aproximação e compreensão. O Sr. Gil Fernandes disse: – A iniciativa talvez deva partir mesmo dos africanos.

Foi apresentado o filme da NBC sobre Angola. O grupo ficou comovido, no fim houve um minuto de silêncio.

Dia 10 de manhã:

A sessão começou com a presença de estudantes americanos. O Dr. E. Mondlane apresentou-os agradecendo ao mesmo tempo a colaboração positiva que têm prestado. Deolinda Almeida em nome do grupo saudou os visitantes e apresentou alguns dos problemas que o grupo na sessão de Sábado à noite achou necessário fazer sentir aos estudantes americanos. Seguiu-se uma troca de impressões. Dela concluiu-se que os estudantes americanos podem ajudar no sentido de:

1. Apresentarem o problema das colónias port. ao povo americano.
2. Esforçarem-se para acabar com a cooperação dos Estados Unidos com Portugal.
3. Animarem outros no fomento da instrução para estudantes africanos.
4. Facilitarem meios de expor os problemas africanos ao povo americano.
5. Fazerem com que os católicos americanos colaborem também positivamente.

Os representantes da USNSA, WUS e grupo de estudantes de N. York falaram sobre os respectivos organismos. O Sr. Rev. Douglas King disse que os estudantes africanos podem ajudar muito falando de experiências pessoais na terra natal e ajudando americanos a publicá-las. Reconheceu-se o prejuízo da tremenda falta de informação neste país e o Sr. Donald Emerson pediu documentos estatísticos e notícias exactas sobre Angola.

A menina Rebecca Owen disse: “As posições deste país são tomadas pelo governo e sentimos muito que armas americanas sejam usadas em Angola. Temos necessidade de apresentar a verdadeira situação ao povo aqui. Não nos podemos defender e desculpar, mas também podemos trabalhar juntos para impedir isto e aquilo.”

O Sr. Jacob Kuhangua identificou a luta angolana com a do Sudoeste Africano e encorajou o grupo. Este entoou o grande SIVAYA, dedicando-o aos visitantes americanos.

O Dr. Eduardo Mondlane deu por terminada a reunião, depois dos agradecimentos finais apresentados pelo Sr. José Chipenda.

Assistiram à reunião os seguintes: João Gabriel Marques, Armindo Augusto Fortes Necaca Rogues, Zacarias Cardoso, Jorge Valentim, Jerónimo d’Almeida, Augusto Thadeu Pereira Bastos, Philippe Miguel N’saku, Gil Fernandes, João Jamisse Nhambiu, Job de Carvalho, Alphonse Videira, Sebastião Ramos Pinto, Ismael Martins, Mateus Inglês, Bebiana de Almeida, Deolinda Rodrigues Almeida, Rose Thomas, José Chipenda, George Hazelrigg, Don Emerson, Jonas Savimbi, Dr. John Marcum, Jacob Kuhangua, Bill Nottingham, Gerhard Elston, Robert C. Buckle, Richard Wiborg, Fred Brancel, Margarida Brancel, Eduardo Mondlane, Thomas Okuma.

* * * * *

Relatório da primeira reunião da Comissão de estudo de possibilidades da formação de uma União dos estudantes das colónias portuguesas da África nos Estados Unidos.

No dia 13 de Janeiro do ano de 1962, reuniu-se a Comissão encarregada de estudar os meios da formação de uma união de estudantes das colónias portuguesas nos Estados Unidos. A Comissão de que nos referimos foi formada em Camp Green Lane em Dezembro do ano passado findo. Fazem parte da Comissão Jorge Valentim, João Nhambiu, José Chipenda, Jerónimo de Almeida e Deolinda Almeida.

Às 9:15 p.m. com a presença de quatro dos indivíduos nomeados (José Chipenda, Jorge A. Valentim, Deolinda de Almeida e Jerónimo de Almeida) e João Jamisse Nhambiu de Moçambique, a Comissão começou os seus trabalhos na sala de leitura de jornais, no Lincoln Hall em Lincoln University sob a presidência do Sr. Jorge Valentim.

O Sr. Chipenda tomou a palavra, explicando as razões porque se convocou a reunião de Dezembro passado em Camp Green Lane e como foi possível conseguir-se a assistência necessária para que os estudantes vindos das colónias portuguesas se pudessem reunir. Depois do mesmo comitente [*sic*] ter-se referido à singularidade no porte dos estudantes das colónias portuguesas nos Estados Unidos, apelou para os membros da Comissão tentar [?] achar algo de construtivo durante as discussões que se iam seguir.

O Presidente da sessão pediu que se lesse o relatório da primeira conferência de Camp Green Lane, a fim de medir a amplitude das incumbências da Comissão. A Secretária, menina Deolinda de Almeida, desculpou-se por não ter trazido nenhuma cópia do relatório. Após um ligeiro comentário pela falta do referido relatório, a comissão passou a discutir as possibilidades da formação de uma tal união, na seguinte ordem:

- a. Sua necessidade;
- b. Suas finalidades;
- c. Sua estrutura;
- d. Seu nome;

A menina Deolinda disse que achava imperiosa a existência de uma Associação dos estudantes, já que estes têm por dever propagar [*sic*] o criminoso gesto de Port. nas suas colónias e, para tal, tem que coordenar os seus trabalhos e unir os seus esforços particularmente cá nos Estados Unidos. O Sr. Jerónimo de Almeida indagou se essa necessidade de coordenação dos trabalhos e conseqüentemente, da formação de uma associação era sentida só nos Estados Unidos. Quem respondeu disse que a necessidade existe também em outros países. O Sr. Presidente sugeriu que se especificasse o âmbito da acção de uma tal associação, pois que há que reconhecer que a maioria dos estudantes – acrescentou – já se encontra aliada a um ou outro movimento onde desenvolvem as suas actividades propagandistas. Há portanto necessidade de se limitar o campo das actividades. A menina Deolinda disse que uma vez formada a associação os estudantes não falarão como indivíduos mas como membros de um todo, representando estudantes de qualquer das colónias portuguesas.

Os fins imediatos da associação sugeridos na altura são como seguem:

- a. Transmissão de notícias aos estudantes e interessados;

- b. Informação sobre o colonialismo português ao povo americano;
 - c. Ajudar estudantes recém chegados das col.[ónias] aos E.U.;
 - d. Trabalhar junto das Comissões de bolsas sugerindo meios através dos quais estudantes podem ser ajudados quer na fase de adaptação, quer prosseguindo os estudos e se possível durante as férias;
 - e. Promover o incremento do interesse pela cultura africana
- A menina Deolinda perguntou se a associação devia ligar-se a determinadas organizações já existentes, num plano mais ou menos de dependência. Esta questão foi protelada para ser discutida pela reunião geral de estudantes, porquanto se duvidava do poder da comissão para orientar a futura associação.

Quanto à estrutura da Associação, pouco ficou decidido, tendo-se porém chegado à conclusão de que haverá uma direcção composta de:

- a. Um presidente eleito por um ano.
- b. Um secretário;
- c. Um tesoureiro.

As funções de cada um não ficaram definidas. Os membros da Associação serão todos estudantes das colónias portuguesas que se comprometam a respeitar e agir segundo os planos da Associação.

Finalmente, a Comissão manifestou o seu desejo para que a Associação se formasse tão cedo quanto possível e que os estudantes se reunissem pelo menos duas vezes por ano. Já eram cerca de duas horas do dia 14 quando o Presidente declarou a sessão terminada.

Este é o relatório, conforme as notas tomadas pelo secretário durante a sessão.

João Jamisse Nhambiu.

Declaração da CONCP sobre o 4 de Fevereiro

[policopiada, em francês]

[Endereço da CONCP em Rabat]

4 DE FEVEREIRO DE 1962

1º ANIVERSÁRIO DA GUERRA DE ANGOLA

A 4 de Fevereiro de 1961, os patriotas angolanos, sob a direcção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), assaltaram as prisões militares e civis de LUANDA, a fim de libertar os dirigentes nacionalistas presos.

Esta acção heróica dos combatentes angolanos marcou o início da insurreição armada do Povo Angolano contra o colonialismo Português.

Desde essa data, a guerra intensificou-se cada vez mais.

O Governo colonial-fascista português reagiu à insurreição popular montando um aparelho de extermínio em massa, procedendo a rusgas e bombardeamentos com napalm.

Esta guerra colonial já fez mais de 50.000 mortos, o número de refugiados angolanos ultrapassa as 150.000 pessoas, entre as quais se encontram homens, mulheres, crianças e velhos.

O número de detidos políticos eleva-se a centenas e, entre eles, o líder do povo angolano, o Dr. Agostinho NETO, assim como Ilídio MACHADO, o Padre Joaquim Pinto de ANDRADE, etc.

Esta guerra mostrou ao mundo o carácter bárbaro do colonialismo português. A guerra de Angola mostrou ao mundo como homens, se persistirem ficar amarrados a estruturas sociais, políticas e económicas atrasadas e a princípios e ideias caducas e retrógradas, ficam rebaixados ao nível de animais ferozes.

Na verdade, o mundo já conhece o desencadear da barbárie, o aprofundar do horror constituído pelos actos do exército e da administração portugueses nesta guerra de genocídio empreendida contra o povo Angolano.

Por ocasião do 1º aniversário do início da guerra de Angola, o Secretariado Permanente da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas apela à Solidariedade Internacional e à Consciência Universal para acabarem com esta guerra injusta.

A luta do Povo Angolano é uma luta justa porque é ditada pelo amor à Liberdade e à Justiça.

O Povo Angolano está firmemente decidido a lutar pela conquista da sua Independência.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), vanguarda da luta do povo angolano, leva a cabo um combate corajoso e lúcido e pretende conduzir a luta para uma verdadeira libertação do povo angolano, no contexto de uma África Livre, Independente e Unida, e da Solidariedade entre todos os povos. O MPLA, enquanto desenvolve a luta no interior, tem trabalhado sempre para dar a conhecer a luta do povo angolano. Ainda muito recentemente, o MPLA, pela voz do seu Presidente, manifestou-se nas Nações Unidas aquando do último debate em curso sobre Angola.

Por outro lado, a luta armada do povo angolano reveste-se de uma grande importância histórica porque provocou a crise geral do sistema colonial português e, além disso, voltou a pôr em causa os alicerces do regime interno de Portugal, regime fascista, inimigo de todas as liberdades. Hoje, o Governo Português encontra-se ameaçado, tanto no interior como no exterior e isolado no plano internacional.

A ONU e o mundo inteiro condenaram o sistema de relações desumanas que o colonialismo representa para além de terem acusado o colonialismo português. Pois no mundo actual, a persistência dos bastiões do colonialismo é um crime contra o Homem, uma ameaça real para a PAZ.

Assim a data histórica de 4 de Fevereiro reveste-se de uma grande importância para o povo angolano e para os povos das outras colónias Portuguesas, e também para todos os povos amantes da Paz e da Liberdade.

No momento em que a guerra de Angola entra no seu 2º ano, o Secretariado Permanente da CONCP lança um apelo a todas as organizações anti-colonialistas para que expressem a sua solidariedade com a luta do povo angolano pela sua independência.

O Secretariado Permanente da CONCP convida todos os amigos da Angola combatente a:

1 – Promoverem, nos seus países, encontros de informação sobre o carácter da GUERRA DE EXTERMÍNIO que é levada a cabo em Angola.

2 – Exigirem a libertação do Dr. Agostinho NETO, líder do povo angolano, Presidente de honra do MPLA e símbolo da Angola combatente, assim como a libertação de todos os patriotas presos.

3 – Concederem o seu apoio moral e material às famílias das vítimas da guerra, aos refugiados e aos prisioneiros políticos.

4 – Constituírem delegações de protesto junto às embaixadas e representações portuguesas e dirigirem cartas e telegramas de protesto ao Governo Português.

Secretariado Permanente da CONCP
[carimbo da CONCP]

Rabat, 28 de Janeiro de 1962

Carta de Militantes do MPLA na Suíça à Direcção

[manuscrita, toda em maiúsculas]

Lausanne, 31/1/62

Amigo

Não sabemos qual o motivo que o leva a não ter ainda respondido à nossa última carta de Dezembro do ano findo. Sejam quais forem os factos que impeçam a continuação normal da nossa correspondência, aqui deixamos expresso a nossa apreensão e a nossa crítica. Apreensão pelo facto do vosso longo mutismo e crítica porque a falta de contacto entre os militantes do nosso Movimento e os seus responsáveis superiores pode dar origem a uma diminuição da actividade dos respectivos comités de acção.

Já formámos aqui o nosso Comité de Acção por motivos de troca de correspondência com o Ico Carreira em Rabat. Este contacto poderia ser suficiente pois cremos que ele põe-se em contacto com vocês e emite as vossas directrizes. Mas o Ico ainda não nos respondeu, e já lá vão 20 dias, e na sua última carta diz-nos que nos enviaria o quadro de trabalhos que deveriam começar em Janeiro.

Já iniciámos um contacto com o Lara e achámos que nada pode impedir a sua continuação, mas, se em virtude de uma melhor coordenação tudo se fará, a partir de agora, por intermédio do Carreira, esperamos e fazemos votos para que a correspondência se realize no menor tempo possível.

Isto, porque para a nossa actividade precisamos de bases concretas emanadas de vós; bases que nos darão um conhecimento geral sobre a actividade do Mov. e sobre os acontecimentos do nosso problema. Sem isso seremos um general sem armada!

O que queremos nós? Tudo que possa alargar os nossos conhecimentos dentro do plano de actividades que o nosso Movimento realiza para a obtenção da liberdade para

o nosso povo e o nosso país. Enfim, queremos estar em dia com o desenrolar dos acontecimentos.

Assim queremos: Todo o material de propaganda (Conferências do Mário, Boletim da CONCP, Jornal “Unidade Angolana”, Estatutos e Programas em francês, livros vermelhos sobre Angola do Comité de Propaganda do Mov., emblemas para venda, propaganda sobre o Agostinho Neto, etc.)

Tudo isto tem de vir no seu devido tempo, e não estamos a ser exigentes pelo seguinte: aqui em Lausanne temos oportunidade para fazer uma grande actividade, já porque o meio a isto proporciona, mas também porque aqui se encontra o grande contingente da UPA. Estes têm feito alguma coisa no sentido de dar a conhecer o seu movimento, e é claro que nós temos estado alerta e assim temos contra-atacado diplomaticamente no sentido de fazer a propaganda pelo nosso movimento.

Mas se anteriormente o ambiente estava mais ou menos calmo, achamos que agora ele vai endurecer, pois a actividade de ambas as partes tem se tornado mais forte e mais descarada. Pensamos mesmo que eles querem abafar a nossa presença, mas isto não acontecerá pois nós estamos dispostos a defender os ideais da nossa causa dentro da política do nosso Movimento. Como podem os oportunistas ter mais moralidade que os homens honestos?

O dia 21 de Fevereiro é um momento importante pois ele será o dia do anti-colonialismo aqui na Suíça. O Movimento Democrático dos Estudantes com o apoio de outras associações de estudantes, organizará um programa contra o colonialismo. Para isto foi pedida a colaboração dos estudantes africanos que aqui se encontram e a nossa contribuição será de molde a desmascarar e atacar o colonialismo por meio de conferências, filmes, fotos, dados, etc.

Os upistas disseram que poderiam apresentar fotos, e um filme sobre a luta em Angola, com certeza com propaganda da UPA.

Nós só podemos dar dados e bater papos atacando o colonialismo português e exaltando a luta do nosso povo pela libertação. Mas nós queremos apresentar o programa mais eficaz. Vocês podem-nos enviar fotos sobre o trabalho forçado, sobre os refugiados, sobre a guerra, ou mesmo algumas projecções?

Pedimo-vos que nos enviem estes dados c/ a máxima urgência, se eles estiverem dentro das vossas possibilidades.

A nossa actividade até agora tem sido a seguinte:

- 1 – Conseguimos assinaturas à favor do Agost. Neto. Já enviamos.
- 2 – Fizemos uma Conferência sobre o colonialismo português numa soirée organizada pelo MDE.
- 3 – Escrevemos um artigo sobre o começo da luta que o nosso povo opõe ao col. português numa revista “Partisans”.
- 4 – Temos feito propaganda do nosso Movimento e da nossa luta, dentro do meio estudantil e principalmente junto dos estudantes africanos.
- 5 – Tivemos (todos nós) uma reunião c/ um jurista de Genève. Todos os contactos que ele teve foram c/ militantes da UPA. Aqui reunimo-nos todos

nós. Ele veio pedir dados sobre a aplicação das leis e decretos portugueses relativamente aos angolanos. Este trabalho está a ser executado pela Comissão Internacional dos Juristas em Genève que querem apresentar um trabalho idêntico ao da Comissão dos Juristas de Bruxelas para o caso argelino. Vendo a importância do caso, nós não perdemos o contacto c/ ele. Assim um de nós foi a Genève falar com ele e neste papo o nosso representante deu-lhe o livro de propaganda do MPLA sobre Angola, para ele tirar dados precisos e deu-lhe a sua direcção. Achámos que vocês poderiam tomar conta do caso. Para poderem dar dados concretos. O jurista disse que vai pôr-se em contacto com vocês. Mandem uma resposta ou uma resolução para nós.

- 6 – Vamos fazer na rádio de Lausanne um Programa sobre música e poesia angolana.
- 7 – Temos artigos para publicar em jornais de estudantes e outras revistas.

Mais uma vez insistimos no caso dos nossos passaportes. Achámos que eles fazem-nos muita falta e pedimos o vosso contributo para a resolução do problema. Cremos que o Marcelino dos Santos, por meio de uma carta vossa, poderia obter os ditos passaportes junto do governo de Marrocos.

Já enviámos as cotas do mês de Dezembro mas não sabemos se receberam o dinheiro, pois vocês ainda não responderam. As cotas deste mês seguirão quando tivermos a certeza de que receberam as outras.

Sem sermos exigentes perguntamos, qual o auxílio financeiro que vocês podem dar aos Comitês de Acção? Nós aqui temos dispensado algum dinheiro e isto está fora das possibilidades das nossas bolsas.

O jornal “Unidade Angolana” é traduzido em francês? Nós aqui gostaríamos de ter traduções em francês do jornal, e temos possibilidades para a efectuar. Vocês têm alguma sugestão?

que vai pôr-se em contacto com vocês. Mandem uma resposta ou uma resolução para nós.

6 - VAMOS FAZER NA RÁDIO DE LAUSANNE UM PROGRAMA SOBRE MÚSICA E POESIA ANGOLANA.

7 - TEMOS ARTIGOS PARA PUBLICAR EM JORNALS DE ESTUDANTES E OUTRAS REVISTAS.

MAS UMA VEZ INSISTIMOS NO CASO DOS Nossos PASSAPORTES. ACHAMOS QUE ELAS FAZEM-NOS MUITA FALTA E PEDIMOS O VOSSO CONTRIBUTO PARA A RESOLUÇÃO DO PROBLEMA. CREAMOS QUE O MARCELINO DOS SANTOS, POR MEIO DE UMA CARTA VOSSA, PODERIA OBTER OS DITOS PASSAPORTES JUNTO DO GOVERNO DE MARROCOS.

JÁ ENVIAMOS AS COTAS DO MÊS DE DEZEMBRO MAS NÃO SABEMOS SE RECEBERAM O DINHEIRO, POIS VOCÊS AINDA NÃO RESPONDERAM. AS COTAS DESTES MÊS SEGUIRÃO QUANDO TIVERMOS A CERTEZA DE QUE RECEBERAM AS OUTRAS.

SEM SERMOS EXIGENTES PERGUNTAMOS, QUAL O AUXÍLIO FINANCEIRO QUE VOCÊS PODERAM DAR AOS COMITÊS DE ACÇÃO? NÓS AQUI TEMOS DISPENSADO ALGUM DINHEIRO E ISTO ESTÁ FORA DAS POSSIBILIDADES DAS Nossas BOLSAS.

O JORNAL “UNIDADE ANGOLANA” É TRADUZIDO EM FRANCÊS? NÓS AQUI GOSTARÍAMOS DE TER TRADUÇÕES EM FRANCÊS DO JORNAL, E TEMOS POSSIBILIDADES PARA A EFECTUAR. VOCÊS TÊM ALGUMA SUGESTÃO?

JUNTO ENVIAMOS AS FOTOGRAFIAS DE UM NOVO MILITANTE. MANDEM O SEU CARTÃO O MAIS BREVE POSSÍVEL.

SEM MAIS ASSUNTOS TERMINAMOS, ESPERANDO QUE A PARTIR DE AGORA AS RESPOSTAS POSSAM VIR MAIS RÁPIDAS, E DESEJANDO RECEBER TUDO QUE PEDIMOS.

RECEBA UM FORTE ABRAÇO DE TODOS OS AMIGOS NA SUÍÇA.

Junto enviamos as fotografias de um novo militante. Mandem o seu cartão o mais breve possível.

Sem mais assuntos terminamos, esperando que a partir de agora as respostas possam vir mais rápidas, e desejando receber tudo que pedimos.

Receba um forte abraço de todos os amigos na Suíça.

Carta de J. Araújo e G. Viana aos militantes do MPLA na Suíça

[dactilografada – 2ª via]

14 de Fevereiro de 1962

Aos militantes do MPLA em
LAUSANNE

Caros compatriotas,

Recebemos a vossa carta de 31 último, dirigida a título pessoal, a um dos responsáveis do nosso Movimento. O que nela dizem mereceu-nos a maior atenção. Em resposta, eis o que se nos oferece dizer:

1 – A vossa correspondência deve passar a ser dirigida ao MPLA, Bureau de Conakry, B.P. 800, onde se ocupa das relações com o vosso Comité de Acção, a título especial, o Comité Jurídico. A razão do vosso contacto directo com esse Comité provém do interesse especial que tem esse Comité da actividade que vocês poderão exercer nos meios jurídicos e internacionais da Suíça. Isso não vos impede porém de manter correspondência com qualquer dos militantes e centros onde temos representação, nomeadamente com o Carreira, em Rabat, e com o Bureau Central, em Léopoldville. Essa correspondência será de máxima utilidade, mantendo-vos em contacto directo com dois centros vitais do Movimento. Vamos pôr-nos mesmo em contacto com os elementos desses centros, pedindo-lhes especial prontidão nas respostas às vossas solicitações. O MPLA atribui grande importância à actividade dos seus elementos nos vários países. Mas no caso da Suíça o interesse é forçosamente maior, dado aí existir uma grande representação de outro Movimento, e dado também o espírito de iniciativa e fervor patriótico que revelam os seus representantes. Temos a felicitar-vos pela actividade que têm desenvolvido e aprovamos o vosso projecto de larga participação nas manifestações de 21 de Fevereiro.

2 – Seria útil para nós conhecer a organização do vosso Comité de Acção.

Somos de parecer que devem organizar-se, distribuindo responsabilidades e tarefas e, ao mesmo tempo, agir como um só corpo. Devem decidir com participação de todos, pelo que devem reunir-se, especialmente para trabalho militante, quando for necessário.

O Comité de Acção deve ter um elemento encarregado da Secretaria. Ele se ocupará também da guarda dos arquivos e da administração financeira. Achamos que esse membro

deve ser nomeado mensalmente, segundo uma ordem anteriormente escolhida, podendo assim todos participar nos trabalhos do Comité, no que respeita à sua gestão interna.

A qualquer dos membros do Comité deverá caber o direito [de] propor actividades, aproveitando-se, assim, o espírito de iniciativa de todos.

Adoptado um plano de actividade, todos deverão dar o máximo do seu esforço na sua execução, devendo, não obstante a divisão de trabalhos e para cimentar o espírito de corpo e a camaradagem, manter-se uma colaboração estreita entre os vários elementos.

3 – Quanto ao pedido de auxílio financeiro temos a dizer-vos o seguinte:

a) Considerando o grande interesse da actividade do vosso Comité e dadas as despesas que ela exige, o Comité Director dispensa-vos do envio das cotizações mensais. Essas cotizações serão entregues, em devido tempo, ao responsável pela gestão financeira, cabendo a sua administração ao conjunto dos membros do Comité. As despesas deverão por conseguinte, ser aprovadas por todos. Mensalmente deverão enviar-nos um balancete de despesas e receitas, para controle e informação.

Dadas as grandes despesas que o Movimento enfrenta, não é possível manter-vos outra ajuda financeira regular que não seja essa. No entanto, para grandes projectos para que careçam de fundos extraordinários, formulem o vosso pedido concretamente. Ele será considerado no plano geral das actividades do Movimento, decidindo-se concretamente a possibilidade de auxílio, a título excepcional.

4 – Neste correio segue material. Enviamos duas colecções de documentos publicados pelo Movimento, que julgamos ser de utilidade para vocês. Alguns documentos não vão em duplicado, mas vocês poderão tirar cópias.

Devem constituir com eles dois “dossiers”. Um deles deve ser arquivado (para caso de descaminho) e o outro será para circular entre vocês e para propaganda. Ao responsável que escolherem será confiada a guarda dos “dossiers”, devendo manter um arquivado e devendo saber sempre o paradeiro do outro.

Pensamos que esses documentos contêm muita matéria de informação (embora alguma dela já desactualizada), útil ao conhecimento do Movimento, da sua actividade no passado e das suas intenções no futuro. Em apenso vai uma lista do material enviado.

5 – Devem escrever para o Jornal “UNIDADE ANGOLANA”, Administração, B.P. 720, Léopoldville, a pedir que mandem regularmente os jornais para vocês. Nós de cá faremos o mesmo pedido. No entanto, neste correio vão alguns exemplares do número especial de 4 de Fevereiro, em Português, Francês, Inglês. Não vos enviamos os números de Dezembro porque se esgotaram. Peçam ao jornal. O jornal tem uma edição em francês. Tem também edições regulares em Português, Kimbundu e Fiole.

Neste número especial estão algumas fotografias das que o Movimento dispõe. De cá não podemos mandar-vos cópias, pois o serviço a que foram confiadas as fotografias são em Léopoldville. Escrevam para lá (MPLA, B.P. 720, Léopoldville), a ver se as poderão obter. No entanto com os números dos jornais que contêm as fotografias poderão fazer alguma coisa. Seguem também folhas soltas com fotografias publicadas pelo MPLA, há algum tempo. Podem servir-se delas.

6 – Os emblemas devem ser pedidos também a Léopoldville. Não dispomos aqui de muitos. No entanto seguem neste correio quatro emblemas, para os novos militantes.

7 – O número de brochuras expedidos é insuficiente. No entanto enviaremos mais desse material, assim como estatutos e programas, por algum militante que vá à Europa. Quanto aos “Regulamento Geral Interno” são suficientes, pois não se trata de material para propaganda, mas somente para circulação entre militantes. Só mandamos um exemplar da brochura da CONCP, por não dispormos de muitos. Peçam ao Carreira.

8 – Vão também alguns postais (“A Bas de colonialisme Portugais”) que vocês farão circular, na vossa correspondência, vindo bem para onde os enviam.

9 – Só enviamos um exemplar dos Estatutos do CVAAR. Vocês poderão obter mais pedindo para “CVAAR”, B.P. 856, Léopoldville. No primeiro número do “Unidade Angolana” vêm alguns dados sobre a organização do CVAAR, pessoal, etc. Vocês podem fazer aí grande propaganda do CVAAR, organização criada pelo MPLA e cujo “apport” à luta é apreciável. O CVAAR aceita auxílio material (especialmente em medicamentos de que carece), venha de onde vier. O seu trabalho na assistência aos 160.000 refugiados é considerável. Dispõe actualmente de um dispensário central, em Léopoldville, onde prestam serviço 8 médicos e cerca de 30 enfermeiros. Todo o pessoal que trabalha actualmente no CVAAR é angolano. Está a encarar a possibilidade de criação de dispensários nas zonas fronteiriças.

10 – O “Aide Mémoire” é o documento mais recente do Movimento. Foi apresentado pela nossa delegação à 16ª Assembleia Geral da ONU.

11 – Vão também dois exemplares de um comunicado feito pelo Movimento sobre o massacre de uma coluna nossa por homens da UPA. Esse comunicado foi dirigido apenas a militantes. O facto hoje já teve circulação no Mundo. Este facto de guerra fratricida movida pela UPA a elementos do MPLA poderá ser divulgado por vocês, mas somente em particular. Nada de fazerem declarações públicas sobre o assunto, o que poderá prejudicar a simpatia que muitos dedicam à causa angolana. Chamamos a vossa especial atenção para este delicado problema.

A UPA, evidentemente, desmentiu, antes mesmo de proceder a qualquer inquérito.

12 – Para ficarem informados sobre a situação militar leiam a Declaração feita pelo Presidente, numa das suas últimas conferências de Imprensa, dada em Léopoldville. Depois dessa ele deu uma Conferência em Rabat (em Dezembro), mas infelizmente os textos de que dispúnhamos esgotaram-se, não nos sendo possível tirar cópias. Peçam isso também ao Carreira.

13 – Tomámos conhecimento do que dizem sobre o jurista de Genève. Até hoje ele não se pôs em contacto conosco. Digam-lhe que escreva para MPLA, Comité Juridique, B.P. 800 CONAKRY, République de Guinée. Enviem-nos também o seu nome e endereço. Procurem obter todas as informações e documentos (estatutos, etc.) sobre essa Comissão de Juristas de Genève, e se possível o tal trabalho apresentado em Bruxelas sobre o caso argelino. Estamos especialmente interessados nesse contacto, que não devem perder. Digam-lhe que o Comité Jurídico do MPLA tem ao seu serviço advogados angolanos.

14 – Achamos que será da máxima utilidade para vocês a leitura do “Rapport du Sous-COMITÉ CHARGÉ D’EXAMINER LA SITUATION EN ANGOLA”. Poderão adquirir documentos desses na ONU, Palais des Nations, em Genève. É o documento A/4978, da Assembleia-Geral da ONU, de 27 de Novembro de 1961. Embora tenha algumas deficiências, o “Rapport” é uma boa fonte de informação.

15 – Devem enviar-nos os textos dos vossos artigos, conferências, etc., para termos uma ideia da vossa actividade. Devem enviar-nos pelo menos dois exemplares de cada jornal ou revista em que vierem publicados. Mandem-nos também recortes de jornais que trouxerem matéria que nos interesse. Cada um de vocês deve ocupar-se da leitura regular de determinado jornal ou revista da Suíça que verse temas do nosso interesse.

Enviem-nos também o texto e a lista das pessoas de que obtiveram assinaturas para Agostinho Neto.

16 – O problema dos passaportes é algo delicado. A solução do Marrocos não é fácil, o que não quer dizer que não se venha a tentar futuramente. No momento actual não convém fazer essa diligência.

Achamos porém, que poderão tentar obter “travel documents” na Missão do Ghana, talvez em Genève. Podem apresentar-se ali como militantes do MPLA, dizendo que não seguiram para o Ghana com os 45 estudantes (os quais hoje dispõem desses documentos) por se encontrarem ao tempo na Suíça. Sabemos que alguns estudantes se apresentaram o ano passado nessa Missão a pedir “passaportes”. A obtenção de passaporte não é tão fácil, mas também não é indispensável. O “Travel document” já vos permite viajar. Algum de vocês pertencia ao grupo que fez o pedido de passaporte?

Se a vossa tentativa de obtenção do “Travel document” ghanês falhar informem-nos para podermos agir.

17 – As cotas do mês passado foram recebidas. Às de Janeiro podem dar o destino que se disse atrás.

18 – O cartão do novo militante seguirá em breve.

19 – Na vossa acção aí na Suíça, vocês não devem levar a competição com os da UPA ao ponto de criar atritos. Não se furem a qualquer colaboração com eles, procurando criar um espírito de unidade, nunca transigindo, porém, nos princípios. Confiamos no vosso tacto e bom senso.

Saudações fraternais,

[assinatura de José Eduardo Araiújo e Gentil Viana]

MATERIAL ENVIADO AOS MILITANTES DA SUÍÇA

PARA OS “DOSSIERS”

Estatutos – 2 exemplares

Programa – 2 exemplares

Regulamento geral Interno – 2 exemplares

CVAAR – ESTATUTOS – 1 exemplar

THE FACTS ABOUT PORTUGAL’S AFRICAN COLONIES – 2 exemplares

FOLHETOS SOBRE AGOSTINHO NETO – 2 exemplares

DECLARAÇÃO DE MÁRIO DE ANDRADE SUR LA LUTTE DU PEUPLE ANGOLAIS – 2 exemp.

DECLARAÇÃO DO COMITÉ DIRECTOR DO MPLA DE 5 DE MARÇO DE 1961 – 2 exemplares

DECLARAÇÃO AO GOVERNO PORTUGUÊS FEITA PELO MPLA EM 3/6/1960 – 2 exemplares

COMUNICADO DO COMITÉ DIRECTOR DO MPLA DE 13/8/1960 – 2 exemplares

BOLETIM DE INFORMAÇÃO Nº 1 DE DEZEMBRO DE 1960 – 2 exemplares

NOUVELLES DES PROCÉS POLITIQUES – 2 exemplares

APPEAL (de 18/6/1961) – 2 exemplares

MENSAGEM AO POVO PORTUGUÊS, DE 30/6/1960 – 1 exemplar

PROJET DE RESOLUTION SUR L’ANGOLA – 1 exemplar

DECLARATION de 25 OCTOBRE 1960 – 2 exemplares

APPEAL AUX ETATS MEMBRES de L’ONU – 2 exemplares

GENESE DU MOUVEMENT NATIONALISTE ANGOLAIS – 2 exemplares

STATUTES AND PROGRAMME OF THE MPLA – 2 exemplares

AIDE MEMOIRE SUR LA SITUATION EN ANGOLA – 2 exemplares

LES TRAVAILLEURS DE L’ANGOLA ACCUSENT – 1 exemplar

CONVITE PRÉVIO – 2 exemplares

ABAIXO ASSINADO DE 5/6/1961 – 2 exemplares

COMMUNIQUÉ de 5/11/1961 – 2 exemplares

SEGUNDO APELO À UNIDADE – 2 EXEMPLARES

COMUNICADO DE 23/11/1961 – 2 exemplares

COMUNICADO SOBRE A CARTA DE A. NETO – 2 exemplares

DECLARATION ADRESSÉE AU GOUVERNEMENT PORTUGAIS de 13/6/1960 – 2 exemplares

CONFERENCE DE PRESSE de 13/10/1961 – 2 exemplares

PARA PROPAGANDA E PARA OS MILITANTES

Brochuras “ANGOLA” – 20 exemplares (contendo cartões)

STATUTS ET PROGRAMME – 40 exemplares

REGULAMENTO GERAL INTERNO – 20 exemplares

CARTÕES “A BAS LE COLONIALISME PORTUGAIS” – 40 exemplares

Folhas soltas c/ FOTOGRAFIAS – 20 exemplares

Brochura da CONCP – 1 exemplar

Jornais “UNIDADE ANGOLANA” (número especial de 4 de Fevereiro) – 8 exempl.

EMBLEMAS – 4

[Nota manuscrita e rubricada por Gentil Viana: P.S.: Este material segue por via marítima. Vamos despachar neste avião 26 exemplares de “Unidade Angolana” e 5 Brochuras.]

Carta de J. Araújo e G. Viana para Y. Hirano

[dactilografada, em francês – 2ª via]

Conakry, 24 de Fevereiro de 1962

(Secção Jurídica)
C.P. 800 – Conakry

Sr. Yoshitaro HIRANO
451, Shirokane-Sanko-Cho, Minatoku
TÓQUIO

Senhor Professor,

Preveno uma possível participação na Conferência Afro-Asiática de Juristas que se realizará em Conakry no início de 1962, os juristas da Secção Jurídica do MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, têm o prazer de pedir ao Comité Preparatório, todas as informações sobre as modalidades de inscrição à Conferência; a lei fundamental, os regulamentos e as publicações da Associação; e também a documentação do VII Congresso da associação em Sófia.

Queira aceitar, caro Sr. Professor, os protestos da nossa mais elevada consideração.

Pela SECÇÃO JURÍDICA
do MPLA

[assinatura de José Eduardo Araújo e Gentil Viana]
(Advogados)

Telegrama de Matias Miguéis a Viriato da Cruz

[fotocópia]

DACRUZ
62 rue Henri Popp
RABAT

SITUAÇÃO COMEÇA COMPLICARSE PEDE TUA ASSISTÊNCIA MAIS DE PERTO
SE POSSÍVEL VENHA URGENTE BRAZZA AVISENOS FIM FAZER NECESSÁRIO
MATIAS BP 22 POTO POTO BRAZZA

Brazza, 28 de Fevereiro de 1962

O Expedidor *[rubrica de Matias Miguéis]*
BP 22 Poto Poto – Brazza

“O MPLA na ONU”

[dactilografado – 2ª via]

[Sem data – Fevereiro 1962]

A acção militante do MPLA para a liberdade, a independência e a democracia em Angola, afirmou-se sempre em todas as frentes de combate.

O MPLA sempre compreendeu que a agitação e o debate, na ONU, do problema angolano, constitui uma arma política preciosa.

Por razões de “visa” e de dinheiro, o MPLA esteve impossibilitado, antes da XVI sessão da Assembleia-Geral da ONU, de estar presente naquela organização mundial. Isto não impediu, porém, que o MPLA influísse na discussão do problema de Angola, enviando relatórios, memorandos e telegramas.

Pronto a servir a causa de Angola, logo que surgiram possibilidades para o fazer, o MPLA enviou a Nova Iorque uma delegação constituída pelo seu presidente, Mário de Andrade, pelo Reverendo Domingos da Silva, membro do Conselho Político Nacional, pelo dirigente Dr. Eduardo dos Santos e pelos advogados Gentil Viana e José Araújo, da secção jurídica do MPLA.

Publicamos a seguir uma informação sobre o MPLA na ONU e sobre a situação actual do problema angolano naquele organismo internacional.

* * * * *

O interesse dos povos coloniais na acção da ONU baseou-se, principalmente, na missão que a ONU, de acordo com os princípios da sua Carta, se propunha realizar em favor da auto-determinação dos povos.

O princípio da auto-determinação não foi, evidentemente, uma oferta das potências fundadoras da ONU aos povos sob dominação estrangeira. Foi a luta dos povos que impôs e consagrou esse princípio. A aplicação desse princípio a todos os povos da terra foi devida ao movimento mundial de libertação nacional, que entrou numa fase decisiva no decurso da segunda guerra mundial.

Os povos africanos deram contribuição importante para a universalização do princípio da auto-determinação. Mais concretamente, a extensão do princípio da auto-determinação aos povos africanos, foi conquistada, imposta e consagrada pela luta destes povos.

A extensão, porém, desse princípio aos povos africanos não significava nem significa a aplicação automática desse princípio em favor desses povos. A aplicação do princípio da auto-determinação a um povo foi sempre fruto da luta corajosa desse mesmo povo, ajudado pelas forças defensoras da liberdade.

É nesse sentido e para esse fim que o povo angolano vem travando com êxito, desde há um tempo, na ONU, a batalha pela sua auto-determinação.

Esta batalha tem sido tão necessária quando é certo que a aplicação do princípio auto-determinação foi pouco ou quase nada assegurada por disposições, na Carta da ONU.

Ao lado da simples proclamação do direito à auto-determinação, a prática da política internacional da época colonial e a acção das potências coloniais impuseram preceitos e levantaram obstáculos que permitiram que a ONU fosse largamente utilizada, na questão da defesa da liberdade dos povos, mais como um instrumento de fortes interesses políticos do que como um instrumento da força do Direito.

Com um exemplo – a história da entrada e da actuação portuguesa da ONU – torna-se mais fácil compreender a influência da política particular de cada Estado-membro na apreciação do colonialismo em geral e do colonialismo português em particular.

Efectivamente, a Carta da ONU estabelece que todos os povos têm o dever e o direito de contribuir para o progresso geral da Humanidade. Os Estados reafirmam a sua fé nos Direitos Fundamentais do Homem, obrigam-se a criar as condições em que possa manter-se a Justiça e o respeito do Direito Internacional e defendem as gerações futuras dos males da guerra.

O colonialismo – que desrespeita a Justiça e o Direito, que é um sistema de exploração do homem pelo homem e uma situação imoral que só pode levar ao ódio e à guerra entre o colonizado e o colonizador – ficou, portanto, condenado pela simples afirmação dos princípios fundamentais da Carta. Os Estados que elaboraram a Carta sentiram por isso a necessidade prática de reservar todo um capítulo (Cap. XI) aos territórios de populações que ainda não possuíam governo próprio. Estabeleceu-se a responsabilidade internacional pela administração desses territórios não autónomos e definiram-se as obrigações que cabem aos Estados administrantes. Proclamada a supremacia dos interesses do administrado sobre os do administrador, a colonização seria exercida com vista ao bem-estar das populações colonizadas.

Ora, em 1951, Portugal – sem consulta prévia dos povos colonizados – alterou, pela lei 2048, a sua Constituição Política, passando a designar por “províncias ultramarinas” todos os territórios que dominava segundo o mais primitivo processo de subjugação colonial. Como foi dito, aliás, pelas próprias autoridades portuguesas, a alteração constitucional destinava-se a “não ferir os ouvidos de uma opinião internacional cada vez mais anticolonialista”. Por outras palavras, a alteração constitucional – feita com vista à entrada de Portugal na ONU – não era mais do que um processo de manter o colonialismo português, através da utilização ilegal do número 2 do artigo 7º da Carta, segundo o qual em nenhum caso é permitida a intervenção nos assuntos internos de um Estado membro, ainda que sob o pretexto da aplicação da própria Carta.

Uma vez admitido Portugal na ONU, em 1955, os Estados directa ou indirectamente interessados na exploração colonial portuguesa em particular e na defesa do colonialismo em geral, tomaram imediatamente os argumentos portugueses como justos e impediram, de má-fé, toda e qualquer resolução que levasse à aplicação do Capítulo XI da Carta. Com isso procurava-se, claro está, não propriamente defender a aplicação rigorosa do número 7 do referido artigo 2º, mas garantir, em proveito próprio, a existência de mercados e fontes de matérias-primas coloniais.

Vários anos se passaram sem que se notasse a mínima alteração no sentido das resoluções da ONU sobre o colonialismo português. Os povos dominados por Portugal eram sacrificados às claras pelos interesses particulares da grande maioria dos Estados que faziam parte das Nações Unidas.

Por outro lado, as hesitações da maioria dos membros da ONU em atacar de frente um colonialismo ultrapassado e criminoso, permitiram ao governo português uma longa preparação dos processos de manutenção das suas posições coloniais, através de consultas e acordos com os governos interessados na colonização.

Contudo o movimento de libertação nacional seguia a sua marcha vitoriosa.

As potências coloniais, atacadas pela acção libertadora dos povos subjugados, eram obrigadas a ceder, uma a uma, assistindo-se ao nascimento de novos Estados africanos e asiáticos, os quais foram aderindo sucessivamente à ONU.

E à medida que o seu número aumentava – presentemente mais de um quarto dos Estados membros da ONU são africanos – não só as resoluções contra o colonialismo iam tendo mais possibilidades de ser adoptadas, mas ainda o conteúdo dessas resoluções ia-se tornando mais francamente anticolonialista.

Assim, a 12 de Dezembro de 1959, para efeitos da aplicação da alínea e) do artigo 73 da Carta, a Assembleia-Geral teve a possibilidade de conseguir que se criasse uma comissão especial de seis membros, encarregada de estabelecer os princípios que definem território não-autónomo.

A 14 de Dezembro de 1960, a Assembleia-Geral pela resolução 1514 (XV), declarou solenemente que a sujeição dos povos a uma subjugação, a uma dominação e a uma exploração estrangeiras constituía negação dos direitos fundamentais do Homem, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da paz e da cooperação mundiais; ao mesmo tempo, pedia que fossem tomadas medidas imediatas para transferir todos os poderes a esses povos, sem nenhuma condição nem reserva, conformemente à sua vontade e aos seus votos livremente expressos, sem nenhuma distinção de raça, credo ou cor, a fim de lhes permitir gozar de uma independência e de uma liberdade completas.

Nenhum país ousou votar contra esta resolução!

Apenas se abstiveram os Estados Unidos da América do Norte, a Grã-Bretanha, a França, a Austrália, a Bélgica, Portugal, a Espanha, a União Sul-Africana e a República Dominicana, sob pretexto de que não estavam de acordo com a redacção de algumas frases da declaração.

Esta atitude é importante porque fará história.

A partir de então, não se assistirá mais nas Nações Unidas à defesa aberta do colonialismo, mas sim a uma luta na redacção das resoluções respeitantes a medidas práticas para a sua liquidação. As velhas potências coloniais e os seus aliados passaram a tentar incluir ou retirar palavras ou frases, de maneira a atenuar a eficácia das medidas de descolonização, e a opor-se radicalmente à marcação de um prazo definido para a aplicação dessas medidas.

A 15 de Dezembro de 1960, a Assembleia-Geral, depois de examinar o relatório final da comissão especial dos seis, aprovou, em maioria esmagadora, os doze princípios que iriam permitir classificar um território como abrangido pelo capítulo XI da Carta.

E porque a teimosia portuguesa procurava por todos os meios manter de pé a mentira de que as colónias eram “províncias ultramarinas” ligadas à “mãe-pátria”, a Assembleia Geral proclamou nesse mesmo dia (resolução 1542 (XV)) que eram territórios não-autónomos abrangidos pelo capítulo XI da Carta o arquipélago de Cabo Verde, a

Guiné dita portuguesa, a ilha de São Tomé, a ilha do Príncipe e suas dependências, São João Baptista de Ajudá, Angola incluindo Cabinda, Moçambique, Goa e dependências ou “Estado da Índia”, Macau e dependências, e Timor e dependências.

Os povos do mundo inteiro, mobilizados pelas forças defensoras da liberdade, impunham cada vez mais a justiça das suas opiniões.

Para não prejudicarem os seus interesses nos países africanos, as potências interessadas na colonização viram-se forçadas a alterar o sentido das suas intervenções e a fazer algumas alterações na política tradicional da sua actuação na ONU.

Teimosamente agarrado à sua posição, Portugal começou a ficar isolado na ONU e no plano internacional.

Mas a solidariedade dos grandes interesses que a colonização alimenta não permitiu que à nova atitude no campo dos princípios, se seguisse a adopção de medidas capazes de conduzir realmente à descolonização.

No entanto, a guerra de libertação desencadeada pelo nosso povo, veio permitir a apreciação da situação em Angola com base em outros artigos da Carta, independentemente da simples aplicação dos artigos que constituem o capítulo XI sobre territórios não-autónomos.

Com efeito, a acção heróica do povo angolano e a barbaridade da repressão portuguesa – repressão que todos caracterizam como crime de genocídio premeditado – destacaram o problema de Angola da questão geral das colónias portuguesas e integraram-no no capítulo das situações urgentes que ameaçam a paz e a segurança internacionais.

A guerra desmascarou os colonialistas e permitiu uma acção mais enérgica por parte dos Estados defensores da liberdade.

A 20 de Fevereiro de 1961 – poucos dias depois do início da luta armada, em 4 de Fevereiro, em Luanda – o representante da República da Libéria enviou uma carta ao presidente do Conselho de segurança da ONU, pedindo uma acção imediata para impedir que os direitos do Homem continuassem a ser violados em Angola.

A 10 de Março de 1961, a maior parte dos países africanos e asiáticos apoiou o pedido da Libéria, enviando uma carta ao presidente do Conselho de Segurança, na qual se reafirmava que se verificava realmente em Angola violação dos direitos do Homem e perigo para a paz e segurança internacionais.

De 10 a 15 de Março de 1961, o Conselho de Segurança reúne-se para discutir a situação em Angola.

O projecto de resolução, em que se pedia ao governo português que tomasse urgentemente medidas de descolonização em Angola e que decidia também a nomeação de uma sub-comissão de cinco membros encarregada de estudar a situação em Angola, foi rejeitada em virtude da abstenção da França, Inglaterra, China de Tchang Kai Chek, Equador, Turquia, Chile e Irlanda do Norte. Face à solidariedade colonial dos aliados de Portugal (França e Inglaterra) que incapacitou o Conselho de Segurança de agir num caso grave e concreto, 40 Estados anticolonialistas recorreram, a 20 de Março de 1961, à Assembleia-Geral, a qual, a 20 de Abril do mesmo ano, adoptou um projecto de resolução (resolução 1603 (XV)) que afirmava precisamente aquilo que se continha no projecto rejeitado pelo Conselho de Segurança...

Levada de novo a questão ao Conselho de Segurança, por 42 Estados membros, foi adoptado por aquele órgão um projecto de resolução (resolução S/4835, de 9 de Junho de 1961) que, além de reafirmar a resolução 1603 (XV) da Assembleia-Geral, convidava as autoridades portuguesas a cessar imediatamente as medidas de repressão e a fornecer todas as facilidades para que a sub-comissão dos cinco pudesse cumprir a sua missão em Angola. Expressiu-se também a esperança de que se encontrasse uma solução pacífica para o problema, conformemente à Carta das Nações Unidas.

A solidariedade dos povos interessados em acabar com a colonização não foi ainda bastante enérgica para condenar abertamente Portugal e para permitir, na sessão seguinte da Assembleia-Geral (XVI), a adopção de medidas práticas para forçar Portugal a cumprir as resoluções da ONU.

Nenhuma referência se fez também ao auxílio material (armas, dinheiro, ajuda técnica, etc.) que as potências colonialistas, sob o pretexto do cumprimento de pactos militares, vinham fornecendo a Portugal.

E assim Portugal teve mãos livres para continuar a sua política de exterminação do povo angolano.

Em Setembro de 1961, deu-se início à XVI Sessão da Assembleia-Geral da ONU cuja agenda de trabalhos era quase exclusivamente formada por questões relativas à colonização e descolonização. Como ponto separado e importante estava inscrita “Situação em Angola.”

Na primeira parte da sessão (de Setembro a 20 de Dezembro de 1961) a questão angolana foi incluída no problema geral das colónias portuguesas e, por isso mesmo, debatida na Quarta Comissão da Assembleia-Geral. Naturalmente, a guerra de libertação que se travava em Angola influenciou a orientação dos debates, exigindo a necessidade de se condenar imediatamente o colonialismo português.

A acção dos representantes afro-asiáticos e a influência dos demais Estados preocupados com a extinção urgente dos últimos vestígios do colonialismo conseguiram, na primeira parte da sessão, criar o precedente histórico da audiência de petição vindos das colónias portuguesas. Um africano expôs a situação na Guiné dita portuguesa. O colonialismo português perdeu assim uma das suas melhores armas – o silêncio, na ONU, da voz dos povos subjugados.

Apesar da energia e da intenção anticolonialista dos Estados defensores da liberdade, as forças interessadas na opressão colonial impediram mais uma vez que os direitos fundamentais do povo angolano fossem defendidos através de medidas práticas de descolonização imediata.

Com efeito, logo que em 15 de Janeiro se deu início à segunda parte da XVI sessão, o grupo afro-asiático, já então perante um projecto de resolução apresentado pela Polónia e Bulgária, iniciou uma intensa actividade de preparação de outro projecto que, sem abandonar a eficácia do projecto polaco-búlgaro, “limitasse a possibilidade de introduzir a ‘guerra fria’ na apreciação da situação em Angola” – como se dizia.

O projecto afro-asiático que foi longamente trabalhado, teve em conta as sugestões do Movimento Popular de Libertação de Angola. Com efeito, o MPLA, quer nas declarações feitas pelo seu presidente diante do grupo afro-asiático, quer nos contactos

directos com os delegados dos Estados-membros da ONU, o MPLA procurou dar máxima importância aos problemas concretos que estão na base da solução da questão angolana, tais como: a reafirmação solene do direito inalienável do povo angolano à independência completa; a cessação imediata das medidas de repressão e de exterminação do povo por parte de Portugal; a libertação imediata dos presos políticos angolanos, a obrigação de Portugal de adoptar imediatamente medidas urgentes para o exercício da independência.

Apesar de o projecto ter sido aprovado sem nenhum voto contra no grupo afro-asiático, as potências aliadas de Portugal fizeram grandes manobras para levar os Estados africanos, asiáticos e sul-americanos a retirar da resolução final tudo o que pudesse constituir condenação enérgica de Portugal ou medida eficaz em favor da libertação imediata do povo angolano.

Como resultado das manobras e pressões e com vista à obtenção de uma maioria esmagadora de votos na Assembleia-Geral, o próprio grupo afro-asiático foi levado a rever o seu projecto inicial, tornando-o mais mole.

Infelizmente, não foram poucos os Estados africanos e asiáticos que, depois de terem admitido alterações na reunião de revisão do projecto, permitiram ainda, na Assembleia-Geral, a eliminação de passagens importantes que estavam no projecto revisto.

Como resultado dessa quebra de firmeza por parte de certos Estados, a resolução final limitou-se a reafirmar solenemente o direito inalienável do povo angolano à livre determinação e à independência; reprovou vivamente as medidas portuguesas de opressão total, repressão e acção armada contra o povo angolano. A Assembleia-Geral decidiu manter em funções a sub-comissão encarregada de examinar a situação em Angola, que tinha sido criada pela resolução 1603 (XV). Além disso, a resolução, em vez de condenar Portugal pelos crimes já cometidos e em vez de impedir, por meio de sanções, a continuação da política de exterminação seguida por aquele país, limitou-se a pedir, solicitar, lançar apelos e convites às autoridades portuguesas como se já não fosse mais do que sabido que o governo fascista português não conhece nem pode conhecer outra linguagem além da força.

Foi recomendado também ao Conselho de Segurança que seguisse constantemente a evolução da situação geral em Angola.

Actualmente, portanto, há dois órgãos que se ocupam da questão de Angola na ONU: o Comité dos 17, criado pela resolução 1654 (XVI) e constituído pelos Estados Unidos, União Soviética, Polónia, Jugoslávia, Mali, Inglaterra, Itália, Austrália, Uruguai, Venezuela, Índia, Cambodja, Síria, Etiópia, Madagáscar, Tanganica e Tunísia, e a Sub-Comissão dos 5, mantida pela última resolução, constituída pela Bolívia, o Daomé, a Federação da Malásia, a Finlândia e o Sudão.

* * * * *

Quanto à colaboração com os representantes dos diferentes partidos angolanos que estiveram na ONU, temos a dizer que, infelizmente, ela não houve.

Apesar de o grupo afro-asiático ter feito propostas e ter feito esforços para que os diferentes partidos angolanos aparecessem na ONU em colaboração, o presidente da UPA apresentou perante esse mesmo grupo a sua conhecida oposição a toda a colaboração.

Com efeito, o principal argumento apresentado pelo presidente da UPA perante o grupo afro-asiático contra a ideia de colaboração com o MPLA, foi o de que “o principal perigo de Angola são os mestiços”, e que o MPLA admitia nas suas fileiras mestiços angolanos.

Está provado que o presidente da UPA vê nos 30.000 mestiços angolanos os seus principais inimigos e vê nos 300.000 portugueses de Angola (que monopolizam efectivamente, em suas mãos, o poder político, militar, económico e cultural da colónia) elementos com que ele pode chegar a um compromisso para liquidar aquele “principal perigo”. É claro o carácter frágil e suspeito do patriotismo do presidente da UPA. É evidente que, não tendo hesitado em proclamar uma política com base racial, o presidente da UPA arrasta o seu partido para uma política de genocídio contra um grupo racial angolano, política que acabaria por desprestigiar totalmente a UPA e por prejudicar o nacionalismo angolano.

Esteve igualmente na ONU uma delegação do PDA (ex-ALLIAZO), mas com a qual a delegação do MPLA não teve a feliz ocasião de se encontrar – certamente por ter regressado a Léopoldville antes da chegada da nossa delegação – pois estamos convencidos de que a colaboração entre os nossos dois partidos foi e será sempre possível, na base do patriotismo, do respeito mútuo, da amizade e dos interesses comuns na luta contra o inimigo comum: o colonialismo português.

* * * * *

Tendo em conta que a evolução geral da batalha que se vem travando na ONU contra o colonialismo português é favorável ao povo angolano, e considerando que, embora lento e difícil, o trabalho dessa organização mundial agita o problema de Angola, desmascara os colonialistas portugueses, tende a neutralizar a acção dos aliados de Portugal e mobiliza, em favor do nosso povo, a solidariedade internacional, tendo tudo isto em consideração, tarefas importantes impõem-se às organizações nacionalistas angolanas.

É evidente que, diante da teimosia portuguesa em não aplicar imediatamente as últimas resoluções da ONU, a luta de libertação do povo angolano prosseguirá em todas as frentes. Sem dúvida, a luta política e a luta militar são as mais importantes.

Portugal e os seus aliados adoptaram e adoptarão sempre, como tática principal, dividir o povo angolano nos planos político, militar, populacional, religioso, etc.

A manutenção do nacionalismo angolano em parcelas isoladas e rivais só pode, por conseguinte, alegrar e beneficiar os colonialistas. A união de todas as forças e de todas as acções do nacionalismo angolano constituiria, portanto, um golpe destruidor contra a arma número um do colonialismo: a divisão. A unidade das forças do nacionalismo angolano constituiria, ao mesmo tempo, como é evidente, uma arma mil vezes mais poderosa do que a força actual de qualquer partido político angolano isolado.

A divisão do nacionalismo angolano (em termos que atingem, por vezes, a luta fratricida praticada pela UPA) está – é certo – condenada a desaparecer. O problema é apenas o de saber por que preço. Os que teimam na divisão – por motivos provavelmente anti-patrióticos – exigem que a união inelutável do nacionalismo angolano se faça à custa de elevadíssimos sacrifícios do nosso povo. Por conseguinte, é evidente que o povo

angolano não tolerará por muito tempo que falsos patriotas, em nome do monopólio do nacionalismo angolano, esbanjem as suas energias e abusem da sua confiança.

Sem dúvida, dentro em breve a mão e a voz do povo levantar-se-ão para exigir que lutem unidos todas as forças, todos os homens, todos os partidos, todas as comunidades que terão o direito de viver e trabalhar unidos na Angola livre de amanhã.

Até ao momento da Unidade, o MPLA, certo de seguir a vontade e a moral do povo, não poupará esforços para – sem pretensões ridículas – aumentar a resistência do povo em todas as frentes e para prosseguir a sua política em favor da Unidade.

Que cada angolano patriota – seja qual for o seu partido, a sua religião ou a sua origem tribal – aja, com energia crescente, em favor dos interesses gerais e da vitória da luta do povo angolano.

Conferência de Imprensa do Chefe do Estado-Maior do ELNA

[policopiada]

EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA ESTADO-MAIOR

Conferência de Imprensa dada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército de Libertação Nacional de Angola, MARCOS KASSANGA.

Depois do desencadeamento da luta armada em Angola, esta é a primeira vez que tenho a oportunidade de me dirigir à opinião pública nacional e internacional.

Agradeço profundamente ao Governo e ao povo da República irmã do Congo-Léopoldville a amabilidade e hospitalidade que tem manifestado para com o nosso povo e muito em especial a ajuda moral e material que tem contribuído concretamente para a libertação do nosso país.

Os meus agradecimentos estendem-se também a todos os que tiveram a gentileza de comparecer, correspondendo ao apelo lançado pelo Estado-Maior.

No decorrer desta Conferência de Imprensa, pretendo prestar esclarecimentos à opinião pública nacional e internacional ainda mal informada acerca da luta armada em Angola.

São decorridos alguns dias desde que a UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA “UPA”, emitiu falsamente um Comunicado de Imprensa sobre a morte do Comandante JOÃO BAPTISTA TRAVES PEREIRA, membro do Estado-Maior e Chefe das Operações Militares no interior do país. Nesse comunicado a UPA atribui a morte do Comandante Baptista aos portugueses. Um Contra Comunicado do Estado-Maior emitido em 24 de Fevereiro último, declara não se responsabilizar pelo conteúdo do comunicado da UPA. Este comunicado do Estado-Maior criou divergências no

seio do partido e para que do facto não resultassem circunstâncias desastrosas, um segundo comunicado foi emitido pelo mesmo Estado-Maior datado de 26 de Fevereiro último, no qual exprimi a vontade de fazer uma importante declaração. Constituiria matéria dessa declaração o resultado das pesquisas feitas pela comissão de inquérito que o Estado-Maior havia designado para o estudo local das circunstâncias da morte de um dos chefes principais.

A direcção política da UPA consciente da cumplicidade da morte do Comandante JOÃO BAPTISTA, impediu a entrada no interior de Angola daquela Comissão. Não só a Comissão encontrou essas dificuldades, como também a delegação vinda do local onde [ele] fora assassinado pelos dirigentes da UPA, estacionados no Fuesse, (fronteira Congo-Angola) tentando assim impedir que alcançassem Léopoldville; onde seriam prestados os esclarecimentos concretos sobre a morte do Comandante Baptista.

Os cálculos da “UPA” saíram errados quando uma das testemunhas visuais da morte do Comandante BAPTISTA conseguiu vir até Léopoldville e pôr o Estado-Maior ao corrente sobre as circunstâncias da morte daquele herói nacional.

A revolução popular angolana contra a dominação e exploração escravagista portuguesa, [tornou-se] dias depois do seu começo numa carnificina fomentada pela Presidência daquele partido, cujo Chefe é o Holden Roberto. Holden não queria sinceramente lutar pela libertação de Angola, mas sim, impor a luta ao povo para que no decurso fossem facilitadas as suas pretensões de impor a supremacia da sua tribo, a sua religião – o protestantismo – e a língua francesa como de carácter oficial para todo o território nacional. Além disso, visava a eliminação da elite angolana, em virtude da sua falta de maturidade política, por reear uma oposição que impedisse a realização dos seus planos.

DO ESTADO-MAIOR

Por minha iniciativa e do falecido Comandante BAPTISTA, formou-se o Estado-Maior que se ocuparia de fazer os preparativos de enquadramento, com a maior urgência possível de todos os combatentes nacionalistas. Mas, Holden é contrário à organização da luta com receio de que o desenvolvimento da luta nestas condições desse lugar a uma independência imediata de Angola, pois, essa mesma luta é um meio vital para a sua subsistência pessoal.

Contudo, o Estado-Maior, como órgão supremo responsável pela conduta revolucionária, fez todos os esforços para pôr em execução os seus planos, começando por enviar para o interior de Angola o Comandante BAPTISTA, em 10 de Abril de 1961.

Holden, desconfiando das actividades do Comandante BAPTISTA que eram as da verdadeira causa nacional, designou-se COMANDANTE EM CHEFE, no decurso duma Conferência de Imprensa que teve lugar no dia 7 de Julho de 1961, em Léopoldville, sem o consentimento das personalidades que constituíam o Estado Maior do “ALNA” [ELNA].

Para não criar divergências no seio do partido, os dirigentes do Estado-Maior não tomaram em consideração as loucas e vagas declarações, dum indivíduo sem os mínimos conhecimentos militares quanto à sua designação como COMANDANTE EM CHEFE, que apenas visava fazer face à tarefa do Comandante BAPTISTA que



Conferência de Imprensa de Marcos Kassanga e André Kassinda (3 de Março de 1961)



Público na Conferência de Imprensa de Kassanga e Kassinda. Vê-se o Benigno Vieira Lopes e Eduardo dos Santos (de pé, à esquerda).

pretendia restaurar um convívio fraternal em todas as localidades empenhadas na luta pela libertação nacional e social de Angola. Holden, inteirado do enquadramento da maioria dos nacionalistas combatentes deu ordens declarando que todas as decisões acerca do enquadramento do pessoal deveriam partir da sua pessoa. Desta maneira, em vez de cooperar para a sistematização da luta quis e trabalhou sempre para que tal se não realizasse, desconfiando que isso constituiria uma grande barreira para as suas ambições pessoais.

O Comandante BAPTISTA que se esforçou com sinceridade na execução do nosso plano trabalhando unicamente para a libertação de Angola e não para satisfação das pretensões do Holden, foi tido como obstáculo aos seus planos que visam o retardamento da independência de Angola, o aniquilamento físico de todas as personalidades de carácter e com preparação política superior à sua, a imposição da sua religião, a supremacia da sua tribo, a prática do comércio com os recursos económicos da revolução.

O Estado-Maior tanto se esforçou para a manutenção da ordem e desenvolvimento da luta armada no interior do país que, Holden considerou esse acto como actividade subversiva e contrária aos seus planos.

Passámos à luta fratricida.

O Estado-Maior saturado da guerra fratricida desencadeada em Angola pela “UPA” resolveu denunciar e comunicar a verdade pura e real.

A luta armada desencadeada no norte de Angola é sob todos os seus aspectos, uma verdadeira luta fratricida. Um número aproximado a 8.000 angolanos foram selvaticamente massacrados pelos elementos tribalistas da UPA, estupidamente armados e indisciplinados ao extremo. Esse desumano massacre efectuado por angolanos contra angolanos nasce dum cego tribalismo que se apresenta em quatro aspectos: religioso, linguístico, étnico e ideológico. Tribalismo religioso, porque todos devem ser protestantes; tribalismo linguístico porque todos devem falar a língua “kikongo”; tribalismo étnico porque todos devem descender de S. Salvador; tribalismo de ideologia política porque todos devem defender os interesses do Holden e a sua “UPA” falsamente assim denominada.

Assim decorreram 11 meses de luta fratricida fomentada por Holden Roberto apoiado por países que desconhecem o seu carácter tribal, a sua falta de maturidade política e a sua ignorância sobre os problemas angolanos.

Holden, conseguiu enganar vários países que o apoiaram na sua luta fratricida, passando por líder angolano quando na realidade não é angolano e nunca conheceu Angola, não fala a língua que oficialmente é falada no país o qual aspira governar. Enfim, serviu-se de Angola para arranjar um modo de vida e enganar a opinião pública internacional, melhor um aventureiro, um bandido.

Holden ROBERTO faz uma política de intimidação no meio angolano exilado na República do Congo (Léo) afirmando ter uma grande influência sobre eminentes personalidades governamentais congolenses que o apoiam inteiramente nessa política e que as autoridades administrativas locais lhe confiaram a administração dos angolanos exilados no país.

Por exemplo:

Sabemos que a Tunísia e o seu Presidente Bourguiba ajudam desinteressadamente o povo angolano para sua libertação do jugo colonial fornecendo-lhe material de guerra;

entretanto Holden apresenta recibos falsos para mostrar que o fornecimento do material tunisino foi por ele adquirido à custa de milhares de francos, conforme documentos na posse do Estado-Maior. Sucedem-se os apelos de contribuição financeira dirigidos ao povo angolano e aos países estrangeiros para pagar aquela falsa despesa e outras compras de armamento, quando na verdade as contribuições revertem em favor dos cofres pessoais de Holden.

Na luta fratricida que implantou em Angola, entre os 8.000 nacionalistas angolanos massacrados sob as suas ordens secretas, temos que destacar a do Comandante Tomás FERREIRA e a sua esquadra [coluna] de 21 elementos enviados para o interior do país pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) para reforço da libertação nacional. O Comandante Tomás FERREIRA e seus companheiros, apanhados pelos militantes da “UPA” foram barbaramente enforcados. Agora surge a triste morte do Comandante Baptista, Chefe das Operações Militares no interior de Angola, membro do Estado-Maior da “UPA”. A sua morte à traição foi motivada por não concordar com o extermínio de angolanos por angolanos, por não falar o “kikongo”, por não ser natural de S. Salvador e não ser protestante.

Será ainda possível que venham a existir países que continuem a sustentar este drama? Os que continuarem a fazê-lo responderão algum dia perante a justiça da história do mundo.

Em face das circunstâncias atrás expostas, peço à opinião pública nacional e africana para que tome conhecimento acerca da situação que actualmente reina em Angola, apoiando, sem restrições, as medidas propostas pelo Estado-Maior, órgão supremo da revolução armada, nas seguintes condições:

– que a partir de hoje, o Estado-Maior do Exército de Libertação Nacional de Angola (ELNA) retire totalmente a sua confiança à União das Populações de Angola (UPA) e seus dirigentes, por terem sido os promotores da luta fratricida desencadeada em Angola depois de Março de 1961;

– atrai a atenção para a responsabilidade dos dirigentes da “UPA” e seus cúmplices na morte do Comandante BAPTISTA e de 8.000 nacionalistas angolanos de diversas camadas sociais, étnicas e políticas, incluindo os 21 nacionalistas sob a direcção do Comandante FERREIRA do MPLA, todos massacrados pelos mesmos elementos da “UPA” estupidamente armados e completamente indisciplinados;

– denuncia perante a opinião pública o perigo iminente que paira sobre as ameaçadas vidas dos restantes angolanos em guerra pela libertação nacional, e atiram a responsabilidade sobre todos os países em especial os países africanos amigos que sustentam uma guerra fratricida;

– lançam um patético apelo a todos os países afro-asiáticos que na verdade desejam contribuir e ajudar o povo angolano na sua libertação, para que os recursos materiais destinados a esse efeito sejam entregues aos movimentos nacionalistas com sentido e carácter de responsabilidade empenhados no estabelecimento da unidade do nosso povo;

– torna público o perpétuo massacre fomentado pelos mesmos elementos contra todos os nacionalistas angolanos que não apoiam a luta fratricida fomentada por

Holden Roberto e seus comparsas no interior de Angola e do assassinato à traição do Comandante Baptista;

– denuncia a intromissão do Holden Roberto no seio do Exército de Libertação Nacional de Angola, designando-se Comandante em Chefe do mesmo, sem o necessário consentimento das duas personalidades que dirigiam o Estado-Maior;

– condenam energicamente todos os que a partir deste momento continuem a apoiar Holden Roberto na sua declarada carnificina e extermínio do verdadeiro povo angolano.

Para terminar, o Estado-Maior do Exército de Libertação Nacional de Angola, (ELNA) lança um solene apelo a todas as organizações e movimentos nacionalistas angolanos para que apoiem, sem reservas, as suas propostas e contribuam com todos os meios para a manutenção do Exército de Libertação Nacional de Angola e formação duma Frente de Libertação Nacional de Angola que corresponda sinceramente às aspirações do povo angolano impotente em se libertar da dominação e exploração escravagista portuguesa e dos dirigentes traidores da UPA.

Os meus sinceros agradecimentos.

Léopoldville, 3 de Março de 1962

Pe'l' O EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE ANGOLA

O Comandante Marcos KASSANGA

Chefe do Estado-Maior

[carimbo do Estado-Maior do ELNA]

Apelo do Comité Director do MPLA

[policopiado]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

APELO

Às Organizações Nacionalistas Angolanas

Na sua Conferência de Imprensa de 3 de Março de 1962, em Léopoldville, o Comandante Marcos KASSANGA confirma os factos tornados públicos pelo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA – (MPLA) – no seu “Comunicado” de 23 de Novembro de 1962 [1961], referente ao assassinato dos componentes de um dos esquadrões da sua organização militar, enviados a Angola, sob o comando de Tomás FERREIRA. O Comandante KASSANGA confirma terem sido militantes da UPA os autores de tal criminoso massacre inspirado pelos responsáveis dos escalões superiores desta organização.

Os factos relatados pelo Comandante KASSANGA no decurso da sua Conferência demonstram que SOMENTE UM FRONT DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA,

CONSTITUÍDO POR TODAS AS ORGANIZAÇÕES SERIAMENTE EMPENHADAS NA LUTA CONTRA O COLONIALISMO PORTUGUÊS, PODE CONSTITUIR A GARANTIA SÓLIDA DA CONTINUAÇÃO DA LUTA NAS MELHORES CONDIÇÕES, PARA A EDIFICAÇÃO DE UMA ANGOLA LIVRE, DEMOCRÁTICA, UNIDA E PRÓSPERA.

Nestas condições, o MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA renova os seus apelos a todas as organizações patrióticas angolanas para a realização de uma CONFERÊNCIA DE DELEGADOS de todas essas organizações, conferência que se proporá a estabelecer as bases concretas para a formação de uma FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA.

Léopoldville, 10 de Março de 1962

[carimbo do CD do MPLA]

O COMITÉ DIRECTEUR [sic] DO MPLA.

Conferência de Imprensa de Bernard Dombele, da UNTA

[policopiada, em francês]

UNIÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES ANGOLANOS

“UNTA”

C.P. 1277

92, rua de Tshuapa

LÉOPOLDVILLE

[carimbo da UNTA]

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO SR. BERNARD DOMBELE

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DA UNTA

DECLARAÇÃO

Senhores Representantes da imprensa,

Meus Senhores,

Quero, antes de mais, agradecer a todos por terem querido assistir à minha conferência de imprensa que é a primeira desde a instalação oficial da nossa Representação nesta República.

Os meus agradecimentos também se dirigem às autoridades Congolesas pela sua hospitalidade para com o povo de Angola.

Sem esquecer a FGTK que pôs esta sala à nossa disposição, o que é uma prova de manifesta solidariedade da classe operária, fazemos questão de lhe render homenagem. Isto significa que entre os operários do mundo não existem barreiras apesar

das diferentes confederações nas quais estão filiados porque temos um denominador comum: o trabalho, e perseguimos todos o mesmo objectivo: a independência económica e a salvaguarda dos interesses dos operários.

Com efeito, esta conferência tem por objectivo esclarecer a opinião pública nacional e internacional sobre a posição da UNTA.

A UNTA é um sindicato Angolano acreditado na República do Congo desde 1 de Fevereiro de 1960 com sede aqui em Léopoldville. É reconhecida por muitas outras organizações sindicais tanto nacionais como internacionais.

Há já algum tempo, pessoas que ignoram o Estatuto da nossa organização espalham o boato de que a nossa organização depende de um certo partido político.

Quem acompanha os acontecimentos de Angola de muito perto certamente não ignora a nossa posição em relação aos movimentos de libertação.

Mas não é segredo para ninguém que em todos os países onde passaram colonizadores, aparecem ovelhas ronhosas que procuram travar os movimentos progressistas.

A UNTA, contrariamente ao que os outros pretendem, não vai a reboque de nenhum partido político Angolano. Pelo contrário, ela quer servir de elo de ligação de todos os partidos Angolanos, apesar das diferentes ideologias políticas que os opõem já que o nosso maior desejo é a Frente Patriótica Angolana, única tábuca de salvação da nossa nação, se os nossos políticos quisessem colocar-se acima de tudo.

Isso leva-me a definir perante vós a nossa posição.

A classe operária Angolana está privada de todos os direitos elementares do homem. Todas as reivindicações de condições de trabalho são selvaticamente reprimidas pela força armada dos colonos portugueses.

Não tendo liberdades sindicais, temos uma única missão: a educação clandestina dos trabalhadores que residem no interior do país.

Por conseguinte, a nossa Central pretende preparar o terreno organizando-se por regiões nas seguintes localidades:

CONGO – 31 de Janeiro

LUANDA – Catete – Nambuanguo

CUANZA-NORTE – Quitexe

A União Nacional dos Trabalhadores Angolanos “UNTA” é independente de todos os partidos políticos de Angola. No quadro da sua independência absoluta, combate toda a acção política contrária aos interesses dos trabalhadores.

É neste sentido que levamos a cabo a nossa acção num duplo plano, a saber: político e social:

- a. – no plano político
contribuição decisiva à luta pela liquidação do regime colonial e à ascensão de Angola à soberania nacional, pela independência e a unidade da classe operária Africana.
- b. – no plano social
luta pela supressão de todas as formas de opressão e de exploração;
luta pela liberdade e os direitos sindicais.

RELAÇÕES

Considerando por um lado, a opinião da UNTA pela independência e a unidade da classe operária Africana e, por outro lado, a necessidade absoluta da sua independência orgânica e ideológica em relação a todas as Centrais Sindicais Internacionais, as relações da UNTA são definidas da seguinte forma:

- a. no plano internacional
manutenção das relações de amizade, de solidariedade e de cooperação com a classe operária Internacional e as Centrais Nacionais não Africanas.
- b. estreita cooperação com as organizações dos trabalhadores dos outros países Africanos.

Também é necessário descrever brevemente as miseráveis condições de vida e de trabalho a que estão sujeitos os trabalhadores Angolanos.

OS TRABALHADORES FORÇADOS

São recrutados através de uma convenção assinada entre o colono e o Administrador. Este último dá a ordem aos Chefes tradicionais autóctones para lhe enviarem homens fortes e robustos para a cultura do café, do palmar e outras.

Esses são enviados para Tonga e Catete onde cultivam os campos sob vigilância das forças armadas. A qualquer greve contra esse regime e contra os tratamentos desumanos, os colonos e os militares respondem a tiro.

O trabalho forçado mobiliza mais de 50% dos trabalhadores Angolanos.

Esse sistema de trabalho forçado é acompanhado por métodos herdados do escravagismo. É estimulado pelos agricultores e pelas empresas dos monopólios que desenvolvem entre eles uma forte concorrência na procura de mão-de-obra.

Os Administradores vendem cada trabalhador forçado a um preço que varia entre os 1.000 e os 1.200 escudos. E defendem-se da acusação de vender os trabalhadores afirmando que é apenas um aluguer.

OS TRABALHADORES AGRÍCOLAS E CAMPONESES

A exploração assenta nas grandes companhias concessionárias que praticam o regime de monocultura, nas grandes plantações nas mãos dos colonos portugueses e nos pequenos terrenos dos Angolanos.

A extensão das propriedades dos colonos portugueses varia geralmente entre 100 e 500 hectares. Enquanto que a mão-de-obra utilizada na produção é exclusivamente Africana, a que não trabalha sob forma de contrato obrigatório constitui um outro aspecto importante do método de exploração do camponês Angolano. Ele cultiva produtos determinados (quase sempre algodão e café), em detrimento dos produtos de consumo do camponês.

Tal é, resumidamente, a vida dos trabalhadores e dos camponeses Angolanos.

Uma vida que não é da nossa época mas da idade média.

SINDICATOS COLONIAIS

Existem dois sindicatos em Angola mas são portugueses, ou seja europeus:

1. o sindicato nacional dos empregados do comércio e da indústria;
2. o sindicato nacional dos motoristas, ferroviários e marinheiros.

São sindicatos Fascistas, Salazaristas, cujos dirigentes são nomeados pelo Governador-Geral e pelo Ministro das Colónias.

O direito de adesão é dado aos originários de Portugal e aos Angolanos assimilados, ou por outras palavras: Angolanos que têm a mesma forma de viver e os mesmos direitos que os portugueses. Bebem e comem nos hotéis de luxo reservados apenas aos Europeus.

Devemos render homenagem aos que nos ajudaram e que continuam a fazê-lo sem condições políticas, e que formam os nossos melhores quadros.

Tendo já tido a ocasião de examinar, aqui mesmo em Léopoldville, o problema de congregar todas as organizações que lutam pela libertação de Angola, tentámos, várias vezes, na mesma linha de pensamento, expor as nossas próprias concepções sobre a cooperação franca e sincera de todas as organizações.

Para acelerar a nossa independência e promover uma verdadeira política de libertação económica e social, impõem-se necessariamente a unidade dos movimentos políticos e sindicais assim como o reforço da sua frente de luta.

A participação da UNTA na conferência das organizações das Colónias portuguesas, que teve lugar em Abril último em Casablanca, contribuiu para o reforço da unidade dos países sob dominação portuguesa.

Sempre animados pelas mesmas preocupações, apelámos repetidamente aos dirigentes dos partidos políticos para a criação de uma Frente e ainda hoje reiteramos esse apelo.

Vamos manter-vos informados sobre cada passo do desenvolvimento da luta para a libertação nacional. E aqui temos, Senhores Representantes da imprensa e Meus Senhores, uma nova iniciativa tomada pelo nosso Comité sobre a elaboração de um Projecto do programa da Frente Nacional de Libertação de Angola [*sic*] que submetemos aos partidos políticos.

Baseamo-nos na vontade dos trabalhadores e da população Angolana que reclamam a unidade das organizações que lutam pela libertação de Angola.

LÉOPOLDVILLE, 12 DE MARÇO DE 1962

Carta de Pedro Sobrinho a Luís de Almeida

[*cópia dactilografada*]

Caro Luís José

Montpellier, 16/3/62

Agradecido pela inesperada carta. Eu havia já recebido uma carta tua pelo Natal. Estava aguardando o momento de responder-te e eis que agora posso enfim dar resposta às duas cartas. Não me vou alongar em considerações de pouca importância, entrarei directamente no assunto.

Primeiro quero dizer duas palavras sobre os nossos movimentos e sobre os duros problemas que se nos apresentam. Creio que conheces a minha posição sobre a política angolana. Ao deixar Lisboa eu não estava afiliado a qualquer dos nossos movimentos. Em França comecei a estudar melhor as organizações. Sobre a UPA pesava e pesa a acusação de cumplicidade com os meios financeiros americanos. Isso é grave e garanto-te que muito cogitei antes de filiar-me a essa organização. Nunca quereria vender Angola a qualquer potência estrangeira, dada a minha formação política. Investiguei pois a veracidade da acusação. Nada me permite afirmar que Holden Roberto seja um agente da alta finança americana. Quero lembrar-te que Holden, como Lumumba, deve a sua formação política a Nkrumah e seria temerário e absurdo pretender que o leader do panafricanismo e da libertação económica de África tenha aconselhado os seus pupilos a dar a mão ao imperialismo yankee. Certo é que o chefe da UPA seja protestante e que tenha aceitação em determinados meios americanos, certo é que os dirigentes da UPA sejam na sua maioria protestantes, mas crê que se trata de tática política. É necessário captar a confiança das nações poderosas para lutar contra o colonialismo. Repara que em África é necessário agir com jeito, porque o imperialismo é ainda poderoso e uma declaração aberta de oposição ao Ocidente é sentença de morte (recorda Lumumba). Quero chamar a tua atenção para o facto de que o pretendido tribalismo religioso é falso, pois poderás constatar que a UPA não conta nas suas fileiras unicamente protestantes. O tribalismo racial também não é verdadeiro, o movimento congrega filiados do sul de Angola (umbundos), da região de Luanda (quimbundos) e quicongos, Aníbal de Melo, Rosário Neto, Pio Gourgel e tantos outros têm ascendentes brancos e militam na UPA. Eu, por exemplo, não sou quicongo. Lamento imenso a morte dos 21 elementos do MPLA e a morte recente do Comandante do Exército de libertação. No que toca à morte dos guerrilheiros [do] MPLA, a UPA nega qualquer responsabilidade e nada posso afirmar sobre o desaparecimento do comandante João Baptista.

É possível que elementos fanáticos cometam crimes dessa natureza mas o espírito da organização não é o massacre indiscriminado de angolanos. É possível que Holden seja um tanto exaltado e ambicioso mas creio que deseja ardentemente a libertação de Angola e não o domínio da sua tribo. Ele nem sequer aspira ao cargo máximo (Presidente da República). O que ele deseja é o reconhecimento do direito de autodeterminação do povo angolano. Quanto a mim, o problema angolano apresenta-se nos seguintes termos: deve uma minoria esclarecida governar Angola contra a vontade da maioria humilde? Ou deve a revolução armada inverter finalmente os termos e pela primeira vez na história de Angola assegurar às massas oprimidas e amarguradas o exercício do poder?

O programa do MPLA é realista e a sua aplicação asseguraria o bem-estar do nosso povo, estou bem convencido disso; eu admitiria que em nome do progresso e da libertação económica, a minoria bem intencionada tomasse as rédeas do governo. Mas é preciso contar com o poder do imperialismo E A RESISTÊNCIA das massas. O imperialismo directamente visado, voltar-se-ia com raiva contra o nosso Povo e não chegaria mesmo a haver consolidação do poder. Por outro lado, as massas amarguradas durante séculos, não aceitariam a autoridade de governantes não representativos da sua condição social. Seria então necessário lutar contra as forças exteriores e contra as

massas inconformistas. E quantos homens teremos nós ainda por sacrificar, daqui a alguns anos? Por isso as coisas devem marchar devagar. A revolução só dará frutos se o povo na sua maioria estiver de lado dos dirigentes. Nada de slogans estrondosos, nada de espicaçar os imperialistas. Chegaremos ao socialismo com tempo e jeito e toda a habilidade consiste em ganhar a confiança das massas, em obter o apoio das maiorias. É sob este ponto de vista que a UPA parece reunir condições de êxito. Além disso tenho a democracia por princípio, embora aceite e reconheça que um regime autoritário pode ser necessário, temporariamente em países como o nosso.

Da parte do MPLA elogio a inteligência dos dirigentes e a boa-fé no que respeita ao futuro de Angola mas censuro os métodos empregados. Com efeito a calúnia e a ameaça tornaram-se armas caras aos mepelistas. Isso tive ocasião de constatar em Sèvres. Claro que a ameaça não resolve, tão pouco a calúnia, porque onde a força tenta submeter os espíritos, forças maiores são mobilizadas e as consequências não podem deixar de ser desastrosas. Creio que seria bem que o MPLA usasse uma linguagem de conciliação, não de coacção. Um alto dirigente do MPLA, homem inteligente, afirmou há tempos, que é insensato pretender impedir a maioria de tomar o comando da Revolução. Deixa que te diga (e peço desculpa) que a Conferência de Imprensa do Chefe de Estado Maior do Exército de Libertação, Marcos Cassanda [*sic*] não é convincente (a linguagem não é do chefe Marcos). Desculpa, sei que ficarás furioso, mas estou a ser sincero e a falta de sinceridade aborrece-me e infelizmente domina os nossos movimentos tanto a UPA como o MPLA.

Tudo o que ficou dito serve para concluir que nós, estudantes de todas as tendências podemos contribuir para uma aproximação dos movimentos angolanos. Discutindo francamente os nossos problemas, fora do delírio propagandístico e das ambições de liderança, contribuirão para uma mais íntima cooperação entre as forças em presença. Por isso sugeri a ti e ao Desy [Desidério] que um Encontro de Estudantes ANGOLANOS possa ser organizado nas próximas férias grandes, de preferência em pays [*sic*] neutro. O Encontro reunirá estudantes de todos os movimentos políticos angolanos e o tema será a UNIDADE DOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO ANGOLANOS. Evidentemente que o teu nome está indicado para as sondagens necessárias. Concretamente a minha ideia é a seguinte: formação de um Comité Organizador (5 ou 6 estudantes); o comité procurará sondar as possibilidades de realização, inquirindo por exemplo da parte da Unesco ou da COSEC ou da União Mundial de Estudantes, ou mesmo dos movimentos sobre uma possível ajuda e patrocínio. Pensei na Suécia, ou Noruega, países ideais para reuniões do género mas acontece que o problema de deslocação seria duro. Parece pois que o Congo é o país indicado por permitir a presença de delegados de todos os movimentos. Quero reforçar que o Encontro não é patrocinado por tal ou tal movimento ou organização, é um encontro de estudantes de várias tendências.

Os resultados seriam comunicados aos dirigentes dos movimentos e expressariam a vontade dos estudantes de encorajar a cooperação entre as forças de libertação.

A ideia é ousada mas merece um exame sério. Por isso espero que me respondas o mais breve possível, dando o teu valioso parecer.

Recebi os jornais do movimento e se alguma publicação tiveres ainda, agradeço que mas envies. Se desejares o último jornal da UPA e outros papéis, apita.

Abraço do amigo

PEDRO SOBRINHO [Nota manuscrita: irmão de Deolinda Rodrigues]

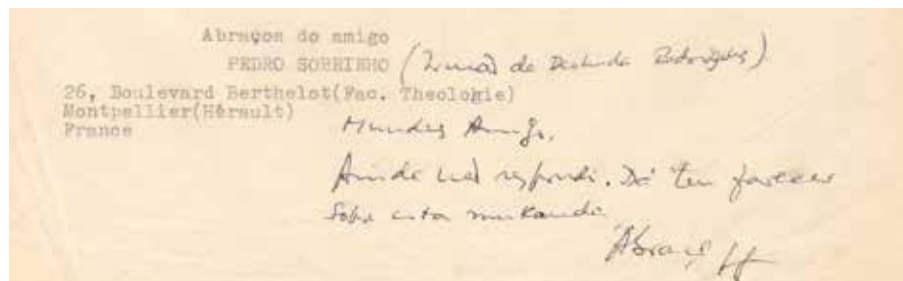
26, Boulevard Berthelot (Fac. Theologie)
Montpellier (Hérault) – France

[Nota manuscrita e rubricada por Luís de Almeida:

Mundy Amigo,

Ainda não respondi. Dá teu parecer sobre esta mukanda

Abraço]



Carta de Viriato da Cruz a Matias Miguéis

[manuscrita]

Meu caro Matias,

Saúde!

A vitória da verdade que se está verificando aí é também, e principalmente, uma vitória do nosso Movimento, de cuja obra aí tu foste um dos pioneiros e um incansável construtor.

Os números do UA [Unidade Angolana] já editados tiveram grande aceitação no exterior. O UA não pode morrer e deverá esforçar-se por sair com razoável regularidade. Estamos ansiosos por ler o segundo número.

Sei que te tens esforçado por dar o teu melhor a todas as actividades do Movimento.

Como vai a tua saúde?

Até breve.

O meu melhor abraço.

[rubrica de Viriato da Cruz]

Carta de Militantes do MPLA na Suíça à Direcção

[manuscrita]

Lausanne, 20 de Março de 1961 [é de 1962]

Caros compatriotas

Recebemos a vossa carta do 14 de Fevereiro. Aí vai a resposta.

Agradou-nos bastante saber que a nossa secção dada a sua po[sic]ção vai merecer uma atenção especial por parte dos organismos directivos do MPLA. Esperamos corresponder ao dito interesse. Disseram vocês que se iriam pôr em contacto com Léopoldville no sentido de que este centro se ponha em relação directa connosco; continuamos aguardando com o maior interesse o resultado desta iniciativa.

1) No que diz respeito à formação do nosso Comité de Acção, a sua constituição já seguiu em Janeiro para Rabat e daqui para Léopoldville onde aguarda homologação por parte do comité director. No entanto podemos vos fornecer a título de informação a lista dos candidatos votados:

- a) Secretário Político – FILIPE ROMANO AMADO
- b) " " adjunto – Augusto Wilson
- c) Secretário para as finanças – Eurico Wilson
- d) Secretário para propaganda e agitação – António Macedo
- e) Secretário adjunto para propaganda e agitação – Fernando Octávio

Em princípio devemo-nos reunir todas as 2^{as} feiras. Mas estas reuniões só abrangem os militantes de Lausanne visto os outros se encontrarem espalhados por outras cidades.

2) Recebemos com grande interesse a notícia de que tínhamos sido dispensados das cotizações mensais. Efectivamente a nossa condição económica aqui é precária e não nos permitia dar qualquer contribuição desse género.

3) Recebemos já parte das brochuras que nos enviaram (as que seguiram por avião); aguardamos as outras.

4) Assunto "Jurista": Entrámos em contacto com a "Comissão Internacional de Juristas" em Genève. Estive lá eu pessoalmente e como das outras vezes falei com o advogado Philippe Compte. O dito advogado, como das outras vezes, mostrou-se bastante gentil. Ele disse-me que não sabia da existência do Comité Jurídico do MPLA nem tão pouco da existência de advogados angolanos. Ficou portanto muito satisfeito e prometeu entrar em contacto com vocês. No entanto já tinha entrado em contacto com o MPLA por intermédio de um amigo seu que até à data se encontrava em Léopoldville. Quanto ao trabalho sobre o problema argelino e que foi apresentado em Bruxelas, ele não foi executado por esta Comissão Internacional mas sim pela sua "congénere" em Praga: Associação Internacional dos Juristas Democráticos. No entanto ele deu-nos as indicações necessárias para obtermos o dito trabalho. Ainda relacionado com o trabalho do nosso "Comité Jurídico" seguem diversas brochuras.

5) O próprio advogado Philippe Compte também nos forneceu o dito “Rapport du Sous-Comité Chargé d’Examiner la Situation en Angola”; o exemplar que possuímos é em espanhol.

6) Quanto ao envio dos textos dos nossos artigos, conferências, etc, achamos preferível enviar para Rabat. No entanto os assuntos que disserem respeito ao Comité Jurídico em especial enviaremos para Conacry. De acordo? Se não enviem-nos sugestões. A propósito da lista e texto das assinaturas para o Agostinho Neto, a primeira lista já seguiu há muito tempo para Portugal; a 2ª vamos enviar para Rabat, para onde contamos enviar as próximas.

7) Ainda a propósito dos prisioneiros políticos enviamo-vos uma carta que recebemos, em resposta as nossas démarches da “Amnisty” and international movement for freedom of opinion and religion.

É com grande interesse que nós todos cá seguimos o desenrolar dos acontecimentos que ultimamente se têm verificado no seio da UPA.

A “malta” aqui já entrou em contacto com vários militantes da UPA e dum maneira geral a opinião deles é de que se trata dum sabotagem ou melhor dum manobra do MPLA; segundo eles o comandante Marcos Cassanga teria sido comprado etc. etc.; enfim só dizem baboseiras. No entanto as acusações que o dito Comandante faz contra o Holden não nos estranharam absolutamente nada a avaliar pelo grau de desonestidade e cinismo de que o Jonas Savimbi tem dado provas aqui. Tempos antes de se darem esses acontecimentos na UPA um grupo de 3 estudantes africanos 2 da Guiné e 1 dos Camarões (mas do UPC, que controla o maqui) que têm estado sempre perto de toda a evolução do problema angolano resolveram reunir os estudantes angolanos num esforço para tentar uma melhor compreensão entre estes, para deste modo se forçar a união dos 2 movimentos. A primeira reunião realizou-se, o Jonas Savimbi estava presente e discutiram-se os vários pontos de desentendimento entre os dois movimentos, as dificuldades da união; os ditos estudantes africanos ficaram de estudar os resultados dessa 1ª reunião e em princípio deveremos ter uma outra reunião em breve. Deixa-me acrescentar que os ditos estudantes da Guiné e Camarões são uns homens, ou melhor não são nenhuns garotos irresponsáveis; os 2 da Guiné são os representantes digamos assim do seu país aqui na Suíça. Na próxima carta enviar-vos-ei mais pormenores sobre essa reunião que serviu para se esclarecer muitos pontos.

Mas ainda falando do Jonas temos a dizer que efectivamente trata-se dum indivíduo com grandes defeitos, o principal dos quais é o culto da personalidade, depois a gabarolice, a mentira e a espartezza para a malandrice. Ainda há bem pouco tempo encontrámo-nos com alguns estudantes Ghanenses [que] diziam em conversa connosco: “Oh, se todos os angolanos forem como o Jonas..., vai a Genève passar uma semana, quando volta a Lausanne vem gabar-se de que esteve em Nova York onde falou com A,B,C.”. Enfim, uma sujeira. Ele agora desapareceu daqui. Deve ter ido para Léopoldville socorrer o compadre dele.

Esquecem-se esses senhores de que uma luta de libertação nacional tem que ser conduzida num ambiente de franca honestidade e não na prática de tralfulhices e manobras de baixa conduta que só servem para desacreditar a nossa luta. Estejamos

pois atentos a todas as manobras dos falsos profetas de maneira a podermos desmascarar e sabotar na devida altura todos os planos tendentes ao enfraquecimento dos ideais pelos quais nos propomos combater. Avante irmãos! Confiemos na força dos nossos direitos e no direito da nossa força!

Por uma Angola maior, em nome de todos os camaradas na Suíça

[assinatura de António R. Macedo Júnior]

P.S. IMPORTANTE, Estudantes angolanos pertencentes à UPA e ao que parece vindos de vários pontos da Europa, reuniram-se em Lucerne (Suíça) há coisa de 2 ou 3 semanas e proclamaram a União Nacional dos Estudantes de Angola cujo presidente é o Pedro Filipe! Não sabemos mais pormenores por enquanto.

Para estudos sobre a Argélia ver
ASSOCIATION INTERNATIONALE DE JURISTES DEMOCRATES
234 RUE DU TRONE
BRUXELLES 5
BELGIQUE

Carta de Iko Carreira

[manuscrita toda em maiúsculas]

Rabat, 22/3

[Nota manuscrita: Recebida em 24/Marc/962, Secção jurídica]

Caros “Quitos”

Como vai essa bizzarria?

Vamos começar a trabalhar numa “campanha de libertação dos presos políticos angolanos”. A Secção Jurídica (vocês) terá, naturalmente, a principal tarefa. Estamos a planear a coisa aqui (com o Mário) e dentro de dias enviarei notícias. Porém, podem já contar com o seguinte trabalho:

- Revisão do processo dos cinquenta e outros, com base no direito penal português e internacional.
- Auto de averiguações sobre a situação dos presos políticos julgados e por julgar (colaboração do Bureau de Léopoldville).

Suponho que devem estruturar o vosso “plano de ataque” à questão.

Peçam para aqui toda a documentação jurídica portuguesa de que necessitarem. Eu vou secretariar o trabalho e fazer a ligação com o Maître Vergès que se encontra agora em Marrocos... e a trabalhar connosco!

Aguentem a “pastilha” e não se esqueçam de me dizer se é... saborosa!!

Necessitamos aqui dum exemplar do relatório do “Subcomité dos Cinco” e dum cópia da intervenção do delegado da Guiné. (O Mário diz que vocês têm o segredo



Iko Carreira

dos Deuses da ONU... e que devem enviar isso se tiverem cópias). O Marcelino também vos vai pedir isso... mas parece-me que é mais útil ao grupo do MPLA em Rabat! Aliás, podemos emprestá-los ao Marcelino. Não lhe digam isso... Não vá ele deixar de pagar o que me deve!!

Saudações respeitosas às vossas “Quitás” e beijos aos vossos “quititos”.

Abraça-vos o [ilegível], Xumara ou simplesmente Iko

Ao Viana:

Vou publicar (também) o teu artigo sobre a ONU na revista da juventude de que sou director. Sairá com alguns comentários extras da redacção... se estiveres de acordo! E porque não havias de estar!!!

Essa malta que escreva “coisas” intelectuais e que m’as envie.
A revista é bilingue e intitula-se Diálogo.

Carta do Min. da Justiça da Guiné à Associação dos Juristas de Angola

[dactilografada, em francês, em papel timbrado do Min. Justiça]

[Nota manuscrita: Recebido em 22 de Março /1962, SECÇÃO JURÍDICA]

O MINISTRO DA JUSTIÇA
Ao Senhor PRESIDENTE
da Associação dos Juristas de ANGOLA
CONAKRY

Pareceu-me indispensável fazer-lhe o ponto da situação dos Trabalhos preparatórios da Conferência dos Juristas Afro-Asiáticos.

Como sabe, parece já estar em curso o acordo entre numerosas Associações Nacionais de Juristas, tanto da Ásia como de África, para que essa Conferência se realize em Conakry, em finais de Abril ou início de Maio de 1962.

O Comité Preparatório já se reuniu para esse efeito em Abril de 1961. Este Comité, presidido pelo Senhor Yoshitaro Hirano, Professor e académico Japonês, reunir-se-á sem dúvida em Conakry em finais de Março ou nos primeiros dias de Abril de 1962.

Contamos para esse efeito receber sugestões de todos os Juristas de África e da Ásia e mais particularmente dos do seu país. Em função dessas sugestões, a ordem de trabalhos será completada ou emendada.

Desnecessário será dizer que a presença efectiva de Juristas do seu Estado servirá para elevar a qualidade da Conferência dos Juristas Afro-Asiáticos. Com efeito, esta

Conferência reúne-se no momento em que as nossas Nações se organizam e consolidam a sua independência, aqueles que trabalham sem cessar pelos ideais mais elevados da Civilização Universal, os Juristas cuja a acção tem por objectivo a Paz e a ordem pela lei... Esses Juristas que se encontrarão brevemente em terra africana pertencem a Estados que, em outras circunstâncias e nomeadamente no seio das Nações Unidas, puderam conhecer o preço da cooperação fraterna e da solidariedade efectiva dos Povos Afro-Asiáticos.

Conto muito particularmente consigo para receber uma resposta afirmativa assim como todas as sugestões que estime serem úteis.

Desnecessário será dizer que estou à sua disposição para todos os esclarecimentos susceptíveis de facilitar o seu contributo que consideramos importante para o sucesso desta ampla Conferência.

Receba, meu caro Presidente, a minha saudação fraterna e a expressão da sincera cooperação dos Juristas Guineenses.

PAUL L. FABER
MINISTRO DA JUSTIÇA
RESPONSÁVEL DOS JURISTAS GUINEENSES [segue rubrica]

Comunicado do Comité Director do MPLA

[policopiado]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

[carimbo do CD do MPLA]

A justeza da luta do Povo Angolano contra a dominação colonial portuguesa está hoje mais do que comprovada no plano internacional.

Todos os Estados independentes de África, já suficientemente informados da bárbara dominação colonial portuguesa, vêm condenando irremissivelmente essa dominação e vêm apoiando a luta do povo de Angola.

A condenação pela ONU do colonialismo em geral, e do colonialismo português em particular, revelam ainda mais a invencibilidade do Povo Angolano em luta pela autodeterminação e independência nacional.

Mas que esforço heróico teve de despender o Povo Angolano para fazer aceitar internacionalmente a justeza das suas reivindicações e levar a política colonial portuguesa à reprovação de todos os povos!

Isolados do mundo exterior, por longos anos, no quadro do colonialismo fascista, milhares de patriotas angolanos sofreram e morreram nas masmorras portuguesas sem que a sua voz chegasse à consciência internacional.

Diante de um colonialismo fascista e assassino restava ao povo ou ver passivamente morrer nas prisões os melhores dos seus filhos ou pegar em armas para conquistar a liberdade e a solidariedade internacional activa.

O menosprezo que Portugal vem votando às resoluções da ONU prova que o governo deste país não entende a linguagem do bom senso nem respeita o Direito; porém, o Povo Angolano, há muito, se convenceu, por dura experiência própria, que Portugal não entendia outra linguagem diferente da força.

Foi assim que o nacionalismo angolano inaugurou a sua resistência armada em 4 de Fevereiro de 1961. Mas se, por um lado, o despertar da solidariedade africana e internacional para com a luta do povo de Angola instilou ânimo a este povo, por outro, encorajou os falsos patriotas a aproveitarem-se dela para fins pessoais e criminosos. Isto é provado pelas revelações feitas publicamente pelo Comandante Marcos KASSANGA e pelo Snr. André Martins KASSINDA, Secretário-Geral da Liga Geral dos Trabalhadores de Angola.

Os snrs. Holden Roberto e Rosário Neto, respectivamente, Presidente e 1º Vice-Presidente da União das Populações de Angola (UPA) estão diante do tribunal do Povo de Angola e do tribunal da opinião internacional.

Estes dois principais dirigentes da UPA foram acusados publicamente de graves crimes contra o Povo Angolano. Quem quer que acompanhasse, atentamente, a actividade política de Holden Roberto, não poderia deixar de notar o seu desconhecimento de Angola (onde nunca viveu) a sua alucinada acção de intriguista político, o seu oportunismo, a sua desmedida ambição política que o levava a arrogar-se o título de “chefe” da revolução angolana e a engalanar-se com os postos de “presidente” e “director” de todas as organizações ligadas à UPA.

Holden Roberto pretendia, num delírio doentio e ridículo, reduzir Angola e o Povo Angolano à sua medida.

Sabendo haver, em Angola, africanos com mais carácter, instrução e capacidade do que ele, inspirou e incitou à liquidação física de negros assimilados e instruídos. Para conquistar o apoio dos dirigentes do movimento protestante mundial, procurou dividir os angolanos por razões de crença religiosa e ordenou medidas para impor a religião protestante nas regiões de Angola onde actuavam africanos enganados por ele.

Sendo descendente de famílias de S. Salvador (Angola), Holden recrutava, a troco de promessas de mando político na Angola independente, gentes de S. Salvador para seus principais agentes no interior da colónia. Ele fomentava uma política de hegemonia dos povos do distrito do Congo sobre os de outras regiões de Angola. Ele incitou a liquidação física dos angolanos do Sul residentes no Norte de Angola. Porque conhece mal a língua portuguesa, Holden Roberto, falho do senso das realidades, desenvolveu uma campanha para impor a língua francesa na Angola independente.

Para ganhar a simpatia das potências ocidentais, Holden sem escrúpulos, caluniava de comunistas as organizações nacionalistas angolanas às quais ele sempre tratou como inimigas e que (no seu entender) não lhe deixavam completamente livre a cena política angolana.

Fingindo exageradamente o seu amor pelo povo negro, Holden recebia, no entanto, dinheiro de fazendeiros portugueses do Norte de Angola para que lhes poupassem as fazendas.

Para manter a sua mentira de exclusivismo da UPA na luta armada, Holden dava ordens para que se assassinassem os militantes das outras organizações políticas empenhadas na luta armada.

Os milhares de patriotas angolanos presos nunca mereceram de Holden palavras de reconhecimento pelo seu nacionalismo, pelo seu combate e pelo seu sacrifício. Falho de lealdade e ambicioso, nunca o presidente da UPA se referiu, por exemplo, ao grande patriota e combatente que é o Dr. Agostinho NETO.

Pretensioso, Holden sempre se convenceu (ou quis convencer toda a gente) de que o nacionalismo angolano nasceu com ele e se desenvolveu unicamente com o seu esforço.

Testemunhando completo desrespeito por Angola e o seu povo (que ele sempre tratou como coisas suas), Holden teve o desplante de pretender formar, com os seus comparsas da UPA, um Governo Provisório de Angola!!

Mau político e manobrando cegamente a arma do racismo, Holden teve a ousadia de, durante a XVI sessão da Assembleia-Geral da ONU, defender, perante o grupo afro-asiático, a sua política de genocídio em relação à comunidade mestiça de Angola. É evidente que, não só o grupo afro-asiático não apoiou essa sua política de genocídio, mas ainda a condenou.

Fazendo da luta do Povo Angolano pela sua independência uma fonte de receitas e de fácil prestígio pessoal, Holden nunca esteve verdadeiramente interessado numa solução rápida do trágico conflito que se vem desenvolvendo em Angola. Daí a sua oposição sistemática a toda política favorável à constituição de uma Frente Angolana de Libertação.

Senhor absoluto dos fundos da UPA, Holden pratica a chantagem financeira para com os seus colaboradores menos dóceis e procura rodear-se de indivíduos servis, como Rosário Neto, 1º Vice-Presidente da UPA.

O passado de Rosário Neto (que fora condenado à prisão maior, em Angola, pelo crime de roubo) fazia prever que ele poderia converter-se, como se converteu, no principal colaborador das actividades criminosas de Holden Roberto. Não podendo triunfar, no plano político, com base nos seus méritos e no seu carácter e através da confrontação honesta com os patriotas angolanos, Rosário Neto vem ajudando zelosamente, o jogo sinistro de Holden e também vem desempenhando o papel de redactor, em língua portuguesa (que Holden mal escreve) das mentiras, das calúnias e das directivas criminosas do seu chefe.

Povo de Angola! Eis aí os dois chefes de um bando de traidores que, em virtude dos seus crimes, foram desmascarados publicamente pelos nossos compatriotas, Comandante Marcos KASSANGA e pelo Secretário-Geral da Liga Geral dos Trabalhadores de Angola, André Martins KASSINDA.

Povo Angolano! Abusando da tua patriótica e heróica luta e do justo combate da grande comunidade negra de Angola pela sua dignidade, esse bando de traidores vem procurando tirar proveitos pessoais do sangue, dos sacrifícios e dos martírios dos seus irmãos.

Em nome da verdade, em nome do total respeito que lhe merece o heróico Povo Angolano, e para que a causa sagrada do povo de Angola triunfe com mínimo de sacrifícios e sem traições, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

resolveu, com o presente comunicado, fazer eco das revelações feitas pelo Comandante KASSANGA e pelo Snr. André KASSINDA.

O MPLA afirma o seu apoio solene e desinteressado à luta digna que os verdadeiros patriotas da UPA vêm travando para desmascarar os traidores que existem nessa organização e para fazer com que a luta do povo prossiga na limpidez da sua verdade e da sua razão.

O MPLA renova o seu apelo para a unidade de acção de todas as forças patrióticas de Angola e para que as organizações nacionalistas angolanas se decidam a um esforço sincero para a criação urgente da FRENTE ANGOLANA DE LIBERTAÇÃO.

Seja como for, nada porém poderá liquidar a luta do Povo Angolano e muito menos abater o anseio de liberdade desse povo heróico e digno.

O dever sagrado de todas as organizações patrióticas angolanas é o de ajudar o povo a vencer nas melhores condições.

O MPLA não poupará nenhum esforço para cumprir esse dever de honra.

VIVA A LUTA UNIDA DO POVO DE ANGOLA!
IGNOMÍNIA AOS TRAIADORES!
ABAIXO O COLONIALISMO!

Léopoldville, le 26 Mars 1962

O COMITÉ DIRECTOR DO MPLA

Relatório e Contas do CVAAR

[policopiado]

CORPO VOLUNTÁRIO ANGOLANO DE ASSISTÊNCIA AOS REFUGIADOS
(CVAAR)

RELATÓRIO E CONTAS

COMITÉ DE ADMINISTRAÇÃO DO CVAAR

(Julho de 1961 a Março de 1962)

I – GENERALIDADES:

O CVAAR foi fundado e definido, em Conakry, em Julho de 1961, pelo Comité Director do MPLA – que profundamente inquieto da sorte das vítimas da guerra de extermínio desenvolvida pelos colonialistas portugueses contra o valente povo angolano, decidiu mobilizar todos os seus quadros médicos a fim de prestarem assistência aos refugiados angolanos na República do Congo.

O CVAAR teve o seu Regulamento Interno aprovado, em Conakry, pelo Comité Director do MPLA, em fins de Julho de 1961.

Os Estatutos foram elaborados e aprovados, em Brazzaville, em princípios de Setembro do mesmo ano.¹

O primeiro Comité de Administração, após eleição democrática entre os membros que constituíam o CVAAR, ficou constituído por um Presidente, um Tesoureiro e um Secretário, e ficou instalado em Brazzaville até princípios de Outubro de 1961.

Logo após a fundação do CVAAR, [o] Secretário Geral do MPLA esteve em Londres, onde lançou os fundamentos da campanha para ajuda aos refugiados angolanos exilados nas Repúblicas do Congo – Léopoldville e Brazzaville.

Através do “Movement for Colonial Freedom” de Inglaterra, o Secretário-Geral do MPLA entrou em contacto com a “War on Want” e “Oxford Committee for Famine”, e outras Organizações filantrópicas inglesas, no sentido de obter delas um apoio material e moral para o CVAAR.

Contactou também com os representantes em Londres do jornal “Expressen” de Stokolm, a quem forneceu os elementos da crítica situação dos refugiados, nas fronteiras do Congo – Léopoldville e Brazzaville – elementos que constituíram a base duma campanha em toda a Suécia, levada a cabo pelo referido jornal.

O Presidente do MPLA fez um apelo através do jornal “Expressen”, à opinião pública mundial, dando assim os primeiros passos nos contactos havidos com Organizações Filantrópicas da América e do Próximo Oriente.

Por essa ocasião, o Presidente da República da Guiné, Sua Excelência SÉKOU TOURÉ, libertou os médicos angolanos que prestavam serviço como contratados nos Hospitais e Maternidades do seu País e conferiu-lhes todas as facilidades para se deslocarem às Repúblicas do Congo – Léopoldville e Brazzaville.

Os médicos angolanos escreveram ao Presidente Youlou, do Congo (Brazzaville), pedindo autorização para entrar no seu país e trabalhar junto dos refugiados. As autoridades governamentais desta República acordaram todas as facilidades de entrada na República do Congo de todo o pessoal técnico do CVAAR e seus colaterais; a entrada de medicamentos que nos eram destinados, bem como o material de trabalho profissional. Não nos foi, todavia, concedido o reconhecimento oficial.

Entretanto surgem os primeiros dons [*sic*] para o CVAAR.

A Cruz Vermelha Sueca, através do jornal “Expressen” envia ao CVAAR quatro toneladas de medicamentos para a República do Congo, ao Coordenador em Chefe da Cruz Vermelha Internacional, Sr. Gosta STREIJFER.

Governos e Organizações Filantrópicas de países europeus e africanos põem à disposição do CVAAR toneladas de medicamentos, vestuários e alimentos. Além da Grã-Bretanha e da Suécia, a Yougoslavia, o Marrocos, o Mali, a Guiné, o Gabão, a República Centroafricana, etc., dão a sua ajuda através do CVAAR, aos refugiados angolanos.

O Comité de Administração recrutou entre os refugiados, pessoal técnico, e teve a 29 de Setembro de 1961, a sua primeira reunião com enfermeiros. Estiveram presentes 18 enfermeiros, dentre os quais 3 enfermeiros diplomados, 2 ajudantes de enfermeiros, 7 microscopistas e 6 agentes sanitários. No decorrer da reunião, foi apresentado

¹ No entanto, o documento impresso dos estatutos diz “Léopoldville, 21 de Agosto de 1961”.

por um membro do CVAAR, o programa da Organização, e os objectivos a atingir. Evidenciou-se a necessidade de criar postos médicos nas fronteiras, o que exigiria de todos os maiores sacrifícios.

II – ACTIVIDADES EXTERNAS:

a) CONTACTOS:

Em 4 de Agosto de 1961, um dos médicos angolanos deixou a República da Guiné, com destino a Pointe Noire, onde chegou a 15 do mesmo mês e ali tomou os primeiros contactos com os refugiados. Fez o primeiro estudo e exame objectivo das possibilidades de trabalho e estabeleceu proficientemente as bases de instalação da equipa que em breve se lhe juntaria. Este nosso camarada, em companhia de um refugiado e da autoridade local visitou as regiões limítrofes de Cabinda. Contactou com muitas centenas de refugiados, com quem discutiu os seus problemas mais prementes.

Após a chegada dos outros dois médicos o Comité de Administração do CVAAR contactou com outros exilados angolanos residentes na República do Congo (Brazzaville).

No mesmo mês de Agosto, o Comité de Administração teve uma entrevista com o Coordenador em Chefe da Cruz Vermelha Internacional em Léopoldville, Sr. GOSTA STREIJFER.

Apresentadas as credenciais conferidas pelo Sr. EINHMARK, do Jornal “Expressen” de Stokolm, o Sr. GOSTA STREIJFER informou-nos das necessidades mais urgentes



Grupo do CVAAR – (...), Punza, Américo Boavida, João Vieira Lopes, Gelim Paím, Hugo de Menezes

dos refugiados, nas fronteiras do Congo – Léopoldville/Angola, que diziam respeito a Thysville, onde se encontravam mais de 41.000 [?] refugiados. Informou-nos a existência de um Hospital protestante em Thysville, dos dispensários espalhados na região de Kimpangu, de Kungi, de M'Banza-Bata, etc.

Por aquele senhor nos foi proposto trabalhar sob as ordens da Cruz Vermelha Internacional, nos postos que ela se propunha abrir em M'Banza-Bata, como técnicos contratados.

Respondemos à proposta informando-o que, como angolanos e como médicos, tínhamos criado uma Organização que se propunha trabalhar independentemente, junto dos refugiados, em completa igualdade com as restantes Organizações filantrópicas, como a Caritas, a Cruz Vermelha do Congo e que como nacionalistas não abdicaríamos jamais do direito de o fazer.

A Liga das Sociedades da Cruz Vermelha Internacional, na pessoa do seu Coordenador em Chefe, propunha-se entregar a região de M'Banza-Bata, ao cuidado do CVAAR e foi-nos oferecido para dois dias depois, o transporte que levaria o Coordenador Adjunto e o Père Coweres das Missões Protestantes na viagem de inspecção que se propunham realizar à região de Thysville, para um estudo “in loco” da situação.

Infelizmente, dificuldades de ordens várias impossibilitaram-nos de os acompanhar.

Em princípios de Outubro o CVAAR transferiu-se para Léopoldville. No prosseguimento do seu plano de trabalhos iniciaram-se contactos com refugiados, nos bairros periféricos da cidade e traçou-se um plano de assistência a pôr em marcha rapidamente.

Foi-nos dado observar que os refugiados se encontravam abandonados à sua sorte, e a sua presença em Léopoldville, a mais de 400 kms. da fronteira, se justificava pela existência de um parente ou de um amigo aqui residente, a quem pediam pão e tecto.

Conforme as decisões tomadas em reunião de 21 de Setembro de 1961, três membros do Comité de Administração iniciaram démarches junto do Secretário de Estado de Negócios para Assuntos Africanos, Sua Excelência MATITI Justin, no sentido de obter o reconhecimento oficial do CVAAR. Foi-lhe apresentada a história e os objectivos do CVAAR, e pedida a sua ajuda.

Três dias depois, a 24 de Setembro de 1961, Sua Excelência transmitiu-nos a sua reserva às nossas pretensões, “dado que tal facto iria criar dificuldades ao seu Governo junto das restantes Organizações acreditadas e a quem foram conferidos poderes para uma campanha junto dos refugiados angolanos” (sic).

Fizemos Sua Excelência ciente da nossa posição: como angolanos e como médicos, a nós cabia tratar os refugiados, mais que às Organizações humanitárias que deles se ocupavam.

No capítulo do reconhecimento oficial do CVAAR, pediu também uma entrevista a Sua Excelência o Ministro do Interior em Outubro de 1961 e este não pôde receber-nos. Entretanto pediu para que transmitíssemos ao seu Chefe de Gabinete, Sr. BOSO, a razão da nossa entrevista.

Assim fizemos um rápido historial da nossa Organização e apresentámos um memorandum.

O Sr. BOSO pediu alguns momentos, teve uma rápida conversa com o Ministro e trouxe-nos o acordo de princípio de Sua Excelência, para que iniciássemos oficialmente as nossas actividades, com o pedido de lhe levarmos no dia seguinte a lista do quadro médico que compunha o CVAAR.

Por ocasião da entrega dessa relação do Corpo Clínico da nossa Organização, Sua Excelência mandou transmitir-nos pelo seu Chefe de Gabinete que a resposta oficial ser-nos-ia endereçada pelo correio.

Efectivamente dois meses mais tarde, o Comité de Administração recebeu uma resposta, cujo conteúdo se encontra nos nossos arquivos.

No dia 10 de Outubro, uma delegação em que estava integrado o Presidente do CVAAR, foi recebida por Sua Excelência Cyril ADOULA, Primeiro-Ministro da República do Congo (Léopoldville).

No decorrer dessa entrevista, em que foram abordados assuntos de importância para a nossa Organização foi entregue um memorandum.

Em 11 de Setembro tivemos a primeira entrevista com Sua Excelência KAMANGA, Ministro da Saúde da República do Congo (Léo) a quem foram expostas as nossas pretensões de nos engajarmos como médicos ao Serviço do Governo Congolês na condição de podermos trabalhar junto dos refugiados angolanos que se encontravam na fronteira.

As démarches feitas para a obtenção de um “laisser-passer” permanente para as deslocações ao longo da fronteira em missão profissional junto dos refugiados, a concessão de uma viatura para essas deslocações, e a possibilidade de colocação dos seus serviços hospitalares, não chegaram a realizar-se.

Em 19 de Outubro de 1961, em reunião extraordinária que teve a presença do Presidente do MPLA, e dos novos membros do CVAAR, o Presidente do MPLA fez uma comunicação dos contactos por ele tomados em nome do CVAAR, na RAU, Marrocos, Yougoslavia, França e Itália, no sentido de mobilizar a opinião pública destes países para a causa dos refugiados angolanos. E sugeriu que fosse lançado um apelo à solidariedade internacional onde estivesse bem documentada com fotografias, números e dados objectivos, a trágica situação dos refugiados angolanos.

O CVAAR recebeu nas suas instalações a visita de diversas personalidades que queriam inteirar-se das suas actividades e realizações.

b) DOS DONATIVOS:

O CVAAR é uma organização filantrópica, sem fins lucrativos. Vive essencialmente de dons que provêm de personalidades colectivas ou individuais, nacionais ou estrangeiras, que estão dispostas a ajudar incondicionalmente os refugiados angolanos.

Desde a sua criação, o CVAAR encontrou a melhor boa vontade e ajuda por parte de muitas personalidades, organizações e governos que se dispuseram, por nosso intermédio, a minorar o grande sofrimento dos refugiados angolanos.

Deixamos aqui expresso o nosso profundo reconhecimento aos grandes amigos do CVAAR e dos refugiados angolanos Dr. BAH – da República da Guiné – Sua

Excelência o Presidente do Governo Provincial de Léopoldville – Sr. Gaston DIOMI –, Sr. Jean HALLER – de nacionalidade Suíça –, às firmas congolêsas SARMA CONGO, SEDEC, UNILEVER CONGO, INTERFINA.

Às organizações inglesas WAR ON WANT e DEXION Cº.

E especialmente aos Governos da República da Guiné, do Reino de Marrocos, da República de Israel, da República de Gabão e da República Centrafricana, que, manifestando a sua solidariedade efectiva para com os refugiados e o povo angolano, deram uma contri[bui]ção decisiva ao CVAAR.

LISTA GERAL DOS DONATIVOS EM “NATURA”

Carlos Paiva:	10 camas de ferro
Inocêncio Martins:	5 sacos de farinha de mandioca, de 50 kg. cada um.
Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA –	Equipamento médico e um automóvel “TAUNUS”
Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – CONCP –	Material de escritório.
Cruz Vermelha Yugoslava:	Medicamentos.
Sarma-Congo:	Viveres.
Pharmacie Africaine:	Medicamentos.
Sabena (Laboratórios):	Material de laboratório.
Société BATA Congolaise:	24 pares de sapatos.
Croissant Doré:	Pão.
War on Want:	2 casas pré-fabricadas, através da firma DEXION Ld.
Governo do Reino de Marrocos:	Material médico, e medicamentos no valor de 100.000 NF.

c) DAS REALIZAÇÕES:

1) Deslocação à fronteira de Cabinda de um membro do Comité de Administração, conforme referência feita no capítulo GENERALIDADES.

2) Iniciaram-se conversações com o 1.º Burgomestre da Comuna de Léopoldville para a abertura de uma messe e residência colectiva para os membros do CVAAR e suas famílias. Causas estranhas à nossa vontade impediram a sua efectivação.

– As crescentes actividades do CVAAR, fruto das necessidades cada dia mais aflitivas dos refugiados, obrigaram a um estudo de planificação dos projectos e objectivos a atingir.

Uma Comissão foi encarregada de estudar e planificar o problema e apresentar o respectivo plano ao Comité de Administração, em reunião de 29 de Dezembro de 1961.

O Plano apresentado que foi aprovado por unanimidade e aclamação, está sendo realizado na medida das nossas possibilidades.

3) Uma delegação do CVAAR, composta de 3 médicos e 3 enfermeiros, deslocou-se a Matadi de 2 a 6 de Dezembro para estudar “in loco” a situação dos refugiados. Foram visitados as aldeias de SOYO e LUADI, junto da fronteira com Angola, onde existem respectivamente 4.000 e 12.000 refugiados.

No seu relatório ao Comité de Administração, a delegação concluiu:

“As crianças, mulheres e velhos (90% dos refugiados) não têm o que comer.

Falta absoluta de medicamentos os mais usuais (quinino, penicilina, sulfamidas, anti-parasitários, etc.).

Falta de vestuário, mesmo o mais elementar.

Falta de utensílios agrícolas.

Falta de habitações. 70% dos refugiados são forçados a acampar ao ar livre.”

4) Uma delegação composta por dois enfermeiros visitou no Sector de Wungua a localidade de KINTUANDO-MOANDA, no mês de Março. Segundo o censo das autoridades em Inkisi, a localidade conta com 4.700 congolezes e 2.711 refugiados.

Foram distribuídos medicamentos aos refugiados que se apresentaram para tratamento, vestuário e dinheiro aos mais necessitados.

A trágica situação dos refugiados fez com que se iniciassem démarches para a abertura de um Posto Médico ainda durante o mês de Março – o que não chegou a concretizar-se.

5) O Comité de Administração publicou o 1.º número do seu Boletim em Dezembro de 1961. Esse órgão pretende ser um meio de contacto directo e periódico, dum lado com as organizações e personalidades que nos têm ajudado, e doutro lado com os refugiados, o Povo Angolano e os povos de África e do Mundo inteiro. São nele abordados e debatidos todos os problemas ligados aos refugiados, quadros estatísticos da nossa actividade médica, do movimento do Dispensário Central de Léopoldville em particular, e duma maneira geral da nossa assistência no conjunto do território Congolês.

III – ACTIVIDADES INTERNAS:

a) INTRÓITO:

O Comité de Administração teve como tarefa principal, em Léopoldville resolver os problemas de instalação e de transportes, no plano interno.

Na reunião ordinária do Comité de Administração, havida em 5 de Outubro de 1961, na presença do Secretário Geral do MPLA, fez-se um estudo da situação económica do CVAAR. O Tesoureiro do Comité de Administração apresentou o seu relatório de três meses de actividade.

Dele se concluiu que os fundos existentes não permitiram ao CVAAR, mais três meses de actividade. Nestas circunstâncias propôs-se o engajamento dos médicos, como meio de desafogar os compromissos do CVAAR.

Após démarches difíceis, alugou-se uma casa na Av. Tombeur de Tabora, imóvel onde, depois de reparado e adaptado, foram instalados os Serviços Administrativos e Clínicos do CVAAR.

No dia 7 de Novembro de 1961, teve lugar a inauguração oficial do Dispensário.

A abertura do Dispensário abriu novas perspectivas ao CVAAR:

1 – Procedeu-se a um concurso documental para preenchimento dos lugares vagos de enfermeiros, que foi apreciado por uma Comissão constituída por três médicos.

2 – Em reunião extraordinária os médicos do CVAAR, em 27 de Janeiro de 1962, tomaram as decisões seguintes:

- 1º – Todos os médicos com actividades privadas, descontariam para o CVAAR, sobre os seus ordenados:
- | | | |
|-------------------------|------|-------|
| Até 10.000 frs. mensais | ---- | Zero% |
| De 10.000 a 15.000 | ---- | 10% |
| De 15.000 a 30.000 | ---- | 15% |
| Superior a 30.000 | ---- | 20% |

2º – Nomear uma Comissão para estudar a revisão dos contratos de trabalho dos médicos engajados, e sua adaptação aos interesses do CVAAR.

3º – De futuro, os médicos comprometiam-se a submeter aos restantes membros do CVAAR as cláusulas de contrato de trabalho, antes da sua assinatura, dependendo esta das decisões tomadas.

b) DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E PROFILAXIA

A assistência médica e profiláctica do CVAAR é feita indistintamente a angolanos e congolezes. Os serviços médicos estiveram sempre abertos a todos os angolanos refugiados, sem distinção de raças, sexo, lugar de nascimento, ideias políticas ou credos religiosos (em conformidade com os Estatutos da Organização).

Os MAPAS juntos ilustram o movimento do Dispensário neste campo.

– MAPAS –

DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E PROFILÁCTICA

(De 8 de Novembro de 1961 a 20 de Março de 1962)

Consultas médicas	2.030
Tratamentos	3.709
Injecções intramusculares	1.342
Injecções intravenosas	423
Vacinação antivaríólica	3.500

Através de apelos, dirigidos a Organizações filantrópicas europeias, de memorandos aos Presidentes da República dos países afro-asiáticos, e do Boletim, o CVAAR fez a sua entrada no campo internacional e obteve diversos donativos que constituíram a base do nosso trabalho.

Na assistência médica e social aos refugiados, em Léopoldville, esteve a realização de maior profundidade do Comité de Administração cessante. Cabe ao novo Comité de Administração o alargamento desta actividade a outros núcleos de refugiados, mais especificamente àqueles que se encontram afastados dos grandes centros.

ENSINO:

Lembramos que a abertura de escolas se impõe cada vez mais, dado o número sempre crescente de crianças e jovens em idade escolar refugiados nas Repúblicas do Congo (Léopoldville e Brazzaville).

ESCOLA DE ENFERMAGEM

Ter em vista que é da preparação técnica dos enfermeiros que dependerá, em grande parte, a campanha de assistência das brigadas de fronteira. O Comité de Administração cessante, lançou já os fundamentos desta realização que não chegou a concretizar-se inteiramente.

TRANSPORTES

Constituem um dos pontos de que depende em grande parte toda a actividade do CVAAR. Embora se tenha adquirido um jeep e recentemente uma station, don [sic] do MPLA, o problema subsiste e é urgente a sua solução.

BRIGADAS MÓVEIS EM LÉOPOLDVILLE

O CVAAR tem necessidade de formar brigadas móveis, que deslocando-se aos bairros limítrofes da cidade, colham elementos para a elaboração de um censo e para o estudo das necessidades dos refugiados, que nos permitirá resolver com mais proficiência os seus problemas.

Finalmente sugerimos ao novo Comité de Administração do CVAAR a necessidade de se constituir uma Delegação para contactar organismos e Governos, no sentido de se obter fundos para a nossa Organização.

A existência desses fundos é a maior garantia de uma actividade compatível com as necessidades actuais dos refugiados e da realização integral do nosso programa.

V – INVENTÁRIO

a) CONSULTÓRIO:

Bureaux metálicos para médicos	2
Cadeiras metálicas para doentes	4
Cadeiras metálicas para médicos	2
Sofá em madeira	1

Mesa metálica de sala	1
Marquesa para observação de doentes	1
Biombo hospitalar	1
Cinzeiro metálico de pé	1
Cinzeiros de mesa	2
Cabides de parede	1
Bancos rotativos para observação	3
Balde metálico	1
Armários para vestuários dos médicos	3

b) SALA DE GINECOLOGIA:

Estantes metálicas para medicamentos	3
Armários metálicos para cirurgia	2
Mesa ginecológica	1
Balde metálico de pedal	1
Foco eléctrico portátil	1
Caixa para compressas	1
Mesa com rodas para ferros cirúrgicos	1
Microscópio monocular	1

c) SALA DE ENFERMAGEM:

Mesa de madeira para injeções	1
Fogão de gás	1
Peixeira alumínio	1
Estante metálica para seringas	1

d) SECRETARIA:

Mesa de madeira	1
Cadeiras	1
Estantes em madeira, para arquivo	3

e) SALA DE INSCRIÇÃO:

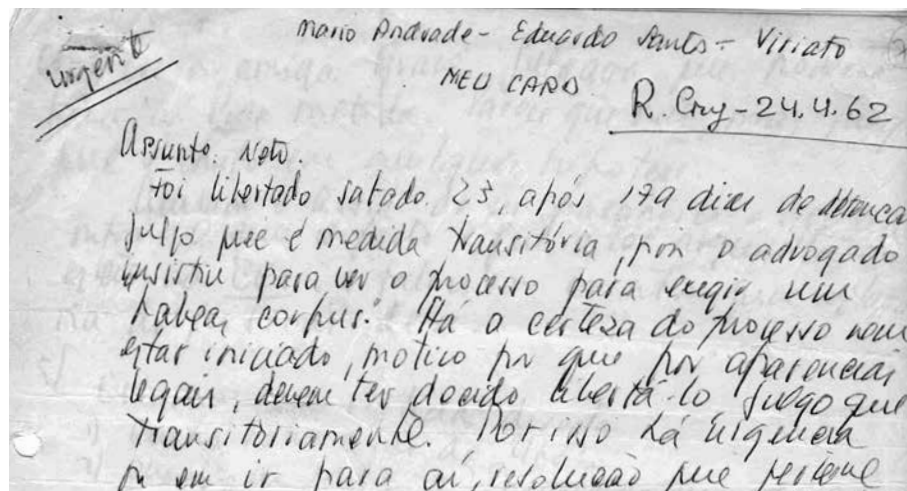
Mesa de madeira	1
Bancos compridos, em madeira	5
Cinzeiro de mesa	1

f) DIVERSOS:

Camas metálicas em arrecadação	3
Baldes em plástico	1
Baldes em alumínio	1
Panelas de esmalte, para leite	1
Copos de plástico, para leite	8

Carta de Manuel [?] a M. Andrade, E. Santos e V. Cruz

[manuscrita]



Mário Andrade – Eduardo Santos – Viriato

Urgente

MEU CARO

[Nota manuscrita: R.Cruz. – 24.4.62]

Assunto: Neto

Foi libertado sábado 23, após 179 dias de detenção julgo que é medida transitória, pois o advogado insistiu para ver o processo para exigir um “habeas corpus”. Há a certeza do processo nem estar iniciado, motivo por que por aparências legais, devem ter deci[di]do libertá-lo julgo que transitoriamente. Por isso há urgência ou em ir para aí, resolução que pertence ao movimento, ou ir para uma Embaixada. Assunto portanto urgente. Resolvam. Escrevam pelo meu pai, ou por tabela em Paris ou Londres não para a morada antiga, pois vocês mandavam para lá jornais, que cá já devem ter descoberto. Escrevam, ou o meu pai se encarregará de negociar a coisa, mas demora tempo. Esperemos.

2) Um indivíduo da RAU – arquivista – intitulou-se secretário da Embaixada – resolveu com o Fernando Assis, organizar uma fuga – onde estavam metidos padres, etc. Enviaram fotografias para passaportes e a fuga seria em submarinos da Rau e dos EUA. Incrível, mas há dois factos:

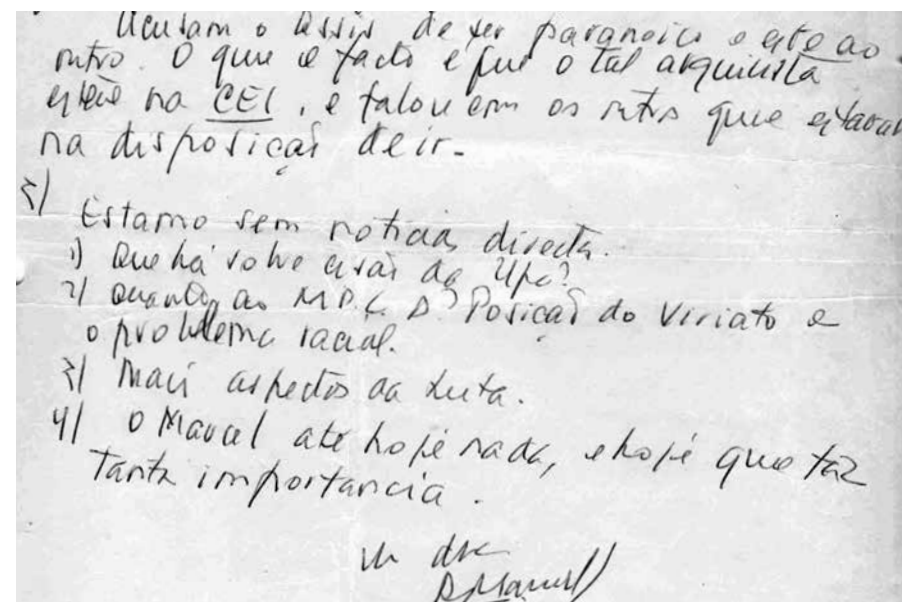
1) A RAU tem as fotografias e diz que é para conhecer os amigos. Grave. Julgava que poderia haver aí Pide metida. Parece que não, mas julgo que é chato em qualquer hipótese.

Acusam o Assis de ser paranóico e este ao outro. O que é facto é que o tal arquivista esteve na CEI, e falou com os outros que estavam na disposição de ir.

- 3) Estamos sem notícias directas.
 - 1) Que há sobre cisão da Upa?
 - 2) Quanto ao MPLA? Posição do Viriato e o problema racial.
 - 3) Mais aspectos da Luta.
 - 4) O Marcel até hoje nada, e hoje que faz tanta importância.

[Ilegível]

[assinatura]



Declaração de E. Santos pelo CD do MPLA

[policopiada]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA PROFERIDA PELO
DR. EDUARDO DOS SANTOS, MEMBRO DO COMITÉ DIRECTOR

Desde a instalação do nosso bureau principal em Léopoldville, é a segunda vez que o Comité Director do MPLA se dirige à opinião pública internacional. Sentimo-nos honrados com a presença dos senhores representantes da imprensa.

Há muito tempo que o Movimento Popular de Libertação de Angola faz démarches junto dos outros partidos nacionalistas angolanos tendo em vista a formação de uma Frente de Libertação de Angola.

A unidade de acção entre as diversas organizações nacionalistas de Angola combatente foi e continua a ser o problema fundamental da política interior do MPLA.

Na sua conferência de imprensa de 30 de Outubro de 1961, o Snr. Mário de Andrade, Presidente do MPLA afirmou:

“A cada etapa importante do desenvolvimento da nossa luta de libertação, lançamos apelos para a realização da unidade dos nossos movimentos. Sempre animados das mesmas preocupações, fomos um dos promotores da Conferência



João Vieira Lopes, (...), Hugo de Menezes, Eduino dos Santos e Azevedo Jr. durante a Conf. de Imprensa

de Casablanca que reuniu em Abril último as organizações nacionalistas das colónias portuguesas de Angola, Cabo Verde, de Goa, da Guiné, de Moçambique e de S. Tomé e Príncipe”.

Defendendo a ideia da criação de uma Frente de todos os angolanos através das suas organizações, o MPLA enviou a Léopoldville, no mês de Abril de 1961, uma delegação devidamente credenciada pelo seu Comité Director. Nas reuniões efectuadas com os comités directores da UPA, da ALIAZO (actualmente PDA) e do Movimento para a Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), concluiu-se da necessidade da criação de uma Frente. Combinou-se mesmo a convocação de uma conferência onde se discutiria a estrutura e o programa dessa Frente. Tal conferência deveria realizar-se em Monróvia no mês de Maio de 1961.

Nas reuniões efectuadas em Léopoldville no mês de Abril os delegados do MPLA exprimiram os seus pontos de vista num projecto de estatuto e num programa da eventual Frente e que foram distribuídos às organizações mencionadas a pedido dos respectivos comités directores.

Eis uma parte do texto deste projecto de estatutos:

“Os objectivos da Frente são os seguintes:

- Conquistar, por todos os meios, a independência completa e imediata de Angola.
- Defender por todos os meios a soberania total e inalienável do povo angolano e o exercício da democracia na vida política do país.

ORGANIZAÇÕES DA FRENTE:

As organizações de base da Frente são os movimentos políticos, os sindicatos, as organizações de trabalhadores, dos jovens, das mulheres, dos estudantes e dos soldados.

O Comité Executivo da Frente é eleito pela Conferência Nacional da Frente, constituída pelos delegados credenciados pelo órgão supremo de cada partido político e de cada organização membro da Frente. Cada partido político e cada organização poderão enviar à Conferência Nacional três delegados...

“PROGRAMA COMUM”

O Programa Comum da Frente de Libertação de Angola compreende os dois pontos seguintes:

- Lutar, por todos os meios, pela liquidação do colonialismo português e por todos *[sic]* os vestígios das relações colonialistas em Angola.
- Conquistar, preservar e reforçar todas as condições indispensáveis à realização plena da autodeterminação do povo angolano: que este determine livremente o seu estatuto político e o seu sentido de desenvolvimento económico, social e cultural.”

Em Maio de 1961 o Comité Director da UPA informou o MPLA que o seu Presidente, Holden Roberto se encontrava em Monróvia, disposto a um contacto preliminar. Imediatamente, uma delegação conduzida pelo Presidente do MPLA se deslocou à capital da Libéria com o fim de encontrar-se com aquele. Holden pretextando desconhecer o conteúdo das conversações de Léopoldville, recusou-se a discutir os problemas relacionados com a formação da Frente.

Em Outubro de 1961, quando da instalação do seu bureau principal em Léopoldville, o MPLA recomeçou as suas démarches no sentido da criação de uma Frente, desta vez secundadas pelas da ALIAZO e da UNTA. O Presidente da UPA recusou-se categoricamente, e, num “comunicado” à imprensa publicado a 23 de Novembro, no jornal “Le Courrier d’Afrique” declarava que uma Frente apenas seria aceitável com a integração pura e simples dos outros movimentos políticos na União das Populações de Angola.

No seu regresso da Conferência de Belgrado, o Snr. Holden declarava à imprensa, em Léopoldville, que a Frente de Libertação de Angola não podia ser constituída, uma vez que a UPA era o único movimento político angolano que combatia militarmente o colonialismo português.

Entretanto, à medida que os acontecimentos se desenrolavam no nosso país, a necessidade da criação de uma Frente de Libertação de Angola, capaz de conduzir activa e concretamente a luta do povo angolano pela sua independência e pela sua libertação, tornava-se mais premente.

A recusa sistemática do presidente da UPA à criação de uma Frente; a sua pretensão de afastar por todos os meios, os verdadeiros nacionalistas angolanos, quer dos campos de batalha – pelo assassinato – quer da cena política – pela calúnia, pela intriga, pela supressão física – demonstram-nos claramente que Holden Roberto pretende apresentar-se como o leader incontestado do Povo angolano.

Outros factos vieram afastar todas as dúvidas que porventura, pudessem ainda persistir a respeito de Holden Roberto.

Com efeito, o Comandante Kassanga e o Secretário-Geral da Liga dos Trabalhadores de Angola, o Snr. André Kassinda, nas suas Conferências de Imprensa e “Comunicados” do mês de Março, denunciaram à opinião pública internacional a personalidade moral e política de Holden Roberto e do seu colaborador mais directo, Rosário Neto.

O Presidente e o Vice-Presidente da União das Populações de Angola são acusados de terem cometido crimes graves contra o Povo de Angola.

- São acusados do massacre bárbaro do Comandante Ferreira e dos elementos da sua coluna militar que se dirigia para Nambuangongo em socorro das milícias do MPLA e do povo desta região em combate contra o exército português e numa situação de inferioridade de armamento.
- São acusados do massacre de oito mil nacionalistas angolanos.
- São acusados como os responsáveis pela morte do Comandante Batista.
- Holden Roberto e Rosário Neto inspiraram e incitaram os povos de certas regiões de Angola ao tribalismo, ao racismo, à luta fratricida.
- São acusados de desvio de fundos importantes, que eram destinados à luta do povo de Angola.

Em certos meios, verifica-se uma certa tendência de insinuar-se que as declarações feitas por aqueles dois nacionalistas foram inspiradas pelo MPLA.

As suas declarações não são mais do que o reflexo de uma profunda cisão existente no seio da UPA, entre os verdadeiros patriotas angolanos que militam nesta organização,

servindo indiscutivelmente a causa do povo angolano e os oportunistas e os traidores que, explorando habilmente a boa-fé de alguns angolanos, se utilizam da justa luta do nosso povo contra o colonialismo português, para satisfação dos seus interesses pessoais – criminosos, segundo as declarações dos Senhores Kassanga e Kassinda.

O MPLA nada tem a ver com tais declarações. Entretanto, segue os acontecimentos, vigilante e atentamente, na defesa dos sagrados interesses do Povo de Angola.

A completa revelação da personalidade moral e política de Holden Roberto e do seu colaborador Rosário Neto bastou para fazer desaparecer em questão de dias todos os obstáculos que o Presidente da UPA tinha criado à constituição da Frente.

E, o que é mais surpreendente, acaba de ser constituída uma Frente, por própria iniciativa daquele, sem que o MPLA e outras organizações nacionalistas tenham sido, ao menos, consultadas!

Com efeito, no dia 29 de Março último, Holden Roberto, os seus amigos da UPA e um grupo de indivíduos do PDA anunciaram a constituição de uma Frente de Libertação de Angola.

É evidente que a dita Frente não foi criada com o propósito de combater o colonialismo português!

Holden Roberto pretende, por “golpes teatrais”, destruir as acusações que lhe foram feitas pelo Comandante Kassanga e pelo Senhor Kassinda; pretende continuar a enganar a opinião pública internacional; pretende ser considerado como o chefe incontestado da insurreição do povo angolano; pretende fazer um complot contra o MPLA e as outras forças nacionalistas que se têm mostrado firmes na defesa da causa do nacionalismo angolano.

O MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA denuncia mais esta manobra de Holden Roberto, afirma a sua intenção de não dar a menor importância à criação desta pretensa Frente, e afirma a sua disposição de continuar inflexível no combate para que o Povo de Angola possa conquistar uma independência que o liberta totalmente da dominação colonial e possa dedicar-se, num clima de concórdia nacional, à obra de reconstrução do nosso país.

Léopoldville, 5 de Abril de 1962

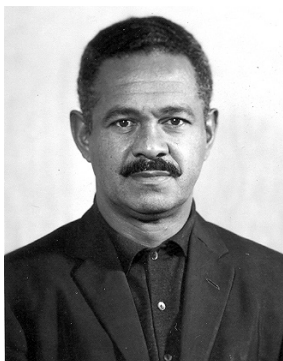
O COMITÉ DIRECTOR
[carimbo do CD]

Comunicado de Aníbal de Melo sobre a UPA

[policopiado]

A União das Populações de Angola acaba de reestencilar e redistribuir um pequeno panfleto firmado pelo signatário ao tempo em que ali exercia as funções de Director Político. O referido panfleto dizia o seguinte:

“Angolanos! Os nossos inimigos lançam contra a UPA as mais disparatadas acusações. A UPA não perde tempo a responder. Todo o tempo de que dispõe pertence



Aníbal de Melo

à Causa da Independência de Angola e ao futuro feliz da Pátria Angolana. Por uma e por outra se bate e continuará a bater-se sem desfalecimentos”.

Fazendo ressuscitar esse panfleto os dirigentes da UPA pretendem, ao que parece, ter companhia para combater as acusações que lhes fizeram o chefe do estado-maior o “seu” exército e o secretário-geral do “seu” sindicato.

Estranha maneira de se defender! O expediente não pode, porém, resultar.

O panfleto em causa – que aparece sem data – foi feito em Março/Abril de 1961. Destinou-se ao interior de Angola para servir de aviso aos angolanos contra a propaganda então intensiva que a tropa portuguesa lançava contra a UPA.

Se o signatário o fez, se o assinou sem se envergonhar, é porque estava nisso implícita uma tarefa nacional e também, porque não tendo conhecimento das reuniões secretas de um determinado grupo de dirigentes da UPA – que ditavam, afinal, a última palavra do partido – impossível era suspeitar que se encontrava em companhia de indivíduos que alimentavam ideias de divisão e de racismo, e muito menos ainda que esses indivíduos atentavam contra a vida de um grande número de angolanos, como no-lo disse o Comandante Kassanga na sua conferência de imprensa.

Pelos motivos apontados, o signatário tem a declarar publicamente o seguinte:

a) Não se solidariza de modo algum com aqueles dirigentes da UPA sobre quem pesam as graves acusações que se conhecem;

b) Deixou de pertencer ao número de militantes da UPA em Outubro de 1961 por motivos relacionados com o problema da Frente e só não publicou oportunamente este facto para não agravar as relações entre angolanos responsáveis. Limitou-se, por isso, a dirigir uma carta ao Comité Director da UPA, contendo uma exposição de factos, para que cada um dos elementos que o constituem meditasse sobre a situação interna do partido e sobre a necessidade na unificação da luta. Na verdade, o signatário sempre foi partidário da realização duma larga Frente de todos os partidos nacionalistas angolanos que respeitasse a voz dos grupos de patriotas que actuam no interior de Angola em apoio aos movimentos exteriores. E não só isso, como sempre foi de opinião que se deviam varrer os mal-entendidos e colocar o interesse nacional acima dos interesses pessoais e dos partidos. Esta sua posição não é de forma nenhuma recente, como alguns pretendem. Em Janeiro de 1961, à data da sua chegada de Angola, já o signatário a defendia.

Em conclusão, verifica-se que ao signatário não cabe qualquer parcela de responsabilidade nos “affaires” de certos dirigentes da União das Populações de Angola.

A evocação daquele panfleto na forma e na oportunidade em que é feita, só pode entender-se, finalmente, como uma intriga para desviar as atenções do problema central.

Léopoldville, 6 de Abril de 1962
ANÍBAL MELO *[com assinatura]*

Circular da CONCP, assinada por Marcelino dos Santos

[policopiada]

[Endereço da CONCP em Rabat]

Às organizações membros

Companheiros,

No dia 20 de Abril de 1961 nascia em Casablanca a Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP).

Instrumento fundamental para a realização prática das aspirações dos povos das Colónias portuguesas, a CONCP, pela justeza dos seus princípios e pela firmeza na sua aplicação, impôs-se à consideração do mundo inteiro.

Os princípios defendidos pela CONCP são regularmente confirmados pela prática quotidiana da luta de libertação dos povos dos nossos países.

A força que representa a União materializada pela CONCP se ela constitui para os nossos povos uma vitória, é para as forças colonialistas uma grande derrota.

É certo que alguns grupos nacionalistas pretenderam recentemente criar uma nova Frente contra o colonialismo português. Os acontecimentos posteriores vieram provar quão negativa, porque contrária à união, é tal operação.

A fim de evitar outras tentativas semelhantes que não podem senão favorecer as manobras do colonialismo português e do imperialismo, impõe-se um desenvolvimento dos nossos esforços para que todos os verdadeiros nacionalistas compreendam que o dever patriótico exige a união.

Por ocasião do primeiro aniversário da CONCP, o Secretariado Permanente convida todas as organizações membros a fazer da jornada de 20 de Abril de 1962 uma jornada de UNIDADE e de VIGILÂNCIA.

Mais do que nunca é necessária a união total de todas as forças nacionalistas das colónias portuguesas em torno de um mesmo objectivo: Liquidação do colonialismo português e conquista da independência nacional. Todas as organizações membros deverão promover manifestações a fim de comemorar dignamente o primeiro aniversário da CONCP.

CAMINHEMOS VIGILANTES E UNIDOS!

Marcelino dos SANTOS *[com assinatura]*

Rabat, 8 de Abril de 1962

Secretário-Geral

[carimbo da CONCP]

Conferência de Imprensa de Bernard Dombele, da UNTA

[policopiada, em francês]

UNIÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES ANGOLANOS “UNTA”

C.P. 1277

92, rua de Tshuapa

LÉOPOLDVILLE

República do Congo

[carimbo da UNTA]

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DO SR. BERNARD DOMBELE

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DA UNTA

DECLARAÇÃO

Senhores Representantes da imprensa,

Meus Senhores,

Consciente das suas responsabilidades, a UNTA vê-se mais uma vez obrigada a dirigir-se à opinião tanto nacional como internacional.

Assim, agradecemos vivamente, Senhores Representantes da imprensa, Meus Senhores, terem honrado com a vossa presença, a nossa Conferência de imprensa que é a segunda desde a instalação oficial da nossa Representação nesta República.

Como anunciámos anteriormente, ninguém ignora os esforços incansáveis desenvolvidos junto dos partidos políticos para a criação de uma Frente Nacional para a libertação de Angola.

Nem a repressão colonialista, nem as teorias reformistas que pretendem dizer que as organizações sindicais não têm nada a ver com a política, podem abafar a nossa voz mas têm de perceber que não existe liberdade política e sindical em Angola e as organizações sindicais também devem contribuir para a conquista da independência.

O papel que joga a nossa organização sindical na luta contra o colonialismo ajuda a reforçar o movimento de libertação nacional e contribui plenamente para o seu sucesso.

Apesar das divergências de pontos de vista que existem entre os partidos políticos e para os que não conhecem a brutalidade dos imperialistas, pode ser difícil apreciar os esforços que a UNIÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES ANGOLANOS “UNTA” desenvolve.

A UNTA procura generosamente pôr à disposição do nosso país as ricas experiências da classe operária. Desenvolveu todos os esforços necessários para aproximar os partidos políticos mas ficámos, depois das nossas diligências, decepcionados com o espírito menos patriótico de alguns dirigentes fantoches que, depois de termos examinado ponto por ponto as suas exposições, constatámos que não sentem o sofrimento dos trabalhadores e do povo de Angola.

Um resumo do nosso encontro com Holden Roberto

A 23 do mês passado, o nosso Comité encontrou-se com Holden Roberto no seu *Bureau* para lhe entregar o projecto da Frente Nacional. Na nossa carta enviada a 10 de Março, ao Comité Director da UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA “UPA”, tínhamos pedido que o seu Comité Director se encontrasse com o nosso no *Bureau* da UPA. Mas Holden Roberto estava sozinho quando nos recebeu no seu *Bureau*.

Depois da nossa exposição, Holden Roberto opôs-se vigorosamente ao nosso projecto e afirmou-nos que não estava de acordo e que o seu Comité se oporia também a esse projecto da Frente. No entanto, Holden Roberto estava de acordo que essa Frente se fizesse no Campo de batalha em Angola.

A nossa surpresa com a formação de uma coligação UPA-PDA

Qual não foi a nossa surpresa ao tomarmos conhecimento, no dia seguinte às nossas diligências, da formação da associação UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA – PARTIDO DEMOCRATA DE ANGOLA. Dizemos surpresa porque no dia do nosso contacto com os dois partidos, um deles opôs-se ao nosso projecto.

O destino de Angola não é, nem nunca será, a obra de um ou dois partidos políticos e menos ainda de uma única pessoa, mas deverá ser antes a obra de todos os Angolanos.

Por conseguinte, a UNTA confirma a sua posição de apoiar a Frente mas que esta seja Nacional e representativa.

A formação de um Governo da República de Angola no Exílio “GRAE”

Perguntamo-nos, sem reserva, com que base de democracia os dois partidos contaram para formar um tal Governo?

Nessas condições deprimentes, a UNTA consciente das suas responsabilidades, opõe-se energicamente às ideias ambiciosas desses dirigentes que vendem a pele do leão antes de o terem morto.

Não queremos sofrer as consequências provocadas pelos abusos desses fantoches políticos, não podemos tolerar que esses abusos se reproduzam no seio dos trabalhadores e do povo de Angola. A política de divisão entre os trabalhadores do Norte, do Centro e os do Sul é um crime que a UNTA nunca poderá encorajar.

Os interesses do povo devem ser a base das preocupações de todos os políticos de Angola, mas então, não percebemos porque os partidos políticos se digladiam. Neste momento, nós, trabalhadores estamos ameaçados por rivalidades regionais, tribais, de pele...

Os trabalhadores e o povo de Angola não tolerarão nunca tais erros que só prejudicam um verdadeiro entendimento nacional. Sempre fomos e permaneceremos partidários de uma Frente e até de um Governo, mas que este seja formado sobre bases democráticas e de todas as camadas da Nação.

Eis algumas passagens do projecto entregue a cada partido político:

- A Frente Nacional de libertação de Angola congregará todo o povo Angolano sem excepção, ou seja todos os partidos políticos, e todas as outras organizações

- para derrubar o jugo colonial a fim de alcançar a independência real, a paz e a neutralidade;
- a liquidação definitiva e completa do sistema colonial sob todas as suas formas;
 - instalar numa Angola independente, um Governo de ampla união nacional e democrático;
 - aplicar uma política exterior de paz e de não-alinhamento, estabelecer relações diplomáticas com todos os países que respeitem a independência e a soberania de Angola.

A luta que a UNTA leva a cabo para a unidade de acção também é a de todas as organizações que lutam pela libertação de Angola, com todas as suas forças, incluindo a burguesia nacional. O cumprimento destas tarefas específicas depende inteiramente do papel desempenhado pela classe operária.

Nós, UNTA, pedimos às outras organizações sindicais de Angola que não se isolem dos seus associados.

Se todos os trabalhadores estivessem unidos, poderíamos jogar um papel importante na luta nacional contra o colonialismo e o imperialismo e tornarmo-nos assim uma força importante na Frente Nacional unida.

Reafirmamos a nossa posição em relação aos partidos políticos. A UNTA é independente de todos os partidos políticos de Angola e é a única organização sindical que agrupa, nas suas fileiras, trabalhadores de diferentes ideologias. Como também o declaramos na nossa Conferência de Imprensa de 12 de Março de 1962, combatemos toda a acção contrária às aspirações dos trabalhadores.

A UNTA como tal é a única organização sindical de Angola que mobiliza todas as forças da classe operária para apoiar a justa luta contra o colonialismo e para a supressão total do colonialismo, a fim de obter a independência real de Angola.

Para terminar, pensamos que os nossos irmãos das outras nações independentes não reconhecerão um tal Governo que não é uma emanção da vontade de todo o povo de Angola.

Agradeço a vossa atenção.

[*carimbo da UNTA*]

LÉOPOLDVILLE, 14 DE ABRIL DE 1962

Memorando do MPLA aos Governos Africanos sobre o GRAE

[*policopiado, em francês*]

[*Endereço do MPLA em Léopoldville*]

MEMORANDO AOS GOVERNOS AFRICANOS SOBRE A FORMAÇÃO DE UM PRETENSO “GOVERNO PROVISÓRIO DA REPÚBLICA DE ANGOLA”

O Comité Director do Movimento Popular de Libertação de Angola tem a honra de endereçar o presente Memorando ao Governo de _____

A razão determinante pela qual o Comité Director do MPLA elaborou este Memorando deve-se mais à defesa dos superiores interesses do povo angolano do que à fidelidade aos princípios patrióticos que o MPLA defende. O MPLA impõe-se assim o dever de responder, de forma construtiva, às preocupações dos meios governamentais africanos face ao problema da divisão das forças nacionalistas angolanas. Essas preocupações salientam o facto que o destino de Angola se deverá inscrever necessariamente no destino de toda a África.

O MPLA recorda, em relação a isso, um dos factos mais recentes que revelam a inquietação dos países africanos quanto ao futuro de Angola, as diligências empreendidas pelos delegados dos países irmãos na XVIª sessão da Assembleia da ONU por ocasião do debate sobre a situação em Angola, com o objectivo de reunir os representantes do MPLA e da UPA (União das Populações de Angola) e de os levar a conjugarem os seus esforços. Por essa ocasião, foi permitido aos membros do grupo afro-asiático julgarem a responsabilidade das organizações nacionalistas que, sob os mais falaciosos argumentos, levantam obstáculos à realização da unidade do nacionalismo angolano.

O presente Memorando tem por objectivo:

1 – Recordar as acções empreendidas para a constituição de uma Frente de todas as organizações nacionalistas angolanas e as oposições encontradas no cumprimento dessa tarefa.

2 – Constatar o carácter e a natureza, contrários aos interesses de Angola e da África, das organizações que estiveram na origem da formação do pretenso “Governo Provisório da República de Angola”, a 5 de Abril de 1962.

3 – Alertar os Estados Africanos para os perigos de um eventual reconhecimento do pretenso “Governo Provisório da República de Angola”, o qual iria consagrar certamente a divisão do nacionalismo angolano e a intervenção estrangeira na questão angolana.

Como consequência, o MPLA, fiel ao direito dos povos oprimidos e aos melhores princípios da luta pela emancipação da África, denuncia o carácter anti-nacional e não-representativo desse falso “Governo”. O MPLA declara solenemente que em nenhum caso daria o seu aval ao pretenso “Governo Provisório da República de Angola”.

Perante a superioridade temporária do aparelho militar e repressivo do nosso inimigo – o colonialismo português – perante a ajuda material, financeira e diplomática que esse inimigo não cessa de receber da parte dos seus aliados, a direcção do MPLA, estabelecida no interior do país, após uma análise das condições em que se deveria prosseguir com a revolução angolana, reconheceu desde 1956 que a estratégia da luta do povo angolano pela sua independência deve estar assente na constituição de uma Frente unida de todas as forças nacionalistas.

Aliás, ficou bem claro no espírito dos nossos dirigentes, assim como nos textos políticos do MPLA, que a vantagem de uma Frente unida como instrumento de libertação ajudaria o povo a forjar uma sólida consciência nacional e constituiria a melhor arma de desgaste contra as forças de repressão; o carácter nacional e aberto de uma tal Frente, a sua vocação para abranger todas as organizações nacionalistas e para mobilizar todas as energias nacionais revelou-se a mais decisiva garantia de sucesso da nossa causa.

De facto, a libertação de Angola deve ser obra de todos os Angolanos e não apenas de uma fracção do seu povo. Para o MPLA, a Frente deveria, antes de mais, tender para a realização de um entendimento entre as forças nacionalistas para mais tarde, no desenrolar da luta, se identificar com a totalidade da nação em armas.

Nesse sentido, tendo em conta as condições políticas internas e internacionais que faziam prever uma guerra de libertação de longa duração para Angola, o MPLA trabalhando na clandestinidade, elaborou em 1956 um Manifesto. Esse Manifesto, que foi amplamente divulgado, convidava o povo angolano a organizar-se para melhor combater em todas as frentes e em todas as circunstâncias “para a liquidação do colonialismo português, com o fim de fazer de Angola um Estado independente e instaurar um governo democrático, um governo de coligação de todas as forças em luta para a libertação da pátria”. Respondendo a esse memorável Manifesto, as organizações nacionalistas da época, enraizadas no interior do país, fundiram-se imediatamente com o MPLA. Estavam lançadas as bases para a salvação nacional.

Mais tarde, quando foi necessário rever os seus estatutos para uma melhor adaptação às condições da luta anti-colonialista, o MPLA manteve o texto do art. 4:

“Art. 4 – O MPLA tem por objectivos:

– A luta [Lutar]¹ juntamente com todas [outras] as organizações patrióticas angolanas, na mais larga união popular, pela liquidação, em Angola, do domínio colonial português e de todas as relações colonialistas e imperialistas e pela conquista da independência imediata e completa de Angola.

– A defesa [Defender] e a realização [realizar] das reivindicações de todas as [das] camadas sociais angolanas, [mais] oprimidas e [mais] exploradas pelo regime colonial e em particular [nomeadamente] as reivindicações das massas camponesas e trabalhadoras que constituem a quase totalidade da população de Angola”. (Cf. Statuts e Programme du MPLA – Pierre-Jean Oswald, ed. Paris, 1961).

O voto unânime que conservou inalterados a forma e o conteúdo do artigo 4 dos Estatutos constitui a prova de que a massa dos militantes compreendia o sentido da nossa luta que tinha por objectivo a concretização da unidade de todos os Angolanos.

¹ As diferenças que existem nos Estatutos estão entre parênteses rectos.

Tal é, igualmente, o espírito definido no Programa Mínimo do MPLA:

“O MPLA luta pela realização do seguinte Programa Mínimo:

- a) Criação urgente de uma [sólida] Frente angolana de libertação que agrupe, numa larga união todos os partidos políticos, todas as organizações populares, todas as forças armadas, todas as personalidades do país, todas as organizações religiosas, todas as minorias nacionais ou étnicas [todas as nacionalidades ou etnias] de Angola, todas as camadas [classes] sociais africanas, todos os Angolanos residentes no estrangeiro, sem distinção de tendências políticas, de condições de fortuna, de sexo e de idade.”

Por conseguinte, a realização de uma Frente Angolana de Libertação, longe de constituir para o MPLA um objectivo secundário ou recente, inscreve-se à cabeça dos seus estatutos e do seu programa políticos.

* * * * *

I – A acção do MPLA para a constituição de uma Frente Angolana de Libertação

A ideia de uma Frente unida sempre constituiu uma constante da acção política do MPLA.

Em declarações à imprensa, em comunicados aos militantes e à população angolana, à ONU, em Memorandos aos chefes de Estado e de governo, o MPLA nunca deixou de expressar a sua vontade a favor a uma Frente unida de libertação.

Pode-se ler, por exemplo, esta passagem do Memorando dirigido à Conferência dos Chefes de Estado dos Países não-alinhados (Belgrado, Setembro de 1961):

“Nesta etapa da luta de libertação do povo angolano, o MPLA considera como necessidade primordial, intensificar e elevar a luta nos planos político e militar. Mas esta acção deve ser levada a cabo numa frente de libertação angolana, cujas modalidades é necessário determinar com as outras formações nacionalistas. O MPLA, pelo seu lado, não cessa de apelar a todos os quadros responsáveis dos movimentos nacionalistas angolanos para a realização a curto prazo de uma conferência da unidade.

Pensamos que a independência de Angola, se for obtida nas condições actuais da luta armada e com base na Frente de luta unida, terá melhores hipóteses de libertação de toda a dominação estrangeira e de toda a exploração.”

Na altura em que se desencadeou a luta armada em Angola, a 4 de Fevereiro de 1961, o MPLA, fiel a esses princípios de unidade entre as massas e os dirigentes reunidos num amplo agrupamento democrático, decidiu intensificar os contactos pessoais com os responsáveis das outras organizações nacionalistas angolanas apresentando-lhes propostas e sugestões com vista a uma conferência de unidade.

Foi assim que em Abril de 1961, dois membros do Comité Director do MPLA, investidos de plenos poderes, mantiveram conversações em Léopoldville com os responsáveis da UPA, da ALLIAZO (Aliança dos Originários do Zombo) e do MLEC (Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda) em torno de um projecto de programa, de acordo e de estatutos para a constituição de uma Frente.

O projecto de Programa comum proposto pelo MPLA compreendia dois objectivos essenciais:

- a) “Lutar, por todos os meios, para a independência de Angola através da liquidação do colonialismo português e de todos os vestígios de relações colonialistas e imperialistas em Angola.
- b) Conquistar, preservar e reforçar todas as condições indispensáveis para que o povo angolano realize plenamente o seu direito à autodeterminação: que ele determine, livremente, o seu estatuto político e o sentido do seu desenvolvimento económico, social e cultural.”

O projecto de acordo sobre a constituição de uma Frente de Libertação Angolana dizia:

“O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Aliança dos Originários do Zombo (ALIAZO), o Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda (MLEC), a União das Populações de Angola (UPA), _____, animados pelo desejo de contribuir com todas as suas forças, para a conquista da independência da sua Pátria comum – Angola – e firmemente convencidos que só existem vantagens em se atingir esse objectivo através da ampla união de todas as forças patrióticas angolanas, para que a independência de Angola se baseie na unidade do povo, na colaboração fraterna entre todas as etnias de Angola, na ordem democrática e na integridade territorial do país – decidiram livremente assinar o presente acordo:

Artigo I – O MPLA, a ALIAZO, o MLEC, a UPA, _____, decidem criar a FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, cujos estatutos, que aprovaram integralmente, e sem reservas, e que constituem um instrumento inseparável do presente acordo, estabelecem os princípios essenciais das relações entre todas as organizações membros da FLA.

Artigo II – O MPLA, a ALIAZO, o MLEC, a UPA, _____, entendem consolidar e alargar a FLA a todo o território angolano, para obter no seu seio, a mais ampla e livre adesão das massas populares angolanas à FLA, para levar todas as organizações patrióticas angolanas a agruparem-se nela e a ganhar, para a causa do povo angolano, a simpatia e a solidariedade actuante dos povos do mundo inteiro amantes da liberdade.

Artigo III – O MPLA, a ALIAZO, o MLEC, a UPA, _____, aprovam sem reservas o “Programa Comum” anexo da FLA que visa unir todo o povo angolano na luta pela independência, pela unidade nacional e pela integridade territorial de Angola.

Artigo IV – O presente Acordo entrará em vigor depois da troca de notas escritas entre o MPLA, a ALIAZO, o MLEC, a UPA, _____, anunciando que o seu conteúdo foi ratificado pelos órgãos dirigentes competentes das organizações supracitadas.

Artigo V – O presente Acordo foi estabelecido em Léopoldville, a ___ de Abril de mil novecentos e sessenta e um, em dois textos, um em língua portuguesa e o outro em língua francesa, os dois textos fazendo igualmente fé”.

O projecto de Estatutos da Frente estava assim redigido:

“Artigo I – Denominação: FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA.

Artigo II – A Frente de Libertação de Angola criada pelo MPLA, a ALIAZO, o MLEC, a UPA, _____, agrupará numa ampla união, todos os partidos e movimentos políticos, todas as organizações populares, as forças armadas, as personalidades iminentes do país, as organizações religiosas, as etnias e classes sociais, os Angolanos residentes no estrangeiro, sem distinção de tendências políticas, condições de fortuna, sexo ou idade.

Artigo III – Os objectivos da FLA são:

a) Conquistar, por todos os meios, a independência imediata e completa de Angola.

b) Defender e assegurar, por todos os meios, a soberania total e inalienável do povo angolano, a unidade nacional, a integridade territorial de Angola e o exercício da democracia na vida política do país.”

O MPLA defendia o princípio segundo o qual a Frente, criada por métodos democráticos devia reflectir uma ampla união de todas as forças nacionalistas angolanas.

O MPLA previa com efeito que a Frente, pela sua actividade, poderia evoluir durante a luta de libertação, para um Governo Angolano.

Uma simples leitura desses documentos, que aqui reproduzimos, basta para provar o espírito de conciliação, a boa-fé e a seriedade política do MPLA. A aprovação pelas organizações nacionalistas da constituição de uma Frente teria naturalmente contribuído para um desenvolvimento mais eficaz da luta do povo angolano.

Depois de uma série de diligências directas, mas infrutíferas, com os responsáveis das organizações nacionalistas angolanas, o MPLA, na voz do seu Presidente, declarava durante uma Conferência de imprensa em Léopoldville, a 30 de Outubro de 1961:

“O aspecto essencial da nossa política interna continua a ser a procura constante da unidade de acção entre as diversas organizações nacionalistas da Angola combatente. É hoje um facto assente que o MPLA nunca poupou esforços para a criação de uma Frente comum das formações políticas.

Em cada etapa importante do desenvolvimento da nossa luta de libertação nacional, lançámos apelos com vista à realização da unidade dos nossos movimentos.”

Enquanto uma parte dos dirigentes da ALIAZO apoiou abertamente a ideia da constituição urgente de uma Frente, outra parte impediu esta organização de se afirmar como parceira do MPLA na campanha a favor de uma Frente de luta unida.

O Sr. Holden ROBERTO, Presidente da UPA e alguns dos seus amigos da direcção desse Movimento, opuseram-se desde o início à própria ideia de uma Frente.

No entanto, a oposição crescente que as populações de Angola, vítimas da guerra colonial, manifestavam contra a política anti-unitária da UPA, conduziram essa organização a declarar publicamente:

“O exército de libertação nacional apoia sem reservas a constituição da Frente sob a direcção da UPA”. (Comunicado assinado por Holden ROBERTO e

João BATISTA TRAVES in “Le Courrier d’Afrique” de 23 de Agosto de 1961 – Léopoldville).

Essa é a prova de que a direcção da UPA teve de ter em conta a pressão das massas, em relação à ideia da constituição de uma Frente de Libertação Angolana, ainda que ela se reserve o papel dirigente. Como reacção a essa tomada de posição, reafirmada mais tarde pelas organizações submetidas à direcção da UPA, o Presidente do MPLA declarou a 11 de Dezembro de 1961, durante uma Conferência de Imprensa em Rabat:

“Repetimos que o combate heróico, levado a cabo pelo povo angolano para a sua libertação nacional, tem insuficiências. Baseando-nos na firme determinação das massas angolanas que reclamam a unidade dos partidos políticos, o Comité Director do MPLA esteve sempre pronto a afastar os obstáculos à constituição de uma Frente de Libertação angolana. Na nossa opinião, a Frente deve surgir de um amplo confronto entre as formações nacionalistas.

Foi por isso que nos opusemos ao ponto de vista expresso recentemente pelo *Bureau* Executivo da UPA que preconiza a criação de uma Frente sob sua exclusiva direcção. Da nossa parte não colocaremos qualquer condição prévia à convocação de uma Conferência de unidade que deverá estabelecer, de uma vez por todas, a coordenação político-militar dos nossos esforços, nomeadamente o comando único dos nossos grupos de guerrilha. Se todas essas tentativas falhassem, o campo estaria aberto à luta fratricida em Angola. Não iríamos assumir a responsabilidade de tal situação trágica perante o nosso povo, a África e o mundo.”

Por seu lado, o Vice-Presidente Geral da ALIAZO, num artigo sobre as possibilidades da criação de uma Frente angolana, declara:

“E a UPA? A atitude dos líderes da UPA em relação à formação de uma Frente comum angolana sempre foi desconcertante. Para o Holden, ele nunca foi partidário de uma tal “frente” e nunca o será. É verdade que em dois comunicados à imprensa, a UPA afirmou com veemência que de modo algum se opõe ao princípio da formação de uma frente comum angolana. Mas na prática é completamente diferente” (Cf. “Le Courrier d’Afrique” de 5 de Fevereiro de 1962).

Os apelos e as diligências do MPLA a favor da constituição da Frente provaram sobejamente que ele continua a ser a única organização nacionalista que se bate pela unidade da causa angolana. Tal é testemunhado numa parte de um artigo do Sr. Eric ROULEAU que cita as conclusões a que chegaram os Srs. KASSANGA e CASSINDA que, como se sabe, condenaram os actos da direcção da UPA e do próprio Sr. HOLDEN:

“Essas tomadas de posição constituem uma vitória política para o MPLA, partido dirigido pelo Sr. Mário de Andrade, que não cessou de reivindicar a constituição de uma Frente nacional, à qual o Sr. Roberto era absolutamente hostil. Resta saber se os “separatistas” da UPA poderão isolar a direcção do partido e em que medida estão realmente dispostos a colaborar com o MPLA” (Cf. “Le Monde” de 15 de Março de 1962).

Face às oposições manifestadas por certas organizações políticas angolanas à constituição de uma Frente, os nacionalistas angolanos assim como observadores estrangeiros interrogaram-se sobre as razões determinantes da atitude da UPA.

O Sr. MATUMONA, Vice-Presidente Geral da ALIAZO afirmava sem rodeios, num artigo do “Le Courrier d’Afrique” de 5 de Fevereiro de 1962:

“As pressões americanas são exercidas sobre a UPA, partido de Roberto Holden. De facto, não passa despercebido aos observadores que o apoio material e financeiro de que a UPA goza provém, na sua quase totalidade, dos Estados Unidos, mais precisamente do Comité Americano para a África. Essa ajuda financeira (...) teria lugar com a condição de a UPA não se ligar àqueles que os meios americanos chamam comunisantes. Isto explicaria a intransigência radical que sempre caracterizou Roberto Holden para se juntar ao MPLA ou a qualquer outra frente na qual o MPLA figurasse.”

Explicações autorizadas relativas à oposição da direcção da UPA à realização da unidade dos nacionalistas angolanos, foram dadas por certos dirigentes pertencentes à fracção sã, singularmente pelo Sr. Marco KASSANGA, chefe de Estado-Maior da UPA e pelo Sr. CASSINDA, Secretário-Geral da Liga de Trabalhadores de Angola (formação sindical ligada à UPA). O Sr. KASSANGA, na sua conferência de imprensa em Léopoldville a 3 de Março de 1962, declarava:

“Holden não queria sinceramente lutar pela libertação de Angola, mas pelo contrário, impor a luta ao povo angolano, a fim de forçar a aceitação da supremacia da sua tribo, da sua religião – o protestantismo – e da língua francesa tornada oficial para todo o território nacional.

Para além disso, ele visava a eliminação da elite angolana, em virtude da sua falta de maturidade política, receando uma oposição que o impediria de realizar os seus planos pessoais” (Cf. “L’Essor” de 12 de Março de 1962 – Bamako).

E o Sr. CASSINDA afirmou:

“Apesar da existência em Léopoldville de várias organizações e movimentos nacionalistas angolanos no seio dos quais militam milhares de trabalhadores angolanos, fomos dominados, desde o início da criação da nossa Central, por um movimento político denominado UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA “UPA” e toda a nossa actividade foi dirigida no sentido de servir os interesses desse movimento e contra os interesses legítimos dos trabalhadores angolanos e violando os nossos estatutos e todas as leis sindicais”.

Quer dizer que a direcção da UPA (e em particular o seu Presidente) sempre se opôs à formação de uma Frente Nacional Angolana. Mas quando se viu constringida a aceitar a ideia, a UPA pôs a condição da direcção exclusiva que segundo ela, deveria pertencer-lhe.

As declarações públicas a esse respeito levam-nos a concluir que as razões determinantes da política anti-unitária e anti-democrática da UPA são: o conluio de seu presidente e de alguns dos seus amigos da direcção com interesses estrangeiros a África; a política de egoísmo partidário e de liderança usurpadora, mantida pela direcção da

UPA; as ambições pessoais desmedidas, o orgulho e a falta de escrúpulos de alguns dos seus dirigentes, sobretudo do presidente desse partido.

II – A UPA e a ALIAZO são partidos de base tribal ou regional.

Num artigo escrito em Léopoldville e publicado no “Toward Freedom” (Vol X, N.º 6, Junho de 1961 – Chicago – USA), Russel Warren Howe declarava: a “UPA é essencialmente um partido Bakongo”.

No mesmo artigo, Russel W. Howe advertia:

“Se, como é possível, a pessoa de H. Roberto se impusesse enquanto autoridade principal do país, muitas coisas dependeriam da sua habilidade em estabelecer a sua autoridade sem utilizar medidas que fomentassem os ódios dos seus inimigos de tribo.”

O jornalista francês Eric ROULEAU, que tinha mantido contactos com os dirigentes da UPA em Léopoldville, em Março e Agosto de 1961, pôde constatar que “os dirigentes da UPA são na sua maioria Bakongos” (Cf. “Le Monde” de 15 de Março de 1962).

Mas os testemunhos mais autorizados e menos suspeitos sobre o carácter tribal ou regional da UPA vêm dos seus dirigentes, André CASSINDA e Marcos KASSANGA.

Este último declarou, na sua conferência de imprensa de 3 de Março de 1962, em Léopoldville:

“A luta armada desencadeada no Norte de Angola é, sob todos os seus aspectos, uma verdadeira luta fratricida. Um número aproximado a 8.000 (oito mil) Angolanos foram selvaticamente massacrados por elementos tribalistas da UPA, estupidamente armados e indisciplinados ao extremo. Esse desumano massacre, efectuado por Angolanos contra Angolanos, nasce de um cego tribalismo que se apresenta em quatro aspectos: religioso, linguístico, étnico e ideológico. Tribalismo religioso porque todos devem ser protestantes; tribalismo linguístico porque todos devem falar a língua “Kikongo”; tribalismo étnico porque todos devem descender de S. Salvador; tribalismo de ideologia política porque todos devem defender os interesses de Holden.”

André CASSINDA, Secretário-Geral da LGTA, na sua conferência de imprensa de 16 de Março de 1962 em Léopoldville, revelava, por seu lado:

“Apesar dos estatutos serem bem explícitos, o antigo *Bureau* Executivo, constituído inteiramente por políticos da União das Populações de Angola, impedia a entrada na nossa Central Sindical a todos os trabalhadores angolanos que não fossem membros da UPA. Por essa razão, milhares de trabalhadores angolanos foram rejeitados ou não foram admitidos no seio do sindicato pelo simples facto de não serem da UPA – S. Salvador”.

No entanto S. Salvador é apenas uma das onze circunscrições do distrito do Congo angolano, o qual só representa um dos treze distritos de Angola.

No que diz respeito ao PDA, trata-se da ex-ALIAZO (Aliança dos Originários do Zombo).

Ora, os Estatutos da Aliança dos Originários do Zombo, redigidos em Léopoldville a 1 de Agosto de 1960, declaram o seguinte:

“DENOMINAÇÃO:

Artigo I – Na sequência do voto expresso pela grande maioria do povo, a anterior Associação Mutualista dos Originários do Zombo, então conhecida sob o nome de “ASSOMIZO” transforma-se, neste primeiro dia do mês de Agosto de mil nove centos e sessenta, numa Aliança dos Originários do Zombo – “ALIAZO”.

OBJECTIVO:

Artigo II – A Aliança dos Originários do Zombo – “ALIAZO”, movimento sem fim lucrativo, tem por objectivo reagrupar, num espírito de entendimento e de solidariedade, todos os originários do Zombo, com vista a salvaguardar os seus interesses comuns, e apoiando solidamente a unidade africana.

ADMISSÃO:

Artigo XVI – Em princípio, todo o originário do Zombo é, por direito, membro da Aliazo.

Artigo XVII – No entanto, outras pessoas não originárias do Zombo podem ser admitidas como membros simpatizantes ou de apoio se elas expressarem esse desejo”.

No “Programa Preliminar da ALIAZO antes da independência de Angola” pode ler-se:

“Por consequência, para além das considerações de território, a ALIAZO dedicar-se-á a fazer compreender que de MBATA ao Uíge, apenas existe um povo, o povo MUZOMBO. Com efeito, na história do antigo Reino do Congo, de que todos descendemos, não se fala de Maquelenses, Kibokolenses, Dambenses, os de Sanzapombo, etc..., apenas se fala, em bloco, de BAZOMBOS, naquilo que nos diz respeito. Portanto, abaixo o regionalismo! Abaixo as rivalidades e as disputas estereis! Abaixo as divisões dos colonialistas portugueses que nos dividem para melhor nos dominar! UNAMO-NOS, COMPATRIOTAS BAZOMBOS!”

Esses trechos, apesar de fazerem às vezes referência a uma grande entidade africana ou denunciarem disputas entre os Zombos, testemunham de facto uma estreiteza de visão política visando criar um espírito micro-nacionalista dos originários do Zombo. Prova disso é que, em 1962, em contradição com os seus estatutos, os dirigentes da ALIAZO começaram a livrar-se da designação “Aliança dos Originários do Zombo” preferindo uma outra, “Aliança Angolana dos Originários do Zombo” (Cf. O artigo “As possibilidades da formação de uma Frente comum angolana”, publicado no “Courrier d’Afrique” de 3-4 de Fevereiro de 1962, pelo Vice-Presidente Geral da ALIAZO, A. MATUMONA).

Não se pode afirmar que as mudanças de nome de “Aliança dos Originários do Zombo” para “Aliança Angolana dos Originários do Zombo” e desta para “Partido Democrata de Angola” tenham sido determinadas por um alargamento, no interior de Angola, da influência regional da ex-ALIAZO. Com efeito, muito depois da ALIAZO se ter tornado PDA, o Vice-Presidente Geral desse partido, A. MATUMONA, ainda afirmava no “Courrier d’Afrique” de 5 de Fevereiro de 1962:

“Como se sabe, das organizações políticas angolanas nominalmente nacionais, a ALIAZO é, se se quiser, um partido localizado ou tribal. Os seus estatutos

preconizam para as próximas estruturas de Angola, estruturas rigidamente federais, uma descentralização forte e efectiva do poder. Uma Angola unitária para os dirigentes da ALIAZO é uma utopia, é uma aberração.”

O MPLA não pretende fazer nenhum juízo de valor sobre as organizações angolanas com carácter tribal ou regional – carácter confessado ou não dessas organizações.

Mas o MPLA está convencido que é impossível afirmar e provar que a UPA e o PDA (ex-ALIAZO) sejam organizações verdadeiramente nacionais, possuindo uma influência que alaste à totalidade do território e que se exerça sobre o conjunto das populações de Angola.

Na realidade, a UPA e a ex-ALIAZO são organizações com uma influência muito limitada em Angola, tanto do ponto de vista demográfico como geográfico.

III – Sobre a frente UPA-PDA criada a 27 de Março de 1962

As consequências prejudiciais para o futuro de Angola que dizem respeito à formação eventual de uma Frente entre a UPA e o PDA, tinham sido antecipadamente previstas e denunciadas publicamente.

Com efeito, o Sr. MATUMONA, Vice-Presidente Geral do PDA advertia já, num artigo publicado no “*Courrier d’Afrique*”, datado de 5 de Fevereiro de 1962:

“Sem dúvida por razões de oposição, a UPA não quereria se aliar à ALIAZO. Mas os observadores bem atentos do problema angolano vêem nessa eventual coligação UPA-ALIAZO, a formação de uma “força-Norte” contra a “força-Sul” encarnada pelo MPLA. Uma vez essa coligação realizada, a UPA empreenderia então a conquista de todo o país e impor a sua lei.”

Pelo que acima se pode ler, está-se no direito de concluir que, antes de mais, a Frente UPA-PDA criada apressadamente a 27 de Março de 1962, constitui uma tentativa de consagrar a divisão do nacionalismo angolano e contém os germes de conflitos secessionistas no contexto da luta do povo angolano.

Uma tal Frente não poderia representar a Nação Angolana nem arrogar-se o direito de a representar.

Apesar da boa vontade e das acções concretas efectuadas pelo MPLA durante vários anos a favor da constituição de uma Frente realmente representativa, a UPA e o PDA criaram a “sua Frente” sem antes informar o MPLA e sem o ter levado a participar nas negociações para a sua formação, já que a 5 de Fevereiro de 1962, o Vice-Presidente do PDA afirmava no jornal acima citado:

“Quanto ao MPLA, ele defende firmemente a unidade de todo o território angolano. É esse aliás o seu programa. E se bem que animado de um desejo real de não entrar a criação urgente de uma Frente angolana de libertação que agrupasse numa ampla união todos os partidos políticos, todas as organizações, todas as forças angolanas e todas as organizações religiosas e sindicais, segundo a opinião dos observadores, nunca passará pela ideia dos dirigentes do MPLA, ceder nesse ponto.”

Portanto, sem querer pôr excessivamente o acento na discriminação deliberadamente consciente dos promotores da Frente UPA-PDA em relação ao MPLA, chamamos a

atenção de todos os responsáveis africanos para a falta de honestidade política de que dão prova os dirigentes da UPA e do PDA face ao destino de Angola.

Um tal maquiavelismo não teria outro objectivo senão o pretexto procurado para a criação de um pretenso “Governo Provisório”.

Entre a data da criação da pretensa Frente de Libertação de Angola – 27 de Março de 1962 – e a da proclamação em Léopoldville de um pretenso Governo Provisório – 5 de Abril de 1962 – apenas passaram 9 dias. Relembrar esse facto permite as seguintes conclusões:

a) Dadas as fracas possibilidades materiais e sobretudo organizacionais de todos os partidos e movimentos nacionalistas angolanos, é impossível pretender afirmar que a Frente UPA-PDA tenha podido atingir uma fracção considerável do povo angolano e expressar as suas aspirações.

Tal manobra antes deixaria entrever da parte dos seus promotores, uma fuga às verdadeiras responsabilidades políticas em proveito de uma busca de honrarias.

A hora actual exigiria sobretudo a busca de unidade de acção das forças nacionalistas, o reforço e o aperfeiçoamento dos nossos métodos e meios de luta nacional.

b) Entre 27 de Março de 1962 e 5 de Abril de 1962, a Frente UPA-PDA, que não foi criada no interior de Angola e que não pôde penetrar no país, nunca teve órgãos representativos em território angolano. Por conseguinte, essa Frente nunca constituiu uma realidade viva e actuante no interior de Angola.

Entre 27 de Março e 5 de Abril de 1962, não houve qualquer indicação a partir da qual se possa concluir que o povo angolano tenha aceite a constituição dessa Frente.

Dado o carácter discriminatório e não democrático que presidiu à formação da Frente, esta não pode pretender representar o povo angolano no seu conjunto.

c) Não responde às aspirações legítimas de uma ampla e indiferenciada união do povo angolano. Não apresenta de modo algum tendência para identificar-se com a nossa Nação.

Parece então ficar claro que a Frente UPA-PDA não tem uma consistência real e não possui finalidade política, nem progressista nem nacional. A sua existência é pouco conhecida do povo angolano e nunca recebeu o apoio consciente das massas.

Por conseguinte, a Frente UPA-PDA constitui, ao que parece, uma simples manobra de diversão mascarando mal o estrangulamento da UPA e a sua pressa em se “reabilitar” no estrangeiro com a criação de um pretenso “Governo Provisório”.

IV – A Frente UPA-PDA não é uma Frente nacional nem uma Frente das forças combatentes do nacionalismo angolano

A Frente UPA-PDA não é uma Frente nacional; dada a deliberada exclusão pronunciada contra o MPLA, ela também não representa as forças combatentes do nacionalismo angolano.

O MPLA foi a primeira organização política angolana a lançar ao povo angolano a palavra de ordem “Acção directa” contra o colonialismo português, durante uma conferência de imprensa dada no dia 6 de Dezembro de 1960 na Câmara dos Comuns em Londres, sob os auspícios do “*Movement for Colonial Freedom*”.

Foi o MPLA que desencadeou a insurreição armada em Angola nos dias 4, 5 e 6 de Fevereiro de 1961.

Estes dois acontecimentos, que marcam a primeira ruptura irreversível do nacionalismo angolano com as ilusões reformistas alimentadas até então por outras organizações nacionalistas angolanas confirmaram a maturidade política do povo angolano e colocaram o MPLA, inequivocamente, à cabeça do movimento revolucionário em Angola.

Que o MPLA foi a primeira organização nacionalista a desenvolver no interior do país uma intensa actividade política para as massas, é provado pelo facto de representar a formação política mais atingida, em todos os escalões da sua organização, pela repressão colonial. A maior parte dos quadros nacionalistas que se encontram nas prisões portuguesas pertencem ao MPLA.

A insurreição armada desencadeada no mês de Fevereiro alastrou sucessivamente de Luanda para os distritos de Cuanza Norte, Malange e Congo.

A preocupação manifestada por uma certa imprensa ocidental que separou, de um lado a luta armada nas regiões de Luanda, Cazengo e Malange e de outro a que é levada a cabo no distrito do Congo, apresentando-as como não estando relacionadas, constitui uma prova de ingerência estrangeira que procura dividir e opor as forças nacionalistas angolanas entre si.

Essa imprensa desenvolveu uma propaganda exagerada tendente a fazer da UPA a promotora da luta armada iniciada na segunda semana do mês de Março de 1961 no distrito do Congo.

No entanto, numa entrevista dada pelo Presidente da UPA, o Sr. Holden ROBERTO, ao “New York Times”, pode ler-se:

O líder do movimento africano para a independência de Angola deplorou ontem a extrema violência dos africanos para com os colonos portugueses no Norte de Angola – província de S. Salvador. O Sr. HOLDEN disse que alguns membros da sua organização estiveram implicados nesses ataques mas negou que agissem sob as ordens do seu partido. Ele disse que os atacantes eram trabalhadores contratados rebelando-se contra o trabalho forçado. Sou um revolucionário – declarou – apenas porque um cristão que fica silencioso diante de um crime torna-se cúmplice desse crime. (Cf. “New [incompleto no original]).

Esse testemunho do Sr. Holden ROBERTO, assim como o de milhares de Angolanos refugiados no Congo depois do mês de Março de 1961, nega portanto de forma irrefutável que a UPA tenha preparado o desencadear da luta armada no Norte de Angola.

O MPLA possui cerca de 50.000 militantes com cartão e vários milhares de outros militantes, que por razões evidentes devidas ao trabalho na clandestinidade política, não possuem cartões. A forma de adesão do MPLA dá a esse Movimento um carácter e uma vocação nacionais.

“ADESÃO:

Artigo V – Podem ser membros do MPLA todos os Africanos de Angola que aprovem o programa e os estatutos e que se comprometam a executar, pela sua prática diária, a política do MPLA.”

Pelo espírito e a letra do artigo V dos estatutos acima citados, o MPLA não pretende ter a veleidade de se transformar num Partido único de Angola, de criar e alimentar rivalidades entre as outras organizações políticas angolanas.

Milhares de militantes do MPLA lutam ao lado do povo em todas as regiões onde se manifesta a guerra contra o colonialismo português.

Mais que um Partido, o MPLA é um Movimento. Mas não pode ser definido como um Movimento ideológico, de classe, regional ou tribal.

O seu programa sugere para a Angola livre e independente de amanhã, a necessidade de garantir o exercício das liberdades e dos direitos definidos pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, o respeito pela propriedade privada, a coexistência de todas as classes sociais angolanas com base na justiça social, um Estado com uma estrutura e um funcionamento democrático, um governo de coligação nacional que respeite o princípio da Carta das Nações Unidas e pratique uma política externa de coexistência pacífica.

O MPLA é um Movimento nacional chamado a representar, pelo leque e composição real dos seus membros, a universalidade da Nação Angolana. Ele quer-se um Movimento democrático por definição, pelos métodos que utiliza e pelos objectivos que se propõe atingir. Um Movimento que constrói a sua doutrina com base na experiência e no pensamento criador dos seus militantes e dirigentes assim como com base na experiência da luta anti-colonialista de todos os povos africanos.

As incessantes diligências a favor da constituição de uma Frente de Libertação e o papel que jogou na convocação e na realização da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas – verdadeira Frente de luta unida de que é um dos inspiradores e fundadores, é prova suficiente que o MPLA é um combatente pela Unidade angolana e pela unidade africana.

O MPLA é membro da Conferência dos Povos Africanos (o seu Presidente pertence ao Comité Director) assim como da Conferência de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos.

O acolhimento oficial e fraterno que os dirigentes do MPLA encontram junto dos Chefes de Estado africanos e as mensagens dirigidas ao MPLA pelos Chefes de Estado da Ásia e da África e por várias organizações internacionais, já projectaram a acção do MPLA no plano internacional.

O MPLA é a primeira organização nacionalista angolana a ter resolvido concretamente o problema da formação de quadros militares, políticos e técnicos com vista a elevar o nível da luta do povo angolano e assegurar o sucesso da independência de Angola. É a única formação política angolana a ter criado, na República do Congo (Léopoldville) uma organização de assistência aos refugiados angolanos – o CVAAR – (Corpo Voluntário [Angolano] de Assistência aos Refugiados) – cujo campo de acção e a eficácia já não têm de ser demonstrados.

Todos estes factos sublinham o espírito e o sentido das responsabilidades de que dão provas os dirigentes do MPLA.

Através do seu jornal “Unidade Angolana” editado em Léopoldville em duas línguas nacionais (Kimbundo e Kikongo) e duas línguas estrangeiras (Português e Francês), o

MPLA empenha-se em criar dentro e fora de Angola uma larga opinião pública que manifeste um apoio à organização e por consequência à luta do povo angolano.

É óbvio que a Frente UPA-PDA, usando medidas de exclusão contra o MPLA não poderia ser considerada como uma Frente das forças combatentes de Angola. A exclusão deliberada do MPLA dessa Frente prejudica a capacidade de organização e de acção do nacionalismo angolano.

V – Sobre o pretenso “Governo Provisório da República de Angola”

1 – Bastaria ter provado que a Frente UPA-PDA foi uma criação artificial para que estivesse implicitamente demonstrado que o “Governo Provisório” é uma impostura.

Por respeito ao povo angolano e por respeito ao direito dos povos oprimidos, esse pretenso “Governo Provisório” não deveria ser reconhecido por nenhum Estado e particularmente por nenhum Estado africano.

2 – Lembremos apenas que treze meses separaram a data da proclamação do Governo Provisório da República Argelina da data em que o Conselho Nacional da Revolução Argelina decidiu o princípio da sua constituição; assim como o Conselho Nacional da Revolução Argelina e o Comité de Coordenação e de Execução foram criados dois anos depois da FLN ter conquistado um vasto apoio popular e se ter imposto como um verdadeiro partido-nação. Sem pretender inferir daí que a revolução angolana deveria ter copiado o modelo argelino, não se pode comparar a seriedade das decisões dos dirigentes da revolução argelina com a falta de escrúpulos e a irresponsabilidade dos promotores do pretenso “Governo Provisório da República de Angola”.

Sendo evidente que a Frente UPA-PDA foi um simples pretexto para a criação do pretenso “Governo Provisório da República de Angola”, nada prova que a UPA ou o PDA ou a Frente UPA-PDA sejam um partido-nação.

A UPA e o PDA foram criados no exterior de Angola, na República do Congo (Léopoldville) e a sua penetração no Norte de Angola é recente, relativamente fraca e regista mesmo um recuo.

Para além do carácter tribal ou regional dessas duas organizações, é preciso lembrar que a UPA nunca deu a conhecer ao povo angolano os seus estatutos e que praticou o princípio da clientela seleccionada numa base étnica, regional, religiosa e linguística.

Por várias vezes, a direcção da UPA manifestou a sua oposição em juntar todas as famílias ideológicas, étnicas e sociais da nação angolana.

O Sr. Colin LEGUM, jornalista inglês, bom conhecedor das questões africanas e que está longe de nutrir simpatia pelo MPLA – afirmou num artigo recente no “Observer”:

“O MPLA é geralmente considerado como um Movimento de esquerda revolucionário (é denunciado como comunista por Holden).

A UPA é considerada como um Movimento nacionalista; é de conhecimento público que a UPA recebe apoio e fundos dos EUA” (Cf. Artigo “Angola rebels turn guns on one another” no “The Observer” – 18 de Março de 1962).

Na revista “Time Magazine” também se pode ler:

“O líder rebelde Holden ROBERTO insistiu no facto de a sua UPA não ter sido ajudada pelo Ghana e declara desprezar o Presidente Nkrumah considerado por ele como demasiado à esquerda. Mas o Ghana e a Guiné encorajaram um grupo rival dominado por comunistas e chamado MPLA.” (Cf. “Time Magazine” de 19 de Maio de 1961).

Reagindo à Conferência de imprensa do Chefe de Estado-Maior da UPA, Marcos KASSANGA, o vice-presidente dessa organização, num Comunicado de 3 de Março de 1962 ousou chamar aos responsáveis do MPLA “Burgueses sem pátria”. Esse Comunicado mereceu do Vice-Presidente da ALIAZO a seguinte observação:

“Para evitar dizer mais, esse comunicado revela o espírito dos dirigentes da UPA e a sua intenção de excluir por todos os meios a oposição – se ela existir – e de assegurar para si a supremacia da luta do povo angolano...” (Cf. “Le Courrier d’Afrique” de 10/11 de Março de 1962).

A direcção actual da UPA, cujos nomes foram tornados públicos a 13 de Novembro de 1961 (V. “Le Courrier d’Afrique” dessa data), não foi designada por um órgão institucional, mesmo de carácter revolucionário. Que nos seja ainda permitido reproduzir esta passagem da conferência de imprensa de Marcos KASSANGA, a propósito dos métodos de trabalho no seio da UPA:

“Holden, desconfiando das actividades do comandante Batista, que eram as da verdadeira causa nacional, designou-se comandante-em-chefe no decurso de uma conferência de imprensa que teve lugar dia 7 de Junho de 1961 em Léopoldville, sem o consentimento nem o apoio das personalidades que constituíam o Estado-Maior do Exército de Libertação Nacional de Angola”.

Vemos portanto que a UPA não pode ser considerada uma instituição democrática.

Fica demonstrado por um lado o carácter artificial da Frente que está na origem do pretenso “Governo Provisório da República de Angola”. Fica também claro por outro lado, que nem o PDA nem a UPA são um partido-nação susceptível de transferir uma qualquer representatividade para o pretenso “Governo” em causa.

3 – Retenhamos esta acusação do Chefe de Estado-Maior da UPA:

“Perseguindo a denúncia da luta fratricida, confirmamos, para além dos 8.000 Angolanos massacrados sob as ordens de Holden Roberto, o assassinato do comandante Ferreira e da sua coluna de 21 elementos enviados para o interior do país pelo Movimento Popular de Libertação de Angola, MPLA, a fim de reforçar a luta pela libertação de Angola” (Cf. “L’Essor” de 19 de Março de 1962 – Bamako).

Com base nesta acusação e em inúmeros testemunhos escritos ou orais fornecidos por refugiados angolanos na República do Congo (Léopoldville), temos o direito de concluir que a UPA se afastou há muito tempo da luta contra o inimigo – o colonialismo português – para se consagrar à sabotagem do reforço da luta armada assim como ao assassinato, nos campos de batalha, de quadros militares e políticos das outras organizações e até da sua própria organização.

Sobre a direcção da UPA pesa a grave acusação pública de ser um grupo contra-revolucionário, acusação que por si só basta para negar a validade da Frente UPA-PDA e ainda mais a do pretenso “Governo Provisório da República de Angola”.

4 – O pretense “Governo Provisório da República de Angola” não é um governo refugiado da Angola combatente porque foi criado e proclamado em Léopoldville – República do Congo. Ainda menos poderia ser considerado como um Governo no exílio.

5 – O povo angolano, porque tem direito à sua independência pela qual luta o MPLA até à vitória final, tem o direito de se organizar em Estado. Mas esse direito pertence exclusivamente a ele. O Estado angolano não pode ser uma parte da sociedade angolana, mas sim a própria sociedade angolana organizada para fins de direito. É o povo angolano que deve dar a si próprio, de forma plausível, uma organização jurídica, um Estado e um Governo.

O MPLA exclui, desde já, o argumento que o pretense Governo tenha sido eleito pelo povo (pelo simples facto que não é possível haver eleições em Angola). No entanto, o MPLA insiste em que a atitude do povo angolano face aos indivíduos que se atribuíram pastas nesse pretense governo, não permitiria concluir que se está diante de um caso de investidura plausível, pois não está marcada pela passividade ou pela aceitação geral. É por isso que o MPLA afirma que o pretense “Governo Provisório da República Angolana” não tem representatividade, não pode representar a nação Angolana e não é depositário nem de jure nem de facto da soberania nacional.

6 – Se o direito deve seguir os factos, e se os factos não demonstram com validade que o pretense “Governo Provisório da República de Angola” é uma emanção da vontade popular, se a Frente UPA-PDA nunca dirigiu a vida política do povo angolano, é evidente que o pretense “Governo Provisório da República de Angola” não é objecto da vontade e da colaboração do povo angolano por um lado, e por outro não possui qualquer direito de impor um poder de coerção ao povo angolano. Mas mesmo que o pretense “Governo Provisório da República de Angola” quisesse e visasse esse fim, a UPA, o PDA ou a Frente UPA-PDA não possuem, em território angolano, os instrumentos de coerção necessários para o sucesso de tal experiência.

7 – Qualquer observador imparcial que for à República do Congo (Léopoldville) constatará que a influência exercida pela UPA e pelo PDA sobre os refugiados angolanos é de longe ultrapassada pela que é exercida pelo MPLA.

O Sr. KASSANGA afirma o seguinte:

“Holden ROBERTO pratica uma política de intimidação no seio dos Angolanos exilados na República do Congo (Léopoldville), afirmando ter grandes influências entre as personalidades eminentes do Governo que, segundo ele, dão total apoio à sua política e que as autoridades administrativas locais lhe tinham confiado a gestão dos assuntos dos refugiados angolanos no Congo” (Cf. “L’Essor” de 19 de Março de 1962).

8 – A UPA, o PDA e a Frente UPA-PDA não possuem, no interior de Angola, nenhuma instituição administrativa, judicial ou militar que permita exercer efectivamente um controlo sobre uma parte do território nacional angolano.

Se a luta heróica do povo angolano levada a cabo por militantes de diversas organizações, entre as quais algumas ainda são desconhecidas no exterior, conseguiu libertar da influência da administração portuguesa regiões cujos limites variam durante a guerra

em curso, isso não significa no entanto que a UPA ou o PDA tenham instaurado, mantido e dirigido nessas regiões uma nova organização político-administrativa. Aliás, as revelações feitas pelo Chefe de Estado-Maior da UPA na conferência de imprensa já acima citada, não deixam nenhuma dúvida a esse respeito.

Consequentemente, o pretense “Governo Provisório da República de Angola” não exerce qualquer autoridade territorial.

9 – Por fim, perante as graves acusações públicas, algumas das quais transcritas no presente Memorando, sobre as estreitas ligações dos dirigentes da UPA (nomeadamente o seu Presidente que também é o “Primeiro-Ministro” do pretense “Governo Provisório da República de Angola”) com interesses estrangeiros a África, tudo leva a crer que o pretense “Governo Provisório da República de Angola” não poderá determinar, decidir ou levar a cabo uma acção política por si próprio.

O passado civil e político de alguns dos membros desse pretense “Governo Provisório da República de Angola” não garante nada que possa identificar-se com a personalidade, a vontade ou as actividades reflectidas pelas aspirações de um autêntico governo angolano.

É certo que a formação do pretense “Governo Provisório da República de Angola” vai consagrar antigos factores de divisão do povo angolano, introduzir e alimentar novos elementos de divisão. As aspirações do povo angolano à liberdade e os sacrifícios por ele consentidos para se libertar da dominação estrangeira também foram traídos. A personalidade e a liberdade de África estão igualmente diminuídas por esta alienação intrínseca do pretense “Governo Provisório da República de Angola” a interesses estrangeiros.

É por isso que o MPLA nega absolutamente toda a legitimidade ao pretense “Governo Provisório da República de Angola” porque o processo da sua formação lhe conferiu uma natureza que o impedirá de se conformar com a vontade do povo e de reflectir essa vontade nos seus actos. Antes pelo contrário, é um “Governo” condenado a ser desacreditado, desacreditando igualmente os governos que poderiam eventualmente reconhecê-lo. É óbvio que o prestígio da luta heróica do povo angolano também [é] abalado pela existência do pretendo “Governo Provisório”.

CONCLUSÃO

O inimigo irreconciliável do MPLA é o colonialismo português. O objectivo da luta incessante do MPLA é a independência de Angola, através de uma revolução que destrua o regime colonial. O MPLA afirma que a condição essencial, não só para a vitória da revolução e da consolidação da futura independência de Angola, mas também para a realização completa da unidade africana, reside na unidade do povo e de todas as forças combatentes do nacionalismo angolano.

O MPLA denuncia a Frente UPA-PDA e o pretense “Governo Provisório da República de Angola” não tanto por constituírem uma manobra de diversão mas sobretudo porque prejudicam a unidade do povo e a integridade combatente do nacionalismo angolano. O MPLA considera que o respeito pela unidade do povo e pela unidade do nacionalismo em luta contra o colonialismo, assim como o respeito pela soberania popular e pelas condições que garantam a consolidação da independência nacional, são elementos constantes da moral, do direito e dos valores dos povos coloniais.

O MPLA considera que a necessidade de um governo está inscrita no processo real do Movimento de libertação do povo angolano. Mas o MPLA acredita que a autenticidade e a legitimidade de um tal Governo deverão decorrer por um lado, de uma investidura concedida por todo o povo angolano sem discriminação e, por outro lado, de uma garantia de representatividade da Nação. Por outras palavras, um verdadeiro Governo deverá traduzir a sua vocação universal em fazer da libertação de Angola a obra de todos os Angolanos e não de uma fracção do povo, seja qual for a sua importância.

A Nação Angolana merece um Governo nascido da vontade popular, o qual, pelo processo da sua formação, possa oferecer garantias de se pôr ao serviço de toda a Nação. A revolução angolana que quer conquistar a independência de Angola para instaurar um regime democrático que garanta a igualdade, sem discriminação de qualquer espécie, de todos os cidadãos da pátria, não se deve traduzir numa guerra civil, secessionista ou ideológica.

A Frente UPA-PDA e o pretensão “Governo Provisório” que dela deriva, sendo por natureza anti-unitários, discriminatórios e arbitrários, apenas consagram a divisão do nacionalismo angolano e desenvolvem a luta fratricida já instaurada em Angola pela UPA.

O MPLA lutará em qualquer circunstância contra a divisão do nacionalismo angolano.

É por isso que o MPLA se permite alertar o Governo de _____ contra as graves consequências que resultariam de um eventual reconhecimento do pretensão “Governo Provisório da República de Angola”.

Léopoldville, 15 de Abril de 1962

[*carimbo do CD do MPLA*]

O COMITÉ DIRECTOR DO MOVIMENTO
POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

Carta de Militantes do MPLA na Suíça à Direcção

[*manuscrita por António Macedo*]

Lausanne, 17 de Abril de 1962

Caros compatriotas

Escrevi-vos em tempos, dando conta da nossa actividade geral.

Tendo em conta a actual situação e ainda pelo facto absolutamente lamentável de que nada nos foi comunicado, resolvemos escrever de novo mesmo antes de recebermos a resposta à carta que mandámos. Efectivamente só pelos jornais tivemos conhecimento da formação do dito governo provisório; mas de tudo o que se passa à volta disso não

sabemos puto. Precisávamos de saber pormenores até para podermos saber qual a nossa linha de conduta em relação aos compatriotas da UPA aqui. Efectivamente nós estamos em vias de organizar aqui em colaboração com as associações estudantis locais e com os colegas da UPA uma quinzena dedicada a Angola; gostaríamos que vocês nos dessem uma opinião sobre até que ponto devemos efectivamente colaborar sem contar claro está com as medidas de precaução que a colaboração com indivíduos mal formados exige. Duma maneira geral a nossa atitude quando da formação do dito governo foi a de aparente descontração e não importância; deste modo e apesar da escassez de notícias resolvemos nem sequer perguntar nada aos colegas da UPA sobre o tal governo. No entanto eles tentaram provocar a nossa ira, enviando-nos um panfleto editado pela UPA em Léopoldville e em que ela atacava os pardos que têm vergonha de mostrar a fotografia da mãe negra mas que lhe fazem versos, e um sem número de baboseiras que começavam pela frase: “A capa do diabo é curta”.

No entanto o Sílvio foi o único que cinicamente ou não (desconfiamos muito destes patifes) veio bater “um papo” connosco manifestando desaprovação pela formação do dito g.p.r.a. e também pelo envio do tal panfleto. Veio mendigar colaboração por parte da nossa malta no sentido de se fazer “um esforço que possa aliviar a situação miserável em que nos encontramos”. Como acham vocês que devemos reagir sobretudo quando se trata de panfletos deste género que eles têm a coragem de nos enviar. Entretanto nós ameaçamos de fazer a tradução desse panfleto para francês e mostrar aos outros colegas africanos o tipo de propaganda da UPA; tenho a impressão que foi por isso que o Sílvio vestiu mais uma vez a sua capa de cordeiro manso.

Um outro ponto importante. Nestes últimos tempos surgiram entre o nosso grupo (MPLA) e o presidente da associação dos amigos suíços de Angola, violentos incidentes. Trata-se dum tipo formado em direito e que tem a mania que conhece bem todos os problemas de Angola. Mas o mais grave é que ele nos queria subornar e por chantagem. Veio para cá com prosápias de espertalhão exigindo garantias da nossa parte para após a independência da terra. Dizia ele que nós do MPLA éramos bem capazes de chegar mais tarde à terra e fazermos-lhe um “manguito”. É claro que daqui gerou-se uma grande discussão; nós chamámos-lhe de estúpido, ignorante, assassino enfim tudo o que nos veio à boca. Ele afirmava que o MPLA era comunista, que o Mário é um grande comunista, o mais doutrinário e mais marxista é o Matias Miguéis etc. etc. Nós dissemos-lhe: “Você tem a mania que é sabichão mas de Angola você não compreende nada”. Calculem lá que ele já pretende conhecer melhor o problema de Angola do que nós. Em face de tudo isto ele diz que já não quer nada connosco e que a partir de agora só contactava e colaborava com os da UPA. E para já, para já, dizia ele, vou organizar um weekend na próxima semana e só convidarei os da UPA. E no fim para rematar disse-nos: E vocês não se esqueçam de que estão a receber dinheiro da Suíça. Então aí é que lhe chegámos do duro. Dissemos-lhe abertamente que se quisessem nos ajudar que o fizessem no campo humanitário mas que jamais admitiríamos subornos e condições humilhantes. Claro que o weekend se realizou e os tipos da UPA que agora estão uns reaccionários descarados lá foram; o Sílvio disse que não foi pois não concordava com ele etc. etc. Mas o mais importante é que desencadeou sobretudo na Suíça alemã uma

grande campanha a favor da UPA e contra o MPLA que acusa de comunista etc. Junto envio um dos artigos que ele fez publicar na Suíça alemã para vocês terem uma ideia. Entretanto o que para nós é importante é que vocês nos escrevam rapidamente:

1) Dando notícias concretas de toda a actual situação.

2) Dando ideias de como vocês pensam [que] deve ser conduzida a nossa actividade relativamente aos colegas da UPA.

3) Dando ideias também de como devemos reagir ao tal presidente da Associação Suíça dos amigos de Angola e sobretudo como fazer frente à actual campanha de imprensa que ele desencadeou contra nós. Nós pensamos escrever artigos para os jornais; mas a maneira como vamos fazê-lo é que se torna difícil. A nosso ver não devemos responder directamente às acusações o que seria dar-lhes muita importância; por exemplo se ele diz que o MPLA é comunista nós não vamos escrever um artigo só para dizer que isso é mentira. Enfim dêem também a vossa opinião. Mas sobretudo mandem-nos notícias da actual situação pois é mediante essa situação que nós vamos orientar a nossa actividade.

Realizou[-se] há duas semanas na Itália organizada por um certo número de personalidades políticas italianas e alguns franceses colóquios sobre o tema: L'Avenir de l'Afrique et la gauche européenne segundo Frantz [sic] Fanon. Como representantes de Angola estive eu e o camarada S. Pinto. Os colóquios realizaram-se em Milão, GÉNOVA e Roma. Foram formidáveis em todos os aspectos. Os trabalhos constaram sempre de 2 partes: 1 sessão à porta fechada só entre os delegados africanos e os representantes da gauche, à tarde, e à noite 1 sessão pública em que se apresentava uma pequena dissertação sobre o tema; as sessões da tarde eram uma espécie de debates que foram gravados. O S. Pinto falou em Génova e eu em Milão e Roma. Mas o mais importante para nós foram os contactos particulares em que verdadeiramente se podia discutir mais profundamente o tema. Mais tarde darei mais pormenores sobre esse aspecto desta nossa "tourné". Mas um aspecto muito importante foi o seguinte: Conseguimos fazer uma propaganda intensíssima do problema Angolano (eu servi-me mesmo da minha exposição em Roma para me referir à situação em Angola). Dentro de uma ou duas semanas vai haver em Milão na "Casa da Cultura" uma conferência sobre Angola feita por um de nós de aqui, e seguida de uma breve conferência de imprensa. Além disso vai ser formado um comité por indivíduos italianos que se puseram à nossa disposição (advogados, jornalistas, tipos do MAF, etc.) para porem em marcha na Itália um sistema de ajuda a Angola por intermédio do MPLA. Para já precisamos de muito material de propaganda. Mais tarde quando tudo estiver bem arranjado dar-vos-emos todos os pormenores. E por hoje termino. Saudações fraternais da Secção de Lausanne, Suíça.

O Secretariado da Propaganda e Agitação

[assinado: António Rebelo de Macedo e Fernando Octávio]

Carta do Governo da Guiné à AJA

[dactilografada, em francês, papel timbrado]

[Nota manuscrita: Recebida 24/4/62]

Conakry, 23/4/62

O MINISTRO DA JUSTIÇA
Ao Senhor PRESIDENTE da Associação dos
Juristas de Angola
CONAKRY

Na sequência de uma série de encontros com o Sr. Yoshitaro HIRANO, Jurista japonês, Presidente do Comité Preparatório dos Juristas Afro-Asiáticos, tenho a honra de lhe fazer chegar:

- um apelo
- o relatório dos nossos trabalhos.

Sei poder contar consigo para que os Juristas do seu país estejam representados tanto no Segundo Comité Preparatório como na própria Conferência.

Obviamente o Senhor faz parte dos convidados. Desde já não é questão de lhe impor uma participação por conta da Conferência.

Esperando receber uma resposta afirmativa sua o mais breve possível, renovo, em nome dos Juristas do meu país, a certeza da minha fraterna afeição.

O MINISTRO DA JUSTIÇA,
Paul L. FABER [com rubrica]
[carimbo do Min. da Justiça da Guiné]

Carta de Leopold S. Senghor a Mário de Andrade

[cópia dactilografada, em francês]

O Presidente da República

N.º 673 PR/SP
República do Senegal
Dakar, 25 de Abril de 1962

Senhor Presidente e Caro Amigo,

O Senhor VIANA entregou-me a sua carta de 15 de Abril de 1962.

Eu já estava convencido antes de ter recebido o vosso Memorando. Vou enviá-lo ao Senhor Amadou AHIDJO, Presidente em exercício da UAM [União Africana e Malgaxe], para que ele inscreva a questão na Ordem de Trabalhos da próxima Conferência que se realizará, em Setembro, em Libreville. Até lá, não acredito que um Estado da UAM reconheça o Governo Provisório do Senhor HOLDEN.

Queira aceitar, Senhor Presidente e Caro Amigo, os protestos da minha amizade e elevada consideração.

Leopold Sédar SENGHOR

Senhor Mário de ANDRADE
Presidente do MPLA
Caixa Postal 720
LÉOPOLDVILLE

Relatório “A vida no Ghana”

[*manuscrita, em francês*]¹

[*Sem data – depois de Março de 1962*]

A vida no Ghana

Chegadas:

Uma hora depois da nossa descida de avião no aeroporto de Accra, levaram-nos até Winneba, grande aldeia situada a 30 kms da Capital.

Aí fomos bem recebidos, num ambiente de grande fraternidade, animado por colegas vindos de diferentes países de África.

Depois de cerca de 4 dias, fomos transferidos de Winneba e levados para muito longe, a cerca de 275 kms de Accra, perto de uma pequena aldeia chamada Mankrong; e aí vivemos uma semana inteira de desolação.

Instalados em plena floresta, dormíamos em tendas onde fazia muito calor no interior (dado o clima deste país), o solo não capinado e muitos mosquitos que não nos permitiam pregar o olho durante a noite. A água que bebíamos provinha de um pequeno rio ao lado, não era potável e era insalubre para a saúde.

Raramente comíamos bem.

Qual não foi a nossa alegria, no dia em que vieram nos buscar para voltar a Winneba e aí esperar um segundo grupo de Angolanos que devia vir, enquanto eles aproveitariam esse tempo para encontrar um lugar definitivo para o nosso Treino.

Foi assim que no dia 14.12, um grupo de 11 jovens Angolanos vieram ter connosco ao instituto NKRUMAH de Winneba onde esperámos juntos a decisão final do governo.

E finalmente, a 27.12, vieram-nos apanhar, a nós e aos guineenses (portugueses) e conduziram-nos até Accra ao *bureau African Affaires*. Eles tinham esperado a noite para voltar a embarcar-nos no mesmo grande camião, sem que fôssemos informados do local para onde nos conduziam. De caminho, tomados de grande inquietação, começámos a pôr-nos questões cujas respostas continuavam a não ser convincentes.

A viagem foi longa e penosa, numa estrada esburacada e poeirenta; muito tarde à noite, pelas 2 horas da manhã, tínhamos chegado ao paraíso menos esperado “Mankrong”.

Esta visão provocou um descontentamento geral e protestos que, apesar de tudo, não deram em nada.

Treino: Começou então a vida difícil que conseguimos, apesar de tudo, suportar corajosamente durante três longos meses que nos pareceram 3 anos.

Como os instrutores só deveriam vir depois das festas do ano novo, nós, enquanto esperávamos, éramos obrigados a trabalhar duramente, mesmo nos dias feriados, para tornar o lugar mais habitável e preparar um local para as aulas.

Essas festas passámo-las muito aborrecidos, sem satisfação nem alegria.

As aulas teóricas, práticas e o treino foram em geral bons apesar da falta total de materiais necessários que entravava e sobretudo paralisava a acção desses pobres instrutores que, dia após dia, se lamentavam para que se resolvesse a questão; mas enquanto por seu lado a administração fazia-se de surda de propósito, espalhava promessas quase irrealizáveis. Mas essa boa gente (honras lhes seja feita) não se deixou desencorajar por isso; graças à sua grande experiência e consciência de trabalho, eles tinham-se esforçado e dado o seu melhor para nos ensinar tudo o que podiam apesar das muitas condições que não favoreciam essa instrução.

Porque esses instrutores viviam a 20 kms do campo (se é que se podia chamar campo), vinham às 8 horas e voltavam para casa às 14 horas, mas era impossível que nos ensinassem diversas outras actividades militares durante o dia.

Foi assim que dois camaradas sul-africanos “que tinham concluído, na altura, 8 meses de estudos militares no Cairo, vieram ter connosco ao Ghana, precedendo os seus colegas que deviam vir em seguida mas que acabaram por nunca vir, parece que lhes tinham mudado o destino”. Eles apresentaram-se de bom grado e pediram o nosso consentimento para nos ensinarem algumas particularidades militares. A coisa foi decidida de imediato, apesar de algumas abstenções. (a maioria é às vezes enganosa, porque aqui foi à minoria que se tinha absterido que foi dada a razão por ter previsto o golpe). Uns cinco dias depois desse acordo, estávamos todos decepcionados com o comportamento deles. Começavam a tornar-se cada vez mais duros, insolentes e algumas vezes brutais; por fim, acabaram por elaborar um programa insuportável que nos exigia uma disciplina que não era militar mas sim escravagista.

Daí em diante, toda a gente se opôs à sua conduta e decidi não frequentar mais as suas aulas.

Como resultado, o governo decidiu enviar-nos uma pessoa com conhecimentos militares e que pudesse orientar-nos. Que surpresa! Em vez de um militar, foi um oficial da Polícia que nos foi enviado, com um título ridículo de Comandante do campo.

A vida desgraçada que levávamos, a falta total de dinheiro que nos poderia ajudar nas nossas pequenas necessidades (para informação: durante os quatro meses, até à nossa partida, só recebemos três £ [libras] cada um, e que partimos do Ghana como chegámos), a insuficiência da alimentação, as partidas sucessivas de vários camaradas

¹ Esta carta pode ter sido escrita por Monimambo(?), depois de 30 de Março de 1962 (talvez Abril 62).

todas as semanas para o hospital de Accra, que ficavam doentes demasiadas vezes por causa da subalimentação, da água insalubre que bebíamos, e das picadas dos mosquitos, provocou protestos que acabaram numa resolução de não prosseguir o treino até que o mau tratamento que nos infligiam fosse moderado.

Razão pela qual, a 11 de Janeiro, o secretário Mister Ansen foi expressamente encarregue de vir resolver a questão. Mas como é que ele a resolveu? Era mesmo horrível ouvir pronunciar tais palavras na boca de pessoas pertencentes a um país que pretendia não ser independente enquanto todos os países irmãos de África não o fossem ainda, e por outro lado reclama por todas as vias a UNIDADE DE ÁFRICA (chic). [sic]

Essas palavras, traduzidas em francês pelo intérprete ghanense que tínhamos no campo, foram as seguintes:

A razão pela qual vocês se revoltaram é muito vaga, os gastos que podem ajudar à despesa daquilo que nos pedem não são nada, zero e não põem problemas face à grande riqueza do Ghana e saibam bem, se ainda não o sabiam, que o dinheiro com o qual vos alimentamos aqui não nos é dado pelo vosso movimento e ainda por cima, isso não provém de nenhum outro país, seja ele de África ou de outro lado. Vocês procuram entrar pelas janelas enquanto a gente vos deixa uma porta largamente aberta. É pela boa vontade do próprio Presidente Nkwame Krumah [sic] que vocês vieram aqui, para o bem do vosso próprio país e ele não recebe nada em paga. Nós ghanenses, somos independentes e livres há muito tempo; por isso não permitiremos nunca mais que quem quer que seja, vindo de qualquer lado, nos force ou nos obrigue a extrair à força alguma coisa que nos pertença. E no entanto, a alimentação que comem durante três dias os vossos irmãos refugiados na fronteira do Congo não vale nem sequer o que vocês engolem diariamente aqui.

Para terminar, faço questão de vos avisar que a partir de hoje, tomaremos a severa medida de expulsar os que se comportam mal e aliás se há entre vocês alguém que não queira continuar, que levante o seu dedo e então, provar-vos-emos imediatamente que os ghanenses sabem cumprir a sua palavra.

Quando essa chuva de insultos cessou, tinha-nos molhado da cabeça aos pés; um dos nossos mais jovens camaradas chorou e levantou o seu dedo, apesar das ameaças de despedimento que acabavam de ser pronunciadas.

Nesse mesmo dia, Moses [sic] deixou-nos definitivamente, depois de ter restituído tudo o que lhe tinham entregue e até reclamaram o calção e a camiseta já usados e os acessórios de higiene. Esse não foi o único dos nossos camaradas que nos deixou; depois dele partiram o Gustódio [sic] e o Xavier por motivo de saúde. Dois outros camaradas Joaquim e Domingos por terem pedido o reembolso do valor de uma galinha que tinham comprado com o seu próprio dinheiro a um dos sul-africanos acima citados, que tinha atirado essa galinha para a floresta com um pontapé. Foram expulsos a 15 de Fevereiro com a chegada do secretário Ansen.

Depois de muitas reuniões, decidimos ajuizadamente persistir em suportar essa vida até ao fim das nossas aulas, considerando o resto das questões como sendo secundárias e de menor importância para a causa da nossa querida PÁTRIA que temos de libertar a qualquer preço.

Aproveitando a grande experiência dos nossos instrutores sobre a guerrilha, a nossa instrução não foi muito difícil, corria bem apesar do atraso da requisição de materiais importantes para as aulas que vinham aos poucos. Aprendemos sucessivamente o manejo das armas de fogo. Espingarda, metralhadora ligeira, pistola e metralhadoras pesadas, montá-las e desmontá-las, fazer pontaria e disparar; o explosivo e os seus diferentes meios; em seguida teorias e práticas sobre os temas táticos e orientação militar. Todas as coisas têm um princípio e um fim e foi a 30 de Março que as nossas aulas chegaram ao fim.

Mas esse fim foi lamentável de ambas as partes. Da parte dos instrutores, eles lamentavam profundamente, depois dos grandes esforços que fizeram durante três meses para nos ensinar o que tínhamos aprendido e em condições não favoráveis, ter como resultado terem tomado conhecimento à última da hora, através da administração local, das calúnias segundo as quais “a massa angolana não estava satisfeita com a instrução recebida.”

Nós, por nosso lado, estávamos mesmo chocados com essas palavras mentirosas porque não nos recordávamos onde nem quando tínhamos pronunciado essas palavras; sim, tínhamos protestado contra o tratamento que nos infligiam, mas nunca chegámos ao ponto de criticar a acção dos instrutores. Em todo o caso não éramos cegos, conhecíamos bem a posição deles assim como eles conheciam a nossa. E no entanto, ao ser verdade, não seriam os instrutores que seriam acusados, mas pelo contrário, a culpa deveria ser automaticamente atribuída à administração incoerente que geria esses assuntos.

O último Adeus, nesse dia, não era de franca compreensão, as palavras de despedida foram tristes.

Impressões: Por isso rogamos e pedimos aos nossos dirigentes que entrem em contacto com esses ditos instrutores, mesmo que se tenha de passar por intermédio das Embaixadas ou enviar directamente uma carta ao governo de Moscovo para resolver esse litígio e ao mesmo tempo testemunhar-lhes a nossa afeição e a nossa gratidão.

Em geral, temos a nítida impressão que uma vez em Angola, faremos grandes coisas, desde que sigamos à letra os conselhos e reparos que nos transmitiram os nossos instrutores; e sobretudo na condição de termos em nossa posse os materiais necessários para essa obra. Uma única ideia nos ficou na mente é que: acreditamos com convicção que o próprio Presidente Nkwame Nkrumah nunca foi informado da situação que vivemos no seu país e está totalmente por fora, mas quem está mergulhado até ao pescoço é aquele a quem se deu a gestão dos assuntos e os seus subordinados que executavam mal as ordens do Presidente e de seu governo.

Conclusão: Depois de serem libertados os poucos países Africanos que ainda não o são, esperamos com grande optimismo que a unidade de toda a África seja possível e fazemos um último Apelo aos dirigentes do nosso Partido para continuarem a seguir o mesmo caminho, a terem cada vez mais conversações e entrevistas com países que tenham uma tendência para essa ideologia salvadora.

Viva Angola independente, viva o MPLA e viva a África

Nós

O Comité

Carta do Governo da Nigéria a M. de Andrade

[cópia dactilografada, em inglês]

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DAS RELAÇÕES NA
COMMONWEALTH

Referência 58511

Lagos, Nigéria
4 de Maio de 1962

Caro Sr. Andrade,

Tenho a honra de referir-me às minhas recentes discussões sobre as aspirações políticas do povo angolano com os Srs. Luiz de Azevedo Júnior e José Beanareo Domingo [Bernardo Domingos], membros do Movimento Popular de Libertação de Angola. Tomei nota de vários pontos que eles levantaram. Como lhes disse, o principal objectivo do Governo e do povo Nigerianos (e essa também é a vossa principal intenção) é a evolução pacífica de Angola para a sua independência completa, para que ela possa tomar o lugar a que tem direito, entre as nações de África. A Nigéria está, portanto, muitíssimo preocupada em que os recursos e os esforços dos Angolanos não sejam dissipados em lutas internas mas sejam colectivamente dirigidos para o avanço da causa dos Africanos em Angola.

Permita-me que lhe solicite, portanto, que considere seriamente ser aconselhável cooperar com todos os grupos de Angolanos que trabalham para o mesmo fim político, para que os partidários unidos e reforçados possam elevar o prestígio e a autoridade de uma liderança por todos aceite, e assim facilitar a ajuda que outros países africanos genuinamente interessados podem e querem dar.

Os Srs. Luiz de Azevedo Júnior e José Beanareo Domingo [Bernardo Domingos] solicitaram que o Governo Nigeriano interviesse na resolução da disputa entre os partidos políticos e prestasse ajuda a Angola. Se tal está de acordo com os seus desejos e pode confirmar-nos isso, a Nigéria está disposta a providenciar as condições que vos permitam resolver as vossas divergências, seja em Lagos seja em Léopoldville onde presentemente estão baseados.

Uma cópia desta carta vai ser enviada ao Sr. Holden Roberto que é bem conhecido por nós na Nigéria.

Respeitosamente,
JAJA A. WACHUKU

Sr. Mário de Andrade, líder,
Movimento Popular de Libertação de Angola,
C/o Mainland Hotel,
Ebute-Metta.

Carta do Governo da Guiné à AJA

[dactilografada, em francês, em papel timbrado]

Conakry, 4-5-1962

O MINISTRO DA JUSTIÇA
Ao Senhor Presidente da Associação
dos Juristas de Angola.
– CONAKRY –

[carimbo: 8.V.1962]

Facilidades para a concessão de vistos.

Para todos os fins úteis, envio-lhe uma cópia da minha carta ao Ministro Guineense dos Negócios Estrangeiros, relativa à concessão de vistos.

Este abrandamento excepcional das regras que presidem à concessão de vistos, vem facilitar grandemente a participação da vossa delegação nos trabalhos do Segundo Comité Preparatório e nos da Conferência dos Juristas de África e da Ásia, que terão lugar em Conakry, respectivamente de 25 a 27 de Maio de 1962, e de 23 a 27 de Setembro de 1962.

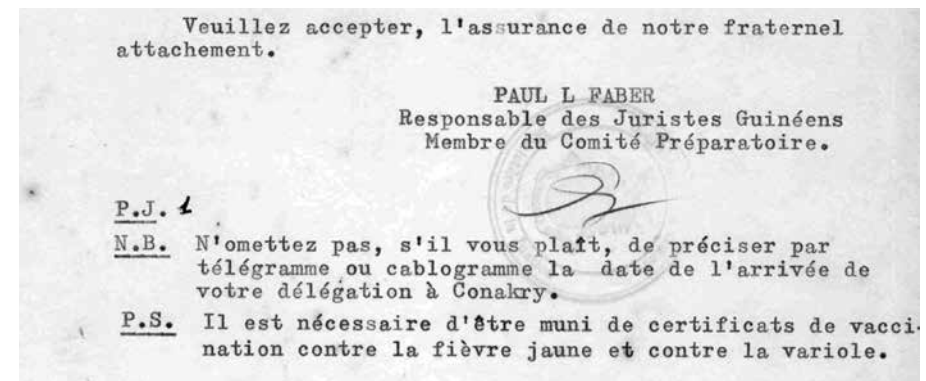
Queira aceitar os protestos da nossa fraternal afeição.

[carimbo do Min. Justiça da Guiné]

PAUL L. FABER [segue rubrica]
Responsável dos Juristas Guineenses
Membro do Comité Preparatório.

N.B. Não deixe, por favor, de precisar por telegrama, a data da chegada da vossa delegação a Conakry.

P.S. É necessário virem munidos dos certificados de vacinas contra a febre amarela e a varíola.



Carta do MDLPC a Mário de Andrade

[dactilografada, em papel timbrado]

[Na margem, carimbado: 20.V.1962]

MM/APT/MFP/977/1

CARACAS, 7 de Maio de 1962. (VENEZUELA)

Illmo. Senhor,
Dr. Mário de Andrade
Movimento Popular de Libertação de Angola
Conakry – República da Guiné

Companheiro e Amigo:

Temos enviado o nosso órgão informativo “OPOSIÇÃO PORTUGUESA” e não sabemos se o companheiro recebeu.

Juntamos um impresso com os princípios do nosso movimento para vosso conhecimento. Escusado será dizer-lhe que estamos em contacto permanente com o General Humberto Delgado.

Estamos aqui à disposição para o que os companheiros desejarem tanto mais que estamos ligados ao Comité Venezolano Pró-Democracia y Libertad [sic] de Portugal, organismo constituído por todos os partidos políticos de Venezuela e sectores independentes.

Juntamos uma folha de papel de carta para que os companheiros vejam a importância desta organização.

Temos aqui todas as facilidades e podemos oferecer desde já a publicação em todos os jornais [de] notícias que desejarem publicar. Enviem-nos fotos e detalhes da vossa luta pois nós lhe daremos a máxima publicidade tanto por a imprensa como pela Rádio.

Todas as atrocidades praticadas pelo exército salazarista nos interessa para sua publicação.

Sabemos que os companheiros têm um jornal – por indicação do “PORTUGAL DEMOCRÁTICO” de São Paulo, agradecemos a amabilidade de nos enviar para nosso conhecimento e arquivo.

É necessário irmanar a luta para que o regime despótico de Salazar termine o mais próximo possível e podamos [sic] todos viver em Liberdade e convivência como sempre estivemos com o Brasil.

Desejando-lhes que a vitória seja o mais rápido possível e esperando pelas vossas sempre apreciadas notícias subscrevemo-nos com as nossas saudações Democráticas e Nacionalistas.

O MOVIMENTO DEMOCRÁTICO DE LIBERTAÇÃO DE PORTUGAL E COLÓNIAS

O Secretário de Organização
António Pinto Tavares [com ass.]

O Secretário Geral
Mário Méndez Fonseca [com ass.]

Carta de Lúcio Lara a Álvaro Cunhal

[dactilografada – 2ª via, papel timbrado do MPLA]

Conakry, 7 de Maio de 1962

Caro Amigo

Escrevo-lhe a pedido do camarada Viriato Cruz, em nome do nosso Comité Director, acerca de um problema consigo tratado ultimamente e que diz respeito ao nosso companheiro Agostinho Neto que de Cabo Verde seguiu sob prisão para Lisboa e que finalmente foi libertado.

As informações que recebemos de Lisboa falam de uma possibilidade de auxílio do Partido Comunista Português no sentido de abandonar Portugal.

Pedimos que faça [chegar] ao nosso companheiro o desejo imenso que temos de o ver entre nós o mais brevemente possível assim como a sua família.

Para tal avançamos duas hipóteses de cuja possibilidade só localmente se poderá avaliar:

1 – FUGA COM O AUXÍLIO DO PCP

Ignoramos quais as possibilidades que o PCP tem para proporcionar a um africano (mais facilmente localizável em meios europeus) uma fuga com um mínimo de segurança. Fazemos inteira confiança no PC que melhor que ninguém poderá pesar os prós e os contras de uma tal aventura que nem por isso deixa de ser um dos poucos meios que resta para podermos ter entre nós o nosso camarada Agostinho Neto, facto que por si só viria a contribuir para um avanço importante de muitos dos problemas que enxovalham a luta heróica do nosso povo. Talvez desnecessariamente não queremos deixar de lembrar que se necessário poderemos arranjar documentos falsos.

2 – ASILO POLÍTICO EM EMBAIXADA

Esta solução, como a anterior, está também no espírito dos nossos companheiros que estão em contacto directo com o Dr. Agostinho Neto; em última análise tal sugestão não nos parece totalmente de pôr de parte. Entrámos em contacto com o Governo da RAU que está a estudar a viabilidade da operação. Contactaremos também o Governo marroquino. A única desvantagem de uma tal operação está na teimosia salazarista em não conceder salvo-conduto aos refugiados políticos. Há porém certas vantagens a nosso ver:

a) A Segurança (nada permite excluir que o nosso companheiro não volte a ser preso dentro de pouco tempo, e por uma grande temporada).

b) Durante o período indeterminado de asilo na embaixada poderíamos lançar uma larga campanha internacional com todas as possibilidades de êxito no sentido de se fazerem pressões sobre Portugal (governo português) para permitir a sua saída para o estrangeiro.

c) Ao mesmo tempo poderíamos estar em comunicação com ele por via diplomática e tratar permanentemente de todos os problemas urgentes da nossa luta para os quais a sua opinião é muito importante.

Pedimos-lhe, Caro Amigo, que através do Comité Central do PCP: faça chegar com a urgência que o caso requer estas nossas opiniões ao conhecimento do Dr. Agostinho Neto, e que lhe facilitem a mesma via para a sua resposta. Mais lhe agradecemos que na medida do possível nos ponha ao corrente do que houver.

As notícias sobre esta questão deverão ser endereçadas a Andrade, a Viriato Cruz ou a Lúcio Lara.

Temos acompanhado o desenvolvimento da situação em Portugal que nos deixa bastante optimistas quanto ao futuro da vida política portuguesa e conseqüentemente quanto ao futuro do Povo Português. Sabeis bem quanto estamos ao lado dos mais lídimos representantes do Povo Português, os dirigentes e os militantes do PCP. Fazemos votos para que a luta pela Democracia em Portugal saia vitoriosa desta arrancada.

Os nossos melhores votos e saudações.

Camarada amigo
Lúcio LARA [com assinatura]
(Membro do Comité Director)

Projecto de Constituição da FUNA

[dactilografado – 2ª via]

FRENTE UNIDA NACIONAL ANGOLANA (FUNA)

– Considerando a necessidade de colocar o interesse nacional de libertar Angola acima dos interesses de partidos e de pessoas.

– Considerando a necessidade de se criarem condições para que a libertação de Angola seja obra de todos os Angolanos, e não apenas de uma fracção do povo seja qual for a sua importância.

– Considerando a necessidade de se criarem condições para que todos os problemas de Angola sejam resolvidos pelos angolanos e entre angolanos, e por meio de negociações.

– Considerando a necessidade de evitar conflitos fratricidas no seio do povo angolano, por meio da mais larga entente [sic] possível entre as organizações nacionalistas angolanas.

– Considerando a vantagem de unir numa só corrente patriótica a vontade e a acção de todas as organizações nacionalistas no combate comum para liquidar o inimigo comum: o regime colonial reinante em Angola.

– Considerando a necessidade de garantir a unidade do povo, a integridade territorial e o exercício da democracia na Angola livre e independente de amanhã.

– Considerando a conveniência de reforçar, passo a passo e com segurança, o Programa e a Organização da FRENTE UNIDA NACIONAL ANGOLANA (FUNA).

A FRENTE UNIDA NACIONAL ANGOLANA (FUNA) age de acordo com os seguintes princípios:

PROGRAMA

O Programa da FUNA compreende os dois objectivos seguintes:

- Liquidar, por todos os meios, o regime colonial em Angola.
- Fazer reinar, entre as populações de Angola e entre as organizações nacionalistas angolanas, a igualdade, a união e a colaboração fraterna.

ORGANIZAÇÃO

1 – O órgão supremo da FUNA é o Conselho de Ligação.

– O Conselho de Ligação tem por tarefas:

- a) Ser o elo de ligação, por um lado, entre as organizações nacionalistas angolanas, e por outro lado entre o nacionalismo angolano e os Estados africanos e os restantes Estados do mundo.
- b) Manter em contacto permanente todas as organizações nacionalistas angolanas.
- c) Reunir, sempre que necessário, todas as organizações nacionalistas angolanas para efeitos de conseguir posições e acções comuns em relação aos problemas de Angola.

2 – O Conselho de Ligação será formado por três delegados de cada organização nacionalista angolana, designados e mandatados pelos órgãos executivos supremos de cada organização.

3 – O Conselho de Ligação reúne ordinariamente de mês a mês.

4 – O Conselho de Ligação constituirá, no seu seio, um Bureau permanente, renovável de seis em seis meses, formado por um delegado de cada organização e encarregado de:

- a) resolver, nos limites dos acordos da FUNA, as questões correntes;
- b) convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Ligação.

5 – O Conselho de Ligação designa, entre os delegados que constituem o Bureau permanente, um Presidente, um Vice-Presidente e um número necessário de comissários com funções definidas.

6 – O Bureau permanente designa um Secretariado para assegurar a expedição dos affaires [sic].

7 – As decisões da FUNA são tomadas através da recherche [sic] da unanimidade do Conselho de Ligação.

8 – O método de trabalho da FUNA baseia-se nos seguintes princípios: negociações; espírito democrático; respeito dos acordos; respeito da estrutura e do programa de cada organização; não intervenção nos assuntos interiores de cada organização membro; colaboração amigável; neutralismo positivo.

9 – As finanças da FUNA são constituídas pelas contribuições das organizações membros e por donativos.

10 – As modificações aos Estatutos da FUNA são feitas por decisão unânime do Conselho de Ligação.

Léopoldville, 10 de Maio de 1962¹

O Comité Director do MPLA

Este projecto foi submetido à apreciação de Sua Excelência Kamitatu, Ministro do Interior do Governo Central, aquando da convocação de todos os partidos políticos angolanos.

Carta Circular da CONCP

[dactilografada, em papel timbrado da CONCP]

Ref. 50/1/62

CARTA CIRCULAR ÀS ORGANIZAÇÕES MEMBROS

Companheiros,

O Secretariado Permanente aceitou o convite feito pelo Presidente N'KRUMAH do Ghana, para a realização duma Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas em Accra, no dia 30 de Maio corrente (e não em 8 de Junho, data sugerida pelo Bureau of African Affairs e alterada posteriormente pelo mesmo).

Das conversações que tivemos com o Embaixador do Ghana em Rabat, depreendemos que o espírito que preside à realização dessa importante Conferência está de pleno acordo com os princípios elaborados pela nossa Conferência de Casablanca.

Escusamos pois de insistir que a presença de todas as Organizações membros da CONCP é uma premissa de garantia do sucesso da Conferência.

O Secretariado Permanente propôs as seguintes sugestões:

– Ordem do dia

1 – Reforço da luta dos povos das Colónias portuguesas contra o colonialismo português.

2 – Unidade das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

- União das forças nacionalistas à escala nacional de cada país.
- União das organizações nacionalistas à escala do conjunto das colónias portuguesas.

¹ Esta última parte só está na versão policopiada em francês que leva o título de “Projecto de uma Frente Unida Nacional Angolana”.

– Organizações a convidar

Além das organizações membros, as seguintes:

- PDA (Parti Démocratique de l'Angola)
- UPA (Union des Populations de l'Angola)
- MANU (Mozambique African National Union)
- UGEAN (União Geral dos Estudantes da África Negra sob dominação portuguesa)

Aquino Bragança, membro do Secretariado Permanente, partirá para Accra no dia 22, a fim de participar nos trabalhos preparatórios da Conferência.

Marcelino DOS SANTOS [com assinatura carimbada]
Secrétaire Général [sic]

Rabat, 10 de Maio 1962

Acta de Reunião do Comité Director do MPLA

[dactilografada]

Aos treze dias do mês de Maio de mil novecentos e sessenta e dois, nesta cidade de Léopoldville, em reunião do Comité Director do Movimento Popular de Libertação de Angola, estando presentes os membros do Comité: MÁRIO DE ANDRADE, VIRIATO DA CRUZ, EDUARDO DOS SANTOS, MATIAS MIGUÉIS, LUIZ DE AZEVEDO JÚNIOR, e HUGO DE MENEZES e também presentes JOÃO VIEIRA LOPES – Secretário Político e GRAÇA DA SILVA TAVARES – Secretário Administrativo, que secretariam a presente acta, foi decidido reestruturar o MOVIMENTO em função da conjuntura actual.

O Comité Director resolveu extinguir os cinco departamentos existentes anteriormente: DEPARTAMENTO DE DEFESA E SEGURANÇA, de RELAÇÕES EXTERIORES, de RELAÇÕES INTERIORES, de ASSUNTOS SOCIAIS ECONÓMICOS e de CULTURA E PROPAGANDA, bem como os cargos de Secretário Político e Secretário Administrativo.

O Conselho Político Nacional mantém-se.

A nova organização da actividade geral do Movimento Popular de Libertação de Angola proposta é a seguinte:

- a) O Comité Director que se mantém intacto tanto nos seus postos como na composição de pessoas, superintende toda a organização através da superintendência directa do Conselho de Guerra, do Secretariado e do Departamento de Relações Exteriores. Foi preenchido o cargo de vice-presidente dos dois que foram indicados e criado o cargo de secretário-geral adjunto.

- b) Um CONSELHO DE GUERRA composto de quatro militantes políticos, membros do CD e quatro militantes militares (Chefe do Exército, Chefe do Estado Maior – exterior e interior e Chefe de Segurança).
- c) Um SECRETARIADO cuja composição é a seguinte: Um Secretário-Geral, um Secretário-Geral Adjunto e as seguintes secções: ORGANIZAÇÃO, QUADROS, INFORMAÇÃO, FINANÇAS e CVAAR.
- d) Um DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES EXTERIORES com a sua rede de bureaux no estrangeiro.
- e) Um ESTADO-MAIOR EXTERIOR dependente do Conselho de Guerra e formado pelos seguintes militantes militares: Chefe de Exército, Chefe de Estado-Maior e Comandantes de Zonas Militares do interior de Angola. O Estado-Maior Exterior dirige as seguintes secções: Operações, Intendência e Ligações.
- f) Um ESTADO-MAIOR INTERIOR cuja estrutura é dependente do processo real da luta no interior de Angola. O Estado-Maior Interior dirige as seguintes secções: Operações, Intendência, Ligações, Reconhecimento e Treino.
- g) UM DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA dividido em duas secções: ESPIONAGEM e CONTRA ESPIONAGEM. O Departamento de Segurança está directamente dependente do Conselho de Guerra.
- h) Uma Direcção Política Interior que dirige as seguintes Secções: Organização, Quadros e Propaganda. A Direcção Política Interior está dependente do Secretariado. O esquema vai anexo.

Após a exposição da reorganização o Presidente do Movimento pôs o problema em discussão, tendo dado a palavra como se segue:

HUGO DE MENEZES: Objectou que como a maneira como foi criado o Conselho de Guerra não há uma superintendência directa do Comité Director, mas sim indirecta. Quanto ao resto aprova a reorganização, aceitando só um vice-presidente em definitivo, deixando o lugar do segundo vice-presidente em aberto.

MATIAS MIGUÉIS: Afirmou que estava de acordo com o plano; pedindo a mudança de “Conselho de Guerra” sujeito ao “Comité Director” para: os quatro membros do CD representados no Conselho de Guerra “são mandatados”; senão vai haver questão porque todo o membro do CD vai querer mandar no Conselho de Guerra.

LUIZ DE AZEVEDO JÚNIOR: Este declarou nada ter a dizer portanto que se abstinha. Intervenção de Mário de Andrade em que explicou o Azevedo que não havia nesta reunião lugar para abstenções. Interveio também o Viriato da Cruz, dizendo que se todos os indivíduos começarem a abster todo o trabalho emperra. Pelo que o Azevedo acabou por dizer que aprovava a reorganização.

VIRIATO DA CRUZ: Pediu que substitua a palavra “estrutura” por “reorganização”. Aceita dois vice-presidentes. Propõe que onde se lê “superintendência directa”, seja dada a seguinte redacção: “O Comité Director superintende toda a actividade do movimento através da superintendência directa do Secretariado, do Conselho de Guerra e do Departamento de Relações Exteriores”. Aprova o plano.

EDUARDO DOS SANTOS: Aprova a reorganização com as seguintes emendas: aceita apenas um vice-presidente e concorda com a redacção do Viriato da Cruz sobre as relações entre o CD e os Departamentos.

VIEIRA LOPES: Afirmou que não há necessidade de dois vice-presidentes. Quanto à superintendência do Comité Director que não via bem. Pensa que esta superintendência deve ser feita directamente pelo CD e não através dos seus membros. Aprova a reorganização.

GRAÇA TAVARES: Aprova a reorganização porque é necessária. Sobre a questão da superintendência do CD aprova a redacção dada pelo Viriato. Aceita manter só um vice-presidente.

MÁRIO DE ANDRADE: Diz haver controvérsia sobre a redacção porquanto o C. Director superintende em toda a organização é porque dirige tudo – ele delega, dá poderes de execução e por isso pode dizer-se: que tem superintendência imediata.

Viriato interrompe para dizer: que o C. Director reúne, discute os problemas gerais e faz executar a política do movimento através dos seus departamentos. Não importa qual seja a redacção dada, o que devemos é definir exactamente as várias funções dos departamentos.

MÁRIO DE ANDRADE: Acorda [*sic*] com a intervenção do Viriato. Quanto ao vice-presidente está de acordo em que se nomeie só um ficando o outro em aberto. Aprova o esquema geral da nova organização. Pergunta a seguir se havia mais objecções.

HUGO DE MENEZES: Diz que foi atingida também a estrutura e não só a actividade, logo deve manter-se a palavra reestruturação.

MÁRIO DE ANDRADE: Pede ao Hugo para que faça uma nova redacção, pede que se leia as passagens anteriores do processo verbal, alínea a), que foi lido pelo Graça Tavares.

VIRIATO DA CRUZ: Recorre ao Regulamento Interno lendo o artigo 13º, para demonstrar que não há reestruturação mas que isto está dentro dos poderes do Comité Director.

Foi interrompida a sessão às catorze e trinta minutos.

Com a presença dos mesmos indivíduos recomeçou a sessão, às 17 horas.

MÁRIO DE ANDRADE: Que começa por fazer um balanço da sessão da manhã: Afirmou que houve unanimidade quanto à expressão reorganização em substituição da expressão reestrutura. Houve objecções sobre a existência de um ou dois vice-presidentes. Houve objecções sobre a superintendência do Comité Director no C. de Segurança [rasurado] *Guerra*.

HUGO DE MENEZES: Diz que se deve nomear um vice-presidente e manter o outro em aberto.

LUIZ DE AZEVEDO JÚNIOR: Diz que na discussão anterior não tinha levantando objecções e que concorda com a nomeação de dois vice-presidentes já.

EDUARDO DOS SANTOS: Diz que já houve dificuldade no preenchimento do cargo de um vice-presidente quanto mais em preencher dois e por este facto basta a nomeação de um vice-presidente.

MATIAS MIGUÉIS: Não se opõe à nomeação de dois vice-presidentes.

VIRIATO DA CRUZ: Apoia a nomeação de dois vice-presidentes designando-se para já um só.

VIEIRA LOPES: Aceita a nomeação de um só vice-presidente.

GRAÇA TAVARES: Concorde com a nomeação de um vice-presidente.

MÁRIO DE ANDRADE: Resume todas as propostas feitas da seguinte maneira: Numa das reuniões anteriores foi nomeado um vice-presidente e fica em aberto o cargo de segundo vice-presidente, mas que se deve desde já prever para ser nomeado mais tarde com o desenvolvimento da luta.

II PARTE

DEFINIÇÕES DE FUNÇÕES DO COMITÉ DIRECTOR:

MÁRIO DE ANDRADE: Começou por dizer que íamos entrar no capítulo de definição de funções do CD, do Conselho de Guerra, do Secretariado e do Departamento de Relações Exteriores.

VIRIATO DA CRUZ: Lê o artigo 13º do Regulamento Interno.

HUGO DE MENEZES: Diz que enquanto não forem definidas as novas funções não pode dizer nada.

LUIZ DE AZEVEDO JÚNIOR: Não tem objecções a fazer.

EDUARDO DOS SANTOS: Assinalou que a redacção da alínea a) não condiz com a realidade pois que nota-se uma omissão na reorganização do Comité Director, pois que não menciona o Secretário-Geral.

MATIAS MIGUÉIS: Explica que não acha emaranhado quanto às funções de Secretário-Geral.

EDUARDO DOS SANTOS: Diz que não vê bem claro as relações do Secretário-Geral e do Secretariado indicadas na alínea a).

MÁRIO DE ANDRADE: lê a alínea a) e não considera a intervenção do Eduardo por a pergunta ser extemporânea.

Mário põe em discussão a alínea a).

MÁRIO DE ANDRADE: Julga que em vez da expressão proposta deve dizer-se: “Foi mantido o cargo de presidente e de secretário-geral e proposto o preenchimento do cargo de vice-presidente e criado o cargo de secretário-geral adjunto”.

Posta à votação esta definição todos de acordo.

VIRIATO DA CRUZ: Analisa os departamentos criados, tentando dar uma explicação de cada um deles, assim, diz que compete ao CD estabelecer e orientar a política geral do movimento nos seus aspectos político, militar e diplomático. Ao Conselho de Guerra compete pôr em execução o aspecto militar da política geral traçada pelo CD. Ao Secretariado compete pôr em execução o aspecto da política interior traçada pelo CD.

[Ao] Departamento das Relações Exteriores compete pôr em execução o aspecto diplomático da linha política traçada pelo CD. Em resumo: O Comité Director, nas condições presentes em que nos encontramos, situação de guerra, inconvenientes de reunião de um congresso, em certa medida substitui-se ao Congresso. Dada a conjuntura que atravessamos nós não podemos alterar o nosso programa.

HUGO DE MENEZES: Pede esclarecimentos pois acha que deste modo o CD fica sem acção executiva.

MÁRIO DE ANDRADE: Responde que o CD executa sim a linha política do movimento.

VIRIATO DA CRUZ: Fala sobre a fase política da luta actual. Diz [que] a conjuntura actual precisa de nova linha estratégica para o que seria necessário convocar um congresso. Logo o CD não modifica [a] estrutura mas sim a sua actuação a fim de se impor como interlocutor válido.

MÁRIO DE ANDRADE: A execução deve entender-se como execução de princípios, pois que o CD não tendo saído de um congresso executa sim os princípios do programa. Concorde com as definições dadas pelo Viriato. Os restantes membros presentes também concordam com as redacções dadas pelo Viriato quanto à definição dos departamentos.

MÁRIO DE ANDRADE: Diz que as alíneas b) c) e d) não têm discussão por estarem definidas. Quanto às alíneas e) f) g) não podem ser aqui objecto de definições porquanto só os militantes do C. de Guerra as podem dar.

HUGO DE MENEZES: Interroga sobre o limite mínimo de membros do CD para que possam ser válidas as suas decisões. VIRIATO DA CRUZ: Acha que o Hugo tem razão pois que falta um critério de “procedure” [sic].

EDUARDO DOS SANTOS: Diz que o problema é já antigo e que tudo era uma questão de maioria de membros presentes.

MÁRIO DE ANDRADE: Lê no regulamento geral o capítulo sobre as decisões e explica que de futuro qualquer membro do CD toma com os que estiverem presentes todas as decisões dentro da linha geral do movimento.

MATIAS MIGUÉIS: Julga que não se tem tomado em conta essa orientação pois que se tem tomado decisões com menor número de indivíduos do CD.

MÁRIO DE ANDRADE: Diz que as alíneas f) g) h) estão devidamente explícitas, por isso não julga conveniente discutir nesta sala.

EDUARDO DOS SANTOS: Levanta o problema das funções do Secretário-geral adjunto.

VIRIATO DA CRUZ: Define as funções do secretário-geral adjunto do seguinte modo secunda o secretário-geral em todas as funções que a este competem.

MATIAS MIGUÉIS: Pergunta se a Direcção Política do Interior está dependente do Secretariado não tendo por isso iniciativa?

VIRIATO DA CRUZ: Explica que as relações entre o secretariado e a Direcção Política do Interior são mais relações de informação do que de dependência. Sejam correspondência política, diplomática ou militar. Em todos os seus passos deve informar o Secretariado para sua orientação.

MATIAS MIGUÉIS: Insiste que não compreende que sendo a Direcção Política do Interior dirigida por um membro do CD deva dirigir-se ao Secretariado.

MÁRIO DE ANDRADE: Explica que há já uma situação de facto mas não uma situação de jure, porque não está previsto que esse lugar seja ocupado por um membro que não seja do CD e portanto é de opinião que essa relação deve ser de interdependência.

EDUARDO DOS SANTOS: Diz que o Matias tem razão porque seria uma dependência de pessoas.

Foi posta em discussão pelo presidente o preenchimento dos cargos:

Presidente – Mário de Andrade

Vice-Presidente – Matias Miguéis

Secretário-Geral – Viriato da Cruz

Secretário-Geral adjunto – Eduardo Macedo dos Santos

Relações Exteriores – Mário de Andrade, Lúcio Lara, Hugo de Menezes e Luís de Azevedo Júnior e a rede de bureaux no estrangeiro.

Secretariado – Viriato da Cruz e Eduardo dos Santos com as seguintes secções: CVAAR – Rev. Domingos Francisco da Silva; Finanças – Graça da Silva Tavares; Informação – José Bernardo Domingos; Organização e Quadros vagos.

Direcção Política do Interior de Angola – Matias Miguéis.

HUGO DE MENEZES: Não concorda com a inclusão de José Domingos para o cargo de Informação, alegando contudo que é um bom elemento de agitação; precisa de um controle.

LUIZ DE AZEVEDO: Quando levantam este problema tenho medo pois que exigem franqueza mas quando falo com franqueza vocês não aceitam. Diz que com franqueza não aceita nenhum cargo para que foi designado. Propõe-se desempenhar quaisquer missões para que foi designado mas sem aceitação de cargo. Quanto ao José Domingos abstém-se. Solidariza-se com a opinião da maioria.

EDUARDO DOS SANTOS: Aprova globalmente o plano. Que a Secção de Organização seja preenchida por Vieira Lopes e quanto à de Quadros fica em branco até se encontrar alguém.

MATIAS MIGUÉIS: Aceita os cargos e concorda com o plano.

VIRIATO DA CRUZ: Concorda com o plano. Quanto à Secção de Quadros ele exige urgência pois temos de considerar entre outras atribuições a escolha de indivíduos, as qualificações segundo aptidões técnicas; essa secção exige que se ponha à sua frente alguém com competência e experiência. Faz uma proposta provisória no sentido do Graça assumir temporariamente a direcção dessa secção cumulativamente com a de finanças.

MÁRIO DE ANDRADE: Está de acordo com a proposta incluindo a pessoa de José Domingos para a Informação, Vieira Lopes para a Organização. Sendo o Graça o indivíduo que manuseou os ficheiros acha bem que ele provisoriamente dirija esta secção de Quadros. Faz um apelo ao Vieira Lopes para que faça mais um esforço.

VIEIRA LOPES: Está de acordo com os membros propostos. Fala sobre a proposição do Hugo sob o aspecto moral pessoal de José Domingos. Pede uma vigilância que julga aliás um dever nosso. Quanto à questão da secção de Quadros diz que entre os oriundos do Congo não encontra ninguém capaz. Propõe o Videira para trabalhar em colaboração com o Graça.

GRAÇA TAVARES: Não compreende a posição do Azevedo em não querer discutir os assuntos. Quanto à questão dos cargos para que me propõem, antes da definição das funções não quero aceitar, devido à minha maneira de ser. Salientando um último

facto ocorrido entre o Presidente e a sua pessoa, em que pensa ter sido desautorizado na presença de vários militantes.

VIRIATO DA CRUZ: Faz um apelo às atitudes que os membros do CD possam vir a tomar e salienta que dado a fase actual da luta de Angola é nossa obrigação de aceitar todas as funções para que fomos designados. Por isso temos de aguentar.

MÁRIO DE ANDRADE: Explica que não houve crítica em relação ao Graça, antes quis salientar o desempenho das suas funções. Peço desculpa se o ofendi.

VIRIATO DA CRUZ: Tenta fazer a definição de funções das várias secções:

SECÇÃO DE ORGANIZAÇÃO: Compete ter em mão e em dia a organização da actividade em geral do movimento, sem interferir nas outras secções.

– Ter em dia um quadro das actividades da imprensa do movimento.

– Ter em dia um quadro das actividades do CVAAR.

– Ter em dia os arquivos e os dossiers do movimento, que permitam fazer uma ideia geral do MPLA.

– Ter em dia o estado geral da organização do interior de Angola, documentando-se com mapas, ficheiros e comunicados de guerra.

SECÇÃO DE QUADROS: Deve ser formada por pessoas com convivência junto dos militantes, para que permita um perfeito conhecimento destes.

– Deve encarregar-se da inscrição de membros (conhecendo as suas qualidades)

– Deve seleccionar quadros para o preenchimento das várias secções.

– Deve possuir um mapa de selecção.

– Compete fornecer agitadores com capacidade.

– Deve estar em contacto com os quadros do exterior.

– Deve ter ligações com o interior.

– Deve procurar informar-se do estado e comportamento dos indivíduos, tanto no interior como no exterior. (Apresenta como exemplos: O Secretariado pede 15 agitadores, a secção de quadros fornece-os)

SECÇÃO DE INFORMAÇÃO: Compete fazer agitação e propaganda políticas

Compete assistir a Secção de propaganda no interior de Ang.

Conseguir traduções e realizar os pedidos do interior.

Fornecer ao exterior toda a propaganda recolhida do interior.

Ter um arquivo privado.

SECÇÃO DE FINANÇAS: Compete interessar-se profundamente pelas receitas ordinárias do movimento (cotizações);

Ter a seu cargo a incumbência de prever e realizar todos os compromissos financeiros como seja: bureaux, contratos, encargos financeiros com pessoas, alimentação dos militantes.

Ter iniciativa de recolha de fundos – propor medidas para aumentar os fundos do movimento.

Trazer uma contabilidade que permita julgar os fundos gerais até que cada departamento tenha o seu budget próprio.

Deve encarregar-se dos consertos dos carros, etc.

Deve organizar um quadro para cobrança de fundos.

Deve orientar-se no sentido de apresentar planos para a recolha de fundos no exterior.

Deve ter o seu arquivo.

SECCÃO DO CVAAR: Está definido através dos seus estatutos.

MÁRIO DE ANDRADE: Põe em discussão a acumulação de cargos do Graça e a colaboração do Videira.

HUGO DE MENEZES: Propõe que o Secretariado deva fazer regulamentos gerais internos. Julga que o Boal está mais indicado para a secção de Organização [do] que Vieira Lopes que está mais calhado para a secção de quadros. Concorde com o Graça para as finanças.

AZEVEDO JÚNIOR: Não tenho objecções a opor. Concorde de uma maneira geral com as proposições. Continua a não concordar com a inclusão do seu nome.

EDUARDO DOS SANTOS: Acha que os indivíduos de Louvanium são capazes de trabalhar mas temos que atender às suas disponibilidades. Por exemplo o Boal já está absorvido pelo jornal. O Vieira Lopes em contrapartida não exerce actividade no jornal como o Boal. Quanto ao preenchimento do lugar de quadros compartilha da opinião do Viriato. Quanto ao resto está de acordo. Quanto ao José Domingos sabemos certos aspectos negativos da sua vida mas que revendo as restantes pessoas não encontra ninguém para preencher o lugar.

MATIAS MIGUÉIS: Está de acordo que o lugar de quadros seja preenchido pelo Graça. Quanto aos indivíduos de Louvanium, tudo está numa questão de ter tempo. Quanto a José Domingos deve preencher o lugar mas vigiado.

VIRIATO DA CRUZ: Explica que os Chefes das Secções devem escolher os seus colaboradores. Vieira Lopes disse-nos que vai mostrar o que ele é capaz. O Comité Director tem poderes de tirar um lugar que ele dá. José Domingos tem sido visto com preconceito. É um indivíduo que não se encontra bem enraizado no nosso meio. Pede para que o movimento se interesse pela sua vida familiar, e que seja revista a sua vida económica e financeira. Devemos trazê-lo mais ao nosso convívio. Quanto à secção de quadros pensa que num futuro próximo poderemos aproveitar um dos jovens que se encontra presentemente em Conakry.

VIEIRA LOPES: Concorde com todos os problemas apresentados.

GRAÇA TAVARES: Aceita a nomeação e concorda com o resto do programa.

MÁRIO DE ANDRADE: Não nos devemos confinar aos quadros universitários.

EDUARDO DOS SANTOS: Pergunta qual a relação do jornal com a nova organização.

MÁRIO DE ANDRADE: Responde que o jornal depende directamente do CD e [é] representado obrigatoriamente por um dos seus membros.

EDUARDO DOS SANTOS: Refuta que isto não satisfaz visto que o Matias que actualmente desempenha esse papel vai ter que se ausentar e que portanto era necessário indicar um substituto do editor responsável.

HUGO DE MENEZES: Pensa que o único problema que se põe é do Matias e deve ser substituído por outro membro.

AZEVEDO JÚNIOR: Concorde com a opinião do Santos.

MATIAS MIGUÉIS: Sendo o jornal um órgão do CD, é o CD quem o dirige. Indica que é simplesmente necessário criar uma secção directamente dependente do CD.

EDUARDO DOS SANTOS: Está de acordo que se defina o substituto do Matias na sua ausência.

VIRIATO DA CRUZ: O Matias deve ser o editor responsável mesmo em Angola.

EDUARDO DOS SANTOS: Avançou que o jornal deveria estar ligado ao Secretariado.

HUGO DE MENEZES: Acha que o Eduardo tem razão e mostra a possibilidade de se criar uma secção de informação com autonomia.

AZEVEDO JÚNIOR: Pensa que o jornal sendo um órgão de combate e de informação não pode ser autónomo, mas haver diferença de chefes, isto é, separar o jornal da informação.

MATIAS MIGUÉIS: Não sabe até que medida pode ser útil a subordinação do jornal ao Secretariado. Propõe que se crie uma secção controlada pelo CD.

VIRIATO DA CRUZ: Propõe uma solução de compromisso que evitaria possíveis divergências: o jornal é um órgão do MPLA que depende directamente do CD o qual o orienta através de três dos seus membros: Editor responsável, Presidente e Secretário-Geral. Escalonados por ordem de responsabilidades.

VIEIRA LOPES: Concorde com este ponto de vista.

GRAÇA TAVARES: Concorde com a interpretação dada pelo Viriato.

MÁRIO DE ANDRADE: Informa que essa orientação já foi tomada em conta no Comité de Redacção. Explica que a função do CD é de orientação e controle. Quanto às responsabilidades é só no plano quotidiano. Propõe que o próprio editor apresente o processo verbal das reuniões anteriores do C. de Redacção e que se acrescente esta proposta. Propõe que a secção de informação seja dividida em duas: propaganda e agitação e publicações. Propõe que o outro capítulo fique para outro dia: Traçar a linha da política geral do movimento para a conjuntura actual, distribuindo as tarefas do seguinte modo: Secretariado traça a linha geral da política interior; Conselho de Guerra traça a linha geral da política militar; Relações Exteriores traça a linha geral da diplomacia do movimento.

VIRIATO DA CRUZ: Faz um apelo para que todos pensem no problema.

HUGO DE MENEZES: Pede para que enviem uma cópia do relatório para estudar antes da discussão.

VIRIATO DA CRUZ: Marca até quinta-feira dia 17 para a elaboração dos textos e reunião sexta-feira à noite às 20.30.

EDUARDO DOS SANTOS: Propõe que o processo verbal deve ser entregue ao Secretário-geral para que depois de aprovado seja entregue aos membros do CD para que o assinem.

Proposta de nova Estrutura da Direcção do MPLA

[dactilografada]

DO COMITÉ DIRECTOR

1 – Nas condições interiores e exteriores, particularmente difíceis, em que decorre a Revolução angolana, o Congresso do MPLA, contra vontade da organização geral, está impossibilitado de intervir normalmente para a solução dos problemas da sua competência. Para as condições anormais do presente, impõem-se medidas de urgência e excepcionais, salvaguardando-se porém todo o respeito à competência do Congresso para logo que as condições voltem ao mínimo de normalidade.

O Comité Director do MPLA com a intenção única de fazer avançar a Revolução com o máximo de segurança e de eficácia, decide, com plena responsabilidade de que dará conta ao próximo Congresso: a) utilizar o método da cooptação; b) remodelar o Comité Director; e c) redefinir as funções do Comité Director e fixar as regras de trabalho deste Comité.

2 – O novo Comité Director do MPLA é assim constituído: ----, ----, ----

3 – Ao Comité Director compete: traçar a linha da política geral do MPLA: elaborar uma política que faça aumentar constantemente a confiança do POVO no Movimento, que forje e cimente a unidade das tribos, das populações e das diferentes camadas sociais de Angola, que afaste a guerra fratricida e que comunique ao POVO inteiro a fé na vitória final sobre o colonialismo português.

4 – O Comité Director está sujeito a todas as leis disciplinares e a todas as regras de trabalho constantes do “Regulamento Geral Interno”.

O espírito de algumas leis disciplinares e regras de trabalho do “Regulamento Geral Interno” é reforçado pelas seguintes determinações que têm força de lei para o Comité Director:

- seja qual for o lugar hierárquico que ocupe, qualquer responsável está submetido aos mesmos deveres e direitos do militante de base;
- a disciplina é igual para todos, e ela é tanto mais rigorosa quanto maiores forem as responsabilidades de um militante;
- a crítica e a autocritica são obrigatórias;
- a crítica deve ser baseada unicamente em móbeis e em objectivos constructivos. A crítica deve circunscrever-se unicamente a actos, acções e factos, guardando-se terminantemente de atingir a dignidade pessoal de qualquer companheiro;
- Só é permitido fazer crítica em reunião oficial do Comité Director.

f) O princípio de direcção colectiva a que está submetido o Comité Director significa: todas as decisões do Comité Director são tomadas depois de discussão livre; todos os membros do Comité Director estão obrigados a participar dos debates; as decisões tomam-se por voto, de acordo com o artigo 5º do “Regulamento Geral Interno”; o voto é obrigatório para todos os membros; a abstenção não é permitida; a minoria está obrigada a defender e a executar, lealmente, as decisões da maioria;

os membros do Comité Director são colectivamente responsáveis da actividade e das decisões desse órgão; as decisões do Comité Director são sempre comunicadas aos militantes e ao público em nome do Comité Director.

5. Ao atribuir-se a competência do Congresso para traçar a linha da política geral do Movimento, o Comité Director transmite, ao mesmo tempo, todo o seu carácter de órgão executivo aos seguintes órgãos executivos: Conselho de Guerra, Secretariado, e Departamento das Relações Exteriores.

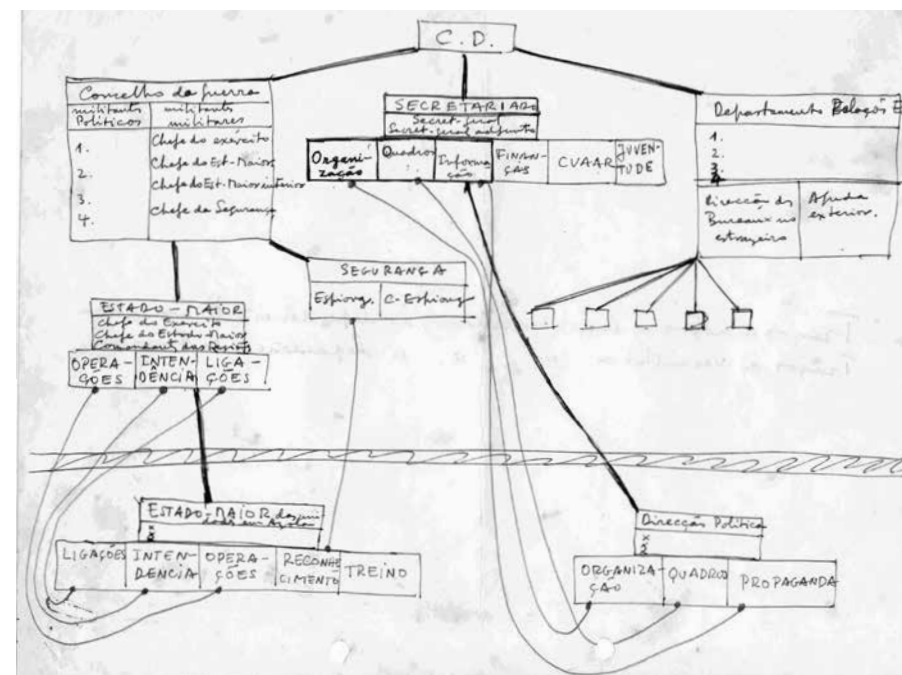
O Conselho de Guerra dirigirá, como escalão supremo, a execução prática das tarefas militares contidas na linha da política geral traçada pelo Comité Director.

O Secretariado dirigirá, como escalão supremo, a execução prática das tarefas políticas contidas na linha da política geral traçada pelo Comité Director.

O Departamento das Relações Exteriores dirigirá, como escalão supremo, a execução prática das tarefas diplomáticas contidas na linha da política geral traçada pelo Comité Director.

6. O novo Comité Director é solidário para com a política e a actividade do Comité Director cessante.

7. O novo Comité Director aprova sem reservas a nova organização da actividade do Movimento indicado no esquema seguinte:



[Este esquema foi feito por Viriato da Cruz. Diz no verso:

- Traços a negro [grossos] – indicam relações de dependência hierárquica.
- Traços a vermelho [finos] – indicam relações de dependência de serviços.]

Carta de Mário de Andrade ao Governo da Nigéria

[cópia dactilografada, em inglês]

Ref. 34/F/62

Mário de Andrade
Presidente do MPLA
Léopoldville, Congo
15 de Maio de 1962

A Sua Excelência Jaja A. Wachuku
Ministro dos Negócios Estrangeiros
Lagos, Nigéria
Excelência,

Os meus agradecimentos pela sua carta de 4 de Maio, Ref. 58511.

O Comité Director do MPLA ficou muito sensibilizado pela sua solidariedade com o avanço da nossa Causa. Estamos igualmente satisfeitos com o seu gentil acolhimento aos nossos membros LUIZ DE AZEVEDO e JOSÉ BERNARDO DOMINGOS.

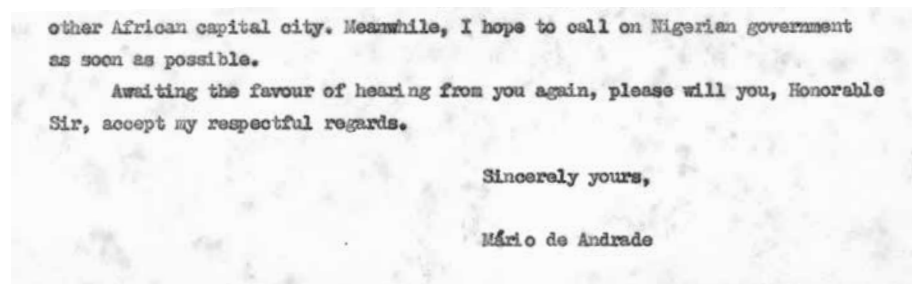
Concordo consigo quando diz que os esforços dos nacionalistas Angolanos para conquistar a nossa independência não deveriam ser perdidos em lutas entre nós próprios. Nunca cessámos de apelar aos nossos irmãos mais velhos, os líderes dos governos Africanos, para nos ajudarem a constituir uma Frente Unida de Libertação. Asseguro-lhe que da nossa parte não existe inflexibilidade nem o reforço de uma atitude partidária.

Assim que o Comité Director da União das Populações de Angola afirme oficialmente o seu desejo de ter um encontro connosco, comprometo-me a liderar os delegados do MPLA às conversações com a UPA, com vista a estabelecer uma plataforma para a unidade de acção dos nossos movimentos. Esse encontro poderia ter lugar em Lagos, em Léopoldville ou em qualquer outra capital Africana. Entretanto, espero ter um encontro com o governo Nigeriano logo que seja possível.

Na expectativa de poder receber notícias suas novamente, queira por favor, Excelência, aceitar os meus mais respeitosos cumprimentos.

Cordialmente,

Mário de Andrade



Relatório de Actividades Militares do MPLA

[dactilografado – 2ª via]

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES MILITARES DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA¹

- 1) A acção directa do Povo de Angola
- 2) As primeiras Prisões
- 3) Organização de Maquis
- 4) A Repressão Portuguesa
 - a) O Exército
 - b) A Administração
 - c) O Civil Europeu

A LUTA ARMADA

Ninguém inteligente e com espírito objectivo deixará de concordar em que o combate actual do povo angolano contra o colonialismo português é determinado pelo facto deste regime se ter oposto sempre à liberdade, à dignidade, ao bem-estar e ao trabalho pacífico e justamente remunerado a que aspira todo o ser humano e que o homem angolano reivindica em vão, desde há muito tempo:

Por conseguinte, apesar da luta do povo angolano comportar um aspecto destrutivo (a necessidade de destruir as estruturas coloniais de Angola) não há dúvidas de que a razão inicial e o objectivo dessa luta exigem desta, principalmente, um enorme trabalho construtivo que satisfaça plena e honestamente as legítimas aspirações do povo.

É já de conhecimento público que em 4 de Fevereiro de 1961, militantes do Movimento Popular de Libertação de Angola, enquadrando um determinado número de nacionalistas, dirigiram os ataques às prisões civis de Luanda, com o objectivo de libertar os dirigentes nacionalistas detidos pela polícia de Salazar.

A maior parte dos quadros que puderam escapar aos massacres das forças repressivas portuguesas, conseguiram infiltrar-se em outras regiões de Angola (Distritos de Luanda, Cuanza-Norte, Malange) e, aí organizar os trabalhadores das plantações de café e de algodão para actividades de carácter revolucionário.

Em 15 de Março de 1961, os nacionalistas do Norte de Angola, nomeadamente do Distrito do Congo, sentindo realizadas as condições óptimas para o começo da luta armada resolveram passar à acção directa. Os militantes do MPLA que se encontravam nos Distritos de Luanda, Cuanza-Norte e Malange no trabalho quotidiano de propaganda e agitação, imediatamente lançaram palavras de ordem onde incitavam as massas populares a apoiar, recorrendo às armas, a atitude dos angolanos do Distrito do Congo. Em poucos dias a insurreição angolana alastrou-se pelos Distritos do Congo, Luanda, Cuanza-Norte e Malange. Bastaram dois meses de combate para que a resistência portuguesa fosse totalmente aniquilada e as populações libertadas da soberania portuguesa.

¹ Em várias partes deste documento há erros e falhas de quem dactilografou, que procurámos assinalar.

Estes acontecimentos percutiram como uma bomba nos meios políticos, financeiros e militares de Portugal.

O Ministro da Defesa Portuguesa tenta um golpe de Estado que culmina com a sua demissão. Salazar remodela o elenco ministerial com o afastamento dos homens brandos do regime, e que lhe permite endurecer a política colonial interna. Os financeiros portugueses transferem grande parte dos seus capitais para a Europa. Os responsáveis do Exército anunciam uma ofensiva militar para fim das estações das chuvas, ameaçando de extermínio a toda a população angolana revoltada. Os governadores Gerais de Moçambique e de Angola são substituídos.

Entretanto, aproximava-se o fim da estação das chuvas. A ofensiva militar portuguesa parecia eminente com o envio, num ritmo crescente, de contingentes [falta texto] para contingentes militares portugueses ultrapassavam já trinta mil homens! Os esforços da oposição portuguesa para impedir o envio de tropas para Angola eram facilmente anulados pela intervenção da polícia de Salazar. Tornava-se cada vez mais sombria a sorte das populações africanas nas zonas de combate. O exército português tinha dado sobejas provas de selvajaria e de menosprezo pelas convenções internacionais ao liquidar mais de cinquenta mil civis, incendiar e destruir para cima de sessenta povoações e regar a bombas de napalm regiões inteiras, aniquilando sem piedade populações indefesas, mulheres e crianças em menos de quatro meses de luta.

A gravidade da situação impunha que se tomassem medidas urgentes. Assim o Departamento de Defesa do Movimento Popular de Libertação de Angola estabelece realizar imediatamente:

Estruturação dos problemas dos comandos.

Estruturação das forças de combate.

Solução do problema dos comandos.

Divisão do teatro da luta em zonas operacionais solidárias.

Preparação interna dos quadros militares.

Solução dos problemas relacionados com o restabelecimento.

Politização do povo e sua utilização em larga escala como elementos auxiliares dos quadros militares.

Cooperação entre as forças de combate.

Unidade de todas as forças combatentes através da formação da Frente de todas as forças e dos Movimentos Políticos Nacionalistas Angolanos.

O plano de trabalho preconizado pelo Departamento de Defesa foi em grande parte solucionado: dividiu-se o teatro da luta em zonas militares. Passaram a actuar em cada zona várias colunas constituídas por cerca de cem homens englobando pelotões de 10 a 11 homens. Organizaram-se cinco colunas no Distrito de Luanda, e respectivamente duas e quatro nos Distritos de Congo e de Malange.

A cooperação entre as colunas nas regiões dirigidas pelo nosso Movimento foi também de forma geral solucionada. Várias vezes o comandante Ferraz Bomboco correu em auxílio de Benedito e vice-versa. Maneco Paca sustera com a sua coluna as patrulhas portuguesas que tentavam [falta texto] Alberto João e Fernando Maiaco liquidam as tropas portuguesas que pelo sul marchavam sobre a mesma localidade.

Quando em Setembro a ofensiva tenta envolver as nossas forças os comandantes das colunas conseguem, em boa ordem retirar das posições em que se encontravam, levando consigo as populações civis e estabelecer bases de resistência em lugares praticamente inacessíveis ao inimigo.

Pode-se dizer que a luta armada em Angola vai entrar numa nova fase. O êxito depende da solução de alguns problemas, entre eles os do restabelecimento e cooperação entre as forças que actuam no Distrito do Congo e as que actuam nos outros Distritos.

Um ano passou sobre este acontecimento decisivo da nossa História. O espírito nacionalista e a solidariedade fraternal que o animou reforçou-se e tocou todos os Angolanos de maneira irreversível.

Entre os protagonistas desta memorável jornada muitos tombaram mas [o] exemplo da sua coragem não se perdeu. Continua intacto, multiplicou-se: Os mártires inesquecíveis de 4 de Fevereiro, foram imediatamente rendidos por milhares de outros bravos, dispostos eles também ao sacrifício de suas vidas para encurtar a distância que separa da vitória final que não deixaremos de alcançar todos nós – mortos e vivos!

A revolta de Fevereiro surgiu, ninguém hoje ignora como uma consequência da atitude intransigente do fascismo português, e essa jornada representa na luta de emancipação do povo Angolano o instante preciso da passagem à acção directa.

Antes, a atitude dos nacionalistas angolanos caracterizara-se por uma actividade orientada estritamente no sentido da solução pacífica do problema de Angola.

Vinha-se vivendo submetido a um regime totalitário que não permitia críticas nem tão pouco admitia qualquer transformação política da situação.

Não obstante, e agindo embora na clandestinidade os líderes angolanos não desperdiçaram nenhuma oportunidade de manifestar às autoridades as suas críticas e o seu desacordo conta o domínio colonial.

II AS PRIMEIRAS PRISÕES

A partir dessa manifestação de vitalidade do povo angolano as autoridades portuguesas passaram a adoptar uma atitude sintomática, proferindo ameaças veladas nos discursos oficiais. Em 1959, encontrando-se à frente dos destinos de Angola um tenente-coronel empertigado, ele faria por ocasião da inauguração de uma carreira de tiro no clube dos Caçadores a apologia do uso de arma de fogo, exortando por meias palavras os colonos a usá-las contra os africanos.

Data daí a prisão do primeiro grupo dos nacionalistas angolanos, logo seguido de outros, pelo crime de reclamarem as liberdades fundamentais a que todo o ser humano tem direito.

ESFORÇOS PACÍFICOS DO MPLA

Malgrado isso, ou por isso mesmo os movimentos nacionalistas multiplicaram-se rapidamente.

Já então estabelecido no exterior, o Movimento Popular de Libertação de Angola, à volta do qual ia aderindo a maior parte daqueles movimentos clandestinos, dirigiu-se ao Presidente da República de Portugal e ao seu Presidente do Conselho, uma declaração convidando o Governo Português a reconhecer o direito do povo angolano à

autodeterminação; a conceder a amnistia total e incondicional bem como a libertação imediata a todos os prisioneiros políticos; a estabelecer as liberdades públicas especialmente a formação legal de partidos políticos e as garantias concretas para o exercício efectivo dessas liberdades; a retirar imediatamente as forças armadas portuguesas e proceder à liquidação imediata das bases militares existentes no território angolano; e finalmente, a convocar, no fim do ano de 1960 uma mesa redonda formada de uma parte por representantes de todos os partidos políticos angolanos e da outra dos representantes do Governo Português em vista à solução pacífica e democrática do problema colonial em Angola, e no interesse das partes em presença.

Aqueles membros do Governo Português mantiveram-se surdos às sugestões dos líderes angolanos.

Apenas o Diário da Manhã, órgão da União Nacional, partido de Salazar, se referiu ao assunto, considerando depreciativamente a realização de Mesas Redondas.

O MPLA (que já então vinha sofrendo pressões dos seus militantes no que reclamavam, digo, militantes no exterior de Angola, que reclamavam a passagem à via armada) tentou o último recurso, procurando utilizar-se da influência de alguns países estrangeiros. Assim em 6 de Dezembro de 1960, pôde, juntamente com outras organizações nacionalistas das colónias portuguesas, realizar uma conferência na Câmara dos Comuns em Londres.

Perante os membros dos partidos britânicos, o sr. Mário de Andrade, Presidente do MPLA advertiu a opinião pública de que a atitude intransigente de Portugal e os preparativos bélicos a que lançara mão não deixavam ao povo angolano outra alternativa ao seu alcance senão a da acção directa.

MANIFESTAÇÃO DE FORÇA

Como respondeu Portugal a todos estes esforços de boa vontade desenvolvidos pelo MPLA?

- Intensificando o envio de tropas e material de guerra para Angola;
- aumentando febrilmente os quadros da Pide e da polícia de segurança;
- estabelecendo na colónia várias divisões da sua triste e célebre polícia móvel;
- endurecendo, em todos os sectores, o tom da sua política interna tornando a atmosfera social de Angola verdadeiramente irrespirável.

Nas cadeias de S. Paulo, um simples e justo protesto contra a péssima alimentação foi o suficiente para a execução sumária de 28 detentos [sic].

A esse tempo, um discurso de Salazar, o mais ameaçador de quantos se lhe conhecem, pôs ponto final a todas as ilusões alimentadas pelos nacionalistas angolanos quanto à solução pacífica e democrática do problema.

ATAQUE ÀS CADEIAS DE LUANDA

Chegou-se assim à revolta de 4 de Fevereiro.

Sabendo que as autoridades tencionavam transferir, às ocultas, os prisioneiros políticos angolanos, para destino desconhecido, um grupo de nacionalistas, constituído na sua maior parte por militantes do MPLA e por eles dirigido puseram em prática, atacando as cadeias o plano da sua libertação que há muito vinha sendo ponderado.

Este feito constituiu um rude golpe nos preconceitos da política portuguesa. De súbito, desvendou-se ao mundo o rol de mentiras pacientemente tecidas em redor das províncias portuguesas do ultramar e o clima de fraternidade que nela se respira.

Como possesso o governo português, ou antes Salazar, ordenou as mais severas represálias: Daí em diante, a população de Luanda passou a viver submetida a uma repressão odiosa. Foi instituída a hora de recolher. Tornaram-se vulgares os fuzilamentos sumários. As milícias, com carta branca, lançaram o terror entre a população – só numa tarde, 3.000 angolanos foram liquidados por forças repressivas e pelos ultracolonialistas portugueses. As cadeias apressadamente multiplicadas, encheram-se e, nelas, morria-se em massa. As operações de limpeza impuseram o desmantelamento de alguns bairros. As árvores foram derrubadas. As escavadoras não tiveram descanso na abertura de valas para esconder os mortos pela calada da noite.

Luanda transformara-se numa cidade sitiada. A lei marcial mais desumana implantara-se nela com todo o seu cortejo de horrores.

Entretanto, no interior de Angola, ocorriam espantosos crimes de genocídio, COM A CUMPLICIDADE DE MUITOS COMERCIANTES E AGRICULTORES. Os rios de Angola tragavam os corpos de milhares de angolanos inocentes.

Na Baixa de Cassange, uma força de exército promoveu, por essa mesma altura, o inqualificável massacre de 7.000 trabalhadores de algodão que reclamavam aumento de salário e melhor tratamento.

III

ORGANIZAÇÃO DE MAQUIS

Iludindo o cerco de Luanda, alguns militantes do MPLA, que tinham podido escapar aos massacres, infiltraram-se no interior fixando-se nos Dembos, Cuanza-Norte e Malange, com a missão de estabelecer ligação com trabalhadores das plantações de café e do algodão e organizá-los para as actividades revolucionárias.

Era inevitável que a revolta de Luanda influenciaria, se não todos pelo menos os principais movimentos políticos angolanos. O MPLA, promotor desse acontecimento decisivo na história de Angola, estava decidido [a] prosseguir na acção directa e procurava organizar os seus militantes e o povo, com vista à elevação do nível de luta. A UPA sentiu-se deste modo encorajada a apressar para o dia 15 de Março a sua participação na luta armada.

Os militantes do MPLA adaptaram-se imediatamente a esta nova fase de luta, conseguindo a adesão de importantes núcleos do povo de Angola. Assim fizeram, por exemplo os comandantes Benedito, Pedro Mussadi, Ferraz Bomboco e António Fernandes.

A reacção das forças do exército português não se fez esperar. Aviões das Forças aéreas portuguesas [sic] utilizando napalm passaram a bombardear sistematicamente as populações indefesas, que depressa se viram obrigadas a procurar abrigo na mata. Em dois meses de operações, 50.000 angolanos foram vítimas de tais bombardeamentos e milhares de povoações foram arrasadas. Nas principais cidades de Angola e especial em Luanda, brigadas policiais e exército, incluindo as milícias, entregaram-se a actos de terrorismo, prendendo e executando inocentes, assaltando e saqueando propriedades privadas, chacinando mulheres e crianças.

Tal tem sido o sacrifício exigido ao povo angolano pela luta de libertação.

A luta encontra-se numa fase estagnária [sic], mas as forças Portuguesas vêem nisso o momento oportuno de continuar [a] executar friamente os seus planos de extermínio.

Esgotado o período de surpresa, durante o qual o exército português conheceu uma humilhante derrota, o dispositivo militar colonial – que só no Norte de Angola conta mais de 40.000 soldados dotados de material de guerra do mais moderno – pôde, sem que haja qualquer proeza, reocupar alguns pontos importantes, e neles concentrar-se em força. Mas a luta está longe de estar terminada. Poderíamos talvez dizer que encerrou apenas [uma] fase. A luta só terminará com a conquista da nossa independência nacional.

A nova fase das hostilidades militares vai obrigar todos os angolanos a maiores esforços e sacrifícios, exigindo da parte dos líderes dos movimentos políticos angolanos, a aceitação de medidas que são vitais para o progresso da nossa luta.

EIS UM APANHADO DA ACCÇÃO DO MPLA, NO DOMÍNIO MILITAR

As regiões mais importantes dos nossos maquis situam-se nos distritos de:

Cuanza-Norte – Uíge, Quitexe, Lucala, Quibaxe e Nova Caipemba.

Luanda – Luanda, Nambuangongo, Caxito, Catete, Funda, Úcua, Pango-Aluquéim, Cambamba.

Congo – Ambrizete, 31 de Janeiro, Tomboco.

Malange – Baixa de Cassange.

As táticas utilizadas foram as de ofensiva e defensivas.

No decurso das operações militares, as nossas milícias utilizaram uma tática que visava a paralisação da economia colonial, a liquidar o aparelho administrativo e a resistência militar do inimigo. – O objectivo foi atingido quase em todas as regiões onde as nossas milícias operaram; em certas localidades a ocupação foi durante muito tempo total. Citamos entre outras:

Nambuangongo – Ocupação total durante cinco meses (Março a Julho de 1961)

Uíge – Paralisação da economia dos colonos que foram obrigados a abandonarem os seus bens e refugiarem-se em Luanda. É de salientar que o Uíge é a única região de Angola que só foi atacada pelas nossas milícias, depois dos actuais acontecimentos.

Quitexe, Úcua, Tomboco: Ocupação total durante cinco meses.

A réplica do inimigo constituiu no envio de cerca de 40.000 homens armados com armamento mais clássico e moderno.

Em face do aparelho de destruição das forças portuguesas, as nossas milícias resolveram evacuar as regiões ocupadas e de transportar as populações civis para as florestas e montanhas protegidas por elementos das nossas milícias e nas bases de resistência pouco acessíveis aos inimigos.

As forças portuguesas, desconsiderando as leis mais elementares de guerra, utilizaram todos os meios, na tentativa de exterminar as populações de Angola combatente, cães polícias, bombardeamentos com napalm, envenenamento das águas dos rios e do gado, torturas físicas etc.

Apesar de todas as dificuldades, as nossas colunas continuaram com os seus ataques de raid curta [sic] às posições do inimigo, aguardando as melhores condições para os ataques de grande envergadura.

A estrutura da nossa organização é a seguinte:

Comité Revolucionário – Responsável da conduta de toda a luta armada, em todos os seus aspectos.

Estado-Maior

Mandante em Chefe [sic]

O teatro da luta dividiu-se em zonas militares e [em] cada uma delas operam colunas constituídas por 100 homens. As colunas enquadraram pelotões de 33 homens e unidades militares móveis compostas de 10 a 11 homens.

– MILÍCIA EM COMBATE –

Nos distritos de Cuanza-Norte	5 colunas
Luanda	3 "
Congo	2 "
Malange	4 "

O povo colabora com as milícias do MPLA. A acção do povo é sobretudo a das sabotagens (pontes, estradas, etc.), liquidação dos agentes do inimigo, transportes de alimentação e de munições para as unidades em combate, actividades de reconhecimento das posições do inimigo, destruição das plantações dos colonos, assistência sanitária.

Entre os comandantes das milícias do MPLA, distinguimos as actividades do Ferraz Bomboco e João Benedito que dirigiram as colunas na ocupação de Nambuangongo e Dembos, as façanhas de Maneca Paca e de José Andrade mortos na batalha de Danje.

IV

CAÇADORES ESPECIAIS

Estas foram as tropas que estiveram na primeira linha, durante a primeira fase de operações. Ao lado dos civis, estes homens que se consideravam tropas de elite, e assim eram considerados militarmente, seguiram a orientação geral.

Os caçadores especiais, incluindo os próprios oficiais colaboraram activamente nas grandes matanças. Nestas matanças distinguiram-se especialmente a 4ª companhia de caçadores especiais, a companhia do Capitão Morais, Oficial que recebeu mais tarde a ordem dos Serviços Distintos e que era uma das mais famosas. Este homem considerado um especialista dava palestras aos oficiais cercam-lhe gados [sic] de todas as patentes sobre a forma de conduzir a guerra.

Capitão Morais, actuou primeiro na região da Baixa de Cassanje onde como se sabe se deu um dos primeiros e mais curioso incidentes desta guerra.

Em Cassange, os angolanos levantaram-se utilizando essencialmente meios pacíficos e reivindicando modificações das suas condições de vida. Eles eram obrigados a plantar exclusivamente algodão e não lhes permitiram outras produções de carácter alimentar, para subsistência e em paga recebiam salários, durante a estação, que muitas vezes pouco ultrapassavam os 30 Fev. [Esc.] não por mês, mas por ano. Finalmente, conscientes os angolanos uniram-se em manifestações que vieram pouco depois do assalto às cadeias de Luanda e antes de 15 de Março de 1961. Além de terem sido bombardeados com napalm por ordem imediata do “duro” caquético e brutal General Libório, então

comandante militar [que] já se celebrizava pela repressão aos nacionalistas em Goa; os nativos foram ainda chacinados pelas metralhadoras do Capitão Morais que segundo declarações matou cerca de 20.000 angolanos.

A 4ª companhia de caçadores era uma das companhias que em Julho de 1961 fixaram guarnição, polícia móvel, em Luanda. Estas companhias de patrulhamento quando se tratava de uma rusga, rodearam as sanzalas dos Musseques, mas quem fazia a inspecção e levava os presos era a PIDE, regra geral. Em casos imprevistos ou especiais as próprias companhias poderiam fazer a inspecção.

Outra companhia de caçadores especiais ainda se distinguiu mais na repressão. Era comandada pelo Capitão Mendonça e tinha como Oficiais os Alferes Robles e Matos. Essa companhia que se instalou perto das Mabubas, para defender as propriedades do Ministro Paulo Cunha, tinha uma casa especial para torturas. Entre essas torturas figuravam torções e arrancamento de testículos com alicate, arrancamento de olhos, morte por punhaladas dadas lentamente, morte por tractores (com os homens enterrados até ao pescoço) e muitas outras conforme a sua imaginação. Este aspecto de guerra, a morte de mulheres e crianças mostra bem a loucura da repressão dos fascistas portugueses.

Perante estas e muitas outras façanhas os oficiais que cercavam dividiam-se imediatamente: – uns ficavam horrorizados e repudiavam tais actos, outros, sobretudo os jovens do quadro e os milicianos fascistas, procuravam “adaptar-se”, quer dizer, pecante [*sic*] o que [para] eles era o mais importante, o enquadramento no exército, a obediência cega, dispuseram-se a recalcar o seu natural respeito pela vida e sofrimento alheio. Foi assim que um dos oficiais, o Alferes Graça, um miliciano que se diz católico, no Negage, foi ele próprio matar um homem, um condenado, para se habituar a essas coisas.

Os crimes perpetrados em Angola são de conhecimento e têm a aprovação das altas autoridades, o Ministro do Exército brigadeiro Mário Silva, proferindo um discurso aos oficiais do batalhão 88 e 92, além dos de baterias de artilharia, todos embarcaram no navio Niassa, disse: – respondei aos ataques do inimigo ainda com maior ferocidade. Se ele vos cortar a cabeça ou vos cortar em postas fazei-lhe o mesmo, etc. etc.

b) CAÇADORES SIMPLES:

Os caçadores simples são tropas que foram destinados para guarnecerem e policiarem zona mais ou menos dominadas e que são enviados para zonas pré-determinadas.

Os caçadores especiais e os pára-quedistas efectuavam os combates mais perigosos. Assim, para a Tomada de Nambuanguongo que se encontrava totalmente ocupada pelos nacionalistas do MPLA, desde Março a Julho de 1961, tiveram que recorrer à colaboração dos caçadores especiais, simples e pára-quedistas. Os combates duraram cerca de dois meses, dado a resistência dos nacionalistas, apesar da falta de boas condições de reabastecimento.

V

ADMINISTRAÇÃO

A Administração tem as atribuições de PIDE excepto nas raras Vilas em que existem repartições da PIDE e, logo, repartições dessa polícia. Cabe aqui dizer que a polícia de segurança pública enviou também destacamentos na primeira fase em que havia poucos

homens e esses destacamentos intervieram por vezes activamente como em Kimbele. A Administração procedia como a PIDE e seguia as suas instruções. O Homem que entrasse prisioneiro na Administração raramente saía vivo. Os interrogatórios eram feitos pelos cipaiois com uma brutalidade incrível. Usavam chicotes palmatórias, catanas, cadeiras, etc.

Os golpes por vezes eram tão fortes que faziam saltar pedaços de carne e de pele. Depois do Interrogatório os homens interrogados, em estado desesperado ou mesmo mortos, eram arrastados para um canto e mais ou menos empilhados até ao dia seguinte em que seriam executados. Em Negage foram executados nessas condições três camionetas de cargas humanas compostas de mulheres homens e crianças.

Os cipaiois é que comandavam em geral as operações, chefiadas por dois batalhões de caçadores especiais.

Na Administração em Salazar empregava-se muitas vezes uma coleira ligada à corrente eléctrica e faziam-se experiências da intensidade necessária para a electropulsão [electrocussão].

Por vezes os Administradores tentavam deter a onda de crimes cegos porque viam provavelmente que eles iam provocar o desaparecimento da mão-de-obra, ou alguns raros por escrúpulos, mas os civis europeus impunham-se-lhes ameaçando-lhes de morte muitas vezes. Aliás, os Administradores e Chefes de Posto como toda a gente sabe, incluindo os oficiais são homens extremamente corruptos sem moral e sem o mínimo de respeito para a dignidade pela vida humana dos angolanos, e, visavam a exterminação da população em cumprimento das instruções oficiais do Governo de Salazar.

c) O CIVIL

O civil europeu das povoações em má situação foi o elemento mais selvático da repressão. Ele dominou a cena durante dois meses, por vezes impondo-se às Autoridades Administrativas e por vezes às pequenas guarnições que tinham alcançado essas povoações, em geral por via aérea. As suas depredações são incalculáveis. Embora pareça exagerado, podemos afirmar que são [?] 50 divisões Administrativas existentes em Angola exterminaram cerca de 350.000 angolanos. Muitos angolanos considerados assimilados que representavam objectivamente a mais ou menos longo prazo um perigo para a hegemonia económica branca, foram mortos e as suas casas saqueadas. Em Camabatela, uma Vila pequena, os Irmãos Ferreira à frente dos outros civis chegaram a matar cerca de 100 habitantes e afirmando ter descoberto uma rede de assimilados ligados ao MPLA que se ligavam por código de letras. De entre os mortos figuram os funcionários dos Serviços Sanitários. Esta zona foi durante cerca de dois meses atacada pelas nossas milícias onde impuseram uma superioridade e uma resistência firme ao inimigo. Só as más condições de reabastecimento contribuíram que depois dos sucessivos ataques infligidos ao inimigo as nossas milícias se retirassem para as bases de resistência. No terreiro local onde cometeram alguns dos mais horríveis crimes, um mecânico tentou soldar dois homens um ao outro. A dois nacionalistas da nossa armada [*sic*] presos prometeu-se a vida àquele que matasse o outro.

Depois de uma luta tremenda um deles conseguiu quebrar a coluna vertebral do outro. Logo a seguir foi prostrado com uma bala.

Um nacionalista que ficou meio louco das torturas a que foi submetido para falar, quando se convenceram de que ele não tinha nada a dizer largaram-lhe com um mamilo e uma orelha queimada.

Na Damba é vulgar arrancar as unhas aos suspeitos para falar.

No Quitexe havia civis europeus que se gabavam de ser grandes cirurgiões: – esses homens arrancavam os corações dos prisioneiros vivos pelas costas. Se falavam eram mortos por falar, se não falavam eram considerados perigosos e por isso mortos.

No Dondo, mais de metade da população foi deitada ao rio, feita em pedaços. É hábito obrigar prisioneiros a comerem as orelhas um dos outros. A degenerescência humana em Angola [atinge] nível elevado sendo vulgar entre os soldados portugueses [o] desejo [de] levar para Portugal orelhas de pretos como recordação. Um oficial da companhia de caçadores 86, Graça, informou os seus companheiros o desejo de arranjar uma em álcool para um amigo que lhe pedira em Portugal.

O clima prelevante [prevalente] entre os civis nos primeiros tempos era de uma intensidade homicida, podendo afirmar-se que os civis europeus preconizavam a exterminação de todos os pretos acima dos oito anos de idade. A fúria de matar entre esses homens é terrível. Por vingança; por medo, por consciência de que o povo está contra eles. Todos esses factos somados, à absoluta ausência de escrúpulos e o racismo, decretaram a repressão.

Muitas vezes, homens levados por suspeitas quiméricas, invadiam de noite uma sanzala para matar um homem. – Mas quantas vezes matavam a família! Perante qualquer reacção eles trucidavam em seguida a população por considerarem a discussão, o protesto, como revolta. Populações inteiras vêem-se perseguidas sem saber porquê.

A repressão assumiu sem dúvidas, proporções extraordinárias. Evidentemente, muitas das mortes são provocadas por cobiça. Com armas na mão, certos brancos mataram angolanos economicamente remediados para se apoderarem das suas riquezas.

O pânico da repressão portuguesa, estendeu-se por todas as regiões de Angola. – Assim, por exemplo, em Dabombo [Balombo], região dos Bailundos, a PIDE matou mais de 400 pessoas com pretexto de ter descoberto a existência de dois chefes numa aldeia.

Em Quibala as matanças prosseguem, ultrapassando a cifra de 10.000 mortos.

Na zona de Catete num só dia foram mortos à cacetada e no meio de outras torturas, mais de 600 angolanos, com o pretexto da população ter planeado um ataque a um pelotão da armada [*sic*] portuguesa ali estacionada. Os 600 mortos foram espancados em presença do Secretário Administrativo, do Capitão do Pelotão e do Administrador.

Em Porto Alexandre, mais de 6000 angolanos foram mortos, sempre com o pretexto de sufocar revoltas planeadas.

CONCLUSÕES: A insurreição Geral da luta do Povo de Angola que já provocou mais de Cem Mil mortos e cerca de Cento e Sessenta Mil refugiados nas Repúblicas do Congo ex-Belga e do Congo Brazzaville, longe de atingir o nível desejado dadas as condições difíceis em que lutamos, prossegue numa fase de defensiva com vista a evoluir, logo que o problema de reabastecimento seja resolvido e a presença de quadros técnicos se faça sentir.

Léopoldville, 19 de Maio de 1962

Carta de Jonas Savimbi a Luís de Almeida

[*dactilografada*]

CÓPIA DA CARTA DO SAVIMBI [Nota manuscrita por L. Lara: a Luiz de Almeida], recebida a 24 de Maio

Lausanne, 21 de Maio de 1962

Meu caro irmão e companheiro de luta

É-me particularmente grato traçar-te estas linhas no âmago da serenidade que domina os nossos corações e espíritos uma vez apagada e esquecida a paixão maligna que tanto nos causou descarrilamentos. Hoje olhando para um ano de separação entre tu e eu noto atrás de mim um rasto que foi o percurso que fiz, voluntariamente, com consciência de ter feito alguma coisa para o nosso povo comum, com buracos mais ou menos profundos dependentes do jeito com que tentei delinear essa estrada. Com quedas lamentáveis de profunda repercussão que constituem os primeiros passos numa estrada política cujas curvas são imprevisas pelo facto de o caminho ser desconhecido. Só conta a vontade de acertar e a humildade de reconhecer as falhas. NO TODO RESTAM ACONTECIMENTOS QUE MARCAM INDIVÍDUOS PARA SEMPRE. NO MÍNIMO CONTAM PRINCÍPIOS QUE CONTINUAM INTACTOS PORQUE ALÉM DE PERTENCEREM À BAGAGEM DO NOSSO CRER E DO NOSSO SENTIR SÃO REALIDADES QUE NÃO CARECEM DE DEMONSTRAÇÃO.

A nossa separação seguida de cartas lamentáveis para a nossa estatura educacional, constituiu um fosso que permitiu mais quedas além da nossa. Se isso tudo foi uma experiência política infantil que serviu para alguma coisa há tudo a lamentar mas tudo a reconstruir pois é fácil o caminho já andado por mais penoso que ele tivesse sido.

Erros praticados pelos nossos dirigentes com maior ou menor culpa tiveram necessariamente influência no nosso trabalho. Nada pode desculpar nem justificar a divisão existente entre os dois Partidos que hoje toma o triste caminho duma rivalidade à morte para membros de partidos diferentes. Erros de palmatória estão tácitos num e noutra partido. Manifestações de prestígio pessoal na corrida do leadership estão patentes num e noutra Partido. Não vale nem adianta pedir satisfações a A ou B quanto ao seu comportamento passado pois ele está manchado pelo único facto de a unidade das forças vivas Angolanas não ser um facto. Ao escrever-te esta estou crente que o nosso concurso para a solução do problema Angolano é necessário. Mais vitórias ou derrotas apoiadas por tacto ou sentido de oportunismo não podem já resolver o problema Angolano. O MPLA, a UPA, o PDA e mais centenas que se criam à base de ambições e ignorância não podem resolver o problema pendente da Libertação Nacional. Só a mobilização inteira de todas as forças vivas do país enquadradas num só Organismo competente sinceramente constituído pode responder devidamente à carência de meios materiais e filosóficos tornados inacessíveis pela luta de Partidos que, sem mercê, conscientemente encorajamos.

Quanto ao problema da mestiçagem que fez objecto duma polémica destrutiva e incoerente entre tu e eu não é um problema político. No meu parecer é essencialmente

humano. Seja qual for o sentimento que nos anima ao entrarmos nessa discussão seremos obrigados a concluir que a solução deste problema não reside numa vitória política ou militar em Angola se quisermos responder a necessidades prementes de formação do nosso povo. Atribuiremos a causa deste problema ao colonialismo inimigo contra o qual nos batemos. Mas a derrota do colonialismo não faz desaparecer esse problema que depende do esclarecimento dos espíritos dirigentes para uma educação do povo em consequência. A sua negação ou o seu afastamento não resolve de forma nenhuma a questão. Mas sim o seu exame directo, a adopção de soluções que ele reclama. Não há indivíduos bons ou maus mediante a pele da cor [*sic*]. Os há sim mediante os meios frequentados. A sua solução consiste em melhorar os meios que os geram para uma nova etapa dum arranque definitivo. O problema da representatividade deixaria de existir por ser político. Um só povo de cores diferentes VIVENDO NO MESMO MEIO veria nas capacidades e vontade de solucionar problemas os eleitos. Mas se à primeira vista a solução do problema da mestiçagem é mediato, far-se-á imediato desde que questões políticas tivessem a sua solução. Estou consciente que continuo o mesmo Luís de ontem com espírito esclarecido. Não fui afectado pelo oportunismo que é a submissão aos factos nem pelo verbalismo que é crença na realidade dos slogans. Aqui encontrarás a resposta aos problemas que se levantam pelo momento.

Tenho mantido contactos com o Viana desde que isso me foi possível para uma aproximação que o momento crucial da nossa história exige e reclama. Ao partir para ACCRA onde conto participar na Conferência dos Países não independentes faço-o esperançoso que a razão triunfará às ambições. O meu prazer será enorme se puder receber uma carta tua dentro de uma semana. Se não, quero que encontres aqui a expressão do meu sentir no que de bom ou de mau pratiquei e firmeza aos princípios que partilhámos nessa vontade inquebrantável de vencer. Um abraço extensivo a todos os camaradas de luta é dirigido ao KALENGA e mana. Para ti vai isto: A LUTA PASSA POR VALES E MONTANHAS. QUANDO FOR DAS MONTANHAS CLAMEMOS BEM ALTO A ORDEM DE MOBILIZAÇÃO.

Sem mais teu de coração
Jonas Malheiro Savimbi

Actas de Reuniões do Comité Director do MPLA

[*dactilografadas – 2ª via*]

[21 DE MAIO DE 1962]

Às 21 horas do dia 21 de Maio de 1962, estando presentes os membros do CD: Mário de Andrade, Matias Miguéis, Viriato da Cruz, Eduardo dos Santos, Luís de Azevedo Júnior e Hugo de Menezes assim como o Secretário Político, João Vieira Lopes e o Secretário Administrativo, Graça da Silva Tavares, foi apresentada a seguinte ordem do dia: 1) Remodelação do Comité Director; 2) Programa de Acção; 3) Comissão da ONU; 4) Missão em Accra; 5) Equipas das Secções.

MÁRIO DE ANDRADE: Abre a sessão.

EDUARDO DOS SANTOS: Diz retirar-se do Comité Director porque a sua continuação no quadro dificulta em vez de aumentar os benefícios do movimento e por isso pede uma remodelação do CD com urgência.

L. AZEVEDO JÚNIOR: Diz que não lhe convém explicar-se ainda visto necessitar de mais dados para poder pronunciar-se.

MATIAS MIGUÉIS: Concorde com o Azevedo e diz que os termos postos pelo Santos não satisfazem.

HUGO DE MENEZES: É mau dia para discutir porque o Eduardo está a agir debaixo de um estado anormal, devido à viagem que fez à fronteira e por isso concorda com os oradores anteriores.

VIRIATO DA CRUZ: As razões que avançou o Eduardo não são suficientes por isso deve avançar outras. Situa o plano de remodelação num outro plano. Diz que há um ano vem insistindo, sem ser levado por emoções do Eduardo. Tentaremos de modificar e é de opinião de uma remodelação rápida.

VIEIRA LOPES: Aceita discutir este ponto mas não aceita a demonstração do Eduardo. O Eduardo como o Viriato foram as primeiras pessoas que falaram sobre o afastamento dos mulatos. Conheço as realidades actuais angolanas. Ainda hoje ouvi fazer uma exposição do Presidente sobre as acusações que nos fazem. Partindo do princípio de desistência então demos ouvidos e razão aos que nos acusam. Temos de ter coragem. Mas quem quiser retirar-se porque é fraco ou outras razões aceito. Peço que a malta de uma vez para sempre não se deixe de maneira nenhuma amedrontar por esta calúnia. Sempre ouvi questões entre pretos e mulatos. Nunca houve é o problema como se pretende. Por acaso já se discutiu aqui que não é momento para desistências. É palavra de ordem que ninguém se retire neste momento e pede que não volte a falar mais deste assunto.

GRAÇA TAVARES: Concorde em absoluto com a exposição do Vieira Lopes e pensa a insuficiência dos argumentos apresentados pelo Eduardo. Faz referência das reuniões anteriores em que se discutiu a impossibilidade de se remodelar o Comité Director. Acrescenta que seria uma traição à causa angolana neste momento retirar-se um membro do CD.

MÁRIO DE ANDRADE: Analisa os pontos do Vieira Lopes sobretudo quando fala na situação especial porque temos procurado defender as posições que estão no programa e as posições do Comité Director. São angolanos pretos e mulatos. Os da Way [Assembleia Mundial da Juventude] lançaram este problema das comunidades raciais. A convivência de grupos étnicos diferentes. A unidade angolana não tem poderes para nos passarem certificados. A unidade existe em nós sendo mulatos, pretos ou fulos. Quanto ao caso do Eduardo deve abordar o problema de fundo. Devemos é tomar uma posição sobre as acusações que nos fazem. Que atitude devemos tomar perante as actividades deste género? A nossa presença provoca as massas e veremos se somos nós que faremos triunfar ou ceder e cair na política racista. Eu devo já dizer que não quero avançar as opiniões do Eduardo. Nós tomamos as responsabilidades perante o Povo Angolano e dentro de pouco tempo estamos certos que mudaremos a face das coisas pelas actividades militares.

EDUARDO DOS SANTOS: Quando explico este problema não é debaixo de emoção, tanto mais que a minha viagem foi feliz e vi os esforços e o trabalho que se tem feito e o seu grande desenvolvimento. Só no Lufu saiu um grupo da UPA que nos procurou. Por isso não estou agindo sob emoção, é simplesmente a realidade como se apresenta. A saída do Comité Director do MPLA não quer dizer que se escusa de lutar porque está empenhado nela. Não me obriguem a manter-me. A minha decisão é para facilitar a solução do problema. Estou numa situação difícil porque todos têm a mesma opinião e pensando maduramente vê que nesta altura já se encontra gente capaz para levar avante a luta.

AZEVEDO JÚNIOR: Como não é a primeira vez que se põe este problema deve merecer uma análise concreta. Como tenho dito deve se dar mais responsabilidades. Pergunto ao Santos, saindo do Comité Director qual a contribuição que ele dará e quais os meios que preconiza para que estas intrigas não possam existir. Deve ser analisado com mais sangue frio o problema.

MATIAS MIGUÉIS: Estou de acordo com o que diz o Santos e pensa que a posição do Santos não é deixar o movimento. Na política também há estratégias. Na luta armada lá dentro não existe quase nada de diferenças as pessoas que existem oscilam de acordo com os movimentos que lhes dão o apoio do exterior. Acha que o movimento necessita de ver com realidade. Vamos ver com realidade. Está de acordo com a remodelação que se propõe, porque julga que depois de termos força até brancos podem lá estar. Não sabemos aqui no Congo porquê estas dificuldades. Há uma série de razões. Deve-se usar uma estratégia de modo a mostrar ao público que não somos uma organização de mulatos, de brancos ou de qualquer outra coisa.

HUGO DE MENEZES: Está plenamente ciente das tácticas a adoptar porque há factores e postulados que não devem ser violados. Se por qualquer ofensa ligarmos, então prejudicamos tudo. Há oito dias que discutimos uma estrutura. De qualquer modo é de opinião que o Eduardo está a agir sob emoção ou então houve falta de sinceridade na discussão. Por outro lado não justificou bem. Usa uma argumentação que não é dele. Temos sido acusados de muita coisa. Temos tido muitas vitórias. Estamos perto de mudar as direcções da luta. Pretos fulos e mulatos de Ambaca ou de qualquer parte devem estar connosco. O Eduardo avança razões. Propõe que se use esta táctica que saia o Eduardo, Viriato e pretos fulos. Não pode ser. Pede ao Eduardo que está chocado por várias ofensas mas isso não conta.

VIRIATO DA CRUZ: O problema do Eduardo é um problema dele e não é apresentado em termos válidos. Deve apresentar o testemunho da sua exposição para remodelar e para que o movimento tome como táctica e não como desistência. Como disse que há mais de um ano não se fez a remodelação. Eu não saí do Comité Director porque sou Viriato da Cruz ou porque estou chateado mas a atitude a tomar é uma táctica para procurar uma solução. Mesmo em Conakry vi o problema. O Eduardo só muito tardiamente compreendeu. Se não estava de acordo com as razões que avancei nesse momento, compreendeu-as hoje. As razões que vejo para a remodelação são estas:

1º – Após os que diziam que não havia preconceitos raciais pois estavam baseados em preconceitos colonialistas. Veio a luta de Angola surgiram uma série de contradições. Como vimos o problema dos estudantes em Portugal, lá dentro diziam-se membros do

MPLA mas que postos fora voltaram as costas. Lembro-me ter lido uma carta do Pedro Sobrinho sobre a morte do Ferreira que dizia que o Ferreira era agente dos portugueses. Outra coisa que se põe. Há um problema psicológico. Não aceito que para desempenhar a minha função tenho de usar subterfúgios como procurar pessoas para falar ou para representar. Falou sobre a colonização e os seus métodos. Acrescenta – As ideias não valem pelas ideias mas sim para as realidades que elas apresentam. Devido mesmo o estarmos perto de novos acontecimentos é de opinião de uma remodelação, porque se insistirmos então acontecerá como aconteceu com o Ferreira. Só depois de estarmos em Angola é que temos força. Só depois de uma fase elevada é que o Povo compreende. Não é ceder às intrigas da UPA. Ela trabalha num preconceito das massas. A UPA não cria nada. É nesta base que interessa ao povo e não cedência às pressões da UPA. O Povo é como as crianças, quando ameaçadas com o papão só a criança sai quando a mãe diz que o papão já saiu do saco. Aceita que há poucos dias discutiu a não remodelação. Apresenta o caso do Freitas. Crê que Angola vencerá mas é precioso remodelar. Faz avançar a ideia porque é valoroso o argumento da saída. Apela para que o movimento não faça racismo.

VIEIRA LOPES: Tenho a minha ideia e eu quero que ela seja bem conhecida. Vou fazer um retrocesso às minhas ideias. Talvez de pequeno tivesse algumas ideias de racismo mas logo que os anos foram passando concluí que o mundo não vive pelas suas colorações. Temos os estatutos. Temos que usar mais do que uma táctica, mas uma remodelação não é viável. Eu não sou membro do CD mas recuso-me a aceitar qualquer cargo. Há os oportunistas, há os mal intencionados que podem aproveitar-se disso. Há pouco tivemos a discussão da remodelação. Quando no caso do Lara era a altura que devia ser discutido o caso. O Santos não disse as razões mas adivinha-se que seja a viagem. Pergunta como o Hugo porquê o Eduardo não apresentou há mais tempo este problema.

VIRIATO DA CRUZ: Apresentou argumentos sobre a existência do racismo. Analisou em seguida a condição do mulato. O Ferreira não foi morto por ser mulato e a razão é que todos que o acompanharam morreram. Repetiu o exemplo dos estudantes vindos de Portugal. Lamenta que os membros não tivessem lido o relatório que foi apresentado neste caso. A coisa existe é que alguns dizem terem sido enganados por outros. Faltou-lhes coragem. Vendo a saída dos ditos mulatos do movimento não acordo [*sic*].

Estarão mesmo o Viriato e o Santos seguros que a sua saída e dos elementos que apontam dará resultado? Como vamos arranjar elementos mais qualificados como o Viriato e o Eduardo. Então chegamos à conclusão que cedemos às pressões do inimigo.

GRAÇA TAVARES: Apesar de toda argumentação do Viriato e os esclarecimentos do Eduardo nada me convence a aceitar a remodelação como é apresentada. Aceito uma remodelação onde continuem o Viriato, Santos e o Lúcio porque julgo estes compatriotas insubstituíveis no momento actual. Nada de ressentimentos que podem só prejudicar-nos. O momento é decisivo e não permite desistências nem recuos. Fala-se de estratégia. Creio que esta estratégia é um extremo que pode custar-nos caro depois. Mantenho a minha posição de não aceitar a saída dos antigos membros do Comité Director.

MÁRIO DE ANDRADE: Analisa os argumentos que se apresentaram. Está de acordo com a política pintada que se faz em todos os países, mas no caso que nos diz respeito a UPA não fez mais do que atçar os preconceitos existentes no povo. Nós dizemos que

devemos colorir para ficarem os pintados e os pretos fulos. Mais tarde numa Angola livre ou noutra fase se faça a integração de outras raças. Eu penso que este é um caso extremo o uso desta estratégia. A estratégia usada pela UPA é explorar os pontos dos pretos casados com brancas, os mulatos que estão a dirigir por trás. Tenho visto cartas com essas ameaças. Julga haver exagero como as coisas se apresentam. Propõe que para o exterior se enviem pessoas desejadas a fim de evitar choques. No interior diz que devemos equilibrar e enraizar o nosso programa. Está errado o princípio racista e pessoalmente está errado. Descampamos [*sic*] uma política e então lutamos por outra política racial que os nossos inimigos estão à espera para fazer triunfar a s/ política racista. O Eduardo e o Viriato vão pôr os princípios desta estratégia, mas podemos encontrar uma solução sem saída do problema. Está de acordo com o alargamento do CD com a inclusão de novos elementos. Não aceita trabalhar com o Snr. Freitas e que não está de acordo de defender uma política no exterior pela qual não está de acordo. Que se discuta então o alargamento do CD e dos elementos mais qualificados. Não renunciar imediatamente mas pôr o problema. Julga que vai causar muito mais dificuldades do que presentemente achamos. As pessoas que nos acusam não podemos trabalhar com elas. Estou de acordo com o alargamento e com os homens ligados às massas.

EDUARDO DOS SANTOS: Acha que o Viriato pôs o problema nos seus aspectos próprios mas esqueceu-se de alguns pontos. Quando se pôs a remodelação foi visto que só ele Eduardo e o Lúcio deviam sair do Comité Director mas que o Viriato continuaria a existir por se achar completamente impossível a sua saída. Quanto ao Vieira Lopes diz não perceber a insistência porquanto já há muito tempo vem pondo este problema. Pede para que se raciocine bem. Nós temos que projectar o movimento porque neste momento eu acho que a continuação no C. Director dificulta e constitui mesmo um obstáculo. Quanto à saída de alguns elementos virá criar razão às oposições da UPA. Aceita fazer tudo e diz que fará tudo e não admite qualquer oposição porque gosta do movimento tanto como todos os presentes e nunca menos. Ouvimos todos os dias e em toda a parte que o movimento é de mulatos. Estou certo que vocês são capazes de defender melhor a posição. É verdade que há dias não levantou o problema e reconheço que fiz mal.

LUIZ DE AZEVEDO: Vai longa a discussão. Antes de entrar no assunto devo dizer-vos que a nossa posição tem sido anti-racial. A prova é que dou-me bem com todos. Se apoio qualquer preconceito não me acho capaz de ocupar qualquer dos lugares que esses dois deixam. Não tenho pretensão de vir ocupar um cargo. Julgo que há necessidade de alargar o C. Director. Acho ainda que temos de mudar a posição. Mantenho uma posição firme e portanto vamos fazer uma experiência e só depois desta vamos dizer que Angola não é uma tribo mas uma Nação. Na medida que se vão fazer experiências e não vão sair, estou pronto a aceitar uma vez que eles me auxiliem a fazer tudo.

MATIAS MIGUÉIS: Não se está a levar a sério a discussão que o Eduardo e o Viriato põem. Exemplificou o caso do jornal. Vemos que o Governo do Congo procura atirar-nos para o "governo" do Sr. Holden apesar de todas as acusações que foram feitas ao Snr. Holden. Os Estados Africanos pensam que só os pretos devem fazer a libertação da África. Aceito a experiência. Não se põe o caso que alguns vão ocupar os lugares deles. Não é mau aceitar isso porque o Eduardo e o Viriato põem as coisas claramente. Acho que estão a fazer isso para o próprio benefício do movimento e uma valorosa contribuição.

HUGO DE MENEZES: O Matias acabou de dizer que a revolução não se faz num dia, por isso mesmo não aceito esta fórmula apresentada, pois que a argumentação não é apresentada só contra os mulatos mas também contra os doutores e universitários etc. Estou de acordo com a estratégia. Lembro-me quando se pôs o Boavida como Presidente do CVAAR.

VIRIATO DA CRUZ: A malta está convencida em especial o Vieira Lopes e o Graça porque pensam que encontramos dificuldades e só por isso desistimos. A colonização foi feita na base do racismo. Para o negro não se fez esforços para educação. Não é uma tática ingénua. É uma tática defensiva e não ofensiva. Estou convencido que não faço uma política racista. Vistas as coisas o negro terá mais medo do próprio negro pela concorrência e não o mestiço. Não acredito que o movimento venha a ceder devido aos problemas raciais. É preciso ver qual é a finalidade. É a altura de pormos em termos concretos e de prevenir. O C. Director terá uma função que competia ao Congresso. Os verdadeiros órgãos executivos serão o Conselho da Guerra e o Secretariado. Uma maturação do esp. de rabulice [*sic*]. O que interessa ao Mário não é o C. Director mas sim as Relações Exteriores. São concessões que temos de fazer. Quanto às críticas que faz ao Freitas são de aceitar mas o C. Director pode ser alargado mesmo com o Snr. Freitas sem medo nenhum. Quanto à questão que o Hugo levanta é uma questão de princípio. É uma omopatia [*sic*]. Quanto ao Vieira Lopes acho que já temos muitos quadros. Fala-se de todos os problemas mas menos da ordem humana. Um Comité Director formado por mulatos não poderá dar palavra de ordem que seja aceite. Analisou particularmente o problema do Lara. Hugo diz que ao fim e ao cabo temos razão e essa mudança pode servir para nos acusarem de racistas. O problema da libertação de Angola e da cidadania são problemas diferentes, é uma questão de ordem jurídica. A malta tem se esquecido é que a luta de Angola é uma luta de reivindicação do negro. É um problema justo. Na saída do Mário entram novas considerações. Se em Accra não entro no PDG e no bureau são outros casos. O Mário é aceite em muitos lugares e por isso é necessário que ele continue. É uma questão de psicologia. Quando se vai para uma entrevista sem a companhia de malta negra as pessoas chateiam-se. O caso do Lara teria de fechar-se em casa. Se ele não pode vir cá e ficando em Conakry chateia-se e sente-se diminuído. A malta não está a ver o trabalho que há para fazer. Um trabalho de luta não é só o militar. Se perdesse a qualidade de Secretário-Geral daria muito mais tempo às outras questões políticas. É de opinião que o alargamento do CD seja feito da seguinte maneira: Mário de Andrade – Presidente, Matias Miguéis, Hugo de Menezes, Luís de Azevedo, Desidério da Graça, Deolinda, José Domingos, Deolinda de Almeida, Graça Tavares, Vieira Lopes, Georges Freitas, Jordão de Aguiar, Jonas Josias, Rev.º Domingos da Silva e Benedito Gonçalves. Por outro lado temos de considerar o problema de José Domingos que se considera um bailarino. A Deolinda punha uma questão de ordem racial. Vejo na resolução do CD um passo. Leu os estatutos na parte que se refere ao Congresso. Propõe a criação de três secretários: 1º, 2º e 3º no caso possível. A Deolinda ficaria no CVAAR assim como o Rev. Silva, o Jordão, Josias e o Freitas continuariam no CD sem mais cargos.

VIEIRA LOPES: Fazendo um balanço dos membros do CD estou de acordo com a maioria e com esta alteração.

O Viriato interrompeu dizendo: isto não é uma concessão. É uma ofensiva contra o racismo. O que temos feito para convencer a gente nos princípios? Nunca me senti bem falar nisso porque isto é o problema.

VIEIRA LOPES: Tudo parece indicar como vai ser discutida a remodelação. Não está de acordo. Recusa-se a trabalhar nessas condições, sente-se constrangido.

GRAÇA TAVARES: Não concorda com a argumentação do Viriato em especial no que diz que se o CD estiver constituído por mulatos não pode dar uma palavra de ordem que seja aceite. Exemplifica o caso dos estatutos que quando se fez membro e até hoje não sabe se os mesmos foram feitos por um branco, mulato ou preto, simplesmente os aceitou porque traduziam o seu pensamento e as suas necessidades, por isso acha que todos os angolanos devem ter inteligência para não ver nas pessoas mas sim no valor da ordem. Mantém a sua posição de se fazer uma remodelação onde continuem os mulatos já existentes no C. Director. Repete a impossibilidade de substituição do Secretário-Geral, visto não encontrar de momento indivíduo capaz de o substituir no todo ou mesmo em parte nas suas funções.

MÁRIO DE ANDRADE: Analisa os membros indicados pelo Viriato para a remodelação do CD. Diz haver indivíduos entre eles que [não] reúnem as condições necessárias. Exemplificou o caso do Josias que faz espionagem por conta dos coloniais. Faz algumas críticas sobre a formação do CD. Referenciou o caso do Boavida. Pediu uma explicação sobre o funcionamento do Conselho da Guerra, do Secretariado e dos outros Departamentos. Diz elaborar política com estes membros? Um órgão que faz executar controla. Viriato interrompe dizendo que não acredita no oportunismo racial. O clima racista é tão aprofundado e racional. Acha que estamos a precipitar o problema. Não é um problema de dar ou não contribuição. Acha que esta remodelação vai dar problemas mais graves. Acha que vai haver uma interrupção nos serviços. Peço que este projecto seja repensado. Não estou de acordo com a saída dos três membros. Peço mais informações sobre as suas responsabilidades.

EDUARDO DOS SANTOS: Tem razão o que diz o Mário quanto à composição do CD [e] neste caso então faria o seguinte: Mário, Matias, Hugo, José Domingos, Benedito, Graça, Vieira Lopes, Desidério e Deolinda. Quanto à formação dos órgãos são eles que devem fazer. Propõe que não participem nem o Freitas nem o Josias mas que para a substituição destes poderá entrar um indivíduo da juventude e o Jordão. Considerou em seguida o emprego do Jordão numa casa portuguesa e que constituía uma incompatibilidade. Propôs que as funções do CD sejam as mesmas até aqui e que eles mesmos façam uma composição. Há elementos que podem fazer continuar a nossa organização. Quanto ao V. Lopes acha que não tem valor a sua insistência de não querer continuar a colaborar, porque julga necessária a sua continuação. Quanto ao Graça na sua referência aos estatutos que não sabia se os mesmos foram feitos por um branco ou um preto ou mulato e no entanto os aceitou, parece uma grande verdade pois que eu penso o mesmo. Contamos com a confiança de todos. Julgo que devemos encerrar esta questão porque as atitudes do Eduardo e Viriato são inabaláveis.

AZEVEDO JÚNIOR: Quanto à lista dos membros apresentados para o CD não quero dizer que sejam as pessoas indicadas. Tenho sugestões a fazer: Considerando alguns

camaradas de Ponta Negra aponto o Roque bem como o Matoso Neto no Brasil para fazerem parte do CD. Não tenho mais nada a dizer, solidariza-se com a última decisão. MATIAS MIGUÊIS: Quanto aos nomes indicados não concordo com o do Jordão mas aceita o de Freitas, desacordo também com o de Josias e propõe o de Matoso Neto porque julga que é capaz de aceitar cá vir. É preciso que se pergunte: No Brasil está o Lima, ele está de acordo? Você levantou um problema que não estava a ver. Os Snrs. Freitas não sabemos quais as razões que os empurram para o C. Director. Temos cá tantas pessoas. Não sabemos até que ponto o CD seria influenciado por fora. O Rev. Silva, Matoso e outros não seriam capazes de se influenciar por fora. O que você levantou é um problema dos diabos. Diz que as dificuldades se levantam no Congo etc. mas não sabemos porquê?

Eduardo interrompe para elucidar: Podemos tirar o Josias e o Freitas, ficando o Jordão. Quanto ao Matoso diz não termos possibilidades e não se sabe ainda os métodos do seu trabalho. A maioria que trabalhou conosco garante. Indico o nome do Mandjila. A remodelação impõe-se. Pela experiência que se tem vivido não tenho nada a dizer à questão de nomes.

HUGO DE MENEZES: Pergunta se a questão da remodelação está assente e está em discussão só a questão dos nomes, então aceita a opinião da maioria. A questão dos nomes é fundamental. Não vejo bem como o Comité pode solucionar assuntos de importância com os Snrs. Josias, Jordão e Freitas. Não sei até que ponto não serão influenciados os restantes. É preciso ver como vão funcionar os outros departamentos. Julgo necessário por isso distribuir os lugares.

Eduardo interveio explicando: que retirava algumas pessoas mas que mantinha os mesmos órgãos.

O Mário interrompeu para dizer: que a lista ainda não foi aceite por que as opiniões apresentadas estão sendo discutidas e por isso o Viriato não deve procurar manter as suas opiniões.

Hugo analisou depois a distribuição dos cargos como foram apresentados anteriormente.

VIRIATO DA CRUZ: Reconheço que se deve omitir “que o Comité Director se atribui funções de Congresso”. Leu em seguida o artigo dos estatutos quanto à competência do Congresso e analisou a linha política do mesmo. Julgo que a maioria estaria contente se se fizer a remodelação.

MÁRIO DE ANDRADE: Explica a questão dos departamentos. É preciso evitar que o CD siga uma outra política e portanto ela aceita [*sic*] e seja solidário de toda a linha tomada. Não se trata de fazer um novo movimento mas sim manter as mesmas directrizes. Acho que todos os nomes que já foram indicados devem continuar como se segue: Matias, Azevedo, Hugo, Rev. Silva (CVAAR) Benedito – C. da Guerra, Graça – Finanças, Mário (C. da Guerra), Graça, Desidério e V. Lopes respectivamente 1º, 2º e 3º secretários. Secretariado V. Lopes, Graça e Desidério. Conselho de Guerra: Mário, Azevedo, Benedito e Rev. Silva.

Mário continua afirmar que devemos discutir uma nova estrutura. A entrada desta gente do CD não julgo ser possível. Acho que se está a improvisar. A indicação dos

cargos é inadequável. Afirma ainda que fora dos membros que já existiam os outros não têm prática nas decisões tomadas. Insiste que se lhe diga a responsabilidade de cada membro pois de outro modo recusa-se se os assuntos não forem repousados na confiança das opiniões do CD.

EDUARDO DOS SANTOS: Propõe – Conselho da Guerra: Mário, Azevedo e Benedito; Viriato e Eduardo Conselheiros políticos. Secretariado: Graça Tavares e V. Lopes. Direcção Política do Interior: Matias Miguéis. Departamento de Relações Exteriores: Mário.

VIEIRA LOPES: Pergunta se está a partir do princípio já que o Viriato, Santos e o Lúcio saem. Propõe que em princípio se deve assentar nisso e só depois se discute a entrada dos outros.

GRAÇA TAVARES: Parece-me que todos mantêm as suas posições anteriores e não demos nenhum passo à frente, embora não concorde com a remodelação na forma apresentada pelos compatriotas Eduardo e Viriato mas atendendo-se que é uma experiência que se vai fazer ao mesmo tempo que constitui uma estratégia deve inclinar-se à maioria. Por outro lado não vejo dificuldades em aproveitarmos todo o esforço e boa vontade do Viriato e do Eduardo para que continuem a colaborar connosco mesmo sem os nomes hierárquicos.

VIRIATO DA CRUZ: A melhor maneira de ver o problema é vermos se é viável ou não esta remodelação.

MÁRIO DE ANDRADE: Penso que esta discussão vem mostrar-nos dados do problema. Afirmando que a remodelação é precipitada e não está de acordo e qualquer que seja a maioria e levante um problema como hei-de fazer uma política que não repousa em princípios. As actividades de Conselheiros políticos não garantem. A posição que tomo é do alargamento e dar novas responsabilidades no caso actual. Sou contra as improvisações.

EDUARDO DOS SANTOS: Está se a repetir a mesma coisa, afirmo que a maioria já votou e está de acordo com a remodelação, pois que a votação apresenta-se como se segue: Azevedo, Eduardo, Matias e Viriato estão de acordo com a remodelação; Mário e Hugo em desacordo. Não foram contadas as opiniões do Graça e do Vieira Lopes por não terem valor em virtude de [não] serem membros do Comité Director.

MÁRIO DE ANDRADE: Esta votação vale como decisão final?

VIRIATO DA CRUZ: Acho que o Hugo está a discutir mal o problema. Está se a fazer uma política séria.

MÁRIO DE ANDRADE: O problema está pessoalizado. As dificuldades existem ainda no espírito. Não é fácil compreender que o Secretário-Geral é um membro qualificado do Comité Director e como tal não se pode retirar sem outras razões do CD.

VIRIATO DA CRUZ: Proponho que José Miguel ocupe um cargo no CD para desempenhar um cargo de directo[r] no Conselho da Guerra. Interrompeu-se este ponto.

MÁRIO DE ANDRADE: Apresenta como sendo um ponto simples a saída do Hugo para Accra, a fim de representar o bureau dessa localidade e o movimento.

EDUARDO DOS SANTOS: Objecta: Já discutimos o problema e por isso não vejo maior importância.

HUGO DE MENEZES: Levanta os problemas pessoais e da família em especial os económicos e financeiros.

EDUARDO DOS SANTOS: Acho que o Hugo vai partir e leva dinheiro suficiente para organizar o trabalho no bureau. Quanto à família, o Hugo tem recebido um subsídio e este ficará automaticamente para a família.

MATIAS MIGUÉIS: Parece que já ficámos de acordo quanto à partida do Hugo, não tenho mais a acrescentar.

VIRIATO DA CRUZ: Concorda com o sustento da família mas deve-se fazer os possíveis para que a mesma siga o mais depressa possível. O movimento quando diz que subsidia deve subsidiar com o dinheiro que tem e não com o que lhe pedem. É preciso que Ghana nos ajude. Não deve deixar que se faça censura da nossa correspondência. Proponho que o Hugo leve um código para a correspondência. Falou sobre o problema do Moisés que ficou como refém por não ter pago as despesas do hotel. Proponho que caso haja dinheiro se pague a conta. Está no Hotel Africana. Não falar ao Barden as questões fundamentais.

HUGO DE MENEZES: A correspondência só é feita com o Mário?

VIRIATO DA CRUZ: Conforme as condições e depende da correspondência.

EDUARDO DOS SANTOS: O Hugo deve levar o mesmo código que usamos.

MÁRIO DE ANDRADE: Encerra a sessão marcando para as 21 horas do dia seguinte os outros assuntos em suspenso.

* * * * *

[22 DE MAIO DE 1962]

Às 21 horas do dia 22 de Maio de 1962, estando presentes os membros do Comité Director: Mário de Andrade, Matias Miguéis, Viriato da Cruz, Eduardo dos Santos, Luís de Azevedo Júnior e também presentes o Secretário Político João Vieira Lopes e o Secretário Administrativo Graça da Silva Tavares, foi pelo presidente Mário de Andrade apresenta[da] a seguinte ordem do dia:

1) Continuação da remodelação do Comité Director; 2) Comissão da ONU; 3) Equipas das Secções do Secretariado.

Começa a sessão:

EDUARDO DOS SANTOS: Aceito os princípios da remodelação. Falta-nos simplesmente lançar as bases. Sou de opinião que o novo comité deve se orientar nos mesmos princípios anteriores e como membros avanço os seguintes: Mário de Andrade – Presidente, Matias Miguéis – Vice-Presidente, Luís de Azevedo Júnior, Hugo de Menezes, Graça Tavares, João Vieira Lopes, Desidério da Graça, Deolinda de Almeida, José Domingos Bernardo, Rev. Domingos Francisco da Silva, Georges de Freitas, José Miguel e João Gonçalves Benedito. Para o Conselho da Guerra proponho os seguintes: Mário de Andrade, Luiz de Azevedo Júnior, Graça Tavares, José Miguel e Matias Miguéis (este enquanto estiver em Léopoldville). Para o Secretariado: 1º Secretário – Graça Tavares; 2º Secretário – Vieira Lopes e 3º Secretário – Desidério da Graça. Em particular defendo a posição do Graça nestas funções devido às que já tem

desempenhado há meses atrás. Para a Direção Política: Matias Miguéis e José Miguel. Para as Relações Exteriores: Mário de Andrade, Luiz de Azevedo, Hugo de Menezes e Desidério. Secção de Segurança: Contra-espionagem – José Pimentel; Espionagem por preencher. Secções do Secretariado: CVAAR – Rev. Domingos da Silva e Deolinda de Almeida; Informação e Propaganda – José Domingos Bernardo; Finanças – Graça Tavares; Quadros – Domingos Tando; Organização – José Amaro; Juventude – Georges de Freitas.

LUIZ DE AZEVEDO: Penso não ter mais nada a dizer em virtude de ter dado já a sua opinião. Só resta aceitar a divisão de lugares. Só poderei dizer mais tarde quanto às funções determinadas.

MATIAS MIGUÉIS: Estava a pensar devidamente a questão da remodelação como é feita por uma questão de estratégia. Assim o CD fica vazio. Se pensava de uma maneira passei a pensar de outra. Sou de opinião do alargamento do Comité Director mas deixando estar o Viriato e o Santos. Razões: Depois de fazermos a remodelação as coisas não andarão. Julgo que atravessaremos um período de inércia até que as coisas mudem plenamente. Talvez a luta armada nos dê um teste. Só depois disso poderemos fazer esta mudança. Sabemos que todos que vêm aqui dizem que são da UPA ou do MPLA consoante os benefícios que recebem de um ou do outro. Sou portanto de opinião do alargamento do Comité Director mas mantendo-se os dois elementos, pois isso possibilitaria melhor engrenagem. Com o trabalho talvez se imponha às massas. Tenho os meus receios fundados ou infundados. Quanto aos nomes nós podemos indicar mais um ou dois para começarem [a] entrar em contacto com os serviços. Eu não conheço os indivíduos mais capazes mas o Viriato é capaz de avançar. Temos de ir mais devagar. Quanto à questão de nomes do Secretariado: Graça Tavares, Vieira Lopes e Desidério da Graça estou de acordo. Quanto ao meu nome acho desnecessário noutros cargos porque julgo não poder assistir por muito mais tempo. Proponho que sejam aproveitados mais nomes. Estou de acordo com a indicação do Tando por muitas razões.

VIRIATO DA CRUZ: Na lista apresentada pelo Eduardo falta o nome do Benedito. O Matias no Conselho de Guerra levanta o problema de não poder assistir à coisa. Acho que o problema que se põe é o Matias participar nas questões preparatórias. Até à entrada dele deve ser considerado como um elemento do Conselho de Segurança. Poderia não ser considerado como membro do Conselho da Guerra mas como titular e proponho o José Miguel devido aos seus conhecimentos técnicos. Ficaria portanto o Conselho de Guerra assim constituído: Mário, Graça e José Miguel. Questão do Desidério: Não devemos ver a questão com utopia. É necessário arranjar condições de estabilidade. Consta que vai a Rabat e o seu lugar de Presidente da Ugean seria incompatível com o de membro do Secretariado. Portanto não pode aceitar o cargo e ficar em Rabat. [O] Secretariado ficaria constituído pelo Graça, Vieira Lopes e Desidério. A Organização pelo Amaro. Segurança – contra-espionagem pelo Pimentel. Espionagem não vemos ainda ninguém. Relações Exteriores: Mário, Azevedo, Hugo. O Desidério seria bem pois que o José Domingos um lugar será suficiente para evitar desculpas na apresentação do trabalho. Quadros: Tando. Outro problema que o Matias levanta, diz que se está vendo o problema com um pouco de preconceito. Não me parece porque

eu de qualquer modo espero garantia do meu trabalho. Julgo que não é preciso a minha inclusão no Comité Director uma vez que posso invocar como um direito de júri [de jure]. Eu poderei dar a minha opinião em todas as matérias. Se aparecer no C. Director a remodelação perde o seu efeito. É preciso simplesmente que o CD se comprometa a considerá-lo porquanto do seu lado se compromete. Acho possível a criação de uma organização de formação de quadros e julgo portanto a altura de o fazer. Acho que com essa remodelação se encontrará uma solução deste problema.

VIEIRA LOPES: Estamos aqui a tratar do caso como se tivéssemos aceite já a remodelação. Desde já afirmo não aceitar. Com a saída de três elementos assim de repente o grupo fica desfalcado. Mesmo com toda a ajuda. Por outro lado o Viriato e o Santos como dariam essa colaboração, por isso vejo a dificuldade se não impossibilidade.

Viriato interrompeu para dizer que estamos em presença dos nomes.

VIEIRA LOPES: Faz considerações sobre os elementos anteriores do C. Director. Não aceito trabalhar nessas condições porque não acho humanamente aceitável. Vejo portanto, apenas o Azevedo e o Graça a trabalhar com os novos elementos uma vez que o Mário o Matias estarão quase sempre ausentes. Além do Graça propunha o José Domingos para o Secretariado, apoiado nas razões apresentadas pelo Viriato sobre o Desidério. Acho que o José Domingos desempenharia bem este papel. Conselho da Guerra: Para substituição do Santos, o Graça e para o de Viriato Matias. Foram indicados dois nomes novos que não me pronuncio. Lembro a organização anterior e a falta de cumprimento de alguns membros. Lembro a discussão há menos de 15 dias sobre a remodelação, acho que esta remodelação tornará o Comité muito leve. Abstenho-me de indicar nomes para as Secções. Quanto ao José Miguel e outros indicados concordo.

GRAÇA TAVARES: Apoio a exposição do Matias porque nunca estivemos tão aproximados do mesmo pensamento como hoje. Esta é a ideia que venho defendendo desde o princípio. Defendo a manutenção no Comité Director dos elementos que pretendem sair ou garantias da sua colaboração. Mantenho a opinião que nesta altura torna-se impossível a sua substituição.

VIRIATO DA CRUZ: Não existem os problemas que vocês apontam. A malta nunca terá melhor chance de colaborar do que aceitar esta remodelação. Sobre o Amaro e o José Miguel defendo que não podem ser postos de parte devido à sua formação política e militar. A malta está com muito receio, é normal. É preciso que se transmita a política. A saída de um membro impõe a questão de rodagem dos sucessores. Até porque estou disposto a trabalhar no quadro de organizações. Quanto ao Tando digo: há que formar o rapaz. Temos de reconhecer as qualidades mais salientes.

MÁRIO DE ANDRADE: A discussão se alonga e não chegamos a nenhum acordo. Repete os argumentos do dia anterior. Diz: “É portanto preciso consignar no processo que embora a maioria tivesse opinado sobre a saída dos três elementos, contudo não houve unanimidade. Não acredito na viabilidade de colaboração de todos. Tirando os dois elementos que vinham exercendo actividades no seio do Comité Director, não acredito no trabalho, na rodagem, na capacidade, na vigilância dos elementos que entram. A transferência parece brutal. O Freitas estando indicado no CD não lhe foi distribuído cargo no seio do mesmo.

VIRIATO DA CRUZ: O Freitas fica na Juventude.

MÁRIO DE ANDRADE: Declaro que sendo a opinião da maioria aceito exercer o cargo, mas a priori indico que não deixarei de expor as questões como foram vistas. Quanto aos quadros das secções do Secretariado não me pronuncio por não conhecer bem todos os indivíduos. O futuro próximo nos dirá se vale a pena esta estratégia. Peço para passarmos a uma decisão nesta questão.

LUIZ DE AZEVEDO: Penso que pelos nomes indicados considerando sobretudo o de Mário e Matias é impossível o Comité Director dar bons resultados. Não vejo pessoas que possam tomar decisões que pesem para a vida do movimento. Analiso os membros do CD sem preconceito e vejo que isto não marcha. Se ainda se pusesse o problema do Mário não se ausentar ou se ausentar por uma semana isto seria bom. Vimos o que se passou no passado, mesmo com o Santos presente foi difícil. Não vejo se será prejudicial ou vantajosa esta remodelação. Interessa-me a preparação de quadros. Só assim acho viável o afastamento deles. Dado as incompatibilidades que já conhecem, os nossos feitos eu com o Graça não dá possibilidades de colaborarmos no mesmo departamento, porque isto seria piorar as poucas ou nenhuma relações que por força das circunstâncias ainda existem. Recuso-me a colaborar num departamento em que figure Azevedo-Graça.

MATIAS MIGUÉIS: Já dei o meu ponto de vista em tudo e mesmo nas pessoas. Tem que se tomar em consideração o problema do Azevedo quanto ao Graça porque se o Azevedo o declara é porque julga-se que já fez o balanço.

EDUARDO DOS SANTOS: Não estão a tomar em consideração os elementos avançados. Não se põe o problema de se nós trabalharemos. O C. Director tem o direito de determinar. Eu não aceito o vosso ponto de vista porque acho que o CD tem todas as possibilidades. Quanto à incompatibilidade existente entre o Graça e o Azevedo não compreendo como dois indivíduos que lutam para o mesmo fim não possam colaborar. No entanto vou tentar arranjar uma forma. Vieira Lopes diz não aceitar o cargo para que foi designado; pois eu afirmo que é na aceitação dele onde há a garantia da continuidade. Analisou a seguir todos os cargos fazendo uma exposição sobre os indivíduos indicados para os mesmos. Julgo não poder ocupar cargo mas estou pronto a trabalhar e fazer tudo que o CD me encarregue.

VIRIATO DA CRUZ: Foi visto que não pode ser já seguido o caminho que temos seguido até aqui. O único indivíduo que pode fazer uma política de destuição [*sic*] é o Freitas. O que diz o Vieira Lopes de que há-de haver uma baixa de rendimento é natural. Acho que o Secretariado está assegurado uma vez que o Graça e o Vieira Lopes aceitem contribuir e eu aceite colaborar com eles. Não ouvi dizer que estava de acordo com a saída destes elementos. Se pusermos em balança as possibilidades que teremos com esta remodelação só teremos muito a lucrar. Eu dedicarei muito mais tempo na formação de quadros. Deve ser visto o problema com realidade. Estou disposto a interessar-me no andamento de todas as secções. Não vejo um esforço da vossa parte para compreender o problema. Só vejo choros como se estivéssemos na presença de um cadáver. Incompatibilidades do Graça e Azevedo: Julgo que em todas as questões e até governos estas coisas acontecem e então neste caso troca-se o lugar do Graça pelo Vieira Lopes

no Conselho da Guerra. Explicou a interdependência existente nos departamentos. O Matias até entrar em Angola é considerado membro do Conselho da Guerra.

VIEIRA LOPES: Estava convencido que ontem o Azevedo e o Matias tendo defendido uma posição e hoje defendem outra [*sic*]. Não aceito a substituição de indivíduos só porque são mais claros. Toda a minha maneira de pensar se recusa a aceitar.

Viriato interrompeu para esclarecer o Vieira Lopes.

Mário também interrompeu para explicar as teses apresentadas pelo Viriato e o Santos.

VIEIRA LOPES: Afirmo que isto não é aceitação é impraticável. A experiência demonstra que perde toda a autoridade uma vez que deixa de exercer o cargo. Assentemos neste princípio de aceitação de cargos.

EDUARDO: Emendou dizendo que o CD tinha a possibilidade de requisitar.

VIEIRA LOPES: Repete a baixa do nível do CD remodelado. Quanto à inclusão do Freitas na Juventude não acho próprio porque ele já não é jovem e isto levantaria problemas. É melhor pertencer a outra coisa. Respeitante às divergências do Graça e Azevedo não podemos passar por cima deles. De resto não vale a pena mais continuarmos.

VIRIATO: Repito a falta de realismo neste assunto. Vocês fazem prevalecer os vossos pontos com unhas e dedos [dentes] mas não aceitam os nossos. Digo não aceito mudar a minha posição. Trabalho com preconceito de culpa porque [n]a minha situação de Secretário-Geral sinto-me frustrado e limitado, por isso temporariamente não aceito um cargo no Comité Director. Há é que resolver o assunto existente. Estou disposto a colaborar com vocês porque vocês também não dizem que aceitam a colaboração. Faço um apelo ao Vieira Lopes para que faça avançar a discussão. Pergunto se as outras pessoas aceitam a colaboração porque de outro modo então a sua colaboração era imposta pelo cargo.

GRAÇA TAVARES: Há duas noites que vimos discutindo e não saímos do mesmo ponto. Eu já dei a minha opinião e pouco mais tenho a acrescentar. Há um problema novo que me toca directamente. Refiro-me sobre as divergências apontadas pelo Azevedo. Todos devem estar lembrados que o Azevedo em todas as reuniões levanta esta questão. Em todas as reuniões faz-se a crítica e autocritica mas o assunto nunca fica resolvido. Confesso que não compreendo esta maneira de proceder e muito menos a pessoas que se dizem políticas. Contudo há na sua exposição uma parte que acho ser feliz. Nega a minha colaboração em qualquer departamento onde se encontre ele. Com este golpe livrou-me de um sarilho de pertencer ao Conselho da Guerra. Muito obrigado ao Azevedo por se ter lembrado com oportunismo. Julgo-me não ser ambicioso e bastava-me um lugar no Comité Director e mesmo sem nenhum para me sentir satisfeito uma vez que tivesse a oportunidade de humildemente servir a revolução e o meu país. Acontece que já fui destacado para mais de dois lugares. Isto é um alívio para mim deixar de pertencer ao Conselho da Guerra. Felicito-te Azevedo pela ideia. Por outro lado quero salientar a maneira estranha do Azevedo ver o problema. Julgo que em todo o CD seus departamentos e secções há uma interdependência e por mais que queira não vejo bem como dois indivíduos do mesmo comité não possam colaborar mesmo quando as suas formações e concepções são diferentes?! Só compreendo uma vez que um deles

deixe de pertencer ao Comité. Será isto que o amigo Azevedo pretende? O momento é difícil para entrarmos em brigas inúteis. Se verdadeiramente somos revolucionários devemos mostrar com os nossos actos e palavras. Quanto à exposição do Viriato e do Santos uma vez que eles não mudam de posição, uma vez que eles se comprometem [a] dar sempre a sua colaboração eu aceito as propostas do Santos mas responsabilizando-os em qualquer momento se resultar baixa de nível prejudicial ao movimento e à revolução a que se propõe. Tenho confiança nos três elementos cessantes que eles continuarão a dar o seu maior esforço para a verdadeira independência Angolana.

LUIZ DE AZEVEDO: Vejo a injustiça cometida e mantenho a palavra. Sei a minha posição de ontem. Faço um apelo ao C. Director cessante que em anexo exija a presença do Viriato e do Santos no CD sempre que seja necessário. Peço que assistam às reuniões do CD. Concordo com a remodelação. Quanto ao Graça repito que não sou amigo dele porque não sou mesmo. Não desejo mal dele mas sentia-me melhor estando separado do Graça. Proponho que seria melhor a retirada do meu nome do Conselho da Guerra em vez do Graça.

MATIAS MIGUÉIS: Se alguns estão a compreender a razão da remodelação outros não. Discordo com a posição do Vieira Lopes. A questão de raça existe. Põe-se agora que a revolução, o movimento avance e então aqueles que não aceitam é porque não querem que o movimento avance. Vieira Lopes não aceita porque a situação não é própria. Aceitamos porque a situação é imposta. Eu pensava assim como o Vieira Lopes mas agora não é assim. É um facto real. Aceito adoptar esta tática. Quanto ao Santos e Viriato queria continuar a discussão porque não sabia em que base deviam colaborar. A nós é que compete criarmos condições, se não temos confiança então a gente amarra-se. A questão de estudantes que separou mulatos e pretos é uma questão racial.

VIRIATO DA CRUZ: V. Lopes diz não estar de acordo com o princípio racista. Esclareço que não é um princípio racista mas racial. É preciso modificar os princípios raciais controlando.

MÁRIO DE ANDRADE: Agora tiro as conclusões: Não tomo a questão em termos de problemas raciais. É um problema do MPLA e as adesões populares. É neste momento como Presidente que [se] me impõe uma solução. Quanto ao Viriato e o Eduardo dizerem que não aceitam ocupar um cargo no CD. Dizem ainda que já há muito tinham a necessidade de fazer esta tática. Eles devem tomar a responsabilidade desta experiência. Tudo isto cabe a todos. Penso que eu não tenho mais direitos e deveres que o Viriato e o Eduardo. Acho que o Viriato e o Santos devem propor como ficam com a responsabilidade dos cargos mesmo sem o nome. Eu pessoalmente não aceito a remodelação com o afastamento desses dois. Aceito que os dois redijam aqui um compromisso.

EDUARDO DOS SANTOS: O problema está avançado e agora temos de entrar noutra fase, de compromisso. Acho que esse compromisso deve ser feito na altura da posse. Acho que pode ser redigido em comum e então deve ser levado ao Comité Director novo, se não cria desconfiança.

VIRIATO DA CRUZ: Devem ser convocados o Graça, Deolinda, José Domingos e o Vieira Lopes e então depois de uma reunião conjunta com estes é que se toma este compromisso a fim de se encontrar uma nova fórmula. Ao falar com os outros membros

não se deve utilizar a palavra “táctica” mas sim “concessão temporária ao povo” porque esta expressão dá maior confiança ao Povo. Proponho que se estude o problema do José Miguel e do Benedito.

EDUARDO DOS SANTOS: Julgo que em face do telegrama do Lúcio é de considerar a preparação do Benedito no plano militar. Quanto ao Amaro e José Miguel proponho que se paguem dois bilhetes em 3a. classe de Conakry-Léo no dinheiro restante ao reembolso de passagens.

MATIAS MIGUÉIS: Acho que é melhor virem os dois e os outros seguirem para Marrocos completar a preparação política. É indispensável.

EDUARDO DOS SANTOS: É necessário jovens preparados politicamente. Acho que seria bom que os quatro elementos entrem com o Matias porque seria bom desenvolver o trabalho.

MATIAS MIGUÉIS: Insiste que é a primeira vez que se tenta entrar e é por isso inconveniente a entrada de todos os quadros.

EDUARDO DOS SANTOS: Concordo.

VIRIATO DA CRUZ: Recomendo o pagamento de dois bilhetes de Conakry-Ponta Negra para Amaro e José Miguel e cinco bilhetes de Conakry-Casablanca para Benedito, Paulo, Borges, Luís Miguel e Pimentel.

MÁRIO DE ANDRADE: Há mais coisas a tratar?

VIRIATO DA CRUZ: Proponho a convocação da malta.

MÁRIO DE ANDRADE: O V. Lopes cria um problema pois que ele insiste que não está de acordo, acho que isto não emperra o problema uma vez que os outros elementos estão de acordo, contudo sou de opinião que deve ser considerada esta posição do Vieira Lopes.

EDUARDO DOS SANTOS: Recomendo que o Vieira Lopes escreva uma carta ao C. Director dizendo que não aceita o cargo.

MÁRIO DE ANDRADE: Insistiu quanto ao Vieira Lopes.

VIRIATO DA CRUZ: Fez referência às possibilidades do Vieira Lopes e à resposta que o Vieira Lopes dera anteriormente quanto ao valor da sua colaboração.

VIEIRA LOPES: Insisto porque ninguém foi nomeado por competências.

EDUARDO DOS SANTOS: Peço ao Vieira Lopes que reflecta bem o assunto.

MATIAS MIGUÉIS: Ponho em dúvida a posição do Vieira Lopes.

MÁRIO DE ANDRADE: Proponho que o nome do Vieira Lopes fique em suspenso. Foi deste modo encerrada a parte da remodelação do Comité Director.

DISCUSSÃO SOBRE OS PLANOS:

COMISSÃO ESPECIAL DA ONU:

MÁRIO DE ANDRADE: Passa-se isto: Chegou hoje a Comissão Especial da ONU. Estivemos com o Presidente que dirige a Comissão e discutimos sobre a intervenção. Ele é de opinião que se deve apresentar um relatório por escrito (relatou os pontos em que se baseia o relatório), uma exposição oral na base do programa escrito, constituição de uma delegação com a identificação completa dos componentes e encher a sala do inquérito. Pediu uma lista dos outros movimentos fantoches. Amanhã às 11 horas faz

uma conferência e às 12 almoça connosco. Na quinta-feira às 10 horas reunião com eles. Amanhã devemos redigir e preparar gente para as questões concretas: trabalho forçado, vivências da guerra, trabalho político, redacção de um texto.

VIRIATO DA CRUZ: O Azevedo é capaz de conseguir 10 pessoas para depor: questões militares e trabalho forçado. Indica também o Matias para procurar gente.

MÁRIO DE ANDRADE: Apelo para a comparência de todo o C. Director. O Azevedo é culpado do atraso do trabalho.

VIRIATO DA CRUZ: Começo amanhã a trabalhar no relatório da ONU.

MÁRIO DE ANDRADE: Peço que me dêem o esquema geral do relatório.

VIRIATO DA CRUZ: O esquema deverá ser o seguinte: Reivindicações do Movimento, questões políticas, definição do nosso conteúdo individual, referência às várias comunidades, unidade territorial, aspecto humano angolano em face aos interesses económicos, religiosos e financeiros, concepção de um futuro governo independente, nossa posição em face de uma independência negociada, causas objectivas – 4 de Fevereiro, nossa luta política e armada, posição de Portugal frente à luta do Povo (massacres, repressão, as teses que os portugueses defendiam publicamente) – Problema da Paz Mundial: ameaça da paz, a posição dos países afro-asiáticos, citando alguns que nos ajudam, questão dos americanos, conflitos da fronteira, protesto da República do Congo Brazzaville a Portugal sobre a violação do espaço, bases portuguesas em Katanga, fornecimentos de armas da Rodésia a Portugal.

MÁRIO DE ANDRADE: Proponho uma divisão do trabalho. Peço que se tirem fotocópias de todos os documentos que interessam. Proponho que se convoque uma reunião à noite para discussão do programa de acção incluídos na reunião o Rev. Silva, José Domingos, Vieira Lopes, Graça e Deolinda.

AZEVEDO JÚNIOR: O Embaixador do Dahomey apareceu no bureau a pedir documentos e explicações sobre a situação do MPLA porque deseja satisfazer um pedido urgente do seu governo, mas que eu não forneci os documentos por não o conhecer.

MÁRIO DE ANDRADE: Critica o Azevedo por não ter fornecido os documentos

ESTÁ CONFORME

Os presentes:

* * * * *

[DE 23 DE MAIO DE 1962]

Às dezanove horas e quinze minutos do dia 23 de Maio de 1962, estando presentes os membros do Comité Director Cessante e alguns do Novo Comité: Mário de Andrade, Viriato da Cruz, Eduardo dos Santos, Matias Miguéis, Luís de Azevedo, Rev. Domingos Francisco da Silva, Vieira Lopes, Deolinda de Almeida e Graça Tavares foram iniciados os seguintes trabalhos:

MÁRIO DE ANDRADE: Explica as vantagens do inquérito da Comissão Especial da ONU e a visita do Comité ao CVAAR. Em seguida pergunta ao Azevedo se tinha incluído o Rev. Domingos da Silva no número de pessoas que iam depor.

LUIZ DE AZEVEDO: Informa que foi nomeado um comité de 6 pessoas devidamente ensaiadas para responderem às perguntas que a Comissão venha a fazer.

VIRIATO DA CRUZ tomou a palavra: A questão é que nós temos estado há cerca de um ano pensando num alargamento do Comité Director do MPLA. Por motivos de vária ordem, como a instalação do bureau, foi-se adiando. Hoje os trabalhos de instalação estão concluídos e conhecidas as pessoas e as suas capacidades e diante de novas tarefas que exigem novos quadros. Refiro-me à acção que se vai desempenhar de luta, tudo isto faz querer a remodelação e um alargamento. Nos últimos dias temos estado a discutir essa remodelação que o Mário fará um relato breve.

MÁRIO DE ANDRADE: A reorganização geral é assim composta: Um Comité Director no topo. O Comité Director dirige e faz executar nos Departamentos e respectivas Secções. Os Departamentos do CD do MPLA são: o Secretariado composto de seis secções (Organização, Quadros, Informação, Finanças, CVAAR e Juventude); o Conselho da Guerra com o seu Estado-Maior Exterior e Interior e com as seguintes secções: (Ligações, Intendência, Operações, Reconhecimento e Treino); Direcção de Segurança com as secções de espionagem e contra-espionagem; Departamento de Relações Exteriores com uma Direcção para orientação da rede de bureaux no estrangeiro e uma secretaria para relacionar a ajuda exterior; Direcção Política Interior em ligação com a Secção de Informação com as seguintes sub-secções: (organização, quadros e propaganda). O Estado-Maior Exterior tem as seguintes sub-secções: Operações, Intendência e Ligações enquanto o Estado-Maior Interior tem as seguintes: Ligações, Intendência, Operações, Reconhecimento e Treino. O Comité Director ficou definitivamente assim constituído: Mário de Andrade, Matias Miguéis, Hugo de Menezes, Luís de Azevedo Júnior, Graça da Silva Tavares, João Vieira Lopes, Desidério da Graça, Rev. Domingos Francisco da Silva, Deolinda R. de Almeida, José Bernardo Domingos, Georges Manteyas Freitas, João Gonçalves Benedito e José Miguel. É Presidente do Movimento Mário de Andrade e Vice-Presidente o Matias Miguéis. O Secretariado é composto de três secretários: Graça Tavares 1º secretário, Vieira Lopes 2º secretário e Desidério da Graça 3º secretário. Conselho de Guerra: Mário de Andrade, Luiz de Azevedo, por objecção do Azevedo o Graça é substituído por Vieira Lopes, José Miguel e temporariamente Matias Miguéis. Departamento de Relações Exteriores: Mário de Andrade, Luiz de Azevedo, Hugo de Menezes e Desidério da Graça. Direcção Política do Interior: Matias Miguéis e José Miguel. Segurança: José Pimentel – contra-espionagem. Espionagem por preencher. Secções de Secretariado: CVAAR: Rev. Domingos F. da Silva e Deolinda de Almeida; Informação: José Domingos; Finanças: Graça Tavares; Quadros: Domingos Tando; Organização: António Domingos Amaro; Juventude: Georges Freitas.

REV. DOMINGOS FRANCISCO DA SILVA: Concordo com a remodelação e com as pessoas indicadas para os cargos.

DEOLINDA DE ALMEIDA: Peço que me digam qual a actuação dos membros do CD que não figuram neste quadro.

MÁRIO DE ANDRADE: É ao C. Director que compete reunir com os outros membros de modo a trazer maior benefício e desenvolvimento do trabalho.

VIEIRA LOPES: Aceito simplesmente de trabalhar na secção de organização para a qual fui anteriormente nomeado.

DEOLINDA DE ALMEIDA: Pergunta se o CVAAR é uma nova alínea ou já estava incluído? Pergunta mais se deveria se dar a este uma nova orientação.

MÁRIO DE ANDRADE: Que isto dependerá de um estudo entre o C. Director e os outros membros do CVAAR. Como vou sair proponho que os restantes membros se reúnam para fazer andar o serviço.

REV. DOMINGOS DA SILVA: Lamento não ter sido avisado o Presidente do CVAAR da ausência da Secretária Geral do mesmo.

MÁRIO DE ANDRADE: Informa as razões que se impuseram para não ter sido feita a informação em devido tempo.

EDUARDO DOS SANTOS: Interfiro quanto à insistência do Vieira Lopes. Apelo portanto para o Vieira Lopes que considere e aceite o lugar, porque não é momento de rejeitar.

VIEIRA LOPES: Farei um esforço para considerar o facto.

EDUARDO DOS SANTOS: Proponho que o Secretariado escreva uma carta a todos os elementos eleitos ausentes, eu encarrego-me de escrever uma carta ao Lúcio.

VIRIATO DA CRUZ: Todos os membros do CD que escrevam uma carta em que reiterem o compromisso que aceitaram. Depois da recepção das cartas deve ser afixada a lista e no caso possível fazer uma publicação nos jornais.

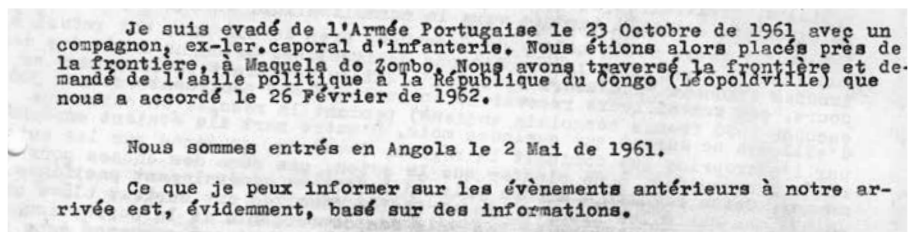
EDUARDO DOS SANTOS: Informo que o Freitas chega no dia 30 do corrente.

Foi encerrada a sessão.

Relatório de Mário Moutinho de Pádua (extractos)

[dactilografado, em francês – 2ª via]

RELATÓRIO À SEGURANÇA CONGOLESA E À COMISSÃO DE INQUÉRITO PARA A QUESTÃO DE ANGOLA DA ONU, POR MÁRIO MOUTINHO DE PÁDUA, EX-ALFERES MÉDICO NO EXÉRCITO PORTUGUÊS DE ANGOLA¹



¹ Apresentado à 37ª Sessão do Comité Especial da ONU para os Territórios sob Administração Portuguesa, Léopoldville, 26/05/1962.

Evadi-me do Exército Português a 23 de Outubro de 1961 com um companheiro, ex-1º Cabo de infantaria. Estávamos então colocados perto da fronteira, em Maquela do Zombo. Atravessámos a fronteira e pedimos asilo político à República do Congo (Léopoldville) que nos foi concedido no dia 26 de Fevereiro de 1962.

Entrámos em Angola a 2 de Maio de 1961.

O que eu posso informar sobre os acontecimentos anteriores à nossa chegada é, evidentemente, baseado em informações.

Chamo ainda a atenção para o facto de, devido ao segredo militar e às condições de informação de um governo totalitário como o actual Governo Português, muitas vezes apenas posso repetir informações sem provas absolutas. Tentarei referir a origem das fontes e as probabilidades de traduzirem a realidade.

I – O DESENNOLAR DAS OPERAÇÕES

A revolta aberta, armada, começou em Fevereiro com o assalto a uma prisão, onde estavam encarcerados presos políticos. Os nacionalistas atacaram com facas compridas, as “catanas” e algumas espingardas de fabrico manual, contra unidades da Polícia e do Exército, bem armadas. Os nacionalistas sofreram então numerosas baixas, provavelmente centenas ao que se supõe, enquanto as forças portuguesas bem armadas e em boa posição tiveram, apesar de tudo, cerca de uma dezena. Tenho de sublinhar que este empreendimento nacionalista não tinha nenhum carácter de crueldade, mas antes o de uma coragem e solidariedade admiráveis para com os seus camaradas, apesar da fraca hipótese de sucesso com as armas empregues pelos nacionalistas e as possibilidades do Exército Português em Luanda.

No dia seguinte, fez-se o enterro dos polícias e dos soldados mortos. Segundo a descrição unânime dos elementos portugueses moderados com quem falei, no dia seguinte, durante o cortejo, alguns civis portugueses e a Polícia, sob falso pretexto de ameaças ou perigos preparados por elementos da população africana, desencadearam uma fantástica matança, atirando à vontade e seguindo exclusivamente o critério da cor da pele. Tinham começado os massacres. Segundo as informações recebidas, o número de mortos não terá sido inferior a 3.000 africanos. Os alvos foram visivelmente escolhidos, aparentemente ao acaso, entre a raça negra, o que colocou nitidamente a luta sob um aspecto racial. Disseram-me que a actividade da PIDE (Polícia de Investigação e Defesa do Estado) [sic] já muito intensa contra os nacionalistas angolanos e os democratas portugueses, o que tinha ocasionado a prisão de centenas de indivíduos de todas as raças mas sobretudo africanos, aumentou ainda mais. Durante alguns dias viu-se então, pela primeira vez, alguns civis portugueses fazerem buscas e “justiça” pelas suas próprias mãos sem que a PIDE, a PSP (Polícia de Segurança Pública) ou o Exército intervissem e sempre com características raciais, arbitrarias e brutais. Ao fim de alguns dias, no entanto, a situação em Luanda tendia a normalizar. Alguns dias depois, os camponeses da baixa de Cassange, perto de Malange, recusaram continuar a viver nas condições habituais. Segundo declarou publicamente um capitão de tropas de assalto “caçadores especiais”, esses trabalhadores recebiam nalguns casos, apenas cerca de 300 escudos (600 francos congolese antigos) durante a colheita de algodão que aliás durava só alguns meses. Por outro lado, eram obrigados, pela empresa que dominava a região,

a Cotonang, apoiada pelas autoridades portuguesas, a plantar apenas algodão e nem sequer coisas para comer. Essa revolta também tomou no geral um carácter pacífico. Apesar de ameaçadores, os grupos de Africanos revoltados condenavam sobretudo essas condições, as violências e os roubos dos comerciantes e a corrupção dos Administrativos portugueses. Os protestos que começaram sem provocar mortos foram sufocados com bombas de napalm. Com efeito, o general Libório, então comandante das forças militares de Angola, ordenou o bombardeamento das aldeias africanas da região por aviões com bombas de napalm. Dizia-se no Exército que 5 ou 6 aviadores tinham-se recusado a obedecer a essas ordens e por isso tinham sido presos e enviados para Portugal. O capitão Moraes, dos caçadores especiais, foi o capitão encarregue de dominar a revolta com a infantaria. [...]

Depois desses dois grandes acontecimentos, assistiu-se ao desenrolar do terceiro, a revolta armada que se desencadeou por volta de 15 de Março de 1961, nalgumas localidades do Congo Português. Foi aí que os nacionalistas mudaram o carácter das suas revoltas e levaram a cabo acções sangrentas. Assaltaram essas povoações, sempre com as suas fracas armas e aí mataram, de uma maneira geral, toda a gente, visando especialmente os brancos. No entanto, é preciso notar que esses actos nem sempre foram tão sistemáticos e cruéis como disse a imprensa portuguesa. Esta afirmou que era prática corrente dos nacionalistas violarem as virgens, cortarem os seios, cortarem as crianças, as mulheres e os homens em pedaços com as catanas, lentamente, esventrá-los, etc. No entanto, se isso aconteceu provavelmente algumas vezes, não se pode dizer que fosse a regra geral. Viram-se pessoas a fugirem muito facilmente das prisões nacionalistas, mulheres, crianças e homens sem terem sofrido nada fisicamente. Não se pode sequer excluir algumas vezes a possibilidade de uma encenação da PIDE para obter fotografias horripilantes dos cadáveres. Algumas fotografias mostradas por particulares não apresentam torturas tão terríveis. Mas, por unanimidade de algumas descrições, pode-se considerar como certas algumas dessas torturas em alguns casos. Mas eu não vi nada, e o meu companheiro também não. Depois dos primeiros tumultos de 15 de Março no Congo Português, o movimento expandiu-se muito rapidamente pelo Noroeste de Angola, atingindo não só as povoações do distrito conhecido como Congo Português, mas também outras regiões: Malange, Quanza Norte, Quanza Sul, etc.

Em extensas zonas, os europeus abandonaram as suas povoações assim como alguns mestiços e africanos assimilados. Mas em algumas povoações cuja defesa poderia ser assegurada, eles ficaram. Foi aí, como em Luanda e arredores, que a repressão contra os Africanos, indistintamente, com uma orientação racial, tomou a sua forma mais cega e devastadora. Durante alguns meses, entre 15 de Março e a chegada das tropas a essas localidades, no geral em Maio, os civis portugueses ficaram sozinhos, à vontade, nessas povoações. Nessa época, não havia muitas unidades militares portuguesas em Angola. Assim o Governo não podia enviar reforços suficientes para as povoações. Aliás podemos reparar que onde essas unidades operaram na altura, geralmente colaboraram de boa vontade com os civis portugueses, seguindo os mesmos métodos, sem que se possa de facto fazer uma distinção entre eles.

A violência e a arbitrariedade desses actos foram então incríveis. A Polícia de Segurança Pública, a Administração, as companhias móveis, as milícias dos colonos e a acção independente destes foram igualmente terríveis tanto nas povoações com estradas cortadas e isoladas, como em toda a região Noroeste, mesmos nas localidades aparentemente pacíficas.

Os civis, cegos de medo, desde há muito sem escrúpulos, menosprezando completamente a vida e a dignidade dos Africanos, e os militares, oficiais educados em escolas fascistas portuguesas, onde se aprende a lei da força, do direito à opressão dos povos submetidos, deram as mãos para realizar a repressão. Os soldados portugueses, geralmente sem instrução nem conhecimentos políticos, orientados pelos oficiais, a rádio, os jornais e incitados pelos civis, colaboraram nas matanças. (Houve felizmente algumas excepções).

As raras autoridades portuguesas que condenavam os procedimentos, bem como os portugueses, militares e civis democratas e anti-colonialistas em minoria, sem força, eram obrigados a assistir a crimes monstruosos quase sem poder fazer nada e muitas vezes ameaçados ou presos. A Pide e os outros organismos fascistas dominaram totalmente a situação.

O mais impressionante era a loucura, a falta de sentido, com que eram conduzidos os interrogatórios, as torturas e as mortes. Por pretextos fúteis, por razões pessoais, por simples cobiça, um colono ou um agente da autoridade prendia uma ou várias pessoas e interrogava-as com uma brutalidade aterradora. Assim, obrigavam-se muitas vezes os presos a confessar propósitos incríveis. Quando chegámos a Luanda, um dos oficiais da minha companhia contou-me, muito a sério, que tinham querido assaltar o nosso hotel, no centro da cidade, muito antes das primeiras confusões. Como duvidei, ele assegurou-me que sim, porque tinham prendido um africano, tinham-lhe dirigido para o ânus um aparelho de soldar aceso e assim ele tinha confessado. É preciso ver que a Pide, a maior parte das vezes, não pede simplesmente informações, ela sugere-as sob terríveis torturas. Seguindo esses exemplos, os outros órgãos de repressão mataram provavelmente centenas de vítimas. Estas, inocentes, sob as torturas terão muitas vezes acabado por citar alguns nomes para reduzir o sofrimento. E assim novas vítimas eram presas, torturadas, confessavam feitos extraordinários e eram mortos em seguida. Interroguei vários civis portugueses. Perguntava-lhes: – Todos esses presos confessam? – Eles respondiam: – Não, há fanáticos que nunca confessam. Evidentemente que matavam os que confessavam, mas os que não confessavam também eram mortos porque seriam os mais perigosos. Muitos dos colonos, dos homens da Pide e dos funcionários das Administrações locais afirmaram-me que os prisioneiros que entravam vivos pela porta, quase sempre saíam mortos. E muitas vezes acrescentavam que não tinham tempo a perder. O oficial que comandava o pelotão da Damba e a Administração local quando lá chegámos, o Alferes Macedo, afirmou-me que, geralmente, depois do primeiro dia, os interrogados já não conseguiam falar.

E como se escolhiam os possíveis culpados entre a massa? De acordo com as minhas informações, prendiam-se os que não tinham cartões de trabalho ou um documento que provasse a sua identidade, os criminosos de delito comum, os homens em posições

sociais suspeitas, os que protestavam contra as perseguições, os que tinham autoridade sobre as massas africanas, os que estavam na rua depois do recolher obrigatório, os que tinham sido indicados por interrogados, e também, penso eu, homens que seguramente nada tinham feito. (Asseguraram-me que os criminosos comuns foram muitas vezes mortos em bloco com os presumíveis políticos; seria sobretudo o caso dos presos nas povoações depois dos primeiros ataques). [...]

A nossa chegada, dia 2 de Maio, um dos capitães que tinha viajado connosco deslocou-se às Mabubas, à grande fazenda Tentativa onde foi procurar um companheiro, o célebre capitão de caçadores especiais Rui Mendonça, dito “Eichmann”. Esse homem, que tinha um dos seus pelotões no local, procedia aí a torturas em prisioneiros que horrorizaram o novo capitão. [...] É possível que algumas torturas contadas pelos soldados às vezes sejam exageradas. No entanto um colega, médico numa das companhias de caçadores especiais que intervieram desde o início da luta, assegurou-me que o capitão Mendonça e alguns dos seus oficiais, o afamado alferes Robles e muitos outros, certamente arrancaram ou fizeram arrancar olhos a prisioneiros, mataram mulheres e crianças, ocasionalmente, e deram facadas estudadas para assassinar aumentando o sofrimento.

No dia em que chegámos a Luanda, todas as tropas em parada, fomos literalmente assaltados por dúzias de civis portugueses, de Luanda ou refugiados do mato, que começaram a envenenar os soldados, contando histórias de assassinatos, incitando-os a cometê-los também, mostrando um desprezo total e um ódio sem piedade pela raça negra. Pensavam que partilhávamos todos os mesmos sentimentos. Quando perguntei, ao que me abordou, quantas pessoas eram mortas em média por dia, para fazer os meus cálculos, ele respondeu-me, calmamente como um comerciante: – Agora matamos cerca de trinta por noite. De facto, à noite, em casa de um amigo em Luanda, um anti-colonialista, ouvi 2 tiros isolados – no silêncio. Europeus andavam toda a noite levando ostensivamente espingardas, patrulhando e atirando à vontade. Depois das 6 e meia, 7 horas, não se vêem nas ruas africanos, excepto os pequenos vendedores de jornais. Mas mesmo esses não estavam livres de perigo. Um deles, do jornal liberal “ABC”, foi morto durante a nossa estadia de 10 dias em Luanda. Era esse o único jornal que, algumas vezes, tentava romper o silêncio e a corrupção da imprensa de Luanda para denunciar os crimes praticados, sempre de forma indirecta, provavelmente por causa da censura. Notemos que os métodos empregues não eram desconhecidos nem condenados pelas altas autoridades fascistas responsáveis. Assim, quando estávamos no cais, em Lisboa, prontos a partir, o ministro do Exército, o general de brigada Mário Silva, então recentemente nomeado, dirigiu aos oficiais dos nossos batalhões as seguintes recomendações em síntese: – Ataquem-nos com a maior energia. Sejam ainda mais violentos que eles. Respondam-lhes com métodos ainda mais duros que aqueles que eles vos infligiram, etc.

Quando saímos do Negage para libertar uma estrada até aí obstruída por árvores caídas e por valas, as ordens do comando operacional do sector foram: – Matem tudo o que está vivo, homens ou animais. Destruam completamente todas as aldeias. Cortem as cabeças aos homens mortos porque senão eles acreditam que vão ressuscitar. Isto evidentemente nunca poderá explicar processos tão bárbaros. Muitos soldados e oficiais do nosso batalhão que não tinham conhecido a primeira fase, a do ataque dos nacionalistas e que acabavam de chegar, não obedeceram totalmente a tais ordens.

É muito provável que alguns Administradores se tenham mostrado contra as matanças, fosse pela sua injustiça, fosse pelo perigo para a economia, mas de uma forma geral esses homens, muito frequentemente corruptos, não tinham autoridade sobre os colonos.

Por outro lado, sendo estes apoiados pela PIDE e as outras organizações fascistas, aqueles foram algumas vezes obrigados a fugir de avião com receio da população europeia, que não queria ser incomodada nos seus actos.

Sobretudo nas povoações cercadas, quer dizer, com as estradas obstruídas, os colonos, em geral bem armados, praticaram terríveis crimes. Incendiam todas as aldeias africanas vizinhas, matavam todos os “suspeitos”, também os torturavam, assassinavam assimilados de quem tinham inveja ou cobiçavam algumas riquezas, etc. O enfermeiro português Almeida, da Damba, contou-me que em frente ao hospital viu, impotente, colonos interrogarem Africanos: Quem és tu? De onde vens? – Apavorados, os homens respondiam balbuciando. Então, muitas vezes, eram mortos ali mesmo. Outras vezes, eram levados para interrogatórios, arrancavam-lhes as unhas, cortavam-lhes as orelhas, queimavam-nos, esfaqueavam-nos, forçavam-nos a dizer nomes. Depois, eram mortos e perseguiam-se então novos acusados. E assim se constituía um ciclo. Os homens mais sensatos – muito poucos – como o caçador Fialho no Bungo, João Morais no 31 de Janeiro, o enfermeiro Almeida na Damba e alguns outros noutras localidades, não conseguiam conter a multidão europeia, enlouquecida pelo medo, a violência contínua e o ódio. Alguns, como o enfermeiro Almeida, eram ameaçados de morte porque tentavam proteger os Africanos. Algumas tropas que ali chegaram, geralmente de avião, ou colaboravam com as matanças ou, sobretudo depois de algumas semanas, procuravam moderá-las. Mesmo quando as tropas, ao fim de alguns meses, impediam os civis de matar à toa, eles continuavam a exercer pressões. Apresentavam continuamente enormes listas de suspeitos e provas ridículas como na Damba com o alferes Macedo. Antes da chegada das tropas, certamente seguiam logo essas listas. Aliás, muito rapidamente a grande maioria dos Africanos viu-se obrigada a abandonar e a fugir para as matas ou para o Congo.

Com a chegada de uma grande quantidade de tropas, das quais os nossos batalhões tinham sido os primeiros, a situação pôde finalmente acalmar um pouco. Os civis sentiram-se protegidos e dominados. Mas praticamente todas as populações africanas tinham deixado as suas casas. Ainda como prova de perfeito conhecimento da situação pelas autoridades, um dos meus amigos contou-me que tinha lido um relatório de execução apresentado por um capitão aos seus superiores. Esse capitão tinha uma secção para fuzilar e outra para, depois do fuzilamento, proceder às decapitações. No relatório citado, o capitão descrevia tudo com grandes detalhes e solenidade, como se se tratasse de justiça. É depois das decapitações, ele acrescentava que tinha mandado espetar as cabeças na ponta de paus, inclinadas em sinal de respeito, durante alguns dias. Os paus deveriam permanecer ali para recordar, aos africanos, os mortos. Para que se possam ver os métodos da Pide, vou citar uma história que um amigo me repetiu, ouvida ao meu lado. Ele conversava com conhecidos e havia dois indivíduos. Apresentaram-se como sendo agentes da Pide. Então um deles gabou-se da história. Algures, no Norte de Angola, a Pide conseguiu chamar a atenção sobre um funcionário suspeito. Ouviram então conversas telefónicas e logo obtiveram provas de que ele realmente queria mandar matar homens da Pide. E o agente da PIDE acrescentou: e depois dele, mais 70 vieram.

Pusemo-los num vagão do caminho-de-ferro e enviámo-los para Luanda, mas.... dizia a rir, – esquecemo-nos de abrir buracos para respirarem. O sofrimento desses homens deve ter sido terrível. Muitos deles chegaram mortos a Luanda, sufocados. Essa história foi-me confirmada em várias ocasiões.

Em outros locais como no Terreiro, no Golungo Alto, etc., as torturas também foram terríveis. [...]

Dizia-se correntemente que no Dondo cerca de metade da população africana tinha sido morta e atirada ao rio, em pedaços amarrados.

Alguns soldados levavam orelhas em álcool como lembranças e outros procuravam-nas. Um amigo meu conheceu um homem que tinha sido torturado para confessar. Por fim, soltaram-no, mas ficou meio louco: a sua orelha foi parcialmente queimada, assim como o mamilo. Esse amigo ainda me citou uma outra tortura. Obrigaram dois homens a lutarem até à morte. Aquele que vencesse ficaria em vida. Um deles conseguiu partir as vértebras do outro e também foi logo morto.

É preciso conhecer esses homens e o ambiente para saber que tudo isso era então possível. A sua loucura homicida, muitas vezes misturada com um prazer sádico, o total desprezo pela vida dos Africanos, o medo de sofrer o destino de outras povoações europeias, a vontade de se vingar, operando em homens que há muito já tinham perdido os escrúpulos na vida colonialista baseada numa exploração impiedosa dos Africanos, tinham produzido neles efeitos terríveis. Quando cheguei ao Negage, um civil português disse-me: Já lhes fizemos tudo o que eles nos fizeram, excepto às mulheres deles. No entanto, acho que ultrapassaram notavelmente, em quantidade e em qualidade, as piores crueldades dos adversários. Recordo-me de um guia, um caçador, que me descreveu, no Dondo, como tinha morto alguns prisioneiros. Mandou-os que corresse; depois atirou sobre eles com balas para elefante. Entusiasmado dizia que as cabeças eram literalmente desfeitas, enquanto que os corpos ainda se mantinham de pé, algum tempo. Em Camabatela, os irmãos Ferreira (?) experimentaram as suas espingardas – diziam eles – alinhando homens e disparando sobre eles. [...]

Quando chegámos ao Negage, a 17 de Maio, entrámos pela primeira vez em contacto directo com as crueldades. Tinham prendido algumas dezenas de africanos e eram interrogados à noite. Confesso que não tive coragem suficiente para ir ver essas coisas. Mas o meu companheiro e muitos outros viram-nas e contaram-nas, separadamente. Os interrogatórios eram feitos pelos agentes africanos da Administração com uma violência assustadora. Utilizavam chicotes e todo o tipo de coisas que retalhavam a carne. Batiam-lhes de todas as maneiras. Os soldados podiam assistir como se fosse um espectáculo. Um oficial da minha companhia, Graça, por exemplo, deu um pontapé na cabeça de um homem, do que se gabou sem saber o que eu pensava disso. Depois dos interrogatórios, foram atirados para um canto como coisas inertes. Alguns já estariam quase mortos. Até se improvisou a farsa do julgamento. De madrugada era a execução. Todos os europeus podiam dar o seu tiro nos alvos humanos. Também não tive coragem de assistir.

Aliás, na altura não esperava poder escapar, mas o meu companheiro viu tudo. Havia alguns soldados, mas sobretudo civis, algumas dezenas. Os condenados, trazidos num camião, chegavam e eram obrigados a correr. Era então que se fazia pontaria. Dois

de entre os dezanove executados, um louco e um chefe, foram decapitados. Mas mesmo os outros ainda vivos foram retalhados pelos civis com as catanas que mal cortavam.

Ao lado havia uma vala aberta para enterrar os mortos mas o local estava pejado de outras valas atulhadas, com a terra ainda fresca.

No dia seguinte chegaram ainda mais prisioneiros. Desta vez quis assistir para um dia testemunhar. Mas a porta estava fechada porque havia um jornalista americano no hotel e o comando não queria chamar a sua atenção com ajuntamentos. Vi o jornalista fazer perguntas a um oficial no hotel, em inglês, enquanto ao lado se continuava a interrogar os prisioneiros.

Um ou dois dias depois, a minha companhia e uma outra começaram a abrir uma estrada até então fechada por árvores caídas e valas. Fomos atacados, tivemos feridos e um morto; também fizemos mortos. Dois desses foram feitos numa povoação onde tínhamos passado a noite e que foi atacada de manhã. Os dois homens mortos tiveram a cabeça cortada. Desta vez vi-os. Um civil que estava connosco fê-lo e espetou-as em paus e pendurou-as numa árvore. Uns oficiais contaram-me que este mesmo civil, nas execuções do Negage, tinha aberto os corpos e espalhado os intestinos como, segundo se dizia, os nacionalistas teriam feito algumas vezes. No Negage, um dos oficiais da minha companhia disse-me que também queria atirar sobre os condenados para se habituar. E acrescentou: – O que mais me custa são as crianças. E as mulheres? – perguntei-lhe. Não me respondeu. No dia das execuções, ele matou alguns homens, o meu companheiro viu-o. O seu nome é Graça.

Na Damba, fomos atacados alguns dias depois da nossa chegada. Depois da luta, os soldados e os civis invadiram o terreno para ver a situação. Estava com eles e vi um ferido. Um jovem que estava estendido sem se mexer. Não tinha nenhuma ferida visível mas não se podia mexer e estava consciente, de olhos abertos. Fiquei muito perto dele receando já as violências e pronto a intervir como médico. Alguns soldados e um oficial quiseram aparentemente matá-lo mas consegui fazê-los ir embora. Mas chegou um civil. Olhou para o ferido e logo deu-lhe um pontapé na cabeça que virou. Comecei a explicar-lhe que ele estava ferido e deveria ser protegido, mas antes que eu pudesse acabar e demasiado depressa para que eu pudesse intervir, ele deu uma coronhada tão forte que o crânio se desfez. Não pude fazer nada, nem sequer puni-lo. Quando tentei fazer queixa a quem comandava a guarnição antes da nossa chegada, o alferes Macedo, ele disse-me: – Oh, isso. Fazemos ainda pior. Para matar os prisioneiros na administração, às vezes cada um de nós dá uma catanada.

Já deixei antever que a chegada de grandes quantidades de tropas de que os nossos batalhões foram os precursores, tinha mudado a situação. Na verdade, essas numerosas tropas permitiram defender muito bem as cidades e as povoações em perigo, reocupar as outras abandonadas, abrir estradas e mantê-las em certa medida seguras. As tropas envolveram-se em combates contra os nacionalistas com nítida desvantagem para estes, devido ao seu péssimo armamento, ao seu desconhecimento geral das regras de combate, à falta de quadros militares, de organização, de um bom serviço de saúde, etc., e isso apesar da notável coragem dos combatentes nacionalistas. Assim, em muitas regiões por onde passámos, as estradas ficaram facilmente transitáveis, os primeiros combates foram muitas

vezes os últimos. No entanto, em algumas regiões apresentando melhores condições para os nacionalistas, eles continuaram a luta, pareceu-me, com mais prudência e inteligência. Depois da ocupação das povoações e de alguns combates que foram sangrentos, sobretudo para os nacionalistas, a paz manteve-se em vastas regiões. É preciso notar que quando chegámos, os Africanos já quase não estavam nas povoações visitadas. Havia alguns, em número muito reduzido, agregados às povoações europeias, tanto assimilados (enfermeiros, ajudantes de enfermeiros, pequenos funcionários, etc.), como alguns criados que terão podido escapar às matanças. Além de algumas mulheres, muitas vezes antigas amantes dos europeus que aí moravam. Em relação aos criados, no Bungo garantiram-me que os residentes portugueses tinham morto, numa noite, todos os criados porque já não tinham confiança neles. Porque eram Africanos? – O mais monstruoso ainda é que algumas dessas vítimas tinham avisado antes os patrões de que ia haver um ataque.

Os assimilados eram também muitas vezes vítimas de suspeitas e mortos em seguida. Conheci homens que escaparam por sorte e que eram suspeitos por razões inacreditáveis. Também os mestiços, em menor grau no entanto, corriam riscos e alguns sofreram a morte.

Os nossos batalhões e todos os que entraram nessa fase estiveram em contacto directo com os europeus do mato. Quase todos os oficiais e soldados ficaram chocados com o carácter covarde, absolutamente desonesto, sem nenhum escrúpulo de quase todos esses homens. Confessavam-nos francamente todos os seus crimes sem mesmo pensar que poderíamos estar contra eles. A sua cegueira é extraordinária. Esses homens que em Angola, pelo menos no Norte, levaram uma vida de ladrões legais, roubando os Africanos de todas as formas para enriquecerem rapidamente, tornando-os escravos com a cumplicidade interessada dos Administrativos, roubando os seus patrões quando empregados e os empregados quando patrões, manifestaram durante os motins toda a sua maldade adquirida.

Sempre tinham sido os donos e senhores graças à corrupção dos Administrativos. Aproveitaram-se da sua autoridade para matar e torturar à vontade. [...]

Face a todas essas conversas e aos perigos por que acabavam de passar, numerosos soldados e oficiais odiaram esses homens que eram a causa da sua deslocação da metrópole e dos perigos de morte que corriam. Ficaram chocados pelo sentimento de, apesar de tudo, os nacionalistas terem razão. No Bungo, depois da nossa primeira e muito difícil etapa, uns soldados viram um comerciante vender uma caixa de fósforos a um Africano por 10 escudos (20 antigos Fr. congolezes) quando o preço normal era de 0,5 escudos. Esses comerciantes, segundo as suas inclinações e hábitos, começaram, para além disso, a roubar aos próprios soldados e os oficiais. Quase toda a gente estava então farta da guerra. Mas os períodos de perigo acabaram depressa. Depois, ficámos mais ou menos em paz (salvo em alguns lugares, sempre perigosos, da imensa zona do batalhão) e assim esquecemos essas preocupações. Pouco a pouco, os comerciantes perceberam que não tinham seguido uma boa tática. Começaram a fazer os possíveis, assim como os Administrativos, para conquistar a simpatia dos militares, sobretudo dos oficiais. Tornaram-se simpáticos. Diminuíram os seus roubos. Na nossa vasta zona – Bungo, 31 de Janeiro, Damba, Maquela, Lucunga – desde meados de Junho que a situação se

tornou mais ou menos calma e as estradas facilmente transitáveis. Em seguida, a minha companhia ocupou Lembua e ajudou a reocupar Bembe, alargando ainda mais a nossa imensa zona. Aí havia alguns ataques mas, excepto no Bembe, não era como no início.

No entanto, o Exército Português, numa terceira grande fase, lançou-se ao assalto de Nambuanguo. Este foi difícil e custou pelo menos algumas dezenas de vidas ao Exército português. Com esta retomada de posição, uma posição muito forte dominada pelos nacionalistas foi reduzida pelo exército português. Mas as acções da guerrilha continuaram aí como em outros lugares favoráveis: Bessa Monteiro, Vila Viçosa, etc.

Depois do regresso à calma na nossa região, e em todas as outras com a mesma situação, o Exército empreendeu uma das suas acções mais importantes para o Governo fascista: a campanha psicossocial, visando fazer regressar as populações em fuga e escondidas nas múltiplas matas, como único meio de erguer uma economia totalmente destruída e paralisada pela falta de mão-de-obra. Para conseguir isso, distribuíram panfletos, deram alimentação e cigarros aos africanos encontrados por acaso no mato, etc. Mas esta campanha estava a ser empreendida pelos soldados combatentes, no início sem vontade, sem confiança, sem verdadeiro interesse ou piedade pela situação dos Africanos. Mas em algumas regiões como a Damba, onde aliás tinha ficado uma pequena parte da população africana, vimos regressar sobretudo mulheres, crianças e velhas ou velhos. No entanto, alguns outros homens continuavam a ir para o Congo, vendo que a situação tinha permanecido mais ou menos na mesma em relação à que existia antes dos tumultos, que os assassinos europeus continuavam intocáveis e até respeitados pelo Exército, etc. Têm-me perguntado muitas vezes – Haverá perigo para os Angolanos se eles regressarem agora? Não posso responder negativamente. Mesmo em Setembro, em plena campanha psicossocial, uma companhia do batalhão partiu para o Cusso e no caminho prendeu três homens que passavam, talvez por acaso. Um deles apenas falava francês. Foram entregues à Administração para os interrogatórios e futuro destino, como era hábito. Mais tarde, um capitão contou-nos, ele próprio enojado, que o chefe Cabeça tinha atirado gasolina para cima desse (e talvez sobre os outros, o que ignoro) e pôs-lhe fogo, a rir. Em Maquela do Zombo, em Outubro, a Pide local também tinha prendido um funcionário africano da alfândega e matou-o. Em Setembro, um oficial contou-me que na zona de Catete, anteriormente calma, o Administrador, o secretário da Administração e o capitão tinham mandado matar na sua presença, à cacetada, mais de 400 homens em poucos dias, porque se teria descoberto uma conspiração. É provavelmente verdade que o Exército português, em princípio, teria interesse em convencer as populações a regressar e que ele dominou a loucura homicida dos colonos, mas estes continuam a ter um grande poder, assim como a Administração que representa a Pide, ou esta, onde ela tem os seus órgãos próprios.

E assim, acho muito provável, e citei casos, que os assassinatos continuem. Se a guerra se reforçar, é impossível prever as reacções dos colonos desprovidos de moral e mesmo as dos soldados e oficiais fascistas, a quem o contacto com os colonos, as ordens e os exemplos dos superiores, a campanha racista, a guerra, etc., contribuíram para transformar.

Quero ainda sublinhar que, se a imensa maioria dos colonos do Norte tem mesmo as mãos sujas de sangue, existem alguns europeus, sobretudo funcionários, enfermeiros, homens com profissões liberais (médicos, engenheiros, advogados), caçadores, etc., que

estiveram afastados das matanças e procuraram activamente impedi-las. Encontrei-os em Luanda, no Bungo, no 31, na Damba, no Negage, em Maquela. Mas o seu número é muito reduzido: um entre 20, 2 ou 3 entre 60, etc.

2 – CONCLUSÕES

As últimas modificações trazidas à situação dos africanos em Angola, como a abolição do Estatuto dos Indígenas, algumas garantias ao direito de propriedade do africano, a prometida criação da Universidade, etc., parecem-me mudanças de fachada. O direito de voto está assim alargado aos que sabem ler, quer dizer aos assimilados, que já o possuíam, etc.

É preciso ver que a economia e a vida social em Angola, pelo menos no Norte, eram baseadas numa exploração do trabalho humano que se parece terrivelmente com a escravatura. Esta forma de viver criou, naturalmente, relações sociais, complexas, interessadas com os quais o Governo Português fascista não poderá romper, penso eu, sem deixar de ser ele próprio. Quer dizer, para modificar de facto as condições de vida do povo Africano, seria preciso tomar medidas tão draconianas que os fazendeiros e industriais europeus de Angola, que apoiam o Governo, já não teriam interesse em ficar.

No entanto, os fazendeiros de café do Norte vêem-se face a um impasse: a sua mão-de-obra desapareceu, ou morta ou em fuga. O Governo perspectiva medidas para recuperar a mão-de-obra: a emigração de homens do Sul de Angola, o regresso dos refugiados e dos que se escondem nas matas ou ainda a substituição da mão-de-obra africana do Norte por mão-de-obra europeia de Portugal, militar ou civil, a mecanização do trabalho, etc.

No entanto todas essas hipóteses me parecem, em Outubro, muito difíceis de realizar.

De qualquer forma, considero também problemática a futura coexistência, sobretudo no Norte de Angola, no mato. Ninguém poderá esquecer tão cedo as matanças, sobretudo se os assassinos ali ficam. Mas aparentemente eles querem ficar. Também se pode pensar na oposição democrática portuguesa em Angola que parece mais forte no Sul. Esta oposição está sufocada pelo Governo fascista. Aliás não sei se ela é, no seu conjunto, realmente defensora dos direitos dos Africanos, apesar de haver sem dúvida alguns europeus, certamente em número reduzido, que desejam sinceramente o bem-estar das massas africanas e por isso foram presos e torturados.

Penso que a situação evoluirá ainda muito.

Quanto aos partidos nacionalistas que teriam dirigido a luta, é um bocado difícil para mim, que não tinha a confiança dos oficiais superiores, distinguir a sua acção. Muitas vezes os tumultos terão sido espontâneos, pelo menos no início, como resultado de uma repressão absolutamente injusta, criminosa. Havia quase em todo o lado, no Norte, esboço de organizações revolucionárias que, a certa altura, comunicavam entre si. A luta e a ocupação das povoações, as patrulhas, aparentemente fizeram em pedaços a maior parte dessas organizações ou levaram-nas a interromper a guerra. Os meios de informação portugueses atacam muito frequentemente Mário de ANDRADE, Holden Roberto, Amílcar Cabral (da Guiné) e alguns outros nomes.

A luta inicial em Luanda e arredores, talvez em Nambuangongo, teria tido origem local, dirigida por intelectuais aí residentes.

No meu batalhão e noutros círculos militares, os oficiais superiores odiavam sobretudo Mário de Andrade, dirigente do Partido MPLA, que se calculava que tivesse posições fortes em Luanda e arredores, e Holden Roberto, dirigente do Partido UPA, que seria o mais influente em S. Salvador e arredores (no distrito do Congo Português) no início da luta; este teria depois perdido algum prestígio.

É preciso notar que em Outubro já tinha havido tumultos dispersos e sufocados no Sul: – Balombo, Porto Alexandre, etc.

Será possível haver negociações? – Quando saímos, o Governo e o Exército estavam demasiado entusiasmados com o seu sucesso para quererem negociar. E se um dia forem obrigados, ainda será preciso pensar na atitude dos colonos que não podem esquecer os primeiros ataques sangrentos dos nacionalistas e, depois disso, as suas próprias matanças.

Não acredito, com a minha experiência de combatente contra o fascismo em Portugal, que o actual Governo possa ceder um dia a não ser pela força, seja pela força das armas, seja pela força das represálias económicas.

O colonialismo representa, para o Governo fascista, uma fonte de divisas demasiado volumosa para que este o abandone sem se desmoronar em seguida.

Tenho a certeza que ele tentará defender o seu domínio sobre as colónias à custa de ainda mais vidas e sofrimento, em primeiro lugar dos povos angolano, moçambicano, guineense, saotomense, caboverdiano, timorense e, em segundo, do povo português.

Considero absolutamente inútil e ridículo acreditar numa evolução do colonialismo fascista.

Não vejo outras forças capazes de o forçar a isso, a não ser as forças nacionalistas bem dirigidas e as forças democráticas em Portugal. Mas mesmo no caso de uma vitória democrática sobre o fascismo, se não for suficientemente clara, podemos ter um regime que tente manter-se numa situação equívoca em relação ao colonialismo.

Às Nações Unidas – estimo ser meu dever chamar a vossa atenção para a terrível situação que os angolanos sofreram e continuam a sofrer sob o mesmo regime. As represões coloniais de outrora não podem ser consentidas sem que os países intervenham. Depois disso e da indescritível miséria e atraso que reinam em Angola, não se pode mais ter dúvidas que o Governo Português não quer ajudar o povo angolano, antes pelo contrário somos obrigados a compreender que ele procura apenas explorá-lo, manter a sua situação a pior possível para ter mão-de-obra barata, em benefício de alguns portugueses sem escrúpulos que o Governo evidentemente protege com o seu exército. Também somos obrigados a compreender que para ajudar os seus amigos, o Governo fascista não recuará perante qualquer medida, inclusivamente as que evidenciam o total desprezo pela vida dos indígenas da sua colónia.

Assim, exorto-os a tomar medidas verdadeiramente enérgicas e sem demora contra o colonialismo do fascismo português.

Relatório do MPLA ao Comité Especial da ONU

[policopiado]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

RELATÓRIO APRESENTADO AO COMITÉ ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE OS TERRITÓRIOS SOB ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA

Senhor Presidente,
Senhores membros do Comité Especial da ONU,

O MPLA sente-se hoje muito feliz ao apresentar o seu relatório perante o Comité Especial das Nações Unidas acerca dos Territórios sob administração portuguesa.

A constituição deste Comité é certamente o resultado dos esforços que os Estados-membros da ONU têm desenvolvido nestes últimos anos em favor do direito dos povos das colónias portuguesas de dispor deles próprios.

Era necessário, em nossa opinião, que no quadro da execução da declaração 1514 (XV) sobre a descolonização, o caso do nosso país fosse objecto duma atenção muito particular.

Pode-se com efeito considerar os territórios sob administração portuguesa como o caso extremo da sobrevivência do colonialismo clássico: dos países onde grassam as formas de opressão mais ignóbeis e onde se mantêm as estruturas socio-económicas mais retardatárias.

A existência dum foco de guerra em Angola, consequência da repressão das aspirações nacionalistas e do conflito que sempre opôs o povo de Angola à Administração colonial portuguesa, basta para demonstrar que Portugal está longe de desejar inclinar-se às obrigações que lhe impõe a Carta das Nações Unidas.

Por isso o anúncio da formação do Comité Especial fez nascer entre as massas angolanas uma nova esperança de que a defesa da primazia dos nossos interesses e as reivindicações do nosso direito à autodeterminação farão recuar Portugal diante do peso das resoluções da Organização Internacional.

A presença entre vós de representantes de países de África e da Ásia constitui um aspecto da promoção internacional destes dois continentes antigamente colonizados e uma garantia suplementar de que a nossa condição particular não deixará de encontrar ecos profundos entre os povos do Terceiro Mundo.

O objectivo do nosso relatório situa-se estritamente no quadro por vós fixado: fornecer informações actualizadas sobre a situação do povo angolano e fazer compreender à ONU o sentido das nossas aspirações nacionalistas. Escusado será dizer que asseguramos ao Comité Especial a nossa cooperação mais franca e a mais total neste domínio.

Estamos certos de que as conclusões e recomendações que tiverdes de fazer à próxima Assembleia-Geral sobre o nosso problema marcarão um passo em frente para o exercício do direito legítimo e inalienável do povo angolano à autodeterminação e à independência.

Desde o mês de Janeiro deste ano, o governo português aumentou as forças armadas e repressivas em Angola. Eis os exemplos precisos:

Em 14 de Janeiro de 1962, a agência “Lusitânia” anunciou a partida para Angola dum novo contingente de tropas (Cf. “Diário de Luanda” de 15/1/62); em 19 de Janeiro, a mesma agência anunciou que um novo contingente militar se dirigia para Angola “em missão de soberania” (Cf. “Diário de Luanda” da mesma data); o jornal “Diário de Luanda” de 12 de Maio publicou uma reportagem da chegada a Luanda, de um outro contingente de cerca de 1.000 soldados. A marinha ao serviço da guerra colonial foi reforçada de 3 vedetas em 20 de Fevereiro de 1962 (Cf. “Diário de Luanda” da mesma data).

As milícias dos colonos, culpadas de crimes bárbaros contra dezenas de milhar de pessoas e que teoricamente tinham sido suprimidas, foram de novo criadas pelo governador VENÂNCIO DESLANDES sob o nome de “Defesa Civil do Território”. Segundo o jornal “Diário de Luanda” de 6 de Fevereiro, contavam-se já a essa data, entre essas milícias, milhares de colonos. Na Assembleia Nacional portuguesa, o deputado NUNES BARATA propôs em 8 de Fevereiro “a transferência para Angola dum número massivo de portugueses para ali continuar a presença da Pátria” (Cf. “Diário de Luanda” de 9 do mesmo mês). Na mesma Assembleia Nacional, o tenente-coronel JACINTO MEDINA, “deputado” por Angola, propôs em 14 de Fevereiro “medidas mais profundas em vistas da integração das colónias no conjunto português” (Diário de Luanda de 15 do mesmo mês).

No quadro do plano do “desenvolvimento branco acelerado”, partiram de Lisboa para Angola, em 28 de Fevereiro de 1962, numerosas famílias de militares portugueses em serviço nesta colónia. Em 1 de Março, na Assembleia Nacional, o almirante HENRIQUE TENREIRO insistiu na necessidade de aumentar as unidades da marinha de guerra para o serviço nas colónias.

Se até ao mês de Dezembro de 1961, o Governo português se recusou a respeitar as decisões e as recomendações da Assembleia-Geral e do Conselho de Segurança da ONU, ele procedeu no entanto, a reformas legislativas que estão aparentemente no espírito de algumas recomendações da ONU – como [a] revogação do Estatuto dos Indígenas.

A extensão do direito de voto aos Africanos que sabem ler e escrever continuará teórica enquanto persistir em Angola o regime fascista e de excepção imposto pela guerra colonial. Não se deve esquecer tampouco o êxodo em 2/3 do território angolano da quase totalidade da população adulta africana (homens e mulheres) que se refugiaram nos territórios vizinhos de Angola.

A administração colonial, sob a capa de colaboração com o exército, agravou mesmo o seu aspecto odioso nas zonas declaradas sob a autoridade militar, praticando nelas uma repressão nas pessoas dos Africanos suspeitos de actividade nacionalista, repressão que pela prática da tortura, de castigos e de suplícios leva quase sempre as suas vítimas à morte.

A campanha dita psicossocial que o exército colonial continua a desenvolver, não visa apenas a fazer regressar ao trabalho nos organismos económicos dos colonos os africanos refugiados no estrangeiro ou nas florestas. Com efeito, os grupos de Angolanos

que fizeram a experiência de se apresentar às autoridades portuguesas foram submetidos a processos de selecção que resultaram quase na submissão desses Angolanos ao trabalho forçado. Os Angolanos que se revelaram incapazes de se submeter de novo à arbitrariedade e ao despotismo são invariavelmente detidos e não raro mortos.

Tudo leva a crer que as autoridades portuguesas querem prosseguir nos velhos métodos da exploração.

As autoridades portuguesas, longe de terem posto fim às medidas de repressão contra o povo angolano, detêm ainda nas suas prisões os Angolanos acusados de actividades políticas. Estes prisioneiros são submetidos a torturas e condenados a penas de prisão e medidas de internamento que totalizam em média mais de dez anos. Contudo, tendo em conta a forma como as autoridades traduziram na prática as suas medidas de internamento e de segurança, pode dizer-se que, na realidade, os prisioneiros políticos angolanos julgados até ao momento presente foram condenados a pena perpétua.

* * * * *

O MPLA foi a primeira organização política a lançar ao povo angolano a palavra de ordem da “Acção directa” contra o colonialismo português, no decurso duma conferência de imprensa dada em 6 de Dezembro de 1960 na Câmara dos Comuns em Londres, sob os auspícios do “Movement for Colonial Freedom”.

Foi o MPLA que desencadeou a insurreição armada em Angola nas jornadas de 4, 5 e 6 de Fevereiro de 1961.

Estes dois acontecimentos, que marcam a primeira ruptura irreversível no nacionalismo angolano com as ilusões reformistas alimentadas até então por outras organizações nacionalistas angolanas, confirmaram a maturidade política do povo angolano e colocaram sem equívoco o MPLA à cabeça do movimento revolucionário em Angola.

Que o MPLA tenha sido a primeira organização nacionalista a desenvolver no interior do país uma intensa actividade política para as massas está provado pelo facto de que ele representa a formação política mais atingida, em todos os escalões da sua organização, pela repressão colonial. A maioria dos quadros nacionalistas que se encontram nas prisões portuguesas pertencem ao MPLA.

A insurreição armada desencadeada no mês de Fevereiro alastrou sucessivamente de Luanda aos distritos de Cuanza Norte, Malange e Congo.

A preocupação manifestada por uma certa imprensa ocidental de separar, duma parte a luta armada nas regiões de Luanda, Cazengo e Malange e da outra a conduzida no distrito do Congo, apresentando-as como não ligadas, constitui uma prova da ingerência estrangeira que procura dividir e opor as forças nacionalistas angolanas.

O MPLA possui cerca de 50.000 militantes com carta [cartão] e vários milhares de outros militantes que por motivos evidentes devidos ao trabalho na clandestinidade política não possuem cartas [cartões]. A forma de adesão ao MPLA confere a este movimento um carácter e uma vocação nacionais.

“ADESÃO:

Artigo V – Podem ser membros do MPLA todos os Africanos de Angola que aprovelem o seu programa e os estatutos e que se comprometam a executar, pela sua actividade quotidiana, a política do MPLA.”

Pelo espírito e a letra do artigo V dos estatutos acabados de citar, o MPLA não pretende ter a veleidade de se transformar num Partido único em Angola, de criar e de entreter rivalidades entre as organizações políticas angolanas.

Milhares de militantes do MPLA batem-se ao lado do povo em todas as regiões onde se manifesta a guerra contra o colonialismo português.

Mais do que um Partido, o MPLA é um MOVIMENTO. Mas ele não pode ser definido como um Movimento ideológico, de classe, regional ou tribal.

O MPLA é um Movimento nacional chamado a representar, pela sua abertura e pela composição real das suas fileiras, a universalidade da Nação Angolana. Pretende ser um Movimento democrático por definição, pelos métodos que utiliza e pelos objectivos que se propõe atingir. Um Movimento que constrói a sua doutrina na base da experiência e do pensamento criador dos seus militantes e dirigentes, bem como na base da experiência da luta anticolonialista de todos os povos africanos.

A prefiguração do sentido que pretendemos imprimir à política exterior da Angola independente pode ser compreendida no exame rápido das actividades diplomáticas do MPLA. Insistimos em primeiro lugar na inscrição da questão angolana no centro das preocupações governamentais dos países africanos independentes.

Temo-lo dito e repetimos que a solução do problema angolano será africana ou não o será. O êxito da nossa luta de libertação nacional inscreve-se no quadro duma acção concreta da solidariedade africana. Assim, os acontecimentos que se desenrolam em África interessam, no mais alto grau à evolução da questão angolana e eles jogam um papel, ou de acelerador, ou de travão do triunfo dos movimentos nacionalistas.

Se temos sido solicitados com mais frequência pelo dinamismo dos países do grupo de Casablanca, não é menos certo que temos querido sempre colocar a questão angolana fora de toda a escolha entre os nossos irmãos africanos.

Tratando-se do despertar da simpatia dos movimentos anti-colonialistas e da solidariedade mundiais pelo triunfo da nossa causa, temos feito apelo a todas as forças susceptíveis de vir em nosso auxílio.

Desde Dezembro de 1960 a esta data, missões de cortesia e de informação têm sido enviadas especialmente à África e à Ásia (RAU, Marrocos, Senegal, Dahomé, Guiné, Libéria, Mali, Ghana, Congo-Léopoldville, Congo-Brazzaville, Nigéria, Índia e Indonésia), à América (EUA e Brasil), à Europa (Inglaterra e Jugoslávia).

Estas missões estão longe ainda de preencher o papel que incumbe à nossa política exterior.

Eis-nos agora numa viragem da história do nacionalismo angolano.

Atravessada de muitas vicissitudes, a luta armada sofreu os contra-golpes da divisão das forças nacionalistas. Ora, é na unidade que reside o maior triunfo dum povo colonizado em armas. Nada de válido pode ser executado em Angola, enquanto este problema maior não for resolvido. Talvez a dinâmica da guerra (para empregar uma expressão da moda) seja portadora da solução aos diferendos que dilaceram hoje o nacionalismo angolano.

Quanto às intrigas de que Angola é já o alvo, nós não seguimos os movimentos nacionalistas angolanos que se reclamam exclusivamente de opção e de ajuda ocidentais.

É um facto certo que todas estas divisões, estas intrigas e mal-entendidos fizeram acreditar em falsas ideias sobre a política exterior do MPLA. Eis porque se torna preciso esclarecer e mesmo voltar a definir a nossa posição nesta matéria:

Baseamo-nos na unidade das forças nacionalistas interiores e de todas as forças em luta contra o colonialismo português. Testemunha isso o trabalho executado com o nosso concurso activo no seio da conferência das organizações nacionalistas das colónias portuguesas.

No momento em que os próprios países africanos se esforçam por elaborar uma plataforma de luta para a unidade africana, o MPLA declara-se igualmente atingido por essas preocupações. Queremos marchar no sentido das forças africanas que colocam o reagrupamento, a cooperação e a solidariedade na base duma história e duma condição comuns.

O que nós propomos aos países irmãos independentes é que nos ajudem a concertar a nossa acção interior de maneira que a solidariedade africana desempenhe validamente o seu papel na questão angolana.

No decurso desta fase da luta de libertação nacional, não é forçoso comprometer a nossa política num ou noutro bloco que divide o mundo. O único compromisso que tomamos em relação aos dois blocos é o de nos esforçarmos sinceramente a eliminar as tentativas de instalação de um clima de guerra fria entre os nacionalistas angolanos e de prevenir as complicações das intrigas internacionais na Angola de amanhã.

Mas continuaremos neste domínio a mobilizar a opinião internacional contra o nosso inimigo directo, o colonialismo português, bem como a apelar à solidariedade de todas as organizações anti-colonialistas.

Assim fazendo, adoptamos a mesma atitude da maior parte dos governos do terceiro mundo.

Por conseguinte, o neutralismo positivo que praticamos na política exterior não esconde nenhuma escolha deliberada duma ideologia e não poderá ser considerada como uma tática de chantagem. Bem pelo contrário, trata-se duma afirmação realista e do único comportamento possível num mundo carregado de ameaças, em que os povos ainda sob dominação estrangeira teriam muito a perder se fossem envolvidos no jogo de competição entre os dois blocos.

* * * * *

O Sub-Comité para Angola notara já no parágrafo 416 do seu relatório “que a inquietação internacional cresceu diante deste conflito que prossegue malgrado as decisões da Assembleia-Geral e do Conselho de Segurança, reclamando uma solução pacífica, em conformidade com as disposições da Carta das Nações Unidas”.

Os Estados independentes de África não se limitam a manifestar as suas preocupações diante das medidas repressivas de Portugal contra o povo Angolano, antes revelam publicamente o seu apoio moral aos nacionalistas Angolanos na sua luta contra a administração portuguesa.

Malgrado a resolução do Conselho de Segurança de 9 de Junho de 1961 (S/4835) declarando que a persistência da situação em Angola “constitui uma causa actual e virtual de fricção internacional”, Portugal entrincheirou-se por detrás das suas antigas posições.

Mas é evidente que Portugal, não possuindo praticamente uma indústria de guerra, não teria a veledade de prosseguir na acção armada contra o povo Angolano, se não fosse a ajuda militar que lhe fornece um certo número de países ocidentais.

É do conhecimento geral em Angola que os pára-quedistas do exército colonial dispõem de armas automáticas da OTAN. Pelo menos as primeiras bombas napalm que foram lançadas sobre as populações civis da Baixa de Cassanje foram fornecidas pela OTAN.

Não é certamente de fabricação portuguesa o material utilizado pelo exército colonial em Angola tais como pistolas parabelum, bazookas, morteiros, metralhadora pesada Breda, aviões PV-2 e “Dornier”, aviões “Nord-Adla” [*sic*], camiões GMC e Diamond, etc.

É evidente que Portugal, revelando-se disposto a continuar a guerra colonial, não deixará de utilizar nesta guerra todo o material que puder obter dos países membros da ONU. Assim, o MPLA entende que qualquer medida lógica que a ONU encare tomar a este respeito deve impedir aos Estados-membros da ONU de vender a Portugal todo o material susceptível de ser utilizado na guerra colonial em Angola.

* * * * *

O MPLA, diante da situação trágica de mais de 160.000 refugiados, criou em Léopoldville o Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR), que conta entre o seu pessoal técnico dez médicos, quarenta enfermeiros e uma dezena de professores encarregados do problema da alfabetização.

O Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados (CVAAR) possui um dispensário em plena actividade em Léopoldville e nas zonas fronteiriças da República do Congo com Angola, especialmente em Songololo, Lukala, Morbecke, Kimpango, Shella Malele e Matadi.

Acrescentamos que a pretensão do governo português de liquidar a acção dos nacionalistas Angolanos torna o problema dos refugiados muito mais agudo, na medida em que contingentes armados portugueses continuam a reprimir brutalmente a população civil obrigando-a a abandonar o país e a exilar-se nas Repúblicas do Congo.

Lançamos um apelo à ONU para que ela recomende às organizações de carácter filantrópico concertarem em primeiro lugar as suas acções de ajuda aos refugiados angolanos com as nossas organizações criadas para este efeito.

Para já, convidamos o Comité Especial a visitar oficialmente o dispensário central do CVAAR em Léopoldville para que possa verificar a verdade das nossas afirmações e da extensão da ajuda fornecida por esta organização aos refugiados angolanos.

Na sua declaração de 14 de Dezembro de 1960, a Assembleia-Geral da ONU afirmou que toda a tentativa que visasse destruir parcialmente ou totalmente a unidade nacional e a integridade dum país era incompatível com os fins e princípios da Carta das Nações Unidas. O MPLA encontra-se em posição de afirmar que o princípio defendido pela ONU corre o risco de não ser realizado no caso de Angola, em virtude do longo exílio da maior parte das organizações nacionalistas angolanas.

Para que dêem bom resultado os esforços de todos aqueles que desejam a execução por Portugal das resoluções da ONU sobre Angola, ser-nos-á preciso conhecer a razão

por que o reconhecimento do princípio da independência política de Angola repugna ao actual governo português. Creemos que o actual ministro português das colónias deu a resposta na sua declaração de 12 de Maio último: “As circunstâncias actuais do Mundo mostram que os pequenos países, com responsabilidades ultramarinas só pelo exercício do poder político podem assegurar a simples sobrevivência física dos seus nacionais radicados no Ultramar”. (Cf. O jornal “Diário de Luanda”, de 12 de Maio de 1962).

O ministro português das colónias mostra assim que Portugal se encontra numa posição trágica e radical.

Na realidade, os factos demonstram que Portugal só pode assegurar a sobrevivência física dum parte dos seus nacionais ao preço da morte dum outra parte destes, integrados no exército colonial.

Tal é o erro de Portugal!

É evidente, portanto, que a melhor maneira de Portugal assegurar a sobrevivência física dos seus nacionais consiste em ajudar a restabelecer um clima de paz e de confiança em Angola através da satisfação das aspirações legítimas e pacíficas do povo Angolano, e a partir do diálogo e da negociação honesta com as organizações nacionalistas angolanas.

Declarando-se o MPLA, por um lado, pronto a todo o momento a encarar positivamente a possibilidade dum solução pacífica do problema de Angola na base do reconhecimento do direito do Povo Angolano à autodeterminação e à independência, por outro lado o nosso Movimento intensifica, por todos os meios e com todas as suas energias, a resistência armada do povo de Angola.

Detendo Portugal em Angola todo o poder, compete-lhe só a ele engajar-se por actos, de acordo com a Declaração 1514 (XV), na via da negociação.

Em consequência, e porque a partir de Janeiro deste ano a situação em Angola não melhorou, antes pelo contrário deteriorou-se, o MPLA espera que as Nações Unidas tomarão medidas concretas que obriguem Portugal a aplicar as resoluções que visam a transferir todos os poderes às populações angolanas “sem nenhuma condição nem reserva, conforme a sua vontade e os seus votos livremente expressos, sem nenhuma distinção de raça, de crença ou de cor, a fim de lhe permitir gozar dum liberdade e dum independência completas”.

O MPLA propõe que as Nações Unidas tomem com urgência as medidas seguintes:

- a) Que nenhum Estado-membro da ONU forneça ou venda a Portugal material que lhe permita continuar a guerra de extermínio em Angola;
- b) Que o Conselho de Segurança estabeleça disposições concretas e eficazes para que Portugal execute lealmente a resolução da ONU de 31 de Janeiro de 1962.

Tais são as nossas posições. Esperamos que o Comité Especial da ONU nos ajude na via da solução deste conflito secular e sangrento entre as populações angolanas e a administração portuguesa.

Léopoldville, 24 de Maio de 1962

[carimbo do Comité Director]

RELATÓRIO APRESENTADO PELO SR. MÁRIO DE ANDRADE
– Presidente do MPLA

Comunicado do MPLA sobre o novo Comité Director

[policopiado]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

COMUNICADO A TODA A ORGANIZAÇÃO DO MPLA

Nas condições particularmente difíceis em que decorre a Revolução angolana, o Congresso do MPLA está impossibilitado de intervir normalmente na solução dos problemas da sua competência.

Para as condições anormais do presente, impõe[-se] um processo excepcional, salvaguardando-se porém todo o respeito à competência do Congresso para logo que as condições da nossa luta voltem ao mínimo de normalidade.

O Comité Director do MPLA nas suas sessões de 13, 21 e 22 de Maio de 1962, com a intenção única de fazer avançar a Revolução com o máximo de eficácia e de segurança, decidiu – com plena responsabilidade de que dará conta ao próximo Congresso – remodelar o Comité Director do MPLA.

O novo Comité Director do MPLA é assim constituído:

MÁRIO DE ANDRADE
MATIAS MIGUÉIS
HUGO DE MENEZES
LUIZ DE AZEVEDO JÚNIOR
GRAÇA DA SILVA TAVARES
DEOLINDA D’ALMEIDA
JOSÉ BERNARDO DOMINGOS
GEORGES MANTEYA DE FREITAS
REV. DOMINGOS FRANCISCO DA SILVA
DESIDÉRIO DA GRAÇA
JOÃO VIEIRA LOPES
JOÃO GONÇALVES BENEDITO
JOSÉ MIGUEL

Mário de Andrade continua com as funções de Presidente do MPLA.
Matias Miguéis passa a exercer as funções de Vice-Presidente do MPLA.

O posto de Secretário-Geral é substituído por um Secretariado cuja composição é a seguinte:

Graça da Silva Tavares	– 1º secretário
João Vieira Lopes	– 2º secretário
Desidério da Graça	– 3º secretário

O novo Comité Director do MPLA entra imediatamente em função.

Léopoldville, 25 de Maio de 1962

[carimbo do CD do MPLA]

O COMITÉ DIRECTOR

Intervenção de Angola na Conf. de Juristas Afro-Asiáticos

[policopiada, em francês]

SENHOR PRESIDENTE,
CAROS CONFRADES,

Antes de mais, quero apresentar as minhas desculpas pelas minhas dificuldades em falar-vos em língua francesa. Desde já, conto com a vossa boa vontade.

Em seguida, também vou referir, em nome da nossa delegação, a honra e a alegria que sentimos em participar neste Comité Preparatório e também na Conferência cuja importância foi suficientemente destacada pelo nosso confrade, o Presidente da sessão. Esta alegria justifica-se ainda mais pelo facto de este Comité Preparatório abrir hoje os seus trabalhos, na Capital Africana de CONAKRY, cidade querida de um Estado que, desde a sua independência, não cessou de trabalhar corajosamente como um dos mais belos campeões da luta pela libertação e reconstrução da nossa pátria Africana. Por outro lado, queremos fazer notar que a própria escolha do local para as sessões deste Comité Preparatório recaiu significativamente neste Palácio, nesta Assembleia Nacional, nesta casa que representa, bem o sabemos, a voz das massas. Este facto indica que a nossa reunião estará sempre inspirada pela sabedoria dos povos, o que facilitará a nossa tarefa de Juristas, nós que trabalhamos para a salvação dos nossos povos e das nossas Nações.

Senhor Presidente, a minha delegação está absolutamente convencida que os trabalhos deste Comité Preparatório constituirão mais um sucesso para a fatal vitória das armas Afro-Asiáticas.

Aqui estabeleceremos definitivamente um programa que, dando prioridade aos problemas urgentes dos nossos povos e das nossas Sociedades, seja também a afirmação clara e categórica de que os Juristas Afro-Asiáticos estão prontos, na unidade, a denunciar e a combater sem tréguas os imperialistas e os neocolonialistas que tentam dividir-nos para sabotar as nossas liberdades reconquistadas e negar o nosso direito à autodeterminação e à independência efectiva.

E porque não temos nada a temer e nada a esconder, esperamos sinceramente que esta reunião represente, não só uma condenação das intervenções concretas dos imperialistas nos assuntos dos nossos povos, mas também a escolha e a utilização dos meios mais eficazes para a vitória final no nosso combate.

O projecto de ordem de trabalhos submetido pela delegação Guineense e com o qual a minha delegação está, em princípio, de acordo, constitui a primeira das garantias de sucesso dos nossos trabalhos. É o próprio facto de sermos todos Juristas que sofreram os horrores decorrentes da primazia do direito das Nações ditas civilizadas, assegura, desde já, o cumprimento ponto por ponto da nossa sublime tarefa.

Essa é, Senhor PRESIDENTE e Caros Confrades, a perspectiva segundo a qual encaramos o desenrolar dos nossos trabalhos.

[Angola foi representada por: Gentil Viana e José Araújo.]

Declaração Final da Conf. de Juristas Afro-Asiáticos

[policopiada, em francês]

DECLARAÇÃO FINAL PRONUNCIADA PELO SR. PAUL L. FABER
CHEFE DA DELEGAÇÃO GUINEENSE NO SEGUNDO COMITÉ
PREPARATÓRIO DOS JURISTAS AFRO-ASIÁTICOS
Conakry, 25-28 de Maio de 1962

Chegamos ao fim dos debates que durante quatro dias nos reuniram aqui, fraternalmente, uns vindos da Ásia, os outros de África, em torno de um pensamento comum, de uma obra comum, a elaboração de um Direito Novo à escala da luta gigantesca que os nossos povos impiedosamente levam a cabo contra o Imperialismo, contra o Colonialismo e o Neocolonialismo.

Falámos aqui de Direito. A concepção que uns e outros têm do Direito pode não ser forçosamente a mesma. Para alguns, o Direito resulta de uma Verdade imanente que tanto se pode referir ao Direito Natural, como a outras formas mais elevadas de concepção. Mas em todo o caso a sua personificação é uma forma de instância superior, à qual nos referimos como a uma Constituição.

Para outros, o Direito é uma realidade que ajuda o Governo das coisas e dos homens, a administração do que deve tender a tornar melhor os seres e a sociedade.

O que, para nós, deve permanecer extremamente vivo, palpável, sensível, real, é o papel essencial – e isso é-nos comum – que incumbe aos Juristas dos países de África e da Ásia, indissolúvelmente ligados às lutas dos seus povos.

É o papel, que é o nosso, de lutar constantemente contra o sub-desenvolvimento, contra a miséria, contra a desqualificação, contra a despersonalização, contra o obscurantismo, contra as sequelas do colonialismo, contra o colonialismo, ... pela liberdade, pela paz, pela construção, a edificação de uma nova era, de uma era de maior humanização, de uma era de maior responsabilidade...

Em resumo, o que determina o conteúdo positivo da nossa acção comum é mesmo a definição da verdade..., a partir de uma análise global dos novos fenómenos que nos fizeram passar da dominação à Independência. É a definição global de um Direito marcado pela democracia, pelo progresso e por uma fidelidade total ao bem-estar do povo.

Penso, Meus Senhores, que nestas condições, me cabe – porque o trabalho foi feito em conjunto – agradecer em nome de todos vós, ao nosso distinto Presidente, o Professor YOSHITARO HIRANO, que tão bem dirigiu os nossos trabalhos. A ele endereçamos os nossos votos de um feliz regresso ao seu país natal e de um pronto retorno ao trabalho na GUINÉ, para continuar a presidir às sessões e aos destinos da Associação que se está a delinear.

Conakry, 28 de Maio de 1962

[assinatura de Paul Faber]

Proposta de Comunicado do MPLA

[dactilografada – 2ª via]

[Sem data – antes da fuga de A. Neto]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

A luta que o povo angolano trava com o opressor colonialista e fascista tem um eco elevado na voz dos seus intelectuais. Paralelamente ao fogo popular foi-se criando nos últimos dez anos, com uma coesão profunda entre o povo e estes, uma unidade que se viria [a] traduzir na estruturação de uma literatura nova para o mundo: a literatura angolana.

Surgiram poetas, contistas, prosadores, críticos, descontentes e inconformistas levantando a realidade do seu povo, percursos do deflagrar da luta em 4 de Fevereiro de 61. Cada intelectual angolano é um homem do povo, pela terra livre de Angola.

Aproveitando a visita a Angola da missão diplomática brasileira em Portugal e porque fechadas todas as portas de um convívio com a cultura de outros países, incluídos os mais autênticos valores portugueses, os escritores angolanos contactaram com o adido cultural daquela Embaixada, Prof. Thiers Moreira. A polícia política portuguesa (PIDE) acusou-os imediatamente de atentarem contra a segurança externa do estado tentando estabelecer o diálogo com os seus colegas do Brasil. E com este pretexto foram encarcerados os Poetas António Jacinto (a voz mais alta da poesia revolucionária da angolanidade), António Cardoso, Henrique Guerra, Aires Almeida Santos, Tomás Jorge, os Contistas Luandino Vieira, Mário Guerra, somando-se aos já detidos Poeta Agostinho Neto (líder do povo angolano e Presidente de Honra do Movimento Popular de Libertação de Angola), P. Joaquim Pinto de Andrade (Doutor em Teologia e Membro do Conselho Executivo da Sociedade Africana de Cultura – SAC), Jornalistas Domingos Van-Dunen e Helder Neto, Vieira Dias e Gabriel Leitão (componentes e criadores do conjunto musical angolano N'Gola Ritmos).

Os repetidos apelos do MPLA e a pressão de altas personalidades do mundo da cultura internacional em favor do Dr. Agostinho Neto, permitiram que fosse transferido da prisão onde se encontrava para uma residência vigiada em Lisboa.

Entretanto o Poeta António Jacinto, que para evitar maior número de prisões e o recrudescimento das torturas, assumiu a inteira responsabilidade dos actos imputados aos companheiros, sofre, com António Cardoso, os mais cruéis maus-tratos perigando as suas vidas.

Intelectuais Brasileiros!

Intelectuais de todos os países!

Povo livre de todo o mundo!

O regime de Salazar e sua polícia inhumana [sic] visam a destruição física de todos os intelectuais angolanos que não conseguiram escapar à sua fúria devastadora.

Pretende arrasar o património cultural de um povo, impedindo todas as suas autênticas manifestações e calar nas prisões até à sua liquidação os seus mentores.

Pretende manter por todos os meios o obscurantismo, sufocar por todos os processos a força nova de um contributo cultural ao mundo.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) denuncia mais este crime de lesa-Angola e lesa-Humanidade.

Apela para a vossa certeza de homens livres para que protesteis, exijais por telegramas, cartas, marchas, perante o Presidente da República Portuguesa e Salazar contra a destruição da cultura angolana; contra a prisão dos escritores, artistas e milhares de angolanos detidos; para que seja enviado um corpo médico internacional que observe nos locais as condições em que se encontram os nacionalistas angolanos, prisioneiros.

Léopoldville,

O COMITÉ DIRECTOR

[Bilhete manuscrito de Costa Andrade para Viriato]

Caro Viriato:

Vai uma cópia do comunicado que o Mário me propôs que fizesse e que vós deveríeis aprovar.

Por barco segue a documentação a que me refiro na 1ª das 3 cartas que hoje te envio conjuntamente.

Desculparás o tom da segunda, mas na verdade desespera, depois de tantas voltas, de tantas conversas, ouvir reacções como ouvi à notícia que junto.

O que provocou tal reacção foi a referência a um possível acordo – Ben Kheda – Holden. É urgente uma declaração vossa e se possível o apoio do GRA do MPLA.

Aguardo ansiosamente notícias tuas.

Crê-me e aceita um forte abraço
do [assinatura de Costa Andrade]¹

¹ Mais tarde conhecido por “Ndunduma we Lepi”.

Proposta de Nkrumah para o Comando Unificado

[dactilografada, em inglês]

FORMAÇÃO DE UMA ALIANÇA MILITAR E CRIAÇÃO DUM COMANDO UNIFICADO PARA OS COMBATENTES PELA LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

O meu ponto de vista, que também reflecte o dos meus colegas noutros Estados africanos independentes, tal como vós muito preocupados com a situação em Angola, é de que o actual problema angolano não é um problema ideológico. Trata-se de um conflito armado no qual as forças dos dois combatentes – a saber os portugueses e os angolanos – não são semelhantes do ponto de vista militar.

Nestas circunstâncias e no interesse supremo das massas angolanas que estão sendo, neste preciso momento, massacradas e submetidas a toda a espécie de atrocidades e brutalidades por parte dos agressores portugueses, é absolutamente imperativo que sejam encontrados métodos e meios imediatos que permitam, a quem é responsável pela sobrevivência e bem-estar das massas, atacar o inimigo e liquidá-lo completamente.

Segundo o meu ponto de vista, como já vos expliquei, a única maneira prática e efectiva para prosseguir com sucesso a guerra angolana, reside na consolidação de todas as forças nacionalistas.

ALIANÇA MILITAR E COMANDO MILITAR UNIFICADO

Isto pode ser feito pela (a) formação de uma nova Aliança Militar das três principais organizações políticas e (b) criação de um novo Comando Militar Unificado que assumiria um controlo absoluto e se responsabilizaria completamente por todas as Forças Combatentes Angolanas. Este Comando Militar Unificado não terá nada a ver com a política interna das diversas organizações políticas, mas deverá ocupar-se apenas e exclusivamente do desenvolvimento efectivo e rápido da guerra.

COMPOSIÇÃO DO COMANDO MILITAR UNIFICADO

O novo Comando Militar Unificado incluirá representantes das três principais organizações políticas – UPA, PDA e MPLA – nomeados ou eleitos pelos seus respectivos partidos.

Para facilitar decisões rápidas e empreender acções rápidas, é conveniente que o número de pessoas que venham a constituir o novo Comando Militar Unificado seja limitado, por exemplo, a nove elementos. Assim, cada uma das três principais organizações políticas teria uma representação de três membros.

SUBORDINAÇÃO DOS MEMBROS DO COMANDO

Os membros do Comando devem subordinar-se apenas ao Comando Militar Unificado em que servem e não a um outro partido ou partidos. Devem contudo apresentar relatórios periódicos aos dirigentes políticos respectivos a respeito da ajuda geral recebida e do avanço da guerra.

VIAS DE ASSISTÊNCIA

O novo Comando Militar Unificado será o único organismo reconhecido para o encaminhamento de toda a assistência financeira e militar dos Estados independentes.

CONSELHO NACIONAL

Criar-se-á um Conselho Nacional acima do novo Comando Militar Unificado. O Conselho Nacional terá como dever dirigir as actividades do Comando Militar Unificado e inspeccioná-las de tempos a tempos.

Tal como o Comando Militar Unificado, o Conselho Nacional incluirá também representantes nomeados ou eleitos das três principais organizações políticas.

OSAGYEFO DR. KWAME N'KRUMAH

Por e em nome das delegações da UPA e do PDA
(ROSÁRIO NETO)¹

Por e em nome da delegação do MPLA
(MÁRIO DE ANDRADE)

[6/6/62]

Projecto de Aliança Militar

[dactilografado, em francês]

[Sem data – meados de 1962]

ALIANÇA MILITAR

Objectivos da Aliança Militar:

I – Estabelecimento de um clima de paz e de fraternidade entre as forças armadas da UPA-PDA e do MPLA.

II – Cessação imediata de todas as hostilidades entre a UPA-PDA e o MPLA.

III – Aplicação total e exclusiva das sobreditas forças armadas contra o colonialismo português.

IV – Criação de Comités mistos que garantam a circulação livre e segura das sobreditas forças armadas em todo o território nacional.

Projecto de Comando Militar UNIDO

Acção e composição do Comando Militar Unido:

O CMU é o único organismo reconhecido através do qual é dirigida toda a ajuda financeira e militar dos Estados Africanos Independentes, destinada às forças armadas.

¹ Na versão policopiada, em francês, está “mas assinado D. LIVROMENTOS”.

I – O Comando Militar Unido será constituído por 6 pessoas, sendo três designadas e mandatadas pela UPA-PDA e três designadas e mandatadas pelo MPLA.

II – O CMU será constituído por nove pessoas, três designadas e mandatadas pela UPA; três designadas e mandatadas pelo PDA e três designadas e mandatadas pelo MPLA.

DAS DECISÕES:

Todas as decisões do CMU serão tomadas por unanimidade de todos os membros.

DA COMPETÊNCIA DO CMU

Compete ao CMU:

- a) Marcar a linha estratégica comum que será executada operacionalmente pelos Quartéis Gerais das forças armadas da UPA-PDA e do MPLA.
- b) Organizar uma Intendência (administração) mista para o reabastecimento e munição das sobreditas forças armadas.
- c) Repartir os despojos da guerra segundo as necessidades da Frente de Combate.
- d) Garantir a liberdade de inscrição dos nacionalistas angolanos nos destacamentos (fileiras) militares da UPA-PDA e do MPLA sem mobilização coerciva (obrigatória) ou baseada em qualquer espécie de discriminação.
- e) Criação de um Tribunal Militar comum para redigir os processos e julgar os inimigos do Povo.
- f) Dirigir a conduta militar das forças armadas mencionadas, para que possam adquirir o estatuto de Beligerância.
- g) Criação de serviços sanitários comuns para todas as forças armadas.

O CONSELHO NACIONAL

Formação:

O Conselho Nacional é formado por X pessoas, sendo 3, 4, 5, designadas e mandatadas pela UPA-PDA e 3, 4, 5, designadas e mandatadas pelo MPLA.

DECISÃO:

As decisões do Conselho Nacional são tomadas por unanimidade de todos os seus membros.

DA CONFERÊNCIA DO CN

Compete ao CN:

- a) Dirigir as actividades do Comando Militar Unido e examiná-las de tempos a tempos.
- b) Designar (nomear) comandos mistos para as zonas libertadas e fixar o programa das actividades desses comandos.
- c) Criar em condições favoráveis, um órgão que possa assegurar provisoriamente a soberania nacional.

- d) Decidir sobre eventuais negociações com o inimigo e definir o conteúdo, os limites e os objectivos dessas negociações.

Carta de Graça Tavares a Lúcio Lara

[dactilografada, em papel timbrado do MPLA]

Ref. 44/S/1962

Léopoldville, 4 de Junho de 1962

Amigo e compatriota LÚCIO LARA

Saúde e continuação do bom trabalho.

Junto enviamos a Circular-Comunicado do nosso Movimento em que se dá conhecimento a toda a nossa organização da remodelação do nosso Comité Director.

Para ti, como membro do Comité Director cessante e militante dos mais importantes do MPLA, só as condições urgentes em que a questão se passou, impediram que não tomasses parte nas longas reuniões que levaram a esta remodelação; remodelação esta que para ti não é novidade e portanto eu me escuso aqui, por escrito, de entrar em pormenores que de viva voz te serão dados. Ficou mesmo assente que o nosso companheiro Eduardo dos Santos te escrevesse uma carta em que relataria circunstanciadamente da maneira como correu esta remodelação e os factos imperantes do mesmo *[sic]* e as relações que continuarão a existir entre os membros do Comité Director cessante e o novo.

Podemos mesmo dizer que na prática não haverá mudanças algumas que modifiquem a estrutura; que apesar da distância a que te encontras tu compreendes bem todo este assunto.

Junto te remetemos também uma espécie de carta circular que foi enviada aos nossos representantes no estrangeiro.

Com toda a sincera camaradagem subscreve-se o compatriota¹.

[assinatura de Graça Tavares]

Carta de Eduardo dos Santos a Lúcio Lara

[dactilografada]

Caro Lúcio

Vão umas linhas a título particular para te informar as últimas decisões tomadas pelo Comité director do nosso movimento.

¹ "...-se o compatriota" foi acrescentado à mão e foi riscado "O 1º Secretário".

Depois de várias reuniões que tiveram como ponto fundamental a estruturação do movimento, o comité director resolveu remodelar e alargar o corpo dirigente. Esta decisão teve como fundamento a necessidade de afastar os mestiços da direcção uma vez que a massa continua a revelar e de forma crescente um sentimento de desconfiança, em relação aos mesmos, baseado no preconceito racial.

Nestes últimos dias produziram-se alguns acontecimentos lamentáveis num dos quais eu fui um dos visados: As delegações da CVAAR que se deslocaram à fronteira no trabalho de ajuda aos refugiados foram vaiadas e impossibilitadas de contactar os angolanos pois estes em gritos de protesto contra a presença dos mestiços forçaram-nos a retirar. No trabalho quotidiano continuam a manifestar-se os casos que são do teu conhecimento, sempre com base no preconceito racial. A nossa presença no comité director constituía um obstáculo para se realizar uma campanha larga e profunda contra esse sentimento visto que ela seria facilmente neutralizada pelos nossos adversários. Nós concordámos que uma direcção constituída na totalidade por negros teria mais possibilidades práticas para realizar esse trabalho na medida que tem muito mais possibilidades de ser aceite pelas massas. Vamos lá a ver se os nossos camaradas estão dispostos a proceder nesse sentido. De qualquer maneira a situação não permitia outra atitude da nossa parte. Foi mais um sacrifício por Angola.

Creio que não vale a pena aprofundar mais este assunto pois tu conhece-lo tão bem como eu. A nossa situação presentemente é de meros militantes dispostos a continuar no trabalho se isso for permitido. Pelo menos é nessa situação que eu tenho de me colocar. Começo a ter a sensação que sou um intruso nessas questões e eu não quero passar por situações chatas. Tenho a consciência que fiz tudo por Angola que sacrifiquei na verdade coisas reais, que a minha presença na luta foi o fruto de uma reflexão fria a que me decidi na base do reconhecimento duma injustiça gritante que se praticava no meu país e que a minha atitude não poderia ser senão a da renúncia das facilidades que desfrutava para me dedicar totalmente à causa da libertação da nossa querida Angola. Não estou arrependido e continuo inteiramente à disposição do movimento mas não a ter de passar por situações chatas e humilhantes.

Tive conhecimento que te foi enviada a lista dos novos dirigentes. Portanto dispense-me de o fazer.

E tu meu caro como vais? O paludismo e as hemorróidas continuam? Eu creio que isso deve estar arrumado.

Tenciono escrever-te mais umas linhas quando receber a tua resposta. Recomenda-me à Ruth ao Paulinho e à herdeira. Muitos cumprimentos para os nossos camaradas incluindo o Amílcar e respectivas famílias. A Mariazinha recomenda-se.

Do teu camarada e amigo
[Acrecentado à mão: 4/6/62]

[assinatura de Eduardo dos Santos]

Tenciono escrever-te mais umas linhas quando receber a tua resposta
Recomenda-me à Ruth ao Paulinho e à herdeira. Muitos cumprimentos para os nossos camaradas incluindo o Amílcar e respectivas famílias. A Mariazinha recomenda-se.

Do teu camarada e amigo

4/6/62

Carta de Álvaro Cunhal a Lúcio Lara

[dactilografada]

Para LÚCIO LARA
membro do Comité Director
do Movimento Popular de Libertação de Angola
CONAKRY

Estimado amigo:

Recebi a sua carta de 7 de Maio. O seu pedido será satisfeito. O mais depressa que me seja possível, farei chegar ao interessado e ao meu Partido as vossas opiniões. Isto poderá porem significar algumas semanas e temos de admitir que entretanto a situação haja sofrido alterações.

Para LÚCIO LARA
membro do Comité Director
do Movimento Popular de Libertação de Angola
CONAKRY

Estimado amigo:

Recebi a sua carta de 7 de Maio. O seu pedido será satisfeito. O mais depressa que me seja possível, farei chegar ao interessado [A. Neto] e ao meu Partido as vossas opiniões. Isto poderá porém significar algumas semanas e temos de admitir que entretanto a situação haja sofrido alterações.

As últimas notícias que recebi (de Maio) mostram que os meus camaradas estão trabalhando activamente para a solução do problema, que pensam poder encontrar dentro dum prazo relativamente curto. As coisas estão já numa fase de execução, mas são sempre de esperar contratempos e dificuldades imprevistas. Em casos destes não se podem evitar os riscos, mas procura-se decerto o máximo de segurança possível.

Sei também que foi encarada a alternativa sugerida na sua carta, mas ignoro os termos em que o problema foi debatido. Parece-me justo o que dizeis a este respeito.

Na minha opinião a opção por um ou outro meio deve depender da existência ou não existência duma efectiva possibilidade de resolver o caso pelo primeiro, e num prazo relativamente curto. Como vós, temo que o inimigo tome medidas que impossibilitem por longo tempo o que agora temos em vista. Se se puder resolver pelo primeiro meio, parece-me preferível, pois a recuperação seria imediata. O segundo criará, segundo me parece, uma situação que poderá prolongar-se muito.

Naturalmente, querido amigo, que neste caso não podemos nós, comunistas portugueses, dar mais que a nossa opinião e o nosso esforço. A decisão cabe-vos a vós e em primeiro lugar ao próprio interessado. As vossas opiniões ser-lhe-ão transmitidas e ele decidirá, à base dos elementos que tenha para ajuizar da situação.

Parece também importante que, se obtiverdes, para a alternativa que colocais, uma resposta afirmativa das entidades às quais vos dirigistes, essa resposta seja rapidamente comunicada ao interessado. Se não tendes outra possibilidade segura e mais rápida, podereis fazê-lo por meu intermédio, embora, para um caso destes, seja uma via muito demorada.

Tal como vós, consideramos de alta importância conseguir-se realizar com êxito esta tarefa.

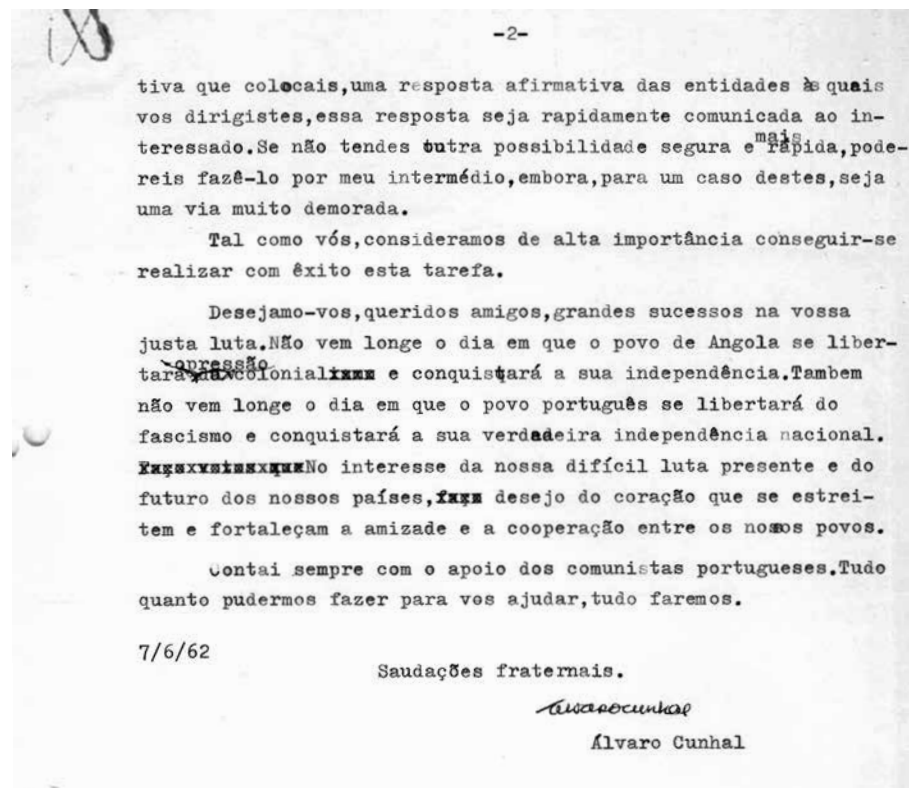
Desejamo-vos, queridos amigos, grandes sucessos na vossa justa luta. Não vem longe o dia em que o povo de Angola se libertará da opressão colonial e conquistará a sua independência. Também não vem longe o dia em que o povo português se libertará do fascismo e conquistará a sua verdadeira independência nacional. No interesse da nossa difícil luta presente e do futuro dos nossos países, desejo do coração que se estreitem e fortaleçam a amizade e a cooperação entre os nossos povos.

Contai sempre com o apoio dos comunistas portugueses. Tudo quanto pudermos fazer para vos ajudar, tudo faremos.

7/6/62

Saudações fraternais

Álvaro Cunhal [com assinatura]



Carta de Matias Miguéis a D. Livromentos, R. Neto e A. Matumona

[cópia policopiada, em francês]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

Léopoldville, 8 de Junho de 1962

Ref. 56/C/62

Srs. DAVID LIVROMENTOS, ROSÁRIO NETO, ANTOINE MATUMONA
Responsáveis das delegações UPA-PDA
À CONFERÊNCIA DE ACCRA DE 31 DE MAIO DE 1962
AVENIDA OSTERICHT, 10
LÉOPOLDVILLE

Meus Senhores

Dando seguimento aos compromissos que o MPLA teve a honra de assumir ao assinar, a 6 de Junho de 1962 em Accra (República do Ghana) a declaração comum rubricada por S. Ex.^a o Presidente Osagyefo Dr. Kwame Nkrumah, pelas delegações da UPA e do PDA e pela delegação do MPLA, o Movimento Popular de Libertação de Angola convida para esse efeito a UNIÃO DAS POPULAÇÕES DE ANGOLA e o PARTIDO DEMOCRATA DE ANGOLA (PDA), para uma reunião conjunta dos nossos três partidos organizações com a seguinte ordem de trabalhos:



Matias Miguéis

– Discussão e realização da Aliança Militar, do Comando Unido e do Conselho Nacional, de acordo com o espírito da acima citada declaração comum.

– O MPLA propõe ainda o seguinte:

– Que cada uma das organizações nacionalistas acima mencionadas envie uma delegação composta por pelo menos cinco membros;

– Que a reunião se realize a 11 de Junho de 1962, às 16 horas no Bar Buvette, Avenida Cabinda n.º 147 – Léopoldville – ou em qualquer outro lugar que ofereça melhor segurança.

Aguardamos uma resposta num prazo muito breve.

Saudações nacionalistas,

MATIAS MIGUÉIS
VICE-PRESIDENTE

Carta de David Livromentos ao MPLA

[cópia policopiada, em francês]

Léopoldville, 9 de Junho de 1962

GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA NO EXÍLIO
AO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
C.P. 720
LÉOPOLDVILLE

Senhores,

Acusamos a recepção da vossa carta de ontem n.º 56/C/62, na qual nos convidam para uma reunião conjunta que deverá realizar-se no próximo dia 11, no quadro do projecto apresentado aquando da última Conferência de Accra, por Sua Excelência o Presidente da República do Ghana, o Osagyefo Dr. Kwame N'Krumah, o qual merece um estudo com particular atenção.

Por conseguinte, não tendo ainda a nossa delegação feito o seu relatório, a Frente Nacional de Libertação de Angola não pode responder ao convite, a não ser que isso seja numa data e num local a fixar ulteriormente.

O Presidente do Conselho Nacional da FNLA
ASS) DAVID LIVROMENTOS

Carta de David Livromentos ao MPLA

[cópia policopiada, em francês]

Léopoldville, 11 de Junho de 1962

GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA NO EXÍLIO
AO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
51, Avenida Tombeur de Tabora – C.P. 720
LÉOPOLDVILLE

Senhores,

Com referência à nossa carta de ontem, apressamo-nos a informar-vos que a delegação da Frente Nacional que esteve na recente Conferência de Accra, já apresentou o seu relatório.

Infelizmente, não tendo os delegados sido enviados como simples membros dos Partidos respectivos, mas sim na qualidade [de membros] da FNLA, cuja existência não pode ser desconhecida por nenhuma organização política angolana, é a esta última que o vosso convite deve ser dirigido, porque é a única habilitada a responder-vos. Foi aliás isso que ficou claramente acordado, na presença de Sua Excelência o Osagyefo, Dr. N'Krumah, entre a nossa delegação e a vossa.

Fraternalmente,

O Presidente do Conselho Nacional da FNLA
ASS) DAVID LIVROMENTOS

Carta do Min. Provincial da Saúde ao CVAAR

[dactilografada, em francês, em papel timbrado]

[Sem data – Junho 1962]

Ao Senhor Presidente
do Corpo Voluntário Angolano
de Assistência aos Refugiados
em LÉOPOLDVILLE

Ref: N.º CAB/700/00193

Assunto: Cuidados Médicos

Refugiados de Moerbeke
e Kimpese aos Refugiados
Angolanos. *[sic]*

Senhor Presidente,

Em aditamento à nossa conversa, tenho a honra de lhe informar que acabo de escrever ao Senhor Administrador do Território de Songololo solicitando-lhe que vos conceda todas as facilidades requeridas para começar, sem demasiadas dificuldades, a pesada tarefa que vos espera nesse vasto Território.

Por conseguinte, autorizo-vos a cuidar dos doentes, não só dos Refugiados Angolanos mas também todos os cidadãos deste país.

Pode iniciar, desde já, o vosso trabalho.

Queira aceitar, Senhor Presidente, os protestos da minha elevada consideração.

O MINISTRO PROVINCIAL DA SAÚDE PÚBLICA

[carimbo do Min.Saúde]

– J. N. VANGU, *[segue assinatura]*

Carta de Matias Miguéis a David Livromentos

[cópia policopiada, em francês]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

Léopoldville, 16 de Junho de 1962

Ref. 61/C/62

Sr. DAVID LIVROMENTOS
LÉOPOLDVILLE

Senhor,

O MPLA, num esforço supremo de conciliação a favor da unidade das forças nacionalistas angolanas, pede à UPA e ao PDA para apenas se basearem estritamente no espírito e na letra da declaração comum assinada em Accra, a 6 de Junho de 1962.

Essa declaração comum que o Osagyefo Dr. Kwame Nkrumah honrou com o seu alto testemunho constitui efectivamente o único acordo de princípio oficial entre o MPLA, a UPA e o PDA.

Nessa declaração Comum:

1.º) Não está mencionada a Frente formada pela UPA e o PDA.

2.º) As palavras empregues e sancionadas pelos três signatários são as seguintes: "... a formação de uma nova Aliança Militar pelas três principais organizações políticas..." "o novo Comando Militar Unificado compreenderá representantes das três principais organizações políticas – UPA, PDA e MPLA..." "Portanto, cada uma dessas três principais organizações políticas terão uma representação de três membros"; "... o Conselho Nacional compreenderá também representantes nomeados ou eleitos das três principais organizações políticas";

3.º) O Sr. David Livromentos assinou a declaração comum "pela e em nome das delegações da UPA e do PDA."

Por conseguinte, o vosso pedido de negociação com a Frente formada pela UPA e pelo PDA e a assinatura de cartas pelo Sr. D. Livromentos na qualidade de Presidente do Conselho Nacional da FNLA (citamos) constituem:

1.º) A introdução pela UPA e pelo PDA de elementos novos e estranhos ao espírito e à letra da declaração comum; e

2.º) Uma substituição das entidades – UPA e PDA que assinaram a declaração comum, por outras pessoas novas e estranhas à mesma declaração.

O MPLA afirma, mais uma vez, que está pronto e sempre disposto, a qualquer momento, a negociar com as delegações da UPA e do PDA, na estrita conformidade com o espírito e a letra da declaração referida.

Na expectativa da vossa resposta, agradecemos antecipadamente.

Em nome do Comité Director do MPLA

MATIAS MIGUÉIS
VICE-PRESIDENTE

Carta do MPLA a Kwame Nkrumah

[policopiada, em francês]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

Léopoldville, 19/6/62

– CÓPIA –

A SUA EXCELÊNCIA OSAGYEFO
DR. KWAME NKURUMAH
PRESIDENTE da República do Ghana
ACCRA

Excelência,

Foi com enorme prazer que o Comité Director do Movimento Popular de Libertação de Angola, na sua reunião de 7 de Junho de 1962, foi informado do seu apoio aos movimentos políticos que lutam para a libertação de Angola.

O Comité Director saúda calorosamente o Osagyefo Dr. Kwame Nkrumah pelo grande sucesso obtido nas Conferências entre as delegações do MPLA, UPA e PDA que estão de acordo com o princípio de uma formação da UNIDADE MILITAR E DO CONSELHO NACIONAL.

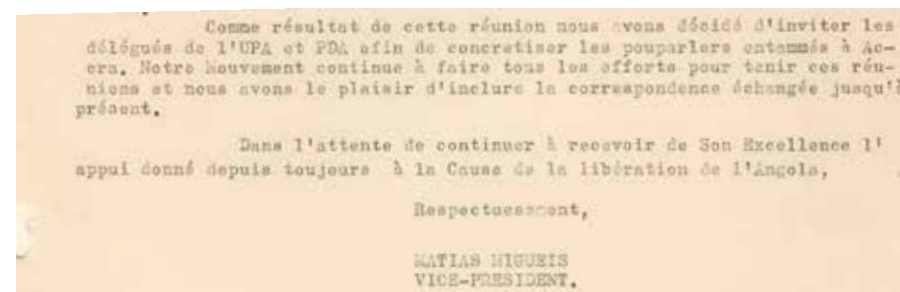
O interesse do nosso Movimento foi tão grande que fizemos uma reunião especial no dia seguinte à chegada da nossa delegação de Accra.

Como resultado dessa reunião, decidimos convidar os delegados da UPA e do PDA para concretizar as conversações iniciadas em Accra. O nosso Movimento continua a envidar todos os esforços para realizar essas reuniões e temos o prazer de incluir a troca de correspondência mantida até ao presente.

Esperando poder continuar a receber de Sua Excelência o apoio dado desde sempre à Causa da libertação de Angola,

Respeitosamente,

MATIAS MIGUÉIS
VICE-PRESIDENTE



Declaração da CONCP ao Comité Especial da ONU

[policopiada, em francês]

DECLARAÇÃO

ao Comité Especial da ONU para os Territórios administrados por Portugal
Apresentada pelo Secretário-geral da CONCP
Marcelino dos Santos – sociólogo
Junho de 1962

Senhor Presidente

Senhores membros do Comité especial da ONU para os territórios administrados por Portugal

Em nome do Secretariado Permanente da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, temos a honra de expressar ao Comité especial da ONU, encarregue de inquirir sobre a situação actual nos territórios sob administração portuguesa, o reconhecimento dos povos dos nossos países pela tarefa que cumpre.

Através do Comité Especial, é a ONU que saudamos, e estamos convencidos que o trabalho do Comité, na busca do conhecimento exacto do que é a realidade actual dos nossos países, só poderá contribuir para o triunfo das justas aspirações dos nossos povos.

No cumprimento da vossa tarefa, senhores membros do Comité, tivestes a ocasião de encontrar os representantes de cada um dos nossos países.

Por isso e considerando o carácter da nossa organização, expressão da União das forças que lutam pela liquidação geral do colonialismo português, daremos atenção sobretudo à definição das nossas aspirações comuns e dos nossos princípios de acção.

Finalmente hoje, no Marrocos, a vossa última etapa em África, o Secretariado permanente da CONCP também faz questão de vos assegurar o seu desejo sincero em colaborar plenamente para o êxito da vossa tarefa.

A situação que reina em Angola, no arquipélago de Cabo Verde, na Guiné “portuguesa”, em Moçambique e em São Tomé e Príncipe é uma situação colonial.

Com efeito, a teia das relações actuais entre Portugal e os nossos países apresenta as características das relações de tipo colonial – com a exploração económica das riquezas do país e a dominação social das populações autóctones.

As características essenciais do colonialismo português decorrem do estado atrasado das estruturas económicas de Portugal, assim como do carácter colonial-fascista do Governo Português.

Talvez não seja inútil recordar aqui que Portugal é um país atrasado, que permanece agrícola, que conta hoje ainda com cerca de 42% de analfabetos, e que não soube – ou pôde – seguir o ritmo do desenvolvimento industrial do conjunto dos outros países europeus. Por outro lado, Portugal não conheceu uma democracia “clássica” de tipo parlamentar e as tradições democráticas continuaram fracas.

É a conjunção desses diferentes factores que deu ao sistema colonial português a sua fisionomia própria, a saber, a manutenção de todas as formas de exploração colonial clássica, desde o trabalho forçado, a submissão da população do nosso país a estatutos

particulares como o estatuto do Indígena, o obscurantismo cultural, a imposição de ciclos de fome e de todas as formas de miséria e de aniquilamento das populações.

Os povos dos nossos países nunca aceitaram uma tal situação, e a nossa história está assinalada por inumeráveis feitos que testemunham a resistência constante à dominação estrangeira.

O amplo movimento de emancipação que, favorecido por uma nova conjuntura internacional, sacode a África desde a última guerra mundial, não podia deixar de ter a sua expressão própria nos nossos países.

Ao longo dos anos do último pós-guerra, a organização da resistência ao opressor resultou na formação, nos nossos países, de organizações nacionalistas que definiam como objectivo principal a Conquista da nossa Independência Nacional.

Com efeito, a experiência prova que numa situação colonial, a Independência Nacional constitui a única saída histórica. Quer dizer, o conflito que opõe os povos dos nossos países à administração colonial portuguesa só pode ser resolvido pela ascensão dos nossos países à Independência.

A conquista do poder político surge como a primeira etapa necessária ao desenvolvimento económico dos nossos países e ao progresso social e cultural dos nossos povos.

Conscientes desse facto, os povos dos nossos países, mobilizados nas suas organizações nacionais, passaram à resistência activa, nova fase da luta contra o opressor.

Assim foi desencadeado o processo de liquidação geral do colonialismo português e que deverá desembocar na Independência Nacional, quer dizer, na libertação política, económica, social e cultural dos nossos povos.

O nascimento dos movimentos de libertação nacional operou uma mudança radical na vida dos nossos países.

Baseados nos nobres e profundamente humanos sentimentos de liberdade, de justiça e de dignidade oriundos das massas populares, os movimentos de libertação desde o seu nascimento aparecem como os novos detentores do poder, um poder que se alarga acompanhando o desenvolvimento dos próprios movimentos de libertação.

Devido a uma dinâmica interna, as responsabilidades dos movimentos de libertação aumentam numa evolução progressiva.

Esse fenómeno determina a expressão dos movimentos de libertação sob dois aspectos intimamente ligados e que se completam:

- um, o aspecto negativo, destruidor, que é a liquidação das estruturas coloniais, do poder colonial.
- o outro, o aspecto positivo, que é a formação e o desenvolvimento progressivo de novos mecanismos de direcção do país adaptados aos interesses do povo e às exigências da luta.

Esses objectivos, que nos esforçamos por realizar através de uma actividade quotidiana, constituem a preocupação das nossas organizações nacionalistas. Isso também constitui a prova do sentido das responsabilidades e da maturidade política das organizações nacionalistas dos nossos países.

* * * * *

Ao longo da nossa luta, consideramos sempre a Unidade como um dos princípios guias da nossa luta.

Com efeito, entendemos dever juntar os esforços de todos os patriotas, sem qualquer exclusão seja ela religiosa, étnica ou outra. Agindo assim, preservamos a unidade do povo e a integridade do território, exigências fundamentais para o sucesso da nossa luta.

Sempre lutamos pela realização de FRENTE UNIDAS de luta à escala nacional, quer dizer à escala de cada um dos nossos países.

Guiados por esses mesmos princípios unitários, e para lutar mais eficaz e rapidamente pela libertação dos nossos países, as organizações nacionalistas das colónias portuguesas reuniram-se em Abril de 1961 em Casablanca, e decidiram a criação da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas, a CONCP.

Gostaria aqui, perante o digno Comité das Nações Unidas, de aproveitar a ocasião para dizer do nosso reconhecimento profundo a Sua Majestade Hassan II e ao seu Governo, que, num gesto de alta solidariedade Africana acolheram a sede da nossa organização.

A União das forças engajadas na luta contra o colonialismo português tem um alcance considerável e contribui fortemente para a realização das aspirações dos nossos povos.

Essa mesma preocupação de unidade levou-nos a definir a nossa luta num contexto de unidade africana e de solidariedade com os povos do mundo inteiro, e a estabelecer uma política de não-alinhamento, por um mundo de paz e de felicidade.

Reafirmamos aqui a adesão profunda dos nossos povos à paz e o seu desejo de resolver os problemas que se põem actualmente, a saber o acesso à Independência pela via pacífica das negociações. Continuamos dispostos a esgotar todas as possibilidades para evitar que outros focos de guerra se acendam nas outras colónias portuguesas.

Mas também fazemos questão em reafirmar aqui, solenemente, que os nossos povos não excluem nenhum meio para alcançar a realização das suas legítimas aspirações.

Na nossa Declaração Geral, aprovada em Casablanca em 1961, a nossa Conferência, convencida da necessidade urgente de libertar os povos colonizados por Portugal “Proclama a unidade de acção das organizações nacionalistas na luta por todos os meios, com vista à liquidação imediata do colonialismo português e à libertação de todas as formas de opressão.”

No entanto, os nossos povos não são menos pacíficos que qualquer outro. Muito pelo contrário, a paciência de que têm dado prova face aos sofrimentos suportados até hoje, testemunha bem o seu amor pela paz.

O recurso à acção directa decorre da realidade dos nossos países.

Convém recordar que a cada gesto reivindicativo, a cada manifestação pacífica dos nossos povos, o Governo português reagiu apenas de uma maneira: a repressão sangrenta.

Muito antes do desencadear da guerra em Angola, já tinha havido massacres em Moçambique, em São Tomé, em Goa, na Guiné “portuguesa”.

Porque o facto é que o governo de Portugal, cego pelos interesses colonialistas portugueses, amarrado a uma secular ideologia colonial, sempre recusou marchar no sentido da história.

O desenvolvimento da resistência pacífica mas organizada, constitui para o Governo Português um crime que é necessário reprimir.

O Governo Português persiste em recusar uma formulação pacífica das nossas reivindicações. Como poderíamos nós então não encarar a acção directa como um dos meios para a nossa libertação?

Que nos seja permitido referir aqui o testemunho do líder africano, Sr. Keneth KAUNDA, cuja adesão aos métodos não violentos é sobejamente conhecida e que declarou muito recentemente a um semanário Africano, que a violência era normal no caso das colónias portuguesas.

A acção directa aparece portanto como uma reacção à qual somos constringidos face a um sistema que apenas conhece uma arma: a violência.

Seria faltar ao nosso dever, enquanto guias da acção libertadora, não compreender isso.

E se era necessária uma prova, há um pouco mais de um ano que dura a guerra em Angola. E na Guiné portuguesa, como em Moçambique ou em qualquer outro território sob dominação colonial portuguesa, o agravamento da situação política só pode conduzir ao nascimento de novos focos de guerra.

Como já o sublinhamos várias vezes, reafirmamos hoje solenemente diante deste Comité Especial da ONU a vontade inquebrantável dos nossos povos de serem livres.

Acusamos o Governo Português do crime de colonialismo, crime condenado pela consciência mundial e que recebeu a sua consagração jurídica pela decisão 1514 de 14 de Dezembro de 1960, da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Acusamos o Governo Português de calcar aos pés, pelas suas acções diárias, a Carta dos Direitos do Homem e de não respeitar os compromissos que tomou enquanto membro da ONU.

Acusamos o Governo Português de levar a cabo uma guerra de extermínio em Angola para abafar as justas aspirações do povo angolano.

Acusamos o Governo Português de desenvolver o aparelho de repressão militar e policial nos nossos países, para manter a sua dominação sobre os nossos povos.

A política seguida pelo Governo colonial-fascista de Portugal gerou nos nossos países um fosso entre os africanos e os europeus, e criou uma atmosfera de ódio e de medo.

A CONCP segue uma política que se quer anti-racial e tendo por objectivo a libertação do homem. Trata-se, para nós, não de lutar contra o povo português, mas de destruir as estruturas do poder colonial nas nossas terras.

Não alimentamos nenhum ódio contra o povo português. Muito pelo contrário, tencionamos levar a cabo uma política de amizade com os povos do mundo inteiro, e evidentemente, com o povo português. Mas é evidente que essas relações devem estar baseadas no respeito da nossa personalidade própria e na livre determinação.

É no quadro desse conjunto político que desenvolvemos a nossa actividade.

A CONCP constitui um símbolo da unidade dos nossos povos. Ela tem como objectivo a coordenação da luta de libertação dos povos das colónias portuguesas e aparece como sendo uma contribuição inestimável à construção dos alicerces da nossa Independência.

A CONCP entende realizar a cooperação e a solidariedade entre os povos dos nossos países na luta geral contra o colonialismo português. A nossa acção conjunta permite enfraquecer as fileiras das forças colonialistas.

A CONCP age no sentido de preparar os nossos países para assumirem plenamente as tarefas da Independência. É por isso que os nossos esforços quotidianos vão no sentido da elevação do nível político das massas.

Tratamos de fazer face às necessidades enormes da nossa luta através de um esforço de formação de quadros, tanto políticos como técnicos, e consideramos importante o desenvolvimento dos nossos próprios centros de formação de quadros, com os nossos próprios professores.

Tratamos também de fazer face aos problemas levantados pelo afluxo de refugiados.

Trata-se para nós, de satisfazer não só as necessidades alimentares e médico-sanitárias dos refugiados, mas também providenciar o desenvolvimento da sua instrução e da sua formação política.

Assim, a CONCP pretende assumir as suas responsabilidades nos diferentes aspectos da vida dos nossos povos.

Por outro lado, a CONCP iniciou uma campanha de informação da opinião mundial, e muito particularmente dos Estados Africanos.

O nosso apelo foi ouvido no mundo inteiro e declaramos com orgulho que recebemos constantemente testemunhos de solidariedade de todo o lado, tanto de África, como dos povos da Europa, da Ásia e da América.

Muito particularmente, um certo número de Estados Africanos e Asiáticos respondendo ao nosso apelo, tomaram medidas tanto económicas como diplomáticas contra o Governo Português.

Que nos seja aqui permitido endereçar os nossos agradecimentos sinceros a todos os povos e a todos os estados que de uma forma ou de outra não cessam de testemunhar a sua solidariedade.

Essa solidariedade geral manifestou-se e encontrou a sua consagração no seio da ONU. A realidade do Vosso Comité aparece aos nossos olhos como a expressão do interesse que a ONU tem pelo destino dos nossos povos.

A CONCP tem expressado, desde o dia do seu nascimento, a confiança que depositamos na ONU. A resolução sobre a ONU, assim como a Mensagem ao Senhor Presidente da Assembleia-Geral da ONU e que as organizações nacionalistas dos nossos países votaram em conjunto, testemunham a nossa convicção de que esta pode e deve desdobrar os seus esforços com vista a contribuir para a realização das justas aspirações dos nossos povos.

A ONU é uma Assembleia Pacífica. Saudamos com agrado o espírito de justiça que presidiu às decisões das Nações Unidas sobre os nossos países, e muito particularmente sobre Angola.

Não ignoramos as dificuldades com que se depara a ONU para impor as suas decisões. Contudo, pensamos que é nosso dever exprimir aqui, perante vós, Senhores Membros do Comité, que os nossos povos e organizações têm o profundo sentimento que a ONU constitui uma força majestosa de salvaguarda da Paz.

Hoje, perante o Comité Especial da ONU, fazemos questão de denunciar também as recentes reformas relativas aos nossos países e promulgadas em Lisboa. Essas reformas

visam por um lado tentar enganar os nossos povos e, por outro lado, convencer a opinião mundial, e muito particularmente a ONU, que o Governo Português satisfaz as nossas aspirações.

A unilateralidade de tais decisões bastaria para as tornar inaplicáveis. Mas na realidade elas não são aplicadas.

Por outro lado, no actual período da história dos nossos povos, a única reforma em concordância com as nossas aspirações é o reconhecimento solene e formal, pelo Governo Português, do nosso direito à autodeterminação e à Independência Nacional.

Apenas citaremos como exemplo a continuação do envio de colonos portugueses para os nossos países. Como se pode acreditar que essa medida prova a sinceridade do Governo Português de satisfazer as aspirações dos nossos povos?

É por isso que a CONCP:

Considerando a decisão 1514 de 14 de Dezembro de 1960 da Assembleia-Geral da ONU;

Considerando as diferentes resoluções tomadas pelas diversas instâncias da ONU condenando a política seguida pelo Governo Português nos nossos países;

Considerando que a persistência dos bastiões do colonialismo é uma ameaça de guerra;

Considerando que o colonialismo é um crime;

Considerando a justiça da reivindicação dos nossos povos à autodeterminação e à Independência;

Solicita que a ONU tome as medidas adequadas e utilize os meios necessários e eficazes para ajudar os nossos povos a concretizar as suas aspirações à autodeterminação e à Independência.

Estamos firmemente convencidos que a negociação – quer ela seja o desfecho de uma luta pacífica ou não – entre os representantes qualificados dos nossos povos e os do Governo Português, é a via necessária para a Independência. Mas para que haja negociação, é indispensável que o Governo Português reconheça solene e formalmente o direito histórico dos povos dos nossos países à autodeterminação e à Independência Nacional.

Senhor Presidente,

Senhores membros do Comité Especial da ONU para os territórios administrados por Portugal,

Eis o que tínhamos para expor.

Em nome do Secretariado Permanente da CONCP, endereço-vos os nossos melhores agradecimentos.

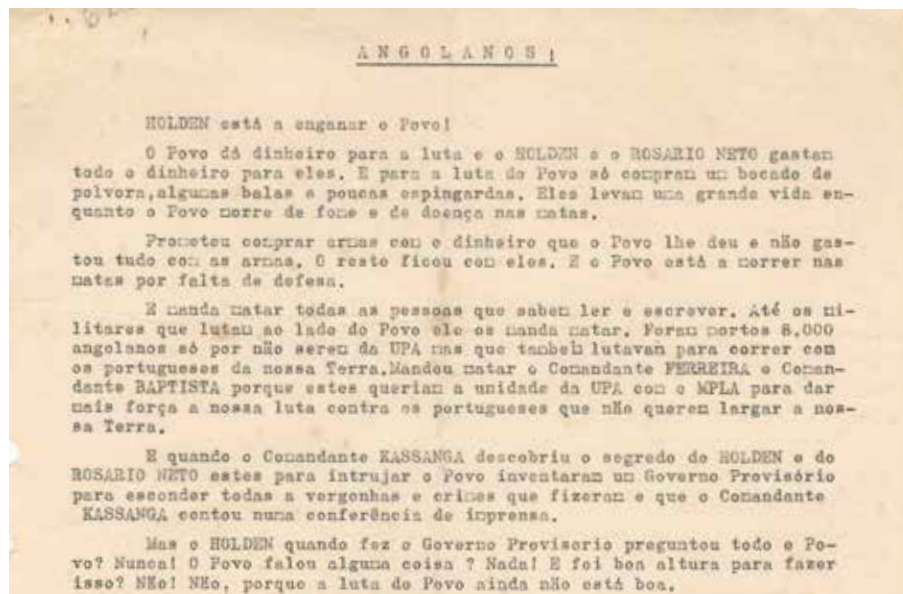
Os nossos povos têm esperança na sabedoria deste Comité, e através de vós, na da ONU.

Obrigado

Marcelino DOS SANTOS
Secretário-Geral da CONCP.

“Angolanos, Holden está a enganar o povo!”

[policopiado]



[Sem data – provavelmente meados de 1962]

ANGOLANOS!

HOLDEN está a enganar o Povo!

O Povo dá dinheiro para a luta e o HOLDEN e o ROSÁRIO NETO gastam todo o dinheiro para eles. E para a luta do Povo só compram um bocado de pólvora, algumas balas e poucas espingardas. Eles levam uma grande vida enquanto o Povo morre de fome e de doença nas matas.

Prometeu comprar armas com o dinheiro que o Povo lhe deu e não gastou tudo com as armas. O resto ficou com eles. E o Povo está a morrer nas matas por falta de defesa.

E manda matar todas as pessoas que sabem ler e escrever. Até os militares que lutam ao lado do Povo ele os manda matar. Foram mortos 8.000 angolanos só por não serem da UPA mas que também lutavam para correr com os portugueses da nossa Terra. Mandou matar o Comandante FERREIRA e Comandante BAPTISTA porque estes queriam a unidade da UPA com o MPLA para dar mais força à nossa luta contra os portugueses que não querem largar a nossa Terra.

E quando o Comandante KASSANGA descobriu o segredo do HOLDEN e do ROSÁRIO NETO estes para intrujar o Povo inventaram um Governo Provisório para

esconder todas as vergonhas e crimes que fizeram e que o Comandante KASSANGA contou numa conferência de imprensa.

Mas o HOLDEN quando fez o Governo Provisório perguntou [a] todo o Povo? Nunca! O Povo falou alguma coisa? Nada! E foi boa altura para fazer isso? Não! Não, porque a luta do Povo ainda não está boa.

O Governo Provisório pode-se fazer sem o acordo dum Movimento tão grande como o MPLA? O MPLA que é o Movimento do Dr. AGOSTINHO NETO, do Monsenhor MANUEL DAS NEVES, do Liceu VIEIRA DIAS, do Padre PINTO DE ANDRADE, do Ilídio MACHADO e de tantos outros que estão na cadeia a sofrer todos os dias as barbaridades dos portugueses, não foi sequer consultado nem pode estar de acordo com esse governo de malandros e intrujões.

O Povo já viu que a luta contra os portugueses não avança. E não avança porque não há armas nem balas nem medicamentos nem comida. E não há armas nem balas porque os países africanos dizem que só ajudam os angolanos quando a UPA e o MPLA se juntarem e lutarem juntos contra os portugueses. O MPLA está desde o ano de 1960 a pedir à UPA para se juntar mas o HOLDEN e o ROSÁRIO NETO não querem.

Portanto só o Povo é que deve obrigar a união da UPA com o MPLA. O HOLDEN, que ninguém tem a certeza de ter nascido em Angola, não quer a união com o MPLA porque ele por causa da sua grande gosma de mandar, quer ficar sozinho com a família dele a dar ordens em todo o Povo angolano.

Ora, isso não pode ser. Isso não pode ser porque só o Povo é que vai escolher quem vai mandar em Angola depois de todos os angolanos juntos correrem com os portugueses.

O Povo deve reunir toda a gente para discutir essa conversa da luta e mandar os seus chefes ou pessoas em Léopoldville para obrigarem que a UPA e o MPLA se unam para lutarem contra os portugueses. Se isto não se fizer depressa nunca mais vai terminar a nossa vida de escravatura.

Os países amigos de África e do mundo inteiro só vão ajudar os angolanos com armas, balas, medicamentos e comida quando o MPLA e a UPA se juntarem numa grande união do Povo. E só quando os angolanos do Norte, do Centro e do Sul, da UPA e do MPLA se unirem todos, então todos vão ter armas e balas para combaterem; medicamentos, para curarem as doenças; e comida, para matar a fome.

Se o Povo conseguir a união da UPA com o MPLA e de todos os angolanos, os portugueses só terão um caminho: FUGIR E DEIXAR ANGOLA PARA ANGOLANOS!

É preciso que ninguém se esqueça: Só podemos correr com os portugueses da nossa Terra se combatermos sempre unidos, pois foi por causa de não termos lutado juntos e unidos que os portugueses estão todos os dias a avançar e a matar mais angolanos.

ANGOLANO!

UNIDOS, MUITO UNIDOS, SEMPRE UNIDOS E A VITÓRIA SERÁ NOSSA!

VIVA ANGOLA INDEPENDENTE!!!!

VIVA OS PARTIDOS QUE LUTAM PELA UNIDADE!!!

Carta do Governo da Guiné a G. Viana e a J. Araújo*[dactilografada, em francês, em papel timbrado]**[Nota manuscrita: "Recebido a 16 de Julho/62 segundo o Lúcio"
assinado por G. Viana]*

Conakry, 11 de Julho de 1962

Nº 2198/MJ/CAB

O MINISTRO DA JUSTIÇA
aos Drs. VIANA e ARAÚJO
Juristas
Caixa Postal 800
– CONAKRY –

Caro amigo,

Tenho a honra e a vantagem de lhe recordar que os Juristas do seu país foram convidados a escolher um Secretário-Geral Adjunto que deve juntar-se, brevemente ao Secretariado Provisório dos Juristas Afro-Asiáticos em Conakry.

As reuniões do Secretariado terão lugar nesta cidade a partir de 15 de Julho de 1962, e de forma regular. A presença de todos os secretários gerais adjuntos é, a partir de agora, indispensável devido ao facto de a conferência ter lugar a partir de 23 de Setembro de 1962.

Em princípio, cada delegação nacional é chamada a fazer face aos gastos do seu representante no Secretariado-Geral. Obviamente, a solidariedade real que nos une facilitará grandemente todas essas coisas.

Cabe ao Secretariado Provisório organizar as viagens e missões em África, com vista a assegurar o maior brilho à Conferência dos Juristas Afro-Asiáticos. Desde já cabe-nos assumir as nossas responsabilidades, para evitar atrasos prejudiciais.

Peço-lhe que designe um de entre vós para assegurar efectivamente, em Conakry, as funções de Secretário-Geral Adjunto. Esse responsável virá contactar-me assim que for possível.

A Sra. Yoko, delegada dos Juristas no Japão, chegou recentemente a Conakry.

Fraternalmente

Paul B. FABER *[com assinatura]*
MINISTRO DA JUSTIÇA
SECRETÁRIO-GERAL
DO SECRETARIADO PROVISÓRIO DOS JURISTAS
DE ÁFRICA E DA ÁSIA*[carimbo do Min. Justiça da Guiné]***Comunicado da CONCP sobre fuga de A. Neto de Portugal***[policopiado, em francês]**[Endereço da CONCP em Rabat]*

O Secretariado Permanente da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas tem o prazer de comunicar à opinião internacional que o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) acaba de conseguir organizar a saída clandestina do Dr. ANTÓNIO AGOSTINHO NETO, Presidente de honra do MPLA que estava com residência fixa em Portugal, desde 24 de Março de 1962.

Estamos lembrados que o Dr. NETO, preso em Luanda (Capital de Angola) a 8 de Junho de 1960, transferido em seguida para Lisboa e depois para as ilhas de Cabo Verde, tinha sido encarcerado de novo na prisão de ALJUBE (Lisboa) a 26 de Setembro de 1961.

Graças à intervenção de numerosas organizações democráticas assim como de várias personalidades, a polícia portuguesa tinha sido obrigada a pô-lo em liberdade – proibindo-o, no entanto, de sair de Portugal.

Finalmente hoje o MPLA iludiu a vigilância do poder colonial fascista português conseguindo a saída clandestina de Portugal do Dr. NETO, acompanhado da mulher e seus dois filhos.

O Secretariado Permanente da CONCP, dando a conhecer ao mundo esta notícia – transmitida pela representação do MPLA em Léopoldville – saúda a importante vitória que o MPLA acaba de conseguir sobre o colonialismo português, vitória que constitui também um sinal de força que esta organização angolana possui.

A libertação do Dr. ANTÓNIO AGOSTINHO NETO, poeta e combatente da liberdade, líder da revolução Angolana, é um acontecimento de uma importância considerável e que terá grandes repercussões.

Este acontecimento enche de alegria, não apenas todo o povo angolano, mas também os povos de todas as colónias portuguesas, assim como todos os povos de África e do resto do mundo.

Hoje, o Secretariado Permanente da CONCP quer render homenagem à acção, à coragem e ao espírito de sacrifício do Dr. NETO, que fizeram dele um dirigente amado pelo povo angolano.

No momento em que o Dr. NETO recupera a liberdade e retoma o seu lugar no movimento de libertação angolano, o Secretariado Permanente da CONCP em nome dos povos do conjunto das colónias portuguesas, dirige uma saudação calorosa e fraterna a este grande patriota e líder da Revolução Angolana.

Rabat – 21 de Julho de 1962

SECRETARIADO PERMANENTE da CONCP

Carta do MPLA à FNLA

[cópia policopiada, em francês]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

Léopoldville, 31 de Julho de 1962

Ref. 75/C/62

À FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
Léopoldville

Senhores,

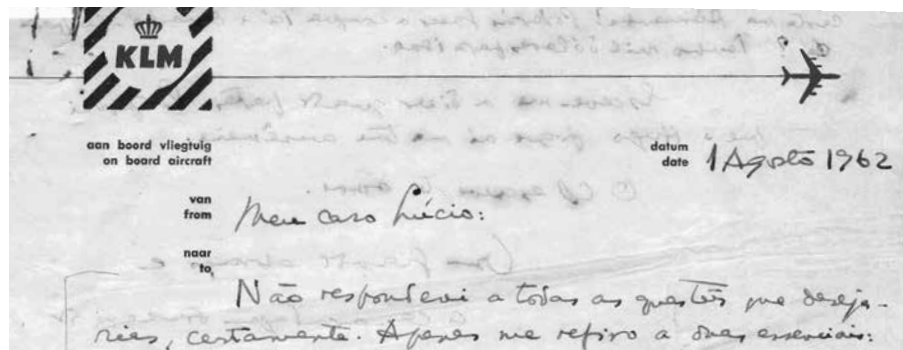
Tendo em conta a sugestão do Sr. David Livromentos feita na carta de 25 do mês corrente, comunicamo-vos que o Comité Director encarregou o Presidente de Honra do MPLA, Dr. Agostinho Neto e os membros deste Comité: LUIZ DE AZEVEDO JÚNIOR, Rev. DOMINGOS FRANCISCO DA SILVA e JOSÉ DOMINGOS, de se encontrarem com os vossos representantes, a 5 de Agosto próximo, às 10 horas, no Bar Buvette, Avenida Cabinda nº 147 em Léopoldville.

Gostaríamos de ter uma resposta, o mais breve possível.
Saudações nacionalistas,

Em nome do Comité Director,
Matias Miguéis
Vice-Presidente

Carta de Agostinho Neto a Lúcio Lara

[manuscrita, em papel timbrado da KLM]



1 Agosto 1962

Meu caro Lúcio:

Não responderei a todas as questões que desejarias, certamente. Apenas me refiro a duas essenciais:

1º Está resolvida a convocação pelo Comité Director, da Reunião Alargada ou Conferência, para discutir a linha de orientação do Movimento e para eleger o novo Comité Director. Não está ainda marcada a data, mas proporei que seja em inícios de Setembro.

2º Foi feita nova diligência para a Unidade dos Movimentos. Hoje será entregue ao Front uma proposta para que a reunião entre esse Front (PDA+UPA) e o MPLA se realize no próximo dia 4. Há grandes possibilidades para a efectivação da Unidade, mais porque as massas o exigem do que por vontade dos oportunistas conhecidos. Nós estamos assim em boa posição para o "negócio".

Creio que teremos muito trabalho este mês e o próximo. É meu desejo fazer com que no início da Assembleia das Nações Unidas esteja já o MPLA reestruturado e a Unidade conseguida. Assim, talvez seja melhor ir às tuas férias de modo a estar cá para a Conferência. Dentro de dias, talvez, o CD comunicar-te-á os detalhes.

Penso que o Viana será cá necessário.

Estou satisfeitíssimo. As massas são formidáveis e se as trabalharmos, iremos de vento em popa.

Saudações ao Viana e família.

O Hugo está aí?

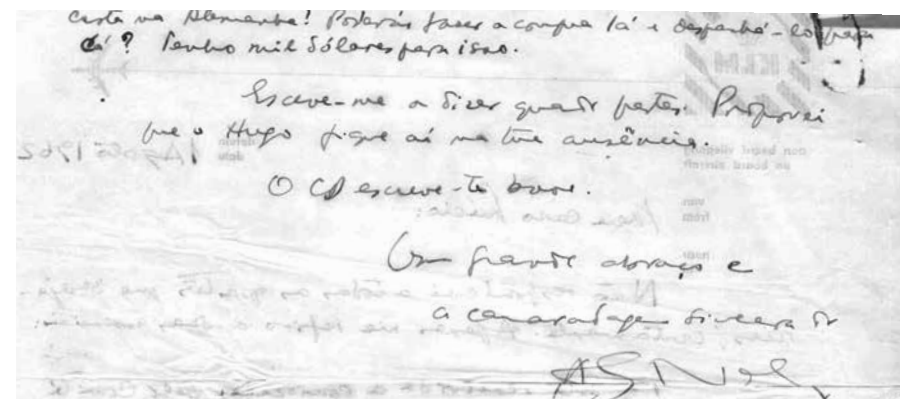
Quero comprar um Volkswagen como o teu, novo. Dizem-me que é possível passá-lo aos direitos aqui. Quanto achas que custa na Alemanha? Poderás fazer a compra lá e despachá-lo para cá? Tenho mil dólares para isso.

Escreve-me a dizer quando partes. Proporei que o Hugo fique aí na tua ausência.

O CD escreve-te breve.

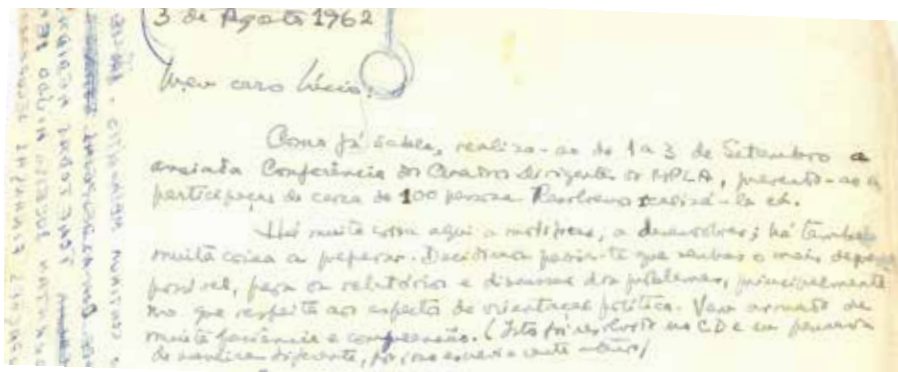
Um grande abraço e a camaradagem sincera do

[assinatura de Agostinho Neto]



Carta de Agostinho Neto a Lúcio Lara

[manuscrita]



3 de Agosto de 1962

Meu caro Lúcio

Como já sabes, realiza-se de 1 a 3 de Setembro a ansiada Conferência dos Quadros Dirigentes do MPLA, prevendo-se a participação de cerca de 100 pessoas. Resolvemos realizá-la cá.

Há muita coisa aqui a modificar, a desenvolver; há também muita coisa a preparar. Decidimos pedir-te que venhas o mais depressa possível, para os relatórios e discussão dos problemas, principalmente no que respeita aos aspectos de orientação política. Vem armado de muita paciência e compreensão. (Isto foi resolvido no CD e eu pensava de maneira diferente, por isso escrevi a carta anterior).

Gostava que trouxesses informação sobre a possibilidade de auxílio em metal sonante. Calculamos que a Conferência fique em cerca de 500.000 francos congolezes ou sejam 7 mil dólares para alimentação e transporte, exceptuando as passagens daqueles que vivem fora daqui.

O Viana e o Araújo também serão convocados, pois a presença deles é indispensável.

Vê se consegues mandar ou trazer as roupas aí arquivadas, fazem falta absoluta.

Estou muito optimista. Estamos a caminho da criação das instituições necessárias.

Dar-te-ei mais notícias, se não chegares.

Se houver notícias da minha família, envia-mas.

Um grande abraço ao Viana.

Saudações fraternais,

[assinatura de Agostinho Neto]

Soubemos que o Joaquim Pinto de Andrade foi novamente preso.

Faz tudo para dar publicidade ao facto. Ainda não sabemos as causas.

[rubrica de Agostinho Neto]

Carta de Eurico Wilson

[manuscrita]

Lausanne, 4-8-962

[Nota manuscrita: Recebida 7/8/62]

Caros camaradas

Escrevo-vos em nome de toda a malta militante do Mov. que se encontra a estudar na Suíça e de uma forma particular dos que estudam em Lausanne.

Como vocês devem saber somos bolseiros do Conselho Ecuménico das Igrejas (organização americana) que nos paga por intermédio da WUS (World University Service). Em Outubro do ano passado tinha ficado estipulado (isso “malheureusement” não por escrito) que teríamos a bolsa durante todo o ano! Espanto nosso ao recebermos no final deste mês uma carta da referida organização pagante (WUS), a dizer que durante as férias seria suspensa a bolsa e que a renovação da mesma estaria sujeita a análise profunda de cada caso per si!

Talvez para vos pôr ao corrente do problema – lembro-vos que os estudantes UPISTAS, que ao princípio eram pagos também por essa organização, são agora pagos directamente por igrejas americanas!

Ficamos só nós, os denominados “pró-comunistas” a receber de soldo (e magros – 350 frs)!

A decisão do tal Conselho é inabalável e ficámos mesmo sem tostão durante 2 meses, mesmo sem dinheiro para pagar o quarto!

Esta é mais uma das decisões que os ocidentais tomam em relação a nós – não se importam com a malta!

As nossas dificuldades não terminam por aqui – os nossos permis de séjour (para a maioria) ainda não foram renovados! Só eu e o Fernando Octávio que recebemos o novo permis! O resto da maralha espera ainda! Isto é uma derrota – têm que ver se arranjam um passaporte para nos salvar!

Considerem o caso – que não renovelem o permis de séjour da restante malta e que em Outubro a WUS não nos queira renovar [a] bolsa? Isso mesmo independentemente dos resultados escolares! Como a Suíça não quer vadios – somos postos na fronteira!...

Pedimos pois:

1º Que tomem medidas sérias [?] quanto à nossa posição aqui na Suíça – Tratar de nos arranjar um passaporte! A UGEAN tinha prometido por intermédio de Marrocos – mas nada! – o que nos impediu de assistir ao grandioso festival de Helsínquia!

2º que tomem medidas de possível ajuda para estes 2 meses de Agosto e Setembro ajuda financeira! A nossa única possibilidade seria trabalhar – mas o “grunho” não encontra neste país trabalho!

3º que nos enviem notícias sobre os últimos acontecimentos da nossa Revolução!

Espero ter sido o porta-voz da malta perante o Comité Jurídico e aguardamos notícias.

Recebam um grande abraço da maralha!

[assinatura de Eurico Wilson]

P.S. 1º Possibilidades de estudos na Tchecoslováquia sobretudo para os que não estão na Universidade (Rangel, Silvestre [Lopes], Van-Dúnen).

2) Notícias da fuga do Agostinho Neto!

[assinatura de Eurico Wilson]

Insistimos no caso do Van-Dúnen, da possível ida para Tchecho – (a seu pedido insistente).

Habilitações – 5º ano dos Liceus.

Pretende – Curso de Direito (?)

Natural – Angola

Fernando [Guilherme] Van-Dúnen.

Militante (não muito activo) e que anteriormente teve contactos com membros da UPA.

[assinatura de Eurico Wilson]

Carta de Noémia Távira

[manuscrita]

Helsínquia, 7/8/1962

Saí de Portugal, há um mês, onde concluí o curso de direito. As minhas predilecções, volvem-se, como é natural, para a ciência jurídica, embora eu não escondo o meu entusiasmo pela etnografia, matéria que aliada ao direito, poderá servir de base à elaboração dum futuro direito africano.

Os meus sentimentos de nacionalista identificam-se com a causa que o povo de Angola defende e de que o Movimento que Você dirige é o porta-voz mais legítimo. Assim gostaria servi-lo, ao mesmo tempo que estudante.

Creio que você poderia ajudar a dar uma solução a este meu anseio, tornando-me uma militante ainda mais sólida nos quadros da nossa luta.

Vim ao Festival integrada na delegação angolana de Paris, seguindo depois para Moscovo, a convite da Konsomol. Dada a facilidade de obter a viagem de regresso directamente para Rabat, onde, inclusivamente poderia acertar com o movimento as condições da minha participação na luta, peço-lhe, o mais cedo possível me comunique para Moscovo, servindo-se do endereço do Medeiros, a via a seguir.

Com as saudações da

Noémia

Carta de Agostinho Neto a Holden Roberto

[policopiada]¹

Léopoldville, 8 de Agosto de 1962

Sr. Holden Roberto

Presidente da União das Populações de Angola

Léopoldville

Excelentíssimo Senhor:

Na qualidade de dirigente do Movimento Popular de Libertação de Angola, sinceramente interessado na luta patriótica do Povo pela sua Libertação do jugo colonial português, ansioso, e preocupado com as dificuldades que têm obstado ao alargamento da luta popular e ao desenvolvimento do espírito de fraternidade entre todos os angolanos sem distinções, venho pôr à consideração de Vossa Excelência o seguinte:

É elementar e imprescindível que as forças nacionalistas se congreguem numa frente político-militar a opor à acção criminosa do governo colonial-fascista português. Esta necessidade opõe-se, imediatamente, à persistência do divisionismo dentro das fileiras nacionalistas e considero que as atitudes tomadas, por quem quer que seja, tendentes a manter o fraccionamento dessas forças, quer no campo político, quer no terreno militar, são a melhor ajuda dada ao colonialismo português, contra os interesses do povo angolano, e não coincidem com os superiores objectivos da luta de libertação.

A desorientação a que foram conduzidas as massas populares, quer no interior do País, quer no estrangeiro, por ideias entre elas disseminadas, contrárias ao espírito da unidade nacional, é uma consequência lógica do divisionismo; e esse horroroso espectáculo de inconsciência política não pode senão dificultar a luta do Povo pela libertação nacional e favorecer os objectivos imorais do governo colonial-fascista português.

Quando elementos da população angolana, fugidos à ferocidade dos colonos portugueses, se dirigem para o Congo, e são presos, seviciados ou mesmo exterminados

¹ Uma versão em francês, policopiada, apresenta algumas diferenças assinaladas em nota ou entre parênteses.

por outros angolanos, seja qual for o pretexto; isto é um crime, isto é traição contra os fins da Revolução Angolana, isto é colaboração com as forças repressivas do governo colonial [colaboração com o ocupante].

Quando as forças militares nacionalistas angolanas, empenhadas na dura luta contra a ocupação portuguesa são atacadas pelas costas por outros angolanos, por sectarismo, por racismo, por regionalismo ou por razões ideológicas, isto é crime e um aspecto grave de traição aos princípios da sagrada Revolução Angolana, é colaboração com o ocupante.¹

Quando as equipas de assistência médico-social em missão de auxílio às populações desamparadas são perseguidas ou agredidas por angolanos atizados pelo aguilhão do racismo, do sectarismo, do tribalismo, impedindo assim que os angolanos necessitados tenham socorro devido; isto é crime, é desumanidade, é colaboração com a repressão dos colonialistas portugueses.

Permiti-me registar aqui alguns factos que hoje acontecem entre nós, sem desejar acusar quem quer que seja, é apenas para concluir que é urgente uma acção enérgica dos dirigentes políticos, para evitar repercussões catastróficas no seio das massas populares; e mais: para concluir que as querelas e questiúnculas entre os Movimentos não podem nem devem impedir a solução conveniente do problema nacional, que é superior aos problemas particulares dos agrupamentos políticos.

Os verdadeiros patriotas, aqueles que se encontram nos Movimentos nacionalistas desejosos sinceramente da Libertação do País; aqueles que sentem o sofrimento do Povo, a sua angústia; aqueles que dentro de Angola, passaram pelo sofrimento da prisão², sentiram na sua carne os vexames e os espancamentos, as humilhações e torturas; os que combateram; aqueles que estão apreensivos pela sorte de seus pais, esposas e maridos, irmãos ou amigos, que se encontram no interior do País, à mercê dos facínoras colonialistas, esses que sentem Angola no seu coração, esses que se sentem Povo de Angola; estão exigindo, nesta hora grave, que a vergonhosa situação em que nos achamos cesse sem demora.

Por isso, e para tentarmos remover as dificuldades que entravam incompreensivelmente a colaboração de todas as forças nacionalistas num Movimento único – e independentemente de outras diligências que estejam a ser feitas – convido Vossa Excelência para uma conferência à qual poderíamos participar apenas os dois ou, se o desejar, também outros políticos angolanos. Estou certo de que deste encontro poderia resultar um benefício para a Causa Angolana.

Proponho que a conferência se realize no próximo dia 12 de Agosto de 1962, pelas 17 horas, na sede do MPLA, Av. Tombeur de Tabora, 51³, nesta cidade. Mas se Vossa Excelência preferir, poderá indicar outro local e data.

Endereço a Vossa Excelência, cordiais saudações.

Léopoldville, 8 de Agosto de 1962

Agostinho Neto – Presidente de Honra do MPLA

¹ Este parágrafo não consta na versão em francês.

² “passaram pelo sofrimento da prisão” não consta na versão em francês.

³ “pelas 10 horas, no Bar Buvette, Avenue Cabinda, nº 147” na versão em francês.

Carta de Holden Roberto a Agostinho Neto

[cópia policopiada, em francês]

Léopoldville, 9 de Agosto de 1962

Sr. Dr. Agostinho Neto

C.P. 720

LÉOPOLDVILLE

Caro compatriota,

Acuso a recepção da sua carta de 8 de Agosto de 1962 que agradeço.

Permita-me antes de mais dizer-lhe que é lamentável que logo a seguir aos recentes contactos entra a FNLA e o MPLA, eu receba uma carta retomando o tom das acusações caluniosas e tendenciosas que sempre nos mantiveram afastados uns dos outros, destruindo assim a esperança nascida no nosso primeiro encontro; tanto mais que acordámos que uma comissão deveria estudar a eventualidade de uma colaboração entre os nossos partidos respectivos.

Sendo assim, apenas posso perguntar que impulso o obrigou a dirigir-me uma tal carta, comprometendo por um lado quase todas as oportunidades com que contávamos e por outro um próximo encontro para o qual a nossa delegação não deixou de dar as mais esperançosas perspectivas.

Com efeito, durante esse encontro e face aos documentos presentes à sua delegação, o senhor reconheceu, dando a impressão de ser um homem sincero, a culpabilidade dos seus autores e logo a necessidade, para o seu partido, de colaborar com a Frente. Para o confirmar sem a menor ambiguidade, existe o Comunicado que o Senhor assinou com a nossa delegação, cujo original está em nosso poder.

Por isso fico seriamente desconcertado, verificando que um indivíduo que parecia ser mais razoável que alguns dirigentes do MPLA, tenha imaginado que uma carta, com tudo o que ela contém de insinuação, de vexatório e de provocador, possa melhor arranjar as coisas do que o espírito de concórdia que parecia presidir ao nosso primeiro encontro e graças ao qual o senhor teve a iniciativa de redigir um Comunicado bastante promotor para as Agências Noticiosas.

Tendo em conta o seu actual estado de espírito, já não vejo a razão de ser de um tal Comunicado.

Sendo assim, e em virtude dos termos descorteses da sua carta, permita-me que lhe diga que o convite que me dirige é inoportuno, pelo menos de momento.

Na sua carta, o senhor faz indirectamente alusão à prisão que sofreu. Permita-me dizer-lhe que isso não deve constituir a lenga-lenga de um patriota convicto, já que é o destino que os colonialistas reservam a todos os que reivindicam o seu direito à liberdade.

Aliás muitos outros compatriotas inocentes, com os quais colaborei durante longos anos, e cujos nomes devo omitir visto estarem nas mãos dos fascistas portugueses, ainda jazem, corajosamente, nos Calabouços, não tendo a oportunidade de voltar à liberdade, como é o seu caso.

Ainda bem que lhe foi restituída a liberdade, mas, em iguais circunstâncias, para mim e para outros compatriotas convictos, a liberdade não seria mais do que um sonho e, em lugar de uma deportação transitória, deveria ser a execução pura e simples. O povo angolano sabe-o, porque ele julga-nos.

Quanto à desorganização do Nacionalismo Angolano a que se refere na sua carta, ela só existe na sua imaginação visto que é ela que preside à acção do seu partido, MPLA:

Lançar a confusão nos espíritos, políticas de calúnia sistemática, difamação, complexo de superioridade e corrupção.

Política desta natureza, coroada de corrupção, não dá frutos porque as massas desfavorecidas de Angola aperceber-se-ão um dia que por trás da dialéctica do MPLA se esconde o neocolonialismo que alguns pretendem ver implantado em Angola, para perpetuar a escravatura do nosso povo.

Portanto não estou interessado em dar réplica às suas insinuações que qualifico de gratuitas, como aliás todas as outras de que foram culpados os seus colaboradores e às quais nunca atribui importância.

Prefiro deixar à História e ao Povo a tarefa de serem os nossos árbitros um dia, no caso em que o senhor persista e o povo, hoje em luta armada, soberano e senhor em última instância de Angola, no seio do qual todo o culto da personalidade será combatido a qualquer preço e implacavelmente, não esquecerá nunca o seu passado e verá de que lado está a defesa verdadeira dos seus legítimos e primordiais interesses.

Saudações Nacionalistas
(assinado) Holden Roberto

Conferência de Imprensa do Presidente de Honra do MPLA

[policopiada]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

[carimbo do CD]

CONFERÊNCIA COM A IMPRENSA FEITA PELO
DR. AGOSTINHO NETO
PRESIDENTE HONORÁRIO DO MPLA
DECLARAÇÃO

Senhores Representantes da Imprensa,
Minhas Senhoras,
e Meus Senhores,

Depois da minha evasão de Portugal, esta é a primeira vez que me dirijo à opinião pública internacional. Sinto-me pois feliz em saudar a vossa presença aqui, senhores representantes da imprensa mundial.

Esta conferência tem por fim expor à opinião pública internacional, por intermédio dos honoráveis Representantes da Imprensa, o verdadeiro sentido da minha fuga de Portugal.

Permitam-me que antes de tudo vos apresente um resumo das actividades a que me dediquei no meu País e em Portugal.

Em 1947, quando me matriculei pela primeira vez na Faculdade de Medicina de Coimbra, a aspiração do povo Angolano à independência tornou-se para mim uma necessidade que exigia a acção prática. Comecei por aderir às associações de estudantes e por participar nas reuniões político-literárias que trabalhavam nessa altura, no sentido de investigar e esclarecer as bases da cultura Angolana e de analisar a nossa situação de colonizados. Além disso, tomei parte nas actividades das organizações da juventude portuguesa, com o fim de denunciar as verdadeiras condições de vida do Povo de Angola.

Em 1952, em Lisboa, fui preso pela primeira vez com dois colegas, durante uma manifestação contra a política fascista do governo de Salazar. A minha prisão durou 90 dias.

Depois de sair da prisão, aderi ao Movimento da Unidade Democrática da Juventude (MUD Juvenil) que, em Portugal, dirigia a luta para a melhoria das condições de vida da juventude e lutava contra o fascismo. Em 1955 depois de ter sido eleito membro da Comissão Central do MUD Juvenil na qualidade de representante dos Jovens das Colónias, fui preso, pela segunda vez, com cerca de uma centena de jovens dos quais 52 foram enviados ao tribunal. Quando, em Junho de 1957, fui posto em liberdade, depois de um julgamento que se arrastou durante 6 meses tinha completado 28 meses de prisão.

Entretanto, o Tribunal Plenário da cidade do Porto, que nos julgou da maneira mais parcial, condenou-me a 18 meses de prisão correcional, e isto graças à intervenção de personalidades políticas e de escritores de muitos países e graças também à brilhante defesa feita [pelo] meu advogado, António Macedo, sincero democrata do Porto. Seis dos 52 incriminados membros da Comissão Central do MUD Juvenil, continuaram presos em virtude das chamadas “medidas de segurança”, as quais, como se sabe, consistem em guardar o preso por períodos de 6 meses a 3 anos, prorrogáveis indefinidamente. O último desses companheiros só saiu da prisão em Junho de 1962.

Nos fins de 1958, formei-me em Medicina. Nessa altura, o nacionalismo Angolano tomava já uma marcha organizada, o que constituía um verdadeiro sucesso, dadas as duras condições de clandestinidade em que trabalhava. O governo português montou então a PIDE em Angola (a bem conhecida Gestapo de Salazar), e algum tempo depois, muitas dezenas de nacionalistas foram presos, entre os quais o líder ILÍDIO MACHADO, que está agora detido com os seus companheiros no campo de concentração de CHÃO BOM, na ilha de S. Tiago, em Cabo Verde.

Fora das organizações portuguesas nós organizámos o Movimento Anticolonialista (MAC) que reflectia em Portugal principalmente as organizações políticas angolanas [africanas?] mais notáveis. Alguns meses depois, o MAC tomou características mais angolanas. Depois de 1950, Mário de Andrade, Lúcio Lara e Amílcar Cabral tornaram-se os pilares da luta anti-colonialista no exterior.

Terminada a minha especialização em Medicina Tropical eu regresssei a Angola e exerci a medicina particular em Luanda. A prisão pelas autoridades portuguesas de um mensageiro que tínhamos enviado ao exterior de Angola, e em consequência do tratamento cruel que ele não pôde suportar, provocou a minha prisão e a de muitas dezenas de nacionalistas.

A acção do Povo contra esta política arbitrária provocou uma nova vaga de prisões e uma repressão ainda mais violenta, como a do massacre dos nacionalistas de Icolo e Bengo, minha aldeia natal, os quais se manifestaram para exigir a minha libertação e a dos meus companheiros.

O Padre Joaquim Pinto de Andrade, Chanceler do Arcebispado de Luanda e grande patriota angolano, foi então lançado na prisão e transferido, mais tarde, para um Convento no norte de Portugal, no qual a PIDE lhe fixou residência. Segundo notícias que nos chegaram, ele foi novamente preso.

A PIDE [enviou-me] a Lisboa sob prisão, e mais tarde deportou-me para a ilha de S. Antão, Cabo Verde. Nessa época, apesar de a Assembleia-Geral da ONU ter aprovado a declaração da concessão da independência aos povos colonizados, o governo português pretendia ocultar a gravidade da questão angolana e a situação nas suas colónias e queria servir-se do meu nome na sua propaganda. Sem que eu tivesse pedido, fui nomeado delegado de Saúde na ilha de S. Antão, ao mesmo tempo que as autoridades portuguesas faziam pressão sobre mim para que eu tomasse posição contra o justo combate do Povo angolano.

Num momento de irritação, e depois de ter verificado que essa nomeação não chegou a converter-me, o governador de Cabo Verde revelou-me insolentemente que esse emprego me tinha sido atribuído com o fim de fazer nascer em mim um sentimento de gratidão e me tornar fiel à política de pirataria do governo colonial-fascista.

Para se desferrar, a PIDE decidiu transferir-me para uma ilha quase deserta para onde não cheguei a ir porque fui novamente preso na cidade da Praia, ilha de S. Tiago, pela quarta vez, e sob o mais fútil dos pretextos: o de ter comigo uma fotografia reveladora das atrocidades cometidas pelos colonos portugueses em Angola.

As humilhações a que fui submetido só foram minoradas pela presença de minha mulher que, permitam-me que vos diga, sempre me acompanhou com uma grande coragem e espírito de luta.

Devo dizer que durante essa última prisão, e depois dela, minha família e eu recebemos apoio moral e material dos anti-colonialistas de muitos países.

Essa prova de solidariedade acompanhava-se de uma acção vigorosa no mundo inteiro a fim de obrigar o governo português a soltar-me.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) que organizou a minha evasão de Portugal com a ajuda dos anticolonialistas portugueses e de outros países da Europa, obteve uma grande vitória contra o governo português, graças à grande precisão do aparelho que foi montado.

Aproveito esta ocasião para exprimir a minha gratidão a todos os que, pondo em perigo a sua liberdade e mesmo a sua vida, fizeram grandes esforços para me libertar das mãos da odiosa PIDE.

Aos Países que me acolheram, em especial aos Países Africanos e em particular à República do Congo, exprimo, por vosso intermédio o meu contentamento pela sua prova de solidariedade e de compreensão.

Compartilho na República do Congo a sorte de cerca de 200.000 refugiados angolanos, perseguidos pelo ódio bárbaro dos colonialistas portugueses. Além dessa população exilada, milhares de angolanos encontram-se refugiados nas matas de Angola, onde eles são obrigados a levar uma vida muito difícil.

A fome, a doença e a inquietação atacam física e moralmente, adultos [velhos], mulheres e crianças, cercados de alguns adultos válidos.

No centro e no sul do País, nas aldeias e nas cidades onde a luta armada não é ainda assunto de cada dia, as populações vivem sob o terror policial e militar que aprisiona, tortura e assassina, com o fim insensato de exterminar o povo e abafar a sua aspiração legítima a uma vida livre e independente. Os campos de concentração e os calabouços estão cheios de nacionalistas que vendo fecharem-se atrás deles os portões de ferro, vêem também sumir-se o seu futuro. Com efeito, os nacionalistas angolanos que caem nas mãos da PIDE e dos colonialistas nunca sabem o tempo que estarão na prisão. Pois, em Angola não existem nem leis nem prazos. A tortura constitui a lei. O assassinato prevalece.

Entretanto, nessa atmosfera em que domina o ferro e o fogo, nessa situação a que chegou a imoralidade do sistema colonial português, a população angolana, com firmeza e com uma decisão cada vez maiores, está determinada a vencer o opressor.

O Movimento Popular de Libertação de Angola que a meu ver soube interpretar melhor o sentido da corrente nacionalista angolana lutando pela realização da unidade nacional, e contra toda a espécie de discriminação de ordem racial, ideológica, etc. e traduzindo a vontade firme do povo em prosseguir a luta até a vitória final – o MPLA – está em plena expansão.

A luta exige um esforço maior. Os refugiados têm necessidade duma grande assistência. Os nacionalistas, que têm necessidade de agir, aderem ao MPLA e exigem os meios para combater.

Por tudo isso, o MPLA faz grandes esforços para aumentar o número dos seus quadros qualificados, adaptar-se à nova situação militar e política, mobilizar no meio da população quadros para o trabalho político e administrativo, para a assistência médico-social, para a instrução da juventude e para edificar um sistema de cooperativas destinado a suprir as necessidades de produção e de consumo dos refugiados.

A luta armada deverá ser objecto de uma atenção especial.

Tratarei agora do assunto principal da minha exposição:

a unificação das forças nacionalistas numa Frente Comum.

Esta unificação é um desejo do Povo angolano inteiro. É exigida, desde há muito tempo, pelos militantes de todos os partidos, pelos nacionalistas de todas as camadas sociais: os sobas, as personalidades eminentes, os estudantes, os jovens e mulheres compreendem que esta unificação é a condição indispensável para a vitória do nacionalismo angolano.

Interpretando o desejo profundo do povo e fiel à política pró-unidade seguida desde a sua fundação, o MPLA fez vários esforços no sentido da unificação das forças

nacionalistas. A convite do MPLA, uma delegação do FNLA e outra do MPLA reuniram-se no dia 5 de Agosto de 1962 com o fim de encontrarem uma base de colaboração. O comunicado dessa reunião é do conhecimento da Imprensa. O Movimento Popular de Libertação de Angola fez ao FNLA as três proposições seguintes:

1 – A fusão dos nossos Movimentos para formar um único Movimento. Esta fusão seria feita rapidamente mas passando por etapas convenientes.

2 – Uma estreita colaboração dos nossos Movimentos na sua acção político-militar, por intermédio de um organismo comum; e

3 – Seguindo o conselho de Sua Excelência Osagiefo K. NKRUMAH, a direcção das forças armadas dos nossos Movimentos por um comando único superintendido por um Conselho Nacional.

O Movimento Popular de Libertação de Angola preconiza, de preferência, a fusão completa e urgente dos nossos Movimentos, porque essa fusão é exigida pelo Povo, e corresponderia melhor às exigências da situação actual da nossa luta comum. O MPLA considera que a fusão dos Movimentos é mesmo a condição requerida para um exame imparcial dos factos e das pequenas querelas que têm impedido a nossa colaboração até ao presente.

Nós esperamos com ansiedade que as nossas propostas que foram feitas com o mais [alto] espírito nacionalista e com a maior franqueza, sejam aceites pelo FNLA, para que possamos combater, fortes e unidos irmãmente, o nosso inimigo comum – o colonialismo português.

Tal é a exigência do nosso interesse imediato, dos presos políticos, dos refugiados, dos combatentes, dos militantes de todos os movimentos nacionalistas, em suma do povo Angolano.

* * * * *

Notícias vindas do interior do meu País anunciam que os colonialistas preparam um golpe que lhes permita exterminar a sangue-frio a maioria da população que escapou dos massacres que eles cometeram já.

Este facto reforça tudo o que foi já dito a propósito da necessidade urgente da nossa união. Nós temos que reforçar a nossa luta contra as pessoas que perderam todo o sentido de humanidade, e que transformando-se em bestas, escondem atrás da ferocidade a sua fraqueza e a sua cobardia.

O que os torna ferozes e incapazes de nos encararem numa mesa de negociações é o medo, que eles têm, de responder pelos seus crimes, e é também o seu egoísmo e o seu complexo de superioridade.

Nós sustentamos uma guerra justa pela conquista da nossa liberdade. Fazemos a guerra porque o governo português nos obrigou a fazê-la. Não suportaremos aqueles que defendem a opressão e a exploração colonial. Não cessaremos de combater com armas na mão, enquanto a intransigência do governo português não for vencida. Entretanto, como já afirmámos várias vezes, não combatemos o povo português. Entre o povo Angolano e o povo português não existem conflitos irreductíveis.

Nós repetimos: Detendo em Angola todo o poder, compete a Portugal engajar-se, por actos, no caminho de uma solução pacífica do problema angolano. O nosso

objectivo é a independência nacional e não a guerra pela guerra. Eis porque, assim como continuaremos a luta, estamos também prontos, a todo o momento, a não desprezar a possibilidade de um solução pacífica do problema angolano, sobre a base do reconhecimento do direito do Povo angolano à autodeterminação e à independência.

Lanço um apelo aos países que continuam a fornecer ajuda financeira, material e diplomática à política e à máquina de guerra de Portugal para que eles não prolonguem o martírio do Povo angolano. Nós perguntamos seriamente qual é a significação dos votos dos países que na ONU são pela causa do nosso Povo, mas que na prática não mudaram a sua política tradicional em relação a Portugal. O Povo angolano está firmemente determinado a conquistar a sua independência e a vitória não lhe escapará.

Senhores jornalistas e representantes da Imprensa, que contribuíram muito para esclarecer a opinião pública mundial sobre o problema angolano e, no meu caso particular, para tornar pública a pressão feita sobre o governo português a favor da minha libertação, dirijo-vos as minhas mais calorosas saudações e agradeço-vos pela vossa atenção. Neste momento ou noutra ocasião, estou à vossa inteira disposição para responder às vossas perguntas.

Léopoldville, 10 de Agosto de 1962.

Carta do MPLA à Assembleia Nacional da Guiné

[dactilografada, em francês, em papel timbrado do MPLA]

Conakry, 11 de Agosto de 1962

SUA EXCELÊNCIA
DIALLO EL HADJ SAIFOUAYE
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL
DA REPÚBLICA DA GUINÉ
CONAKRY

Excelência

Tendo que partir em missão do MPLA para Rabat e Léopoldville, enquanto Delegado Permanente do MPLA em Conakry, solicito-lhe que autorize um salvo-conduto permanente em nome de EMILE KATI passaporte nº 1165.

Queira aceitar, Excelência, os protestos da minha mais elevada consideração.

[carimbo do CD]

Lúcio LARA *[com assinatura]*
Delegado Permanente do MPLA em Conakry

[Despacho à mão: “Segurança: De acordo. Fazer o necessário. assinatura ilegível. 11-8-62”]

Carta do MPLA ao Comité Soviético de Solidariedade Afro-Asiática

[dactilografada, em francês – 2ª via]

Do MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
Ao COMITÉ SOVIÉTICO DE SOLIDARIEDADE AFRO-ASIÁTICA
MOSCOVO

Caros Camaradas

Na sequência de uma série de importantes acontecimentos em Angola e no seio do nosso Movimento, entre os quais o feliz êxito da evasão do nosso camarada Agostinho NETO, Presidente de honra do MPLA, o Comité Director do MPLA decidiu convocar uma Conferência alargada de Quadros, que deve juntar 100 pessoas. A realização dessa Conferência, que decidirá sobre problemas muito importantes, representa um esforço material muito pesado e obrigar-nos-á a enormes despesas.

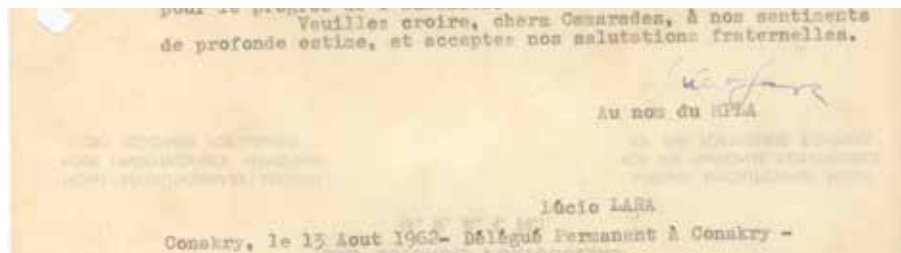
Com o fim de não perturbar o nosso orçamento corrente, vemo-nos forçados a apelar à solidariedade das organizações competentes dos países amigos. Nesse sentido, fui encarregue pelo Comité Director do MPLA, de vos solicitar uma ajuda para a solução deste problema. Pensamos, de acordo com as estimativas dos nossos camaradas que estão a tratar disso, que uma soma de 10 000 dólares (dez mil) poderia cobrir uma boa parte das despesas previstas. Ficar-lhes-íamos muito gratos se o vosso Comité de Solidariedade nos pudesse ajudar dentro dessa soma e o mais brevemente possível.

Aproveitamos esta ocasião para vos dirigir as nossas mais vivas felicitações pela grande proeza que acabam de cumprir os cientistas soviéticos lançando no espaço os Vostok III e IV pilotados por dois heróicos filhos do vosso povo. Desejamos que a operação possa contribuir com toda a força para o progresso da Humanidade.

Queiram aceitar, caros Camaradas, os nossos protestos de profunda estima e nossas saudações fraternais.

Em nome do MPLA
Lúcio LARA [com assinatura]

Conakry, 13 de Agosto de 1962 – Delegado Permanente em Conakry –



Carta do PDA a Agostinho Neto

[cópia policopiada, em francês]

PARTIDO DEMOCRATA DE ANGOLA
PDA
37, Rue d'Opala – C.P. 8085 Léo II – Tel.8553
Sede em Angola – No Exílio em Léopoldville
(Rep. do Congo)

Léopoldville, 13 de Agosto de 1962

Senhor Agostinho Neto
Presidente de honra do MPLA
LÉOPOLDVILLE

Caro Senhor,

Recebemos a sua carta de 8 do corrente cujos termos de tal modo incongruentes não deixaram – acredite – de nos surpreender desagradavelmente.

Com efeito, depois de um primeiro encontro da nossa FNLA com o MPLA, do qual aliás o senhor publicou um comunicado colocando as negociações que se anunciavam entre a FNLA [e o MPLA] sob uma luz “demasiado” favorável, certamente não esperávamos receber uma carta acusando-nos de todos os pecados de Israel ao mesmo tempo que parecia justificar o seu próprio Movimento, completamente inocente de todos esses pecados.

Por outro lado, depois da propaganda de que o MPLA tinha rodeado o seu nome até então, propaganda consistindo em colocar o senhor “acima dos Partidos”, é para nós um desmentido vibrante que o senhor faz a essa propaganda não se mostrando “menos desajeitado” do que nós a quem atribui – precisamente num espírito de sectarismo e de *parti pris* – a inconsciência política, as perseguições das vossas equipas de assistência médico-social e dos vossos membros, sectarismo, racismo, regionalismo, tribalismo e, pior ainda, traição contra os objectivos da Revolução Angolana e, em resumo, colaboração com os Portugueses... e tantos outros crimes de que nos acusam.

Senão, deveremos nós ensinar-lhe que “não é tomando partido que se consegue conciliar os partidos”?

Além disso, não satisfeito com o balanço dos nossos crimes, e começando onde devia acabar, metendo assim a carroça à frente dos bois, ainda nos convida para uma conferência a ser realizada consigo. Deveremos concluir que, seguindo o espírito da sua carta, essa conferência erguer-se-ia como uma espécie de “Tribunal” para onde nos convidam para nos justificarmos, ou seria apenas um torneio de eloquência que teria como objectivo último consagrar o líder incontestado, Deus sabe se o senhor não supõe sê-lo.

Inútil dizer-lhe que nem um nem outro objectivos de uma tal conferência serviriam melhor os interesses e a causa dos Angolanos de quem o senhor quer, no entanto, assumir a defesa, ainda que com um espírito de *parti pris*.

Essa política de equívocos que consiste em se apresentarem no exterior como “Pôncios Pilatos” – política não só cara ao MPLA, mas também aos Portugueses – se bem que não menos responsáveis no plano interno da luta, dos crimes de que cinicamente “lavar as mãos”, é precisamente aquela que será a fonte da desgraça do povo angolano, e isso até mesmo quando conseguirmos unir-nos na FNLA, a menos que consigam curar-se rapidamente.

Porque demasiadas vezes o MPLA dá a impressão, por um lado, de querer ardentemente realizar uma Frente com “uma Frente” que já existe, enquanto, por outro lado, se dedica a destruir os partidos aos quais se quer unir, e isso por todos os meios desleais, “confidenciais”, indignos de um partido que se respeite. Parece de facto, de forma insólita, querer parecer provar que se pode apagar um “incêndio” derramando nele gasolina, e não anidrido carbónico.

A lógica – ignoramos se há uma lógica lusitana particular que seja cara ao MPLA – quer que quando nos dirigimos a um organismo, neste caso a FNLA, quando se foi Presidente da delegação que se encontrou com a Frente e reconheceu que a FNLA é uma realidade, quando até se tenha desejado aderir a ela, e que por isso se tenha publicado um comunicado segundo o qual as negociações se teriam encaminhado numa via normal, procurada pelo MPLA – acreditamos agora que foi por puro artifício –, a lógica, dizemos, quer que não se renuncie sem motivo prévio e válido a essas “conquistas” acima enunciadas, para envenenar ainda mais a atmosfera convidando separadamente para um “Tribunal” da vossa escolha, os presidentes dos Partidos que legaram todas as prerrogativas à sua FNLA. Também é procurar por aí querer preferir pescar em águas turvas do que numa água que já estava a ficar clara.

Lamentamos que essa atitude – que da parte do MPLA não é no entanto muito estranha – comprometa as hipóteses de uma colaboração proveitosa para todos, sobretudo para o povo angolano.

É inútil concluir que não poderíamos todos, de bom grado, decidir-nos a vir pedir desculpa junto de um líder do MPLA já imbuído da inocência do seu partido que é o próprio MPLA.

Pedimos-lhe que não se espante demais pela forma como lhe respondemos, mas é a mesma forma com que os responsáveis do MPLA sempre nos trataram e que já conhece, já que está ao corrente de tudo.

Queira aceitar, caro Senhor, as nossas sinceras saudações.

O COMITÉ

(assinado)
DOMBELE Ferdinand
Secretário Geral

(assinado)
KUNZIKA Emmanuel
Vice-Presidente Geral

Carta do MPLA à FNLA

[cópia policopiada, em francês]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

Léopoldville, 14 de Agosto de 1962

Ref. SI/M/62

À FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
Léopoldville

Senhores,

Continuando a pensar que a unidade das forças nacionalistas angolanas é uma necessidade urgente para a luta de libertação, vimos manifestar a esperança de que todos os preparativos para uma nova reunião sejam feitos a curto prazo, de acordo com o que foi resolvido a 5 de Agosto do mês em curso, entre as nossas delegações.

Gostaríamos de ter a vossa resposta sobre este assunto.

Em nome do Comité Director do MPLA
Agostinho Neto
Presidente de Honra

Comunicado do MPLA sobre Unidade

[policopiado]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

A UNIDADE DAS FORÇAS NACIONALISTAS ANGOLANAS
É UMA NECESSIDADE URGENTE DA LUTA

No dia 5 de Agosto de 1962, duas delegações, do FNLA e do MPLA estabeleceram contacto a fim de encontrar as bases de colaboração na luta pela Independência Nacional.

A proposta apresentada pela Delegação do MPLA e que reflecte o desejo do Povo Angolano, continha três hipóteses de associação, a saber:

1º – Ou a fusão dos Movimentos num único, passando pelas etapas convenientes.
2º – Ou uma estreita colaboração entre todos os Movimentos, orientados por um organismo comum.

3º – Ou apenas a colaboração entre as forças armadas, colocadas sob um Comando Único e sob a direcção dum Conselho Nacional.

O Movimento Popular de Libertação de Angola, que não enviou qualquer comunicado à Imprensa ou à Rádio acerca desta reunião (não sendo portanto de sua responsabilidade as notícias propaladas prematuramente sobre a conclusão de um acordo) e que ainda não conhece a atitude do FNLA a respeito da proposta apresentada, declarou já que prefere a primeira hipótese de associação.

O MPLA sempre pugnou pela formação dum larga Frente Nacional capaz de interpretar realmente toda a força do Movimento nacionalista; não encontra na FNLA, a representatividade necessária para conferir legitimidade aos organismos dela emanados. A associação das forças nacionalistas numa Frente Comum é a condição para que seja reconhecida a representatividade dessa Frente.

No interesse do Povo Angolano, no interesse da Luta pela Independência, o MPLA apela a todos os Movimentos Nacionalistas, no sentido de se realizar urgentemente a unidade necessária à vitória sobre o colonialismo português. Apela a todos os militantes de todos os movimentos nacionalistas no sentido de agirem para se realizar urgentemente a união.

SEM UNIDADE NÃO VENCEREMOS O COLONIALISMO PORTUGUÊS!
UNIDADE! UNIDADE! UNIDADE!
ANGOLANOS NÃO LUTAM CONTRA ANGOLANOS!

Léopoldville, 18 de Agosto de 1962.

O COMITÉ DIRECTOR

Carta de Filipe Amado

[manuscrita toda em maiúsculas]

Lausanne, 20/8/62

Caros Compatriotas (“Responsáveis Jurídicos”)

Esta entrada foi só uma banga. Recebemos a carta em papel quadriculado que nos enviaram, e ficámos espantados e satisfeitos pois ela veio c/ a maior brevidade possível.

Como aqui todo o mundo está em férias, a nossa actividade não tem sido tão grande. Apenas saíram dois artigos nos jornais que atacavam os mestiços e o marxismo era o “slogan” principal atribuído ao MPLA. Brevemente enviaremos estes artigos e mais notícias. Nós continuamos esperando pelo “dossier” e mais notícias sobre a Revolução.

Aqui os artigos sobre Angola só falam no exército da UPA. Quando é que a malta faz propaganda do EPLA? Como vai a Revolução? Isto é que interessa pois se ela vencer, ela será forçosamente socialista, e dentro desta doutrina (socialismo democrático) haverá

pão e terra para o povo, acabar-se-á com a burguesia nacional e c/ os nacionalismos reaccionários e erguer-se-á um Estado que se distinguirá do Partido e aonde se acabará c/ a bureaucratie. Conhecemos uma congolana casada c/ um suíço, que chegou há bem pouco tempo do Congo. Ela diz ser do MPLA. Amanhã vamos bater um papo c/ ela.

Recebemos um postal do Carreira de Oslo. Talvez a delegação que lá se encontra faça um bom trabalho, sobretudo no que respeita à Revolução e ao EPLA. Recebi uma carta do Chipenda que fez tabela na América; ele diz que a malta vegeta lá em baixo e pergunta se nós nos esquecemos dos que lá ficaram. Manda dizer também que continua a trabalhar para o Mov. O jornal “Le Monde” traz um pequeno artigo sobre os “maquisards” angolanos que se treinam em Israel: devem ser upistas. Mas assim o Nasser vai-nos ajudar.

Recebemos a Conferência que o A. Neto deu em Léo. Ficámos muito satisfeitos. Sabias que os upistas criavam o mito de que o A. Neto ou era neutro ou iria para a UPA? Os tipos enfiaram uma banana. Os jornais aqui elevam muito o nosso leader (A. Neto).

Dois dos nossos camaradas (Rangel e Van-Dúnem), por sinal os mais escuros, foram chamados à Súreté e os pidescos suíços fizeram as seguintes perguntas: A que movimento pertencem? Este movimento é comunista? Está de acordo c/ o GPRA? Porque? Você é do partido do Jonas?... Os tipos têm aqui um complot juntamente com as missões protestantes. Estão bem elucidados e têm a fobia pelo comunismo. Não sei se nos estão a tramar alguma coisa! Os rapazes responderam bem.

A nossa situação continua pois não temos bolsa e ainda não arranjamós emprego. A WUS só dá bolsa nos meses de Setembro e Outubro aos que têm exames agora. Deste modo ficam de fora cinco que não têm alguma possibilidade. Quanto aos 3 não universitários, só um é que está matriculado e terá bolsa nas férias – Rangel.

Os outros dois, Silvestre Lopes e Fernando Van-Dúnem não foram matriculados nem terão bolsa. Por enquanto, o caso mais urgente é para estes dois que já escreveram para Léo e querem seguir para a Tcheco. Os universitários, enquanto isto não aquecer, ficam ainda aqui, mas precisam de bala para as férias pois não possuem passaportes; as organizações progressistas só têm papo, e os campos de trabalho são fora da Suíça. Aqui só há campos bíblicos.

Seguem junto os dados dos casos mais urgentes.

Silvestre Lopes – 23 anos – Tem o curso comercial e os devidos documentos. Quer tirar Economia Política na Tcheco. Tem passaporte obtido em Rabat aquando do Congresso UGEAN. Quer seguir imediatamente.

Fernando Guilherme da Rocha Van-Dúnem – 6º ano dos liceus. Nascido em Luanda a 13-11-41. Sem documentos e sem passaporte. Quer tirar Direito na Tcheco e quer seguir imediatamente.

Estes são os casos mais urgentes. Os outros esperam por uma ajuda financeira e passaportes. Junto seguem duas cartas que recebi da tua família; tirei os envelopes por causa do peso. Cumprimentos da malta toda.

Kandandu ria muxima ria pangié

[assinatura de Filipe Amado]

P.S. Como vou mudar de direcção manda as cartas para o seguinte endereço:

F.A. cuidado de Augusto Wilson
chez Mme Laroche
Chemin de Primerose, 53
Lausanne
Suisse

Deixo ordem em casa para recolherem as cartas que vierem para o antigo endereço.

Já recebemos dois discos do “Ngola Ritmos”. A venda vai começar dentro em breve, e a bala irá para o CVAAR.

Primeiro Número de “Vitória ou Morte”

[policopiado]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

[carimbo do CD]

VITÓRIA OU MORTE

“UM DIA DEIXARÁS OS TEUS PAIS, A TUA MULHER, OS TEUS FILHOS, TUDO QUANTO AMAS, E CANTANDO PARTIRÁS COM OS VERDADEIROS IRMÃOS, AO ENCONTRO DA MORTE HORRENDA QUE CEIFARÁ VIDAS HUMANAS NUM TERRÍVEL FURACÃO DE FERRO. E EIS ENTÃO QUE NESSE MOMENTO SUPREMO VERÁS NUM CLARÃO TUDO QUANTO SE PODE CONTER NESTA PALAVRA DOCE: A PÁTRIA. E A SUA CAUSA PARECER-TE-Á TÃO BELA, SENTIR-TE-ÁS TÃO ORGULHOSO DE A ELA TE DARES QUE, MAGOADO OU FERIDO DE MORTE, TOMBARÁS CONTENTE.”

ESTÁ ENTRE NÓS O PRESIDENTE DE HONRA DO MPLA, DR. AGOSTINHO NETO.

É com sincera alegria e viva emoção que temos o prazer de anunciar a presença entre nós do Presidente de Honra do MPLA, Dr. Agostinho Neto.

O Dr. Agostinho Neto tem-se revelado em toda a sua vida um grande militante pela causa da libertação do país. As suas actividades na defesa dos legítimos direitos dos angolanos custaram-lhe já várias prisões: A primeira em 1952 durante 90 dias e a segunda em 1955 durante 28 meses. Estas duas prisões prejudicaram bastante a sua carreira médica pois ambas se verificaram enquanto prosseguia os seus estudos de medicina, em Lisboa.

A terceira prisão foi efectuada em Luanda (em Luanda) [sic] em Junho de 1960 pelo famigerado S. José Lopes que o prendeu no seu consultório médico quando observava os seus doentes.

Os colonialistas portugueses receando a reacção do povo, dado o grande prestígio que o Presidente de Honra do MPLA goza entre todos os angolanos, resolveram transferi-lo sob escolta militar para Lisboa onde permaneceu preso na cadeia do Aljube. Mas em Lisboa os colonialistas não o conservaram muito tempo porque também aí a sua personalidade de homem político, de letras e de médico é muito admirada por todos os democratas e homens honestos. Isso forçou os colonialistas a exilá-lo para Cabo Verde na ilha de Sto Antão onde o conservaram sob residência vigiada até o ano corrente.

O Dr. Agostinho Neto nunca deu provas de desânimo ou desfalecimento! Mesmo em Cabo Verde continuou a interessar-se activamente pelos problemas do seu povo! Escreveu cartas aos seus antigos companheiros a incitá-los a continuar a luta; nos vários protestos que enviou ao ministro das colónias portuguesas, fê-lo sempre na qualidade de dirigente de um movimento nacionalista e manifestou ao ministro português que Angola nunca se curvaria à dominação portuguesa, que os angolanos haviam de bater-se até à libertação ou à morte. Conseguiu grandes amizades entre os caboverdianos. Chegou mesmo a animar as aspirações de liberdade que como nós os naturais de Cabo Verde há muito vêm manifestando.

Os colonialistas temendo que a influência do Dr. Agostinho Neto tomasse grandes proporções em Cabo Verde resolveram transferi-lo mais uma vez para Lisboa sob o pretexto de ter exibido uma fotografia onde se revelava as crueldades que os militares e colonos portugueses praticam no nosso país.

De Lisboa o Dr. Agostinho Neto conseguiu iludir a famosa PIDE e evadir-se! Hoje temo-lo felizmente entre nós!

Logo que chegou, começou imediatamente o seu trabalho na qualidade de presidente de honra do nosso movimento. Ao ter conhecimento da divisão que existe entre os angolanos, mostrou-se muito preocupado e expressou o desejo de se dedicar inteiramente ao trabalho de unir o povo.

Participou como chefe da delegação do MPLA na primeira reunião que se realizou com a delegação do FNLA para estabelecimento da FRENTE entre os respectivos movimentos. Segundo o Dr. Neto a reunião decorreu de forma satisfatória e espera que a próxima seja ainda muito mais proveitosa. O Presidente de Honra do MPLA aguarda a todo o momento a resposta da FNLA para a realização da segunda reunião.

Outra atitude do Dr. Agostinho Neto a favor da unidade consistiu na redacção duma carta que em seu nome pessoal endereçou aos presidentes da União das Populações de Angola (UPA) e Partido Democrático Angolano (PDA). Infelizmente essa carta não foi bem compreendida por aqueles dois dirigentes que o acusam nas suas respectivas respostas de intenções que estão fora do espírito e da maneira de ser do Presidente de Honra do MPLA

O Dr. Agostinho Neto não faz nenhuma acusação. Ele limita-se a lamentar que se tenham produzido certas situações entre angolanos. Não se diz na sua carta que a UPA ou o PDA fizeram isto ou aquilo. Nós cremos que só o facto de se desconhecer o Dr. Neto permitiu suposições desse género.

Nós que o conhecemos bem, que temos bem gravado na nossa mente quanto sacrifício e quantas dificuldades passou como consequência da sua actividade a favor da

libertação da nossa Pátria, não duvidamos um segundo sequer da honestidade e das boas intenções do seu gesto. O Povo de Angola também não duvida.

Para que todos possam avaliar a veracidade das nossas afirmações transcrevemos a sua carta:

[Ver atrás, carta datada de 8 de Agosto]

UNIDADE

Nenhum angolano deve desconhecer a importância da unidade para a vitória da nossa justa causa.

A luta armada que se desenvolve no nosso país tem mais de um ano de duração. Os efeitos não foram além de revelar ao mundo a disposição do nosso povo de terminar para sempre com a dominação e exploração colonialista. Em outros aspectos os efeitos estão longe de ser satisfatórios: os portugueses concentraram mais de 80.000 soldados bem armados na região do Norte, mataram mais de 50.000 angolanos, entre homens, mulheres e crianças, obrigaram à saída do seu território parte da população (o número de refugiados no Congo é de cerca de 200.000), grande parte do povo que se encontrava nas zonas das operações militares teve de refugiar-se nas matas onde se conserva sem alimentos e medicamentos, em péssimas condições de alojamentos, indefeso e cada vez mais exposto às crueldades costumadas em que o inimigo se tem revelado mestre.

Só um grande esforço, realizado por todos os partidos e movimentos nacionalistas angolanos em comum pode libertar os nossos irmãos das condições a que foram obrigados com o desencadeamento da luta armada.

Isso não significa que devemos ser contra a luta armada. Nós devemos aceitar que só a luta armada pode levar os colonialistas portugueses a reconhecer o nosso direito de donos da nossa própria terra.

Mas isso não quer dizer que devemos fazer uma luta de qualquer maneira. O passado já nos ensinou que devemos satisfazer duas condições para vencer:

- 1) Realizar uma frente sólida e organizada.
- 2) Conseguir armas e material suficiente para vencer o inimigo.

Ora neste momento nós não realizamos nenhuma destas condições. Nós estamos informados que no dia em que os nossos dirigentes políticos formarem uma frente representativa de todo o povo, nós conseguiremos realizar imediatamente a segunda condição. Isto quer dizer que a formação da FRENTE permite conseguir imediatamente os meios necessários para lutarmos nas melhores condições contra o nosso inimigo.

Os países africanos conhecem bem a nossa situação. Os Chefes dos países que temos contactado estão dispostos a dar-nos toda a ajuda que necessitarmos desde que formemos uma FRENTE. Eles têm-se mesmo mostrado muito preocupados pela nossa falta de unidade. A nossa divisão não permite a vitória contra os colonialistas e enquanto a África não for toda livre, a legítima aspiração da unidade do nosso continente não pode ser realizada.

Os colonialistas portugueses sabem pelo seu lado que a formação duma FRENTE ANGOLANA representativa significa o comprometimento total das suas possibilidades de resistir. É por isso que eles gastam muito dinheiro para comprar angolanos e fazer deles traidores; para que cada vez se formem mais partidos que lancem a confusão entre os nacionalistas e se mantenha assim a nossa divisão; para obter declarações de falsos dirigentes onde se diz que Angola e Portugal são uma e mesma nação; para apresentar ao nosso Povo angolanos indignos e sem vergonha que aconselham o trabalho para encher os bolsos e a barriga dos colonos. Fazem tudo isso porque no passado eles conseguiram dividir o povo e dessa maneira conquistar o nosso país.

Eles querem repetir hoje o que conseguiram no passado: Impedir a nossa unidade, porque a FRENTE UNIDA de todos os angolanos significa a derrota dos colonialistas e a vitória do Povo Angolano.

A maior parte dos países africanos que eram colónias já estão independentes. Eles também tiveram problemas como os nossos. Mas eles compreenderam a tempo que para vencer deviam unir-se. E assim tanto os guineenses como os congoleses, os argelinos como os ghanenses e todos os outros tiveram o bom-senso de esquecer todas as questões existentes no seio do povo e apresentar-se sempre unidos contra os seus respectivos inimigos. Os colonialistas nunca abandonam as suas colónias sem luta. Eles sabem que as colónias dão-lhes muito dinheiro: Pagando salários baixos conseguem produtos muito procurados no mundo, como os diamantes, o café, o algodão, o cobre, o ferro, o açúcar, etc.; que vendem a preços muito altos e assim realizam grandes fortunas.

Ora, os colonialistas portugueses porque se encontram nas mesmas condições também não vão abandonar Angola sem lutar.

Mas nós sabemos que países mais fortes que Portugal como a Inglaterra, a França e a Bélgica, tiveram de abandonar as colónias. Não puderam resistir, embora tentassem, às FRENTEs que os africanos apresentaram contra o seu respectivo inimigo.

Nós devemos aprender com o nosso passado, com a nossa experiência actual e com o exemplo que nos deram os nossos irmãos dos países de África que hoje já são independentes.

Nós devemos pôr de lado todas as nossas questões e unirmo-nos numa FRENTE sólida, firme, como um punho fechado e assim lutarmos contra o nosso inimigo, que é o colonialismo português.

Para isso é necessário que cada angolano faça os maiores esforços no sentido da formação da FRENTE. Os angolanos devem fazer a maior propaganda a favor da formação da FRENTE em todos os lugares em que se encontrem, quer seja a casa familiar, a rua, os lugares de trabalho, a escola, a sede dos movimentos políticos ou os lugares de recreio. As conversas dos angolanos devem ser de preferência a favor da FRENTE, explicando as vantagens da formação da FRENTE, tentando encontrar os meios a adoptar para formar a FRENTE, escrever cartas de protesto aos responsáveis dos movimentos e partidos políticos sempre que estes revelem falta de interesse pela FRENTE, denunciar e afastar do seu convívio diário todos aqueles que por atitudes ou palavras se apresentem como adversários da formação da FRENTE.

Nós devemos dar prova da nossa maturidade fazendo a unidade.

VIVA A UNIDADE!
VIVA A FRENTE UNIDA DE TODOS OS MOVIMENTOS E PARTIDOS
NACIONALISTAS!
A FRENTE VENCERÁ!
A FRENTE LIBERTARÁ ANGOLA DA DOMINAÇÃO COLONIAL
PORTUGUESA!

* * * * *

INFORMAÇÕES

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

O Presidente de Honra do nosso Movimento Dr. Agostinho Neto realizou uma conferência de imprensa em Léopoldville, no mês corrente. A personalidade do Dr. Agostinho Neto suscitou grande interesse entre os jornalistas e o povo de Angola, que acorreram em grande número para ouvir o leader angolano. O texto da conferência está à disposição de todos os militantes na secretaria do nosso Movimento.

COMISSÃO DOS CINCO DAS NAÇÕES UNIDAS

A delegação do MPLA constituída pelo membro do Comité Director Luiz de Azevedo Júnior e pelo Dr. Eduardo dos Santos, foi recebida pela Comissão dos cinco (Finlândia, Bolívia, Dahomé, Sudão e Malásia) a quem fizeram um relato dos acontecimentos de Angola e apresentaram a moção que os angolanos mais gostariam ver aprovada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Comissão ficou muito bem impressionada com a natureza da declaração da nossa delegação.

EPLA

O Conselho de Guerra anuncia que está aberta a inscrição no Bureau do MPLA para todos os angolanos que desejem pertencer ao Exército Popular de Libertação de Angola (EPLA).

JUVENTUDE

Tiveram lugar duas conferências para a juventude no salão do CVAAR. A primeira foi pronunciada pelo Dr. Eduardo dos Santos e versou sobre o tema O Neocolonialismo. A segunda versou sobre o Nacionalismo Angolano, tendo sido proferida pelo Presidente de Honra do MPLA, Dr. Agostinho Neto. Foi-nos grato verificar o grande interesse que as respectivas conferências despertaram na juventude, pela numerosa assistência presente e pelas inúmeras intervenções efectuadas. A próxima conferência será realizada por Viriato da Cruz.

CVAAR

Balanço da actividade do CVAAR em cerca de 8 meses de exercício, no dispensário central (Léopoldville):

– Consultas médicas	14.661
– Tratamentos	33.466
– Injecções	10.141
– Vacinações	5.000
– Alimentos distribuídos	2.465 Kgs.
– Análises (30% realizadas no laboratório do CVAAR)	532

Léopoldville, 25 de Agosto de 1962.

Plano do Centro de Instrução de Guerrilheiros-Comandos do EPLA

*[policopiado – carimbado “Secreto”]*¹

Perante a perspectiva da breve concessão de um campo de treinos, ao MPLA pelo Governo congolês, concebi-o genericamente, da maneira que passo a expor:

I – O campo teria o nome de “Centro de Instrução de Guerrilheiros-Comandos”, em abreviatura – CIGC.

Porquê esse nome?

Porque aí serão efectivamente treinados soldados angolanos para cumprirem missões

- caracteristicamente de guerrilha, dum Exército de Libertação
- e simultaneamente missões caracteristicamente de Comandos, como as realizadas por qualquer Exército Clássico.

Os soldados do EPLA ganhariam assim todas as vantagens técnicas, em matéria de preparação, sobre o soldado inimigo.

O AMBIENTE

No campo, para além da preocupação puramente técnica, cuidaríamos do Homem, ou melhor, forjaríamos o HOMEM NOVO, o angolano alma e suor da Revolução. Para isso seriam criadas no CIGC o máximo de condições de atracção do Homem para que dentro do campo ele se sentisse “em casa”, e o máximo de condições de atracção do Militante, de forma a encorajá-lo na Luta e a estimulá-lo a dar o melhor de si, pois

¹ Provavelmente redigido por Manuel Lima.

ele teria no ambiente revolucionário do CIGC uma noção da sua grande Angola, da felicidade e futuro do seu Povo.

Entre as condições a criar gradualmente, de acordo com as nossas possibilidades crescentes, aponto:

- Uma biblioteca seleccionada
- Discoteca variada
- Representação, pelos soldados e elementos populares, de pequenas peças revolucionárias, originais de autores angolanos
- Criação de um grupo coral
- Criação de um conjunto folclórico
- Intensa prática de desportos
- Audições radiofónicas
- Projecção de filmes predominantemente revolucionários
- Encorajamento a todas as manifestações artísticas, nomeadamente a literatura, artes plásticas e musicais, de sentido nacionalista, para criação de um património cultural revolucionário e caracteristicamente angolano.

Em todas as actividades, o espírito construtivo não deveria ser perdido de vista

No campo funcionaria:

a) a ESCOLA DE COMISSÁRIOS POLÍTICOS

Aí, desde a sua instrução político-militar, até à partida para Angola, o aluno futuro Comissário Político, estaria no seio do Povo e faria o seu tirocínio em contacto constante com os seus problemas, psicologia, línguas, usos e costumes peculiares. O futuro C.P. conheceria assim o Povo, tão profundamente quanto as suas mãos. Ele saberia interpretá-lo validamente, ele saberia guiá-lo seguramente, pelos caminhos da Revolução.

b) a SECÇÃO FEMININA do EPLA.

Esta secção teria essencialmente os seguintes objectivos:

- 1º – Colaborar estreitamente com a secção masculina, em todas as tarefas revolucionárias
- 2º – Organizar a defesa civil das populações
- 3º – Instigar a promoção social da mulher angolana, instruindo-a e educando-a, através de uma intensa campanha de alfabetização, higiene e descomplexação
- 4º – Socorrer doentes, velhos e crianças
- 5º – Praticar a enfermagem de campanha
- 6º – Cumprir missões especiais, nomeadamente as de espionagem, sabotagem e ligações.

Deste modo, o MPLA que conscientemente tem desprezado a colaboração feminina, concorreria largamente para a emancipação da mulher angolana, fazendo-a participar activamente na Revolução.

II – CAMPOS DE REFUGIADOS

Aí seriam acolhidos todos os refugiados vindos das fronteiras, bem como as famílias dos soldados do EPLA.

O Campo de Refugiados seria uma Escola, tanto para os próprios refugiados como para a Direcção Política. Aí, uns e outros estabeleceriam o grande diálogo que os angolanos ainda não encetaram. Nesse campo, políticos e militares inculcariam no espírito do Povo as noções de Unidade, Disciplina, Nação, Governo, Progresso, Democracia, Anti-tribalismo, Anti-racismo, Fraternidade dos Povos, etc, etc.

Seria assim possível observar as reacções da massa e ir aperfeiçoando um sistema de educação e politização populares, à escala nacional. A Direcção Política poderia vislumbrar mais nitidamente os contornos socio-políticos da Angola que os angolanos honestos devem querer para Amanhã.

Os militares, por seu lado, partiriam para Angola treinados física e espiritualmente, para as enormes tarefas e sacrifícios impostos pela dimensão da nossa luta.

No Campo de Refugiados funcionariam:

- a) Um Asilo
- b) Uma creche
- c) Um Hospital-Maternidade
- d) Escolas
- e) Oficinas [*em nota*: Para a formação de quadros, sob a orientação de operários e mecânicos especializados, para ocupação das pessoas incapacitadas para a guerra, para recuperação dos diminuídos por ela].

A defesa deste campo ficaria a cargo dos soldados do EPLA e dos refugiados conjuntamente, quer no que se refere a ataques armados do inimigo, quer no que respeita a infiltrações. A admissão de cada refugiado deveria ser precedida de adequadas medidas de segurança.

III – TERRENOS DE CULTURA E CRIAÇÃO DE GADO

Para que o CIGC ganhasse a maior auto-suficiência possível, em matéria de subsistência dar-se-ia grande incremento à Agricultura e Criação de Gado. Esse trabalho seria feito conjuntamente pelos soldados e refugiados. Julgo sadia e fundamental essa confraternização no trabalho, no esforço construtivo, na concretização do binómio Povo-Exército de Libertação. Ter-se-ia assim a possibilidade de ensaiar uma economia de guerra.

IV – DEPARTAMENTO DO CVAAR

Este Departamento prosseguiria os seus fins naturais. Nele contudo, funcionaria
– Uma Escola de Enfermagem

À semelhança dos alunos da Escola de Comissários Políticos, os alunos da E.E. praticariam desde a primeira hora, em contacto estreito com os refugiados e os combatentes evacuados do front.

Os cursos seriam mistos e teriam duas modalidades: Acelerado e Geral. Um e outro seriam teriam [*sic*] programa e duração designados por uma comissão técnica.

ANEXOS

DA ESTRUTURA DO EPLA

Sugiro para o Exército Popular de Libertação de Angola a seguinte estrutura imediata:

I – CONSELHO DE GUERRA

Seria constituído por quatro políticos e quatro militares, respectivamente eleitos pelo Comité Director do MPLA e Estado-Maior do EPLA.

Conservaria as funções actuais e judicialmente deliberaria em última instância.

Só se reuniria a pedido de 2/3 do número total dos seus membros. À falta de qualquer deles, as deliberações do C.G. seriam tomadas por unanimidade, em oposição às deliberações por maioria, quando o C.G. funcionasse em igualdade numérica de políticos e militares.

II – ESTADO-MAIOR

Competir-lhe-ia aplicar em concreto a linha estratégica traçada superiormente pelo Conselho de Guerra; resolver os problemas quotidianos do EPLA e recomendar ao C.G. as nomeações, castigos graves, condecorações e promoções.

O E.M. teria as seguintes Secções:

- a) – Operações
- b) – Recrutamento e Treino
- c) – Armamento de Municíamento
- d) – Reconhecimento
- e) – Policia Militar; com as sub-Secções de:
 - Segurança
 - Espionagem
 - Contra-espionagem

III – INTENDÊNCIA

IV – LIGAÇÕES – Este Departamento, além da carrinha Volkswagen e Jeep landrover, necessita de um camião.

V – INFORMAÇÃO

A nossa propaganda seria feita sob o título de “Informação” (Os argelinos aconselharam-nos a isso, como resultado da sua experiência). A Propaganda é uma arma e como todas as armas só atinge o seu alvo quando devidamente manuseada. A Propaganda é igualmente uma ciência e uma arte. Numa guerra revolucionária ela tem papel primordial. A experiência tem demonstrado largamente quão graves são as consequências duma má propaganda ou da sua falta. No caso do nacionalismo angolano recordem-se os efeitos sonoros que a UPA, bem ou mal, tirou duma certa propaganda, e as dificuldades com que se debateu o MPLA para atenuar as suas consequências...

Nesse domínio a nossa actividade não tem correspondido, qualitativa ou quantitativamente, às necessidades enormes da nossa luta. Proponho que se faça uma conveniente e urgente utilização dessa arma, criando um Departamento especializado

e que desenvolva largamente a sua actividade, sobretudo num plano de propaganda imagética. Com efeito, uma imagem vale mais que dez panfletos ou dez discursos.

A nossa Propaganda deveria ser feita em:

- a) Português
- b) Francês
- c) Inglês
- d) Quimbundo
- e) Umbundu
- f) Quioco
- g) Kikongo

deveria abarcar os seguintes sectores de opinião:

- a) Internacional
- b) Povo angolano
- c) Povo português
- d) Certos angolanos (traidores ou indecisos, de prestígio)
- e) Soldados angolanos e africanos, no Exército português
- f) Soldados do EPLA
- g) Colonos e Africanistas

e deveria usar todos os meios, para consciencializar o Povo, transmitir palavras de ordem, esclarecer, prevenir, etc.

VI – FINANÇAS

VII – SANITÁRIO

* * * * *

DOS PONTOS DE APOIO DO MPLA – EPLA

I – República do Congo-Brazzaville

1 – Ponta Negra

II – República do Congo-Léopoldville

Província de Léopoldville

- | | |
|-----------------|---------------------|
| 2 – Luali * | 4 – Matadi |
| 3 – Boma * | 5 – Songololo * |
| 6 – Kimpangu * | 9 – Popokabaka |
| 7 – Kindopolo * | 10 – Kassongo-Lunda |
| 8 – Pangala | 11 – Kahemba |

Província de Kassai

- | | |
|---------------|------------|
| 12 – Tshikapa | 13 – Luiza |
|---------------|------------|

* Já existem postos do CVAAR.

DOS PONTOS DE LIGAÇÃO

Província de Leo	
1 – Madimba	4 – Kimbuba
2 – Thysville	5 – Kenge
3 – Kipemba	6 – Kikwit
Província de Kassai	
7 – Tshikapa	8 – Luluaburgo

Esta rede permitir-nos-ia controlar, além duma faixa do Congo-Brazzaville, uma extensão territorial de cerca de 1.900 kms, dos 2.500 de fronteira com o Congo-Léo.

Esse controlo abrangeria três ramos principais de informações constantes:

- Presença e movimento das tropas portuguesas, ao longo das fronteiras
- Influência e acções da UPA
- Encaminhamento, protecção e controlo dos Refugiados

DOS OBJECTIVOS DAS ACÇÕES MILITARES

Penso que as acções militares do EPLA deverão visar fundamentalmente os seguintes objectivos político-militares:

- 1º – Reconhecimento da beligerância, por parte do inimigo, o que, num plano internacional se traduziria por um reforço das nossas actuais alianças políticas e uma conquista de novas adesões, nomeadamente das organizações internacionais que sustentaram a luta argelina.
- 2º – Criação de pelo menos duas bases no interior de Angola.
- 3º – Adquirir material ao inimigo.
- 4º – Estender a guerra a todo o território nacional, de forma a criar a insegurança geral definitiva e dividir as forças do inimigo.
- 5º – Organizar, instruir e enquadrar militarmente o Povo, para a Resistência prolongada.
- 6º – Flagelar o inimigo para o desmoralizar.
- 7º – Estabelecer contacto com os comandantes populares e fazer a sua atracção ou integração no EPLA.

DAS ACÇÕES MILITARES DO EPLA

Julgo que as nossas primeiras acções deveriam ser:

I – Entrada de um Pelotão com missões de:

- a) Reconhecimento
- b) Criação de duas Bases
- c) Convívio estreito com o Povo e sua defesa

Isto teria, a meu ver, dois efeitos psicológicos importantes:

- 1º – Levantaria o moral do Povo e seria um contra-ataque à campanha psicossocial fascista, à qual não podemos deixar de reconhecer certo êxito.
- 2º – Levantaria o moral da Direcção Política e dos militantes do MPLA, a quem impressionou a concessão do campo à UPA. Por outro lado, julgo que não tem sido cómodo aos políticos do Movimento, provar o nosso engajamento na luta armada – quando o próprio inimigo se recusou reconhecê-lo, em assembleia internacional – uma vez que não controlamos nem abastecemos os nossos hipotéticos maquis, nem comunicamos as suas acções militares...

II – Envio de um Pelotão de Combate, ao encontro do Comandante Bomboko. Este destacamento seria comandado pelos camaradas Benedito, Mendes ou Carnot.

III – Envio de um Pelotão para o Sul, fraccionando-se em três Esquadrões:

- a) Um com a missão de destruir o Caminho-de-Ferro de Benguela e criar duas pequenas bases ou depósitos de víveres e armas.
- b) Outro que ultrapassaria o CFB e criaria duas pequenas bases ou depósitos de víveres e armas, na região do Moxico.
- c) Outro de Reconhecimento e Convívio com as populações do Bié e Cuando-Cubango.

IV – Envio de um Esquadrão de Reconhecimento para Cabinda, a fim de neutralizar as acções perniciosas dos estranhos partidos que por lá existem ou se pretendem impor.

Léopoldville, 9 de Setembro de 1962



Agostinho Neto e Mário de Andrade frente às tropas angolanas, dias depois da chegada de Neto ao Marrocos. Juramento de bandeira dos soldados no campo de Kasba-Tadla (Julho 1962).

Memorando do MPLA ao Comité de Fundos de Solidariedade Afro-Asiática

[*dactilografado, em francês – 2ª via, em papel timbrado*]

AO COMITÉ DE FUNDOS DE
SOLIDARIEDADE AFRO-ASIÁTICA
CONAKRY

O MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA teve a ocasião, no ano passado, de dar a conhecer ao COMITÉ DE FUNDOS DE SOLIDARIEDADE AFRO-ASIÁTICA as suas necessidades mais urgentes para fazer face à situação em Angola e ao desenvolvimento da luta do povo angolano.

Se a ajuda financeira e material que nos foi atribuída pelo CFSAA só pôde cobrir uma pequena parte das nossas necessidades, ela constituiu no entanto um encorajamento precioso para a nossa luta. Graças a ela as nossas actividades puderam se desenvolver em vários domínios, a saber: formação de centenas de quadros militares, políticos e técnicos no interior e no exterior do País; instalação de algumas dezenas de postos fronteiriços com vista a assegurar as comunicações e o reabastecimento; enquadramento dos grupos de patriotas com homens melhor treinados; reforço da organização no interior do País; criação de um jornal “UNIDADE ANGOLANA” e publicação de um boletim semanal “VITÓRIA OU MORTE”.

Não menos importante foi a assistência aos refugiados angolanos no Congo (hoje cerca de 200.000). Para esse fim, o MPLA criou o “CORPO VOLUNTÁRIO ANGOLANO DE ASSISTÊNCIA AOS REFUGIADOS” (CVAAR) administrado por um grande grupo de angolanos composto por refugiados, médicos e enfermeiros. A acção notável do CVAAR que possui um dispensário central em Léopoldville e quase duas dezenas de postos nas fronteiras, onde prestam assistência médicos e enfermeiros angolanos, poderá se desenvolver ainda mais em função do crescimento da solidariedade internacional.

É num momento crítico da nossa luta, quando Angola é cada vez mais vítima das intrigas imperialistas no Congo, quando Portugal reforça o seu aparelho militar em Angola que já conta com 60.000 soldados, e quando a coligação imperialista teima em não abandonar as enormes riquezas da África Central e Meridional, que o MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA renova um apelo premente ao COMITÉ DE FUNDOS DE SOLIDARIEDADE AFRO-ASIÁTICA para que lhe seja concedida uma nova ajuda nos seguintes domínios:

- a) FINANCEIRO – De acordo com a repartição das disponibilidades dos Fundos;
- b) TÉCNICO – Uma imprensa, máquinas de escrever, máquinas de copiar, máquinas fotográficas, aparelho de filmar, gravadores.
- c) MILITAR – Aparelhos emissores-receptores do tipo AN/GRC9 e outros; toda a espécie de explosivos e de armas automáticas. (a pedido do Comité de Fundos, a direcção do MPLA poderia fornecer informações detalhadas sobre esse assunto).

- d) ASSISTÊNCIA AOS REFUGIADOS – Medicamentos (sobretudo antibióticos, antipalúdicos e vitaminas), leite e outros alimentos, roupas, tendas de campanha.

No que diz respeito às alíneas c) e d), temos a honra de sugerir que uma Comissão do CFSAA visite Léopoldville para se inteirar melhor da situação em Angola e para eventualmente falar com o Governo Congolês sobre o encaminhamento da ajuda.

CONAKRY, 25 de Setembro de 1962

Em nome do Comité Director do MPLA
LÚCIO LARA [*com assinatura*]
Delegado Permanente em Conakry

Notas sobre as Relações do MPLA com a RAU

[*dactilografadas, em francês – 2ª via, em papel timbrado*]

ALGUMAS NOTAS SOBRE AS RELAÇÕES DO MPLA COM AS AUTORIDADES DA REPÚBLICA ÁRABE UNIDA

As relações entre o MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA e as autoridades da REPÚBLICA ÁRABE UNIDA estabeleceram-se pela primeira vez na Segunda Conferência Panafricana (Tunis, Janeiro de 1960) e continuaram em Conakry durante a Segunda Conferência de Solidariedade Afro-asiática (Conakry, Abril de 1960). Por essa ocasião, as conversações que a nossa delegação pôde ter com a Delegação da RAU criaram as bases de uma cooperação que prometia ser frutuosa e que devia terminar com um acordo de princípio sobre a instalação de uma Representação do MPLA no Cairo.

O envio imediato de um dos nossos delegados ao Cairo com o fim de resolver a questão não teve lugar devido a alguns mal-entendidos na Embaixada da RAU em Accra (Julho de 1960).

Entretanto, as negociações para a abertura da Representação continuaram sem resultados positivos até ao momento em que o nosso Movimento recebeu um convite das autoridades da RAU para ir ao Cairo esclarecer alguns pontos duvidosos levantados por um representante da UPA (União das Populações de Angola) durante uma breve estadia no país. Nesse momento, depois de algumas discussões com o Sr. Fayek sobre os vários problemas relacionados com a nossa luta, o princípio da instalação de uma Representação do MPLA, que pudesse resolver todos os problemas de ajuda, foi aceite.

No entanto, quando enviámos um delegado – o Dr. VIANA – para resolver a questão da Representação, fomos informados que o momento não era oportuno. Isso passava-se em Julho-Setembro de 1961.

Desde então, apesar das relações muito fraternais que nos unem aos representantes da RAU na Guiné e no Congo, ficámos com a impressão que uma ajuda concreta da

parte das autoridades da RAU não teria lugar enquanto a unidade entre as organizações políticas angolanas não se concretizasse.

Tentámos no entanto explicar as razões dessa falta de unidade, de que não temos qualquer responsabilidade porque todas as diligências e todas as concessões feitas pelo MPLA para chegar a um compromisso com a UPA foram em vão.

Percebemos que as autoridades da RAU eram obrigadas a ir contra as suas tradições revolucionárias de ajuda aos povos que lutam pela sua libertação, unicamente por não quererem beneficiar nenhum partido angolano em especial, antes que se concretizasse a unidade.

A nossa opinião em relação a isso era muito simples: A unidade de todas as forças nacionais angolanas constituía um dos pontos fundamentais do nosso programa. Por outro lado, éramos um Movimento que se situava na linha dimanada das Conferências de Bandung, do Cairo, de Accra, de Tunis, de Conakry e de Casablanca e por isso apenas tínhamos o apoio moral e material (muito abaixo das nossas necessidades) de muito poucos países de África. Esse facto punha-nos numa situação ainda mais difícil face à UPA que era fortemente ajudada por países para os quais era importante tornar a UPA mais poderosa que o MPLA. Como resultado, o desequilíbrio processava-se e constituía precisamente uma das razões que levava a UPA a recusar a Frente com o MPLA. Foi em vão que, aproveitando a evasão de Portugal do nosso Presidente de honra, Dr. Agostinho NETO, fizemos uma nova tentativa no passado mês de Agosto para chegar a uma Frente; as negociações foram interrompidas pela UPA. O nosso desejo de unidade não pode portanto ser posto em dúvida. E no entanto isso não impediu que os países que ajudavam a UPA continuassem a reforçar o seu apoio sob todas as formas.

Estamos portanto perante um falso problema: Os países que apoiam sobretudo moralmente o MPLA condicionam a ajuda material à realização de uma Frente sem ter em conta que dessa forma contribuem para um desequilíbrio de forças que consagrará a divisão das duas organizações políticas e isso porque a eliminação do MPLA nunca será possível, tendo em conta o apoio de que goza no interior do País.

É assim que fazemos mais uma vez apelo às autoridades da RAU para que nos seja concedida uma ajuda concreta. Continuamos a pensar que a abertura de uma Representação do nosso Movimento no Cairo constituiria em si mesma uma boa contribuição para a luta do nosso povo, e seria o prelúdio de uma ajuda real e eficaz que trabalharia no sentido da unidade na luta de libertação nacional.

Gostaríamos portanto de ser recebidos pelas autoridades da RAU a fim de retomar as negociações em relação a esse assunto.

Conakry, 27 de Setembro de 1962

Em nome do MPLA

Lúcio LARA

Delegado Permanente do MPLA em Conakry

Carta de Joaquim Domingos a Lúcio Lara

[*dactilografada*]

Exmo. Camarada, Lúcio Lara



Joaquim Domingos

É com viva voz e fortíssimo abraço que faço estas pequenas linhas, a fim de saber a vossa continuação de saúde. Eu cá tudo bem graças ao MPLA e ao EPLA. Camarada Lúcio antes de continuar peço-lhe desculpa sobre os erros que se encontra nesta minha carta. Camarada agradeço o favor de apresentar os meus sinceros cumprimentos para toda família de casa. Camarada Lara, eu cá em Marrocos nunca me esqueci dos dias que passei em Conakry e nem tão pouco me esquecerei. Camarada Lara, sobre o meu treino militar cá em Marrocos estou bem treinado, e se Deus quiser entrarei em Angola e combatarei contra o colonialismo: não combatarei contra o Português mas sim contra o colonialismo.

Lá vão os meus sinceros cumprimentos para os camaradas e as camaradas, Viana, Araújo, Viriato, Rute, Amélia e Maria Eugénia. Por hoje basta não tenho outro assunto a dizer; sempre teu camarada e irmão Angolano Joaquim Domingos.¹

Kasba-Tadla 28/9/1962

Mensagem do MPLA ao Concílio Ecuménico Vaticano II

[*cópia policopiada, em francês*]

[*Endereço do MPLA em Léopoldville*]

O Comité Director do MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MPLA), formula aos participantes ao Concílio Ecuménico, os votos mais ardentes de sucesso nas suas importantes deliberações.

No momento em que a vossa Assembleia se reúne num clima de diálogo, entendimento e compreensão entre todas as confissões religiosas, sentimos o imperioso dever de recordar que os defensores do sistema colonial português prosseguem, em Angola, as piores formas de opressão das liberdades fundamentais.

É evidente que a manutenção das relações actuais entre os colonizadores portugueses e as populações angolanas não é de molde a favorecer o livre desenvolvimento das nossas igrejas nacionais.

¹ Mais tarde conhecido como "Valódia". A fotografia foi cedida por Jovita Nunes.

Os nossos Ministros de Deus – Católicos ou Protestantes – que ousaram dar o seu contributo directo ou indirecto à luta contra a dominação colonial, conheceram na maior parte dos casos a tortura e a morte.

Outros estão injustamente encarcerados ou mantidos com residência fixa em Portugal.

Que nos seja permitido citar entre estes últimos, MONSENHOR DAS NEVES, Vigário do Arcebispado de Luanda, destituído das suas funções por “crime de nacionalismo”, o Rev. Pe. JOAQUIM PINTO DE ANDRADE, ex-chanceler, o cónego MANUEL FRANKLIN DA COSTA e os padres ALEXANDRE DO NASCIMENTO, MARTINHO SAMBA, ALFREDO OSÓRIO GASPAS, DOMINGOS GASPAS, LINO GUIMARÃES e VICENTE JOSÉ RAFAEL.

Estamos certos que o Concílio Ecuménico, fiel às suas tradições de defesa dos nobres ideais de justiça neste mundo, se dignará interessar-se pelo destino dos nossos irmãos religiosos de Angola, vítimas da opressão colonial.

Reafirmando-vos a confiança que o nosso povo tem no alcance social do Concílio Ecuménico, pedimo-vos que aceitem os protestos dos nossos humildes sentimentos de respeito e elevada consideração.

Léopoldville, 2 de Outubro de 1962

Dr. AGOSTINHO NETO
Presidente de Honra

MÁRIO DE ANDRADE
Presidente

Reuniões da Comissão Preparatória para a Conf. Nacional do MPLA

[*dactilografado*]¹

[*Sem data – provavelmente entre Setembro-Outubro 1962*]

1 . A deliberação sobre a composição da COMISSÃO PREPARATÓRIA (CP) consta dos documentos da sessão do Comité Director do MPLA, de 22 SET.

A CP ficou constituída pelos seguintes militantes:

Agostinho Neto	Matias Miguéis
Mário de Andrade	Viriato Cruz
Lúcio Lara	Luiz Azevedo
Eduardo Santos	Hugo de Menezes
Gentil Viana	

A CP tem poderes para agregar os militantes e os grupos de trabalho que julgar necessário para o desempenho das suas funções.

¹ Essas reuniões realizaram-se a 4 de Outubro de 62.

A CP teria como funções:

- a) Fazer propostas ao CD sobre
 - Qualificação da Conferência
 - Método a seguir até a Conf.
 - Participantes/número/qualidade
 - Data da abertura e encerramento
 - Local da Conf.
 - Orçamento da Conf.
 - Carácter secreto da Conf.
 - Regulamento interno da Conf.
 - Ordem de trabalhos da Conf.
 - Plano geral sobre o conteúdo dos rapports.
 - Órgãos que devem preparar os rapports.
- b) Comunicar ao CD as conclusões a que se for chegando na CP, de maneira a permitir um ajustamento fácil da acção actual do Movimento às necessidades futuras, previstas no desenrolar dos trabalhos da Conf.
- c) Realizar, pelos métodos próprios que imporá aos seus trabalhos, o saneamento possível e necessário ao bom êxito da Conf.

2 . A CP decidiu que:

- a) A Conf. seja uma CONFERÊNCIA NACIONAL, não nos termos do Estatuto, mas sim de acordo com a Legalidade Revolucionária.
- b) A ordem de trabalhos da Conf.:
 - Apreciação e votação do relatório geral sobre actividades do Mov.
 - Relatório especial sobre Linha Política e Estrutura do Mov. no futuro.
 - Plano geral sobre acção do Mov. no futuro.

Acta do Comité Preparatório da Conf. Nacional do MPLA

[*dactilografada*]

CONFERÊNCIA NACIONAL – Comité Preparatório
SESSÃO PLENÁRIA DO COMITÉ PREPARATÓRIO DE 4/OUT./1962

Estiveram presentes os seguintes membros do CP: Mário de Andrade, Matias Miguéis, Agostinho Neto, Viriato da Cruz, Eduardo Santos e Gentil Viana.

Como ordem do dia estabeleceu-se:

1. Aprovação do processo verbal da sessão de 29/SET./62.
2. Plano de auscultação das massas.
3. Participantes a Conf. Nac.
4. Relatório Comissão Técnica.

5. Data da Conf. Nac.
6. Propostas da Secretaria.
7. Questões diversas.

Sobre o primeiro ponto da Ordem do Dia (1): Foi aprovado com emendas o processo verbal (reconstituição do) da sessão plenária de 29/SET./62.

Sobre o segundo ponto da Ordem do Dia (2): Como não tivesse sido possível reunir os membros do CP encarregados de apresentar um projecto para a auscultação, Mário de Andrade fez uma proposta que depois de discutida, foi aprovada – A auscultação deve ser feita sob a forma de carta enviada aos militantes ou organismos que se pretende auscultar. A forma da carta bem como o seu conteúdo, variam de acordo com os destinatários. Na carta podemos distinguir duas partes: explicação e questionário. No texto explicativo deve dizer-se qual o objectivo e limites da Conf.; deve fazer-se um breve rapport sobre a actividade interna e externa do MPLA; falar-se na estrutura actual do MPLA; justificar, com base nisso, a orientação da Conf.

O questionário será organizado (exemplificou-se com o caso das relações exteriores): conteúdo da própria Conf.; unidade dos partidos; questão militar; posição a tomar perante as reformas anunciadas por Portugal; eventuais negociações com Portugal; não alinhamento; estrutura actual e futura do MPLA. Outros pontos seriam depois incluídos na comissão responsável.

Decidiu-se também encarar a auscultação de entidades estranhas ao Movimento e conhecedoras da questão Angolana. Insistiu-se na auscultação dos angolanos recém-chegados do País.

Decidiu-se que o Mário de Andrade apresentaria aos membros da comissão responsável pelo plano de auscultação, uma folha de inquérito (projecto) 24 horas antes da reunião dessa comissão. Em princípio a folha de inquérito ficaria pronta no domingo (dia sete).

Insistiu-se no aproveitamento das conferências da Juventude como meio de auscultar.

Sobre o terceiro ponto da Ordem do Dia (3): Devem participar todos os militantes devidamente representados através de eleições dentro dos organismos em que se integram; devem também participar personalidades de prestígio dentro de Angola (chefes tribais ainda que não sejam militantes do Movimento).

No que respeita a participantes estabeleceu-se que, além do prestígio junto do povo, devia também exigir-se uma não actividade contra o Mov.

Insistiu-se também na admissão de OBSERVADORES, os quais, em princípio, poderiam ser entidades estranhas ao Movimento; Esta ideia ficou para estudo ulterior.

Estabeleceu-se que o processo que se está seguindo para preparar a Conf. Nac. deve constituir, por si mesmo, um ponto importante da folha de inquérito.

Sobre o quarto ponto da Ordem do Dia (4): Constatou-se que a Com. Técnica não tinha podido preparar o relatório de que estava incumbida pelo facto de, actualmente, só ter disponível um membro (Matias Miguéis).

Decidiu-se que o Matias nomeasse um ou vários militantes para que o auxiliassem, a título de membros não efectivos do CP.

Sobre o quinto ponto da Ordem do Dia (5): Estabeleceu-se que a data da Conf. Nac. seria 27 de Outubro de 1962.

Sobre o sexto ponto da Ordem do Dia (6): Decidiu-se que se faria segredo à volta do lugar, data e participantes.

Far-se-ão comunicados sobre a preparação da Conf. sendo os textos elaborados pela Secretaria e aprovados em sessão plenária do CP.

Decidiu-se que todos os textos e questões a discutir no plenário devem ser distribuídos aos membros, pelo menos com vinte e quatro horas de antecedência.

Decidiu-se que cada comissão deverá elaborar um registo dos seus trabalhos e depositá-lo na Secretaria, a fim de que cada membro do CP possa controlar, passo a passo, o andamento dos trabalhos gerais da Conf.

Aprovou-se o orçamento proposto pela Secretaria e estabeleceu-se que o mesmo seria transformado em orçamento geral do CP.

1. Correspondência.....	1.000
2. Material de Secretaria.....	3.000
3. Deslocações.....	500
4. Extraordinários.....	500

TOTAL.....	5.000 Frs.

Decidiu-se que a Secretaria deveria agregar dois militantes a título de membros não efectivos do CP, sendo um como dactilógrafo e stencil [*sic*] e outro como responsável pelo expediente.

Carta Circular da FUA

[*dactilografada – 2ª via*]

FRENTE DE UNIDADE ANGOLANA
(FUA)

Circular

Caros Companheiros:

De acordo com os princípios defendidos pela Frente de Unidade Angolana e enunciados nos documentos juntos, sem intenções reservadas de qualquer espécie e interessados unicamente numa solução justa e rápida do problema angolano que ponha termo à perda de preciosas vidas e permita ao nosso Povo o exercício pleno de se governar a si próprio, tomámos a iniciativa de elaborar esta circular para a dirigir a todos os movimentos e partidos políticos e organismos de classe angolanos.

No momento presente consideramos a constituição da Frente Nacional de Libertação como a tarefa mais urgente que é posta a todas as organizações políticas e de classe de Angola, porquanto:

- 1 – É a solicitação mais premente que é feita pelo Povo Angolano;
- 2 – É a forma mais eficiente e menos custosa de combater vitoriosamente o inimigo;
- 3 – É a melhor demonstração de maturidade e honestidade política dos dirigentes angolanos, tão necessária à conquista do respeito e apoio de todo o mundo à nossa luta;
- 4 – É a melhor garantia para a futura construção do País e consolidação da Independência Nacional;
- 5 – É finalmente a conquista pelo Povo de confiança nas suas próprias possibilidades e nos seus líderes.

Para que a FNL seja válida é necessário que:

- 1 – O interesse nacional esteja na base da sua constituição e dos seus objectivos;
- 2 – Seja a expressão uniforme dos seus interesses maiores e comuns de todos os sectores do País;
- 3 – Exista um sincero espírito de colaboração no seu seio e obediência, por parte de todos os participantes, a um Estatuto próprio.

Considerando todo o enumerado atrás a FUA propõe a reunião, o mais breve possível e em local a determinar, de dirigentes de todos os movimentos e partidos políticos e organismos de classe angolanos, destinada a estudar a questão da FNL para o que deverão observar os seguintes princípios:

- 1 – Reconhecimento da questão FNL como problema mais urgente do movimento nacionalista angolano.
- 2 – Reconhecimento de que a validade da FNL estará no facto de representar efectivamente o conjunto nacional.
- 3 – Respeito mútuo pela personalidade e autonomia de cada organização participante.

Considerando esta proposta válida, honesta e patriótica, admitimos, no entanto, que outra mais válida poderá ser feita.

Dado o carácter urgente e a importância tamanha que reconhece existir na questão FNL, a FUA aceitará e defenderá qualquer outra proposta honesta e justa, como base de discussão. Declara desde já que a sua noção de responsabilidade, como movimento nacionalista angolano, lhe impõe a constante atenção para este problema o qual estará sempre até à sua justa solução, no primeiro plano das suas actividades.

Fraternais saudações.

PELA UNIDADE ANGOLANA

Aos 12 de Outubro de 1962

Pelo Comité Director,

Sócrates Mendonça de Oliveira Dáskalos
(Presidente)

Dirigida à UPA, MPLA, PDA, MLEC, e UNTA.

Carta da FUA ao Secretariado da CONCP

[cópia dactilografada]

COPY

FRENTE DE UNIDADE ANGOLANA
(FUA)

Ao SECRETARIADO PERMANENTE DA CONFERÊNCIA
DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS DAS COLÓNIAS
PORTUGUESAS (CONCP)
RABAT
MARROCOS

Caros Companheiros:

Juntos enviamos cópia da circular que nesta data enviámos aos movimentos nacionalistas e organizações de classe angolanos, sobre a constituição da “Frente Nacional de Libertação”. Junto à circular seguiu um exemplar do nosso Programa. Aproveitamos esta oportunidade para vos enviar também em exemplar do nosso Programa.

Comunicamo-vos que da circular aqui referida vamos fazer cópias para serem enviadas a todos os Governos Africanos, considerando que o problema angolano é também um problema africano.

Calorosas e fraternais saudações.

PELA SOLIDARIEDADE ANTI-COLONIALISTA

Aos 15/10/62

Sócrates Mendonça de Oliveira Dáskalos

PRESIDENTE

Resolução sobre Angola na 2ª Conf. dos Juristas Afro-Asiáticos

[policopiada, em francês]

RESOLUÇÃO SOBRE ANGOLA

Depois de ter analisado a situação de Angola,

CONSIDERANDO o direito inalienável do Povo Angolano à autodeterminação e à Independência;

CONSTATANDO que Portugal persiste na violação ostensiva das Resoluções das Nações Unidas onde esse direito é solenemente afirmado;

CONSIDERANDO a Resolução 1514 (XV) da Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre a outorga da Independência aos países e aos Povos coloniais;

CONSIDERANDO a obstinação de Portugal em prosseguir o genocídio contra o povo de Angola;

CONSIDERANDO o arbitrário das detenções em massa de patriotas angolanos, lançados para campos de concentração, em condições desumanas;

CONSIDERANDO as deportações e os desaparecimentos sistemáticos, a tortura e o assassinato calculado em milhares de patriotas angolanos;

CONSIDERANDO que pelas suas ações, Portugal cria uma fonte de fricção internacional e põe em perigo a paz e a segurança internacionais;

CONSIDERANDO que nenhuma reforma poderá satisfazer as aspirações legítimas do povo angolano se ela não se basear no reconhecimento do direito do povo angolano à livre determinação e à Independência;

CONSIDERANDO que apenas o apoio dado a Portugal pela OTAN e pelos Governos da África do Sul e da pretensa Federação das Rodésias e da Niassalândia lhe permite prolongar a guerra de extermínio contra o povo angolano;

A SEGUNDA CONFERÊNCIA DOS JURISTAS AFRO-ASIÁTICOS,
REUNIDA EM CONAKRY DE 15 A 20 DE OUTUBRO DE 1962

SAÚDA a luta heróica do povo de Angola em armas;

CONDENA energicamente a agressão bárbara dos colonialistas portugueses contra o povo angolano;

ROGA aos Estados Membros da ONU, nomeadamente o grupo Afro-Asiático, que tudo façam com vista à aplicação, a Portugal, das sanções previstas na Carta das Nações Unidas;

CONDENA todo o apoio ou toda a assistência prestados a Portugal;

PROCLAMA a incompetência dos Tribunais portugueses para julgar os presos políticos angolanos e exige a sua libertação imediata e incondicional;

DENUNCIA as tentativas imperialistas que procuram, por todos os meios, dividir os nacionalistas angolanos e pede-lhes que fiquem vigilantes;

EXORTA os Governos de África e da Ásia a intensificarem a ajuda diplomática, militar e financeira aos nacionalistas angolanos.

CONAKRY, 20 DE OUTUBRO DE 1962

Relatório à 2ª Conf. de Juristas Afro-Asiáticos

[*policopiado, em francês*]

[*Nota manuscrita por Ruth Lara: apresentado por Lúcio Lara, 20.10.62*]

RELATÓRIO DA DELEGAÇÃO DE ANGOLA
À SEGUNDA CONFERÊNCIA DOS JURISTAS AFRO-ASIÁTICOS

SENHORES PRESIDENTES,
EXCELÊNCIAS,
CAROS DELEGADOS DA ÁFRICA E DA ÁSIA

É com grande alegria e muita esperança que participamos nos trabalhos desta Conferência dos Juristas Afro-Asiáticos.

A hospitalidade tradicional do povo Guineense permitiu que o nosso encontro se realizasse na Capital deste País que, já lá vão quatro anos, abriu, com um NÃO massivo, uma brecha decisiva na dominação imperialista em África.

Agradecemos ao Partido Democrático da Guiné, ao povo e ao Governo bem como a sua Excelência o Presidente SÉKOU TOURÉ por ter convidado a nossa Conferência a realizar-se em Conakry e por ter contribuído material e politicamente para o seu sucesso.

Aos Juristas Guineenses, a todos os que tornaram possível estas sessões, a vós, caros delegados da Ásia e de África, trazemos a saudação fraterna de Angola em armas.

Curvamo-nos, comovidos, perante a memória de milhares e milhares de irmãos de África e da Ásia que tombaram e continuam a tombar no combate contra o imperialismo e contra o colonialismo.

O elevado número, a representatividade, a competência de todos os participantes a esta Conferência são de molde a deixar prever um grande sucesso nos nossos trabalhos. Essa grande afluência de trabalhadores do Direito de todos os países Afro-Asiáticos é apenas o resultado da inscrição na nossa ordem de trabalhos das preocupações principais dos nossos povos: a luta contra o Colonialismo, o Neocolonialismo e o Imperialismo, pela reconquista da liberdade, da dignidade e da soberania plena e total.

Senhores Presidentes,

A nossa Conferência realiza-se num momento de graves preocupações. Do desespero crescente do Imperialismo resulta o encarniçamento em manter as suas últimas posições, razão pela qual os nossos esforços e a nossa vigilância devem redobrar.

No entanto, também temos motivos de alegria. Entre eles, a recente ascensão do Uganda à Independência e a vitória da luta heróica do povo irmão da Argélia que depois de tantos anos de luta, arrancou a sua liberdade aos colonialistas. Desta tribuna, endereçamos-lhes a nossa entusiástica saudação.

Essas vitórias não adormecem a nossa vigilância porque o imperialismo está alerta.

Com efeito, assistimos na Ásia à criação de sucessivos focos de guerra com o apoio que o imperialismo reserva a alguns governos, traduzindo-se em geral por uma intervenção armada directa contra as forças que lutam pela sua libertação. A presença de forças estrangeiras no Vietname do Sul, no Yemen, na Coreia do Sul e noutros lugares constitui um atentado à soberania desses povos e uma ameaça permanente à Paz Mundial.

Na América Latina, o Imperialismo não cessa as suas provocações contra o Povo Cubano. A lição de coragem que Cuba oferece ao Mundo e o eco que a Revolução Cubana encontra junto dos povos Latino-americanos são uma fonte de preocupações para o imperialismo que não só procura liquidar a Revolução através de um boicote abusivo, mas também tenta fomentar nos outros países deste continente a repressão feroz dos movimentos de libertação nacional.

Para levar a cabo essas manobras, o imperialismo conseguiu instalar um pouco por todo o lado bases militares agressivas cujo carácter nefasto a nossa Conferência terá de examinar e condenar.

Em África, o imperialismo procura acomodar-se às mudanças que aí aconteceram. Por um lado, ele muda de rosto para continuar a explorar os povos que se tornaram independentes; por outro lado, colabora com o colonialismo mais retrógrado para explorar os povos ainda submetidos à dominação estrangeira directa.

A luta contra o colonialismo em África encontra-se no seu ponto mais alto. As enormes riquezas da África Central e Meridional transformaram essas regiões nos últimos bastiões do colonialismo. A presença de uma massa bastante importante de colonos, dispostos a não ceder às reivindicações dos povos africanos, arrisca-se a transformar essa parte de África num imenso campo de batalha.

A guerra levada a cabo em Angola, a intensificação das acções nacionalistas nas Rodésias, as sangrentas repressões em Moçambique e na África do Sul, mostram quanto o imperialismo se agarra a essa parte de África.

A aliança já denunciada entre Salazar, Verwoerd e Wellensky não visa outro objectivo. Um último parceiro, o mais nocivo, dessa aliança é o Tshombé que, à custa do apoio desses aliados à manutenção do regime secessionista, põe o Katanga ao serviço dos ultra-colonialistas do Sul de África. O imperialismo impede assim que o problema do Congo encontre a sua solução e dessa forma retarda o movimento de libertação nacional no sul do continente africano.

A intensificação da colonização branca, baseada agora em elementos extremistas vindos da Argélia, piora a situação. Em Angola já se manifestam forças organizadas de colonos que colhem a experiência criminosa da OAS.¹

Nas colónias sob dominação portuguesa, a luta de libertação nacional atinge uma fase de grande intensidade. Não tendo, os métodos do colonialismo português, deixado outra via para a reconquista da liberdade senão a luta armada, todas as organizações políticas tiveram de seguir o caminho da acção directa. Na Guiné dita portuguesa, as forças nacionalistas já puderam causar alguns reveses ao exército dos colonialistas portugueses.

No que diz directamente respeito a Angola, o Colonialismo português pretende sufocar o movimento libertador reduzindo imensas regiões do nosso País a grandes cemitérios. Na fase actual da luta, o exército colonialista, de mais de 60.000 homens, ataca sobretudo os grupos populacionais seja por bombardeamentos sistemáticos seja por razias contra as aldeias onde a soldadesca portuguesa dá livre curso à sua imaginação assassina sobre os habitantes.

A guerra que Portugal nos impôs não decorre apenas nas frentes de combate. Para além dos massacres de milhares de patriotas, o nosso povo suporta as prisões em massa, os campos de concentração, a tortura, o assassinato, a execução de reféns, o desaparecimento, as deportações...

Isso só fez aumentar a actividade clandestina do povo, seguida por um crescimento do número de prisões. No entanto, os Tribunais colonialistas não sofreram qualquer aceleração no ritmo de trabalho. Esse facto justifica as nossas inquietações sobre o destino reservado pela administração colonial aos milhares de angolanos presos sob a acusação de “crime de patriotismo” e que, na verdade, sempre invocaram a incompetência desses Tribunais de excepção e estrangeiros.

Todos esses procedimentos criminosos tiveram como resultado o reforço da determinação do nosso povo em elevar mais alto o seu espírito revolucionário.

No início foram apenas alguns comandos do MPLA que, seguindo a palavra de ordem da acção directa, se confrontaram heroicamente com as hordas colonialistas, nesse memorável 4 de Fevereiro em Luanda.

Em breve, era todo o povo que, de armas na mão, se opunha encarniçadamente à barbárie colonialista que sucedeu aos primeiros confrontos.

Para responder às exigências da luta, acelerámos a formação de quadros políticos, militares e técnicos, a maioria dos quais contribui já para uma melhor coordenação e eficácia das operações de guerra.

O nosso jovem Exército Popular de Libertação de Angola apresenta-se como o garante fiel dos objectivos principais da Revolução.

No entanto, a maturidade política do nosso povo não deixa perder de vista a possibilidade de resolver, pela via da negociação, o problema angolano.

É assim que, ao mesmo tempo que reforçamos a nossa resistência armada, estamos prontos, a qualquer momento, a uma resolução pacífica, desde que o Governo português aceite estas condições mínimas:

- 1º – Reconhecimento do direito de Angola à Independência e à sua Soberania Nacional e Internacional;
- 2º – Retirada de todas as forças armadas do solo Angolano;
- 3º – Unidade e integridade territoriais;
- 4º – Libertação incondicional de todos os presos políticos e regresso a Angola dos refugiados, deportados e exilados;
- 5º – Garantias para o exercício das liberdades democráticas;
- 6º – Fixação de um prazo e garantias para a eleição de um parlamento nacional com base no direito de voto igualitário, directo e secreto para todos os cidadãos sem qualquer discriminação;

¹ “Organisation de l’Armée Secrète” - organização dos colonos argelinos preconizando a violência na defesa dos seus interesses.

7º – Eleição de órgãos do governo em todas as cidades e vilas;

8º – Fixação da data de ascensão de Angola à Independência.

Senhores Presidentes,

Caros amigos,

No plano internacional, o colonialismo português, já condenado por todas as nações livres, procura salvar a face apresentando pseudo-reformas que apenas permitem fazer sobreviver e perpetuar o regime colonial.

O povo angolano chama a vossa atenção particular para essa manobra grosseira.

O direito internacional do povo angolano à auto-determinação e à independência já foi reconhecido várias vezes pela ONU que também recomendou a Portugal que procedesse a reformas tendentes a transferir a Soberania para o povo angolano.

Que Portugal não está disposto a respeitar essas decisões, fica claramente provado pelo genocídio perpetrado em Angola prova-o claramente. As reformas têm um único objectivo: enganar os Membros da ONU.

É um facto inegável que nenhuma reforma será válida nem estará de acordo com os votos expressos pelas Nações Unidas, se não assentar no reconhecimento do direito dos povos à independência completa.

No que diz respeito a nós e aos povos das outras colónias portuguesas, tais reformas devem incidir sobre as leis que estão na base da estrutura constitucional e Jurídica imposta aos nossos Países, as quais consagram o mito das províncias do ultramar e estabelecem a organização e o processo de exploração colonial.

A revogação do Estatuto dos Indígenas, que quer fazer crer que não há discriminação nas colónias portuguesas, não pode satisfazer os nossos povos. Com essa revogação a cidadania portuguesa é alargada aos anteriormente chamados indígenas... Ora, a batalha que iniciámos não é nem nunca foi destinada à conquista de uma cidadania estrangeira.

Do ponto de vista Jurídico, político e de facto ainda estamos no mesmo ponto onde estávamos antes.

Caros Amigos

A nossa ordem de trabalhos inclui o problema das liberdades públicas.

Reafirmemos uma vez mais que aí onde um povo está submetido ao jugo colonial, o Homem, pela própria natureza do sistema, não pode gozar de nenhum direito natural. Isso quer dizer que a primeira de todas as liberdades é o direito dos povos à autodeterminação e à independência.

Recusando o reconhecimento desse direito aos povos coloniais, Portugal não só não respeita as decisões das Nações Unidas, nomeadamente a Resolução 1514 (XV) sobre a Descolonização, como muito pelo contrário, procura reforçar as cadeias de escravatura que mantêm dominados onze milhões de Africanos.

Portugal, pequeno país atrasado e ele próprio submetido à exploração imperialista, não poderia prosseguir a guerra colonial sem o apoio técnico e financeiro dos seus aliados da OTAN.

Mas a intervenção imperialista no conflito que opõe o povo angolano ao Governo português reveste-se ainda de um outro aspecto: é um facto evidente que a

independência que conquistaremos será mais efectiva, mais eficaz, mais forte perante o assalto do neocolonialismo, se o nacionalismo angolano conseguir desde já a união de todas as suas forças.

Não é de espantar pois, que a nossa luta [seja] já alvo das manobras do imperialismo que tenta lançar-nos uns contra os outros, com o objectivo de preparar para Angola de amanhã condições favoráveis aos desígnios neocolonialistas.

Mas o povo angolano que já pagou e continua a pagar demasiado caro o preço da sua liberdade não a sacrificaria a interesses estrangeiros.

O neocolonialismo, cujas consequências já sofremos pelo atraso que ele traz às lutas de libertação nacional, confrontar-se-á com a firmeza das nossas posições revolucionárias.

É nessa linha que concedemos o nosso inteiro apoio aos países irmãos independentes que se empenharem numa procura activa da Unidade Africana, pela libertação completa do nosso continente.

Caros delegados de África e da Ásia

Os Juristas angolanos estão plenamente conscientes das imensas tarefas que nos esperam a todos para a elaboração de uma Ordem Jurídica Nova, visando preservar a soberania reconquistada e dar aos nossos Estados estruturas políticas e sociais de acordo com os interesses, as tradições, os costumes dos nossos povos.

Esse trabalho é ainda mais difícil porque a longa noite colonial introduziu, em certos espíritos, uma hierarquia de valor estranho ao nosso mundo e o culto de um Direito estrangeiro criado para justificar a exploração e os crimes do colonialismo e do imperialismo.

Para os Juristas angolanos, entre as primeiras responsabilidades dos trabalhadores do Direito afro-asiáticos encontra-se ainda a denúncia e a repressão do crime mais vergonhoso da nossa época: O CRIME DE COLONIALISMO.

É por aí que deveremos começar a cumprir os nossos deveres de Juristas militantes, deveres de servidores de um direito novo, oposto à exploração do homem pelo homem, em síntese, de um Direito ao serviço dos Povos.

O nosso Direito, que liberta, deve visar o desenvolvimento das relações pacíficas entre os estados, a salvaguarda da Paz e os verdadeiros valores universais.

Mas se é verdade que a salvaguarda desses valores impõe o fim das experiências nucleares, não é menos verdade que a exigência imediata dos povos subjugados é a da sua libertação.

Senhores Presidentes

Caros Delegados da Ásia e de África,

Reforçando a solidariedade entre os povos de África e da Ásia, contribuiremos para o estabelecimento de um equilíbrio internacional baseado na justiça e no respeito da Dignidade Humana.

VIVA A CONFERÊNCIA DOS JURISTAS AFRO-ASIÁTICOS!

VIVA A SOLIDARIEDADE AFRO-ASIÁTICA!

OBRIGADO SENHORES PRESIDENTES

Plano de Acção “Ideia Força” do MPLA

[policopiado]

PLANO DE ACÇÃO

A crise actual é mais uma crise de vontade, de alma revolucionária, do que uma crise por falta de organismos devidamente eleitos ou nomeados.

Por mais órgãos estatutários que se criem, nenhum órgão poderá desenvolver trabalho útil já que, aos seus membros constituintes, faltarão a coragem, camaradagem e disciplina, valores fundamentais que unicamente se ganham em esforço colectivo dentro dum grupo “ligado por uma só ideia força”.

Entre nós, a ideia força deve ser esta: “VITÓRIA OU MORTE sobre o PROGRAMA DO MPLA!”.

Isto implica da parte de todos uma acção, no sentido de realizarmos, urgentemente, as condições mínimas que nos permitirão “ENTRAR EM ANGOLA COM OS LÍDERES À CABEÇA” – na arrancada inicial dum movimento revolucionário, a posição dos líderes não é na retaguarda, como acontece com os generais de escola, no exército regular.

Entre nós os líderes deverão estar na vanguarda, no front da luta armada, até que o seu exemplo e a sua abnegação esbraseiem ainda mais a alma ardente do povo, transformando a simples revolta numa verdadeira revolução.

Na fase difícil que atravessamos – fase de desconfiança e intolerância entre os responsáveis directos pela condução da luta – só uma acção iniciada pelos militantes pode assegurar a formação do “grupo ligado por uma só ideia força” e evitar exclusivos injustos, lançados contra qualquer dos camaradas que até aqui comandaram a nossa acção nacionalista.

É preciso evitar que as dissensões entre os dirigentes do Movimento se radicalizem entre a massa dos militantes.

O Movimento não é obra de um só homem, nem propriedade privada de um mínimo de angolanos. O Movimento criou-se em atenção a um povo e, só nessa medida, ele pode nascer, crescer e ser aceite, no plano nacional e internacional.

Ligados por uma só ideia força, são os militantes que devem elaborar um plano de acção imediata, afastando do seu caminho os inúteis e esmagando resolutamente os prejudiciais.

Mas, a acção que se pretende não pode partir do zero. Trata-se de uma acção de militantes dum movimento político, dinâmico e com saldo positivo na luta de libertação nacional. Há pois que agir, dentro dos organismos existentes, beneficiando da experiência vivida e entrando em linha de conta com as soluções a dar dia a dia, aos problemas correntes do movimento, muitos dos quais são de uma importância e urgência fundamentais.

A experiência vivida impõe que, no Movimento, os responsáveis sejam eleitos pela grande massa e que as suas funções sejam bem definidas, dentro de estruturas novas e à altura da nova fase de luta em que estamos empenhados.

Para isso, foi criado um Comité Preparatório da Conferência Nacional.

É pois dentro desse Comité Preparatório que os militantes “ligados por uma só ideia força” devem agir, discutindo o plano de acção imediata e impedindo, pela sua vigilância e independência política, que as dissensões entre os dirigentes mantenham o movimento na paralisia perigosa em que hoje se encontra.

O primeiro passo a dar, consiste em exigir dos membros que integram o Comité Preparatório, o alargamento do seu Plenário.

A segunda medida a adoptar, consiste em exigir, de todos sem excepção, a realização de um trabalho intenso, numa cadência que se não conhece ainda dentro dos hábitos do movimento. Isto é: “Trabalhar vinte e quatro sobre vinte e quatro horas no dia”.

A terceira medida a adoptar, consiste em fixar invariavelmente, um prazo dentro do qual cada encargo será impreterivelmente satisfeito.

A quarta medida a adoptar, consiste em manter viva a vigilância e a independência política de cada militante, de modo a não se hesitar no controle do trabalho individual, “afastando os inúteis e esmagando os prejudiciais”.

A quinta medida a adoptar, consiste em exigir de cada um, a preparação cuidadosa dos trabalhos de cada reunião, evitando-se assim os equívocos e as perdas de tempo em que se traduzem as reuniões actuais dentro do movimento.

A sexta medida a adoptar, consiste na elaboração e realização de um plano que responda às nossas necessidades imediatas, quer as de dentro do movimento quer as de fora, relacionadas com a evolução da luta de libertação nacional.

Um projecto de plano poderá ser este:

1 – Linha política:

- Uma vez que a acção política se condensa na expressão “VITÓRIA OU MORTE sobre o PROGRAMA DO MPLA”, elabore-se um manifesto ou simples declaração onde se destaquem certas questões que inquietam os militantes, o povo e os estrangeiros.

Assim: O MPLA como movimento de libertação nacional/Unidade.

- Objectivo imediato (independência nacional)
 - Integridade territorial
 - Democracia/ Trabalho/ Educação/ Assistência/ Terra/ Liberdades Individuais
 - Não discriminação.
 - Investimentos nacionais e estrangeiros
 - Neutralismo positivo/ONU.
- Posição frente ao povo português
- Luta armada
 - Guerra de Angola/guerra imposta
 - Carácter humano da nossa guerra/guerra de todo o povo.
 - Síntese do político com o militar.
 - Guerra até atingirmos o objectivo imediato/ possibilidade de negociações.

2 – Acção imediata e urgente com vista à entrada em Angola:

- Refugiados (colaboração do CVAAR e EPLA)
 - Politização nas fronteiras
 - Enquadramento nas fronteiras
 - Assistência nas fronteiras
- Emigrados
 - Politização
 - Enquadramento
 - Colecta de contribuição à luta
- EPLA (a realizar pelos membros do CP e membros do EPLA)
 - Destruir a ideia de exército separado do corpo político. Destruir a ideia de que o exército pode em algum momento, solucionar o complexo problema nacional.
 - Continuar a realização dos cursos políticos.
 - Convivência dos militantes “ligados por uma só ideia força”, com os actuais militares.
 - Plano de movimentação do actual exército em direcção às fronteiras.
 - Apetrechamento material do actual exército.
 - Planos de entrada no País do actual exército / planos para entrada futura dos quadros que vão militarizar-se.
 - Planos de acção política e militar a realizar no interior do país, até a entrada dos quadros que vão treinar-se.
 - Relações estrangeiras:
 - Assegurar no estrangeiro o êxito da acção interna prevista
 - Aguentar por meio de acção diplomática intensa, todo o tempo necessário à recuperação militar que se pretende.

3 – Estrutura:

- Estrutura dominada por espírito democrático e revolucionário.
- Estrutura simples, permitindo fácil adaptação a situações novas e entrando em linha de conta com a falta de quadros numerosos num movimento.
- Estrutura global, única capaz de satisfazer três tipos de acção/acção dentro do país/dentro do Congo/no exterior.
- A estrutura dentro do país caracterizadamente militar [*à mão por L. Lara: “político-militar (med, polit.)”*]. O desenrolar dos acontecimentos dentro de Angola guiará o aperfeiçoamento posterior a introduzir nessa estrutura.
- A direcção geral no interior do país.
- No Congo ficam os órgãos necessários à acção que se pretende, subordinados ao interior.
- Fora do Congo, uma rede de acção diplomática e os núcleos de apoio à luta nacional.

4 – Eleições:

- Dirigentes eleitos segundo um critério de capacidade e alma revolucionária.
- Dirigentes escolhidos dentre o grupo “ligado por uma só ideia força” o qual no momento das eleições já abrangerá todos aqueles que lutam pela realização da justiça e bem-estar moral e material do POVO ANGOLANO.
- Em princípio, todos os dirigentes terão de cumprir o dever de guerra na luta pela libertação nacional.

* * * * *

Em menos de três semanas o Comité Preparatório poderá efectivar todo o trabalho que nos propomos.

Mas para que todo este plano se realize é fundamental que todos os quadros válidos do movimento, se ponham em marcha.

Há que fazer um sacrifício inicial. Os militantes que estão engajados na sua vida particular devem desengajar-se. [*à mão por L. Lara: “a estrutura in loco”*]

Em consequência, os militantes que constituem o grupo “ligado por uma só ideia força”, devem aceitar solidariamente, a responsabilidade de cuidar pela sorte das famílias daqueles camaradas. E o movimento que se quer restaurado e forte deve ser o primeiro a solidarizar-se com a decisão do tal grupo.

O Comité Preparatório em colaboração com os camaradas que estão à testa do movimento, poderá encarregar-se de solucionar de urgência o problema (a título provisório, para o tempo que correrá até a partida para os campos de treino e definitivamente para a fase que virá depois desse momento).

Movimento Popular de Libertação de Angola aos 24 de Outubro de 1962

Carta de Viriato da Cruz ao MPLA

[*dactilografada com emendas de V. Cruz*]¹

[*Apontamento à mão: Rec. 31.10.62*]

Léopoldville, 30 de Outubro de 1962

Ao Comité Director do MPLA

Léopoldville

Compatriotas,

Já sei, por experiência, que a minha presença à reunião de hoje do Comité Director seria mais do que inútil nas suas consequências práticas. Por isso, julguei mais prático e prudente enviar-vos a presente carta do que prestar-vos declarações à viva voz.

¹ Cada página vem rubricada por Viriato da Cruz no canto superior direito.

Desejo, no entanto, pedir aos compatriotas que não seguiram de perto o desenrolar dos acontecimentos, de que constitui uma reacção legítima a decisão que comuniquei ao Comité Director na carta de ontem, desejo pedir a esses compatriotas que não tomem a minha ausência à reunião de hoje como falta de consideração às suas pessoas.

Os factos e as razões que me levaram, depois de amarga experiência e longa reflexão, à decisão que vos comuniquei ontem não são, nem poucos, nem os devo expor sem uma análise detalhada – o que, como compreendeis, não caberia no âmbito desta carta que vos devo remeter dentro de poucas horas.

No entanto, vou expor-vos, algumas das razões que, atentando contra os princípios revolucionários do nosso Movimento e contra a minha dignidade humana, me levaram a não pactuar com a desonestidade e a tomar a decisão de me afastar imediatamente da República do Congo.

1 – O MPLA está nas mãos de liquidacionistas: Pouco depois do fracasso das negociações com o FNLA, E. Santos e A. Neto tiveram o desprazer de defender – na presença do V. Lopes, do Graça Tavares e de mim – a tese de se dissolver o MPLA depois de a UPA nos dar “garantias” de aceitar os princípios programáticos defendidos pelo MPLA e de admitir nos seus órgãos directivos dirigentes do MPLA.

Se, por hipótese, a UPA aceitasse os princípios do Programa do MPLA e a inclusão no seu aparelho directivo de dirigentes do nosso Movimento, poderíamos considerar isso como “garantias” e correr assim o risco de dissolver o nosso Movimento? E se os dirigentes da UPA denunciasses, mais tarde, os acordos passados conosco, sob a acusação, por exemplo, de que os dirigentes do ex-MPLA, incluídos na UPA, eram subversivos ou, como se diz, comunistas?

O primeiro Comité Director do MPLA nunca foi contra a unidade nem nunca propôs a unidade com a UPA e outros partidos angolanos sobre uma base hipócrita ou táctica. Aquele Comité Director agiu sempre sinceramente – porque com realismo – pela unidade. Mas assim como não podíamos nem podemos admitir a unidade a qualquer preço, não podíamos nem podemos aceitar a dissolução do MPLA na base do desejo subjectivo de dirigentes do MPLA.

Uma unidade viável e honrosa só poderá ser feita na base das condições objectivas dos partidos angolanos. E essas condições objectivas só poderão ser estabelecidas com a análise da política praticada até hoje pelos ditos partidos. Ora, a análise da política que a UPA vem praticando – tanto no interior de Angola como no exterior – mostra-nos suficientemente que entre ela e o MPLA não há uma simples desinteligência, mas uma oposição de princípio. Sobre esta oposição de princípio pode-se, efectivamente, construir uma determinada unidade com a UPA, mas não se poderia nem se pode, por enquanto, admitir, mesmo por hipótese, a tese atrás referida, da viabilidade da dissolução do MPLA.

Ninguém apanha as ideias no ar e ninguém as defende sem qualquer determinismo. Porque é, então, que E. Santos e A. Neto chegaram a defender essa tese? As causas determinantes dessa atitude não me parecem inocentes. E a prova está na divisão que se vem cavando dentro do Movimento por acção daqueles dois compatriotas e de mais uns tantos.

Afinal de contas, em que moral se baseiam compatriotas que defendem a dissolução do MPLA com vistas à unidade com a UPA, quando eles, por outro lado, fomentam a divisão no seio do MPLA?

2 – O MPLA transformou-se num asilo de anti-MPLA, de intriguistas e de caluniadores: E. Santos fez e vem fazendo um profundo e irresponsável trabalho de intriga. E a última ideia-veneno que ele lançou não é *[sic]* a de que o MPLA foi fundado em Conakry e não em Angola.

No entanto, esse intriguista, não só continua impune, como joga um papel cada vez mais activo na política do Movimento.

O Azevedo – inebriado pela actividade intriguista que se vinha fazendo – lançou uma calúnia contra o signatário desta carta¹ No decurso de uma reunião, ele confessou-se autor dela. No entanto, o bailarino M. Andrade – querendo cobrir um caluniador – fez tudo para impedir o acareamento do Azevedo com o Zé Miguel. E o A. Neto, não só não condenou até hoje a atitude do Azevedo, como teve ainda a ousadia de, já depois de o Azevedo ter pedido a sua demissão de membro do MPLA, propor a reintegração do Azevedo nas funções de dirigente.

E seria possível admitir que é por bondade que o Azevedo habita ainda uma casa do MPLA, se, por outro lado, não houvesse a seguinte monstruosidade moral: o signatário, que tem a mulher grávida, não recebe, há quase dois meses, o seu subsídio.

3 – O Comportamento de A. Neto constituiu uma dolorosa decepção para o signatário desta carta: Quem conheça os cheques em branco que passei ao carácter e à personalidade de A. Neto, quem conheça os elogios que teci publicamente à sua pessoa e o interesse, a actividade que despendi em favor da sua libertação e da projecção dos seus trabalhos literários, quem conheça pelo menos isso pensará que eu já havia conhecido antes A. Neto. Na verdade, comecei a conhecer A. Neto a partir do dia em que ele chegou a Léopoldville.

Desde a sua chegada, A. Neto nunca teve comigo uma conversa sobre a política passada do Movimento e sobre as minhas actividades como secretário-geral do MPLA. No entanto, ele teve o atrevimento de, em reuniões oficiais do Movimento, julgar injustamente o desempenho das minhas actividades como secretário-geral, de considerar-me um “grande individualista” e de lançar a excomunhão de que não trabalharia comigo.

Mais: ele ousou declarar, em 12 do mês corrente, na presença de 17 militantes do MPLA, que o M. Andrade se afastava propositadamente de Léo para não trabalhar comigo. Ora, o carácter falso dessa afirmação torna-se evidente se tivermos em consideração pelo menos os seguintes factos:

a) Andrade esteve uma vez em Léo em 1961, na altura da inauguração do nosso Bureau, e partiu de Léo com o objectivo de se dirigir à ONU.

b) Em fins de Dezembro de 1961 regressava E. Santos dos USA com a notícia de que se soubera nesse país que havia um plano de assassinato, no Congo, de Andrade e de mim, com a cumplicidade de certa personalidade congoleza.

¹ Trata-se duma declaração do Zé Miguel de 30.10.62, que diz: “Eu abaixo-assinado declaro que o camarada Luiz de Azevedo Júnior dissera-me, que o camarada Neto o dissera o seguinte: - ‘O camarada Viriato, em colaboração com o camarada Graça, escreveu uma carta a uma embaixada de um País Socialista, dizendo que o camarada Neto é agente do Departamento de Estado Americano’. As palavras acima citadas são textuais do camarada Azevedo.”

c) Na primeira quinzena de Fevereiro de 1962, estive em Rabat com Andrade que me disse que esperaria naquela cidade pela chegada de Ben Bella (fins de Março).

d) Em 14 de Março fui a Accra encontrar-me com E. Santos que fora enviado pelo Comité Director. Nesse encontro ficou estabelecido que eu podia voltar a Léo com a Maria Eugénia, depois de uma viagem que faria à Europa em fins de Março. Em 27 de Abril, Andrade partiu comigo de Conakry com destino a Léo. Em 30 Abril cheguei a Léo e Andrade nos primeiros dias de Maio.

e) Em fins de Maio, Andrade partiu de Léo com destino à Conferência dos Combatentes em Accra.

f) Na altura da remodelação do Comité Director, em vez de Andrade ter tido a franqueza de me exprimir os seus sentimentos em relação a mim, ele, pelo contrário, pediu-me, em reunião oficial que continuasse a assistir o novo Comité Director.

Ora, tendo em conta os períodos de estadia de Andrade e de mim no Congo, tendo em conta as missões e as viagens que levaram Andrade a ausentar-se do Congo, tendo em conta que Andrade não esteve no Congo durante os quatro meses em que estive ausente deste país, somente por invenção maldosa se pode justificar as ausências de Andrade, de Léo, pela minha presença nesta cidade.

4 – Não só faltas de camaradagem, mas ainda actos de deslealdade em relação à minha pessoa: E. Santos, na sua actividade de intriguista, acusa-me de ter infringido, como secretário-geral, as regras democráticas nas actividades do primeiro Comité Director.

Mesmo que o primeiro Comité Director do MPLA me venha a apontar mais tarde (pois até hoje não o fez) as infracções de que me acusa E. Santos, nenhum militante honesto poderá deixar de se fazer uma ideia do “carácter” e do “espírito revolucionário” desse oportunista que gosta de se mascarar com a capa de marxista-leninista.

Se E. Santos nunca esteve de acordo com a minha maneira de trabalhar como secretário-geral, porque é que ele nunca teve a iniciativa e a franqueza de me fazer uma crítica em reunião do Comité Director? Se as críticas que E. Santos difundia a meu respeito, fora das reuniões do Comité Director, eram compartilhadas pelos restantes membros deste órgão, porque é que os meus camaradas de direcção nunca, em sessão do Comité Director, me criticaram e tomaram medidas concretas a meu respeito? Se eu cometi crimes ou erros prejudiciais ao Movimento, porque é que os meus camaradas de direcção nunca tiveram a franqueza revolucionária de me destituírem do posto de secretário-geral? Como todo o militante deve saber “O secretário-geral do MPLA é um membro do Comité Director eleito no seio deste” (Art.º 16 do Regulamento Interno) – o que quer dizer que, a todo o momento, o Comité Director tem competência para destituir o secretário-geral (bem assim como o Presidente) das suas funções e eleger um outro.

Como o Marxista-leninista E. Santos talvez saiba, esse “estilo viciado, pequeno-burguês no trabalho”, manifesta-se também sob as seguintes formas: “Permitimo-nos uma crítica de ânimo leve, em privado, mas não colocamos resolutamente as questões diante das organizações; nada se diz pela frente, mas fala-se muito por trás; nas reuniões fica-se calado, mas depois das reuniões fica-se no falatório. Em vez dos princípios de trabalho colectivo, deixamo-nos levar pela indisciplina. – Não lutamos contra

as concepções erróneas, não nos opomos a elas no interesse da unidade, no interesse do movimento, pela comodidade do trabalho mas, ao mesmo tempo, dedicamo-nos a ataques pessoais, intrigas, ajustes de contas pessoais, vingamo-nos pessoalmente.” [citação em francês no original]

Tais são algumas das manifestações do liberalismo apontadas pelo camarada de ideias de E. Santos, Mao Tsé Tung. “Num colectivo de revolucionários, o liberalismo é muito prejudicial; é uma espécie de princípio dissolvente que conduz à ruptura da unidade, ao enfraquecimento do espírito de equipa, à passividade no trabalho, à debandada ideológica. O liberalismo leva a fazer desaparecer das fileiras dos revolucionários a solidez da organização e da disciplina, a fazer desaparecer a possibilidade de aplicar a linha política com espírito de continuidade e até ao fim e a organização do partido separa-se das massas que dirige. Esta é uma tendência extremamente prejudicial.

O liberalismo tem a sua origem no seio duma categoria da pequena-burguesia ávida de lucro, egoísta, que coloca em primeiro lugar os seus interesses pessoais e relega para segundo plano os da revolução. É aí que se gera o liberalismo, na ideologia e na política e nas questões de organização. O liberalismo é uma manifestação do oportunismo; está em completa contradição com o marxismo. O liberalismo é a passividade; objectivamente ajuda o inimigo. É por isso que os nossos inimigos ficarão contentes se o conservarmos entre nós. Tal é a natureza do liberalismo, não deve haver lugar para ele nas fileiras dos revolucionários.” [citação em francês no original] (*Mao Tsé Tung*)¹.

E. Santos gosta de se dar ares (junto dos ignorantes ou bajuladores, subentenda-se) de ser um pioneiro do MPLA e um revolucionário que muito fez pelo Movimento. Ele chegou, no entanto, a Conakry em Dezembro de 1960 (o histórico ano em que uma série de países africanos se tornaram independentes), e em África sempre fez política nas horas vagas, depois de cumprir as obrigações dos seus empregos que lhe permitiam não se esquecer do nível de vida que sempre gozou.

5 – Quase paralisia da actividade do Movimento, pela usurpação de poderes, pelo egoísmo pequeno-burguês, pela vaidade e pela ambição de uma glória fácil: Praticamente, hoje, no MPLA, o poder e os fundos concentram-se, ilegalmente, nas mãos de A. Neto e Andrade, assistidos por E. Santos, a “eminência parda” do regime ridículo em que se pretende manter o Movimento. Na busca de uma glória fácil, esses três angolanos intrigam, cometem ilegalidades, subornam, perseguem militantes que pensam estar ligados a mim e tentam pôr o Movimento sob a sua direcção, pela táctica do facto consumado.

Vendo as coisas objectivamente, e se admitirmos que o ser do homem é produto da sua existência e das suas relações sociais habituais, nada nos deve espantar. Já Marx dizia que “o que faz deles representantes da pequena-burguesia é que eles não podem intelectualmente ultrapassar os limites que a pequena-burguesia não pode ultrapassar na vida, é que eles são teoricamente levados aos mesmos problemas e às mesmas soluções aos quais os empurram, praticamente, os seus interesses materiais e a sua situação social.”

A tendência que manifestam ferozmente para adquirir uma glória fácil à custa do trabalho dos outros, em nada é contrária à tendência dos exploradores destas sociedades em que temos vivido, ou à tendência do colono que pretende construir a sua roça e a sua importância sobre a expropriação das lavras do nosso produtor agrícola.

¹ Acrescentado à mão por Viriato da Cruz.

Luta pela vida à maneira capitalista, exploração e expropriação – tal é a universidade em que, infelizmente, vem cursando a nossa gente.

6 – Eis alguns factos com que pretendi ilustrar a tragicomédia que vai pelo Movimento. Muito porém teria para contar.

Aproveito a ocasião para repetir que nunca ambicionei o lugar de Presidente do MPLA, e para lembrar que fui eu quem espontaneamente largou o posto de secretário-geral.

Desde há muito que tenho plena consciência (que mostrei por actos) de que aos angolanos negros se devem dar todas as oportunidades, e que os postos importantes dos movimentos nacionalistas angolanos deverão ser preenchidos, tanto quanto possível, pelos representantes autênticos da grande comunidade angolana: a honrada e trabalhadora comunidade negra de Angola. Mas, compatriotas, por respeito – que muito tenho – à comunidade negra de Angola, não serei eu quem vai ajudar a impingir-lhe os líderes negros que não estiverem à altura do grande destino que ela merece. As qualidades de carácter são requeridas em todas as raças como critério de mérito. E eu me oponho e opor-me-ei energicamente a todos os predestinados à tirania, a todos os calcadores da dignidade alheia, a todos os oportunistas, a todos os aproveitadores do trabalho alheio, seja qual for a sua raça ou o prestígio que tenham adquirido por obra própria e por graça alheia.

Mantenho a minha decisão de partir da República do Congo. Esperamos – eu e a Maria Eugénia – que o Movimento financie as nossas passagens.

As melhores saudações e bom êxito!

[assinatura de Viriato Cruz]

Carta de Edmundo Rocha ao MPLA

[dactilografada]

[Nota manuscrita: Rec. 31.10.62]

Ao Comité Director
Do Movimento Popular de Libertação
de Angola

Camaradas,

Esta carta tem por fim apresentar a minha demissão como membro do Movimento Popular de Libertação de Angola.

As razões são as seguintes:

Uma crise muito grave grassa entre os principais dirigentes do MPLA. E, apesar dos membros dos órgãos constituintes e de muitos militantes responsáveis do MPLA terem dela conhecimento e das consequências graves que a continuação de tal crise traria para a integridade ideológica e orgânica do MPLA e para o desenvolvimento da luta pela

independência de Angola, esses órgãos não souberam ou não tiveram a coragem suficiente para encarar a crise de face e pronunciarem-se sobre os indivíduos e factos com base nos elementos já existentes e noutros que teriam o dever de obter, lançando assim um veredicto que daria justiça a quem a tivesse e condenasse os responsáveis.

Uma das consequências está à vista. Um dos edificadores do MPLA, um militante autenticamente revolucionário e um homem que se entregou totalmente à luta pela libertação de Angola vê-se obrigado, para conservar a sua dignidade de homem e de militante, a pedir a sua demissão perante a passividade dos órgãos dirigentes do MPLA.

Ao solidarizar-me com um homem que pede que justiça seja feita, quando tudo à volta se refugia no comodismo e na passividade, não faço mais do que ser leal para com a minha consciência de homem e de militante e de reprovar vigorosamente a atitude dos camaradas dirigentes do MPLA.

Esta minha atitude é definitiva por ter sido maduramente pensada.



Saudações cordiais

Edmundo Rocha *[com assinatura]*

Léopoldville, 31/10/62

Comunicado do MPLA sobre Reunião do Conselho Ultramarino

[policopiado]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) declara solenemente à face da consciência mundial que a reunião do Conselho Ultramarino Português constituiu inqualificável mistificação tendente a iludir os dados da situação nas colónias e, conseqüentemente, a impedir a realização da vontade do povo angolano de ascender à independência nacional.

A referida reunião enquadra-se no oportunismo e na mentira da política reformista, a que as autoridades coloniais portuguesas sempre lançam mão em momentos de crise, apresentando-se como verdadeiro elemento entorpecente da opinião e não como satisfação honesta às reivindicações populares.

A natureza hipócrita do reformismo colonial português e a circunstância de que não figuraram na reunião do Conselho Ultramarino os legítimos representantes das populações angolanas, invalidam os seus propósitos e as medidas nela tomadas.

Na verdade, e como é sabido, os pseudo-representantes dos interesses angolanos não são (como nunca foram) eleitos pelo povo. Ao contrário, na sua grande maioria foram impostos pelas autoridades coloniais, enquanto que os restantes foram eleitos pelos organismos comerciais, agrícolas e industriais inteiramente constituídos por colonos europeus.

Por outro lado, é evidente que a reunião do Conselho Ultramarino apresentou um carácter anti-revolucionário, com o propósito de atingir a alma da resistência nacionalista, através da inclusão de um número inédito de personalidades angolanas.

Aliás, estas personalidades angolanas não representaram senão a si próprias na medida em que a sua presença no Conselho Ultramarino não obedeceu à satisfação da vontade colectiva do nosso povo, que se orienta intransigentemente no sentido da autodeterminação e da independência nacional.

Estas circunstâncias tornam evidente que, enquanto se persistir a ignorar o Movimento Nacionalista Angolano, e enquanto o governo português se negar a reconhecer ao Povo de Angola o direito à autodeterminação e à Independência será impossível realizar uma mutação radical no sistema colonial português, que se harmonize com o expresso na resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas, de Janeiro de 1962. Assim o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

ALERTA todos os seus militantes, o povo angolano em geral e os seus aliados africanos para as realidades apontadas;

APELA para o espírito de vigilância de todos, sem excepção, no sentido de se manterem firmes nas posições tomadas, e de oporem a mais tenaz resistência ao amadurecimento das “reformas” portuguesas no quadro do sistema colonial.

O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)

REJEITA o reformismo legislativo e PROSSEGUE A LUTA PARA E ATÉ A SATISFAÇÃO PLENA DA REIVINDICAÇÃO FUNDAMENTAL DO POVO ANGOLANO – A INDEPENDÊNCIA NACIONAL!

Léopoldville, 3 de Novembro de 1962

O COMITÉ DIRECTOR DO MPLA

[carimbo do CD]



Carta de Agostinho Neto a Lúcio Lara

[manuscrita]

3 Nov 1962

Meu caro Lúcio:

Soube pela carta de um Amigo, que te encontravas aí!¹

Escrevo-te apenas para te pedir que regresses logo que possas, pois sinto um pouco que vós me abandonais à “fera”.

Além disso, talvez tu pudesses trabalhar um pouco aqui onde ninguém levanta um dedo com medo de se comprometer!

Obriga o Mário a tratar com urgência da vinda da máquina para o nosso aparelho de propaganda.

Pede ao Chipenda 2 fotografias e os elementos de identificação para o Título de viagem. Fala com ele sobre como pode vir para cá. É muito necessário.

Tua mulher e filhos? Bem?

Espero abraçar-te breve

[assinado por Agostinho Neto]

Mensagem de Ben Bella aos Combatentes Angolanos

[policopiada, em inglês]

MENSAGEM DO PRESIDENTE BEN BELLA
AOS COMBATENTES ANGOLANOS

Bem, direi simplesmente o que venho repetindo há algum tempo. Ou seja, que tanto o meu governo como o Povo Argelino estamos com os militantes e combatentes angolanos na sua luta de libertação. Direi o que já disse antes, que não ficamos satisfeitos com promessas verbais ou piedosas moções votadas no nosso congresso, no Congresso do Partido. Nós assumimos inteiramente as nossas responsabilidades. E eu disse isso ao Presidente KENNEDY. Eu avisei-o: disse-lhe que se a ONU não assumisse as suas responsabilidades em 1963 para parar esta guerra para garantir a independência e o direito à auto-determinação do povo Angolano, a Argélia tomará essa responsabilidade e ajudará os Movimentos de Libertação na sua luta armada. Se for o caso, enviaremos voluntários, técnicos e financiaremos essa guerra, essa luta. Pois nós queremos igualmente defender a nossa sagrada libertação e, sobretudo, os frutos desta luta de libertação que temos de conduzir, quero dizer, o desenvolvimento deste país, o qual não será possível se a África não prosseguir e se encaminhar para os mesmos objectivos

¹ Na Argélia, para as comemorações da independência. Agostinho Neto encontra-se em Léopoldville.

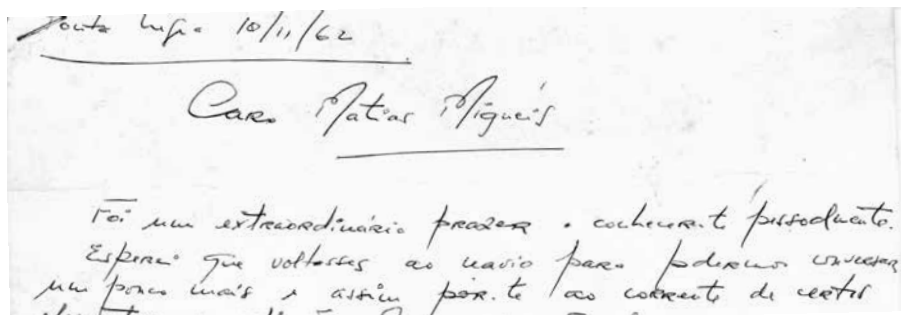
políticos, as mesmas opções políticas. Assim, se necessário for, assumiremos as nossas responsabilidades e enviaremos voluntários e técnicos para participarem na luta armada em Angola. Pois isso significa liquidar duma vez por todas essa besta peçonhenta que é o colonialismo português em Angola e onde quer que ele se encontre em África.

Envio as minhas fraternais e muito calorosas saudações a todos os combatentes e militantes da luta de libertação de Angola, assegurando-lhes o nosso mais válido e dinâmico apoio. Tenham coragem, pois. Em breve Angola será livre, e espero de todo o coração que seja no próximo ano, em 1963.

[Argel, 05.11.62]

Carta de Iko Carreira a Matias Miguéis

[manuscrita]



Ponta Negra, 10/11/62

Caro Matias Miguéis

Foi um extraordinário prazer o conhecer-te pessoalmente.

Esperei que voltasses ao navio para podermos conversar um pouco mais e assim pôr-te ao corrente de certos elementos e reflexões. Como assim não sucedeu vejo-me obrigado a escrever-te pelo que procurarei ser o mais explícito possível.

Eis os elementos:

1 – Além do material de guerra – explosivos e munições – seguem nas malas algum fardamento (calças, camisas e botas), impressos do EPLA e do CVAAR. Os camaradas são também portadores de duas máquinas fotográficas e dum gira-discos (com discos) e de um magnetofone, tudo para o EPLA.

O magnetofone encontra-se regulado para 125 v. e a fita está gravada com músicas angolanas.

2 – Os mapas – alguns repetidos – são relativamente úteis, especialmente o 027 e 028. Um dos camaradas é portador dum rolo de papel vegetal, bom para cópia de mapas.

3 – Um camarada que dá pelo nome de CHACHADO pareceu-me um elemento perturbador. O Pimentel e o Luís poderão dar informações sobre o seu comportamento.

4 – Vêm algumas armas (esp. Mauser) com os próximos camaradas. É material que foi dirigido aos argelinos por outros amigos.

5 – É necessário perguntar ao Azevedo se ainda está de pé a oferta de recepção de armas feita por um nosso amigo de Léopoldville. Se afirmativo, enviem um telegrama ao Africano – que está de posse da direcção e do processo de envio – nos seguintes termos:

– CONFIRMO COMBINADO (número de embrulhos a remeter)
Assinado CARREIRA

Caso contrário e se houver alguém que esteja disposto a receber...:

A. O telegrama começará com a chamada “número quatro”.

B. Logo a seguir vem o texto (que será o endereço). Cada primeira letra de cada palavra constitui uma letra de cada palavra do texto. Cada palavra do texto verdadeiro vem separada da próxima por um stop. O endereço começa por um número depois de um stop. Se a direcção verdadeira não tiver número, o texto do telegrama respeitante ao endereço começa por um zero. (a embalagem será de mobiliário rudimentar tipicamente árabe)

Exemplo

– NÚMERO QUATRO MANDEM ARTIGOS TELEVISÃO ISENTOS ALFANDEGA SUDÃO STOP 720 LEVEM ENVELOPES ORDENADOS –

Decifrado:

Matias B.P. 720 Léopoldville

6 – Se por acaso encarregarem o Hugo da minha saída em TAKORADI, ele terá que pagar a minha passagem até esse porto.

7 – Tenho contactos com os argelinos e não argelinos que trabalharam no problema da “procura de armamentos” para o ALN.

Quanto às reflexões:

(O conjunto pode servir de “CARTA ABERTA” à direcção política do MPLA)

1 – Pela pequena exposição que me fez o camarada Matias Miguéis, verifiquei – como um consciente militante de base – que se mantém a crise no seio da Direcção Política do Movimento, crise essa que se repercute no trabalho de formação do EPLA e no bom andamento das “RELAÇÕES EXTERIORES”. As razões são evidentes:

– em primeiro lugar a confusão de “concepções” que os dirigentes fazem do MPLA. Reina um espírito de partido (especialmente na prática) e cada um – liberais ou marxistas – procura construir o MPLA à escala da sua formação ideológica. Os choques são inevitáveis! Ora o MPLA foi concebido como um MOVIMENTO e é como tal que ele deve trabalhar sob pena de fragmentação lamentável. Há um programa mínimo que na sua alínea a) apela para a criação duma frente que agrupe uma larga união de partidos políticos, organizações populares, forças armadas, personalidades eminentes, organizações

religiosas, minorias, camadas sociais, angolanos sem distinção de tendências políticas, de condições de fortuna, de sexo, idade. Ora o MPLA é já um “front” quer A ou B queiram ou não. Liberais e marxistas, pró-ocidentais ou pró-socialistas, temos de viver e trabalhar juntos com base naquele mínimo que todos aceitámos e que se materializa em três documentos: o estatuto, o programa e o regulamento geral interno.

Movimento é qualquer coisa que marcha, e marchar é caminhar por etapas, é adaptar-se ao terreno a conquistar, ultrapassando os escolhos interiores ou exteriores que aparecerem.

2 – a segunda razão é o total esquecimento a que foi votado o “REGULAMENTO GERAL INTERNO”. (Se já não serve, que se faça outro, mas que se precise uma clara divisão de trabalho dentro duma responsabilidade colegial). O esquecimento do RGI ou dum qualquer RGI tem ocasionado uma confusão na determinação de “responsabilidades”, de “tarefas”, etc. Todos os dirigentes parece trabalharem em todos os sectores, ao mesmo tempo e com o mesmo grau de responsabilidade!

3 – a terceira razão e que eu reputo como primordial, é a “falta de uma estratégia” visível e duma táctica estruturada (com alternativas bem determinadas) para a consecução dos objectivos do MPLA ou seja dos objectivos dum Movimento Popular de Libertação.

Parte da “infraestrutura” já foi criada pela “Direcção Política” actual e com mérito. A marcha está emperrada não só por pessoalismos, lutas ideológicas e tarefas mal distribuídas como por uma falta de concepção geral da marcha do Movimento.

Assim, e como militante de base, ponho à reflexão dos dirigentes do MPLA o seguinte “programa de lavagem”:

1 – A feitura imediata dum relatório circunstanciado das actividades do Comité Director (remodelado ou não) a apresentar aos quadros do MPLA (e resumido, a todos os militantes).

2 – Uma vez o relatório feito e estudado pelos quadros, eleição dum novo Comité Director segundo estrutura e candidaturas apresentadas pelo cessante.

3 – Nomeação imediata duma “comissão especial” encarregada de conceber a “estratégia” geral do Movimento e as tácticas da “marcha” ou do combate. Esse trabalho de “concepção” seria realizado tendo em conta as novas bases políticas, económicas e sociais da “política portuguesa” e os novos dados sociais, económicos e políticos da actualidade angolana. Assim, não esqueceria:

- a nova concepção de “espaço económico português” com a dependência económica progressiva de Angola a Portugal (a “viragem económica de 1961”).
- a formação rápida por Portugal de novas elites angolanas que fariam esquecer os intransigentes mas silenciados dirigentes do exterior
- o “silenciamento” pelas forças militares e administrativas, das populações rurais... facilitado com a aplicação dum novo e extremamente avançado “Código do Trabalho Rural”.
- a concessão da governação duma Angola independente, interdependente, a uma minoria arrivista, retirada dos meios pequeno-burgueses nativos (da administração e outros)

- as limitações dos elementos geográfico, demográfico e financeiro com que pode contar a organização nacionalista exterior.
- a penúria de quadros

Estes e outros dados levariam tal “comissão” a estudar como que duas espécies de “marchas”: uma em direcção às populações rurais – que parece já se ter iniciado – e outra em direcção às cidades e centros urbanos (que se encontra no esquecimento e que hoje é de importância fundamental).

Quanto à primeira das marchas muito se poderia dizer embora, no fundo, não fossem mais do que pequenas precisões aos trabalhos já iniciados. Quanto à “segunda”, e com os elementos que colhi na minha viagem pela Europa junto a angolanos e amigos, suponho também poder dizer alguma coisa.

(o trabalho do MPLA é pura e simplesmente desconhecido nos centros urbanos a quem Portugal activamente se prepara para entregar a governação de Angola).

Infelizmente faltou-me tempo para continuar. Prometo, no entanto, elaborar durante a viagem, um “memorandum” sobre os problemas citados.

Ao Matias, mais uma vez, um abraço de sincera fraternidade e camaradagem.

Um abraço, por teu intermédio, a todos os camaradas do MPLA

[assinatura de Henrique Carreira]

a angolanos e amigos, suponho também poder
dizer alguma coisa.
(o trabalho do MPLA é pura e simplesmente
desconhecido nos centros urbanos a quem
Portugal activamente se prepara para entregar
a governação de Angola).
Infelizmente faltou-me tempo para
continuar. Prometo, no entanto, elaborar
durante a viagem, um “memorandum” sobre
os problemas citados.
Ao Matias, mais uma vez, um abraço
de sincera fraternidade e camaradagem.
Um abraço, por teu intermédio, a todos
os camaradas do MPLA.
Henrique Carreira

Artigo sobre Morte de D. Livromentos

[policopiado, em francês]

ANGOLA PERDEU UMA FIGURA MUITO QUERIDA¹

David LIVROMENTOS, combatente da liberdade e da independência Africana e de Angola em particular, já não existe. Foi um homem brilhante, de uma inteligência extrema, calmo mas avisado. Participou pela primeira vez na conferência dos Combatentes pela liberdade e pela independência dos países sob dominação portuguesa convocada pelo Dr. KWAME NKRUMAH, em Junho de 1962. Depois participou, muito recentemente, na conferência da UAM, de Libreville, que encerrou prematuramente uma série de conferências que se vão seguir e nas quais a sua participação seria certa.

A par as suas preocupações políticas, David LIVROMENTOS desenvolvia entusiasticamente o seu talento jornalístico e poético. Possuía uma inteligência impecável, qualidades respeitáveis e uma força de carácter que lhe valeu o cognome de “TIGRE”.

Apesar da sua saúde sempre precária, entregou-se ao trabalho pelo seu povo. No dia em que devia entregar a sua alma a Deus, presidiu a uma reunião que durou várias horas. De regresso a casa, sentiu-se exausto e por fim entregou calma e corajosamente a sua alma ao Senhor, como um verdadeiro soldado que enfrentou o inimigo sem abandonar o seu raio de acção, e que morre fielmente pela pátria.

Irmãos angolanos, ao perder David LIVROMENTOS “Herói Nacional”, perdemos uma alma e uma esperança. Os nossos corações enchem-se de angústia e ninguém pode entender o quanto estamos tristes e preocupados com a morte do nosso irmão, combatente da liberdade e da independência de Angola.

Podemos dizer, como o tinha sublinhado o Sr. HOLDEN ROBERTO, que ele morreu prematuramente tão próximo da independência, apesar da data ser ainda incerta, e sem ter terminado a sua tarefa libertadora. O sangue dos mártires da independência como o nosso irmão, David LIVROMENTOS, clama vingança no reino dos mortos e é graças aos seus sacrifícios que seremos realmente libertados da escravatura colonial. David LIVROMENTOS, esperança do futuro, tu nos precedeste, descansa em paz. Os heróis desaparecem no silêncio como o sol poente. Exortamos o partido PDA, no seio do qual D. LIVROMENTOS brilhava como uma chama e partilhamos com ele preocupações e dores, e apresentamos aos parentes do malogrado as nossas condolências.

¹ In “Le Travailleur de l’Angola” (da UNTA), de 1 a 15 de Novembro de 1962.

Carta de V. Cruz aos Militantes do MPLA e do EPLA

[cópia policopiada]¹

Aos camaradas militantes do MPLA e do EPLA

Ao partir de Léopoldville cumpro o dever de informar aos militantes do MPLA o seguinte: Parto de Léopoldville, mas não abandono o MPLA nem a luta pela libertação do povo de Angola.

1 – Tenho estado em desacordo com alguns dirigentes do Movimento sobre o seguinte:

– Não aceito a teoria da inevitabilidade do neocolonialismo em Angola, teoria que alguns dirigentes [*quais?*] vêm defendendo. Essa teoria, que afirma que não podemos evitar o neocolonialismo em Angola, desarma o espírito combativo do Povo, atraiçoa o grande sacrifício, em vidas e em sangue, que o Povo vem fazendo; abre as portas do nosso Movimento a uma política sem princípios, oportunista, e de falta de escrúpulos e carácter. [*Política contra a qual Cruz é a única salvaguarda...*]

– Não aceito a política de divisão [*Que Cruz faz (como este documento testemunha)*] que um grupo de dirigentes e de militantes vem fazendo dentro do Movimento, desde há dois meses. O MPLA, que lutou sempre sinceramente para [a] união de todo o nacionalismo angolano, deverá continuar a dar, ele próprio, o exemplo da união dos angolanos.

– Não aceito a política de perseguição e de afastamento de militantes da secção política e da secção militar do MPLA. Essa política está errada, é odiosa, é policial. Essa política, que alguns dirigentes vêm fazendo ilegalmente e arbitrariamente, baseia-se na vontade de um grupo que pretende impor ao Movimento a sua política. [*Cruz fazia cursos políticos no Epla e formou grupos que se opuseram às autoridades do MPLA e EPLA*]

– Não aceito as manobras que certos militantes vêm fazendo para impor ao Movimento uma direcção cujo núcleo principal seja um grupo de pessoas que fizeram longa amizade na Casa dos Estudantes do Império. [*Cruz não podia deixar de fazer ressaltar o seu antigo complexo de inferioridade face aos universitários que se traduz por um forçado desprezo*]

– Não aceito que não se condene a intriga e a calúnia dentro do nosso Movimento. Nem aceito que os intriguistas e os caluniadores continuem a receber o apoio moral e material do Movimento, quando, por outro lado, esse apoio é negado a militantes honestos e trabalhadores. [*CRUZ aderiu aos grupos intriguistas e fraccionistas...*]

– Não aceito a ambição exagerada de um grupo de militantes da vigésima hora. [*Ele é o único da 1ª hora... e não é nada ambicioso...*]

– Não aceito o culto da personalidade [*que não seja o da pessoa de V. Cruz*] dentro do Movimento. Cada dirigente deve conquistar a confiança e o respeito dos militantes, na base do seu valor pessoal e real, na medida em que ele é fiel à linha política do

¹ Existe um exemplar fotocopiado com apontamentos de Lúcio Lara que aqui vêm em itálico, entre parênteses rectos.

Movimento, na medida em que ele se dedica ao trabalho sem demagogia, e na medida em que ele respeita e faz respeitar os princípios do nosso Movimento. [*Aqui pretende insinuar que o Neto é um demagogo (como aliás o declarou em certas reuniões do CD)*]

No MPLA houve sempre lugar e deverá continuar a haver lugar para todos os nacionalistas angolanos honestos. O MPLA foi fundado e construído precisamente para esses nacionalistas honestos que pretendem dedicar-se sinceramente à libertação e à defesa dos interesses dos milhões de homens e de mulheres humildes de Angola.

Peço a todos os militantes que permaneçam dentro do Movimento. [*Quererá sugerir um afastamento?*]

É absolutamente necessário realizar-se, brevemente, um Congresso do MPLA (ou uma Conferência Nacional, como se vem dizendo).

Esse Congresso deverá ser preparado por um Comité Preparatório largo, composto por militantes que representem os diferentes problemas do Povo que deverão ser tratados no Congresso.

Não aceito um Comité Preparatório com uma maioria de amigos que se constituíram em grupo dentro do Movimento.

Estou pronto a curvar-me perante as decisões de um Congresso representativo da massa de militantes do MPLA, um Congresso preparado honestamente por um Comité Preparatório representativo dos diferentes problemas do Povo, mas não aceito a política que um grupo de militantes da vigésima hora pretende impor arrogantemente ao nosso Movimento.

Estou confiante em que a inteligência, a razão, o bom-senso e um verdadeiro espírito revolucionário triunfarão dentro em breve no nosso Movimento.

Que cada militante lute por um MPLA unido, forte e fiel aos interesses de milhões de homens humildes de Angola!

Léopoldville, 15 de Novembro de 1962

ass. Viriato da Cruz

COMITÉ PREPARATÓRIO

Todo o 1º Comité Director +
 Todo o 2º Comité Director +
 Boal; Videira; Viana; Boavida; Rocha; Pestana; Rui de Carvalho;
 Lima; Condesse; Ramos
 + 2 do EPLA
 + 3 sindicalistas
 Amaro; Borges; Pimentel

O Comité Preparatório deverá funcionar como uma Assembleia preparatória.

[*Um Comité Preparatório de mais de 30 pessoas, como este sugerido por Cruz deixa de ser um Comité Preparatório para ser uma pequena Conferência Nacional. Cruz aliás fazia parte do CP e ausentou-se antes da Cª.*]

Mensagem do MPLA ao Povo Goês

[*dactilografada*]

26.11.62 – Mensagem ao Povo Goês

A vitoriosa luta do povo goês contra a dominação portuguesa teve, para nós, duplo significado. Escorraçando da terra indiana o arrogante colonialista lusitano, libertou definitivamente a Pátria indiana das garras do colonialismo. Por outro lado, catalizou com esse golpe seguro, a luta de libertação dos povos das colónias portuguesas de África.

O exemplo do povo goês conferiu ao povo angolano uma maior determinação para a luta, uma maior certeza na vitória final e consciência mais perfeita do estado de decomposição actual do colonialismo português, atingido até a medula pelo acidente indiano.

No primeiro aniversário da Independência Nacional, quando os sons festivos ecoarem alegremente nos corações de milhões de indianos, reviveremos nós, os ainda oprimidos pelos mesmos fascistas portugueses, o mês de Dezembro de 1961, quando o Povo Goês escreveu uma página, a mais brilhante da sua história, e anunciou ao Mundo com coragem e heroísmo, que o colonialismo português será vencido.

Agostinho Neto

Presidente de Honra do Movimento Popular de Libertação de Angola

Léopoldville, 26 de Novembro de 1962

Documento Programático do MPLA

[*dactilografado*]

[*Sem data*]

[*Nota manuscrita por L. Lara: “Memorando / Programa 1962”*]

Os Povos, a humanidade em geral, começaram a viver uma era completamente nova.

O que caracterizada essa era, não são apenas a utilização da energia atómica, o início do domínio do Cosmos pelo Homem e a nova estrutura predominantemente democrática e social dos Estados; mas é também a liquidação do sistema colonial mundial.

Apesar das diferentes formas de reacção das potências coloniais à descolonização e apesar das diferentes modalidades e fases de descolonização por que passaram as ex-colónias africanas, é um facto que a maioria dos países africanos goza hoje de soberania nacional e internacional.

Partindo da mesma situação em que Portugal amarra as suas colónias – a situação de território integrado à força à “Metrópole” – o heróico povo argelino acaba de conquistar o seu direito à independência.

A independência nacional é, pois, uma reivindicação profunda e irresistível dos povos africanos.

Dentre as potências colonizadoras somente Portugal se agarra a posições cada vez mais atrasadas e odiosas do colonialismo, tendo ousado mesmo opor à resistência nacionalista dos povos das colónias a guerra colonial com práticas de sadismo bárbaro.

Da posição irrealista e odiosa de Portugal resultou que a sua política colonial não só não encontra apoios abertos entre os Estados membros da ONU, mas é ainda criticada por esses Estados.

A causa justa e a luta do Povo angolano impuseram-se já à simpatia e ao apoio esclarecidos de todos os povos do mundo; e o que é mais importante: conquistaram o apoio activo de todos os Estados independentes de África de não importa qual grupo.

Portugal está cada vez mais isolado; e se ainda recebe alguns apoios, estes não ousam porém revelar-se abertamente.

A atitude indisciplinada e de desprezo arrogante que Portugal adopta em relação à ONU, a solução que Portugal forçou a Índia a tomar para libertar Goa, Damão e Diu e o conhecimento geral de que o regime português é ferozmente oposto às liberdades democrática, – tudo isso já fez compreender à opinião internacional que o regime português só entende a linguagem da força.

Daí a compreensão e o apoio internacionais de que goza a resistência armada do povo angolano.

Até ao presente, a resistência armada teve o carácter de uma insurreição popular.

A insurreição popular foi positiva. Esta transformou radicalmente o clima político em Angola, instalou a revolta no coração de cada angolano, prestigiou e popularizou métodos revolucionários de luta, abalou a administração portuguesa, enfraqueceu a economia colonialista e aprofundou o conflito entre todas as classes portuguesas e a política seguida pelo seu governo.

Mas a insurreição popular teve e tem ainda fraquezas que devem ser vencidas. Essas fraquezas são: a falta de unidade de acção das organizações nacionalistas; a ausência de um programa de Front, autenticamente nacional, capaz de mobilizar, orientar e unir todas as energias da nação; a falta de um comando único para todos os “maquis”; a impressão exterior de que a resistência popular é desorganizada, localizada, descoordenada e sem objectivos políticos claros e comuns ao povo inteiro.

Por conseguinte, à insurreição popular deve suceder imediatamente a resistência político-militar de carácter eminentemente nacional, unido e organizado.

O maior obstáculo que a insurreição popular encontrou foi o facto de que ela eclodiu e se desenvolveu nas condições de regime fascista em Angola. Por essa razão, parte das energias nacionalistas teve de se refugiar no exterior e agir do exterior. Assim, a acção nacionalista ficou de certo modo dividida.

A presença na direcção de algumas organizações nacionalistas, que agem do exterior, de elementos sem laços, ou com atenuados laços, com as realidades especificadas de Angola; a falta da pressão e do controle imediatos das massas populares angolanas sobre as organizações nacionalistas no exterior, as concessões necessárias ou forçadas perante a realidade e os poderes dos países onde essas organizações são obrigadas a agir,

concessões que atentam de certo modo contra a pureza dos interesses e a personalidade do nacionalismo angolano; as imiscuições, as manobras e as intrigas de interesses não africanos no sentido de manter a divisão do nacionalismo angolano e de introduzir neste os germes da guerra-fria mundial; a existência de pessoas e de organizações angolanas que atentam contra a unidade de objectivo (a independência nacional de Angola), pregando o micro-nacionalismo, a desintegração territorial e o tribalismo; o exclusivismo arrogante; e a luta fratricida – tais são as deficiências e os problemas que subsistem no movimento libertador e nas diferentes organizações angolanas.

Mais de um ano de insurreição popular colocaram o problema angolano sob a atenção constante e séria da opinião internacional.

Cada acto e cada declaração do nacionalismo angolano têm, desde há algum tempo, uma grande ressonância internacional. Impunha-se, portanto, aproveitar essa receptividade internacional para demonstrar ao mundo a maturidade política do nacionalismo angolano. O espírito de responsabilidade, a seriedade, e a medida nas acções deveria informar o comportamento geral do nacionalismo angolano, e honrar, desse modo, o prestígio mundial de Angola. Porém, nem sempre assim sucedeu.

A formação pela UPA e pelo PDA de um pretenso governo angolano no exílio tentou desprestigiar o nacionalismo angolano e afichar [*sic*] na face deste um acto de imaturidade e de consagração de divisões, acto que o nacionalismo angolano não pode deixar de rejeitar e de não subscrever.

As restantes organizações angolanas enfermam (é certo que umas mais do que outras) do facto de a consciência e a acção dos seus dirigentes oscilarem entre as suas obrigações profissionais e de segunda cidadania, por um lado, e os seus deveres de defensores intransigentes dos interesses justos da causa angolana, do outro lado.

A situação moral, o condicionalismo do meio estrangeiro, e a carência de meios adequados de acção impedem, evidentemente, que essas organizações esposem os métodos de acção que o povo é obrigado a utilizar no interior de Angola e que se solidarizem com a resistência armada do povo. É, pois, evidente de que, no essencial, não são as diferenças de métodos de acção proclamados hoje por cada uma das organizações angolanas que impedem a criação de um Front Nacional Unido, mas sim as causas atrás apontadas.

Impõe-se, por conseguinte, ao MPLA desenvolver – sem ingenuidade, sem se deixar enganar – um paciente e infatigável trabalho de explicação e de apoio, junto de todos os dirigentes políticos angolanos honestos, no sentido de que eles se afirmem como construtores consequentes da unidade nacionalista. Todo esse trabalho deve ser feito em cumprimento da palavra de ordem: “A libertação de Angola deve ser obra de TODOS os angolanos e não apenas de uma fracção do povo, seja qual for a sua importância”.

É incontestável que o MPLA é a organização política angolana que mais esforços tem feito para a formação de um número encorajante de quadros destinados, quer ao desenvolvimento da luta político-militar, quer à construção e ao desenvolvimento de um Estado moderno.

O MPLA tem dado uma contribuição eficaz e importante aos aspectos político, militar, diplomático e social do nacionalismo angolano. O largo apoio e o prestígio

que o MPLA goza, tanto no interior de Angola, como no plano internacional, são os prémios às suas acções e obras patrióticas.

Todavia, deve-se reconhecer que a organização da actividade geral, a política de formação de quadros e a disciplina no cumprimento e na aplicação dos princípios do Movimento não obtiveram ainda o aperfeiçoamento, o nível, a energia e a firmeza que deveriam permitir um melhor aproveitamento das capacidades dos militantes e da acção e dos meios do Movimento, uma grande superioridade das realizações no interior de Angola sobre as realizações no exterior, uma primazia real dos problemas militares sobre outros também importantes, e uma disciplina revolucionária que impusesse aos militantes todo o respeito devido ao Movimento e o cumprimento rigoroso dos seus deveres materiais e políticos para com o MPLA. Por essas razões, a nova organização de actividade geral do Movimento deve procurar ultrapassar, no menor espaço de tempo, as deficiências atrás apontadas.

O objectivo principal do combate do MPLA é a independência nacional.

O meio para atingir esse objectivo é a Revolução nacionalista que destrua o regime colonial português.

As armas não são os únicos instrumentos da Revolução. A enxada, o livro, a serra, o martelo, o comércio, a indústria, etc. têm igualmente tarefas insubstituíveis na Revolução. Todas as camadas sociais: camponeses, operários, intelectuais, comerciantes, artesãos e industriais – têm lugar dentro da Revolução.

A Revolução é nacional e não de classes.

O MPLA não pretende impor um regime em Angola. O MPLA luta pela soberania indivisível do POVO. Somente ao POVO angolano competirá escolher livremente o regime político, económico e social em que querará viver.

A condição essencial para que o POVO se afirme como um único soberano em Angola e para que ele escolha, com liberdade efectiva, o seu regime, é a independência nacional.

O MPLA tem porém o direito de defender que um regime adequado às bem conhecidas aspirações do povo se inscreva e se desenvolva no quadro geral da República, da democracia e da justiça social.

Uma das características da nova era é a unidade do mundo, a interdependência crescente dos povos. Na nova era, independência não significa isolamento, política irresponsável perante o Mundo e imune da sanção da opinião e do direito internacionais. Por esta razão, o MPLA tem o direito de defender que o futuro Estado livre e independente de Angola subscreva e cumpra os princípios da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos do Homem.

A mais sólida garantia da estabilidade do futuro Estado livre e independente de Angola será a encarnação pelo Povo do espírito democrático. Este espírito só pode ser adquirido pela prática efectiva pelo Povo das liberdades democráticas. Somente pela verificação por experiência própria das vantagens e benefícios da democracia, poderá o POVO transformar-se no guardião vigilante da disciplina democrática, fazendo respeitar os princípios da obediência das minorias às maiorias e da colaboração em todos os níveis entre o Povo e o governo, e tendo a possibilidade de verter um conteúdo original – angolano, africano – na democracia nacional.

O MPLA defende os direitos da pessoa e as liberdades de expressão, de consciência, de reunião, de associação, de organização, de crença, etc.; e sustenta que o futuro Estado livre e independente de Angola deverá estabelecer, constitucionalmente, garantias reais da inviolabilidade dos direitos e das liberdades do cidadão.

Tudo em defendendo [*sic*] o direito à propriedade privada, o MPLA, no quadro dos imperativos da justiça social, defende igualmente o direito de cada angolano ser assegurado de uma vida decente pelo seu trabalho e o direito de os membros fracos e pobres da sociedade serem garantidos de uma protecção diante dos membros mais fortes e poderosos.

O exercício da democracia e o respeito da propriedade privada não são incompatíveis com as seguintes medidas exigidas pelo Povo e que o MPLA defende: Terra para os camponeses sem terra; política de salários justos que possibilitem uma vida decente aos trabalhadores; política de crédito ao alcance dos camponeses, dos comerciantes e dos industriais cuja actividade beneficie efectivamente a economia do país e ajude a elevar o nível de vida da população, modernização dos meios de trabalho e das condições de existência, e elevação do nível de vida, da cultura, das condições sanitárias das grandes populações rurais – o que, por sua vez, ajudará a criar um mercado interno seguro, estimulando desse modo o desenvolvimento do comércio e da indústria nacionais; instituições modernas de cultura, de ciência, de técnica, de arte e de desportos à disposição da juventude angolana, sem discriminação de fortuna, de origens, de raça e de sexo; igualdade entre a MULHER e o HOMEM perante a lei, a família e o trabalho.

É incontestável que Angola, para vencer eficaz e rapidamente, o seu subdesenvolvimento, necessitará da ajuda técnica e financeira estrangeira. O MPLA defende, no entanto, o princípio de que essa ajuda deverá basear-se na igualdade entre os Estados, no respeito mútuo da soberania, e na exclusão de qualquer condição política ou militar.

Uma política nacionalista de investimentos estrangeiros em Angola deverá manter, a todo o custo, nas justas proporções, a relação entre os interesses nacionais e os interesses estrangeiros. O Estado angolano deverá opor-se resolutamente a que a ajuda financeira estrangeira se transforme numa fonte de corrupção pública, enriqueça ilegitimamente uma casta nacional, contribua para contrapor o Povo à administração, e levante qualquer espécie de obstáculo aos esforços do Estado para substituir a economia colonial por uma economia equilibrada para desenvolver o seu sector económico, para realizar uma política de investimentos planificados, para planificar a economia nacional e para controlar esta, bem como ao desenvolvimento preferencial do comércio e da indústria privados e nacionais.

O MPLA defende para Angola a doutrina do neutralismo positivo, do não engajamento a blocos, e de uma política estrangeira independente e pacífica. A Revolução angolana oferecerá, por conseguinte, aos angolanos de ambos os sexos, de todas as etnias e de todas as camadas sociais, possibilidades reais de uma existência de liberdade, de progresso, de prosperidade, de paz e de felicidade. Eis porque é do interesse dos angolanos de ambos os sexos, de todas as etnias e de todas as camadas sociais apoiarem, com todas as suas possibilidades e energias, a REVOLUÇÃO angolana.

Angola será, infalivelmente, livre e independente. O problema é saber quando, como e ao preço de que sacrifícios.

Os duros anos precedentes de luta já convenceram a todo o angolano que a liberdade e a independência não são uma dádiva, mas o fruto de uma luta concreta, nacional, áspera e longa.

A libertação e a independência de Angola poderão resultar da vitória militar sobre o inimigo, de um cessar-de-fogo [*sic*] baseado em garantias, ou de um armistício com vista a negociações.

Todos os objectivos da Revolução angolana são pacíficos. Por esta razão, teria sido lógico e preferível que as reivindicações do POVO angolano fossem satisfeitas pela via da negociação. É porém sabido que, até ao presente, Portugal se opôs brutalmente à negociação.

A dominação portuguesa em Angola, que se caracterizou sempre pelo arbitrário, pela violência e pela supressão das liberdades fundamentais, culminou pela actual guerra colonial, bárbara e cruel.

Detendo Portugal em suas mãos o poder político, militar, económico e cultural de Angola, a ele, e só a ele, competia ter escolhido sensatamente os processos e as etapas da descolonização pacífica de Angola.

Portugal preferiu, porém, a via armada. Toda a responsabilidade da guerra em Angola recaí unicamente sobre Portugal.

É evidente que para o POVO angolano, a guerra de libertação cumprirá a sua missão desde o momento em que ela tenha levado o inimigo a reconhecer, sem reservas, o principal objectivo pacífico do POVO angolano: o direito garantido de Angola à independência.

É possível, no entanto, que Portugal, ao convencer-se da impossibilidade de uma vitória militar, procure uma solução política para o problema angolano. Sejam quais forem porém as circunstâncias em que surgir a possibilidade da solução política, o MPLA sustenta, firmemente, que uma eventual negociação deverá basear-se nas seguintes condições mínimas:

- 1º- Reconhecimento do direito de Angola à autodeterminação e à independência. Soberania nacional e internacional de Angola (inclusive nos domínios da diplomacia e da defesa).
- 2º- Retirada de todas as forças armadas portuguesas para as suas bases de origem.
- 3º- Respeito da unidade do POVO angolano e da integridade territorial de Angola.
- 4º- Libertação incondicional de todos os prisioneiros políticos e liberdade de regresso a Angola de todos os refugiados e exilados políticos.
- 5º- Garantias para o exercício dos direitos democráticos; actividade livre e imediata dos partidos políticos, sindicatos e restantes organizações democráticas angolanas.

6º- Fixação de prazo e de garantias para a eleição de um Parlamento nacional, na base do direito do voto igualitário, directo e secreto para todos os cidadãos a partir dos 21 anos de idade, sem discriminação de raça, de sexo, de grau de instrução, de fortuna e de religião.

7º- Eleição, nas condições indicadas, de órgãos de governo em todas as cidades, vilas e aldeias.

8º- Fixação da data da ascensão de Angola à independência.

O gesto da negociação deverá ser feito por Portugal. Antes porém de um eventual gesto conciliador por parte de Portugal, o POVO angolano e o MPLA deverão prosseguir sem ilusões e incessantemente, a luta armada.

A Revolução angolana visa a destruir o regime colonial e não a atacar as pessoas e os bens dos portugueses e dos restantes estrangeiros que habitam Angola.

Este princípio não é porém rígido, mas condicionado. A Revolução angolana só poderá garantir o respeito à vida e aos bens dos portugueses e restantes estrangeiros, se estes não colaborarem com a reacção colonial e apoiarem a Revolução. Antes e depois da independência, cada estrangeiro, será julgado de acordo com o grau das suas responsabilidades pessoais nas hostilidades ou de acordo com o grau do seu apoio à luta libertadora.

O MPLA lança um apelo permanente às organizações nacionalistas angolanas para que concretizem urgentemente o anseio do POVO à “entente”, à colaboração e à unidade de acção das organizações nacionalistas por meio de um Front Nacional Unido.

Impõe-se ao MPLA a adopção de novas medidas políticas e a execução perfeita e reforçada das medidas em vigor: execução rigorosa do princípio da direcção colectiva; formação de órgãos dirigentes com homens honestos, capazes, fiéis ao Movimento e ao POVO, incorruptíveis e corajosos; trabalho político directo, extenso, perseverante e profundo junto das massas angolanas; trabalho incessante de propaganda, informação e agitação directas junto das massas; organizações sólidas do povo, nas cidades, nas vilas, nas aldeias, nas florestas e nas montanhas; criar e desenvolver, obrigatoriamente nas regiões libertas, uma organização político-administrativo do POVO, com os seus serviços económicos e financeiros, sanitários, educativos, judiciários, de assistência social, e de segurança pública; criar, em todas as povoações, assembleias populares e comités de libertação, que actuarão como órgãos locais de governo e de gestão pública; “supressão” dos traidores e repressão dos malfeitores e ladrões; aumento contínuo dos fundos necessários ao desenvolvimento da luta político-militar; criação de escolas de quadros; desenvolver a capacidade de trabalhar, sem espírito sectário ou exclusivista, com todos os nacionalistas honestos, a fim de associá-los à luta comum.

O MPLA deve acelerar a realização do princípio da primazia do interior sobre o exterior, aplicando rigorosamente as seguintes regras:

- a) Dever absoluto de ir ao encontro dos interesses da luta que se trava no interior do país, e de atendê-los imediata e satisfatoriamente;
- b) Preponderância permanente da actividade militar e política do interior do país sobre as restantes actividades do Movimento;

- c) Agir sistematicamente no sentido de que nos órgãos do Movimento, em todos os escalões, haja preponderância numérica de militantes no interior sobre os militantes no exterior.

O MPLA deverá dedicar uma atenção especial, e um trabalho paciente e perseverante à juventude e à Mulher angolanas.

A juventude angolana do interior do país já se afirmou, e seguramente afirmar-se-á mais no futuro, como o nervo e o músculo da Revolução. A sua paixão patriótica, a pureza da sua generosidade e a sua temeridade já provaram suficientemente que nenhuma força poderá parar a actividade política clandestina e a resistência armada em Angola.

Até ao presente, a juventude angolana no estrangeiro sofre das limitações normais de uma actividade nacionalista mais teórica do que prática e tem sido vítima da contradição entre, por um lado, os seus deveres de puro patriotismo e, por outro lado, da falta de controle directo da família e da sociedade, das investidas das forças da corrupção e da divisão, e do radicalismo das suas próprias conclusões elaboradas a partir da sua experiência limitada – e não raro superficial e longínqua – de Angola.

A actual divisão da juventude angolana no estrangeiro, se persistir, poderá de certo modo enfraquecer a unidade moral do movimento nacional de libertação, e porá certamente sérios problemas à unidade construtiva na Angola de amanhã.

A perfeita tomada de consciência pela juventude das suas totais responsabilidades começará a partir do momento em que ela se unir com a convicção de que a sua divisão significa, de facto, a divisão das energias vitais da Nação.

Todavia, deve-se reconhecer que a maturidade precoce da juventude angolana e o seu espírito aberto às inovações, propenso ao progresso e sequioso de uma cultura científica moderna e de uma moral elevada e à altura do universal, não têm sido suficientemente apoiados e alimentados, mesmo pelo MPLA.

É incontestável que o futuro da Angola livre e independente dependerá da dedicação esclarecida, do patriotismo vigilante e da capacidade construtiva da juventude angolana.

O MPLA deverá fazer todos os esforços para que a contribuição da juventude angolana à Revolução seja o mais eficaz possível. Para isso, o MPLA deverá continuar a criar e a obter as mais largas possibilidades para que a juventude adquira uma cultura científica e artística, moderna e sólida; uma moral patriótica e humanista; um espírito são, construtivo e unitário; e o hábito de uma actividade inspirada no verdadeiro e no belo.

A Mulher e a infância foram, sem dúvida, as vítimas mais discriminadas e impotentes do regime colonial.

A unidade combativa dos angolanos de ambos os sexos é um imperativo categórico.

No entanto a contribuição da Mulher à luta será maior, se a ela se der o que ela pede: que se lhe liberte do preconceito e que se lhe invista dos mesmos direitos e deveres do Homem perante os destinos da Nação.

A libertação da Mulher e a posse, por ela, de todas as oportunidades para a sua realização como cidadã plenamente responsável significará, em particular, a garantia, em Angola, de uma fonte de inspiração, poderosa e permanente, de grandes obras.

Em consequência, a natureza e a situação específicas da juventude e da população feminina de Angola exigem que o MPLA se interesse pela organização daquela e desta e trate de todos os seus problemas no quadro rigoroso da unidade.

O MPLA sustenta que o problema dos graus de centralização ou de descentralização do futuro Estado livre e independente de Angola é um problema demasiado sério – pelas suas implicações directas na unidade nacional, no desenvolvimento das populações e no progresso geral do país – para ser tratado a priori.

Um tal problema só será validamente resolvido a partir, entre outros dados, da vontade das populações, expressa plausivelmente, e a partir de uma definição nacional da exploração coerente e eficaz dos recursos naturais, dos interesses reais de uma eventual planificação económica da nação inteira, e das conclusões de um debate concreto e responsável sobre as vantagens e as desvantagens de um legislativo e de um executivo centrais com autoridade para tomar decisões de interesse geral a longo termo. Nas condições actuais, nenhum partido pode, efectivamente, pronunciar-se com conhecimento de causa sobre tal problema. Em consequência, o MPLA sustenta que tal problema só poderá ser tratado concretamente, e com suficiência e autoridade, a partir de uma Assembleia constituinte, saída de eleições gerais e livres.

Carta de demissão de Matias Miguéis

[*dactilografada – 2ª via*]

Léopoldville, 27 de Novembro de 1962

Ao Comité DIRECTOR DO MOVIMENTO POPULAR
DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA
LÉOPOLDVILLE

Camaradas:

Minha contribuição, no quadro de direcção do MPLA, tem sido nula. Não responde às exigências da hora grave que vive o nosso País. Sinto-me eu próprio.

Deste modo, no interesse superior da revolução angolana, afigura-se-me honesto meu afastamento do Comité Director, a partir desta data.

Depois de nosso País, minha residência oficial é, e foi sempre Ponta Negra para onde evidentemente tenciono seguir na próxima sexta-feira, dia 30 de Novembro corrente.

Com saudações nacionalistas subscreve-se o

Camarada

[*rubricado por Matias Miguéis*]

Comunicado do CD do MPLA sobre carta de V. Cruz aos militantes do MPLA e do EPLA

[policopiado]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

Circula nos meios de Léopoldville, com data de 15 de Novembro de 1962 e assinado por Viriato da Cruz, um documento dirigido “aos camaradas militantes do MPLA e do EPLA”. Não é ainda conhecida totalmente a extensão da difusão deste documento no Congo e no Exterior.

Nesse texto, o militante Viriato da Cruz, ex-Secretário Geral do MPLA exprime os pontos do seu desacordo com alguns dirigentes do Movimento.

Tal documento, cuja divulgação foi assegurada pelo 1º Secretário do Movimento, Graça Tavares e por outros militantes, constitui um atentado aos princípios sagrados de Unidade e de coesão nacional por que luta o MPLA e traduz-se por uma actividade fraccional no seio do Movimento.

O Comité Director, depois da apreciação devida deste facto em reunião realizada em 26 de Novembro corrente, adverte todos os militantes do Movimento, para os perigos em que se incorre ao conduzir a discussão dos problemas do MPLA fora dos organismos legalmente constituídos.

– Proíbe a circulação de documentos que destruam o espírito unitário da Conferência Nacional.

– Convida os militantes através dos seus respectivos delegados a participar activamente na Conferência Nacional a realizar no dia 1 de Dezembro próximo, de modo a esclarecer devidamente a linha política a seguir e os métodos de acção a adoptar.

– Convida todos os militantes a evitar e a combater energicamente qualquer espécie de actividade fraccional dentro do MPLA.

Léopoldville, 28 de Novembro de 1962

O COMITÉ DIRECTOR

[carimbo do CD do MPLA]



Carta Circular de Graça Tavares

[policopiada]

Graça Silva Tavares
1º Secretário do MPLA
51, Av. Tombeur de Tabora
LÉOPOLDVILLE

CARTA-CIRCULAR

Aos militantes do MPLA

Tendo sido hoje, dia 28 de Novembro de 1962, difundido um comunicado autenticado com o carimbo do Comité Director do MPLA, no qual a pessoa do Viriato da Cruz, ex-Secretário Geral (que em 25 de Maio do corrente ano, por amor à causa nacional e o desejo de uma independência rápida e verdadeira para Angola, deixou o Comité Director) e a minha própria pessoa, são atacados como tendo elaborado e divulgado um documento considerado como “... um atentado aos princípios sagrados de Unidade e de coesão nacional por que luta o MPLA e traduz-se por uma actividade fraccional no seio do Movimento”, sinto-me na obrigação de levar ao conhecimento dos militantes os seguintes pontos:

– Pouco depois da chegada do Dr. Agostinho Neto, “Presidente de Honra” do MPLA, nasceu uma crise profunda de ordem política entre os (dirigentes) principais responsáveis pelos destinos do MPLA, crise essa já hoje do domínio do público, mas cujas razões fundamentais houve sempre o cuidado de as guardar num círculo restrito.

– A saída do Viriato da Cruz de Léopoldville, foi motivada pelas causas que este responsável do MPLA apresenta na sua carta aberta e em outras que dirigiu ao Comité Director e ao “grupo ligado por uma só ideia força”.

– A recusa sistemática pelos dirigentes Mário de Andrade, Agostinho Neto e do responsável Eduardo dos Santos, de uma discussão aberta e leal no seio das organizações legalmente constituídas no MPLA, sobre as razões profundas da crise, a falta de independência e de coragem moral de certos militantes conhecedores dos elementos da crise, de se pronunciarem, a sabotagem que inteligentemente se vinha fazendo aos trabalhos preparatórios da Conferência Nacional, levaram Viriato da Cruz a utilizar o único meio ao seu alcance, escrever uma carta para alertar os militantes honestos sobre os métodos anti-democráticos e a actividade fraccional desenvolvidos por alguns dirigentes.

– A carta aberta dirigida aos militantes do MPLA e do EPLA não tem o fim que o comunicado lhe atribui mas somente o de encontrar junto dos militantes uma análise séria da crise e justiça honesta e digna.

– Viriato da Cruz ao escrever esta carta fê-lo com mágoa, sentiu profundamente o desprezo que os seus ex-colegas de direcção lhe haviam votado, porque como os militantes sabem este dirigente da primeira hora da revolução angolana, deu sempre em toda sua vida grandes provas de honestidade, coragem, sacrifício, dinamismo, demonstradas

não só em palavras mas em obras. Sem discussão o MPLA dirigido há muito por V. da Cruz apresenta um saldo positivo na luta de libertação nacional.

– Solidarizo-me com a atitude do Viriato da Cruz e declaro que na ausência deste estou pronto a discutir estes pontos com qualquer militante do MPLA.

– Esclareço que só existe no espírito dos promotores da crise, dos oportunistas da última hora, que a carta constitui uma actividade fraccional no seio do Movimento.

– Esclareço mais que, este comunicado não foi obra da vontade unânime do Comité Director, pois que para sua elaboração a votação da reunião do CD foi de 6 votos a favor contra 5 e a sua redacção só apoiada por 3 votos contra 2!

– Apelo para todos os militantes honestos e aos verdadeiros angolanos que não tomem muito a sério a redacção do infeliz comunicado, mas se esforcem por conhecer as verdadeiras causas e as consequências futuras desta crise o que lhes permitirá no futuro maior vigilância na aplicação dos princípios da linha política traçada pelo MPLA.

Léopoldville, 28 de Novembro de 1962

Graça da Silva Tavares *[com assinatura]*
1º Secretário do MPLA

Informação do Comité Director do MPLA

[dactilografada – 2ª via]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

AOS MILITANTES DO MPLA

EM REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÉ DIRECTOR, FOI, ONTEM 29, DECIDIDO, POR UNANIMIDADE, A SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DAS ACTIVIDADES DO CAMARADA GRAÇA DA SILVA TAVARES NA QUALIDADE DE 1º SECRETÁRIO DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA, ATÉ REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA NACIONAL.

Léopoldville, 30 de Novembro de 62

[carimbo do CD do MPLA]

O COMITÉ DIRECTOR

CONFERÊNCIA NACIONAL DO MPLA de 1 a 3 de Dezembro de 1962

Convite para a Conferência Nacional

[policopiado]

1ª CONFERÊNCIA NACIONAL

– CONVITE –

O COMITÉ DIRECTOR DO MPLA CONVIDA DOIS REPRESENTANTES _____ A ASSISTIR À SESSÃO DE ABERTURA DA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DO MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA QUE SE REALIZA ÀS HORAS DO DIA 1 DE DEZEMBRO DE 1962, NO SALÃO DE CONFERÊNCIAS DO ZOO EM LÉOPOLDVILLE.

Léopoldville, 30 de Novembro de 1962

Pel' O COMITÉ DIRECTOR DO MPLA

Mário de Andrade
Presidente

Cartão de Participante à 1ª Conf. Nacional

[impresso]

CARTAO DE PARTICIPANTE	
DE CONFERENCIA DE QUADROS DIRIGENTES	
DO M. P. L. A.	

Nome do participante	Lúcio Lara
Nº	18

Ordem de Trabalhos da 1ª Conf. Nacional*[policopiada]**[Endereço do MPLA em Léopoldville]*PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL

1 a 3 de Dezembro de 1962

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1) DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA LINHA POLÍTICA
- 2) DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE ACÇÃO
- 3) DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ESTRUTURA
- 4) ELEIÇÃO DE NOVOS CORPOS DIRIGENTES

Lista dos Delegados à Conferência Nacional*[policopiado]*

– DELEGADOS –

Presidente de Honra: Agostinho NetoComité Director:

Mário de Andrade
 Eduardo dos Santos
 Lúcio Lara
 Matias Miguéis
 Deolinda Rodrigues de Almeida
 Domingos Francisco da Silva
 José Miguel
 Desidério da Graça
 Georges Manteya Freitas
 José Bernardo Domingos
 João Vieira Lopes
 Hugo de Menezes
 Viriato da Cruz

CONSELHO POLÍTICO NACIONAL:

Américo Boavida
 Mandjila Jorge
 António Josias
 Jordão de Aguiar
 Gamela Freitas
 Manuel Lima
 Francisco de Assis Machado
 Kukia André
 Gentil Ferreira Viana
 Maria Eugénia Nunes

COMITÉ PREPARATÓRIO DA CONFERÊNCIA:

Manuel Videira
 Domingos dos Santos
 Manuel Rodrigues Boal

Imprensa:

Unidade Angolana
 Vitória ou Morte
 Aníbal de Melo

EPLA

Carlos Manuel Carnoth
 António José Condesse
 Baptista
 António G. Ramos

OMA:

Guilhermina de Assis
 Catarina de Jesus
 Maria Judite dos Santos

CVAAR:

Rui de Carvalho
 Carlos Pestana
 Filipe Martins
 João dos Santos

JUVENTUDE:

Luís Miguel
 Augusto João Borges
 José Eduardo
 Maria Mambo Café
 António Domingos Amaro
 José Marques Pimentel

COMITÉS DE ACÇÃOdo Congo Léo:

LÉOPOLDVILLE	F. Machado
KINSHASA	Cesário Mrt. [Martins]
BARUMBU	Mário Leon.
S. JEAN	Manuel Mig.
KALAMU	Inocêncio Mr. [Martins]
DENGAL	Seb. Vicente
NGIRINGIRI	Xa Umba Gab.
BANDALUNGUA	F. Alidor
MATETE	A. Alexandre
NDJILI	Manuel

KINTAMBU Tola David
 MAKALA José Rodrig.
 LEMBA Mingedi Bent.

COMITÉS DE ACÇÃO – INTERIOR DO CONGO LÉO:

NANANA
 VISTA
 MOANDA
 MATADI Manuel Custódio
 LUKALA António João Gaspar
 BOMA Anselmo João
 MALELE
 LUALI
 SONGOLOLO Santiago Baptista
 KIKUIT Luís Cândido Costa Carneiro
 TCHIKAPA João Kiosa
 LOULOUABURG

COMITÉS DE ACÇÃO CONGO BRAZZAVILLE:

POINTE NOIRE Roque T'chedo [Tchiendo] ou Gualdino

PERSONALIDADES:

Soba Marimba
 Soba Bumba
 Soba Manuel

BUREAUX DO EXTERIOR:

Rio de Janeiro – Brasil Lima de Azevedo

Léopoldville 1 de Dezembro de 1962

Mesa da Presidência da Conferência Nacional

[dactilografada]

MESA DA PRESIDÊNCIA

Presidente – Agostinho Neto
 Vice-Presidente – Rev. Silva (CVAAR)
 Vice-Presidente – Soba Miguel (CP Nacional)
 Vice-Presidente – F. Heliodoro (Comité d'Acção Interior)
 Vice-Presidente – D. Guilhermina d'Assis (OMA)

Vice-Presidente – Borges (JMPLA)
 Vice-Presidente – Carnot (EPLA)
 Vice-Presidente – Cesário Martins (Com. d'Acção Exterior)
 Secretários – Boal
 – José Eduardo
 Relator – Aníbal de Melo
 Tradutores – José Domingos (Kimbundu)
 – Georges Freitas (Francês e Kikongo)
 – David Manuel (Kikongo)
 Comissão da Verificação
 de Mandatos – Matias Miguéis
 – Desidério da Graça
 – José Miguel

[De acordo com o folheto publicado, constituíram-se três Comissões de Trabalho:
 1ª Comissão: Linha política – Presidente: Mário de Andrade; Relator: Américo Boavida;
 Secretário: José Domingos. 2ª Comissão: Programa de Acção – Presidente: Lúcio Lara;
 Relator: Aníbal de Melo; Secretários: Deolinda Rodrigues e Desidério da Costa. 3ª
 Comissão: Mudança das Estruturas – Presidente: Gentil Viana; Relator: Manuel Lima;
 Secretário: Vieira Lopes.]

Programa da Conferência Nacional

[dactilografado]

SÁBADO, DIA I DE DEZEMBRO 1962

TARDE – Sessão de Abertura – 16 horas
 Interrupção
NOITE – Sessão de Trabalho

DOMINGO, DIA 2 DE DEZEMBRO 1962

MANHÃ – Sessão de Trabalho
TARDE – Sessão de Trabalho
NOITE – Recepção da JMPLA aos Delegados

SEGUNDA-FEIRA, DIA 3 DE DEZEMBRO 1962

MANHÃ – Sessão de Trabalho
TARDE – Sessão de Encerramento.

Léopoldville, 30 de Novembro de 1962
 O COMITÉ PREPARATÓRIO DA CONFERÊNCIA



Agostinho Neto e Matias Migueis na abertura da 1ª Conferência Nacional do MPLA

Alocução de Abertura por Agostinho Neto

[policopiada]

O Movimento Popular de Libertação de Angola, reúne hoje pela primeira vez, a sua Conferência Nacional, para discutir os problemas vitais do Movimento e do País, felicitando-se por esta importante realização que, pelo conteúdo, pela possibilidade e largueza do debate, assinala a vitalidade do nosso Movimento e do nacionalismo angolano.

Esta primeira Conferência Nacional, de objectivos mais nacionais que partidários, vai reafirmar a unidade e democracia internas do MPLA, o seu dinamismo e objectividade e, aprontando-se para um esforço político-militar disciplinado e uma intransigência face ao colonialismo português, vai erguer bem alto a bandeira da Unidade necessária de todos os Angolanos, sem distinção de ideologias ou de partidos, de raça, de tribo ou classe social.

Esta Primeira Conferência Nacional, vai reafirmar a sua confiança na solidariedade dos Povos Africanos e de todos os outros Povos que nos têm auxiliado contra a opressão colonial portuguesa. Vai reafirmar ainda a nossa gratidão ao Governo e ao Povo do Congo que nos hospedam.

O governo colonial-fascista português, incapaz de compreender a inutilidade do genocídio que pratica sistematicamente no nosso País, começa, no entanto, a dar sinais

da sua impotência diante da onda avassaladora que destruiu os impérios coloniais instalados durante séculos no nosso Continente Africano. Mas as medidas reformistas anunciadas recentemente, não evitarão o sofrimento do Povo, a repressão policial e militar, a exploração económica, a opressão social, o obscurantismo e todos os males do colonialismo, mais evidentes ainda, na situação de guerra em que nos encontramos.

A única atitude que o nacionalismo angolano pode hoje assumir, é a de endurecer ainda mais a luta, de modo a fazer vergar o inimigo no mais curto prazo possível. Os participantes a esta Primeira Conferência Nacional, que têm demonstrado a sua dedicação, coragem e perfeita consciência dos problemas do Movimento, sabem [que] a Unidade das forças nacionalistas angolanas é uma das essenciais condições para a completa Libertação do País.

O Movimento Popular de Libertação de Angola seguirá fielmente a linha política traçada, até à obtenção da Independência Nacional. VITÓRIA OU MORTE!

Declaro solenemente aberta a Primeira Conferência Nacional do Movimento Popular de Libertação de Angola.

1 de Dezembro de 1962

MPLA



1ª Conferência Nacional - Agostinho Neto, Soba Miguel e Rev. Domingos da Silva

Discurso de Abertura por Mário de Andrade

[policopiado]

Camaradas Militantes do MPLA

A realização da primeira Conferência Nacional do MPLA, é um acontecimento de capital importância para o futuro da nossa organização.

Quero exprimir as minhas mais fraternais saudações aos corajosos militantes que, a despeito da repressão colonial, aqui vieram do interior do nosso país, para marcar com a sua presença o carácter altamente representativo desta conferência. Apresento as boas vindas a todos os delegados e manifesto-lhes a nossa confiança à sua devoção à causa nacional que se traduzirá uma vez mais por uma contribuição positiva à boa marcha dos nossos trabalhos.

Camaradas Militantes do MPLA,

Nesta etapa decisiva da nossa luta de libertação nacional, o MPLA entende estar à altura das suas imensas responsabilidades. Combatemos um aparelho de repressão colonial aperfeiçoado durante três décadas de fascismo que tem como objectivo fundamental da sua política a exterminação das massas angolanas.

Não obstante, não deixamos de aproveitar dos erros dos nossos inimigos, que se recusam obstinadamente a orientar-se para uma solução negociada do conflito secular que opõe o povo angolano à administração colonial portuguesa.

Eis porque é sempre necessário tomar iniciativas em matéria de política internacional, e garantir o apoio de todos os países e organizações, que pela sua acção isolem o governo português na cena mundial. Nós beneficiamos de uma simpatia cada vez mais crescente de todos aqueles que consideram que o regime de Salazar quer fazer regressar a marcha da roda da História.

O balanço das vitórias no plano da luta contra o colonialismo português é muito importante. Estas vitórias resultam do facto de nos opormos a um sistema de dominação colonial defendido por um regime fascista que atravessa uma crise interna e que é alvo da reprovação da consciência internacional.

O papel a desempenhar pelos países africanos independentes é decisivo no quadro das nossas alianças as mais directas e mais naturais. Neste aspecto, o caso da Argélia tem hoje um significado muito particular. Foi BEN BELLA, ele próprio, que numa mensagem dirigida aos militantes do MPLA afirmou a determinação da República Argelina de ajudar a luta armada que nós sustentamos em Angola contra o colonialismo português, com o envio de voluntários e de técnicos.

Estejamos pois à altura da solidariedade activa que a África Independente, os países que sofreram os horrores da dominação colonial e os milhares de amigos da nossa causa dispersos pelo mundo, manifestam a nosso respeito.

Tudo isso porém, não deve fazer-nos esquecer os nossos deveres, as nossas insuficiências e responsabilidades, como movimento político.

A unidade das forças nacionalistas continua a ser o factor determinante do triunfo rápido das aspirações do povo angolano. Na medida em que combatemos o espírito de

concorrência dentro do nacionalismo angolano e damos a palavra às massas populares, nós pensamos que estamos na boa via para a busca da unidade.

Detenhamo-nos porém, um instante, na longa caminhada da nossa luta de libertação nacional, para tomar fôlego, traçar o balanço das vitórias e dos fracassos do nosso passado, fazer o inventário de todos os nossos recursos nos diversos campos de acção, formular, da análise destes dados, as perspectivas que se abram ao futuro do nacionalismo angolano.

O Comité Preparatório da Conferência Nacional decidiu propor-vos a discussão da linha política e do programa de acção do MPLA. Vamos adoptar conjuntamente princípios claros susceptíveis de formar o corpo duma doutrina política, sem sectarismo, que aclare toda a acção militante.

A Conferência deve debruçar-se sobre uma reforma das estruturas do MPLA, em todos os escalões da organização, pois pensamos que as estruturas actuais já não estão adequadas às mutações surgidas na situação movediça do contexto angolano.

Bem entendido, é preciso realizar desde já no nosso Movimento a síntese do político e do militar. Eu sei quão ansiosos estais em ver triunfar a primazia do interior sobre o exterior. Estejam certos que caminhamos para uma instalação orgânica do MPLA sobre todo o território nacional, e que os órgãos do Movimento em cada localidade serão os núcleos do poder revolucionário.

Na discussão desta ordem de trabalho, vós, delegados do EPLA, da OMA, da JMPLA, do CVAAR, dos Comités de Acção, deveis intervir livremente e democraticamente, para que a linha política e [o] programa de acção adoptados pela I Conferência Nacional, constituam de facto a expressão da vontade de todos os militantes do MPLA.

Daremos assim a prova da nossa maturidade política.

Aqueles que forem eleitos para os postos da nova direcção político-militar do Movimento, vão arcar com a grande responsabilidade de apressar o triunfo das aspirações populares à Independência Nacional.

Não haverá uma concessão de independência ao povo angolano. Ninguém dará a independência ao nosso povo.

A independência é nosso trabalho quotidiano, realizado pelo prosseguimento da luta armada, esclarecido por uma linha política.

Se nós conseguirmos mobilizar eficazmente as massas angolanas à volta do objectivo bem definido da conquista da independência nacional, se o MPLA desenvolver plenamente o seu papel de vanguarda, então, obrigaremos a recuar o governo que nos faz a guerra e destruiremos da mesma maneira todo o sistema da exploração colonial.

O Colonialismo Português está na agonia mas, Camaradas militantes do MPLA, não pensem nunca receber a independência de Lisboa.

Qualquer que seja a importância da ajuda que possamos obter de países amigos – e eles são numerosos –, qualquer que seja o peso moral e político da ONU, ninguém fará a libertação de Angola em nosso lugar.

Angola é o único país em África que está numa situação de luta armada aberta e organizada contra a opressão colonial.

Este facto, longe de nos regozijar, deve jogar como factor numa campanha para sensibilizar em favor da nossa luta a opinião pública internacional.

Com o pensamento na memória de todas as vítimas da repressão colonialista portuguesa, com o pensamento em todos os prisioneiros políticos angolanos que afrontam os carrascos de Salazar, a I Conferência Nacional não poderá trair os objectivos pelos quais se bate o povo angolano.

Camaradas Militantes do MPLA,

Trabalhem de molde para que a I Conferência Nacional, seja a Conferência da Vitória do MPLA sobre o colonialismo português.

VITÓRIA OU MORTE

Léopoldville, 1 de Dezembro de 1962

MÁRIO DE ANDRADE

Presidente do MPLA



1ª Conferência Nacional - (...), A. Neto, Guilhermina de Assis, Soba Miguel, José Domingos, Lúcio Lara e Lucienga.

Programa de Acção Imediata

[policopiado]

PROGRAMA DE ACÇÃO IMEDIATA DO MPLA

Sem trair os princípios e os objectivos que o MPLA se fixou desde sempre – a liquidação em Angola, por todos os meios, da dominação colonial portuguesa; a conquista da independência imediata e completa; e a instauração de um regime capaz de satisfazer as legítimas aspirações do povo angolano e, em primeiro lugar, das camadas sociais mais oprimidas e exploradas, impõe-se traçar um programa de acção imediata, baseado na experiência acumulada no contacto diário das realidades vivas da nossa luta, e dominado pelos seguintes princípios:

1. O MPLA É UM MOVIMENTO DE MASSAS

A acção do MPLA deve mobilizar todo o povo angolano numa luta sem tréguas contra o colonialismo opressor até à instauração de um regime de justiça social e progresso nacional.

2. O MPLA É UM MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO

A acção do MPLA visa a destruição completa do aparelho colonial e de todas as formas de dominação, e a instalação dum aparelho moderno, capaz de realizar um programa político, económico e social, à altura das aspirações do povo angolano.

3. GENERALIZAÇÃO DE UMA DISCIPLINA DE GUERRA A TODOS OS SECTORES DO MPLA

4. PRIMAZIA DO INTERIOR SOBRE O EXTERIOR

A acção fora do país deve ser um complemento da acção que se desenvolve no interior de Angola.

5. PRIMADO DO POLÍTICO SOBRE O MILITAR

Todos os problemas, mesmo de carácter militar, devem ser apreciados e resolvidos de acordo com a linha política do MPLA.

6. LANÇAR NO PRESENTE AS BASES DA NAÇÃO FUTURA

O MPLA executará uma política de formação de quadros.

7. PLANIFICAÇÃO DO TRABALHO EM TODOS OS SECTORES

O facto da luta se ter desenvolvido em dois territórios bem distintos, o interior e o exterior de Angola, impõe que as linhas gerais do programa atendam a essa divisão sem destruir, porém, a sua natureza unitária.

A) ACÇÃO NO INTERIOR DE ANGOLA

O campo fundamental da nossa acção é o território nacional. Toda a planificação, toda a orientação da luta, devem ser o reflexo das necessidades do povo de Angola em guerra. As nossas preocupações imediatas são:

1. A instalação orgânica do MPLA em todo o território nacional, particularmente nos meios rurais. A mobilização dos camponeses para a luta deve fazer-se sob a palavra de ordem da REFORMA AGRÁRIA e da promoção social das massas camponesas. São elas que no passado e actualmente, mais se têm confrontado com o aparelho administrativo e repressivo do sistema colonial e, por isso mesmo, mais encarniçadamente lutarão, até à obtenção da Terra, que constitui a sua reivindicação fundamental. São essas mesmas massas que no norte de Angola formam as forças mais avançadas do movimento de libertação nacional. Mobilizar as massas camponesas, politizá-las, transformá-las nos destacamentos militares de primeira linha, destruir-lhes os preconceitos e os mitos, e os sentimentos tribalistas que são ainda as suas grandes deficiências, deve constituir a tarefa mais urgente a realizar pelo nosso Movimento. Os órgãos do MPLA instalados no interior do país devem apresentar-se como embriões do futuro poder revolucionário.
2. Elevação do espírito insurreccional do povo, através dum trabalho paciente de esclarecimento.
3. Aproveitar todos os meios possíveis de luta legal (reivindicações, protestos, greves, etc.), para manter o estado insurreccional do povo e desenvolver a luta clandestina nos centros urbanos.
4. Promover uma campanha para a mobilização dos angolanos hesitantes e a denúncia e liquidação dos traidores.
5. Desenvolvimento e apoio das organizações de massas.
6. Criação entre a população civil, de grupos de auto-defesa que ensinem as populações a defender-se e que colaborem com os guerrilheiros, nas operações em que seja necessário um trabalho conjunto de militares e civis.
7. Generalização, nos meios colonialistas, do clima de insegurança em que os temos mantido desde o início das operações militares.
8. Acção psicológica tendente a neutralizar ou a conseguir a colaboração dos colonos na nossa luta de libertação nacional.
9. Desenvolver acção psicológica junto dos angolanos que servem no exército português, de forma a ganhá-los para a nossa luta.
10. Desenvolver campanha de esclarecimento junto do exército português.
11. Desenvolver campanha de esclarecimento junto do povo português.
12. Implantação de zonas livres, que constituirão bases de ataque e regiões de enquadramento político e administrativo do povo.
13. Intensificar a luta armada e aumentar o seu nível.
14. Desenvolvimento da consciência nacional.
15. Criação duma Comissão Permanente Pró-Unidade que tome iniciativas no sentido de promover a unidade das organizações patrióticas e mantenha vivo este problema.

B) ACÇÃO NO EXTERIOR DE ANGOLA

O MPLA deve considerar com a maior atenção os angolanos que se encontram no Exterior. A sua mobilização é muito importante. A nossa luta exige a participação de todo o angolano sem qualquer discriminação. Os aspectos essenciais da acção a exercer devem consistir na mobilização político-militar e na formação de quadros, que preenchem as nossas necessidades nas duas fases da nossa luta: Independência nacional e Reconstrução do País.

I – ACÇÃO NOS CONGOS

A acção a desenvolver nestes dois países deve visar fundamentalmente a aceleração do regresso a Angola, e a formação de quadros político-militares.

Este objectivo será atingido no mais breve espaço de tempo com a elevação do nível político e militar do EPLA, o reforço das nossas posições militares no interior e nas fronteiras, a planificação cuidadosa, urgente e eficaz do apetrechamento das forças combatentes e o reconhecimento sistemático do interior com vista à protecção das massas e sua preparação para a auto-defesa. É muito importante desenvolver no nosso povo o sentimento da unidade nacional e o desenvolvimento dos laços com os povos das Repúblicas dos Congos.

a) ACÇÃO JUNTO DOS REFUGIADOS

A nossa acção será realizada nos seguintes aspectos:

1. Médico-sanitário
2. Escolar
3. Profissional
4. Financeiro

1. ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA

A assistência médico-sanitária exercida através do nosso organismo CVAAR, preenche hoje uma parte dos objectivos para a primeira fase e deve ser impulsionada através das seguintes realizações.

Adopção de um sistema eficaz de informação e propaganda no interior e no exterior destinado à obtenção de fundos e dádivas.

Multiplicação das delegações de médicos e enfermeiros à fronteira e a manutenção permanente de médicos em centros da fronteira.

Estreito controle da vida e do desenvolvimento do CVAAR.

Criação das designadas unidades locais de assistência, constituídas por enfermeiros, professores e agentes agrários.

Preparação de técnicos de saúde adaptados às necessidades da luta armada.

Politização e militarização dos quadros técnicos.

Reconhecimento oficial da nossa Organização CVAAR por parte das organizações internacionais de assistência.

2. ASSISTÊNCIA ESCOLAR

Tem sido exercida pelo CVAAR embora de um modo manifestamente insuficiente, se considerarmos a diferença entre o número de alunos necessitados e os que recebem o ensino. Os dois principais obstáculos ao maior desenvolvimento deste ramo de assistência tem sido, infelizmente, a falta de professores capazes de prestar gratuitamente os seus serviços e a falta de salas e lugares onde os alunos possam receber as aulas.

Em face destes factos, impõem-se as seguintes medidas:

Apelo imediato aos professores angolanos sobre a gravidade do problema e seus deveres de nacionalistas.

Campanha de informação junto dos angolanos proprietários de espaços livres sobre a necessidade nacional de os porem ao serviço do ensino.

Elaboração do programa de ensino.

Recrutamento de pessoal remunerado para o trabalho de ensino escolar.

Política e militarização dos quadros técnicos.

3. ASSISTÊNCIA PROFISSIONAL

Neste campo, as possibilidades do CVAAR têm sido limitadíssimas e praticamente nada pode ser feito.

Os mais necessitados são os camponeses e os profissionais de artes e ofícios, a quem se devem facilitar meios de trabalho. Proceder à aquisição de ferramentas e sementes e proceder a démarches para a obtenção de terras que sejam cedidas aos necessitados para que com as mesmas obtenham o necessário ao seu sustento.

A criação de oficinas onde os mais novos e interessados possam aprender com os verdadeiros artistas.

A formação de especialistas em trabalhos agrícolas que, como comissários, vão ensinar ao povo a maneira de obter melhores colheitas com menos trabalho.

4. ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

Sendo mau princípio oferecer dinheiro, este tipo de assistência deve exercer-se com maior vigilância e estritamente nos casos de manifesta incapacidade ou doença grave.

A luta pela libertação angolana assim o exige.

b) ACÇÃO JUNTO DOS EMIGRADOS

O emigrado, ou angolano estabelecido há muito no Congo, terá de ser enquadrado de modo diferente e segundo os seguintes princípios:

Convívio estreito com os refugiados.

Ensino das línguas portuguesa e angolana, e difusão da cultura nacional.

Integração do emigrado nas realidades político-económico-sociais do seu país.

Contacto com as autoridades congolezas.

Ensino da língua francesa aos refugiados pelos emigrados.

Facilitar alojamentos aos refugiados.

Enquadramento político e militar.

c) ORGANIZAÇÕES DE MASSAS

SINDICATOS

Devem ser estruturados sob forma de uniões de trabalhadores para actuarem na clandestinidade ou dentro de uma eventual legalidade mínima.

Destinam-se a criar um espírito de perfeito entendimento entre os trabalhadores e os camponeses segundo o programa revolucionário do Movimento.

Deve ser estimulada a formação de sindicalistas que serão encarregados de despertar no seio das massas trabalhadoras o interesse pelas questões sindicais, com vista a um trabalho revolucionário.

Impedir a divisão dos trabalhadores angolanos.

JMPLA

É evidente que a juventude angolana já contribuiu heroicamente para a luta de libertação nacional.

À nossa juventude cabe um papel de vanguarda na luta libertadora. Ela deve essencialmente:

1. Construir-se num dos motores do entendimento e unidade entre os angolanos, pelo estreitamento de laços com a juventude de todas as organizações.
2. Enquadrar-se na doutrina e na luta revolucionária do Movimento.
3. Participar do recrutamento dos quadros necessários ao nosso País.
4. Ocupar-se da valorização e divulgação da cultura nacional.

MULHERES

Existe no nosso Movimento uma organização própria – a OMA – que não obstante os esforços e a boa vontade de algumas militantes tem tido uma actividade muito reduzida.

Em relação a esta organização, é urgente a tomada de medidas adequadas a uma recuperação acelerada da mulher angolana para a luta. A mulher angolana deve ser mobilizada para:

Assistência social e sanitária

Escolarização

Ser enquadrada política e militarmente

Receber uma formação técnica e política

Participar nos órgãos dirigentes.

CRIANÇAS

Além de ser necessário desenvolver nas crianças o espírito de fraternidade e de camaradagem deve-se-lhes inculcar também o espírito de disciplina e sacrifício a favor do povo, e da igualdade de direitos na revolução.

As crianças angolanas devem ser educadas no sentido de compreenderem a necessidade e as finalidades da luta de libertação nacional, para se transformarem na semente de uma autêntica revolução.

As crianças podem ainda constituir preciosos auxiliares no desempenho de pequenas mas importantes tarefas de organização social nas zonas livres, desde que tenham disso uma noção exacta.

Deve-se incutir no espírito das crianças palavras de ordem adequadas.

II – EXTERIOR DO CONGO

a) ENQUADRAMENTO DOS ANGOLANOS NO EXTERIOR

Os militantes do MPLA no Exterior devem considerar-se inteiramente à disposição do Movimento e prontos a submeter-se à sua disciplina político-militar.

Aos militantes do MPLA no Exterior cabe:

Representação e defesa dos interesses do Movimento
Informação e propaganda.

b) REPRESENTAÇÕES DO MPLA NO EXTERIOR

Ampliação da rede de representações do MPLA no Exterior.

Suscitar a formação de comités de apoio internacionais.

Participação em conferências internacionais com delegações sancionadas pelo Comité Director.

c) CENTROS DE DOCUMENTAÇÃO

Instalar centros com documentos de carácter histórico, legislativo, cultural, etc., sobre Angola e o seu povo. Estes centros ficam sob a dependência das respectivas representações.

PLANIFIQUEMOS TODA A ACTIVIDADE DO MPLA!
MELHOREMOS A ORGANIZAÇÃO DO NOSSO MOVIMENTO!
ELEVEMOS O ESPÍRITO DE SACRIFÍCIO E DE DISCIPLINA NO SEIO DO MPLA!

VITÓRIA OU MORTE!

1ª Conferência Nacional - Da esq. para a dta - 1ª fila: José Miguel, Manuel Videira, M. Miguéis, Luis Miguel, M. Andrade. 2ª fila: Gentil Viana, (...), Carlos Pestana. 3ª fila: (...), Américo Boavida. Lateral: Lúcio Lara, (...), Maria Judith dos Santos.

Comunicado do MPLA sobre composição do CD

[policopiado]



Comunicado do MPLA sobre Conferência Nacional

[policopiado]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

A Primeira Conferência Nacional do MPLA realizada em Léopoldville nos dias 1, 2 e 3 de Dezembro de 1962, reuniu 70 delegados em representação dos Comités de Acção, do Exército Popular de Libertação de Angola, dos Trabalhadores, da Organização das Mulheres, da Juventude e do Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados.

O Comité Preparatório elaborou três projectos de relatórios que foram discutidos em comissões.

A Primeira Conferência Nacional, depois de um estudo profundo destes documentos, redefiniu a linha política do MPLA, adoptou um programa de acção e refundiu as estruturas do MPLA.

A análise dos diversos aspectos do problema angolano demonstrou o carácter bárbaro e anacrónico da dominação colonial portuguesa, o espírito insurreccional do povo angolano e a manifestação das reformas empreendidas pelo governo português.

No plano internacional, a luta do povo angolano encontra junto dos governos africanos e no mundo uma simpatia crescente, enquanto que Portugal se vê cada vez mais isolado e se agravam as contradições entre os países da OTAN que apoiam o governo fascista de Salazar.

A Conferência condenou vigorosamente o tribalismo, o regionalismo, o sectarismo, a intolerância racial e religiosa.

A Conferência insistiu na salvaguarda da unidade nacional e na integridade do território angolano, tal como é definido pela ONU na sua resolução sobre as fronteiras africanas.

A Primeira Conferência Nacional aprovou as condições mínimas para a abertura duma eventual negociação com o governo português, condições que comportam especialmente o reconhecimento do direito do povo angolano à autodeterminação e à independência, a libertação dos prisioneiros políticos, a retirada de todas as forças armadas para a sua base de origem, as garantias para o exercício das liberdades fundamentais e a fixação da data de acesso de Angola à independência.

O MPLA não confunde a luta travada contra o colonialismo português com o povo português. Assim, encoraja a oposição democrática portuguesa no seu combate para o derrubamento do regime fascista de Salazar, desde que a oposição se manifeste por actos em favor do direito do povo angolano à autodeterminação e à independência. Do mesmo modo, o MPLA encoraja a acção dos grupos políticos dirigidos por Portugueses progressistas nascidos em Angola, que a exemplo de alguns, visam neutralizar o apoio que os colonos concedem às forças de repressão e se dispõem a bater-se pelos mesmos objectivos dos movimentos nacionalistas angolanos.

A Conferência reafirmou o neutralismo positivo que o MPLA pratica em política exterior, declarando que nenhum país ou nenhuma organização possui o monopólio de

ajuda à luta de libertação do povo angolano. A este respeito, a Conferência adoptou os cinco princípios que devem orientar a política exterior do MPLA:

1. Criação duma diplomacia militante que, pelo seu carácter e pelos métodos utilizados seja o reflexo da organização político-militar;
2. Coordenação da acção directa com os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, agrupados no seio da CONCP.
3. Reforço das alianças africanas com os movimentos dos países dependentes, em particular com os do centro e do sul da África. Alargamento da presença do MPLA nos países africanos independentes.
4. Reafirmação do não-alinhamento sobre a política dos blocos.
5. Internacionalização do problema angolano.

A linha política adoptada pela Conferência Nacional clarificou o conteúdo da luta de libertação do povo angolano que persiste na defesa dos interesses das massas camponesas, na base da aliança de todas as forças produtivas da nação.

A Primeira Conferência Nacional recomendou a realização duma reunião política no quadro da PAFMECSA entre os movimentos nacionalistas da África Central, Oriental, do Sul e de Angola.

Partindo duma crítica às actividades do passado, a Primeira Conferência Nacional adoptou um novo programa de acção, baseado no princípio essencial que consagra o MPLA como um Movimento de massas e revolucionário. Tendo em conta a urgência duma nova planificação do trabalho de organização em todos os sectores, a Conferência Nacional recomendou que as preocupações imediatas da direcção do MPLA sejam sobretudo dirigidas para a instalação orgânica do MPLA no conjunto do território nacional, em particular nos meios rurais;

- elevação do espírito insurreccional do povo angolano;
- criação entre a população civil dos grupos de auto-defesa;
- desenvolvimento duma campanha de esclarecimento junto do exército e do povo portugueses;
- elevação do nível da luta armada;
- desenvolvimento da consciência nacional;
- criação dum comité permanente pro-unidade que tome iniciativas no sentido de promover o espírito unitário entre as organizações nacionalistas angolanas.

A Conferência Nacional definiu igualmente as linhas gerais duma vasta acção a empreender no interior de Angola e no território congolês junto dos refugiados nos domínios da assistência médica, escolar, profissional, e junto dos emigrados no seio das organizações de massas (sindicatos, juventude, mulheres) e no exterior.

Foi considerado necessário dotar o MPLA duma estrutura que responda às exigências que resultam da dinâmica da luta de libertação nacional.

A Conferência Nacional aprovou as recomendações seguintes da terceira comissão:

1. Adopção duma estrutura simples e global, tendo em conta os domínios da acção interior e exterior;

2. Generalização duma disciplina militar a todos os escalões dos organismos do MPLA de acordo com o estabelecimento duma síntese entre o político e o militar;
3. Primazia do interior sobre o exterior;
4. Exercício duma direcção colectiva, baseada na responsabilidade individual.
5. Prática efectiva do princípio do centralismo democrático.

Eis a nova estrutura orgânica do MPLA:

1. O conselho político nacional, instância suprema, constituído por 70 delegados, representantes directos da massa militante.
10 membros eleitos pelo CPN assegurarão a direcção da comissão de controle.
2. O comité director constituído por um Presidente, 2 vice-presidentes e os chefes dos departamentos
 - da guerra;
 - das relações exteriores;
 - da organização e quadros;
 - da informação;
 - dos assuntos sociais;
 - das finanças e economia;
 - da segurança.
3. O comité político-militar, único detentor dos segredos naturais do Movimento é formado por: Presidente; 1º Vice-Presidente; os chefes dos departamentos da guerra, das relações exteriores, da organização e quadros, das finanças e economia.
Os departamentos dividem-se em sub-departamentos, secções e subsecções.

* * * * *

A Primeira Conferência Nacional elegeu o novo Comité Director e alargou a composição [do] Presidium de Honra.

COMITÉ DIRECTOR

DR. AGOSTINHO NETO	– Presidente
MATIAS MIGUÉIS	– 1º Vice-Presidente
REV. DOMINGOS DA SILVA	– 2º Vice-Presidente
MANUEL LIMA	– Chefe do departamento da Guerra
MÁRIO DE ANDRADE	– Chefe do departamento das Relações Exteriores
LÚCIO LARA	– Chefe do departamento de Organização e Quadros
ANÍBAL DE MELO	– Chefe do departamento de Informação

DEOLINDA RODRIGUES	– Chefe do departamento dos Assuntos Sociais
DESIDÉRIO DA GRAÇA	– Chefe do departamento das Finanças e Economia
HENRIQUE CARREIRA	– Chefe do departamento da Segurança



Comité Director - da esq. para a dta.: Aníbal de Melo, Mário de Andrade, Manuel Lima, Rev. D. da Silva, Agostinho Neto, Desidério Costa, Deolinda Rodrigues, Lúcio Lara e Iko Carreira

COMITÉ POLÍTICO MILITAR

- O presidente
- O 1º Vice-Presidente
- Os chefes dos departamentos
 - da Guerra
 - das Relações Exteriores
 - da Organização e Quadros
 - das Finanças e Economia

O Rev. P. Joaquim Pinto de Andrade, detido em Portugal no Forte de Caxias, foi eleito Presidente de Honra do MPLA por aclamação.

Léopoldville, 5 de Dezembro de 1962

[carimbo do CD]
O COMITÉ DIRECTOR

Carta de Matias Miguéis ao MPLA

[dactilografada]

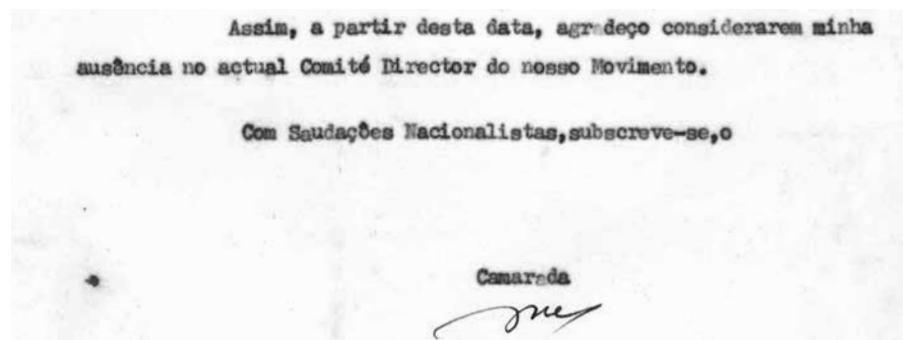
Léopoldville, 12 de Dezembro de 1962

Ao Comité Director do
MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO
DE ANGOLA
LÉOPOLDVILLE

Caros Companheiros,

Razões de ordem pessoal impedem, por algum tempo, minha presença na Direcção do MPLA. Assim, a partir desta data, agradeço considerarem minha ausência no actual Comité Director do nosso Movimento. Com Saudações Nacionalistas, subscreve-se, o

Camarada [rubrica de Matias Miguéis]



Comunicado do CD do MPLA aos Militantes

[policopiado]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL DO MPLA

COMUNICADO
aos militantes do MPLA

Terminados os trabalhos da Primeira Conferência Nacional, o Movimento Popular de Libertação de Angola leva ao conhecimento dos seus milhares de militantes espalhados no interior e no exterior de Angola os resultados alcançados.

Esta Conferência reuniu 70 delegados em representação dos organismos internos do Movimento – Comités de Acção, Exército Popular de Libertação de Angola, Trabalhadores, Organização das Mulheres, Juventude e Corpo Voluntário Angola[no] de Assistência aos Refugiados – e constituiu o primeiro passo para a realização no futuro de iniciativas de maior envergadura.

A ideia da realização desta Primeira Conferência Nacional resultou da necessidade de uma larga auscultação dos militantes e da sua integração na vida do Movimento, em virtude da radicação do ideal revolucionário nas massas e do crescimento da Organização.

O Movimento Popular de Libertação de Angola congratula-se com o nível alcançado pela Conferência e com a demonstração de maturidade política feita por todos os participantes.

O balanço dos trabalhos foi largamente positivo, adquirindo o Movimento os instrumentos práticos que lhe permitirão ganhar um maior dinamismo.

LINHA POLÍTICA

Em matéria de linha política, a Primeira Conferência Nacional estabeleceu que o MPLA deve garantir a representação da população rural na direcção do Movimento e dos organismos de condução da luta no interior do país, e acentuou que a Revolução Angolana deve concentrar todos os esforços na realização das aspirações das massas camponesas, na base duma aliança de todas as forças produtivas da nação.

Encarando o futuro do país, a Conferência determinou que o Movimento deve zelar pela implantação em Angola de um regime que seja a emanação da vontade popular e que ofereça garantias ao povo de exercer o controle do poder, satisfazendo cabalmente os seus anseios de liberdade, justiça e progresso em todos os domínios.

A Conferência manifestou-se categoricamente contra o tribalismo, o regionalismo, o sectarismo e a intolerância racial e contra as distinções de carácter político e religioso.

Estabeleceu que o MPLA se oporá à entrada de investimentos que comprometam a independência económica e política de Angola.

Estabeleceu ainda que na Angola independente haverá lugar para todas as etnias e todos os credos religiosos.

O respeito pela vida e pelos bens dos portugueses e de outros estrangeiros será condicionado pela atitude que os mesmos tomem em face da luta angolana.

A Primeira Conferência Nacional proclamou o princípio que garante o exercício do direito de cidadania angolana a todos os angolanos residentes ou nascidos no estrangeiro sem qualquer discriminação.

A Conferência adoptou o princípio da salvaguarda da unidade nacional e da integridade do território angolano nas suas fronteiras actuais, conforme o espírito da resolução das Nações Unidas sobre fronteiras africanas.

A Conferência determinou que as bases para uma eventual negociação com o governo português são, nomeadamente:

- o reconhecimento do direito de Angola à autodeterminação e à independência;

- a libertação dos presos políticos;
- a retirada de todas as forças armadas portuguesas para as suas bases de origem;
- a garantia de eleições livres para a criação de um órgão legislativo;
- o estabelecimento de um prazo que marque o fim do domínio português sobre o país.

A Primeira Conferência Nacional precisou que não confunde a luta contra o colonialismo português e o próprio povo português, e decidiu encorajar a oposição democrática portuguesa na sua luta para o derrubamento do regime fascista e colonial de Salazar. Decidiu encorajar igualmente a acção dos grupos políticos dirigidos por portugueses progressistas nascidos em Angola que visem neutralizar o apoio dispensado às forças de repressão pelos colonos e a lutar pelos mesmos objectivos dos movimentos nacionalistas angolanos.

A Primeira Conferência Nacional consagrou o princípio do neutralismo positivo praticado sem qualquer subterfúgio pelo Movimento, como afirmação realista e o único comportamento possível num mundo pleno de ameaças, onde os povos ainda sob dominação estrangeira teriam muito a perder se se empenhassem no jogo de competição entre os dois blocos.

A Primeira Conferência do MPLA fixou os seguintes princípios orientadores da política exterior do Movimento:

1. Criar uma diplomacia militante que, pelo seu carácter e pelos métodos utilizados reflecta a nossa organização político-militar.
2. Coordenar a acção directa contra o inimigo comum com os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas, no seio do organismo já criado – a CONCP.
3. Reforçar as nossas alianças africanas com os movimentos nacionalistas dos países que lutam pela sua independência e em particular com o centro e sul de África, Rodésia, União Sul-Africana e Sudoeste Africano. Alargar a nossa presença nos países africanos independentes.
4. Reafirmar o não-alinhamento sobre a política dos blocos, para não cimentar em Angola os efeitos da guerra fria, cavando ainda mais a ingerência dos países interessados nos assuntos internos do nosso país e na divisão do nacionalismo angolano.
5. Internacionalizar o problema angolano pela redução do campo dos nossos inimigos, levando a um maior isolacionismo de Portugal na cena política mundial; participar na organização da boicotagem política, diplomática e económica contra esse país pelo maior número possível de governos dos Estados-membros da ONU.

A Conferência recomendou ainda a realização dentro do mais curto espaço de tempo possível de uma Conferência Africana no quadro da PAFMECSA, onde sejam definidas as obrigações dos países limítrofes para os países ainda não independentes da África Central, Oriental e do Sul.

PROGRAMA DE ACCÇÃO

A Primeira Conferência Nacional estabeleceu que as preocupações imediatas da direcção do MPLA devem ser especialmente concentradas:

- na instalação do Movimento no conjunto do território nacional e em particular nos meios rurais;
- na elevação do espírito insurreccional do povo angolano;
- na criação entre a população civil de grupos de auto-defesa;
- no desenvolvimento duma campanha de esclarecimento junto do exército e do povo português;
- na elevação do nível da luta armada;
- no desenvolvimento da consciência nacional;
- na criação dum comité permanente pro-uniidade, que tome iniciativas no sentido de promover o espírito unitário entre as organizações nacionalistas angolanas.

A Conferência estabeleceu que os aspectos essenciais da acção a exercer no Exterior de Angola devem consistir na mobilização político-militar dos angolanos e na formação de quadros que preencham as necessidades da nossa luta nos períodos da independência e da reconstrução.

Sobre a acção nas Repúblicas do Congo, a Conferência determinou a aceleração do regresso a Angola e a formação de quadros político-militares.

A Conferência Nacional estabeleceu igualmente as linhas gerais duma vasta acção a empreender junto dos refugiados nos domínios da assistência médica, escolar, profissional, junto dos emigrados ou no seio das organizações de massas: sindicatos, juventude, mulheres.

Esta Primeira Conferência Nacional determinou igualmente a recuperação acelerada da mulher angolana para a luta, cuja mobilização deverá ser realizada nos campos:

- da assistência social e sanitária;
- da escolarização;
- do enquadramento político-militar e da participação nos órgãos dirigentes;
- da formação técnica e política.

A Primeira Conferência Nacional decidiu ser necessário inculcar na criança angolana o espírito de fraternidade, de camaradagem, de disciplina e sacrifício a favor do povo, e ainda o da igualdade de direitos na revolução.

Estabeleceu também que a criança angolana deve ser educada no sentido de compreender a necessidade e as finalidades da luta de libertação nacional para se transformar na semente de uma autêntica revolução.

A Conferência recomendou que os militantes do MPLA no exterior devem considerar-se inteiramente à disposição do Movimento e prontos a submeter-se à sua disciplina político-militar.

ESTRUTURAS

No domínio das estruturas, a Primeira Conferência Nacional do MPLA decidiu o seguinte:

- 1 – Adoptar uma estrutura simples e global, sem deixar de responder à realidade constituída pela existência de dois espaços, Interior e Exterior, em que se desdobra o esforço de libertação nacional.
- 2 – Generalizar uma disciplina de tipo militar a todos os organismos do MPLA, de acordo com a síntese do político com o militar.
- 3 – O primado do Interior sobre o Exterior.
- 4 – O exercício duma direcção colectiva baseada na responsabilidade individual.
- 5 – O cumprimento efectivo da ideia do centralismo democrático como princípio base de toda a nova estrutura orgânica.

A Conferência estabeleceu a seguinte estrutura orgânica:

1 – Um Conselho Político Nacional, órgão supremo do MPLA, constituído por 70 delegados, representantes directos da massa militante. Deste organismo sairá uma Comissão de Controlo de execução de mandatos, constituída por 10 membros, que deverá reflectir, tanto quanto possível, o conjunto de todas as regiões.

2 – Um Comité Director constituído por:

Presidente

Vice-presidente

Os chefes dos departamentos da Guerra; das Relações Exteriores; da Organização e Quadros; da Informação; dos Assuntos Sociais; das Finanças e Economia; da Segurança.

3 – Um Comité Político-Militar, único detentor dos segredos naturais da vida do Movimento, e que terá a seguinte constituição:

– Presidente

– 1º Vice-Presidente

– Chefes dos departamentos da Guerra; Relações Exteriores; Economia e Finanças; Organização e Quadros

Ligados à Presidência, funcionarão os serviços de Secretaria.

A Conferência Nacional introduziu a seguinte alteração na estrutura de base:

O Distrito – reflexo da divisão administrativa portuguesa – é substituído pelo Sector, criando-se a Região. A estrutura de base será a seguinte:

– Nação

– Região

– Zona

– Sector

– Lugar

Esta estrutura coincide com a militar.

A Primeira Conferência Nacional do MPLA decidiu unanimemente adoptar o princípio da competência individual, espírito de sacrificio e fidelidade aos princípios revolucionários como regra orientadora da escolha dos militantes para o preenchimento dos cargos administrativos do Movimento Popular de Libertação de Angola.

A Primeira Conferência Nacional do MPLA elegeu em plena liberdade de escolha os seguintes corpos directivos:

COMITÉ DIRECTOR

DR. AGOSTINHO NETO.....	–	Presidente
MATIAS MIGUÉIS.....	–	1º Vice-Presidente
Rev. DOMINGOS DA SILVA.....	–	2º Vice-Presidente
MANUEL LIMA.....	–	Chefe do departamento da Guerra
MÁRIO DE ANDRADE.....	–	Chefe do departamento das Relações Exteriores
LÚCIO LARA	–	Chefe do departamento de Organização e Quadros
ANÍBAL DE MELO.....	–	Chefe do departamento da Informação
DEOLINDA RODRIGUES.....	–	Chefe dos Assuntos Sociais
DESIDÉRIO DA GRAÇA.....	–	Chefe do departamento de Finanças e Economia
HENRIQUE CARREIRA.....	–	Chefe do departamento da Segurança

COMITÉ POLÍTICO MILITAR

O presidente

O 1º Vice-Presidente

Os chefes dos departamentos da Guerra; das Relações Exteriores; da Organização e Quadros; de Finanças e Economia

A Primeira Conferência Nacional do MPLA rendeu homenagem aos heróis tombados no campo da honra e não esqueceu aqueles que, detidos nas masmorras coloniais portuguesas, continuam a manter um comportamento exemplar.

Assim, o Rev. P. Joaquim Pinto de Andrade, detido em Portugal no Forte de Caxias foi eleito por aclamação Presidente de Honra do MPLA.

Igualmente por aclamação, a Conferência alargou o Presidium de Honra do Movimento de modo a honrar, prestigiar e homenagear outros nacionalistas que expiam nas cadeias portuguesas a pena do seu amor à causa nacional.

Léopoldville, 16 de Dezembro de 1962

[carimbo do CD]
O COMITÉ DIRECTOR

Circular aos Militantes do MPLA

[policopiada]

[Endereço do MPLA em Léopoldville]

Temos o prazer de remeter a todos os militantes do MPLA o primeiro Comunicado sobre os trabalhos da 1ª Conferência Nacional recentemente realizada pelo nosso Movimento.

Este primeiro comunicado limita-se ao fornecimento objectivo das resoluções essenciais da Conferência, seguindo-se dentro em pouco a publicação do processo verbal dos trabalhos e dos textos completos dos relatórios. Entretanto, os nossos órgãos de Imprensa – Boletim “VITÓRIA OU MORTE” e “UNIDADE ANGOLANA” – darão igualmente extractos de todos os documentos.

Chamamos a atenção de todos os militantes para a importância dos trabalhos realizados e para a necessidade de um estudo atento dos documentos da Conferência.

Esta Primeira Conferência Nacional do MPLA que estabelece o princípio do enquadramento de todo o povo angolano na luta nacional, marca, com efeito, o início de uma etapa decisiva na vida do Movimento e no desenvolvimento das actividades nacionalistas, tornando imperioso que cada militante esteja à altura das circunstâncias e pronto a corresponder com o sacrifício pessoal a todas as exigências da luta.

Pedimos, assim, a todos os militantes que queiram dirigir-se-nos o façam enviando a sua correspondência para a Secretaria do MPLA B.P. 720, Léopoldville.

VITÓRIA OU MORTE

[carimbo do CD]

Léopoldville, 17 de Dezembro de 1962

O COMITÉ DIRECTOR

Circular aos Representantes do MPLA no Exterior

[policopiado]

MPLA
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES EXTERIORES

Ref.: Rel.Ext. C .1.62

Aos Representantes
do MPLA no Exterior

Prezados militantes,

1- As conclusões essenciais da 1ª Conferência Nacional estão registadas no Comunicado que foi dirigido a todos os militantes do MPLA, datado de 17 de Dezembro de 1962.

Nesse Comunicado estão inseridos os cinco princípios que devem orientar a política exterior do MPLA, para os quais pedimos a vossa reflexão. Estes princípios foram adoptados por unanimidade pelos delegados da Conferência.

Lamentamos sinceramente que a presença dos militantes do MPLA no exterior não pudesse ser ampliada, por razões materiais, mas está a ser estudada uma confrontação com os responsáveis do Departamento das Relações Exteriores numa próxima deslocação à Europa.

2 – Nesta primeira circular, pretendemos fixar as obrigações dos representantes no exterior do MPLA, a saber:

- a) Inscrever no plano internacional o problema angolano, por meio de uma informação orientada e periódica.
- b) Criar uma corrente de opinião em favor da nossa luta e das posições políticas do MPLA, suscitando a formação de Comités e redes de apoio, centros de documentação, etc.
- c) Seguir atentamente os acontecimentos políticos do país onde o MPLA se encontra representado, e fornecer com regularidade ao Secretariado do Departamento informações relacionadas com o problema angolano.
- d) Manter uma atitude de não ingerência nos problemas interiores do país. Assegurar todavia, uma presença do MPLA em todas as manifestações de carácter anti-colonialista, de acordo com as nossas tomadas de posição.

3 – Caberá ao Secretariado Geral de Coordenação do Departamento de Relações Exteriores:

- a) Fornecer regularmente dados sobre a evolução do nacionalismo angolano em geral e do MPLA em particular.
 - b) Transmitir directivas precisas a cada etapa da conjuntura angolana.
- O Secretariado de Coordenação Geral do Departamento de Relações Exteriores é dirigido pelo Dr. Américo Boavida.
Juntamos o esquema do departamento.

4 – Toda a correspondência deve ser enviada provisoriamente para:

Secretaria do MPLA
Departamento de Relações Exteriores
B.P. 720 – LEOPOLDVILLE (République du Congo)

VITÓRIA OU MORTE

O Chefe do Departamento de Relações Exteriores,
Mário de Andrade [com assinatura]

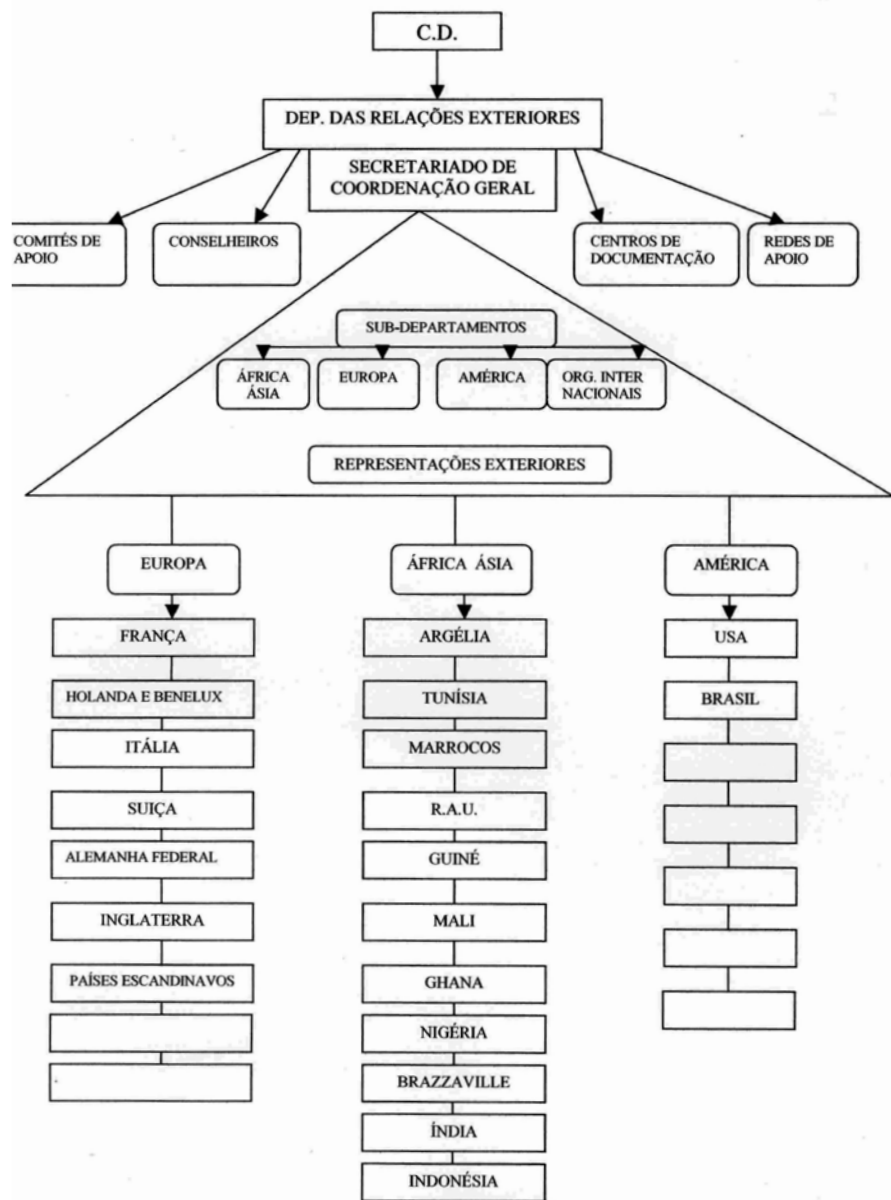
Léopoldville, 18. De Dezembro. 1962

[carimbo do CD do MPLA]

AB/PT

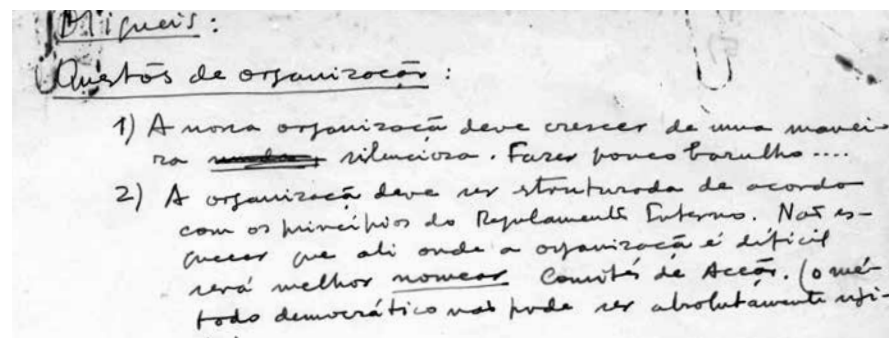
Organigrama do Dept. das Relações Exteriores do MPLA

[policopiado, com carimbo do CD]



Indicações de Viriato da Cruz a Matias Miguéis

[manuscrito]



Miguéis:

Questões de organização:

- 1) A nossa organização deve crescer de uma maneira silenciosa. Fazer pouco barulho...
- 2) A organização deve ser estruturada de acordo com os princípios do Regulamento Interno. Não esquecer que ali onde a organização é difícil será melhor nomear Comitês de Acção. (o método democrático não pode ser absolutamente rígido).
- 3) Escolher e trabalhar os elementos mais honestos, mais seguros, mais activos, mais fiéis ao povo simples de Angola. Saber distinguir o ambicioso pessoal, o poseur, o parlapatão, etc., dos outros.

Dinheiro:

- 1) Controle rigoroso. Não confiar muito dinheiro nem dinheiro não-utilizável e por longo tempo, nas mãos de indivíduos com dificuldades materiais e pouco seguros.

Linha política:

- 1) Nós não somos Congolese. Os problemas de Angola não podem ser resolvidos no Congo...
- 2) Nada de compromissos com a Abako ou qualquer outro partido congolês. Também nada de ataque...
- 3) Não confiar a ninguém segredos do MPLA...
- 4) Fazer uma explicação extensa e constante do nosso Programa.

COMUNICAÇÕES

- 1) Códigos
- 2) Endereços
- 3) Convém ter um endereço em Brazza e outro em P. Noire.
- 4) Tinta simpática.
- 5)

Apelo da OMA às Mulheres Angolanas

[policopiado]

A todas as Mulheres Angolanas

A 1ª Conferência nacional do Movimento Popular de Libertação de Angola, realizada de 1 a 3 de Dezembro corrente, ao ocupar-se da situação da Mulher Angolana, que o regime colonial português mergulhou num total obscurantismo, afirmou-se pela sua mobilização para a luta libertadora do nosso país.

A pátria deve ser amada. A pátria deve ser servida.

A Organização da Mulher de Angola (OMA), constituída por africanas nascidas em Angola sem qualquer discriminação rática, religiosa, de ideais políticos, lugar de domicílio ou estado civil, não poderia conservar-se indiferente a essa decisão. Por esse motivo dispõe-se a empregar todos os seus esforços no sentido de corresponder, numa larga adesão, quer aos anseios de progresso sempre manifestados pela Mulher Angolana quer aos deveres patrióticos que sobre a mesma recaem.

Para o cumprimento do seu programa de assistência social e sanitário, de escolarização e de formação técnica, a OMA dispõe de meios financeiros muito precários.

No momento actual da luta pela independência da nossa pátria toda a Mulher de Angola tem um dever de solidariedade para com as suas compatriotas que no país ou no exílio vivem nas condições mais desesperadas.

Nenhuma de nós ignora que no interior de Angola a mulher está remetida à última escala social, submetida a trabalhos forçados, sem assistência médica e enfrentando as autoridades coloniais por motivo da sua participação na luta. Obrigada a sofrer a odisséia dos refugiados, depois duma fuga precipitada e dramática, tem de renunciar a tudo desde o sustento da terra ao amparo dos seus.

A nossa Organização propõe-se lutar ao lado dos nossos irmãos pela liquidação em Angola do domínio colonial português e pelo estabelecimento duma sociedade em que a Mulher Angolana esteja em posição de igualdade na vida da nação.

A OMA lança, pois, um vibrante apelo a todas as Mulheres Angolanas a fim de que as mais favorecidas materialmente ajudem aquelas que necessitam, com todos os meios ao seu alcance – géneros, dinheiro, roupas, etc.

Irmã Angolana, inscreve-te na OMA porque se o fizeres colaborarás simultaneamente na luta pela independência de Angola e pela nossa emancipação!

Toda a correspondência ou donativos devem ser enviados para a B.P. 1629 ou para o nº 51, Av. Tombeur de Tabora em Léopoldville – Rep. du Congo.

A Direcção da OMA

[carimbo da OMA]

[21.12.62]

Bilhete de Lúcio Lara a Matias Miguéis

[manuscrito]

Caro Matias 21/12/62
Preciso de te falar urgentemente.
Motivos de ordem
interna e outros. Diz-me
onde e quando poderei
encontrar-te.
SAUVT. Lara

Carta do Rev. Silva a Matias Miguéis

[dactilografada]

Léopoldville, 27 de Dezembro de 1962

Caro Compatriota
Matias Miguéis
P.N. [Ponta Negra]

Estimado Camarada:

Sinceramente desejo que gozes de muitas felicidades. Oxalá que tenhas tido Boas-Festas do Natal.

Com esta desejo lembrar-lhe o que ficou assente na nossa Sessão do Comité Director do dia 12/12/62 – isto é, que o estimado Camarada enviasse uma carta do pedido da sua demissão a fim de darmos prosseguimento o que ficou assente.

Com os protestos da minha estima,
Subscrevo-me.

Domingos Francisco da Silva [com assinatura]
V.P. [Vice Presidente]

Mensagem do MPLA ao 6º Congresso do PDG

[policopiada, em francês]

MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

MPLA

MENSAGEM

do Movimento Popular de Libertação de Angola
ao VI Congresso Nacional do Partido Democrático da Guiné

Irmãos do PDG

Em nome do Comité Director do Movimento Popular de Libertação de Angola, agradeço calorosamente o convite que nos foi endereçado para que, enquanto representantes da Angola combatente, pudéssemos assistir aos trabalhos deste importante Congresso Nacional do Partido Democrático da Guiné.

O vosso convite constitui não só uma honra para nós, mas também uma prova de que a justiça da causa angolana e a firmeza com a qual defendemos o nosso programa revolucionário têm uma viva repercussão no coração de cada guineense e na consciência africana dos dirigentes do PDG.

Aliás, a solidariedade palpável que une o PDG às organizações revolucionárias como o MPLA não é senão a consequência lógica do facto de os povos de quem somos os porta-vozes estarem estreitamente ligados pela identidade de objectivos e de ideais tais como a independência efectiva dos nossos países, a revalorização do homem africano e a unidade perfeita dos povos do nosso continente.

A Guiné é uma República de vanguarda no contexto político da África que se levanta e que luta.

Foi por isso que desde o primeiro instante, seguimos com permanente atenção, o andamento dos trabalhos deste Congresso, esperando com confiança as resoluções de vanguarda que serão o seu resultado natural. No que nos diz respeito, nenhum Angolano ainda esqueceu o entusiasmo da vitória que agitou as nossas fileiras na clandestinidade quando, a 14 de Setembro de 1958, o povo da Guiné, liderado pelo seu Partido Democrático e tendo à cabeça o irmão Sékou TOURÉ, tomou a histórica resolução de responder “NÃO” à manobra escandalosa do Referendo.

Hoje, *com o neocolonialismo*¹, a África atravessa de novo a fase crítica em que os seus povos são obrigados a jogar o seu destino.

Estamos certos que o Partido Democrático da Guiné, forjado e temperado na luta pela defesa dos interesses das massas populares, saberá uma vez mais indicar sem hesitações, o caminho justo para a Guiné e para a África.

O MPLA está orgulhoso com a realização deste grandioso Congresso Nacional e Africano.

Estamos com o PDG.

Angola vota pelo sucesso deste Congresso.

Viva o heróico povo Guineense

Avante com o PDG.

Conakry, 27 de Dezembro de 1962

Pelo Comité Director do MPLA
Gentil VIANA

Recomendação do MPLA à Conferência do PAFMECSA

[policopiada, em francês]

O MPLA cumpre o agradável dever de saudar os esforços enveredados pelo PAFMECSA para ajudar a solucionar os problemas que se colocam particularmente nestas regiões de África onde as forças nacionalistas travam um difícil combate contra a dominação de minorias estrangeiras.

O espírito de estreita solidariedade e de franca cooperação que marca as relações entre os partidos políticos pertencentes ao PAFMECSA permite ter as maiores esperanças no sucesso rápido da luta pela libertação total do nosso continente.

Tendo em conta que em Angola os movimentos nacionalistas travam um combate armado contra o colonialismo, e que a situação angolana se inscreve igualmente no quadro da evolução política dos países vizinhos, o MPLA recomenda insistentemente ao PAFMECSA que realize, o mais cedo possível, uma sessão especial tendo como objecto preciso o exame dos seguintes pontos:

- Estudo dos diversos aspectos dos problemas angolanos,
- Coordenação da ajuda do PAFMECSA ao movimento de libertação em Angola.

Léopoldville, 29 de Dezembro de 1962

5ª Conferência do PAFMECSA

[impressa]¹

O PAFMECSA, movimento panafricano da África Central, Oriental e do Sul, teve em Léopoldville, de 27 a 31 de Dezembro de 1962, a sua V Conferência.

Preocupado especialmente com o problema da unificação da República do Congo, problema sempre na ordem do dia desde a instalação da sua independência nacional, a referida Conferência reservou igualmente um lugar importante ao estudo da situação

¹ Está acrescentado à mão.

¹ Artigo do “*Vitória ou Morte*” nº 15, de 16.01.63.

nos territórios das colónias portuguesas e bem assim ao da situação dos territórios das Rodésias, do Kénia, de Zanzibar, e da África do Sul.

É cedo ainda para se verificar a influência das decisões desta Conferência na marcha dos acontecimentos em cada um desses territórios.

Mas o que pode já dizer-se é que a Conferência do PAFMECSA, que comporta um grupo numeroso de governos africanos independentes afirmou nitidamente a sua solidariedade ao governo central do Congo e proclamou bem alto a sua discordância com as manobras secessionistas no Katanga e com o retardamento do processo da independência dos territórios da África Oriental e Central e da África Meridional, retardamento de que são responsáveis a Inglaterra e Portugal.

No caso particular do nosso País, a Conferência foi mesmo mais longe, tendo sido a primeira vez que uma Conferência avança recomendações concretas aos países seus associados para a aplicação de sanções económicas a Portugal, para a expulsão dos residentes portugueses e para o rompimento de relações diplomáticas com o governo português. A resolução sobre as colónias portuguesas comporta mesmo uma ameaça de intervenção no caso do governo português não acordar a independência dos territórios que ocupa antes de terminar o ano corrente.

Trata-se, por conseguinte, duma resolução particularmente forte, que corresponde a sugestões habitualmente feitas pelos movimentos nacionalistas angolanos. Registamos, a seguir, o texto completo da resolução sobre as colónias portuguesas:

- 1 – a) Os portugueses devem retirar imediatamente os seus soldados dos territórios africanos sob sua dominação,
b) Todos os prisioneiros políticos devem ser libertados imediatamente,
c) Os partidos políticos devem poder funcionar livremente nos seus territórios,
d) A Conferência aprova a iniciativa já empreendida por alguns partidos políticos angolanos em vistas de se unificarem. O PAFMECSA fará todo o possível para os ajudar.
- 2 – O PAFMECSA convidará os países da OTAN a não fornecer armas a Portugal visto que essas armas são empregadas por Portugal para matar sem piedade pacíficos Africanos sem defesa nos seus territórios.
- 3 – Os Estados independentes deverão aplicar sanções económicas contra Portugal e deverão fazer apelo à ONU para proceder de igual modo.
- 4 – a) Os Estados independentes do PAFMECSA deverão expulsar os súbditos portugueses residentes nos países membros e pedir aos outros Estados africanos para fazerem outro tanto.
b) Todos os países africanos devem romper as relações diplomáticas com Portugal.
- 5 – O PAFMECSA deverá obter bolsas de estudo para os estudantes destes territórios, tanto para os países do PAFMECSA como para outros países.
- 6 – O PAFMECSA criará imediatamente um organismo para ajudar financeira e materialmente os combatentes para a liberdade nestes territórios e aos refugiados no exterior.
- 7 – Tendo tomado conhecimento de que a ONU votou uma resolução pela qual as potências coloniais deverão acordar imediatamente a independência às colónias,

o PAFMECSA pede instantemente a Portugal de dar imediato seguimento a essa resolução. O PAFMECSA enviará uma delegação importante à ONU em 1963 para procurar apoios a fim de fazer aplicar a resolução em favor da outorga da independência aos territórios portugueses antes do fim de 1963. Se Portugal não acordar a independência a estes territórios antes do fim de 1963, o PAFMECSA e os outros Estados irmãos de África deverão intervir.

RESOLUÇÃO

Esta Conferência decide que as recomendações formuladas sobre os territórios africanos sob dominação portuguesa sejam inteiramente aplicadas.

A PARTICIPAÇÃO ANGOLANA

A participação angolana a esta V Conferência do PAFMECSA esteve a cargo das delegações do MPLA, da UPA e do MNA.¹

A participação do NGWIZAKO e do MDIA, que se haviam feito inscrever na comissão encarregada dos trabalhos sobre as colónias portuguesas, foi rejeitada em virtude dos seus argumentos secessionistas, tribalistas e colaboracionistas, incompatíveis com o espírito constitucional do próprio PAFMECSA. Esta rejeição foi confirmada pelo Plenário, que convidou os delegados daqueles referidos partidos a abandonarem a sala da Conferência.

A delegação do nosso Movimento, chefiada pelo responsável do departamento das Relações Exteriores, nosso camarada Mário de Andrade, viu com agrado ser adoptada pela Conferência uma sua recomendação feita durante os trabalhos da Comissão, e que visa a criação duma ajuda do PAFMECSA ao movimento de Libertação de Angola, e à próxima realização duma sessão especial para o estudo dos diversos aspectos do problema angolano.

Com esta V Conferência do PAFMECSA, o nacionalismo africano viveu nos últimos momentos do ano de 1962, cinco dias de grande vibração. Entre as circunstâncias que emprestaram a essa reunião uma importância excepcional, está o facto de que integravam o grupo de conferencistas nomes que se tornaram famosos na história dramática da África, um dos quais, Jomo Kenyata, pelo seu longo passado de luta e pela sua figura de chefe guerreiro, exerce especial atracção sobre as massas, sempre prontas a aclamá-lo onde quer que se apresente. Ao lado dessa figura legendária do nacionalismo africano, nesta V Conferência que consagrou o dinamismo do PAFMECSA, reuniram-se num mesmo sentimento de dignidade e de solidariedade africana outras figuras, mais jovens mas igualmente famosas no combate pela liberdade de África, como sejam, Keneth Kaunda, Rashidi Kawawa, Milton Obote, Mviu Koinange, Tom Mboya, Ndabaningi Sithole entre muitas outras que agora se projectam.²

¹ De acordo com listas nominais (policopiadas), os delegados foram: pelo MPLA - Mário de Andrade, Aníbal de Melo, Santos, Spencer, Maldado [?], Ajenedo [Azevedo?]; pela UPA - [Rosário] Neto, Lihuca, Savimbi, Miranda, Pinock; pelo MDIA - Mingiedi, Teka, Totó. Não consta o delegado do MNA.

² As mesmas listas incluem Oliver Tambo (ANC da África do Sul), Uriah Simango (FRELIMO) e Sam Nujoma (SWAPO).

RÉPUBLIQUE DE GUINÉE
TRAVAIL - JUSTICE - SOLIDARITÉ
MINISTÈRE DE L'INTÉRIEUR ET DE LA SÉCURITÉ

Le présent carnet a été délivré sous le n° 11142/65
A Lara Lúcio Rodrigo
de nationalité Portugais

autorisé à séjourner en République de Guinée suivant visa
de séjour définitif n° regularisation de situation

Boamany, le 21 Mai 1960
Pour le Ministre de l'Intérieur et de la Sécurité
Le Directeur de la Sécurité Nationale

- 2 -

EMPREINTES DIGITALES

Index gauche

Pouce gauche

- 3 -

**SIGNALEMENT DU TITULAIRE
DU PRÉSENT LIVRET**

Nom: Lara
Prénoms: Lúcio Rodrigo
Né le: 9 août 1929
A: Buamba (Angola)
De: Lara Lúcio
Et de: Boamany
Profession: Professeur
Nationalité: Portugais
Dernier domicile (préciser l'adresse):
Fauc fort Maj (Boamany)
Marié le: 20 juillet 1955
A: Siobane
Avec: Rafael Ruth Manuela
Profession: Patron de taxi
Domicile actuel: Boamany République de Guinée
de plus de 15 ans de moins de 15 ans
Nombre d'enfants: Présents: 1 en 4
Absents: 3 en 4
Passport n°: 921/59 Origine: Boamany
Date: 23 VI 1959

Nom: Lara
Prénoms: Lúcio Rodrigo
Taille: 1m 98
Cheveux: chât. noir
Visage: oval
Teint: mat
Yeux: noir
Nez: Haut: grand
Base: large
Dos: rectiligne
Saillie: forte
Cicatrices et marques particulières: aucune

Cartão de Estrangeiro de Lúcio Lara na Guiné



المملكة المغربية
ROYAUME DU MAROC

الاسم العائلي: لارا LARA.

الاسم الخاص: Ahmed.

الجنسية: Marocaine.

تاريخ الاصدار: 9 avril 1929.

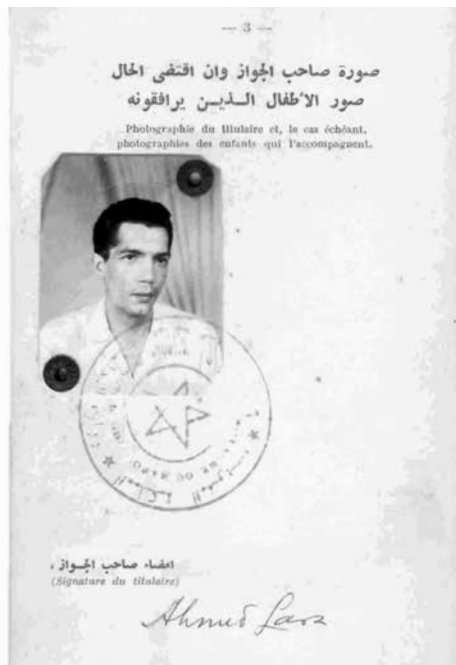
مكان الاصدار: الدار البيضاء Casablanca.

المهنة: استاذ Professeur.

عنوان السكنى: Rt Route des Zoua.

رقم الجواز: 14134

يشتمل هذا الجواز على 32 صفحة
Ce passeport contient 32 pages
N° 014134 N



الوصف
Signalement

القامة: 1.75
Taille

لون العينين: داكنة
Couleur des yeux

لون الشعر: كستنائي
Couleur des cheveux

الاصناف الكاشفة لاسم: aucun
Signes particuliers

أطفال
Enfants

تاريخ الاصدار Date de naissance	الاسم الشخصي Prénoms	الاسم العائلي Nom

Passaporte Marroquino em nome de Ahmed Lara.

RÉPUBLIQUE DU CONGO

MINISTÈRE DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES

TITRE DE VOYAGE
pour étrangers
qui ne sont pas des réfugiés politiques (1)

N° d'ordre : **T.570.-** N° de série : T N° 500570

Nom et prénoms du porteur : BARRETO de LARA, Lucio

Lieu et date de naissance : Huambo(Angola) le 9 avril 1929.

Nationalité d'origine : Anglaise

Signature du titulaire : *Lucio Barreto de Lara*

Nom et prénoms du père : LARA Lucio

Nom et prénoms de la mère : LARA Clémentina

Résidence actuelle dans la République du Congo : Avenue Tombeur de Tabora, N° 51. (Léopoldville)

Profession : Professeur

SIGNALEMENT

Cheveux : Noirs

Yeux : Noirs

Nez : Régulier

Visage : Rond

Signes particuliers : Néant

Taille : 1,78 m.

Le soussigné certifie que la photo et signature apposées ci-contre sont bien celles du titulaire du présent document.

Le présent Titre est valable pour 1 (plusieurs voyage(s), aller et retour entre la République du Congo et **TOUS PAYS ÉTRANGERS**

à dater du 14 septembre 1962 jusqu'au 15 septembre 1964.

Délivré à : Léopoldville le 14 septembre 1962.

Au nom du Ministre des Affaires Étrangères,
Le Fonctionnaire délégué
P. MOTO.-

PROLONGATIONS :

Le présent Titre est valable pour un/plusieurs voyage(s) aller et retour entre la République du Congo et _____

à dater du _____ jusqu'au _____

Título de viagem do Ministério das relações Exteriores do Congo Léopoldville para Lúcio Lara



Cartão de Membro do MPLA de Lúcio Lara (Conakry, 1961)



Ruth e Paulo Lara, Hugo, Salette e Awa de Menezes em Conakry (1961)



Matias Miguéis, Lúcio Lara e Hugo de Menezes em Conakry (1961)



Da esq. para a dta - à frente: Helena Trovoada, Ruth Lara, M^a Eugénia Cruz, Maria Judith Santos, Viriato da Cruz, Conceição Boavida e Salette Menezes com Awa(?) no colo.
Atrás: Miguel Trovoada, Lúcio Lara, Eduardo dos Santos, Matias Miguéis, Mário de Andrade, Américo Boavida e Hugo de Menezes.



Viriato da Cruz, (...), Carlos Veiga Pereira, Myriam Halpern e Eduardo dos Santos, no Sacré Coeur, em Paris (Maio 1961)



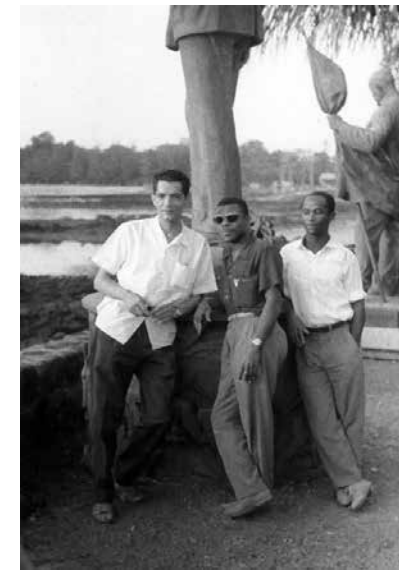
Marrakech (Marrocos) - Lúcio Lara, Aquino de Bragança, (...), Desidério da Graça, Amílcar Cabral, Daniel Chipenda, (...), (...) (1962)



Lúcio Lara e Pascal Luvualu na China (Maio 1961)



Benedito e "Sihanuk" (Anos 60)



Lúcio Lara, (...) e Benedito em Conakry (1961)



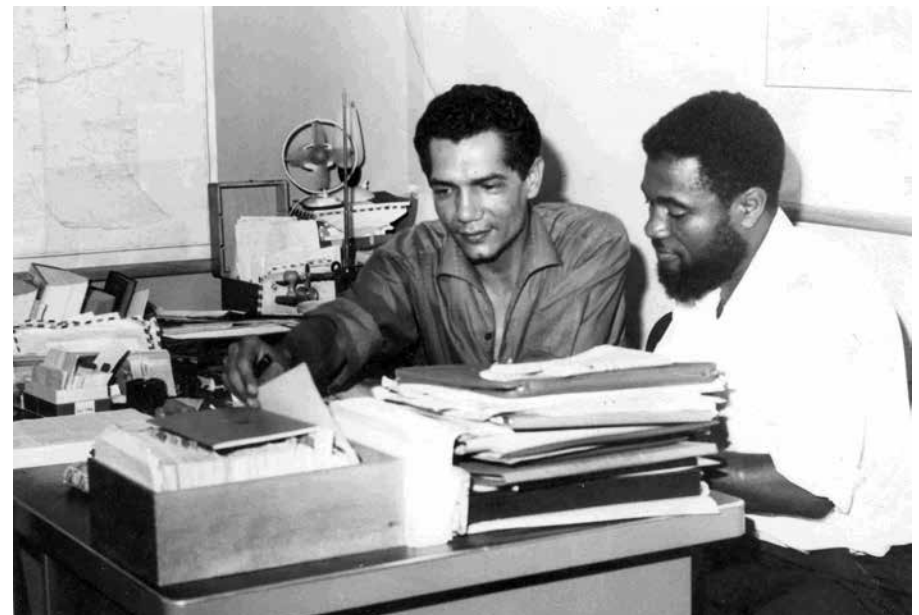
Paulo Júnior, "Ferro e Aço", Cadete, o mais velho Lengue, o Soba Miguel.



Da esq. para a dta: Aníbal de Melo, (...), (...), Eduardo dos Santos, Luiz de Azevedo Júnior



Soba Miguel e o Ministro da Informação e da Cultura da Rep. do Congo-Léo



Lúcio Lara e Daniel Chipenda, na sede do MPLA em Léopoldville (1962)



Conferência de Imprensa de Agostinho Neto em Léopoldville, após a sua fuga (1962)



Ben Bella e Mário de Andrade nas ruas de Argel (Fev. 1962)



A. Neto a içar a bandeira, no campo de Kasba-Tadla, no Marrocos.
Juramento de bandeira de soldados angolanos (Julho 1962)



Ben Bella discursando em Argel (Fev. 1962)



Mário de Andrade, provavelmente na 16ª Sessão das Nações Unidas (Dezembro 1961)



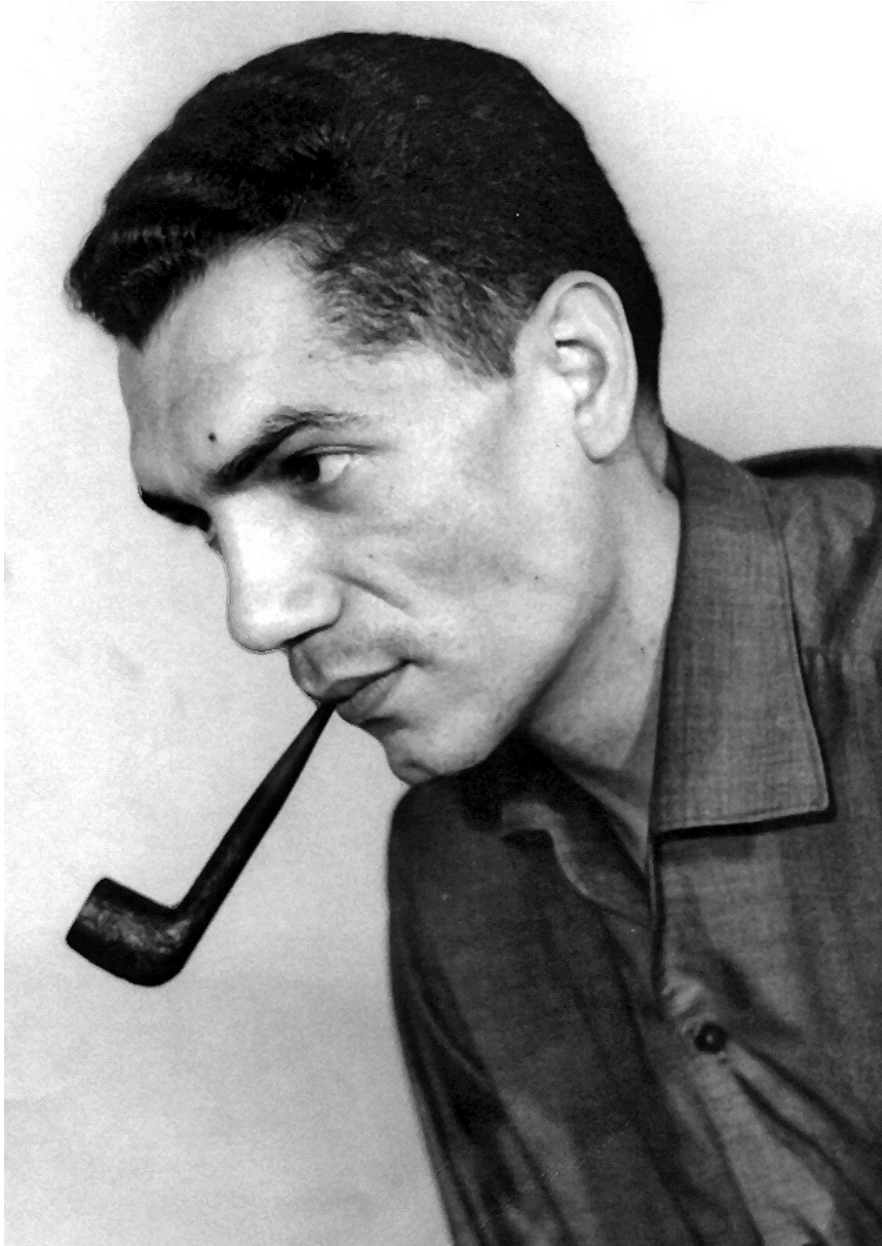
Provavelmente, Conferência Panafricana da Juventude em Conakry - ..., Brito Sozinho... (Abril 1962)



Inocêncio da Câmara Pires



Grupo de militantes em casa dos médicos em Kinshasa (1962) - Atrás: Mário Santiago, Jovita, Moisés Cardoso, Charlotte Wolf, Lumbi Dyezabo, Bula, Pimentel, Constância Carneiro, (...), Dino Matrosse, (...), (...), Vieira à Frente: (...), Mona, Mbinda, Manuel Custódio



Lúcio Lara (1961)

Correspondência de Nomes de Cidades e Países

ANGOLA

31 de Janeiro	-	Kinzale (Uige)
Bessa Monteiro	-	Kindeje (Zaire)
Nova Lisboa	-	Huambo
Porto Alexandre	-	Tõmbwa (Namibe)
Porto Rico	-	Sumba (Zaire)
Sá da Bandeira	-	Lubango (Huila)
São Salvador	-	Mbanza Kongo (Zaire)
Silva Porto	-	Kuito (Bié)
Sto António do Zaire	-	Soyo (Zaire)
Vila Nova de Seles	-	Uku (Kwanza Sul)
Vila Salazar	-	Ndalatando (Kwanza Norte)

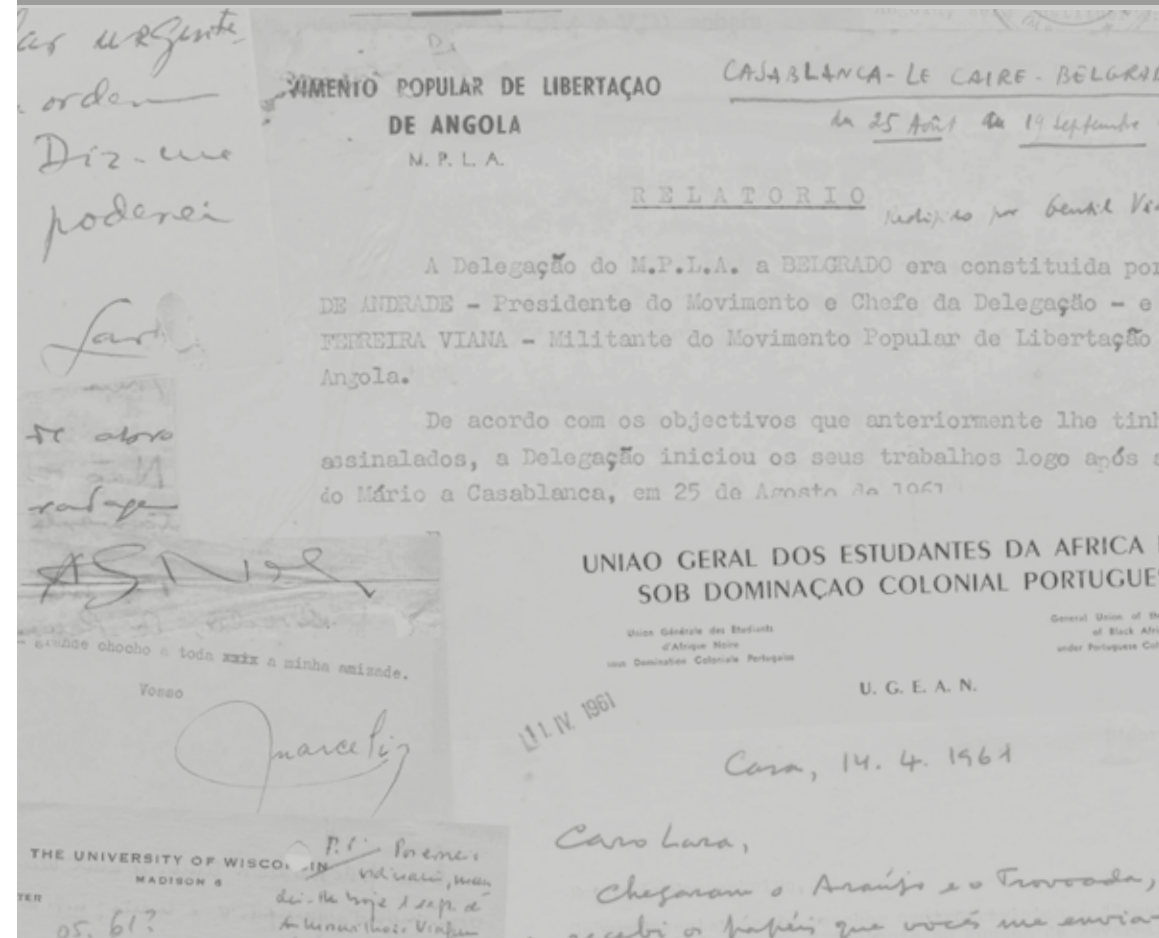
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

Léopoldville	-	Kinshasa
Luluaburgo	-	Kananga
Stanleyville	-	Kisangani
Thysville	-	Mbanza Ngungu

PAÍSES

Congo belga	-	Congo-Léo, Congo-Kinshasa, Zaire, República Democrática do Congo
República Árabe Unida (RAU)	-	Egipto
Zanzibar + Tanganica	-	Tanzânia

Índice Remissivo



Índice Remissivo

A

- Abbas, Ferhat 18
Aboul-Kheir, Kamal 19-20
Abrigada, Samuel 108
Achkar, Marof 191
Acland, Richard 54
ACOA - American Committee on Africa 5
Adão, Domingos 199-200, 218
Adoula, Cyrille 6, 151, 153-4, 288
Afana, Osende 155, 157
Agostinho, José António 218
Aguiar, Jordão de 109, 198, 367-9, 506, 556
Ahidjo, Amadou 327
AIJD - Associação Internacional dos Juristas Democratas 48-9, 277, 279
AJA - Associação dos Juristas de Angola 280, 327, 333
Alexandre, António 507
Alexandre, José 213
Aliança Socialista 148-9, 151
ALIAZO - Aliança dos Originários do Zombo 5, 11, 38-39, 47, 50-1, 69, 84, 86, 139, 163, 211, 263, 299-300, 309-16, 321
Alidor, Francisco 507
Allam, Abdelkader El 18
Almeida, Bebiana de 244
Almeida, Deolinda Rodrigues de. *Ver Rodrigues, Deolinda*
Almeida, Jerónimo de 243-5
Almeida, Luís José de 53, 91, 108, 139, 171, 173, 241, 273, 276, 361
Almeida, Roberto de 5
Almeida, Sílvio de 108-109, 325
Amado, Filipe Romano 241, 277, 444-5
Amaro, António Domingos 372-3, 377, 379, 492, 507
Amaro, José 372
Amicale de Cabinda. *Ver AOECA*
Amis, Kingsley 54
ANANGOLA - Associação Regional dos Naturais de Angola 161
ANC - African National Congress (África do Sul) 541
Andrade, Fernando da Costa 241, 403
Andrade, Joaquim Pinto de 21, 59, 74, 91, 110, 115, 126, 168, 179, 181, 225, 247, 402, 423, 428, 436, 462, 525, 531
Andrade, José 184, 357
Andrade, Mário Pinto de 6, 10-3, 17, 19, 28, 45, 49, 63, 65, 68, 71, 79-81, 88-91, 93, 99, 102, 107-8, 110, 113-4, 121, 128, 134, 137-8, 145-7, 149-50, 152-55, 157, 159-60, 176-7, 179, 181, 192, 199-200, 204-5, 210, 224, 227, 230, 232, 241, 249, 255, 257, 279, 296, 298-9, 312, 319, 325, 327-8, 332, 334, 336, 339-47, 350, 354, 362-3, 365, 367-79, 390-1, 398-9, 403, 405, 435, 457, 462-4, 479-81, 503, 505-6, 509, 512, 514, 520, 524-5, 531, 533, 541, 549, 554-6
André, Kukia. *Ver Kukia, André*
André, Manuel 507
Angelino, António 214
Ansen 330
Antonete. *Ver Carlos, Antonette José*
António, Mário 52, 180
AOECA - Associação dos Originários do Enclave de Cabinda 5, 38, 55, 69

- Aragon, Louis 193
 Araújo, Adriano 64
 Araújo, Amélia 461
 Araújo, José de Figueiredo 241
 Araújo, José Eduardo 54, 145-6, 199, 251, 254, 256-7, 400, 424, 428, 461
 Archibald (Lord) 54
 AREC - Aliança dos Originários do Enclave de Cabinda 5, 38, 51, 84, 86, 163
 Assis, Fernando 296-7
 Assis, Guilhermina de 507-8, 514
 Assis, Mário Alberto de 241
 Assis, Serafina de 173, 241
 Associação dos Juristas de Angola. *Ver AJA*
 Associação dos Mussorongos 5
 Associação Internacional dos Juristas Democratas. *Ver AIJD*
 ASSOMIZO - Associação Mutualista dos Originários do Zombo 5, 315
 ATCAR - Associação dos Tshokwe do Catanga, Angola e Rodésia 6
 Ayer, A. J. 54
 Azad Gomantak Dal 226
 Azevedo, Lima de. *Ver Lima de Azevedo, José*
 Azevedo Júnior, Luiz de 8, 11, 13, 52, 108-9, 112, 173, 175, 241, 298, 332, 339-41, 344, 346, 350, 362, 364, 366-74, 376, 378-9, 399, 426, 450, 462, 479, 487, 553
- B**
- Baptista (Cdte). *Ver Traves, João Baptista*
 Baptista, João. *Ver Traves, João Baptista*
 Baptista, Santiago 508
 Barata, Nunes 393
 Bastos, António 201
 Bastos, Augusto Thadeu Pereira 244
 Beauvoir, Simone de 193
 Belcher, Percy 54
 Belo, Carlos A. Octávio 51, 109, 130
 Ben Bella, Ahmed 225, 480, 485, 512, 555
- Benedito, João Gonçalves 12, 183, 198, 208, 352, 355, 357, 367-72, 377, 379, 399, 457, 551
 Benenson, Peter 62
 Bennett, R. M. 100
 Bengue, António Pedro 31
 Benn, Anthony Wedgwood 54
 Bentwich, Nordman 54
 Bernal, J. D. 54
 Bernardo, José Domingos. *Ver Domingos, José Bernardo*
 Beveridge (Lord) 54
 Bissafi, Afonso 232
 Bissel, Claude 102
 Boal, Manuel Rodrigues 144, 346, 492, 507, 509
 Boavida, Américo 8, 28-9, 88, 108-10, 144, 181, 198, 241, 286, 367-8, 492, 506, 509, 520, 533, 549
 Boavida, Diógenes 110, 180
 Boavida, Maria da Conceição 241, 549
 Bomboco, Ferraz 183, 352, 355, 357, 457
 Bongo, Sébastien 211
 Borges, Augusto João 377, 492, 507, 509
 Bouazza, Boulhimez 221
 Bourguiba, Habib 150, 267
 Bowra, Maurice 54
 Bozinovic, Neda 152
 Bragança, Aquino de 64, 339, 551
 Brancel, Fred 242
 Brancel, Margarida 242, 244
 Brockway, Fenner 19, 54
 Buckle, Robert C. 244
 Bumba (Soba) 508
- C**
- Cabral, Amílcar 20-1, 55, 69, 137, 139, 181, 210, 390, 408, 435, 551
 Cabral, João 64, 71, 136
 Cabral, José 62
 Cadete, Aristides Mateus 212-3, 217-8, 552
 Cadete, Sebastião António 213, 215
- Cadriembe, Francisco. *Ver Candriembe, Francisco*
 Café, Maria Mambo 507
 Callaghan, James 54
 Candriembe, Francisco 203-4
 Canhanga, José Fernandes 203
 CAO - Committee of African Organizations 5
 Capesse, Manuel 218
 Capita, Alphonse 195
 Cardoso, António 402
 Cardoso, Zacarias 244
 Carlos, Antonette José 145-6, 178, 241
 Carlos, Manuel Fernandes 212, 214
 Carneiro, Luís Cândido C. 508
 Carnoth, Carlos Manuel 139, 457, 507, 509
 Carreira, Henrique Teles 7, 145-6, 241, 248, 251, 253, 279-80, 445, 486-7, 489, 525, 531
 Carreira, Iko. *Ver Carreira, Henrique Teles*
 Carreira, Maria Ilda Teles 241
 Carvalho, Agostinho André Mendes de 31
 Carvalho, Emílio de 110
 Carvalho, Job de 243-4
 Carvalho, José Mendes de 210, 227, 457, 554
 Carvalho, Rui de 145-6, 492, 507
 Carvalho Júnior, Pascoal Gomes de 31
 Casa dos Estudantes do Império. *Ver CEI*
 Casimiro, André 200, 212, 216-7
 Casimiro, Joaquim Luiz 139
 Casimiro, Lourenço 210
 Cassanga, Marcos. *Ver Kassanga, Marcos*
 Cassinda, André. *Ver Kassinda, André Martin*
 Castelo, Pedro 213
 Castle, Barbara 54
 Castro, Daniel Gomes de 201
 CAUNC - Comité de Acção da União dos Cabindenses 5
 CEI - Casa dos Estudantes do Império 297, 491
 Chiambo, José 139
- Chipenda, Daniel Júlio 485, 551, 553
 Chipenda, José Belo 110, 243, 244, 245, 445
 CIMADE - Organização Ecuménica de Ajuda a Refugiados 144, 158
 Clington, Mário 145-6
 CLSTP - Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe 64, 70
 CNRA 235
 Comité de Fundos de Solidariedade Afro-Asiática 103-4, 458-9
 Comité Soviético de Solidariedade Afro-Asiática 96-7, 104-5, 440
 Comité Venezuelano Pró-Democracia y Libertad 334
 Compte, Philippe 277-8
 Conceição Junior, Armando Ferreira 31
 CONCP - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas 7, 11, 38-39, 44, 47, 55, 63, 65, 67-73, 75-81, 93, 127-8, 134, 147, 168, 171, 176-7, 182, 193-4, 224-6, 246-9, 253, 255, 273, 289, 298, 303, 319, 338, 416, 418-21, 425, 467, 523, 528
 Condessa, António José 232, 492, 507
 Conferência Afro-Asiática (Accra, Dez. 1958) 460
 Conferência Afro-Asiática (Bandung, Ab. 1955) 65, 77, 460
 Conferência Afro-Asiática (Cairo, Dez. 1957) 460
 Conferência Afro-Asiática da Mulher 229
 Conferência das Mulheres da África Ocidental (Conakry, Jun. 1961) 130
 Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas. *Ver CONCP*
 Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e de Cabo Verde (Dakar, Jul. 1961) 127-8
 Conferência de Accra (Maio 1962) 412
 Conferência de Juristas Afro-Asiáticos (Conakry, Out. 1962) 256, 280-1, 327, 333, 400-1, 424, 467-70, 473

- Conferência de Solidariedade Afro-Asiática (Conakry, Ab. 1960) 319, 459-60
- Conferência do PAFMECSA (Léopoldville, Dez. 1962) 539-41
- Conferência dos Chefes de Estado Africanos e Malgache (Monróvia, Mai. 1961) 11, 88-9
- Conferência dos Chefes de Estado Africanos (Casablanca, 3-7 Jan. 1961) 17-8, 65, 77-8, 80, 460
- Conferência dos Chefes de Estado dos Países Não-alinhados (Belgrado, Set. 1961) 6, 148-9, 151, 158-60, 300, 309
- Conferência dos Líderes Nacionalistas de Países Africanos Não Independentes (Accra, Jun-Jul. 1961) 362
- Conferência das Organizações Nacionalistas de Guiné e Cabo Verde (Dakar, Jul. 1961) 127-8
- Conferência Nacional - MPLA 12-3, 462-5, 475, 492, 502-14, 520, 522-4, 526-33, 536
- Conferência Panafricana (Accra, Dez. 1958) 460
- Conferência Panafricana (Cairo, Mar. 1961) 47, 51, 68, 74, 78, 91, 460
- Conferência Panafricana (Tunis, Jan. 1960) 168, 459-60
- Conferência Panafricana da Juventude (Conakry, Abr. 1962) 556
- Conferência Sindical Panafricana 128
- Congresso das Organizações Populares das Colónias Portuguesas. *Ver CONCP*
- Congresso da UGEAN (Rabat, Set. 61) 171, 173
- Congresso do PCUS 178-9
- Congresso Nacional de Goa. *Ver National Congress (Goa)*
- Congresso Nacional do Partido Democrático da Guiné 538-9
- Congresso Nacional do Uganda 36
- Congresso Sindical Panafricano 97
- Conselho Afro-Asiático (Bandung, Abr. 1961) 74
- Conselho de Libertação de Goa. *Ver Goan Liberation Council*
- Conselho de Solidariedade Afro-asiático 21
- Conselho Indiano para a África 225
- Contreiras, Garcia Lourenço 31
- Convenção Política de Goa 168
- Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados. *Ver CVAAR*
- COSEC - Conferência Internacional de Estudantes 275
- Costa, Desidério da. *Ver Graça, Desidério da*
- Costa, Domingos Adão António da. *Ver Adão, Domingos*
- Costa, Fernando Pascoal da 31
- Costa, Manuel Franklin da 181, 462
- Council for Freedom in Portugal and Colonies 5, 53-4
- Coweres (Padre) 287
- Cruz, Maria Eugénia 461, 480, 482, 549
- Cruz, Viriato da 11-3, 20, 28, 32, 37-9, 54-5, 63, 88, 104, 107-8, 129, 143-4, 163, 171, 179, 181, 192, 196-7, 199-200, 230, 239, 241, 256, 276, 296-7, 335-6, 340-7, 349, 362-80, 403, 450, 461-3, 477, 479, 481-2, 491-2, 502-4, 506, 535, 549-50
- Cunha, Paulo 358
- Cunhal, Álvaro 335, 409-10
- Custódio, Manuel 210, 508
- CVAAR - CVAAR - Corpo Voluntário Angolano de Assistência aos Refugiados 10, 140-1, 144, 147-8, 151-2, 154-7, 176, 184, 205, 209, 253-4, 284-94, 319, 340, 344-6, 367, 369, 372, 378-80, 397, 408, 413, 446, 450-1, 453, 455, 458, 476, 486, 507-8, 513, 517-8, 522, 527
- D**
- Daniels, George M. 119
- Dáskalos, Sócrates Mendonça de Oliveira 177, 466-7
- David, Tola 508
- Davidson, Basil 5, 54
- Delargy, Hugh 54
- Delepanta, Samuel 212, 214-5
- Delgado, Humberto 334
- Deslandes, Venâncio 123, 125, 161, 164, 169, 393
- Dias, Liceu Vieira. *Ver Vieira Dias, Liceu*
- Dias, Nobre Ferreira Pereira 31
- Diomi, Gaston 289
- Djassi, Abel. *Ver Cabral, Amílcar*
- Dodge, Ralph 9
- Dombe, François 32
- Dombele, Bernard 32, 37, 41-2, 97-8, 129, 270, 304
- Dombele, Ferdinand 442
- Domingos, João 201
- Domingos, Joaquim 461
- Domingos, José Bernardo 12, 108-9, 112, 198, 332, 344, 346, 350, 368, 371-3, 376, 378-9, 399, 426, 506, 509, 514
- Domingos, Sebastião Gaspar 31
- Domingos, Adão António da Costa. *Ver Adão, Domingos*
- Domingues, António 191
- Dorticós, Osvaldo 152
- Duhamel, Georges 193
- Dungo, Sebastião Gueia *Ver Ndungo, Sebastião Gueia*
- E**
- Edouard, Vital 229
- Eduardo, Johny Pinok 150-2, 541
- Eduardo, José 507, 509
- Eduardo, Paulino 215
- Ehmark, Anders 139
- ELNA - Exército de Libertação Nacional de Angola 10, 203-4, 264-5, 268-9, 275, 302, 321
- Elston, Gerhard 244
- Emerson, Donald 244
- EPLA - Exército Popular de Libertação de Angola 10, 231-3, 444-5, 450-7, 461, 471, 476, 486-7, 491-2, 502-3, 507, 509, 513, 517, 527, 542
- Exército de Libertação Nacional de Angola. *Ver ELNA*
- Exército Popular de Libertação de Angola. *Ver EPLA*
- F**
- Faber, Paul L. 281, 327, 333, 401, 424
- Fanon, Franz 326
- Faria, Arminda 180
- Fayek, Mohamed 154-7, 459
- FDGB - Federação dos Sindicatos Livres da Rep. Dem. Alemã 29, 128
- Federação dos Sindicatos Livres da Rep. Dem. Alemã. *Ver FDGB*
- Federação Geral do Trabalho do Kongo. *Ver FGTK*
- Federação Sindical Panafricana 97
- Fernandes, António 355
- Fernandes, Gil 243-4
- Ferreira, António Francisco 552
- Ferreira, José Rodrigues 10, 219-20, 223, 232
- Ferreira, Tomás Francisco 10, 47, 51, 82-3, 108-9, 116, 173, 175-6, 201, 203-4, 208, 268-9, 300, 321, 365, 422
- Ferro e Aço. *Ver Ferreira, António Francisco*
- FGTK - Federação Geral do Trabalho do Kongo 231, 270
- Figueiredo, Joaquim 31, 124
- Filipe, Pedro 279
- FLA - Frente de Libertação de Angola 11, 84-7, 89-90, 98, 113, 184, 270, 298, 300, 310-2
- FLN - Front de Libération National (Argélia) 7, 10, 47, 150-1, 155, 206, 320
- Floribert, Filipe .328

FMJD - Federação Mundial da Juventude Democrática 230
 FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola 6, 9, 11-2, 317, 412-4, 426, 433, 438, 441-4, 447, 478
 Fodido, Francisco 139
 Fonseca, Mário Méndez 334
 Fortunato, Jacinto 108
 Fortunato, Pascoal 241
 FRAIN - Frente Revolucionária Africana pela Independência Nacional das Colónias Portuguesas 7, 19, 65, 168
 Francisco, Domingos 201
 Francisco, Joaquim dos Santos 201
 Franco, Bahamonde 149
 Franklin (padre). *Ver Costa, Manuel Franklin da*
 Franque, Luís Ranque 70
 Freitas, Gamela 199, 506
 Freitas, Georges Manteya de 12, 108, 112, 136, 139-40, 198, 211, 365-7, 369, 371-5, 379-80, 399, 506, 509
 Freitas, Jorge. *Ver Freitas, Georges Manteya de*
 FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique 541
 Frente de Libertação Angolana. *Ver FLA*
 Frente de Unidade Angolana. *Ver FUA*
 Frente Patriótica do Vietname 134
 Frente Revolucionária Africana pela Independência Nacional das Colónias Portuguesas. *Ver FRAIN*
 Frente Unida da África do Sul 36
 Frente Unida Nacional Angolana. *Ver FUNA*
 Fret, José 241
 FUA - Frente de Unidade Angolana 177, 465-7
 FUL - Frente Unida de Libertação da Guiné e Cabo Verde 226
 FUNA - Frente Unida Nacional Angolana 336-8

G

Gabriel, João 145, 241
 Gaitonde, Pundlik 64
 Galal, Fouad 19-20
 Galvão (capitão) 131
 Gandhi, Mahatma 66
 Gardiner, Gerald 54
 Gaspar, Alfredo Osório 462
 Gaspar, António João 508
 Gaspar, Domingos 180, 462
 Gaspar, Maria Luísa 107-9, 241
 Gaulle, Charles de 158
 Geral, Antoine 213
 Gilmore. *Ver Roberto, Holden*
 Gizenga, Antoine 36, 151, 153-4
 Goa League 38-9, 64, 70
 Goan Club Federation 226
 Goan Liberation Council 64, 70, 226
 Goan Peoples' Party 64, 70, 226
 Goheen, Roberto G. 100
 Gomes, João 201
 Gomes, José Dumba 201
 Gomes, Sebastião Hungo 201
 Gomes, Teresa Pedro 178, 241
 Gonçalves, José Manuel 108, 241
 Gourgel, Pio Amaral 274
 Governo Provisório da República Argelina. *Ver GPRA - Governo Provisório da República Argelina*
 Governo Provisório da República de Angola. *Ver GRAE*
 GPRA - Governo Provisório da República Argelina 155, 177, 320
 GPRA - Governo Provisório da República de Angola. *Ver GRAE*
 Graça (alferes) 358, 360, 386-7
 Graça, Desidério da 12, 173, 241, 275, 367-9, 371-3, 378-9, 399, 506, 509, 525, 531, 551
 GRAE - Governo Revolucionário de Angola no Exílio 11, 305, 307, 317, 320-4, 412, 445
 Grémio Africano 161
 Grenfell, David 7, 136

Gualdino 508
 Guerra, Henrique 402
 Guerra, Mário 402
 Guillén, Nicolás 193
 Guimarães, Lino 462
 Guimarães, Manuel Belo de 201
 Gwambe, Adelino 64

H

Haller, Jean 289
 Hamid, El Sayed Nabih 20
 Hammarskjöld, Dag 35-6
 Hart, Judith 54
 Hassan II 65, 80, 147, 150, 225, 418
 Hazelrigg, George 244
 Heineken, Carlos Pestana. *Ver Pestana, Carlos*
 Heliodoro, F. 508
 Henda. *Ver Carvalho, José Mendes de*
 Hirano, Yoshitaro 256, 280, 327, 401
 Ho Chi Minh 134
 Holden, Roberto. *Ver Roberto, Holden*
 Holder 93
 Honey, T. E. Floyd 100
 Horta, José Carlos 53
 Houser, George 5
 Howe, Russel Waren 314
 Hurts, Jorge de Andrade 241
 Huxley, Julian 54

I

Idriss I 18
 Inglês, Mateus 244

J

Jacinto, António 402
 Jesus, Catarina de 507
 JMPLA - Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola 507, 509, 513, 519, 527
 João, Alberto 352
 João, Anselmo 508
 Jones, F. Elwin 54

Jordão. *Ver Aguiar, Jordão de*
 Jorge, Mandjila 198, 369, 506
 Jorge, Tomás 402
 Josias, António Jonas 198, 368-9, 506
 Júnior, António Rebelo de Macedo. *Ver Macedo Júnior, António Rebelo de*
 Júnior, Luiz de Azevedo. *Ver Azevedo Júnior, Luiz de*
 Júnior, Paulo 8, 552

K

Kalundungo, José 10
 Kamanga 288
 Kamitatu, Cléophas 11, 338
 Kanza, Thomas 151, 153-4, 157
 Kasavubu, Joseph 35, 153
 Kassanga, Marcos 10, 204, 264, 266, 269, 275, 278, 282-4, 300-2, 312-4, 321-3, 422-3
 Kassinda, André Martin 267, 282-4, 300-1, 312-4
 Kasule. *Ver Azevedo Júnior, Luiz de*
 Kati, Emile. *Ver Lara, Lúcio*
 Kaunda, Keneth 419, 541
 Kawawa, Rashidi 541
 Kedros, André 193
 Keita, Modibo 18, 147
 Kennedy, Edward 95-6
 Kennedy, John F. 6, 485
 Kenya African National Union - KANU 36
 Kenyatta, Jomo 225, 541
 Khatib, Abdelkrim 147-8, 152, 176, 225
 Kheda, Ben 150, 403
 King, Douglas 244
 Kiosa, João 508
 Kitazawa, Yoko 424
 Kiwewa, Ignace 226
 Koinange, Mviu 541
 Konsomol 431
 Koukia, André. *Ver Kukia, André*
 Kruchtchev, Nikita 178-9
 Kuhangua, Jacob 244
 Kukia, André 199, 211, 506

Kunzika, Emmanuel 442

L

LaFarge, John 100

Lara, Lúcio 3, 5-6, 11, 19, 22-3, 29-30, 34, 42, 54, 62, 91, 93, 103, 109-10, 127, 144-6, 176-8, 181, 210, 227, 237, 248, 335-6, 344, 361, 365-7, 370, 377, 380, 407, 409, 424, 426-8, 435, 439-40, 459-62, 469, 476-7, 485, 491, 493, 506, 509, 514, 520, 524-5, 531, 537, 545-51, 553, 557

Lara, Ruth 21-3, 27, 33-4, 92, 111, 194, 241, 408, 461, 469, 485, 549

Lee, Jennie 54

Legum, Colin 320

Leitão, Gabriel 115, 402

Lénine 23, 178-9

LGTA - Liga Geral dos Trabalhadores de Angola 282-3, 300, 302, 314

Liahuca, José João 541

Libório (General) 357, 382

Liga de Goa. *Ver Goa League*Liga Geral dos Trabalhadores de Angola. *Ver LGTA*

Lima, Manuel dos Santos 10, 155, 157, 198, 219-20, 223, 232, 241, 451, 492, 506, 509, 524-5, 531

Lima de Azevedo, José 369, 508

Lisboa, João Manuel 31

Livromentos, David 11, 405, 411-4, 426, 490

LNA - Liga Nacional Africana 161

Lobo, Caetano 64

Lóio, Ivo 110

Lopes, Afonso 199-200, 216

Lopes, João Vieira. *Ver Vieira Lopes, João*

Lopes, S. José 446

Lopes, Silvestre 241, 430, 445

Lumumba, Patrice 8, 35, 77, 151, 210, 274

Luvualu, Pascal 32, 37, 41-2, 64, 71, 98, 104-5, 129, 550

M

MAC - Movimento Anti-Colonialista 65, 168, 435

Macedo (alferes) 383, 385, 387

Macedo, António 435

Macedo, Bernardo 241

Macedo Júnior, António Rebelo de 241, 277, 279, 324, 326

Machado, Francisco de Assis 198, 506-7

Machado, Ilídio 21, 74, 115, 164, 180, 225, 247, 423, 435

Mahumba, Jacinto 201

Maiaco, Fernando 352

Makabi, Fr. 194-5

Makonda, Simon 211

Makumbu, Fullbert Kimina 139

Mampossi, A. 137-8

Mandjila. *Ver Jorge, Mandjila*

Manico, João 93

MANU - Mozambique African National Union 230, 339

Manuel (Soba) 508

Manuel, Ambrósio 218

Manuel, David 509

Manuel, Inácio 186

Manuel, José 212

Mao Tse-Tung 23-4, 481

Marcos (padre) 46

Marcum, John 4, 244

Mariazinha. *Ver Santos, Maria Judith dos*

Marimba (Soba) 508

Maringo, Augusto 201

Marques, João Gabriel 244

Martí, José 181

Martins, Adão Domingos 31

Martins, Cesário 507, 509

Martins, Filipe 507

Martins, Inocêncio 289, 507

Martins, Ismael 244

Mateus, DalilaC. 5

Mateus, João 201

Matiti, Justin 287

Matos (alferes) 358

Matumona, Antoine 312-3, 315-6, 411

Mauriac, François 193

Mboya, Tom 541

Mbuenbo, Jean 196

MCF - Movement for Colonial Freedom 5, 19, 285, 317, 394

McVeigh, Malcolm 7, 119

MDE - Movimento Democrático dos Estudantes 249

MDIA - Movimento de Defesa dos Interesses de Angola 5, 541

MDLPC - Movimento Democrático de Libertação de Portugal e Colónias 334

Medina, Jacinto 393

Medina, Maria do Carmo 9-10, 31, 165

Melady, Thomas P. 100

Melo, Aníbal de 88-9, 129-30, 274, 301-2, 507, 509, 524-5, 531, 541, 553

Melo, Rui Victor Pinheiro de 201

Mendes (Cdte). *Ver Carvalho, José Mendes de*

Mendonça, Rui (capitão) 358, 384

Menezes, António 210

Menezes, Hugo de 8, 11-2, 29, 52, 88, 108, 110, 144, 192, 241, 286, 298, 339-41, 343-4, 346-7, 362, 364-5, 367-72, 379, 399, 427, 462, 487, 506, 548-9

Miguéis, Matias 11-2, 29, 30, 37, 44, 108-9, 129, 175, 192, 241, 256, 276, 325, 339-40, 342-4, 346-7, 362, 364, 366-74, 376-9, 399, 411, 414-5, 426, 462-4, 486-7, 489, 501, 506, 509-10, 520, 524, 526, 531, 535, 537, 548-9

Miguel (soba) 508, 511, 514, 552

Miguel, Almeida da Silva 201

Miguel, Domingos 201, 203

Miguel, Huancana 214

Miguel, José 12, 370-3, 377, 379, 399, 479, 506, 509, 520, 556

Miguel, Luís 377, 507, 520, 556

Miguel, Manuel 507

Miguel, Philippe 243-4

MINA - Movimento para a Independência Nacional de Angola 163

Mingas Jr., André Rodrigues 31

Mingiedi, B. 508, 541

MLEC - Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda 5, 70, 84, 163, 299, 309-11, 466

MLGC - Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde 64, 70

MNA - Movimento Nacional Angolano 5, 541

Mobutu, Joseph Désiré 18

Mohamed V 7, 18, 65, 80

Mondlane, Eduardo 242-4

Monimambo. *Ver Floribert, Filipe*

Moniz, Pedro 199

Monteiro, António Marques 109, 140, 169

Monteiro, Joaquim 122-3

Monteiro, Luís Alves 178, 241

Morais (capitão) 357-8, 382

Morais, João 385

Morais, Jorge de Castro e Silva de 241

Moreira, Adriano 10, 55-6, 58, 60, 100, 123, 398

Moreira, Thiers 402

Moumié, Félix Roland 36

Movement for Colonial Freedom. *Ver MCF*Movimento Democrático de Libertação de Portugal e Colónias. *Ver MDLPC*Movimento Democrático dos Estudantes. *Ver MDE*Mozambique African National Union. *Ver MANU*

MUD Juvenil - Movimento da Unidade Democrática da Juventude 435

Mulele, Pierre 153-4

Mussadi, Pedro 355

NNações Unidas. *Ver ONU*

Nascimento, Alexandre M. do 110, 181, 462

Nasser, Gamal Abdel 6, 18, 68

- National Congress (Goa) 64, 70, 226
 NATO - North Atlantic Treaty Organization. *Ver OTAN*
 Nchucha, Lukas 230
 Ndiaye, Malan 64
 NDungo, Sebastião Gueia 201, 203
 Nehru, Jawaharlal 6
 Neto, Agostinho 11-3, 21, 52, 55-6, 58, 60-2, 74, 91, 93-4, 108, 110, 115, 126, 168, 174, 180, 191, 193-4, 225, 247-9, 254-5, 278, 283, 296, 335-6, 402, 409, 423, 425-8, 430-4, 440-1, 443, 445-7, 450, 457, 460, 462-3, 478-9, 481, 485, 492-3, 503, 506, 508, 510-1, 514, 524-5, 531, 554
 Neto, António Africano 10, 176, 219-20, 223, 232, 241
 Neto, Dionísio da Silva 59-60
 Neto, Helder 402
 Neto, Maria da Conceição 10
 Neto, Paulo Matoso 108, 241, 369
 Neto, Rosário 11, 90, 113, 204, 274, 282-3, 300-1, 405, 411, 422-3, 541
 Neto, Ruth 107-9, 241
 Neves, Manuel Joaquim Mendes das 74, 110, 126, 180, 225, 423, 462
 Ngadimpovi, Pedro 211
 Ngola Ritmos 132, 402, 446
 NGWIZAKO - Ngwizani a Kongo 5, 541
 Nhambiu, João Jamisse 243-6
 Nicolau, Neves 214
 Nkrumah, Kwame 7, 11, 18, 89, 150, 205-6, 210, 274, 321, 330-1, 338, 404-5, 411-5, 438, 490
 Nogueira, Franco 190
 Nordmann, Joe 49
 Nottingham, Bill 244
 Nsaku, Philippe Miguel. *Ver Miguel, Philippe*
 Ntchiendo, Roque Manuel. *Ver Tchiendo, Roque Manuel*
 Nujoma, Sam 541
 Nunes, Maria Eugénia 199, 506
- O**
 O'Mahoney, Joseph C. 100
 OAS - Organization Armée Secrète (Argélia) 470
 Obote, Milton 541
 Octávio, Fernando 241, 277, 326, 429
 Okuma, Thomas 242-4
 OMA - Organização da Mulher Angolana 507-8, 513, 519, 527, 536
 ONU - Organização das Nações Unidas 7-9, 18, 35-6, 40-1, 43, 45, 49, 54, 59, 63, 68, 70, 73, 75, 77, 79, 96, 99, 102, 123, 125, 151, 153, 159, 179, 184, 187-8, 221, 243, 247, 255, 257-63, 280-3, 307, 309, 362, 371, 378, 380, 391-3, 397-8, 418, 420-1, 427, 436, 439, 450, 468, 472, 475, 479, 485, 494, 513, 522, 527-8, 540-1
 Carta das Nações Unidas 45, 48-49, 99, 102, 187-9, 225, 257-61, 319, 392, 396-7, 468, 496
 Comissão de Inquérito 139, 380
 Comité Especial 377-8, 380, 392, 398, 416, 418-21
 Conselho de Segurança 18, 43, 45, 49, 99, 102, 110, 187, 260-2, 372, 393, 396, 398, 450
 Declaração Universal dos Direitos do Homem 77, 319, 496
 Osende. *Ver Afana, Osende*
 Ost, Sven 83
 OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte 7, 54, 97, 104, 114, 159, 189, 397, 468, 472, 522, 540
 Oussedik, Mourad 150
 Owen, Rebecca 244
- P**
 Paca, Maneco 183, 352, 357
 Pádua, Mário Moutinho de 9, 380
- PAFMECSA - Movimento Panafricano da África Central, Oriental e Austral 523, 528, 539-41
 PAI - Partido Africano da Independência (Guiné Bissau) 20-1, 38-9, 42, 149, 152, 168
 PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde 64, 69-70
 Paím, Gelim 286
 Paím, Silvério 232
 Paiva, Carlos 289
 Parsons, John Clifford 7, 136
 Partido Africano da Independência (Guiné Bissau). *Ver PAI*
 Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde. *Ver PAIGC*
 Partido Comunista da União Soviética 178
 Partido Comunista Indonésio 149
 Partido Comunista Italiano 154
 Partido Democrático da Guiné. *Ver PDG*
 Partido do Povo de Goa. *Ver Goan Peoples' Party*
 Partido Independente Unido da Rodésia do Norte 36
 Partido Nacional Democrático da Rodésia do Sul 36
 Partido Nacionalista do Zanzibar 36
 Passos, Alberto de Jesus 241
 PCP - Partido Comunista Português 12, 335-6
 PCUS - Partido Comunista da União Soviética 178
 PDA - Partido Democrático Angolano 5-6, 11, 263, 299, 301, 305, 314-7, 320-4, 339, 361, 404-6, 411, 414-5, 427, 441, 447, 466, 490, 495
 PDG - Ghana 367
 PDG - Partido Democrático da Guiné 469, 538-9
 Peake, B. E. 54
 Pereira, Aristides 64, 71, 110
 Pereira, Carlos Veiga 550
- Pereira, João Baptista Traves. *Ver Traves, João Baptista*
 Perera, Alwin B. 18
 Perryman, Leonard M. 119
 Pestana, Carlos 241, 492, 507, 520
 Peterson, José Manuel 200, 215-6
 Philippe, MBia Vanga 229
 PIDE - Polícia Internacional e de Defesa do Estado 5, 12, 30-1, 55-61, 93-4, 163-7, 179, 193-4, 243, 296, 358, 360, 381-2, 385, 389, 402, 435-7, 447
 Pignon, Edouard 193
 Pimentel, José Marques 372, 377, 379, 487, 492, 507
 Pinok, Johny Eduardo. *Ver Eduardo, Johny Pinok*
 Pinto, António dos Santos 241
 Pinto, Sebastião Ramos 243-4
 Pires, Inocência da Câmara 145, 200, 241, 554
 PLUA - Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola 162
 Plummer, Leslie 54
 Polanyi, Michael 54
 Prata, Mariano Constantino 241
 Price, Frank W. 101
 PSU - Partido Socialista Unificado (França) 149, 150
 Punza, Quarta 286
- Q**
 Quimana, António 201
- R**
 Rafael, Vicente José 181, 462
 Raines, Richard C. 101
 Ramos, António G. 492, 507
 Randall, Darrel 101
 Randolph, A. Philip 100-1
 Rangel, António Manuel 430, 445
 Rangel, Francisco 241

- RDJA - Rassemblement Démocratique de la Jeunesse Angolaise 211
- Reuling, John A. 101
- Ribeiro, Alberto do Carmo Bento 241
- Rivera, Diego de 193
- Roberto, Holden 6, 9, 11, 44, 88-9, 91, 121, 128, 136, 144-5, 149-54, 186, 199, 206, 216, 265, 267-8, 274, 278, 282-3, 299-301, 305, 311-4, 318, 320-3, 327, 332, 366, 391, 403, 422-3, 431, 433-4, 490
- Robles (alferes) 358, 384
- Rocha, Carlos 108, 171, 173, 241
- Rocha, Edmundo Melo 4, 7-8, 109, 146, 148, 171, 173, 241, 482-3, 492
- Rodrigues, Deolinda 5, 12, 27, 33-4, 93-4, 107-10, 165, 198, 229, 241-6, 276, 367-8, 371-2, 376, 378-9, 399, 506, 509, 525, 531
- Rodrigues, Fernando Chaves 178, 241
- Rodrigues, Francisco 178, 241
- Rodrigues, José 508
- Rodrigues, Miguel 92
- Rogues, Armindo A. F. Necaca 244
- Ross, Emory 101
- Rouleau, Eric 312, 314
- Rúbio, Carlos dos Santos 241
- Ryan, John Julian 101
- S**
- Sá, Rui V. Filomeno de 241
- Saadani 150-1
- Saifoulaye, Diallo El Hadj 439
- Salazar, António de Oliveira 4, 7-8, 48, 66-7, 80, 89, 91, 96, 102, 104, 114, 120, 122, 125-6, 128, 149, 151, 158-61, 168, 170, 184-5, 190-1, 193-4, 216, 224-5, 231, 334, 351-2, 354, 359, 402-3, 435, 470, 512, 514, 522, 528
- Samba, Martinho 462
- Sansala, Manuel 212, 214
- Santos, Aires de Almeida 402
- Santos, António Nogueira 22
- Santos, Domingos dos 507
- Santos, Eduardo Macedo dos 8, 11, 54, 88, 109-10, 113, 144, 176, 181, 192, 241, 257, 266, 296, 298, 339, 341-4, 346-7, 362-6, 368-72, 374-8, 380, 407-8, 450, 462-3, 478-81, 503, 506, 541, 550, 553
- Santos, Francisco Raimundo Sousa e 109, 241
- Santos, Henrique de Carvalho 241
- Santos, João dos 507
- Santos, Marcelino dos 64, 71, 110-1, 152, 250, 280, 303, 339, 416, 421
- Santos, Maria Judith dos 54, 241, 408, 507, 520, 549
- Sartre, Jean-Paul 193
- Saúde, Noé da Silva 31
- Savimbi, Jonas Malheiro 11, 151-2, 242-4, 278, 361-2, 445, 541
- Scott, Roland W. 101
- Semedo, Belmiro Mendes 241
- Senghor, Leopold Sédar 327-8
- Seper, Donald O. 54
- Shomer, Howard L. 101
- Sigmund Jr., Paul E. 101
- Silva, Domingos da 12, 175, 198, 257, 344, 367, 369, 371-2, 378-80, 399, 426, 506, 508, 511, 524-5, 531, 537
- Silva, Isaac José da 186
- Silva, Mário 358, 384
- Simango, Uriah 541
- Simão, António 203
- Simão, João 201
- Simão, Manuel 216
- Sithole, Ndabaningi 541
- Siwa, A. R. 231
- Skillin, Edward S. 101
- Sly, Virgil A. 101
- Smith, Eugene 101
- Sobrinho, Pedro 273, 276, 365
- Soromenho, Castro 91-2
- Sousa, Manuel Baptista de 31
- Sousa, Manuel Bernardo de 31
- Sozinho, Brito 556
- Spencer, Nicolau 46, 541
- Steinbicker, Paul G. 101
- Stilling, Bertil 139
- Stokes, Anson Phelps 101
- Streijfer, Gosta 285-6
- Strougal, Lubomir 204
- SWAPO - South West Africa Peoples Organization 541
- T**
- Tali, Jean-Michel Mabeko 4
- Tambo, Oliver 541
- Tando, Domingos 372-3, 379
- Tavares, António Pinto 334
- Tavares, Graça da Silva 12, 108, 142-3, 196-8, 241, 339, 341-2, 344, 346-7, 362-3, 365, 367-76, 378-9, 399, 407, 478-9, 502-4
- Tavira, Noémia 430-1
- Taylor, Hugh D. 100-1
- Tchang Kai Chek 260
- Tchiendo, Roque Manuel 198, 369, 508
- Teixeira, Augusto Lopes 241
- Teixeira, João Lopes 31
- Tenreiro, Henrique 393
- Thiré, Carlos 23
- Thomas, Norman 101
- Thomas, Rose 242-4
- Timóteo, Pedro 212, 215
- Tito, Josef Bros 6, 150
- Toco, Simão 163, 170
- Tomaz, Américo 99, 353
- Topalovsky 149, 151
- Touré, Sékou 7, 18, 98, 285, 469, 538
- Traça, Gentil Monteiro Abel 241
- Traves, João Baptista 212-6, 218, 264-5, 267-9, 274, 300, 312, 422
- Trovoada, Miguel 29, 53-4, 64, 241, 549
- Tshombé, Moïse 8, 35, 470
- Tucker, Theodore L. 93, 100-1
- U**
- UAM - União Africana e Malgaxe 327, 490
- UCLA - União Congolosa para a Libertação Angolana 137-9
- UDEAN - União dos Estudantes da África Negra sob Dominação Colonial Portuguesa 29
- UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique 64, 70, 149
- UGEAN - União Geral dos Estudantes da África Negra sob Dominação Colonial Portuguesa 7, 52, 147, 171, 339, 372, 429, 445
- UNC - União Nacional de Cabinda 195
- UNEA - União Nacional dos Estudantes Angolanos 147, 279
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura 275
- União Congolosa para a Libertação Angolana. *Ver UCLA*
- União das Populações de Angola. *Ver UPA*
- União das Populações do Norte de Angola - UPNA 163
- União das Populações dos Camarões. *Ver UPC*
- União Nacional do Ruanda-Urundi 36
- União Nacional dos Estudantes Angolanos. *Ver UNEA*
- União Nacional dos Trabalhadores Angolanos. *Ver UNTA*
- UNTA - União Nacional dos Trabalhadores Angolanos 5-6, 11, 29, 32, 37, 40-2, 64, 70-2, 128, 270-3, 300, 304-6, 466, 490, 527
- UPA - União das Populações de Angola 4-12, 38, 44, 52, 83-4, 88-91, 93, 98, 100, 110, 113, 121, 129-30, 139, 149-51, 153-6, 163, 186, 192, 199-204, 206-8, 211-8, 224, 228, 237-8, 243, 249, 253-4, 262-5, 267-9, 274-6,

278-9, 282-4, 297, 299-302, 305,
307, 309-14, 316-8, 320-6, 339,
350, 355, 361, 364-6, 372, 391,
404-6, 411, 414-5, 422-3, 427,
430, 444-5, 447, 454, 456-7,
459-60, 466, 478-9, 495, 541

UPC - União das Populações dos
Camarões 36, 154-5, 278

USNSA 242, 244

V

Valada, Mendes 201

Valadas, Almeida 31, 165

Valentim, Jorge 243-5

Van Dúnem, Aladino 176

Van Dúnem, Belarmino Sabugosa 31

Van Dúnem, Domingos 402

Van Dúnem, Fernando Dias 241

Van Dúnem, Fernando Guilherme da
Rocha 241, 430, 445

Van Dunsen, Henry Pitney 101

Vangu, J. N. 413

Vaz, George 64

Veloza, Daniel Ernesto 215

Ventura, José Diogo 31

Vergès (Advogado) 158, 279

Verwoed, Hendrik 470

Viana, Ângela Maria 158

Viana, Gentil Ferreira 6, 146, 154-5,
157, 198, 241, 251, 254-7, 280,
327, 362, 400, 424, 427-8, 459,
461-3, 492, 506, 509, 520, 539

Vicente (padre). *Ver Rafael, Vicente José*

Vicente, Sebastião 507

Videira, Alphonse 244

Videira, Manuel 144, 344, 346, 492,
507, 520

Vieira, Luandino 402

Vieira Dias, Liceu 115, 402, 423

Vieira Lopes, Benigno 266

Vieira Lopes, João 12, 144-6, 196-8, 211,
241, 286, 298, 339, 341-2, 344,
346, 362-3, 365-80, 399, 478,
506, 509

Vlahovic, Velko 151

W

Wachuku, Jaja A. 332, 350

Wade, Donald 54

Wagner, James E. 101

War on Want 285, 289

WAY - Assembleia Mundial da Juventude
363

Weber, Eduardo 108, 151, 241

Welensky, Roy 224, 470

Wiborg, Richard 244

Williams, Bruce 54

Wilson, Augusto 277, 446

Wilson, Eurico 241, 277, 429-30

Wilson, Louis 196

Wood, Rawson L. 102

Woodside, Wilson 102

World University Service. *Ver WUS*

WUS - World University Service 244,
429, 445

X

Xa Umba Gab 507

Y

Yanitelli, Victor R. 102

Yoko. *Ver Kitazawa, Yoko*

Youlou, Fulbert 285

1961-1961

Centenary movement to call for an Amnesty to those held in confinement because of their ideals

LEI DE DISCIPLINA DO

MILITAR DE LIBERTACAO DE ANGOLA (E.P.T.C.A.)

NATIONALE DES TRAVAILLEURS ANGOLAIS

"U.N.T.A."

BOULEVARD DE LA LIBERTE

R

MONSIEUR

Monsieur

BOULEVARD DE LA LIBERTE

BOULEVARD DE LA LIBERTE

BOULEVARD DE LA LIBERTE

BOULEVARD DE LA LIBERTE

Monsieur le

Je vous prie de bien vouloir

me faire parvenir

à l'adresse ci-dessous

Je vous prie de bien vouloir

me faire parvenir

à l'adresse ci-dessous

de l'APCA

Je vous prie de bien vouloir

me faire parvenir

à l'adresse ci-dessous

- 20001 Matias Nogueira
- 20002 Luiz de Almeida Junior
- 20003 Maria de Andrade
- 20004 Lucio Lara
- 20005 Variato Cruz
- 20006 Hugo de Moraes (13.7.61)
- 20007 Eduardo Santos
- 20008 Darbuda Rodrigues
- 20009 Carlos Rocha
- 20010 Ruth Domingues
- 20011 Americo Bourida
- 20012 Maria Adelaide Vaz de Matos Santos
- 20013 Miguel Travenca
- 20014 Jose Fret
- 20015 Ruth Pflieger Lara
- 20016 Joao Mathias Savimbi
- 20017 Maria Luiza Gaspar
- 20018 Ruth Neto
- 20019 Luiz de Almeida
- 20020 Cendrio de Graça
- 20021 Eduardo Walber
- 20022 Mano de Concórdia Boas
- 20023
- 20024
- 20025
- 20026 Graça da Silva Favaros
- 20027 Jose Manuel Gonçalves
- 20028 Paulo dos Santos Matos
- 20029 Joao Gabriel - marido de
- 20030 Edmundo Melo Rocha
- 20031 Inocencio Matos Câmara
- 20032 Alberto de Jesus Passos
- 20033 Gentil Viana
- 20034 Serafina de Assis
- 20035 Luis Alvaro Monteiro
- 20036 Maximo Constantino Costa
- 20037 Balhuise Mendes Simões

Case

Pre

Mon

e inter

onde

de

de

CLT.

Saudações fraternais.

Hótelinho

Alvaro Cunhal

NO-CHI-MINH